



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3105

Quarta-feira - 08 de Abril de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Entre Rios.....	313	Marema.....	548
Água Doce.....	6	Ermo.....	317	Matos Costa.....	551
Águas de Chapecó.....	7	Formosa do Sul.....	318	Meleiro.....	562
Águas Frias.....	29	Forquilha.....	320	Modelo.....	566
Alfredo Wagner.....	31	Fraiburgo.....	323	Mondaí.....	574
Anchieta.....	34	Frei Rogério.....	327	Monte Carlo.....	575
Angelina.....	35	Garopaba.....	328	Monte Castelo.....	579
Antônio Carlos.....	37	Garuva.....	330	Morro da Fumaça.....	589
Apiuna.....	41	Gaspar.....	349	Morro Grande.....	611
Arabutã.....	44	Grão Pará.....	351	Navegantes.....	612
Arroio Trinta.....	49	Gravatal.....	368	Nova Erechim.....	614
Atalanta.....	50	Guaramirim.....	370	Nova Itaberaba.....	616
Balneário Arroio do Silva.....	51	Guarujá do Sul.....	373	Nova Trento.....	617
Balneário Piçarras.....	54	Guatambú.....	374	Nova Veneza.....	627
Balneário Rincão.....	56	Herval d'Oeste.....	381	Novo Horizonte.....	628
Barra Bonita.....	60	Ibiam.....	387	Orleans.....	630
Bela Vista do Toldo.....	61	Ibicare.....	393	Palhoça.....	638
Benedito Novo.....	62	Ibirama.....	395	Palma Sola.....	641
Biguaçu.....	63	Ilhota.....	396	Palmeira.....	643
Blumenau.....	81	Imbituba.....	399	Palmitos.....	645
Bom Jardim da Serra.....	85	Imbuia.....	406	Paraíso.....	646
Bom Retiro.....	88	Indaial.....	407	Passo de Torres.....	647
Botuvera.....	94	Iomerê.....	409	Paulo Lopes.....	650
Braço do Trombudo.....	95	Iporã do Oeste.....	410	Penha.....	653
Brusque.....	96	Ipuacú.....	414	Pescaria Brava.....	654
Caçador.....	108	Ipumirim.....	426	Pinheiro Preto.....	655
Caibi.....	126	Iraceminha.....	429	Pomerode.....	658
Camboriú.....	159	Irani.....	430	Ponte Alta do Norte.....	660
Campo Alegre.....	165	Iratí.....	431	Ponte Serrada.....	661
Campo Erê.....	168	Irineópolis.....	432	Porto Belo.....	663
Campos Novos.....	169	Itá.....	450	Porto União.....	664
Canoinhas.....	171	Itapema.....	457	Presidente Getúlio.....	674
Capinzal.....	186	Itapiranga.....	458	Presidente Nereu.....	676
Catanduvas.....	197	Itapoá.....	459	Princesa.....	677
Caxambu do Sul.....	205	Ituporanga.....	465	Quilombo.....	682
Chapadão do Lageado.....	221	Jaborá.....	474	Rancho Queimado.....	693
Chapecó.....	226	Jacinto Machado.....	476	Rio do Campo.....	694
Cocal do Sul.....	230	Jaraguá do Sul.....	499	Rio do Oeste.....	696
Concórdia.....	231	Jardinópolis.....	505	Rio dos Cedros.....	700
Coronel Martins.....	238	Joaçaba.....	506	Rio do Sul.....	698
Correia Pinto.....	241	Lacerdópolis.....	511	Rio Negrinho.....	713
Corupá.....	279	Lajeado Grande.....	512	Rio Rufino.....	716
Cunha Porã.....	282	Lauro Muller.....	517	Rodeio.....	717
Cunhataí.....	287	Lontras.....	522	Romelândia.....	721
Curitibanos.....	288	Luiz Alves.....	525	Santa Cecília.....	725
Descanso.....	305	Luzerna.....	527	Santa Helena.....	726
Dionísio Cerqueira.....	306	Mafra.....	543	Santa Rosa do Sul.....	728
Dona Emma.....	307	Maracajá.....	544	Santa Terezinha do Progresso.....	729
Doutor Pedrinho.....	308	Maravilha.....	546	Santiago do Sul.....	731

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3105

Quarta-feira - 08 de Abril de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Santo Amaro da Imperatriz	732	São Pedro de Alcântara	781	Tunápolis	825
São Bento do Sul	734	Saudades	782	União do Oeste	828
São Carlos	747	Schroeder	783	Urubici	829
São Domingos	750	Seara	795	Urussanga	830
São Francisco do Sul	751	Serra Alta	811	Vargeão	834
São João Batista	753	Siderópolis	812	Vargem Bonita	835
São João do Sul	758	Tangará	815	Videira	837
São Joaquim	760	Tijucas	816	Xanxerê	838
São José	761	Timbé do Sul	818	Xavantina	842
São José do Cedro	766	Timbó	821	Xaxim	857
São Lourenço do Oeste	770	Três Barras	823		
São Miguel do Oeste	773	Trombudo Central	824		

Associações

AMFRI	858
-------------	-----

Consórcios

AGIR	859
CIGA	861
CIMVI	863
CINCATARINA	864
CIS/AMFRI	878
CIS/AMVI	878
CISNORDESTE	879
CITMAR	882
CIM-AMFRI	883
CIGAMERIOS	884
CONSAD	885
CIRSURES	886



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 37 DE 31 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2432641

DECRETO Nº 000037/20 de 31 de Março de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito adicional especial no valor de R\$1.423,16 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.042 – Manutenção de Consorcio Público - CISAM

96- 3.1.71.00.00.00.00.01.0000.00000 – Transf. A Consórcios Públicos R\$1.423,16

Total: R\$1.423,16

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.042 – Manutenção de Consorcio Público - CISAM

97- 3.3.71.00.00.00.00.01.0000.00000 – Transf. A Consórcios Públicos R\$1.423,16

Total: R\$1.423,16

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Março de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

DECRETO 38 DE 31 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432655

DECRETO Nº 000038/20 de 31 de Março de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito adicional especial no valor de R\$186.500 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 04 – SECRETARIA DE OBRAS

1.008 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos

55- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.00000 – Aplicações Diretas R\$186.500,00

Total: R\$186.500,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Superávit financeiro R\$186.500,00

Total: R\$186.500,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Março de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

PORTARIA 140 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2432604

PORTARIA N° 140/2020
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDORA EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar n° 022/2011 e,

Considerando homologação do resultado final do Concurso Público referente ao Edital 001/2019;
Considerando classificação em 1º lugar e apresentação da documentação exigida para posse.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público JOSEANI APARECIDA SALMORIA DA ROCHA, portadora do CPF n° 058.099.309-48, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de FARMACÊUTICA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 03 de fevereiro de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista, situado à Rua João Santin N°30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu a Srª JOSEANI APARECIDA SALMORIA DA ROCHA a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de FARMACEUTICA nomeada pela Portaria N.º 140/2020, de 03 de fevereiro de 2020.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

JOSEANI APARECIDA SALMORIA DA ROCHA
Empossada

PORTARIA 142 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2432588

PORTARIA N° 142/2020
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar n° 049/2014 e,

Considerando homologação do resultado final do Concurso Público referente ao Edital 001/2019;
Considerando classificação em 1º lugar e apresentação da documentação exigida para posse.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público JEVERSON BORTOLI, portadora do CPF n° 078.558.569-94, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de FISCAL TRIBUTÁRIO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 03 de fevereiro de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista,

situado à Rua João Santin N°30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu o Sr. JEVERSON BORTOLI a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de FISCAL TRIBUTÁRIO nomeado pela Portaria N.º 142/2020, de 03 de fevereiro de 2020.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

JEVERSON BORTOLI
Empossado

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2020

Publicação Nº 2433349

DECRETO N. 042/2020 - DE 08 DE ABRIL DE 2020

ALTERA E PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO N. 039/2020, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 13º do DECRETO MUNICIPAL Nº 39 DE 24 DE MARÇO DE 2020, prorrogando-se o prazo de vigência, em conformidade com o DECRETO ESTADUAL Nº 550 de 07 de abril de 2020:

“Art. 13º. (...).

I – O a vigência estabelecida no caput fica prorrogada pelo prazo de 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020.

Parágrafo Único. Os prazos serão prorrogados automaticamente, em caso de novas prorrogações emitidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, observando a simetria das normas em atendimento as medidas conjuntas adotadas para contenção da Pandemia de Coronavírus (Covid-19).

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do DECRETO MUNICIPAL nº 039/2020 com as alterações retificadas pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 040/2020.

Art. 3º. Fica decretado ponto facultativo no período vespertino do dia 09 de abril de 2020, véspera de feriado religioso da sexta-feira da paixão.

Art. 4º. Revoga-se o disposto no artigo 7º do Decreto Municipal n. 37 de 18 de março de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor em 8 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce/SC,
em 08 de abril de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 047 - 2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432429

DECRETO Nº 047/2020 De 07 de abril de 2020	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA CONCESSÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.981/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, art. 9º da Lei Municipal nº 1.981/2019 e,

CONSIDERANDO que, o dia 03 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial nº 05, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO que demonstrativos da arrecadação de receita municipal, principalmente aquelas advindas do estado, apresentam índices de redução substanciais, que irão atingir todos os municípios, comprometendo de forma significativa os compromissos financeiros e as metas fiscais estabelecidas;

DECRETA:

Art. 1º A concessão do vale alimentação instituído pela Lei Municipal nº 1.981, de 11 de outubro de 2019, fica suspensa por prazo indeterminado nos termos do seu art. 9º.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput desde artigo, terá sua vigência a partir da competência de pagamento do mês de abril do ano de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de abril de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

DECRETO Nº 048 - 2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432761

DECRETO Nº 048/2020 De 07 de abril de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso III de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial Suplementar no orçamento da Entidade nº 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2

Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade		5
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS		2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(9)	Aplicação Direta – 3.3.90	1.038 – Recursos Vinculados	80.000,00
(8)	Aplicação Direta – 3.3.90	1.002 – Aplicação Direta - Ordinários	100.000,00
Valor Total R\$:			180.000,00

Art. 2º Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão deduzidos os recursos das contas a seguir.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		2
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade		5
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS		2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(7)	Aplicação Direta – 3.1.90	1.038 – Recursos Vinculados	80.000,00
(6)	Aplicação Direta – 3.1.90	1.002 – Aplicação Direta - Ordinários	100.000,00
Valor Total R\$:			180.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de abril de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 049 - 2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432798

DECRETO Nº 049/2020 De 07 de abril de 2020	DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, demais disposições legais vigentes e,

CONSIDERANDO o feriado nacional da Paixão de Cristo, que ocorre na sexta feira dia 10 de abril;

CONSIDERANDO que quinta feira, véspera do feriado nacional da Paixão de Cristo, e considerado um dia Santo,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 09 de abril de 2020, não havendo nesta data, expediente nas secretarias, departamentos e setores municipais.

Parágrafo único. Ficam excepcionados do disposto no caput desde artigo, as secretarias, departamentos e setores que, pela natureza das atividades, não possam deixar de atender ao público, tais como serviços básicos de saúde, coleta de lixo e limpeza pública.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de abril de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 050 - 2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432852

DECRETO Nº 050/2020 De 07 de abril de 2020	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO LEILOEIRO E EQUIPE DE APOIO, DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII e XXVI da Lei Orgânica Municipal, art. 53 da Lei Federal nº 8.666/1993, e demais disposições legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados o Leiloeiro e a Equipe de Apoio do município de Águas de Chapecó, para desempenhar as funções sem prejuízo de suas atribuições, quando da realização de licitações na modalidade de leilão:

I – LEILOEIRO:

Guilherme Zanella Casarin – CPF: 094.353.479-83.

II - LEILOEIRA SUPLENTE:

Daiara Eichelberger – CPF: 061.403.779-43.

III - EQUIPE DE APOIO:

Fernanda Luiza dos Santos – CPF: 021.631.260-48;

Jessica Simões Pires Guidoni – CPF: 089.436.919-98;

Daiara Eichelberger – CPF: 061.403.779-43.

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação adicional nos respectivos vencimentos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 003, de 02 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

PORTARIA Nº 146, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433363

PORTARIA Nº 146/2020 De 08 de Abril de 2020	DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 003/2001 e nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido do próprio servidor, em 03 de abril de 2020, o Servidor GEBERTON ODIRLEI BERTOLDI do cargo em comissão de Chefe de Setor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, percebendo o vencimento constante no nível CC-07 do Anexo II do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, da Lei que dispõe sobre Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 08 de abril de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA N° 147, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação N° 2433365

PORTARIA N° 147/2020 De 08 de Abril de 2020	CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA, LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 37, inciso I, da Constituição Federal e Lei Complementar N° 026/2011, e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal JUREMA TEREZINHA DE SOUZA, matrícula 29, servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A Licença Prêmio por assiduidade será de 01 (um) mês, a partir da data de 08 de abril de 2020, com a remuneração do vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens permanentes e temporárias previstas em Lei.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, 08 de Abril de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA N° 148, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação N° 2433366

PORTARIA N° 148/2020 De 08 de abril de 2020	CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para os seguintes servidores, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
10645	RAQUEL CRISTINA DALCERO	PSICÓLOGA	16.01.2019 a 15.01.2020	08.04.2020 a 07.05.2020
10545	CLAUDIR BORTOLANZA	CHEFE DE SETOR	02.03.2018 a 01.03.2019	08.04.2020 a 22.04.2020 = 15 DIAS
10429	ALVOCIR GUIDONI	SECRETARIO	16.04.2019 a 15.04.2020	08.04.2020 a 07.05.2020
10739	EGON ELDO TAUCHERT	CHEFE DE SETOR	02.05.2019 a 01.05.2020	08.04.2020 a 27.04.2020 = 20 DIAS
10457	ROSANE JANETE KOPSELL DE SOUZA	CHEFE DE SETOR	01.06.2019 a 31.05.2020	08.04.2020 a 27.04.2020 = 20 DIAS
10743	RENE LOPES DE OLIVIERA	AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS	06.05.2019 a 05.05.2020	08.04.2020 a 27.04.2020 = 20 DIAS
10727	AMANDA CAMILA MARINELLO	FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURA	01.04.2019 a 31.03.2020	08.04.2020 a 07.05.2020

10440	DEBORA HERMES	SECRETARIO	08.05.2018 a 06.06.2019	08.04.2020 a 22.04.2020 = 15 DIAS
10654	ANDRESSA HENN	ENFERMEIRA	24.01.2019 a 23.01.2020	08.04.2020 a 07.05.2020

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 08 de abril de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 149, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433367

PORTARIA Nº 149/2020 De 08 de Abril de 2020	DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica removida, de ofício, a Servidora LUCILENE LOCH, matrícula 10.745, ocupante do cargo de Assistente Social, 30 (trinta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 08 de abril de 2020

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 150, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433368

PORTARIA Nº 150/2020 De 08 de Abril de 2020	DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica removida, de ofício, a Servidora THANISE PEREIRA SPRADA, matrícula 10.724, ocupante do cargo de Psicóloga, 20 (vinte) horas semanais, da Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 08 de abril de 2020

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RELATÓRIO MENSAL DE COMPRAS ADM - MARÇO 2020

Publicação Nº 2432473

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECOCNPJ: 82.804.212/0001-96
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapécó - SC

Folha: 1/10

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Março/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE TREINAMENTO E ASSESSORIA DE ROTINAS DE COMPRAS	INES LAUSCHNER 477 0134 0963	36.433.451/0001-60	2,00	ms	3.500,00	7.000,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO DIESEL S10	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	3.500,00	l	3,88	13.580,00
GABINETE DO PREFEITO	CHAPA DE AÇO GRAVADO COM NOME DE ABXCMUNICACOES LTDA	ABXCMUNICACOES LTDA	08.209.000/0001-08	7,00	un	171,4286	1.200,00
GABINETE DO PREFEITO	QUADROS GRAVADO EM BAIXO RELEVO EM CHAPA DE AÇO INOX COM FOT	ABXCMUNICACOES LTDA	08.209.000/0001-08	4,00	un	500,00	2.000,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBQU	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DES. DA INFR. RODOVIAR	11.117.243/0001-20	117,00	t	310,00	36.270,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	EMULSAO ASFÁLTICA RR-2C-M²	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DES. DA INFR. RODOVIAR	11.117.243/0001-20	2.000,00	m2	1,85	3.700,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBQU	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DES. DA INFR. RODOVIAR	11.117.243/0001-20	117,00	t	310,00	36.270,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	EMULSAO ASFÁLTICA RR-2C-M²	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DES. DA INFR. RODOVIAR	11.117.243/0001-20	2.000,00	m2	1,85	3.700,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CENTRAL DE ALARME	SOA ALARMES EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME	08.749.791/0001-69	1,00	un	450,00	450,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA	EL INFORMÁTICA LTDA ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE COMPUTADOR	EL INFORMÁTICA LTDA ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	HUB SWITCH 16P 10/100	EL INFORMÁTICA LTDA ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	160,00	160,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80R22,5	FM PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	2,00	un	150,00	300,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CARTUCHO DE TONNER D111S -COMPATÍVEL	BAVARESCO & CIA LTDA ME	05.478.033/0001-65	2,00	un	76,00	152,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CONECTOR BNC COM MOLLA-PARAFUSO 4MM FS 163	INFORSUL SERV. E TECN. DE INFORMÁTICA LTDA	07.120.449/0001-32	4,00	un	2,50	10,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO	INFORSUL SERV. E TECN. DE INFORMÁTICA LTDA	07.120.449/0001-32	1,00	un	250,00	250,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MILHO QUEBRADO (QUIPERA) SACO DE 30 KG	COOPERATIVA REGIONAL ALFA - SILO	83.305.235/0016-03	2,00	sc	33,75	67,50
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ALIMENTO P/ CAO NEW DOG CARNE 25KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	3,00	sc	81,90	245,70
GABINETE DO PREFEITO	AGUA MINERAL SEM GAS 500ML PACOTE COM 12 UNID	BOTTINI COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA	04.048.960/0001-82	4,00	pt	10,50	42,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	60,00	pc	0,45	27,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	DISJUNTOR MONOF. MDW C 32	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	1,00	pc	6,25	6,25
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	TUBO ELETR. PVC 1 1/4 X 3,00 MT	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	2,00	pc	6,46	12,92
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	REFLETOR DE LED 150 W 6400K BIVOLT	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	4,00	pc	210,00	840,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO**

CNPJ: 82.804.212/0001-96
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapécó - SC

Folha: 2/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	REFLETOR DE LED 200 W/6400K BIVOLT	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	30,00	pc	279,00	8.370,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	TUBO ELETR. PVC 3/4 X 3,00 MT	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	30,00	pc	3,03	90,90
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	PEVEDUTO (40) 1.1/4	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	230,00	m	1,36	312,80
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CURVA DE PVC 3/4	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	8,00	pc	0,50	4,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CURVA DE PVC 90 1. 1/4	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	3,00	pc	1,74	5,22
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CABO FLEX 750V- 6,00 MM PRETO	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	1.260,00	m	2,30	2.898,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	DISJUNTOR MONOF MDW C 20	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	6,00	pc	6,25	37,50
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CABO FLEX 750V - 4,00MM - PRETO	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	240,00	m	1,57	376,80
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	LUVA DE PVC 3/4	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	20,00	pc	0,35	7,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CAIXA INSPEÇÃO PVC 20 X 25 PEQUENA	COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA	00.589.066/0002-40	10,00	pc	5,70	57,00
GABINETE DO PREFEITO	GARRAFA TERMICA 1,8LT	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	1,00	un	68,00	68,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	TINTA ESMALTE SEMI SINTÉTICA 3,6LTS(CORES A ESCOLHER)	FERMATEC - COM. DE MAT. DE CONST. LTDA	85.274.736/0001-00	8,00	lt	48,9939	391,95
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121	EL ELYON PNEUS EIRELI -ME	29.259.420/0001-79	2,00	un	479,90	959,80
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM AEREA CHAPECÓ-FLORIANÓPOLIS	BIG GOLDEN TOUR VIAGENS EIRELI	00.838.999/0001-42	1,00	un	466,06	466,06
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	TINTA ESMALTE SEMI SINTÉTICA 18 LTS(CORES A ESCOLHER)	FERMATEC - COM. DE MAT. DE CONST. LTDA	85.274.736/0001-00	3,00	lt	209,0405	627,12
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	TINTA ACRILICA UND 18LTS (CORES A ESCOLHER)	FERMATEC - COM. DE MAT. DE CONST. LTDA	85.274.736/0001-00	1,00	lt	188,1365	188,14
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BRITA Nº 02	LEONIR SESTRON SCHERER & CIA LTDA-ME	04.655.418/0001-98	8,00	m3	62,6916	501,53
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CIMENTO SACO DE 50KG CPII	LEONIR SESTRON SCHERER & CIA LTDA-ME	04.655.418/0001-98	54,00	SACO	22,0674	1.191,64
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	AREIA MÉDIA -M³ (REBOCO, ASSENTAMENTO)	LEONIR SESTRON SCHERER & CIA LTDA-ME	04.655.418/0001-98	10,00	m3	129,5387	1.295,39
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PO DE BRITA	LEONIR SESTRON SCHERER & CIA LTDA-ME	04.655.418/0001-98	1,00	m3	67,6671	67,67
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) composição básica propano	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	1,00	un	348,85	348,85
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	Computador + Monitor 19,5 Dual Core 2.41GHz 8GB	ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	04.326.894/0001-65	3,00	un	2.965,00	8.895,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	Caixa Amplificadora: Bateria Recarregável 120W RMS	NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA-ME	19.115.775/0001-30	1,00	un	770,00	770,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	Mesa para refatório:	PAULINEIA LOTTERMANN REIS	10.936.352/0001-07	4,00	un	1.260,00	5.040,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL	VOLMIR BATEZINI	027.335.769-76	1,00	ms	316,00	316,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL	JUSELIA CASSIMIRO	043.52.8.029-56	1,00	ms	316,04	316,04
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MECÂNICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERVOS	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	300,00	300,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE SOLDA EM LANÇA DE LAMINA DE EQUIPAMENTO	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	165,00	165,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONSERVO DE PNEUS COM VALVULA	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	110,00	110,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECÓ**

CNPJ: 82.804.212/0001-96
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 3/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE TROCA DE PNEU	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	80,00	80,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO DE SOLDADA E REPAROS	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	100,00	100,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO DE CONserto DE PNEUS	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	100,00	100,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONserto DE PNEUS	GILMAR KURTZ 02342031963	13.294.460/0001-11	1,00	un	25,00	25,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS TÉCNICOS, APÓS IMPLANTAÇÃO DOS APLICATIVOS, QUANDO	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	h	88,55	619,85
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	COLA 17 GR PARA CANO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	3,50	3,50
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	JOELHO 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	5,00	un	1,00	5,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	JOELHO COM ROSCA 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	3,00	3,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	ENGATE FLEXIVEL	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	7,00	7,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	TORNEIRA LAVATÓRIO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	11,00	22,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	TUBO SOLDÁVEL 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	18,00	m	2,50	45,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	JOELHO 25x1/2	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	2,50	2,50
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	JOELHO SOLD 25 MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	3,00	un	1,00	3,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	REPARO REGISTRO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	20,00	20,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	TUBO SOLDÁVEL 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	3,00	m	2,50	7,50
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	REGISTRO 25 SOLDÁVEL	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	8,00	16,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	TUBO SOLDÁVEL 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	6,00	m	2,50	15,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BUCHA PLÁSTICA 8MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	40,00	un	0,12	4,80
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BROCA VIDEA 8 MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	VEDA ROSCA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	3,50	3,50
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	LUVAS SOLDÁVEL 25 1/2	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	1,50	1,50
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BOIA CX. D'ÁGUA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	9,00	9,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ESCAPULA 8MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	42,00	un	1,00	42,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PARAFUSO 5.0 X 50MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	40,00	un	0,30	12,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	TORNEIRA PLÁSTICA PRETA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	LAMINA SERRA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	REGISTRO SOLDÁVEL 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ADAPTADOR FLANGE 25MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	9,00	18,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 82.804.212/0001-96
 Rua Porto União, 968
 C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 4/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	COLA 17 GR PARA CANO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	3,50	3,50
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	JOELHO SOLD 25 MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	3,00	3,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	TOMADA DUPLA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	11,00	11,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CANALETAS AUTO ADESIVAS	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	8,00	8,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CADEADO 30MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	3,00	un	18,00	54,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLO DE PINTURA ANTI-GOTA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	12,00	12,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FITA ISOLANTE 10M	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	4,50	9,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO PARA ROLO DE PINTURA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	9,00	9,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINCEL 1 1/2"	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	6,50	6,50
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO FLAP GRÃO 120	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	29,00	29,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESPATULA PINTURA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	7,00	7,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FITA VEDA ROSCA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	3,50	3,50
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO CORTE FERRO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	10,00	20,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	TORNEIRA PRETA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	4,00	4,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 0	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	5,00	un	1,50	7,50
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLO TEXTURA 23CM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	31,00	31,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	TEXTURA ACRILICA 3,6 LT	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	35,00	35,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRACADEIRA PRESSÃO 9MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	5,00	un	1,25	6,25
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARLA 32 - GALÃO 20 LITROS	G4 AUTO PEÇAS LTDA	11.973.779/0001-48	20,00	gl	46,80	936,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	3.100,00	3.100,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	4.500,00	4.500,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	2.300,00	2.300,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇO DE INTERNET	ELENIS TALINA SCHELL	076.027.879-27	1,00	un	2.300,00	2.300,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	2.300,00	2.300,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	1.000,00	1.000,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	1.000,00	1.000,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	1.000,00	1.000,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESCALADA 2X9 DEGRAUS DE MADEIRA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	290,00	290,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	RECAUCHUTAGEM 1400-24 BORRACHUDOFEM PNEUS LTDA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	81.374.845/0001-49	1,00	un	1.245,00	1.245,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECÓ

CNPJ: 82.804.212/0001-96
 Rua Porto União, 968
 C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 5/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RECAUCHUTAGEM PNEU 12-16,5 10 LONAS	A.R. PNEUS LTDA ME	09.243.567/0001-63	2,00	un	685,00	1.370,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	REDE DE NYLON PARA TRAVE DE FUTEBOL-SUIÇO	KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS	72.380.330/0001-60	3,00	un	190,00	570,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	REDE DE NYLON PARA TRAVE DE FUTSAL	KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS	72.380.330/0001-60	2,00	un	150,00	300,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BOMBA DE ENCHER BOLA	KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS	72.380.330/0001-60	2,00	un	30,00	60,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE SOLDA E REPAROS	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	100,00	100,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE SOLDA EM CONCHA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	400,00	400,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE SOLDA EM CARDAM	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	200,00	200,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE REFORMA EM SUPORTE PARA REDE DE FUTSAL	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	125,00	250,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE REFORMA E PINTURA DE POSTES PARA VOLEIBOL	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	125,00	250,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE REFORMA E PINTURA DE TRAVE DE FUTSAL	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	250,00	500,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE REFORMA EM SUPORTE PARA REDE DE FUTSAL	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	125,00	250,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇO DE REGULAGEM DE PUXADORES DE PORTA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	50,00	50,00
SEC. MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO	FECHADURA DE PORTA COMPLETA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	120,00	240,00
SEC. MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO	SERVIÇO DE REPARO EM PORTA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	100,00	100,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PEDRA RACHÃOZINHO	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAV. LTDA	82.743.832/0002-43	60,00	t	23.223	1.393,38
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) composição básica propano	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	1,00	un	348,85	348,85
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE CONSERTO DE PARA CHOQUE LATERAL	RUBENS SCHLEICHER 76708080982 -ME	30.189.499/0001-98	1,00	un	300,00	300,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE CONSERTO DE PARA-CHOQUE	RUBENS SCHLEICHER 76708080982 -ME	30.189.499/0001-98	1,00	un	250,00	250,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PEDRA RACHÃOZINHO	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAV. LTDA	82.743.832/0002-43	20,00	t	23.223	464,46
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ALIMENTO P/ CAO NEW DOG CARNE 25KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	6,00	sc	81,90	491,40
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MILHO QUEBRADO (QUIRERA) SACO DE 30 KG	COOPERATIVA REGIONAL ALFA - SILO	83.305.235/0016-03	4,00	sc	34,75	139,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE IDOSOS P/ ENCONTR	FN TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME	17.271.169/0001-89	500,00	km	3,80	1.900,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	Contratação de Instrutor com Habilidades em Musical/Canto Cor	HÉLIA TERNUS-MEI	20.226.807/0001-54	1,00	ms	1.139,00	1.139,00
GABINETE DO PREFEITO	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	BOTTINI COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA	04.048.960/0001-82	48,00	un	1,00	48,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	EPAGRI-EMP. DE PESQUISA AGROP. E EXT. RURAL DE SC	83.052.191/0041-50	8,00	ms	3.587,50	28.700,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE MATERIAL BRITADO	TRANSPORTES DESORDI LTDA	04.943.341/0001-51	30,00	CR	160,00	4.800,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALMOÇO MARMITA	JOAO CARLOS BURES -ME	32.641.450/0001-50	12,00	un	13,34	160,08
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CALHAS E SUPORTES	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	350,00	700,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARGA DE GÁS P/ LIMPEZA DE AR CONDICIONADO VEICULAR	AUTO ELÉTRICA 283 LTDA	19.598.467/0001-03	1,00	un	100,00	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 82.804.212/0001-96

Rua Porto União, 968

C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapécó - SC

Folha: 6/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARGA DE GÁS R134	AUTO ELÉTRICA 283 LTDA	19.598.467/0001-03	1,00	un	150,00	150,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO SECADOR DO AR CONDICIONADO	AUTO ELÉTRICA 283 LTDA	19.598.467/0001-03	1,00	un	165,00	165,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	COMPRESSOR AR- CONDICIONADO	AUTO ELÉTRICA 283 LTDA	19.598.467/0001-03	1,00	un	1.380,00	1.380,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LIMPEZA, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE AR	AUTO ELÉTRICA 283 LTDA	19.598.467/0001-03	1,00	un	150,00	150,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	BARRA DESLIZANTE LAMINA	OESTE MAQUINAS IND.COM. E SERVIÇOS LTDA-ME	09.328.374/0001-05	1,00	un	535,00	535,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAL EM CURSOS	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - EGEM	08.940.383/0001-90	1,00	un	275,00	275,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CILINDRO P/ FECHADURA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	75,00	150,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇO TROCA DE FECHADURA PORTA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	2,00	un	25,00	50,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 5/16	OESTE MAQUINAS IND.COM. E SERVIÇOS LTDA-ME	09.328.374/0001-05	12,00	un	0,30	3,60
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12X50 MA 8.8	OESTE MAQUINAS IND.COM. E SERVIÇOS LTDA-ME	09.328.374/0001-05	2,00	un	1,94	3,88
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 5/16 X 1 1/2 NC 8.8	OESTE MAQUINAS IND.COM. E SERVIÇOS LTDA-ME	09.328.374/0001-05	12,00	un	0,60	7,20
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CARDÂ	OESTE MAQUINAS IND.COM. E SERVIÇOS LTDA-ME	09.328.374/0001-05	2,00	un	73,80	147,60
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	EXAME ADMISSÃO	ELISETTE M. SPERRY BEDIN	85.154.474/0001-40	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	SERVIÇOS DE CONCERTO DE MOTOR DE PORTÃO ELÉTRICO	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	150,00	150,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	REGUA DE METAL 30CM	BAVARESCO & CIA LTDA ME	05.478.033/0001-65	10,00	un	4,00	40,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	FITA ADESIVA LARGA QUALIDADE 48X45	BAVARESCO & CIA LTDA ME	05.478.033/0001-65	12,00	un	3,00	36,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CATRAÇA FREIO	FERSAN COM. AUTOP. E TRANSP.LTDA	82.810.300/0001-09	2,00	un	162,10	324,20
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE MECANICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERVOS	FERSAN COM. AUTOP. E TRANSP.LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	110,00	110,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO BOMBA D'ÁGUA	METALURGICA FRIGOESTE LTDA	03.193.579/0001-44	1,00	un	450,00	450,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PIVÔ SUSPENSÃO	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	un	65,00	65,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	AMORTECEDOR TRASEIRO	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	2,00	un	160,00	320,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	KIT ASTE DO AMORTECEDOR DIANTEIRO	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	2,00	KIT	25,00	50,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE MECANICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERVOS	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	un	80,00	80,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE SOLDA EM TAMPA DO SUPORTE DO CARTER	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	250,00	250,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATERIA DF 4001	GILBERTO BERTINATTO & CIA LTDA	81.535.429/0001-85	1,00	un	1.229,00	1.229,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CORREIA 5 VB1600	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	1.260,00	1.260,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RETENTOR	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	un	65,00	65,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	REBITES	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	30,00	un	1,00	30,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DO OLEO	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	un	120,00	120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 82.804.212/0001-96

Rua Porto União, 968

C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapécó - SC

Folha: 7/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GRAXA	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	kg	40,00	40,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	JOGO DE LONA DE FRIO	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	2,00	un	160,00	320,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVICO DE SOLDA EM CAÇAMBA BASCULANTE	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	un	100,00	100,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVÇOS MECÂNICOS EM SISTEMA DE FREIO	NSA TRANSPORTADORA E MECANICA LTDA-ME	28.446.215/0001-50	1,00	un	250,00	250,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ALIMENTO P/ CAO NEW DOG CARNE 25KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	6,00	sc	81,90	491,40
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVÇOS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	EPAGRI-EMP. DE PESQUISA AGROP. E EXT. RURAL DE SC	83.052.191/0041-50	8,00	ms	3.587,50	28.700,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FECHADURA DE PORTA COMPLETA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	100,00	100,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVÇOS DE INSTALAÇÃO DE VIDRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	250,00	250,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	FECHADURA DE PORTA COMPLETA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	150,00	150,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE	ELETRO MECANICA MAESC LTDA-ME	14.592.883/0001-80	1,00	un	20,00	20,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO PARA MOTOR	ELETRO MECANICA MAESC LTDA-ME	14.592.883/0001-80	4,00	l	28,00	112,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	Serviços de implantação do sistema e treinamentos/Capacitação	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA - ME	07.753.029/0001-93	1,00	un	400,00	400,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	CESTA BASICA CONTENDO: 02 KG DE FARRINHA DE TRIGO ESPECIAL P	SCS COMÉRCIO LTDA -EPP	13.995.853/0001-52	10,00	un	62,00	620,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	Cesta Básica Contendo: 01 Pacote Farinha de Trigo Especial 5	SCS COMÉRCIO LTDA -EPP	13.995.853/0001-52	20,00	CES	114,00	2.280,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	450,00	l	4,58	2.061,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	220,00	l	4,58	1.007,60
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	450,00	l	4,58	2.061,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	600,00	l	4,58	2.748,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	450,00	l	4,58	2.061,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	OLEO DIESEL S10	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	9.000,00	l	3,88	34.920,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO DIESEL S10	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	9.000,00	l	3,88	34.920,00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	600,00	l	4,58	2.748,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MILHO QUEBRADO (QUIRERA) SACO DE 30 KG	COOPERATIVA REGIONAL ALFA - SILO	83.305.235/0016-03	4,00	sc	34,75	139,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRENA FIBRA DE VIDRO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	35,00	35,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PICARETA COM CABO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	54,00	54,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	LUBRIFICANTE SPRAY 300ML	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	10,00	20,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	BOTÃO ACIONADOR DE CAIXA DE DESCARGA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	24,00	24,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ASSENTO PARA VASO SIMPLES	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	59,00	59,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	DESINGRIPANTE	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	10,00	10,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECO**

CNPJ: 82.804.212/0001-96

Rua Porto União, 968

C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 8/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ROLO DE LÂ 23CM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	27,00	54,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ROLO DE ESPUMA 5 CM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CINTA PLÁSTICA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	100,00	un	0,20	20,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	LINHA DE PEDREIRO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	6,00	un	9,00	54,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CAVALETA AUTO ADESIVA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	8,00	16,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BUCHA 5 MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	6,00	un	0,10	0,60
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PARAFUSO 3,5 X25M	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	6,00	un	0,10	0,60
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	BUCHA 8 MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	9,00	un	0,12	1,08
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PARAFUSO 6,0X45	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	9,00	un	0,35	3,15
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	REPARO DE VÁLVULAS HIDRAULICOS	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	pc	8,00	8,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ENGATE RÁPIDO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	6,00	6,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	LAMPADA LED 15 WATZ	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	19,00	38,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	MASSA TAPA TUDO 340GR	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	1,00	un	36,00	36,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PREGO 19 X 39	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	3,00	kg	11,00	33,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	ADAPTADOR TEE 2P+T	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	9,00	18,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	TOMADA DUPLA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	11,00	22,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	FIO PARALELO 2.5 MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	25,00	m	2,50	62,50
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	LUMINÁRIA TARTARUGA	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	2,00	un	30,00	60,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	PLAFON BRANCO	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	6,00	un	7,00	42,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	LAMPADA LED 9 W	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	6,00	un	10,00	60,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	FIO DE NYLON P/ CORTAR GRAMA 3.0MM	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	124,00	m	1,30	161,20
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSES IDOSOS LINHA GRANMADOS, SANTA TEREZINHA, PEGORARO, N. MEIO AMBIENTE	FN TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME	17.271.169/0001-89	250,00	un	6,50	1.625,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ADAPTADOR 90 ORIENTAL MAGHO SAE	VALTER EBERT FILHO LTDA ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	93,76	93,76
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 1 POLO	AUTO ELÉTRICA ÁGUAS LTDA	10.587.512/0001-50	1,00	un	7,00	7,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	LUZ PILOTO	AUTO ELÉTRICA ÁGUAS LTDA	10.587.512/0001-50	1,00	un	15,00	15,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS EM PARTE ELÉTRICA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	AUTO ELÉTRICA ÁGUAS LTDA	10.587.512/0001-50	1,00	un	25,00	25,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	AUTO ELÉTRICA ÁGUAS LTDA	10.587.512/0001-50	1,00	un	10,00	10,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLANGE	AUTO ELÉTRICA ÁGUAS LTDA	10.587.512/0001-50	1,00	tb	45,00	45,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MECANICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERVATOS	AUTO ELÉTRICA ÁGUAS LTDA	10.587.512/0001-50	1,00	un	50,00	50,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 82.804.212/0001-96

Rua Porto União, 968

C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 9/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS MECÂNICOS EM SISTEMA DE FREIO	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	30,00	30,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	FITA CREPE ADESIVA 38MMX50M	E. M. INFORMÁTICA LTDA	00.710.029/0001-67	10,00	un	2,60	26,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	PAPEL CARTÃO, 180GR- FORMATO A4, COLORIDOS, PACOTE COM 50 F	PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	14.797.430/0001-90	5,00	pt	12,00	60,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CANETA MARCA TEXTO A BASE DE ÁGUA RB COR AMARELO.	ARB PAPELARIA E BAZAR LTDA-ME	85.352.755/0001-08	2,00	cx	9,40	18,80
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FORMATAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	2,00	un	80,00	160,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CARTUCHO DE TINTA HP 662 COLORIDO	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	1,00	un	110,00	110,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CARTUCHO DE TINTA HP 662 PRETO	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	2,00	un	90,00	180,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CARTUCHO DE TINTA HP-954 XL- KIT COM YELLOW,MAGENTA,CYON E B	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	1,00	un	340,00	340,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	TECLADO P/MICROCOMPUTADOR	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	2,00	un	55,00	110,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE CONSORTE E SUBSTITUIÇÃO DE BATERIA DE NOBREAK	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	1,00	un	170,00	170,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE CONSORTE DE MONITOR	C E F COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	08.147.360/0001-22	1,00	un	160,00	160,00
SEC. MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO	SERVIÇO DE INTERNET	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04	1,00	un	390,00	390,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 16X60 ACO	FERSAN COM. AUTOP. E TRANSP.LTDA	82.810.300/0001-09	2,00	un	6,00	12,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MECÂNICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSORTE	FERSAN COM. AUTOP. E TRANSP.LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	110,00	110,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	BIRIBA BORDADA	RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR -MEI	25.967.289/0001-43	26,00	un	7,50	195,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	DIVISA BORDADA	RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR -MEI	25.967.289/0001-43	26,00	pr	16,50	429,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAMISA COMBAT SHIRT PADRÃO PMSC	RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR -MEI	25.967.289/0001-43	26,00	un	129,00	3.354,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO DIALIZE EM ÓLEO HIDRÁULICO SISTEMA EQUIPAMENTO	AUTO MECANICA IVAL LTDA - ME	02.735.563/0001-53	1,00	un	800,00	800,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO ACENTAR CONJUNTO ROTATIVO HIDRÁULICO	AUTO MECANICA IVAL LTDA - ME	02.735.563/0001-53	1,00	un	800,00	800,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO MONTAR/REGULAR BOMBA E PRESSOES/TESTE EQUIPAMENTOS	AUTO MECANICA IVAL LTDA - ME	02.735.563/0001-53	1,00	un	2.000,00	2.000,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	Contratação de empresa para prestação de serviços técn	GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI	04.204.224/0001-76	3,00	ms	5.500,00	16.500,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RAÇÃO BILLY DOG CAES ADULTOS 20% 25KG	MBA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	18.154.461/0001-84	8,00	pt	72,00	576,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MOLA 1ª TRASEIRA	MECANICA JI LTDA	17.198.728/0001-72	1,00	pc	650,00	650,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MOLA 2ª TRASEIRA	MECANICA JI LTDA	17.198.728/0001-72	1,00	pc	450,00	450,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	BUCHAS MOLA	MECANICA JI LTDA	17.198.728/0001-72	1,00	pc	70,00	70,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PINO DE CENTRO COM PORCA	MECANICA JI LTDA	17.198.728/0001-72	1,00	un	30,00	30,00
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CAÇÃO MOLA	MECANICA JI LTDA	17.198.728/0001-72	2,00	un	25,00	50,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA VIA ACESSO RE	INFORSUL SERV. E TECN. DE INFOMÁTICA LTDA	07.120.449/0001-32	1,00	un	65,00	65,00
SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA VIA ACESSO RE	INFORSUL SERV. E TECN. DE INFOMÁTICA LTDA	07.120.449/0001-32	1,00	un	80,00	80,00

ESTADO DE SANTA CATARINA							Folha: 10/10
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO							
CNPJ: 82.804.212/0001-96							
Rua Porto União, 968							
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC							
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE MECANICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERTOS	MECANICA JI LTDA	17.198.728/0001-72	1,00	un	150,00	150,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONEXÃO PARA MANGA 1/2"	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	2,00	un	4,00	8,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	LUVA 20MM - 1/2	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	2,00	un	0,75	1,50
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	REGISTRO 20MM	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	2,00	un	3,50	7,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FITA VEDA ROSCA	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	1,00	un	3,00	3,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA CANO 75GR	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	1,00	un	9,00	9,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLANGE 50MM	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	1,00	un	16,00	16,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAIXA DE ÁGUA 5.000 LITROS COM TAMPA ROSCA	RÉGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	1,00	un	1.485,00	1.485,00
GABINETE DO PREFEITO	LAMPADA DE FAROL H7	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	35,00	35,00
					Total Geral ---->		364.172,02

RELATÓRIO MENSAL DE COMPRAS FMS - MARÇO 2020

Publicação Nº 2432474

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 11.420.840/0001-20
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 1/7

RELACÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Março/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	repelente adulto 200ml	ALEXANDRE NEUBAUER - ME	00.711.349/0001-31	200,00	un	10,50	2.100,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CARTUCHO DE TONNER D111S -COMPATIVEL	BAVARESCO & CIA LTDA ME	05.478.033/0001-65	2,00	un	76,00	152,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TELA PARA SOMBRITE 50%	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	43,00	m	7,45	320,35
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LENÇO DE PAPEL SOFTYS C/50	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	4,00	un	2,99	11,96
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DISPENSER PARA ALCOOL EM GEL	FERMATEC - COM. DE MAT. DE CONST. LTDA	85.274.736/0001-00	20,00	un	21,00	420,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA	FERMATEC - COM. DE MAT. DE CONST. LTDA	85.274.736/0001-00	10,00	un	27,00	270,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LIXEIRA COM PEDAL 100 LITROS	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	3,00	un	319,50	958,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LIXEIRA COM PEDAL 30 LITROS	CONSTRUHEINEN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME	18.979.631/0001-60	12,00	un	67,00	804,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	FINASTERIDA 5MG	LICIMED DIST MED CORRELATOS E PROD MEDICOS E HOSP	04.071.245/0001-60	6.000,00	CP	0,43	2.580,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	EDERA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP	26.291.613/0001-19	100,00	bs	1,15	115,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI -EPP	01.328.535/0001-59	3.360,00	CP	0,06	201,60
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	COMPLEXO B INJETAVEL	A. G. KIENEN & CIA. LTDA	82.225.947/0001-65	100,00	am	0,72	72,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	HIDROCORTISONA 500MG, SUCCINATO SODICO, PO PARA SOLUÇÃO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	am	4,99	499,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2,5ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	am	0,57	57,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AMOXICILINA 500MG/CP	INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	4.200,00	CP	0,15	630,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALOPURINOL 300MG	INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	1.000,00	CP	0,18	180,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SAS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDI	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.000,00	un	0,44	440,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	6.000,00	CP	0,07	420,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10M	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	27.860.256/0001-25	3.000,00	CP	0,38	1.140,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	METILDOPA 250MG	MEDIGRAM - DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	1.000,00	CP	0,43	430,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	BIPERIDENO 2MG/CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	800,00	CP	0,18	144,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALCOOL GEL 70% 980GR COM VALCULA PUMP	SALVI, LOPES & CIA. LTDA - ME	82.478.140/0001-34	50,00	un	11,23	561,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SORO FISIOLÓGICO 0,9% SISTEMA FECHADO ESTERIL FRASCO C 250ML	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	350,00	un	2,91	1.018,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 11.420.840/0001-20

Rua Porto União, 968

C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 2/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENT	SALVI, LOPES & CIA. LTDA - ME	82.478.140/0001-34	10,00	cx	7,10	71,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL DE FIBRA NATURAL NA COR BRANCA	FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME	25.034.906/0001-58	15,00	rl	6,23	93,45
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE RUAS PARA DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS	NEULI ALICE DO NASCIMENTO 86812122904-MEI	27.629.271/0001-67	15,00	h	20,00	300,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	JOGO DE SAPATAS FREIOS TRASEIROS	GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	kg	515,08	515,08
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	FLUIDO DO FREIO	GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	un	31,00	31,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE MECANICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERVOS	GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	un	231,00	231,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	MEDILAR IMP E DIST DE PROD MEDICOS HOSPITALARES S/	07.752.236/0001-23	50,00	am	1,40	70,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALCOOL GEL 70%	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	36,00	un	9,20	331,20
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PIPETAO COLETOR DE LARVAS DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNHA	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	1,00	un	50,00	50,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TELA PARA MOSQUITO EM NYLON 1,5X50M	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	1,00	rl	295,00	295,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LANTERNA TATICA PROFISSIONAL 2600000 LUMES	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	1,00	un	168,00	168,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PILHA PANASONIC PALITO AAA C/6 L+P	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	2,00	un	18,90	37,80
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PILHA RAYOVAC AMARELINHA AA 8L+P	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	1,00	un	9,98	9,98
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	OLEO DA CAIXA 1 LT	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	3,00	un	88,00	264,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SEMI EIXO COMPLETO L. DIREITO	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	659,70	659,70
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SEMI EIXO COMPLETO L. ESQUERDO	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	543,90	543,90
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	COXIM DO MOTOR	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	144,00	144,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE MECANICA DE TROCA DE PEÇAS E CONSERVOS	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	180,00	180,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	AUTO ELÉTRICA CODI EIRELI-ME	25.261.490/0001-00	1,00	un	130,00	130,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALCOOL EM GEL 70%, EMBALAGEM DE 5 LITROS	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	15,00	gl	85,00	1.275,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MASCARA RESPIRADOR C/ VALVULA	MAQDMA - FERRAMENTAS E EQUIP. LTDA	81.373.441/0001-30	200,00	un	2,42	484,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ULTIBRO 110/50MCG. CAIXA C/ 30 CP	MARCUS V. F. D'AGOSTINI EIRELI - EPP	85.310.225/0004-40	10,00	cx	183,29	1.832,90
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SEEBRI 50MCG. CAIXA C/ 50 CP	MARCUS V. F. D'AGOSTINI EIRELI - EPP	85.310.225/0004-40	10,00	cx	140,50	1.405,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + SULFATO DE SODIO	MARCUS V. F. D'AGOSTINI EIRELI - EPP	85.310.225/0004-40	1,00	cx	42,00	42,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CONECTOR COM REGULAGEM P/ CADEIRA ODONTOLÓGICA	DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	07.456.008/0001-06	1,00	un	156,50	156,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	VÁLVULA DO SUPORTE CADEIRA ODONTOLÓGICA	DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	07.456.008/0001-06	1,00	un	178,80	178,80
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LAMPADA H3 P/ CADEIRA ODONTOLÓGICA	DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	07.456.008/0001-06	1,00	un	38,80	38,80
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO CONSERVO DE EQUIPAMENTOS DE SAUDE	DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	07.456.008/0001-06	1,00	h	100,00	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECÓ

CNPJ: 11.420.840/0001-20

Rua Porto União, 968

C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 3/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVICOS DE MANUTENÇÃO E FIXAÇÃO DE CORRIMÃO	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	200,00	200,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVICOS DE REGULAGEM E TROCA DE ROLDANA DE PORTA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	200,00	200,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVICOS DE INSTALAÇÃO DE VIDRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIA	METALURGICA AGUAS EIRELI - ME	27.482.011/0001-01	1,00	un	200,00	200,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	GASOLINA COMUM	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	8.000,00	l	4,24	33.920,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	OLEO DIESEL S10	AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA	04.589.335/0001-48	2.000,00	l	3,39	6.780,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AVENTAL LEITOSO 100X80CM USO UNICO	HIGIMIX SISTEMAS DE HIGIENIZAÇÃO LTDA ME	17.002.863/0001-09	1.000,00	un	0,499	499,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + SULFATO DE SODIO	MARCUS V. F. D'AGOSTINI EIRELI - EPP	85.310.225/0004-40	1,00	cx	42,00	42,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODERMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁV	ALTERMED MATERIAS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	800,00	un	0,13	104,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODERMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁV	ALTERMED MATERIAS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	800,00	un	0,11	88,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODERMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁ	ALTERMED MATERIAS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	500,00	un	0,23	115,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 20, COM BISEL TRIFACETADO CUR	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	50,00	un	0,55	27,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 22, COM BISEL TRIFACETADO CUR	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	400,00	un	0,54	216,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 24, COM BISEL TRIFACETADO CUR	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	400,00	un	0,68	272,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ÁGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	ALTERMED MATERIAS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	600,00	am	0,18	108,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ÁGUA DESTILADA P/ AUTOCALVA 5000ML	ISAMED - MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES LTDA-ME	05.948.061/0001-07	35,00	un	5,32	186,20
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 20CMX4, 5M(1,80M EM REPOUSO), DEVE A	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	21.536.580/0001-06	300,00	un	3,12	936,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CMX4, 5M(1,80M EM REPOUSO), DEVE A	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	21.536.580/0001-06	300,00	un	2,69	807,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	EQUIPO ALIMENTAÇÃO DIETA ENTERAL	ISAMED - MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES LTDA-ME	05.948.061/0001-07	100,00	un	0,82	82,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFORANTE P	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.000,00	un	0,77	770,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CARVEDILOL 6,25 MG/CP	A. G. KIENEN & CIA. LTDA	82.225.947/0001-65	6.000,00	CP	0,08	480,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10M	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	27.860.256/0001-25	3.000,00	CP	0,38	1.140,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	MEDILAR IMP E DIST DE PROD MEDICOS HOSPITALARES S/	07.752.236/0001-23	100,00	bs	4,00	400,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	6.000,00	CP	0,07	420,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	6.000,00	CP	0,07	420,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	6.000,00	CP	0,07	420,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AZITROMICINA 500MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	600,00	CP	0,45	270,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	EDERA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP	26.291.613/0001-19	200,00	bs	1,15	230,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECO**

CNPJ: 11.420.840/0001-20
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 4/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CLORTALIDONA 25 MG/CP	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI -EPP	01.328.535/0001-59	2.000,00	CP	0,15	300,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	IBUPROFENO 600MG	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA	02.520.829/0001-40	6.000,00	CP	0,18	1.080,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA	02.520.829/0001-40	3.000,00	CP	0,06	180,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESTRIOL 1MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	50,00	bs	11,00	550,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA	02.520.829/0001-40	4.990,00	CP	0,03	149,70
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	2.000,00	CP	0,20	400,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	MEDILAR IMP E DIST DE PROD MEDICOS HOSPITALARES S/	07.752.236/0001-23	3.000,00	CP	0,45	1.350,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI -EPP	01.328.535/0001-59	4.800,00	CP	0,06	288,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TOPIRAMATO 50MG/CP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	3.000,00	CP	0,16	480,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	FLUOXETINA 20MG	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	6.000,00	CPS	0,05	300,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PARACETAMOL 750 MG/CP	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	9.000,00	CP	0,10	900,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AMITRIPTILINA 25 MG	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	6.000,00	CP	0,03	180,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	VASSOURA, COM CERDAS DE NYLON LUXO, BASE DE MADEIRA	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	10,00	un	9,40	94,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Rodo de Espuma 30 cm c/cabo em madeira	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	5,00	un	9,10	45,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	FÓSFORO - CAIXA COM 240 PALITOS-	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	5,00	un	4,00	20,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TOALHA HIGIENICA PARA LIMPEZA, TAM 60CMX1M. LISTRADA	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	10,00	un	8,28	82,80
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Toalha para louça, cor branca, 100% algodão, alta absorção.	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	10,00	un	4,30	43,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Rodo para limpeza 60cm, com cabo e base de alumínio	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	10,00	un	23,50	235,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PRENDEDOR DE ROUPA, DE MADEIRA, EMBALAGEM C/ 12 UNIDADES	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	5,00	un	2,05	10,25
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), TAM 110X75X23MM	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	50,00	un	2,14	107,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESPONJA DE LÁ DE AÇO TAMANHO 100X75. PACOTE COM 8 UNIDADES	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	10,00	pt	2,45	24,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	BALDE DE PLÁSTICO RÍGIDO, CAPACIDADE 18 LITROS	COMERCIAL ZENI LTDA - ME	86.107.323/0001-02	5,00	un	24,85	124,25
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, AEROSOL, FRASCO 400GR	SCS COMÉRCIO LTDA -EPP	13.995.853/0001-52	10,00	un	9,48	94,80
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DESINFETANTE DE USO GERAL PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO - 5L	SCS COMÉRCIO LTDA -EPP	13.995.853/0001-52	40,00	un	13,40	536,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	COPO DESCARTAVEL 180 ML - PCTE 100 UNID.	SCS COMÉRCIO LTDA -EPP	13.995.853/0001-52	30,00	pt	3,49	104,70
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PAPEL HIGIÊNICO , 100% CELULOSE VIRGEM, PICOTADO, GROFADO,	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	07.814.016/0001-87	20,00	fd	53,85	1.077,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	VASSOURINHA SANITÁRIA, COM CERDAS DE NYLON, CABO DE PLÁSTICO	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	10,00	un	3,80	38,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Toalha de rosto, 100% algodão, felpa dupla, com 03 tramas 2x	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	15,00	un	9,80	147,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SACO PLÁSTICO DE LIXO 50 LITROS. EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	20,00	un	11,00	220,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECÓ

CNPJ: 11.420.840/0001-20
 Rua Porto União, 968
 C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 5/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALCOOL TIPO ETÍLICO HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 70%, APLICAÇÃO :	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	150,00	fr	6,10	915,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Álcool gel frasco com 500 ml	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	50,00	fr	5,53	276,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SABÃO EM PÓ. EMBALAGEM DE 1KG	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	12.144.365/0001-79	60,00	un	7,60	456,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Papel toalha interfolhado 2 dobras, tamanho 18,5x21cm Branco	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI - EPP	24.170.620/0001-37	50,00	cx	114,00	5.700,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SABONETE LÍQUIDO VISCOSO ASSEPTICO EMBALAGEM 5 LITROS	LEANDRO APARECIDO DE PAULA-ME	19.634.481/0001-15	10,00	un	20,50	205,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇA FRASCO 500ML	LEANDRO APARECIDO DE PAULA-ME	19.634.481/0001-15	70,00	un	1,60	112,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DETERGENTE LIMPA VIDROS MULTUISO PARA LIMPAR VIDROS - 5L	LEANDRO APARECIDO DE PAULA-ME	19.634.481/0001-15	10,00	un	15,50	155,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AMACIANTE DE ROUPA LÍQUIDO VISCOSO, EMBALAGEM 5 LITROS	LEANDRO APARECIDO DE PAULA-ME	19.634.481/0001-15	10,00	un	15,30	153,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Água sanitária hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, sul	LEANDRO APARECIDO DE PAULA-ME	19.634.481/0001-15	50,00	un	11,15	557,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SACO DE PLÁSTICO DE LIXO 30 LITROS, EMBALAGEM C/ 100 UNIDADE	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	22.094.574/0001-09	10,00	un	16,80	168,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SACO DE PLÁSTICO DE LIXO 100LITROS, EMBALAGEM C/ 100 UNIDADE	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	22.094.574/0001-09	10,00	un	19,55	195,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, co	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	22.094.574/0001-09	10,00	pr	4,58	45,80
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CMX4,5M(1,80M EM REPOUSO), DEVE A	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	21.536.580/0001-06	98,00	un	2,69	263,62
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	VAISSOURA COM CEPA E CERDAS DE PALHA - SECA	A S TRANSPORTES LTDA -ME	19.227.373/0001-28	5,00	un	16,15	80,75
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	Sacola plástica, tamanho P, medidas aprox. 28cmx38cm, branca	A S TRANSPORTES LTDA -ME	19.227.373/0001-28	10,00	un	53,00	530,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PLAQUINOL 400MG	Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda - EPP	09.944.371/0001-04	870,00	CP	1,52	1.322,40
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PARACETAMOL 750 MG/CP	WERBRAN DIST. DE MED. LTDA	04.372.020/0001-44	20.000,00	CP	0,14	2.800,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DIPIRONA 500MG	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA	02.520.829/0001-40	20.000,00	CP	0,129	2.580,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TESTE RAPIDO COVID-19 IGG/IGM	IMAES IMPORTACAO LTDA	12.100.924/0001-49	25,00	un	90,00	2.250,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DETERGENTE DE LOUÇA YPE CAPIM LIMÃO	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0028-39	10,00	un	1,59	15,90
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DIVERSA	LURDES APARECIDA SCHWEIKART	053.098.399-09	1,00	un	1.500,00	1.500,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MACAÇÃO PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL BRANCO	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	9,00	un	28,50	256,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇO DE RECOLHIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SOLI.	T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	72.332.778/0001-09	1,00	un	16.832,00	16.832,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA C/ 50	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	16,00	cx	25,00	400,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ÁLCOOL HIDRATADO 70% - EMBALAGEM 1000ML	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	60,00	un	8,00	480,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TOUCA DESCARTÁVEL -TNT COM ELASTICO DUPLA PCT C/100UND	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	3,00	pt	20,00	60,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AVENTAL MANGA LONGA, PACOTE COM 10 UNID	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	7,00	pt	30,00	210,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ÓCULOS DE PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	3,00	un	12,00	36,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECO

CNPJ: 11.420.840/0001-20
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapécó - SC

Folha: 6/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	5,00	un	18,50	92,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVICOS DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER	86.108.263/0001-34	1,00	un	171,30	171,30
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP	28.093.678/0001-85	500,00	un	1,14	570,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	HALOPERIDOL 5MG/ML AMPOLA 1ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	50,00	am	1,01	50,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ACARBOSE 50 MG COMPRIMIDOS	SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	3.000,00	CP	0,70	2.100,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DIPIRONA SODICA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	400,00	am	0,49	196,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	CARBONATO DE CALCIO 500MG	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	5.000,00	CP	0,04	200,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	BETAMETASONA 5MG DIPROPIONATO+FOSFATO DISSODICO	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	03.652.030/0001-70	200,00	am	4,00	800,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	METILDOPA 250MG	MEDIGRAM - DIST. DE MEDICAMENTOSA LTDA	04.470.877/0001-05	3.000,00	CP	0,43	1.290,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	FUROSEMIDA 40MG COMP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA	02.520.829/0001-40	6.000,00	CP	0,04	240,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA	02.520.829/0001-40	3.990,00	CP	0,03	119,70
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	OXIBUTINA,CLORIDRATO 5 MG	MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA	05.912.018/0001-83	900,00	CP	0,68	612,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ENALAPRIL, MALEATO, 5MG	INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	3.000,00	CP	0,05	150,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALOPURINOL 300MG	INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	1.500,00	CP	0,18	270,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	DOXAZOSINA MESILATO 2MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	13.000,00	CP	0,10	1.300,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ATENOLOL 100MG/CP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.500,00	CP	0,06	90,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ESPIRONOLACTONA 25MG/CP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA.	02.816.696/0001-54	7.000,00	CP	0,13	910,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVICOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS	ROBSON JOSE ANDREOLA -ME	12.510.417/0001-83	1,00	un	2.690,00	2.690,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	50,00	un	4,99	249,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MÁSCARA RESPIRATÓRIA - PFF2	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	400,00	un	5,00	2.000,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MACAÇÃO BRANCO IMPERMEÁVEL - AI30R	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	3,00	un	28,50	85,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MACAÇÃO BRANCO IMPERMEÁVEL - AI30R	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	3,00	un	28,50	85,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	MACAÇÃO BRANCO IMPERMEÁVEL - AI30R	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	3,00	un	28,50	85,50
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALCOOL EM GEL 70%, EMBALAGEM DE 5 LITROS	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	20,00	gl	160,00	3.200,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	HIPOCLORITO - GALÃO 5 LITROS	MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI- ME-	05.478.336/0001-88	50,00	gl	19,94	997,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	PREDNISONA CAPSULAS 60 UNIDADES	FARMACIA DE CONTO EIRELI	03.490.459/0001-09	1,00	un	38,00	38,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	ALOPURINOL CRTELA COM 60 CAPSULAS	FARMACIA DE CONTO EIRELI	03.490.459/0001-09	1,00	CT	48,00	48,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	GABAPENTINA CAPSULAS 60 UNIDADES	FARMACIA DE CONTO EIRELI	03.490.459/0001-09	1,00	un	108,00	108,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	TINTAS SPRAY	FERRAGEM SAO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	3,00	un	17,00	51,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECO**

CNPJ: 11.420.840/0001-20
Rua Porto União, 968
C.E.P.: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

Folha: 7/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM	DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	74.127.473/0001-90	50,00	pt	41,04	2.052,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SORO FISIOLÓGICO 125 ML 9% SISTEMA FECHADO	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	500,00	un	2,10	1.050,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	SERINGA 5ML LI (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁV	ALTERMED MATERIAS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.000,00	un	0,13	130,00
DEPTO DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, 25X7,	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	25,00	cx	28,99	724,75
						Total Geral -->	142.970,94

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 105/2020

Publicação Nº 2432444

DECRETO Nº 105/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada de suas funções a Servidora Pública Municipal Senhora Adriana Della Costa, ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretária Municipal de Saúde, pelo período integral, percebendo a remuneração de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 45/2016, em conformidade com a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, através do benefício NB 1934734303.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 07 de abril de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 106/2020

Publicação Nº 2432447

DECRETO Nº 106/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 45/2016, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora Adriana Della Costa, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde, pelo período integral, provido em comissão, percebendo a remuneração fixada no Anexo II, Cód. 6101, da Lei Complementar Municipal nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Águas Frias - SC, em 07 de abril de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE 2º ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2/2020

Publicação Nº 2432911

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Segundo Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº2/2020

Ata Nº:	2/2020
Detentora da Ata:	AUTO POSTO CARON & VASSOLER LTDA
Objeto	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Processo Nº	96/2019
Modalidade	Pregão Nº39/2019
Vigência da Ata	Início: 08/04/2020 Fim: 31/12/2020

Lote	Item	Descrição	Unid	Valor Unitário
1	1	Gasolina Comum	l	4,30

PREÇOS

REGISTRADOS

ÁGUAS FRIAS – SC, 07 de abril de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito

Alfredo Wagner**PREFEITURA****EXTRATO JUSTIFICATIVA CHAMAMENTO PÚBLICO 01-2020**

Publicação Nº 2432565

**MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER****ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ 83.102.608/0001-54****CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2020 – Lei nº 13.019/2014.****EXTRATO DA JUSTIFICATIVA E DO RESULTADO**

MODALIDADE:	Inexigibilidade de Chamamento Público nº 01/2020
OBJETO:	Transferência financeira para desenvolver atividades e ações voltadas para valorização e a inclusão do idoso.
ENTIDADES:	Grupo da Terceira Idade Renascer – CNPJ Nº 05.843.126/0001-41; Grupo da Terceira Idade “Nova Esperança” – CNPJ Nº 12.992.788/0001-49; Grupo da Amizade da Melhor Idade – CNPJ Nº 16.880.766/0001-48;
VALOR ESTIMATIVO DO REPASSE E VIGENCIA:	Grupo da Terceira Idade Renascer – até R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) Grupo da Terceira Idade “Nova Esperança” – até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) Grupo da Amizade da Melhor Idade – até R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) Vigência, até 31.12.2020.
JUSTIFICATIVA DA PARCERIA:	“Considerando a convivência dos idosos nos Grupos da Terceira Idade, minimiza a solidão, estimula o contato social. Considerando que este tipo de grupo propicia o compromisso regular de encontros preenchendo o vazio da solidão que na terceira idade traz danos a saúde física e mental. Considerando que os encontros permitem os idosos renovar e fazer novas amizades, promoção de atividades, jogos. Considerando que é de extrema importância que o município apoie as iniciativas focadas no bem estar dos idosos, haja vista que o número de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos tem aumentado consideravelmente em nossas comunidades, e é preciso promover a qualidade de vida que reverte em melhores condições de saúde física e mental. Considerando que a atividade de apoio aos idosos pode se dar em regime de parceria com a Organização da Sociedade Civil – OSC, com observância da Lei Federal nº 13.019/2014. Considerando que o art. 31, inciso II, da Lei Federal nº

Rua Anitápolis, 250 – Centro – CEP 88450-000 – Alfredo Wagner – SC
Fones (48) 3276-1211 / 3276-1023 / 276-1233 - 32762151



MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ 83.102.608/0001-54

	<p>13.019/2014, autoriza a inexigibilidade do Chamamento Público no caso de parcerias autorizadas por lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Considerando a Lei Municipal nº 980 de 27 de agosto de 2019 que <i>"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar parceria com base na Lei Federal nº 13.019/2014 com as entidades que especifica, e dá outras providências"</i>. A luz das considerações acima expostas e com o intuito de dar fiel cumprimento a Lei nº 13.019/2014, bem como pela garantia da continuidade de ações realizadas pelas OSC há mais de 04 (quatro) anos no município de Alfredo Wagner, bem como enriquecer ainda mais a variedade das opções ofertadas a Terceira Idade. Nesse sentido o município de Alfredo Wagner torna pública a justificativa da inexigibilidade do chamamento público para celebração de parceria com as seguintes OSC: Grupo da Terceira Idade Renascer; Grupo da Terceira Idade "Nova Esperança"; Grupo da Amizade da Melhor Idade, para execução da atividade voltadas para a valorização e a inclusão dos idosos, por entender haver justificativa válida, idônea e de interesse público respaldada em autorização legislativa.</p>
JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA ENTIDADE:	Lei Municipal nº 987 de 18 de fevereiro de 2020 que <i>"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Parceria com base na Lei Federal Nº 13.019/2014 com as entidades que Especifica, e dá outras providências"</i> .
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DA JUSTIFICATIVA:	Até 5 (cinco) dias da data desta publicação. (16.03.2020)
BASE LEGAL DA INEXIGIBILIDADE:	Incisos II do artigo 31 da Lei nº 13.019/2014.

Alfredo Wagner/SC, 16 de março de 2020

Naudir Antonio Schmitz
Prefeito Municipal

Rua Anitápolis, 250 – Centro – CEP 88450-000 – Alfredo Wagner – SC
Fones (48) 3276-1211 / 3276-1023/ 276-1233 - 32762151

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 006/2020 - PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES**

Publicação Nº 2433261

Portaria n. 006/2.020

Prorroga atos preventivos da COVID-19

Art. 1º Ciente do Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2.020, da sua prorrogação pelos Decretos Estaduais 525, de 23 de março de 2.020, 535 de 30 de março de 2.020 e 550, de 07 de abril de 2020 resolve:

I – Ampliar a suspensão das atividades da Câmara Municipal até o dia 12 de abril de 2.020.

II – Naquilo que couber, permanecem as determinações da portaria anterior vigente.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir de 08 de abril de 2020.

Alfredo Wagner-SC, 07 de abril de 2.020.

Edenilson Rodrigues de Souza
Presidente da Câmara de Vereadores

Anchieta

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 009/2020

Publicação Nº 2432991

PORTARIA Nº 009, de 07 de abril de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas normas constitucionais e legais.

CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020; CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, bem como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria nº 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que as autoridades públicas médicas e sanitárias já declararam a existência de transmissão comunitária em unidades da Federação, em que não se consegue identificar a trajetória de infecção pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a aprovação pela Câmara dos Deputados da Mensagem Presidencial nº 93/2020, que reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO que o grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19 compreende idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;

CONSIDERANDO que dos nove vereadores da Câmara Municipal de Anchieta, apenas um, em tese, está fora do grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19;

CONSIDERANDO que significativa parte dos serviços da Câmara de Vereadores já são realizadas remotamente, tanto que carga horária presencial dos servidores de carreira não excede 20 horas semanais;

CONSIDERANDO a suspensão das aulas e o isolamento social, e que ha servidores do legislativo atendendo familiares, crianças e idosos, o que se recomenda evitar circulação e aglomeração para não levar o vírus para os seus protegidos no isolamento social.

CONSIDERANDO a natureza essencial da atividade legislativa municipal e a necessidade de se assegurarem condições mínimas para sua continuidade, compatibilizando-a com a preservação da saúde de vereadores e vereadoras, servidores públicos e usuários dos serviços da Câmara Municipal de Vereadores;

CONSIDERANDO que a existência de projetos de leis em curso, incluído um em regime de urgência, em que o adiamento da deliberação pelo plenário pode gerar insegurança jurídica ou conflito normativo e potenciais prejuízos à tutela de direitos; e

CONSIDERANDO que o disposto no Parágrafo único do Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Anchieta que, quando comprovada a impossibilidade de acesso à sede da Câmara ou outro fato que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regime de Reuniões Remotas das Comissões e do Plenário da Câmara de Vereadores de Anchieta, ordinárias e extraordinárias, no horário regimental, suspensão do trabalho presencial de vereadores e servidores, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19.

Art. 2º Só serão realizadas reuniões remotas quando houver matéria inadiável.

Art. 3º As reuniões remotas serão coordenadas por servidor designado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, que cadastrará os WhatsApp de cada membro da Câmara de Vereadores para encaminhar os projetos, pareceres, bem como, colher emendas, ponderações e votos.

Art. 4º Os relatórios das comissões, inclusive delação de voto divergente, poderão ser produzidos por áudio e serão postados para os demais membros e gravados na mídia própria da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Os votos de mérito do plenário virtual e a proclamação de resultado serão exclusivamente por áudio.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor no dia 07 de abril de 2020 e terá validade até 30 de abril de 2020, prorrogável por ato do Presidente da Câmara de Vereadores, enquanto subsistir a situação excepcional que levou à sua edição.

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, em 07 de abril de 2020.

NERI GASPAR

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
Foi publicada na forma da Lei.

Jussara Santin

Diretora Geral do Legislativo

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 22/2020

Publicação Nº 2432703

DECRETO Nº 022 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Declara situação de emergência no Município de Angelina, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGELINA, GILBERTO ORLANDO DORIGON, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Legislação Vigente do município e, ainda,

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n. 019/2020, nº 20/2020 e nº 021/2020 que implementavam ações, no âmbito do Município de Angelina, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Angelina, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III - eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Angelina, 06 de abril de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24/2020

Publicação Nº 2432705

DECRETO Nº024/2020

"Decreta Ponto
Facultativo Semana Santa 2020"

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 09 de Abril de 2020 (quinta - feira), em virtude do Feriado Nacional de 10 de Abril de 2020

- Paixão de Cristo/Sexta-Feira Santa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 07 de abril de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 46/2020

Publicação N° 2432707

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

PORTARIA N° 046/2020

Retrai Carga Horária do Cargo de Fisioterapeuta, em atendimento a Demanda Judicial.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º - Retrair a carga horária do cargo de fisioterapeuta, do quadro de pessoal da prefeitura municipal, para 30 horas semanais, nos termos dos autos nº 5008534-65.2016.4.04.7200/SC- Justiça Federal- Seção Judiciária de Santa Catarina- 3º Vara Federal de Florianópolis.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 07 de Abril de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****27ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2432450

27ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08/04/2020 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

ENFERMEIRO		
Class.	Candidato	Inscrição
01º	TAINÁ PAULI	0404

Antônio Carlos, 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

28ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2432824

28ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08/04/2020 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

ENFERMEIRO		
Class.	Candidato	Inscrição
02º	DJONATAN CESAR CORREA	0363

Antônio Carlos, 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

29ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2432835

29ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08/04/2020 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

ENFERMEIRO		
Class.	Candidato	Inscrição
03º	ETHIELLY MENDES	00028

Antônio Carlos, 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 206/2020

Publicação Nº 2432947

PORTARIA Nº 206/2020
Cancelamento de férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cancelar as férias de Roziane Vanda da Silveira Coelho, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo I, marcadas para o período de 23/03/2020 a 01/04/2020, referente ao período aquisitivo de 07/03/2019 a 06/03/2020, concedidas pela Portaria nº 149/2020, devendo ser usufruídas em época oportuna.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de abril de 2020.

PORTARIA N 207/2020

Publicação Nº 2432950

PORTARIA Nº 207/2020
Cancelamento de férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cancelar as férias de Maicon Trajano da Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Contábil Financeiro III, marcadas para o período de 22/04/2020 a 01/05/2020, referente ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, concedidas pela Portaria nº 148/2020, devendo ser usufruídas em época oportuna.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de abril de 2020.

PORTARIA N 209/2020

Publicação Nº 2432955

PORTARIA Nº 209/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

Considerando os Decretos Municipais nº 39/2020 e 43/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ROSILMA HILLESHEIM JUNKES	ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE	Secretaria de Saúde e Assistência Social	04/04/2018 a 03/04/2019	06/04/2020 a 05/05/2020
ROBERTA CORREIA LOURENÇO	ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE	Secretaria de Saúde e Assistência Social	11/03/2019 a 10/03/2020	06/04/2020 a 05/05/2020
IRMA RICHARTZ CONRAT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Secretaria de Saúde e Assistência Social	02/07/2017 a 01/07/2018	06/04/2020 a 05/05/2020

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/04/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de abril de 2020.

PORTARIA N 210/2020

Publicação N° 2432957

PORTARIA N° 210/2020
Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

Considerando os Decretos Municipais nº 39/2020 e 43/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias a servidora LINETE RITA VIEIRA NIEHUES DE FARIAS, ocupante do cargo efetivo de MEDICO PEDIATRA, referente ao período aquisitivo de 03/11/2014 a 02/11/2019, a partir de 08 de abril de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 08 de abril de 2020.

PORTARIA N 211/2020

Publicação N° 2433019

PORTARIA N° 211/2020
Cancelamento de férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cancelar as férias de Paulo Renato Silva de Almeida, ocupante do cargo efetivo de Motorista, marcadas para o período de 14/04/2020 a 13/05/2020, referente ao período aquisitivo de 13/11/2018 a 12/11/2019, concedidas pela Portaria nº 151/2020, devendo ser usufruídas em época oportuna.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de abril de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de abril de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2020

Publicação Nº 2433396

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº : 27/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CONSTRUTORA F & F EIRELI

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 112/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CICLOVIA AS MARGENS DA BR 470, COM EXTENSÃO DE 1.800,00 METROS

Vigência : Início: 07/04/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 06/04/2020

Valor R\$: 520.125,32 (Quinhentos e Vinte Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 124 - 06.001.1063.3449051990000000000.01830000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

José Gerson Gonçalves

PORTARIA Nº 0264/2020

Publicação Nº 2432411

PORTARIA Nº 0264/2020

De 03 de abril de 2020

DESIGNA VALMOR ELIAS COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO
PROCESSO DE COLABORAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAIS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 88/07 de 06/09/2007, alterada pelas Leis Complementares nº 123/12 de 16/04/2012 e nº 143/14 de 22/09/2014,
RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Valmor Elias, ocupante do cargo de Secretário Municipal, como responsável técnico do Município de Apiúna junto ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI para fins de colaboração, fiscalização e licenciamento de Projetos Ambientais.

Art. 2º - A atuação do servidor designado é supletiva e não vincula as etapas de processo de licenciamento que couber ao Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí – CIMVI.

Parágrafo único. O exercício supletivo das funções pelo servidor designado por este ato com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí – CIMVI não gera vínculo trabalhista nem outorga àquele o direito de recebimento verba de qualquer espécie em face deste.

Art. 3º - O exercício das atribuições de que trata a presente Portaria se dará no âmbito das funções do respectivo cargo, sem qualquer indenização ou outro benefício de qualquer espécie.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria nº 331, de 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de abril de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0266/2020

Publicação Nº 2432784

PORTARIA Nº 0266/2020

De 07 de abril de 2020

DESIGNA LETÍCIA LUIZA LANGE COMO
FISCAL DE CONTRATO Nº 26/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada LETICIA LUIZA LANGE, matrícula n. 134376, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
26/2020	Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Recife, com extensão de 1026,90m e área de 7167,30m². Tomada de preços p/ Obras e Serviços de engenharia nº 03/2020	PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA.

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Servidor: Nicanor Nunes Júnior

Cargo: Assessor de Planejamento

Matrícula: 114243

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Nicanor Nunes Júnior, matrícula 114243 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de abril de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0267/2020

Publicação Nº 2432785

PORTARIA Nº 0267/2020

De 07 de abril de 2020

DESIGNA LETÍCIA LUIZA LANGE COMO
FISCAL DE CONTRATO Nº 27/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada LETICIA LUIZA LANGE, matrícula n. 134376, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
27/2020	EXECUÇÃO COMPLETA DE CICLOVIA (MARGENS BR 470), EXTENSÃO 1.800,00 METROS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E PLANILHAS DE ORÇAMENTOS. Tomada de preços p/ Obras e Serviços de engenharia nº 112/2019	CONSTRUTORA F & F EIRELI

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Servidor: Nicanor Nunes Júnior

Cargo: Assessor de Planejamento

Matrícula: 114243

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;

- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Nicanor Nunes Júnior, matrícula 114243 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de abril de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 03-2020

Publicação Nº 2433394

MUNICIPIO DE APIÚNA

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2020

O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento do Tomada de Preços nº 03/2020, homologado em 06/04/2020, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Recife, com extensão de 1026,90m e área de 7167,30m², na qual declara vencedora a empresa: PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 03.989.313/0001-02. Valor Total: R\$1.212.453,26.

Data: 07/04/2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 112/2019

Publicação Nº 2433395

MUNICIPIO DE APIÚNA

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 112/2019

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 112/2019

O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento do Tomada de Preços nº 112/2019, homologado em 06/04/2020, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CICLOVIA AS MARGENS DA BR 470, COM EXTENSÃO DE 1.800,00 METROS, na qual declara vencedora a empresa: CONSTRUTORA F & F EIRELI, CNPJ nº 12.595.052/0001-37. Valor Total: R\$520.125,32.

Data: 07/04/2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito.

Arabutã

PREFEITURA

22.2020

Publicação N° 2433170

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 036/2020.
PREGÃO PRESENCIAL N°. 022/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME A NECESSIDADE, MEDIANTE ENCAMINHAMENTO E AUTORIZAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE, conforme especificações constantes no Anexo "E" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 23/04/2020.
Abertura: às 09h00 do dia 23/04/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 07 de Março de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

2586

Publicação N° 2432404

DECRETO 2586 de 06 de Abril de 2020.

EM DE CORRÊNCIA DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, conforme o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020 e de acordo com os Decreto N° 515, de 17 de março de 2020 e Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, do Estado de Santa Catarina

DECRETA:

Art.1º. Para dar continuidade ao enfrentamento da situação de emergência declarada pelo Decreto Estadual nº 535, de 30 de março de 2020, associada a necessidade de regulação de férias dos servidores da educação e demais ocupantes de funções exercidas nestas unidades, ficam concedidas férias coletivas e antecipação de 15 dias a referidos servidores, a contar de 03/04/2020.

Art. 2º. Este Decreto complementa o Decreto Municipal nº 2579/2020.

Art. 3º. Este Decreto retroage a data de 02 de abril de 2020, com prazo de vigência até o dia 17/04/2020.

Art. 4º. Revogadas todas as disposições em contrário.

Arabutã SC, 06 de abril de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz
Responsável pelas publicações

PORTARIA 193/2020

Publicação Nº 2433310

PORTARIA Nº 193/2020
CONCEDE TRABALHO REMOTO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arbutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO a essencialidade do trabalho do servidor;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a servidora MARLENE WEIMER WILTGEN, inscrita no CPF sob nº. 892.863.919-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III, exercendo função de direção, o exercício da sua função de modo remoto, pelo período de 03 a 17 de abril de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arbutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 194/2020

Publicação Nº 2433311

PORTARIA Nº 194/2020
CONCEDE TRABALHO REMOTO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arbutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO a essencialidade do trabalho do servidor;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a servidora CASSIANE BIZOLO, inscrita no CPF sob nº. 033.743.369-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III, exercendo função de direção, o exercício da sua função de modo remoto, pelo período de 03 a 17 de abril de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arbutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 195/2020

Publicação Nº 2433312

PORTARIA Nº 195/2020
CONCEDE TRABALHO REMOTO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arbutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO a essencialidade do trabalho do servidor;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a servidora CLEIA LUCIANE SCHATZ DE CASTRO, inscrita no CPF sob nº 867.416.089-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III, exercendo função de direção, o exercício da sua função de modo remoto, pelo período de 03 a 17 de abril de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arbutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 196/2020

Publicação Nº 2433313

PORTARIA Nº 196/2020
CONCEDE TRABALHO REMOTO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arbutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO a essencialidade do trabalho do servidor;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a servidora DIRLETE MARLEI BERNER, inscrita no CPF sob nº 867.394.179-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III, exercendo função de direção, o exercício da sua função de modo remoto, pelo período de 03 a 17 de abril de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arbutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 197/2020

Publicação Nº 2433315

PORTARIA Nº 197/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 515, nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, férias coletivas, pelo período de 03 a 17 de abril de 2020, aos servidores lotados na Secretaria de Educação ocupantes dos cargos efetivos e temporários de: Professor; Auxiliar de Sala; Agente de Creche; Motorista; Nutricionista; Agente de Serviços Gerais; e Agente de Copa e Higienização.

Art. 2º O adicional de férias a que faz jus o servidor será pago na data do período aquisitivo de cada servidor.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de abril de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Arabutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 198/2020

Publicação Nº 2433316

PORTARIA Nº 198/2020

CONCEDE TRABALHO REMOTO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO a essencialidade do trabalho do servidor;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a servidora EDENICE CARINE RAUSCHKOLB PATZLAFF inscrita no CPF sob nº. 025.020.129-10, ocupante do cargo de confiança de Secretária de Educação, o exercício da sua função de modo remoto, pelo período de 01 a 17 de abril de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 01 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 199/2020

Publicação Nº 2433317

PORTARIA Nº 199/2020
CONCEDE TRABALHO REMOTO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO a essencialidade do trabalho do servidor;

CONSIDERANDO os ditames do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17/03/2020, bem como do Decreto nº 2583 de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 525 e nº 535 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a servidora DANIELA ROSANA KOCHENBORGER inscrita no CPF sob nº. 053.995.669-40, ocupante do cargo de confiança de Gerente de Educação, exercendo função de direção, o exercício da sua função de modo remoto, pelo período de 01 a 17 de abril de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 01 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 07 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PREGÃO 15/2020

Publicação Nº 2432459

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 026/2020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020
RETIFICADO

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa(s) para prestação de serviço de lavagem em veículos da Frota Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 16/04/2020.

Abertura: às 09h00 do dia 16/04/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 01 de ABRIL de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1987

Publicação Nº 2432879

DECRETO Nº 1987, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre a realização temporária de desconto de valor de subsídio de Prefeito, Vice-Prefeito e de Secretários Municipais, no Município de Arroio Trinta, devido à decretação de situação de emergência, em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Estabelece procedimentos para desconto em folha de pagamento dos subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, mediante retenção, junto à folha de pagamento.

§1º. Os agentes políticos prefeito, vice-prefeito e secretários municipais que desejarem contribuir com percentual dos seus subsídios deverão apresentar ofício, por escrito, dirigido ao Prefeito, até o dia 20/04/2020 estabelecendo os meses e o percentual de contribuição a título de doação para o enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus.

§2º. O desconto de que trata este artigo é a título de doação ao Município, para auxiliar o financiamento de ações, pelo Poder Público, de enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus.

Art. 2º Os valores descontados da folha de pagamento, recebidos a título de doação serão depositados na conta bancária nº 16-7, agência nº 5322-8, junto ao Banco do Brasil, em nome do Município de Arroio Trinta.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 07 de abril de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 7/2020

Publicação Nº 2433041

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 7 FIRMADO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE ATALANTA (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09)

DISTRATADA: RAFAEL LIMA LUTAS (CNPJ Nº 34.600.526/0001-24)

OBJETO: RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 7, FIRMADO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2020, QUE TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELO CONTRATADO, DE AULAS DE JIU-JITSU PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DA CONTRATANTE.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO DE RESCISÃO DECORRE DA CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADA PELO COVID-19, ENCONTRANDO AMPARO LEGAL NO DECRETO ESTADUAL Nº 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020, QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE, NOS TERMOS DO COBRAGE Nº 1.5.1.1.0 - DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID - 19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS E NO DECRETO MUNICIPAL Nº 10 DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONA VÍRUS - COVID - 19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E SUAS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES.

ATALANTA, 07 DE ABRIL DE 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL – PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2020

Publicação Nº 2432882

Decreto nº 052, de 7 de abril de 2020.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 217/2019, QUE Estabelece o HORÁRIO DE TRABALHO E EXPEDIENTE EM REGIME ESPECIAL e institui controle de frequência, NOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA do Município DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que estabelece o Artigo 28, da Lei Complementar Municipal nº 110/2019, que Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva;

CONSIDERANDO a situação econômica do País, que leva a adoção de medidas preventivas no sentido de minimizar os gastos públicos, sem ofender a eficiência e qualidade de seus serviços;

Considerando que as despesas decorrentes do exercício da jornada de trabalho em dois turnos aumentam os gastos com energia elétrica, combustíveis, comunicações, material de expediente, consumo, higiene e limpeza, dentre outros;

CONSIDERANDO que é competência do Chefe do Executivo Municipal regulamentar o horário de funcionamento das repartições públicas municipais, objetivando a garantia de prestação do serviço público e economicidade de recursos, havendo a necessidade de redução das despesas com vista a manter o equilíbrio fiscal do município;

CONSIDERANDO a necessidade de se tomar medidas para redução de despesas, visando o equilíbrio das contas públicas frente a esse quadro de freq-entes quedas nos repasses constitucionais;

CONSIDERANDO que o horário em regime especial poderá aumentar a capacidade de produção dos servidores públicos, como também, a qualidade e eficiência dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO que o trabalho realizado em turno ininterrupto em nada prejudicará a eficiência nos trabalhos desenvolvidos e serviços prestados pela Administração Municipal, sendo compatível com o horário de funcionamento bancário e de outras repartições públicas;

CONSIDERANDO que o controle de freq-ência objetiva a otimização dos serviços públicos municipais e ainda que, a utilização da biometria como instrumento de controle de freq-ência proporciona eficiência e lisura ao processo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 1º, do Decreto nº 217, de 25 de outubro de 2019, que "Estabelece o HORÁRIO DE TRABALHO E EXPEDIENTE EM REGIME ESPECIAL e institui controle de frequência, NOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA do Município DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º Fica estabelecido o Horário de Trabalho e Expediente em Regime Especial, nos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Balneário Arroio do Silva, por período indeterminado, podendo ser revogado por conveniência e necessidade administrativa, por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, que funcionarão nos horários estabelecidos a seguir:

SECRETARIAS	HORÁRIOS
Administração e Finanças	Das 7h às 13h
Obras, Viação e Serviços Urbanos	Das 7h às 13h
Planejamento Urbano, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Das 7h às 13h

Educação, Cultura e Esportes	Setor Administrativo da Secretaria - Das 7h às 13h
	Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino – das 7h às 19h
	Escolas da Rede Municipal de Ensino – das 8h às 12h e das 13h às 17h
Desenvolvimento Social	Setor Administrativo da Secretaria - das 12h às 18h
	Sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - das 8h às 12h e das 13h às 17h
Turismo, Pesca e Agricultura	Temporada de Verão: das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min
	Baixa Temporada: das 12h às 18h
Saúde	Setor Administrativo da Secretaria – das 7h às 13h
	Unidade Básica de Saúde Paulo Lupinn – das 7h às 19h
	Unidade Básica de Saúde Marinho M. de Souza – das 7h às 18h
	Unidade Básica de Saúde Valter Oliveira – das 7h30min às 16h30min
	Unidade Básica de Saúde Angelo Manoel Borges – das 8h às 16h
	Setor de Vigilância Sanitária – das 12h às 18h
	Setor Vigilância Epidemiológica – das 13h às 19h

Parágrafo único. Fica autorizado aos profissionais de enfermagem, cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção, como também, a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados, observadas, no entanto, havendo a necessidade e interesse público poderão ser convocados para trabalhar em horário integral, sem que lhes sejam atribuídos pagamentos de horas extras.

...(NR)

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 217, de 25 de outubro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 8 de abril de 2020.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario, especialmente o Decreto nº 012, de 30 de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 7 de abril de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 7 de abril de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ALTERAÇÃO DE HORÁRIO)

Publicação Nº 2432881

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA
SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Aquisição de um veículo tipo van 0 km (zero quilômetro), modelo minibus, ano de fabricação mínima 2019, para utilização no Fundo Municipal de Saúde de Balneário Arroio Silva.

JUSTIFICATIVA: Em razão do novo horário de atendimento da sede administrativa do Município que entra em vigor na data de 08 de abril de 2020, motivado pela medidas a serem tomadas ao enfretamento do COVID-19, altera-se o horário de abertura dos envelopes, fica mantido a data de abertura.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 10.520/02, Le nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10h00min do dia 20 de abril de 2020, no Setor de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (48)3526-1445. Email: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva, 07 de abril de 2020.

PAULO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Secretário de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2020

Publicação Nº 2432880

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de seguro veicular para a frota de veículos pertencentes ao município de balneário arroio do silva, conforme termo de referência e anexo i deste contrato”.

JUSTIFICATIVA: Em razão do novo horário de atendimento da sede administrativa do Município que entra em vigor na data de 08 de abril de 2020, motivado pela medidas a serem tomadas ao enfretamento do COVID-19, altera-se o horário de abertura dos envelopes, fica mantido a data de abertura.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 11h00min, do dia 20 de abril de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de abril de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 006/2020

Publicação Nº 2432679

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2020 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 006/2020 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 06/04/2020

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTES AMBIENTAIS PARA REALIZAÇÃO DE VISITAS A 1.000 (MIL) RESIDÊNCIAS, 5 (CINCO) ESCOLAS/CENTROS DE ENSINO E 19 (DEZENOVE) UNIDADES MUNICIPAIS – COMO SECRETARIAS, FUNDAÇÕES, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, UNIDADES DE SAÚDE, SINDICATOS, PREFEITURA, DENTRE OUTRAS –, TOTALIZANDO 2.304,75 HORAS, COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE ORIENTAR MORADORES E AGENTES PÚBLICOS QUANTO A IMPORTÂNCIA DA CORRETA SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM TRÊS FRAÇÕES (REICLÁVEIS SECOS, ORGÂNICOS E REJEITOS), EXPLICAR O FUNCIONAMENTO DO PROJETO PILOTO DO QUAL SERÃO PARTICIPANTES E ACOMPANHAR SEU DESENVOLVIMENTO, ALÉM DE REALIZAR LEVANTAMENTO E LOCAÇÃO DE PONTOS FÍSICOS PARA INSTALAÇÃO DOS CONTENTORES (LIXEIRAS). PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

FLORESTAS, SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE LTDA – R\$ 129.024,00

Balneário Piçarras, 07 de abril de 2020

LEONEL JOSÉ MARTINS – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 05/2020 – 4º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2432524

EXTRATO DE CONTRATO 05/2020 – 4º TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	003/2017 – 4TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Sociedade Vale de Comunicações LTDA-ME
Objeto:	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 003/2017 do dia 01/04/2020 até o dia 31/03/2021.
Valor:	R\$ 46.215,00 (Quarenta e seis mil e duzentos e quinze reais) pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 3.851,25 (três mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos)
Vigência:	Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021
Balneário Piçarras, 01 de abril de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

EXTRATO DE CONTRATO 06/2020 – 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2432525

EXTRATO DE CONTRATO 06/2020 – 1º TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	04/2019 – 1TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Ralf Wolfgang Bieging
Objeto:	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 04/2019 do dia 01/04/2020 até o dia 31/03/2021.
Valor:	R\$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais) pagos em 11 parcelas mensais de R\$ 700,00 (Setecentos reais)
Vigência:	Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021
Licitação	Nº 07/2019
Dispensa	Nº 04/2019
Balneário Piçarras, 01 de abril de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO 31/2020

Publicação N° 2432792

DECRETO/GP/N° 031/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Designa ao Sr. GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA, ocupante do cargo de Procurador Geral, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Administração e Finanças, por prazo indeterminado.

Art. 2º. A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 03 de abril de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

DECRETO 32/2020

Publicação N° 2432793

DECRETO/GP/N° 032/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE SECRETÁRIA DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Designa a Srª. THAISE COSTA VIEIRA CARDOSO, ocupante do cargo de Enfermeira, as atribuições inerentes ao cargo de Secretária de Saúde.

Art. 2º. A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 03 de abril de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

DECRETO 33/2020

Publicação N° 2432795

DECRETO/GP/N° 033/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS do Município de Balneário Rincão, com a seguinte composição:

- a) Anderson Moreira Douglas - Engenheiro Agrimensor (Presidente);
- b) Fernanda Viana Alves - Arquiteta (Vice-Presidente);

c) Nestor Back – Engenheiro Civil (Membro).

Art. 2º - A comissão terá atribuições relacionadas à avaliação de bens móveis e imóveis de interesse do Município, conforme legislação em vigor, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 3º - - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 101/2019 e outras disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 06 de abril de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 06 de abril de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças Designado

DECRETO 34/2020

Publicação Nº 2432796

DECRETO/GP/Nº. 034/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Nomeia os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa civil, homologa a indicação de Membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, nomeia o Presidente do Grupo de Emergência do Município de Balneário Rincão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c Lei 121/2014.
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o coordenador, secretário e assessores técnicos da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) do Município de Balneário Rincão:

- a) Coordenador - Airton Valvito Ferreira.
- b) Secretário (a) – Elenice Terezinha Souza.
- c) Assessoria Técnica - Anderson Moreira Douglas, Edmilson Braz Carlos.

Art. 2º Fica homologada a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Balneário Rincão, quais sejam:

- a) Prefeito Municipal - Jairo Celoy Custódio.
- b) Presidente da Câmara de Vereadores – Mauri Joventino Viana
- c) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Thaise Costa Vieira Cardoso.

Suplente: Janaína da Silva Neves

- d) Representantes da Secretaria de Infraestrutura, Pesca e Meio Ambiente:

Titular: Nestor Back

Suplente: Anderson Moreira Douglas

- e) Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lidiane Rodrigues Lessa

Suplente: Gisele Teixeira Fernandes

- f) Representante da Secretaria de Assistência Social

Titular: Jucilene Antônio Fernandes

Suplente: Sara dos Santos Amoroso

- g) Representantes Polícia Civil:

Titular: Leandro Ribeiro Hlug

h) Representante do Corpo de Bombeiro:

Titular: Eduardo Henrique Ribeiro

Suplente: Renan Fernandes Motta

i) Representante do CONSEG:

Titular: Francisco Carlos Martins

j) Representante do Grupo de Emergência:

Titular: Paulo Henrique Moliner Amboni

Suplente: Airton Valvito Ferreira

l) Representante da Polícia Militar:

Titular: Reginaldo Rizatki

Art. 3º Nomeia como Chefe do Grupo de emergência o Sr. Paulo Henrique Moliner Amboni.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 112/2019 e as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 06 de abril de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 06 de abril de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças Designado

DECRETO 35/2020

Publicação Nº 2432797

DECRETO/GP/Nº 035/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição por doação ou desapropriação, total ou parcial, área de terra da Matrícula Nº 43.820 (Ofício de Registro de Imóveis de Içara).

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 e inciso V do art. 21 da Lei Orgânica do Município e Decreto-Lei Federal 3.365 de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a utilidade pública, para fins de desapropriação ou doação, total ou parcial, da Matrícula sob nº 43.820 (Ofício de Registro de Imóveis de Içara), correspondente ao lote nº 15, da quadra 01, Loteamento Tomazia.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública da área descrita no artigo 1º tem como objetivo a construção de uma sede do Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Balneário Rincão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 06 de abril de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 06 de abril de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças Designado

EXTRATO DL Nº. 007/FMS/2020

Publicação Nº 2433323

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/FMS/2020

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo art. 4º, da Lei Nº. 13.979/2020, mediante processo administrativo regular de Dispensa de licitação a aquisição emergencial de Equipamento de Proteção Individual e Material de Higienização (MÁSCARAS E TOUCAS DESCARTAVEIS e ALCOOL EM GEL) - visando minimizar o impacto na saúde dos profissionais do Município de Balneário Rincão, que estão na linha de frente, ao combate a pandemia do CORONAVÍRUS, que assola o Mundo e consequentemente o Brasil. (Nota técnica 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA).

CONTRATADA: NICOLAU SATURNINO VIEIRA.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR GLOBAL: R\$ 12.435,60 (Doze Mil Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais e Sessenta Centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 4º, da Lei Nº. 13.979/2020.

RECONHECIDO: em 03/04/2020, por Thaise Costa Vieira Cardoso – Secretária Interina de Saúde.

RATIFICADO: em 03/04/2020, por Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal.

Balneário Rincão, 03 de Abril de 2020.

ADROALDO FARACO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº 156, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432802

PORTARIA Nº 156, de 07 de abril de 2020

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinq-enta centavos), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº039/2020 e Roteiro de Viagem nº20/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 07 de abril de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 012.2020 - PREF

Publicação Nº 2432432

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 016/2020 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 – PREF

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO, onde o objeto é a PREGÃO PRESENCIAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA CONFORME CONVÊNIO MAPA - PLATAFORMA + BRASIL Nº 889612/2019, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 22/04/2020.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 22/04/2020 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 07 de Abril de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

DECRETO 783

Publicação Nº 2432520

DECRETO Nº 783/2020, DE 30 DE MARÇO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 701/2019, DE 18 DE JULHO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em substituição o seguinte membro, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Bela Vista do Toldo – SC.

I – Representantes Governamentais:

b) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: ARILDA MIELKE

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 701 de 18 de julho de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de março de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO - CLAUDIO REMI SANTIAGO

Publicação Nº 2432616

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 5070, Bairro Centro, Município de Benedito Novo/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, portador da Carteira de Identidade nº 4.682.051-5 e CPF nº 043.897.169-80, vem, com o devido acatamento e respeito,

NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE

CLAUDIO REMI SANTIAGO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.247.850/0001-48, com sede na Rua Vitor Hugo Raymundo, nº40, bairro Madianeira, cidade de Taquara - RS, pelos motivos que passa a expor:

1. A empresa Notificada foi contratada através de regular processo licitatório nº 116/2019, para AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS DE INFORMÁTICA, descrito no item 28 do edital.

2. No dia 02 de outubro de 2019 foi emitida a ORDEM DE COMPRA nº 2523/2019, com prazo de entrega previsto no contrato administrativo, no entanto, a Notificante vem solicitando através de correio eletrônico, via telefone, a entrega do produto, contudo, não obteve êxito, sendo que o contrato administrativo prescreve a entrega em até 20 dias após a solicitação, conforme item 4.4.

3. Diante deste impasse, o Município notifica extrajudicialmente para que CLAUDIO REMI SANTIAGO, no prazo de 10 (dez) dias, entregue do material requisitado: 03 unidades de AP UNIFI UAP-AC-M-BR MESH 2.4/5GHz, Interface de rede 1 x portas Ethernet 10/100/1000, Botão Reiniciar, Método de alimentação: 24 V Passive PoE (Pares 4, 5+, 7, 8 Retorno) 802.3af Alternativa A (pares 1, 2 +, 3, 6 Retorno) (com suporte Faixa de tensão: 44-57 VDC), Fonte de Alimentação: Adaptador PoE Gigabit de 24 V, 0,5 A (Incluído), Economia de energia Suportado, Consumo Máximo de Energia 8,5 W, Potência TX máxima, 2,4 GHz: 20 dBm, 5 GHz: 20 dBm, Antenas, 2 x externas dual-band Antenas, 2,4 GHz: 3 dBi, 5 GHz: 4 dBi, Padrões Wi-Fi 802.11a/ b/g/n/ac, Segurança sem fio: WEP, WPA-PSK, WPA-Enterprise (WPA/WPA2, TKIP/AES), BSSID Até quatro por rádio, Montagem Parede/pólo/Fast-Mount (Kits incluídos), Temperatura e umidade, Temperatura de funcionamento: 30 a 70 ° C, Umidade de operação: 5 a 95% sem condensação, Certificações CE, FCC, IC, Gerenciamento de Tráfego e QoS, VLAN, 802.1Q, QoS avançado, Por Usuário Limitação de taxa de Tráfego Cliente, Isolamento suportados WMMvoz, vídeo, melhor esforço e fundo, Clientes simultâneos 200+, Taxas de dados suportadas, 802.11ac, 6,5 Mbps para 867 Mbps (MCS0 - MCS9 NSS1/2, VHT 20/40/80), 802.11n, 6,5 Mbps a 300 Mbps (MCS0 - MCS15, HT 20/40), 802.11a, 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, 54 Mbps, 802.11g, 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, 54 Mbps, 802.11b, 1, 2, 5.5, 11 Mbps, conforme descrição do produto constante no contrato administrativo, sob pena de infração as obrigações previstas no contrato administrativo em comento.

Benedito Novo/SC 04 de fevereiro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
PREFEITO

NOTIFICAÇÃO - JOELMA DA SILVA CRUZ

Publicação Nº 2432611

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 5070, Bairro Centro, Município de Benedito Novo/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, portador da Carteira de Identidade nº 4.682.051-5 e CPF nº 043.897.169-80, vem, com o devido acatamento e respeito,

NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE

JOELMA DA SILVA CRUZ, inscrita no CNPJ sob o nº 27.617.936/0001-12, com sede na Avenida Abrelino Antonio Baggia, nº219, Bairro Centro Sul, cidade de Sorriso – MT., pelos motivos que passa a expor:

1. A empresa Notificada participou de regular processo licitatório – Pregão 116/2019, na qual sagrou-se vencedora.

2. Foi encaminhada Ata de Registro de Preço nº91/2019, para assinatura a qual não retornou à municipalidade.

3. Nestes termos fica a presente Notificada para que no prazo improrrogável de 20 (vinte dias) assine a ata que acompanha a presente notificação, justifique a impossibilidade, sob pena de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

Benedito Novo/SC 04 de fevereiro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
PREFEITO

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 084/2020

Publicação Nº 2433178

DECRETO Nº 084/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020.

Ramom Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3960/2019 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 522.542,51 (Quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 1º Bimestre de 2020 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.08.000000 - Merenda Escolar - EF - R\$ 315,19

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0902.12.306.0003.2017	Oferta da merenda Escolar – Ensino Fundamental	315,19
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	315,19

FONTE 0.1.10.000000 – Merenda Escolar - EI -R\$ 360,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0902.12.306.0003.2019	Oferta da merenda Escolar – Ensino Infantil - Creche	360,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	360,00

FONTE 0.1.06.000000 – MDF - R\$ 35.972,47

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0902.12.361.0003.2020	Manutenção do Ensino Fundamental	35.972,47
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	35.972,47

FONTE 0.1.26.000000 – FIA -R\$ 555,05

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2301.08.243.0006.2055	Funcionamento e manutenção do FIA	555,05
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	555,05

FONTE 0.1.37.000141 – Proteção Especial de Média Complexidade – R\$ 5.233,40

FONTE 0.1.37.000061 – Proteção Especial de Alta Complexidade – 5.112,44

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2302.08.244.0006.2089	Proteção Social Especial	10.345,84
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.233,40
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.112,44

FONTE 0.1.33.000000 – Manutenção Funrebo - R\$ 12.293,90

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2204.06.182.0011.1039	Ampliação das Instalações do Corpo de Bombeiros	12.293,90
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.293,90

FONTE 0.1.48.000000 – Manutenção do Fundo Municipal de Segurança Pública de Biguaçu - R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

2205.06.181.0011.2095	Manutenção Do Fundo Municipal de Segurança Pública de Biguaçu - FUMPUBIGUAÇU	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

FONTE 0.1.45.000000 – Receita de Minerais -R\$ 8.682,74

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2401.15.452.0009.2091	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura	8.682,74
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.682,74

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.27.000000 – Ações de Vigilância Sanitária - R\$ 4.506,51

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	4.506,51
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.506,51

FONTE 0.2.29.000112 – Manutenção Do Hospital Regional de Biguaçu– R\$ 360.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.10.302.0004.2033	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	360.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	360.000,00

FONTE 0.2.29.000053 – CEO - R\$ 8.391,36

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.10.301.0004.2041	Centro de Especialidades Odontológicas – PAB/CEO	8.391,36
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.391,36

FONTE 0.2.29.000052 – CEO - R\$ 19.249,30

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.10.301.0004.2039	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	19.249,30
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	19.249,30

FONTE 0.2.28.000114 – Ações de Vigilância Sanitária - R\$ 41.870,15

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.10.305.0004.2046	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	41.870,15
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	41.870,15

FONTE 0.2.28.000104 – Biguaçu sem Miséria - R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.10.306.0004.2047	Biguaçu Sem Miséria	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçuprev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 07 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DL34-2020-FMS

Publicação Nº 2433047

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2020-FMS

OBJETO: Aquisição de álcool em gel 70º de 5 Litros em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

EMPRESA CONTRATADA: TEXAS CHEMICAL LTDA

VALOR: R\$ 11.100,00 (onze mil, cem reais).

Dotação Orçamentária:

295 10/1 2035 3339039990000000000

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

A aquisição deste objeto é em virtude da emergencialidade em virtude do Coronavírus disease (COVID19), conforme Decreto Municipal 063/2020, declara emergencialidade, Decreto Municipal 069/2020 que declara situação de emergência, Decreto estadual 515/2020 no qual declara situação de emergência em todo o território catarinense conforme a Lei Federal 8666/93, art. 24, inciso IV, medida Provisória 926/2020, na qual dispõe sobre aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, sendo essencial essa aquisição para a proteção e desenvolvimento dos trabalhos feitos pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde. O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 07 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 910/2020

Publicação Nº 2432860

PORTARIA nº 910 de 06 de abril de 2020

Designar Servidor (a) para ocupar aula excedente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) PABLO ADOLFO CANHETTI POSTIGO DA SILVEIRA, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2020 a 14/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2020.

Biguaçu, 06 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 911/2020

Publicação N° 2432861

PORTARIA nº 911 de 06 de abril de 2020

Designar Servidor (a) para ocupar aula excedente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) KATIANE SOLANGE FRANCISCO, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2020 a 14/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2020.

Biguaçu, 06 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 912/2020

Publicação N° 2432865

PORTARIA nº 912/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, MARIANA CRISTINA Rensi ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, no período de 23/03/2020 a 18/09/2020.

Biguaçu, 06 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 913/2020

Publicação N° 2432867

PORTARIA N° 913/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARCAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 13/03/2020 a 07/07/2020.

Biguaçu, 06 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 914/2020

Publicação N° 2432868

PORTARIA N° 914 de 06 de abril de 2020

Torna sem efeito a Portaria n.º 886/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 886/2020 de 02 de abril de 2020, que prorroga o prazo de contratação da servidora NAIR APARECIDA

FRANCO DOS SANTOS, por ter sido publicada em duplicidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 10/03/2020.

Biguaçu, 06 de abril de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 915/2020

Publicação Nº 2432871

PORTARIA nº 915 de 07 de abril de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) GEANE LUIZA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal Educação, a partir de 03/04/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03/04/2020.

Biguaçu, 07 de abril de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2020 - ANEXO

Publicação Nº 2433179

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO RELATIVO AO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2020

ESPECIFICAÇÕES	NO BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
PREFEITURA			
0.1.00.000000 Recursos Ordinários	10.074.967,58	10.468.555,69	-393.588,11
0.1.01.000000 Recursos de Impostos p/ MDEB	2.524.709,55	6.558.878,15	-4.034.168,60
0.1.02.000000 Recursos de Impostos p/ ASPS	3.713.496,75	4.245.724,68	-532.227,93
0.1.03.000000 Sucumbência	17.937,28	20.127,76	-2.190,48
0.1.04.000000 Cosip	1.261.663,28	1.807.158,26	-545.494,98
0.1.05.000000 Cide	15.243,14	16.380,36	-1.137,22
0.1.06.000000 MDF	523.248,07	487.275,60	35.972,47
0.1.08.000000 Merenda Escolar-EF	18.505,50	18.190,31	315,19
0.1.09.000032 Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNATE – Ens. Fund.	0,00	0,00	0,00
0.1.09.000033 Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNATE – Ens.	0,00	0,00	0,00
0.1.09.000034 Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNATE	0,00	0,00	0,00
0.1.10.000000 Merenda Escolar - EI	30.000,00	29.640,00	360,00
0.1.12.000000 Remuneração Profissionais Magistério - Mínimo 60%	4.154.260,06	4.827.605,33	-673.345,27
0.1.16.000000 Melhoria do Transito - PC	21.730,63	22.949,05	-1.218,42
0.1.17.000000 Melhoria do Transito - PM	21.668,78	22.431,50	-762,72
0.1.18.000000 Melhoria do Transito - PMB	28.811,83	30.174,94	-1.363,11
0.1.22.000000 Merenda Escolar - Pré-Escolar	14.476,30	14.520,00	-43,70
0.1.24.000000 Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00
0.1.25.000000 Apoio ao Esporte Amador	0,00	3.102,72	-3.102,72
0.1.26.000000 Fia	555,05	0,00	555,05
0.1.33.000000 Manutenção Funrebon	57.625,09	45.331,19	12.293,90
0.1.37.000061 Proteção Esp.de Alta Compl.	5.329,66	217,22	5.112,44
0.1.37.000066 Bolsa Família	4.371,00	7.867,38	-3.496,38
0.1.37.000069 Proteção Social Básica	7.200,59	430,76	6.769,83
0.1.37.000070 Gestão da Pol.de Assist.Social	0,00	14,34	-14,34
0.1.37.000141 Proteção Especial de Med.Comp.	13.233,40	8.000,00	5.233,40
0.1.37.000209 Atendimento Integral da Família	0,00	0,00	0,00
0.1.37.000211 Proteção Especial de Med.Comp.	0,00	0,00	0,00
0.1.37.000212 Proteção Especial de Med.Comp.	0,00	0,00	0,00
0.1.37.000213 Co-Financiamento-Investimento	0,00	0,00	0,00
0.1.37.000214 Benefício de Prest.Cont.na Escola	67,25	11,64	55,61
0.1.38.000210 Atendimento Integral da Família	0,00	72,39	-72,39
0.1.38.000222 Atendimento Integral a Família	0,00	88,06	-88,06
0.1.44.000000 Royalties do Petróleo	64.239,20	87.124,11	-22.884,91
0.1.45.000000 Receita de Minerais	11.590,72	2.907,98	8.682,74
0.1.47.000000 Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa	0,00	0,00	0,00
0.1.48.000000 Manutenção do Fundo Municipal de Segurança Pública de Biguaçu	10.000,00	0,00	10.000,00
0.1.70.000022 Implantação de Ciclovias	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000073 Formação da Patrulha Agrícola	0,00	4,63	-4,63

0.1.70.000076 Const. Cent. Ref. Assist. Social	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000090 Construção de Eptos Esportivos	0,00	1.006,82	-1.006,82
0.1.70.000094 Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000097 Drenagem Pluvial	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000098 Drag. do Rio e Fixação de Barras	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000127 Aquisição de Ônibus	0,00	0,00	0,00
0.1.70.0000139 Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	0,00	1,17	-1,17
0.1.70.000140 Ampl. da Rede Física Ens. Infantil	0,00	2.690,13	-2.690,13
0.1.70.000248 Convênio Ministério do Turismo - Casarão Born	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000267 Convênio Ministério da Cidadania - Aquisição de Veículo	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000268 Convênio Ministério da Cidadania - Aquisição de Equipamentos	0,00	0,00	0,00
0.1.71.000012 Transporte Escolar	0,00	101,62	-101,62
0.1.82.000096 Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000170 Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000232 Ampl. da Rede Física Ens. Infantil	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000250 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000255 Pavimentação	0,00	623.790,00	-623.790,00
0.1.82.000264 Aquisição de Equipamento Topográfico	0,00	1.250.063,90	-1.250.063,90
0.1.85.000099 Despesas de Capital da Educação	0,00	0,00	0,00
0.1.85.000100 Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
0.1.85.000244 Construção do Centro Administrativo e Readequação do novo prédio da	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000251 Sinalização Viária	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000252 Drenagem pluvial	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000253 Aquisição de Imóvel	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000254 Reforma do Prédio Público	0,00	0,00	0,00
0.1.82.000255 Pavimentação	0,00	0,00	0,00
0.1.85.000099 Despesas de Capital da Educação	0,00	0,00	0,00
0.1.85.000100 Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
0.1.85.000244 Construção do Centro Administrativo e Readequação do novo prédio da	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	22.594.930,71	30.602.437,69	-8.007.506,98

ESPECIFICAÇÕES	NO BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
0.1.02.000000 Recursos de Impostos p/ ASPS			0,00
0.2.27.000000 Ações de Vigilância Sanitária	35.544,08	31.037,57	4.506,51
0.2.28.000015 ASPS-Manutenção da UPA	231.480,00	600.000,00	-368.520,00
0.2.28.000016 ASPS-Ações Méd. Alta Comp.	18.816,00	112.000,00	-93.184,00
0.2.28.000042 ASPS-Ações de Atenção Básica	334.950,00	150.353,19	184.596,81
0.2.28.000044 ASPS-Ações Assit. Farm. Básica	40.885,58	67.339,64	-26.454,06
0.2.28.000046 Ações com Agentes Comunitários de Saúde	79.090,00	212.000,00	-132.910,00

0.2.28.000047 ASPS-Ações de Saúde da Família	84.289,90	247.640,00	-163.350,10
0.2.28.000048 Serviços Atendimento Móveis	28.459,63	43.838,00	-15.378,37
0.2.28.000050 NASF	12.960,00	80.000,00	-67.040,00
0.2.28.000104 Biguaçu sem Miséria	10.000,00	0,00	10.000,00
0.2.28.000106 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00
0.2.28.000111 Manut. do Hospital Regional	2.496.788,64	2.496.788,64	0,00
0.2.28.000114 Ações de Vigilância Sanitária	41.870,15	0,00	41.870,15
0.2.28.000119 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	309.124,27	330.463,28	-21.339,01
0.2.28.000120 Ações de Prevenções e Tratamen.	6.468,00	14.340,82	-7.872,82
0.2.28.000179 Ações de Atenção Básica-PMAQ	70.588,80	150.257,14	-79.668,34
0.2.28.000184 Ações Saúde Bucal	15.622,56	57.100,00	-41.477,44
0.2.28.000187 ASPS-Ações Psico Social	27.458,70	56.610,00	-29.151,30
0.2.28.000207 Ações de Atenção Básica	9.513,66	20.505,80	-10.992,14
0.2.28.000238 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	284.395,82	284.395,82	0,00
0.2.28.000239 ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
0.2.29.000052 Farmácia Básica	51.651,00	32.401,70	19.249,30
0.2.29.000053 CEO	10.398,00	2.006,64	8.391,36
0.2.29.000054 Ações de Atenção Básica	25.434,00	29.610,45	-4.176,45
0.2.29.000062 Ações Sócio Educativas	1.230,35	2.742,86	-1.512,51
0.2.29.000112 Manutenção do Hospital Regional de Biguaçu	360.000,00	0,00	360.000,00
0.2.70.000102 Convênio MS – UPA	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000126 Construção de UBS	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000266 Convênio MS - Aquisição de Equipamentos para CEO	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000246 Convênio Reforma Policlínica	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000180 Programa Requalificação de UBS – Reforma/Ampliação	0,00	0,00	0,00
Total	4.587.019,14	5.021.431,55	-434.412,41

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

0.2.36.000000 Manutenção da FAMABI	5.625,00	16.872,21	-11.247,21
0.2.71.000153 Aquisição de veículo para FAMABI	0,00	0,00	0,00
0.2.71.000247 Aquisição de equipamentos para FAMABI	0,00	0,00	0,00
Total	5.625,00	16.872,21	-11.247,21

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS E ADITIVOS - COMPETÊNCIA: MARÇO/2020

Publicação Nº 2433171

Contrato Nº : 23/2020

Aditivo Nº : 23-1/2019/2020

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : SIND DAS EMPRESAS DE TRANSP URB PASS DA GRANDE FPOLIS

Licitação : Inexigibilidade 32/2020

Objeto : Aquisição de passe escolar para aproximadamente para 906 educandos da Rede Munipal e Estadual de ensino. Alunos contemplados da Lei 2695 das comunidades de Três Riachos, Sorocaba, Saudade, Auto Biguaçu, Rússia, Santa Catarina, Bom Viver, Canudos, São Marcos, São Mateus, São Miguel e Tijuquinhas. Esta solicitação se faz necessária, pois os estudantes dessas comunidades não são contemplados com o Transporte Escolar Municipal.

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 05/03/2020

Contrato Nº : 35/2020

Aditivo Nº : 3/2020

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : KONGER TRANSPORTE E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Licitação : Pregão Presencial 15/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS EDUCANDOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 09/03/2020

Assinatura : 09/03/2020

Valor R\$: 1.119.000,00 (Um Milhão, Cento e Dezenove Mil Reais)

Dotação : 146 - 09.002.2024.3339039260000000000.1010101000

Dotação : 153 - 09.002.2024.3339039260000000000.1620171012

Contrato Nº : 36/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : TALITA CRISTINY FERMIANO BECK 08964367995

Licitação : Pregão Presencial 29/2020

Objeto : Contratação pessoa jurídica com experiência comprovada em organização de gincanas, estas reconhecidas publicamente e com envolvimento de cidadãos de todas as idades, com tarefas/provas culturais e esportivas, tendo serviço de organização e execução comprovada no mínimo de 02 eventos nos últimos 02 anos, para a Organização, execução e premiação da Gincana Cidade de Biguaçu, que irá compor a programação em comemoração aos 187 Anos de Emancipação Política Administrativa do Município.

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 02/03/2020

Valor R\$: 71.000,00 (Setenta e Um Mil Reais)

Dotação : 106 - 15.001.2052.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº : 37/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : EXOS - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 14/2020

Objeto : Mini escavadeira compacta, nova, zero hora/km para uso da secretaria de agricultura.

Vigência : Início: 04/03/2020 Término: 01/06/2020

Assinatura : 04/03/2020

Valor R\$: 270.660,00 (Duzentos e Setenta Mil e Seiscentos e Sessenta Reais)

Dotação : 51 - 16.001.1025.3449052400000000000.1830182250

Contrato Nº : 39/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : GLADIMIR & LUANA RODRIGUES SERVIÇOS E INSTALAÇÃO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 20/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Vigência : Início: 06/03/2020 Término: 06/03/2021

Assinatura : 06/03/2020

Valor R\$: 168.399,80 (Cento e Sessenta e Oito Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta Centavos)

otação : 117 - 15.001.2050.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº : 43/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 50/2020

Objeto : Contratação de software WEB de comunicação de Gestão Documental para Órgãos Públicos.

Vigência : Início: 17/03/2020 Término: 15/05/2020

Assinatura : 17/03/2020

Valor R\$: 9.084,90 (Nove Mil, Oitenta e Quatro Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 148 - 22.001.2087.33390400100000000000.1000100000

Contrato Nº : 46/2019

Aditivo Nº : 46-1/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 40/2019

Objeto : Projeto de Engenharia Rodoviária para Infraestrutura Urbana Rua Domingos Antonio Zimmermann - Pró Transporte com 5% de contrapartida

Vigência : Início: 26/03/2020 Término: 26/08/2020

Assinatura : 19/03/2020

Dotação : 79 - 24.001.1028.34490519800000000000.1830182170

Contrato Nº : 50/2017

Aditivo Nº : Apostila 21/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : ESCRIMATE COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 63/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO, CARACTERIZADO COMO OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS, MULTIFUNCIONAIS E SUPORTE, ALÉM DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO 02-TERMO DE REFERÊNCIA.

Vigência : Início: 03/03/2020 Término: 03/04/2020

Assinatura : 03/03/2020

Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação : 76 - 12.001.2071.34490399900000000000.1000100000

Dotação : 111 - 25.001.2092.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 114 - 08.001.2011.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 117 - 15.001.2050.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 124 - 24.001.2091.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 128 - 03.001.2006.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 133 - 23.002.2058.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 134 - 23.002.2063.33390399900000000000.1350137066

Dotação : 137 - 21.001.2086.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 141 - 12.001.2070.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 144 - 09.002.2025.33390399900000000000.1360106000

Dotação : 145 - 09.002.2026.33390399900000000000.1360106000

Dotação : 148 - 22.001.2087.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 160 - 22.004.2082.33390399900000000000.1060133000

Dotação : 163 - 03.002.2007.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 164 - 06.001.2005.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 166 - 25.001.2084.33390399900000000000.1110116000

Dotação : 169 - 09.002.2020.33390399900000000000.1360106000

Dotação : 171 - 09.002.2029.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 172 - 23.002.2060.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 183 - 23.002.2089.33390399900000000000.1350137141

Dotação : 186 - 16.001.2068.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 280 - 10.001.2032.33390399900000000000.1020102000

Dotação : 283 - 10.001.2045.33390399900000000000.2060227000

Dotação : 288 - 10.001.2048.33390399900000000000.2380228120

Dotação : 296 - 10.001.2044.33390399900000000000.2380228187

Dotação : 304 - 10.001.2035.33390399900000000000.2380228042

Dotação : 308 - 10.001.2034.33390399900000000000.2380228015

Dotação : 309 - 10.001.2041.33390399900000000000.1020102000

Dotação : 362 - 18.001.2073.33390399900000000000.2060236000

Dotação : 363 - 18.001.2073.33390399900000000000.1000100000

Contrato Nº : 53/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : DAYANA WOLFF

Licitação : Dispensa de Licitação 53/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada em sanitização de espaços públicos, unidades básicas de saúde(ubs) praças e sede do poder público do município de Biguaçu.

Vigência : Início: 24/03/2020 Término: 19/09/2020

Assinatura : 24/03/2020

Valor R\$: 17.440,00 (Dezessete Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 111 - 25.001.2092.33390399900000000000.1000100000

Dotação : 399 - 10.001.2035.33390399900000000000.6380628042

Contrato Nº : 59/2018

Aditivo Nº : 59-2/2018/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : RECICLE AQUI GESTAO DE RESIDUOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 26/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL DE COLETA DE LIXOS VOLUMOSOS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, COM ROTEIRO PRÉ-ESTABELECIDO PELA FAMABI, EM DIA ÚTIL DA SEMANA, PODENDO EM ALGUNS CASOS OCORRER EM FINAIS DE SEMANA PARA SUPRIR A DEMANDA.

Vigência : Início: 08/03/2020 Término: 08/03/2021

Assinatura : 03/03/2020

Valor R\$: 308.155,45 (Trezentos e Oito Mil, Cento e Cinquenta e Cinco Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação : 121 - 24.001.2077.33390392800000000000.1000100000

Contrato Nº : 59/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI-EPP

Licitação : Dispensa de Licitação 55/2020

Objeto : Aquisição de cestas básicas em caráter de urgência para serem distribuídas as famílias e indivíduos devido as dificuldades encontradas frente a pandemia do COVID 19.

Vigência : Início: 30/03/2020 Término: 25/09/2020

Assinatura : 30/03/2020

Valor R\$: 79.789,90 (Setenta e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 133 - 23.002.2058.33390320300000000000.1000100000

Dotação : 152 - 23.002.2061.33390320300000000000.1000100000

Contrato Nº : 60/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 16/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO EM PAVIMENTAÇÃO COM USO DE LAJOTAS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Vigência : Início: 30/03/2020 Término: 30/01/2021

Assinatura : 30/03/2020

Valor R\$: 344.266,00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil e Duzentos e Sessenta e Seis Reais)

Dotação : 124 - 24.001.2091.33390392100000000000.1000100000

Contrato Nº : 61/2020

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : ALEXANDRE MACIEL DE OLIVEIRA

Licitação : Pregão Eletrônico 39/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA SISTEMA PRÓ EMPREGO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Vigência : Início: 30/03/2020 Término: 30/03/2021

Assinatura : 30/03/2020

Valor R\$: 10.564,93 (Dez Mil, Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 167 - 12.001.2071.33390400100000000000.1000100000

Contrato Nº : 97/2019

Aditivo Nº : Apostila 1/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : RS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 98/2019

Objeto : Contratação de empresa de engenharia elétrica para prestação de serviços na elaboração de projetos, consultoria e fiscalização referente a iluminação pública e prédios públicos de Biguaçu.

Vigência : Início: 12/03/2020 Término: 22/05/2020

Assinatura : 12/03/2020

Valor R\$: 12.600,00 (Doze Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 138 - 24.001.2076.33390390500000000000.1080104000

Contrato Nº : 103/2019

Aditivo Nº : 103-4/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada : FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 100/2019
Objeto : Pavimentação da Rua Domingos Coelho
Vigência : Início: 11/04/2020 Término: 11/09/2020
Assinatura : 30/03/2020
Dotação : 2 - 24.001.1028.3449051980000000000.1830182255

Contrato Nº : 118/2017
Aditivo Nº : 118-9/2017/2020
Tipo Aditivo : Objeto/Valor
Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada : HMS TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 70/2017
Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza pública do Município de Biguaçu.
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 19/05/2020
Assinatura : 18/03/2020
Valor R\$: 602.903,26 (Seiscentos e Dois Mil, Novecentos e Três Reais e Vinte e Sete Centavos)
Dotação : 121 - 24.001.2077.3339039280000000000.1000100000

Contrato Nº : 122/2019
Aditivo Nº : 122-3/2019/2020
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada : AZIMUTE PAVIMENTACAO LTDA ME
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 107/2019
Objeto : Pavimentação da Rua João M. Rosa - FINISA
Vigência : Início: 05/04/2020 Término: 05/09/2020
Assinatura : 25/03/2020
Dotação : 2 - 24.001.1028.3449051980000000000.1830182255

Contrato Nº : 127/2019
Aditivo Nº : 127-2/2019/2020
Tipo Aditivo : Objeto/Valor
Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada : AZIMUTE PAVIMENTACAO LTDA ME
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 111/2019
Objeto : Pavimentação Asfáltica - Rua Arno Eleutério
Vigência : Início: 03/03/2020 Término: 06/08/2020
Assinatura : 03/03/2020
Valor R\$: 73.798,47 (Setenta e Três Mil, Setecentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos)
Dotação : 2 - 24.001.1028.3449051980000000000.1830182255

Contrato Nº : 128/2019
Aditivo Nº : Apostila 2/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada : PEDRO VALDEMIRO MENDES 37557084934
Licitação : Pregão Presencial 80/2019
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPORTE DE TELEFONIA E CABEAMENTO ESTRUTURADO, HACKS 40U, SWITCH POE E GERENCIÁVEL 24 E 48 PORTAS LOCALIZADOS NO CPD DA PREFEITURA DE BIGUAÇU E DEMAIS SECRETARIAS.
Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 11/07/2020
Assinatura : 09/03/2020
Valor R\$: 9.000,00 (Nove Mil Reais)
Dotação : 114 - 08.001.2011.3339039050000000000.1000100000
Dotação : 124 - 24.001.2091.3339039050000000000.1000100000
Dotação : 148 - 22.001.2087.3339039050000000000.1000100000
Dotação : 158 - 09.002.2020.3339039050000000000.1010101000

Contrato Nº : 154/2018
Aditivo Nº : 154-7/2018/2020
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada : FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 132/2018
Objeto : Contratação de empresa para remoção da pavimentação em lajotas e pavimentação asfáltica da Estrada Geral da Rússia.
Vigência : Início: 23/03/2020 Término: 23/08/2020
Assinatura : 19/03/2020

Contrato Nº : 163/2017

Aditivo Nº : Apostila 5/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : 9MM PROPAGANDA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 30/2017

Objeto : Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral. TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2017-PMB.

Vigência : Início: 06/03/2020 Término: 13/07/2020

Assinatura : 06/03/2020

Valor R\$: 246.198,00 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil e Cento e Noventa e Oito Reais)

Dotação : 163 - 03.002.2007.3339039880000000000.1000100000

Contrato Nº : 164/2019

Aditivo Nº : 164-2/2019/2020

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 140/2019

Objeto : Construção Galpão Celeiro Rural

Vigência : Início: 03/03/2020 Término: 05/03/2020

Assinatura : 03/03/2020

Valor R\$: 3.254,53 (Três Mil, Duzentos e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Dotação : 60 - 16.001.2068.3449051980000000000.1000100000

Contrato Nº : 164/2019

Aditivo Nº : 164-3/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 140/2019

Objeto : Construção Galpão Celeiro Rural

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 05/05/2020

Assinatura : 05/03/2020

Contrato Nº : 217/2017

Aditivo Nº : Apostila 4/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : MLAB - TECNOLOGIA ASSESSORIA EM SERVICOS LTDA

Licitação : Convite para Contratação de Serviços 203/2017

Objeto : Prestação de serviço em assessoria no sistema de informática e suas integrações com o sistema da contabilidade, realizar a integração contábil, elaboração de relatórios diverso e auxílio aos calculos anuais de impostos

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 05/10/2020

Assinatura : 02/03/2020

Valor R\$: 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)

Dotação : 148 - 22.001.2087.3339039050000000000.1000100000

Contrato Nº : 3/2020

Aditivo Nº : 2-1/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratada : ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : Contratação emergencial de empresa especializada em terceirização de Serviços de Urgência e Emergência no ambiente Pré-Hospitalar, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu-SC, especificamente o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. A sugestão da contratação emergencial de pessoal capacitado (Técnicos em Enfermagem) incluindo materiais de insumo e medicações por um prazo determinado.

Vigência : Início: 07/03/2020 Término: 07/04/2020

Assinatura : 06/03/2020

Valor R\$: 38.900,00 (Trinta e Oito Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 287 - 10.001.2042.3339039790000000000.2380228048

Contrato Nº : 10.053/2016/2016

Aditivo Nº : 10.053-7/2016/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : ONSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 8/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24 HORAS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.
Vigência : Início: 14/03/2020 Término: 14/03/2021
Assinatura : 11/03/2020
Valor R\$: 309.927,36 (Trezentos e Nove Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Trinta e Seis Centavos)
Dotação : 308 - 10.001.2034.33390390500000000000.2380228015
Dotação : 312 - 10.001.2034.33390390500000000000.1020102000

Contrato Nº : 10.063,/2016/2016
Aditivo Nº : 10.063-6/2016/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 7/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.
Vigência : Início: 12/04/2020 Término: 12/04/2021
Assinatura : 12/03/2020
Valor R\$: 429.697,56 (Quatrocentos e Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Cinquenta e Seis Centavos)
Dotação : 308 - 10.001.2034.33390362500000000000.2380228015
Dotação : 312 - 10.001.2034.33390362500000000000.1020102000

Contrato Nº : 12/2019
Aditivo Nº : 1/2020
Tipo Aditivo : Rescisão Contratual
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : ISABELLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
Licitação : Inexigibilidade 69/2018
Objeto : ABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA VISANDO A SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PROCEDIMENTOS DE LABORATÓRIO CLÍNICO
Vigência : Início: 06/03/2020 Término: 06/03/2020
Assinatura : 06/03/2020

Contrato Nº : 14/2020
Aditivo Nº : Apostila 1/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : SC HOSPITALR LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 50/2019
Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação, Calibração, Qualificação, Testes de Segurança Elétrica, em equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, pertencentes ao Município de Biguaçu.
Vigência : Início: 21/03/2020 Término: 05/02/2021
Assinatura : 21/03/2020
Valor R\$: 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Reais)
Dotação : 22 - 10.001.1038.34490391700000000000.1000100000
Dotação : 302 - 10.001.2036.33390302500000000000.2380228179
Dotação : 302 - 10.001.2036.33390391700000000000.2380228179
Dotação : 308 - 10.001.2034.33390302500000000000.2380228015
Dotação : 308 - 10.001.2034.33390391700000000000.2380228015
Dotação : 309 - 10.001.2041.33390302500000000000.1020102000
Dotação : 309 - 10.001.2041.33390391700000000000.1020102000
Dotação : 424 - 10.001.2041.33390391700000000000.6670629265
Dotação : 427 - 10.001.2041.33390302500000000000.6380628184
Dotação : 427 - 10.001.2041.33390391700000000000.6380628184
Dotação : 469 - 10.001.2043.33390302500000000000.1020102000
Dotação : 469 - 10.001.2043.33390391600000000000.1020102000

Contrato Nº : 38/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : LIMA & CATANIO LTDA
Licitação : Inexigibilidade 4/2020
Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviço de análises clínicas, para atender as demandas das unidades de saúde do município.
Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 09/03/2021
Assinatura : 09/03/2020

Valor R\$: 240.000,00 (Duzentos e Quarenta Mil Reais)
Dotação : 289 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119

Contrato Nº : 40/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : AGRO LÍDER LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 14/2020
Objeto : Aquisição de larvicida biológico para a vigilância ambiental de Biguaçu
Vigência : Início: 11/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 11/03/2020
Valor R\$: 15.840,00 (Quinze Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)
Dotação : 382 - 10.001.2046.3339030400000000000.6380628114

Contrato Nº : 41/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : SIBROM APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 15/2020
Objeto : Contratação de empresa especializada em treinamento conforme Portaria nº3.194/2017 para fortalecimento das praticas de educação permanente em saúde no Sistema Único de Saúde PRO-EPS-SUS
Vigência : Início: 11/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 11/03/2020
Valor R\$: 6.450,00 (Seis Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)
Dotação : 381 - 10.001.2032.3339039480000000000.6380628257

Contrato Nº : 42/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : DENTAL ALTA MOGIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 43/2019
Objeto : Aquisição de equipamento ultrassonógrafo para oferta de serviços de diagnóstico por imagem para os pacientes do município de Biguaçu, forme emenda parlamentar nº 08999.257000/1160-01
Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 13/03/2020
Valor R\$: 90.249,00 (Noventa Mil e Duzentos e Quarenta e Nove Reais)

Contrato Nº : 44/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : CTA CONSULTORIA AERONAUTICA
Licitação : Dispensa de Licitação 13/2020
Objeto : Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS referente à Assessoria Aeroportuária com a finalidade de realizar todos os estudos necessários para a confecção de documentos, aprovação do projeto e Homologação do Heliponto junto aos órgãos competentes.
Vigência : Início: 17/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 17/03/2020
Valor R\$: 22.205,40 (Vinte e Dois Mil, Duzentos e Cinco Reais e Quarenta Centavos)
Dotação : 280 - 10.001.2032.3339039050000000000.1020102000

Contrato Nº : 45/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : HFMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 18/2020
Objeto : Aquisição de termômetros infravermelho em virtude Coronavirus disease (COVID-19)
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 18/03/2020
Valor R\$: 3.450,00 (Três Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)
Dotação : 303 - 10.001.2036.3339030360000000000.1020102000

Contrato Nº : 46/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : OLIMED MAT.HOSPITALAR LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 19/2020
Objeto : Aquisição de máscaras, óculos e aventais para o combate ao coronavírus, conforme o decreto de emergenciaisidade Nº063/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso 4
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 13/09/2020
Assinatura : 18/03/2020
Valor R\$: 76.399,00 (Setenta e Seis Mil e Trezentos e Noventa e Nove Reais)
Dotação : 295 - 10.001.2035.3339030360000000000.1020102000
Dotação : 410 - 10.001.2035.3339030360000000000.6380628242

Contrato Nº : 47/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : OCL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 19/2020

Objeto : Aquisição de máscaras, óculos e aventais para o combate ao coronavírus, conforme o decreto de emergencialidade Nº063/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso 4

Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 13/09/2020

Assinatura : 18/03/2020

Valor R\$: 4.351,16 (Quatro Mil, Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 295 - 10.001.2035.33390303600000000000.1020102000

Dotação : 410 - 10.001.2035.33390303600000000000.6380628242

Contrato Nº : 48/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : MOREIRA EVENTOS LTDA EPP

Licitação : Dispensa de Licitação 20/2020

Objeto : Contratação de locação de tenda para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

Vigência : Início: 19/03/2020 Término: 14/09/2020

Assinatura : 19/03/2020

Valor R\$: 6.700,00 (Seis Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 295 - 10.001.2035.33390399900000000000.1020102000

Contrato Nº : 49/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : GOEDERT LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 21/2020

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem (mascara descartável e álcool em gel 70%) em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

Vigência : Início: 19/03/2020 Término: 14/09/2020

Assinatura : 19/03/2020

Valor R\$: 51.520,00 (Cinquenta e Um Mil e Quinhentos e Vinte Reais)

Dotação : 295 - 10.001.2035.33390303600000000000.1020102000

Contrato Nº : 50/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : ISABELLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 4/2020

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviço de análises clínicas, para atender as demandas das unidades de saúde do município.

Vigência : Início: 19/03/2020 Término: 19/03/2021

Assinatura : 19/03/2020

Valor R\$: 240.000,00 (Duzentos e Quarenta Mil Reais)

Dotação : 289 - 10.001.2043.33390395000000000000.2380228119

Contrato Nº : 51/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Licitação : Dispensa de Licitação 22/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada em atendimento clínico para autuar junto a equipe da para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, podendo ser prorrogado pelo período necessário da emergência epidemiológica.

Vigência : Início: 20/03/2020 Término: 20/09/2020

Assinatura : 20/03/2020

Valor R\$: 179.355,20 (Cento e Setenta e Nove Mil, Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 469 - 10.001.2043.33390397900000000000.1020102000

Contrato Nº : 52/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : GOEDERT LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 24/2020

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem (mascara descartável e álcool em gel 70%) em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

Vigência : Início: 24/03/2020 Término: 19/09/2020

Assinatura : 24/03/2020

Valor R\$: 23.520,00 (Vinte e Três Mil e Quinhentos e Vinte Reais)

Dotação : 295 - 10.001.2035.33390303600000000000.1020102000

Contrato Nº : 54/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 25/2020
Objeto : Aquisição de filtro para uso em equipamento de entubação em virtude do Covid - 19.
Vigência : Início: 24/03/2020 Término: 19/09/2020
Assinatura : 24/03/2020
Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)
Dotação : 469 - 10.001.2043.3339030360000000000.1020102000

Contrato Nº : 55/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação : Dispensa de Licitação 23/2020
Objeto : Contratação de locação de tenda para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.
Vigência : Início: 25/03/2020 Término: 20/09/2020
Assinatura : 25/03/2020
Valor R\$: 8.500,00 (Oito Mil e Quinhentos Reais)
Dotação : 295 - 10.001.2035.3339039990000000000.1020102000

Contrato Nº : 56/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : HFMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 27/2020
Objeto : Aquisição de macacão de segurança em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisoria nº 926/2020.
Vigência : Início: 26/03/2020 Término: 21/09/2020
Assinatura : 26/03/2020
Valor R\$: 2.092,50 (Dois Mil, Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos)
Dotação : 385 - 10.001.2043.3339030360000000000.6380628119

Contrato Nº : 57/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : SC HOSPITALR LTDA ME
Licitação : Dispensa de Licitação 28/2020
Objeto : Aquisição de circuito para ventilador pulmonar em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisoria nº 926/2020.
Vigência : Início: 26/03/2020 Término: 21/09/2020
Assinatura : 26/03/2020
Valor R\$: 4.680,00 (Quatro Mil e Seiscentos e Oitenta Reais)
Dotação : 385 - 10.001.2043.3339030360000000000.6380628119

Contrato Nº : 58/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : SANIGRAN LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 17/2020
Objeto : Aquisição de raticida para a vigilância ambiental de Biguaçu
Vigência : Início: 30/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 30/03/2020
Valor R\$: 3.180,00 (Três Mil e Cento e Oitenta Reais)
Dotação : 281 - 10.001.2046.3339030400000000000.1020102000

Contrato Nº : 62/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : CORSUL COMERCIO DE PRODUTOS PARA INDUSTRIA LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 30/2020
Objeto : Aquisição de macacão de segurança em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisoria nº 926/2020.
Vigência : Início: 30/03/2020 Término: 25/09/2020
Assinatura : 30/03/2020
Valor R\$: 2.021,43 (Dois Mil, Vinte e Um Reais e Quarenta e Três Centavos)
Dotação : 385 - 10.001.2043.3339030360000000000.6380628119

Contrato Nº : 63/2020
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada : MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação : Dispensa de Licitação 31/2020
Objeto : Contratação de locação de sala (desmontagem e remontagem) para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m

virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

Vigência : Início: 31/03/2020 Término: 26/09/2020

Assinatura : 31/03/2020

Valor R\$: 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 385 - 10.001.2043.3339039990000000000.6380628119

Contrato Nº : 254/2017

Aditivo Nº : 254-3/2017/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada : FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - FEPESE

Licitação : Dispensa de Licitação 55/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços referentes a pesquisa, desenvolvimento, implantação, treinamento e manutenção de sistemas para automatização dos serviços de saúde prestados pelo município aos cidadãos.

Vigência : Início: 12/03/2020 Término: 12/04/2020

Assinatura : 12/03/2020

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 300 - 10.001.2040.3339039050000000000.2380228050

Dotação : 302 - 10.001.2036.3339039050000000000.2380228179

Dotação : 468 - 10.001.2035.3339039050000000000.2380228271

Contrato Nº : 48/2018

Aditivo Nº : 48-4/2018/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : RESIDENCIAL BOM VIVER EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 15/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA FORNECER SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA.

Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 28/02/2021

Assinatura : 28/02/2020

Valor R\$: 308.399,99 (Trezentos e Oito Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 133 - 23.002.2058.3339039990000000000.1000100000

Dotação : 303 - 10.001.2036.3339039990000000000.1020102000

Dotação : 369 - 23.004.2054.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº : 47/2018

Aditivo Nº : 47-3/2018/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : SOCIEDADE BENEFICENTE DE AMPARO AOS IDOSOS

Licitação : Pregão Presencial 15/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA FORNECER SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA.

Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 28/02/2021

Assinatura : 28/02/2020

Valor R\$: 261.595,68 (Duzentos e Sessenta e Um Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 133 - 23.002.2058.3339039990000000000.1000100000

Dotação : 303 - 10.001.2036.3339039990000000000.1020102000

Dotação : 369 - 23.004.2054.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº : 04/2019

Aditivo Nº : 04-5/2019/2020

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada : NUCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS

Licitação : Pregão Presencial 226/2018

Objeto : Contratação de Instituição para termo de Colaboração de serviços destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes com idade 0 a 18 anos, com direitos violados e encaminhados pelo Poder Judiciário por meio de Medida Protetiva.

Vigência : Início: 01/03/2020 Término: 18/01/2021

Assinatura : 28/02/2020

Valor R\$: 28.600,00 (Vinte e Oito Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 103 - 23.002.2089.3339039990000000000.1350137061

Dotação : 177 - 23.002.2089.3339039990000000000.1000100000

Dotação : 183 - 23.002.2089.3339039990000000000.1350137141

Dotação : 460 - 23.002.2089.3339039990000000000.3000300000

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº. 12.609/2020

Publicação Nº 2433227

DECRETO N. 12.609, DE 07 DE ABRIL DE 2020

PRORROGA PRAZOS DE SUSPENSÃO PREVISTOS NO DECRETO N. 12.589, DE 17 DE MARÇO DE 2020, QUE "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DEFINE OUTRAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, V e VII do artigo 59, na forma da alínea "o" do inciso I do artigo 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 550, de 07 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 05 (cinco) dias o disposto nos artigos 2º, IV, 3º, II, "a", e 5º, do Decreto nº 12.589, de 17 de março de 2020, contados a partir de 08/04/2020, inclusive.

Art. 2º O Art. 5º do Decreto nº 12.589, de 17 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de §6º, com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

[...]

§6º Os servidores cujas atividades ou serviços públicos forem suspensos deverão permanecer em regime de plantão."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 8º de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.018/2020

Publicação Nº 2433229

PORTARIA Nº 24.018, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRISTIANO REICHERT, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, resolve:

DISPENSAR, no dia 07 de abril de 2020, o servidor público municipal CRISTIANO REICHERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador da Sinalização Viária de Trânsito - FGC de 70%, na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT, designado pela Portaria nº 23.299, de 30/08/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.019/2020

Publicação Nº 2433230

PORTARIA Nº 24.019, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNA LUCIANA COELHO PARA COMPOR A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 64/2018/SENAPRED – REGISTRO SICONV Nº 882369/2018 – PROPOSTA Nº 064338/2018, DE QUE TRATA A PORTARIA Nº 23.742, DE 19/12/2019.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e de acordo com

o Decreto nº 11.235, de 29 de março de 2017, resolve:

DESIGNAR para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação ao Convênio nº 64/2018/SENAPREV – Registro SICONV nº 882369/2018 – Proposta nº 064338/2018, de que trata a Portaria nº 23.742, de 19/12/2020, juntamente com os demais membros:

LUCIANA COELHO, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, em substituição a JACSON REGIEL, designado pela Portaria nº 23.742, de 19/12/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.020/2020

Publicação Nº 2433231

PORTARIA Nº 24.020, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 24.011, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 24.011, de 03 de abril de 2020, que exonerou servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento em comissão, a contar da data do respectivo ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.021/2020

Publicação Nº 2433232

PORTARIA Nº 24.021, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 24.012, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 24.012, de 03 de abril de 2020, que nomeou para o exercício de cargos de provimento em comissão, a contar da data do respectivo ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.022/2020

Publicação Nº 2433233

PORTARIA Nº 24.022, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 24.007, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR, com efeitos a contar de 03 de abril de 2020, a Portaria nº 24.007, de 03 de abril de 2020, que nomeou Patrícia Morastoni Sasse, ocupante do cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para exercer, cumulativamente, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, onde consta:

"...para exercer, cumulativamente, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES..." leia-se: "...para exercer, interinamente, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES..."

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.023/2020

Publicação Nº 2433234

PORTARIA Nº 24.023, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 24.009, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR, com efeitos a contar de 03 de abril de 2020, a Portaria nº 24.009, de 03 de abril de 2020, que nomeou Julio César Pereira, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Atividades para a Família, para exercer, cumulativamente, o cargo em comissão de Secretário Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA, onde consta:

"...para exercer, cumulativamente, o cargo em comissão de Secretário Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA..." leia-se: "...para exercer, interinamente, o cargo em comissão de Secretário Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA..."

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.024/2020

Publicação Nº 2433235

PORTARIA Nº 24.024, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, os seguintes servidores públicos municipais:

PATRICIA MORASTONI SASSE, no dia 01 de abril de 2020, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pela Portaria nº 23.104, de 04/07/2020;

JULIO CÉSAR PEREIRA, no dia 03 de abril de 2020, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Atividades para a Família, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA, nomeado pela Portaria nº 23.828, de 06/02/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.025/2020

Publicação Nº 2433237

PORTARIA Nº 24.025, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

EXONERA ANDERSON SCHRODER DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO - SEDEC.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 05 de abril de 2020, o servidor público municipal ANDERSON SCHRODER, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, nomeado pela Portaria nº 23.907, de 27/02/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.026/2020

Publicação Nº 2433239

PORTARIA Nº 24.026, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA ANDERSON SCHRODER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE RECEITA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 06 de abril de 2020, ANDERSON SCHRODER, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Receita, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24.027/2020

Publicação Nº 2433240

PORTARIA Nº 24.027, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA IVO ALBERTO DICKMANN JUNIOR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ATIVIDADES PARA A FAMÍLIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA – PRÓ-FAMÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de abril de 2020, IVO ALBERTO DICKMANN JUNIOR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Atividades para a Família, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO Nº 38/2020

Publicação Nº 2433028

DECRETO Nº 38/2020

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), institui a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos e dá outras providências.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, e ainda:

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e o disposto no Decreto Municipal nº 32, de 20 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

Considerando a perspectiva de aumento dos gastos e de redução da receita, ante a diminuição da atividade econômica, em decorrência do enfrentamento ao Coronavírus;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas, inclusive, para que se possa dar prioridade as despesas com a saúde;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de manutenção da receita;

Considerando a necessidade da correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas;

Considerando que o equilíbrio da execução orçamentária é exigência da qual a Administração não pode se afastar e em tempos de gastos extraordinários e recursos escassos, a correta aplicação dos recursos públicos se mostra ainda mais importante;

Considerando que, inobstante o art. 65, da LRF preveja a suspensão dos prazos constantes dos arts. 23, 31 e 70, mediante reconhecimento da declaração de emergência ou calamidade pública pelo Poder Legislativo, em nível Estadual ou Federal, o replanejamento das contas públicas é medida que se impõe;

Considerando que o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização são pontos fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando as orientações do TCE/SC, editadas em 27/03/2020, diante da situação de calamidade pública e de emergência Estadual e Municipais, declarados em razão do coronavírus, inclusive, no sentido de que:

Enquanto durarem os efeitos do Decreto nº 18.332/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, aplica-se o disposto no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000):

I - Os municípios estão dispensados do atingimento dos resultados fiscais fixados pelas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como de proceder à limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei Complementar n. 101/2000. II - Está suspensa a contagem de prazo para recondução ao limite máximo de despesas com pessoal, previsto no artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000, para os municípios que extrapolaram ou vierem a extrapolar o referido limite.

Encontram-se suspensas: I - as sanções previstas nos Parágrafos 3º e 4º do artigo 23 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, aos municípios que tenham extrapolado o limite máximo com despesas de pessoal antes da vigência ou enquanto durarem os efeitos do decreto de calamidade pública, e que não venham a cumprir as regras de recondução das despesas de pessoal aos referidos limites, ainda que o descumprimento venha a ocorrer no primeiro quadrimestre do ano corrente (no qual seria aplicável a regra do último ano de mandato). II - as sanções decorrentes do eventual descumprimento do limite máximo da dívida consolidada, previsto no artigo 31 da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Considerando a decisão proferida nos autos da ADIN 6357, do STF, em que restou afastada a incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF, restando por consequência, afastada a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação do Covid-19, para os Municípios que decretarem situação de calamidade pública.

DECRETA

Art. 1º. Ficam vedadas, exceto para os casos e serviços essenciais estabelecidos em Decreto Estadual e/ou Municipal ao enfrentamento do coronavírus:

I - a nomeação, contratação ou qualquer forma de admissão de pessoal para o serviço público municipal;

II - a concessão de vantagens, adicionais, gratificações ou quaisquer outros acréscimos pecuniários;

III - a realização e pagamento de serviços ou horas extraordinárias;

IV - a participação de servidores em eventos, congressos, seminários, etc., que impliquem em pagamento de inscrições, diárias ou indenização de despesas, inclusive de deslocamento;

V - a locação de novos imóveis.

Art. 2º. Para fins de redução de despesas, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas, sendo que algumas destas já estão previstas no decreto 36/2020:

I - concessão de licença prêmio aos servidores efetivos;

II - concessão de férias, aos servidores efetivos e comissionados, atualizando-se o número de férias que porventura já se encontrem vencidas;

III - concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos com período aquisitivo incompleto, exceto, aos servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde, aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 36, de 02 de abril de 2020 e aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município;

IV - adoção do trabalho na modalidade teletrabalho (home office) quando possível;
V - adoção de horário especial de expediente;
VI - reestruturação e revisão dos cargos comissionados, das funções gratificadas e de outras gratificações de natureza eventual;
VII - desvinculação dos servidores já aposentados pelo Regime Geral da Previdência, com fundamento na EC nº 103/2019;
VIII - realização de alterações de contratos e instrumentos congêneres para readequação de prazos, reequilíbrio econômico financeiro, suspensão, sustação ou até extinção contratual, nos termos das orientações do TCE, emitidas em 27/03/2020;
IX - verificação das disposições contratuais, identificando a possibilidade de suspensão total ou parcial, nos casos de serviços prestados em caráter continuado;
X - realização de compras coletivas, envolvendo a participação de distintas unidades da federação, como por exemplo, os consórcios públicos, com o propósito de gerar economia de escala e assim obter preços mais vantajosos, desde que atendidos os critérios estabelecidos para realização das licitações compartilhadas e emitidas pelo TCE/SC, em 27/03/2020;
XI - aderência a atas de registro de preços de outro órgão — “carona” — mesmo que de outra esfera de poder (municipal, estadual ou federal), obedecidas as condições do Prejudgado 1895, eis que a utilização do “carona” pode se mostrar vantajosa, tanto economicamente como para a qualidade, eficiência e efetividade da aquisição ou contratação;
XII - racionalização do consumo de água, energia elétrica, telefonia, correios, combustíveis e a utilização de máquinas e equipamentos nas Secretarias Municipais;
XIII - contingenciamento de aquisição de materiais de consumo, salvo aqueles de necessidade, notadamente quanto ao volume;
XIV - racionalização de despesas próprias com consultoria técnica;
XV - racionalização de liberação dos materiais de almoxarifado.
XVI - revisão de viagens a serem empreendidas com veículos oficiais, de representação ou não, independentemente da quilometragem, exceto os casos necessários ao enfrentamento ao coronavírus;
XVII - renegociação de locações de imóveis vigentes;
XVIII - suspensão e não implantação de novos projetos que resultem em aumento de despesa, salvo situações extraordinárias e projetos necessários de TI;
XIX - suspensão de cessões de pessoal para outros Órgãos, salvo se não houver ônus para o Município e excluídos os servidores da área da saúde.

Art. 3º. Para fins de manutenção da receita, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

I - disponibilização de equipe do município para auxiliar as pequenas empresas na captação de recursos junto às instituições financeiras e referentes aos benefícios concedidos pelo Governo Federal;
II - realização de campanhas de conscientização da população, no sentido de que a aquisição de produtos e serviços locais, vai refletir no movimento financeiro e conseqüentemente na receita municipal;
III - prorrogação do prazo para pagamento dos tributos municipais, em cumprimento ao princípio da legalidade e da indisponibilidade dos créditos públicos;
IV - ampliação da realização das compras públicas junto às micro e pequenas empresas incentivando sua sustentabilidade, colaborando para a estabilidade da economia local e preservando o emprego e a renda de seus cidadãos, devendo-se observar o disposto no capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado e simplificado nas aquisições públicas para as micro e pequenas empresas;
V - levantamento acerca do número de trabalhadores autônomos existentes no Município, com objetivo de auxiliá-los no acesso as iniciativas do Governo Federal, como o Coronavoucher;
VI - reavaliar todas as previsões orçamentárias do Município, vez que é necessário prever a intensidade do impacto e o desequilíbrio das contas públicas.

Art. 4º. Mesmo durante a situação de emergência, da excepcionalidade da situação, as prestações de contas e a transparência dos atos são medidas que se impõem, em cumprimento às Leis de Acesso à Informação, de Transparência e especialmente aos arts. 48 e seguintes da LRF.

Art. 5º. Fica instituída a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos, com a incumbência de acompanhar as ações de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental.

§ 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Controle e Acompanhamento dos gastos Públicos:

I – Maicon Liam Bombazaro– Secretário Municipal de Administração e Finanças;
II – Nírio Velho Júnior– Secretário Municipal de Compras e Licitações;
III – Giuliano Cordella Melo – Analista em Controle Interno;
IV – Aline Pereira Zomer – Assessora Jurídica do Município;
V – Saionara Dias – Contadora

§ 2º. A Comissão vai estabelecer um cronograma de trabalho e ao final apresentar um relatório conclusivo sobre as ações executadas para dar cumprimento ao presente Decreto acompanhado de proposta dos ajustes que entender necessários para assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decretos Estadual e Municipal que declararam situação de emergência ou calamidade pública.

Bom Jardim da Serra, 07 de abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

DL 04/2020

Publicação N° 2433139

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2020

HOMOLOGAÇÃO 06/04/2020

CONTRATADO: Faccina Daltora Equipamentos de Segurança e Piter Sousa dos Santos

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Bom jardim da Serra/SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.200 (Dezoito mil duzentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, IV da Lei 8.666/93

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

28.20 - DEC. EXONERA EVALDO R. SCHLEMPER

Publicação Nº 2432939

Decreto Nº 28/20 de 03.04.20

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a pedido ao Servidor Evaldo Roberto Schlemper, do Cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – Nível 37, do Quadro de Pessoal em Caráter Comissionado do Município, nomeado através do Decreto n.º 60/19 de 01.10.19, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme pedido de Exoneração datado de 03 de abril de 2020, a contar do dia 03 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 03 de abril de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Nilton Cesar dos Santos
Sec. Mun. Administração e Fazenda

29.20 - DEC. EXONERA PAULO CESAR MORAES

Publicação Nº 2432941

Decreto Nº 29/20 de 03.04.20

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a pedido ao Servidor Paulo Cesar Moraes, do Cargo de Secretário Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – Nível 37, do Quadro de Pessoal em Caráter Comissionado do Município, nomeado através do Decreto n.º 52/19 de 11.09.19, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme pedido de Exoneração datado de 03 de abril de 2020, a contar do dia 03 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 03 de abril de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Nilton Cesar dos Santos
Sec. Mun. Administração e Fazenda

569.03.20 - P. REMANEJAMENTO GISELY B. RAMOS

Publicação Nº 2432922

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 569/20 de 01.04.20

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar a servidora Gisely Blay Ramos, Ocupante do cargo de Fonoaudióloga, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

570.04.20 - P. EXON. FLAVIO R. DEUCHER

Publicação Nº 2432924

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 570/20 de 03.04.20

Exonera Servidor

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Exonerar o servidor Flávio Roberto Deucher, do Cargo de Secretário Adjunto de Turismo – Nível 33, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 1416/19 de 16.12.19, a qual tinha exercício na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, a contar do dia 03 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

571.04.20 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS LOURIVAL G. CRUZ

Publicação Nº 2432925

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 571/20 de 06.04.20

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper férias do servidor Lourival Galdino da Cruz, diante da necessidade imprescindível do serviço, em função da necessidade da manutenção da limpeza da cidade, concedido pela portaria nº 554/20 de 01.04.20, ora exercendo o cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, restando-lhe 25 (vinte e cinco) dias, onde será interrompida a contar do dia 06 de abril de 2020, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em futuras negociações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

572.04.20 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS EMILIO DA SILVA

Publicação Nº 2432926

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 572/20 de 06.04.20

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper férias do servidor Emilio da Silva, diante da necessidade imprescindível do serviço, em função da necessidade da manutenção da limpeza da cidade, concedido pela portaria nº 561/20 de 01.04.20, ora exercendo o cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, restando-lhe 25 (vinte e cinco) dias, onde será interrompida a contar do dia 06 de abril de 2020, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em futuras negociações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

573.04.20 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS LEOVANDIO LORENZI

Publicação Nº 2432929

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 573/20 de 06.04.20

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper férias do servidor Leovandio Lorenzi, diante da necessidade imprescindível do serviço, em função da necessidade da manutenção da limpeza da cidade, concedido pela portaria nº 557/20 de 01.04.20, ora exercendo o cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, restando-lhe 25 (vinte e cinco) dias, onde será interrompida a contar do dia 06 de abril de 2020, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em futuras negociações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

574.04.20 - P. NOM. FLAVIO R. DEUCHER

Publicação Nº 2432930

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 574/20 de 06.04.20

Nomeia em Comissão

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Flávio Roberto Deucher brasileiro, casado, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Gabinete do Prefeito – Nível 36, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 06 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

575.04.20 - P. PRORROGA PRAZO PROC. ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2432931

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 575/20 de 07.04.20

Prorroga prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no art. 145 da Lei Complementar nº 01/2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro.

CONSIDERANDO, o pedido formal datado de 25 de março de 2020, por meio do qual a Presidente da Comissão processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020, designada nos termos da Portaria nº 175/20 de 09 de janeiro de 2020, solicita a dilação do prazo para conclusão dos trabalhos da comissão.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 90 (noventa) dias o prazo para apresentação do relatório final de conclusão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 175/20 de 09 de janeiro de 2020, em função do Decreto nº 24/2020, que suspendeu pelo prazo de 30 (trinta) dias o prazo de defesa e recursos de processos administrativos em curso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

576.04.20- PORTARIA CESSA EFEITOS PORTARIA 534 E 535

Publicação Nº 2432932

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 576/20 de 07.04.20

" Cessa o curso do processo administrativo disciplinar TC, em desfavor de Daniela Mateus, Profissional de Enfermagem e Fernando Edgard Merino Chamma, Médico.

O Prefeito municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 1º do Decreto Nº 46/17 de 24.05.2017;

Resolve:

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no artigo 1º do Decreto Nº 46/17 de 24.05.2017, fica Cessado o curso dos processos administrativos disciplinares em desfavor de Daniela Mateus, Profissional de Enfermagem e Fernando Edgard Merino Chamma, Médico, instaurados pelas Portarias N.º 534/20 e 535/20 de 30.03.20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

577.04.20 - P. CESSA EF. ANA PAULA CHINI

Publicação Nº 2432933

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 577/20 de 07.04.20

Cessa Efeitos da Portaria N.º 566/20 de 01.04.2020

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 566/20 de 01.04.2020, que concedeu uma Gratificação mensal, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento, a servidora Ana Paula Chini, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, tendo em vista o cancelamento da instauração dos Processos Administrativos Disciplinares através da Portaria nº 576/20 de 07 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

578.04.20 - P. CESSA EF. PERLA DE O. SANTOS

Publicação Nº 2432935

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 578/20 de 07.04.20

Cessa Efeitos da Portaria N.º 567/20 de 01.04.2020

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 567/20 de 01.04.2020, que concedeu uma Gratificação mensal, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento, a servidora Perla de Oliveira dos Santos, Ocupante do cargo de Zeladora, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, tendo em vista o cancelamento da instauração dos Processos Administrativos Disciplinares através da Portaria nº 576/20 de 07 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

579.04.20 - P. CESSA EF. JUCELENE G. S. ABREU

Publicação Nº 2432937

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 579/20 de 07.04.20

Cessa Efeitos da Portaria N.º 568/20 de 01.04.2020

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 568/20 de 01.04.2020, que concedeu uma Gratificação mensal, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento, a servidora Jucelene Goeder Santos, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, tendo em vista o cancelamento da instauração dos Processos Administrativos Disciplinares através da Portaria nº 576/20 de 07 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

MINUTA PE 27/2020

Publicação Nº 2432640

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020 SRP

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Eletrônico 27/2020 para Contratação de Empresa para realização de concurso público e processo seletivo, envolvendo todo o trâmite necessário desde a elaboração do edital até a divulgação dos resultados. Abertura: 22/04/20 às 08h30min, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. Maiores informações: Fone: (049) 32770183. Edital disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 08 de abril de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****PL Nº 20/2020 PP Nº 17/2020 CONCRETO USINADO**

Publicação Nº 2432757

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº17/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 Mpa. Recebimento da documentação e propostas: 27/04/2020, até as 14:00 Horas, abertura da sessão as 14:30 horas. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 08 de abril de 2020.

VILSON JOSÉ GIANESINI

Secretário de Transportes.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO N°035/2020

Publicação N° 2433376

DECRETO N° 035/2020 , de 07 de abril de 2020.

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDO MELMESTET, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art. 1º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Braço do Trombudo, ao Decreto Estadual n. 550/2020, fica prorrogado pelo período de 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020, as medidas fixadas no inciso I, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 028/2020:

- a) Circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) Atividades e serviços privados não essenciais, a exemplo bares, restaurantes e comércio em geral, nos termos do artigo 9º do Decreto Estadual n. 525/2020;
- b.1 Excetuados os profissionais liberais mencionados na Portaria do Governo Estadual n. 223, quais sejam:
 - I - profissionais autônomos/liberais de saúde, tais como médicos, médicos veterinários, fisioterapeutas, odontólogos, biomédicos, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos, farmacêuticos, nutricionistas, entre outros;
 - II - profissionais autônomos/liberais de interesse da saúde, tais como terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, educadores físicos, cabeleireiros, barbeiros, manicures, pedicures, depiladores, massagistas, podólogos, entre outros;
 - III - profissionais autônomos/liberais em geral, tais como advogados, contadores, administradores, jardineiros, limpadores de piscina, cozinheiros, faxineiras, empregados domésticos, encanadores, entre outros;
 - IV - clínicas, consultórios, serviços de diagnóstico por imagens, serviços de óticas, laboratórios óticos, serviços de assistência e prótese odontológica e escritórios em geral.
- c) A entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) O atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto, nas Unidades de Atenção à Saúde, de Vigilância Sanitária e nos Órgãos Municipais de Proteção e Defesa Civil;
- e) O expediente em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, devendo as atividades serem realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, 07 de abril de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

ATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031-2020

Publicação Nº 2433207

ATA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 031/2020
Pregão Presencial nº 022/2020

Aos sete dias do mês de abril do ano de 2020, às 13h30min reuniram-se a Presidente da Comissão e seus Membros, nomeados pela Portaria 13.169/2019, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Brusque/SC, para recebimento e abertura dos documentos de habilitação referente ao Processo Licitatório em epígrafe (AQUISIÇÃO PERMANENTE DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT HOME AND BUSSINESS2019).

Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado à publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório.

Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, declara-se deserta a presente licitação recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrado os trabalhos.

Proceda-se a publicação do resultado da licitação no Diário Oficial dos Municípios e cientifique a Secretaria solicitante para, querendo, repetir o ato.

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA
Pregoeira da Administração Pública

Membros da Comissão

ANA ROSA LEBECK HELOIZA HARLE

DECRETO N. 8.579 - 2020

Publicação Nº 2433199

DECRETO N. 8.579, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a alteração do inciso VI do art. 5º do Decreto n. 8.557, de 17 de março de 2020, que adotou medidas progressivas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais ns. 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020, o 525, de 23 de março de 2020 e o 535, de 30 de março de 2020;

CONSIDERANDO as disposições dos Decretos Municipais ns. 8.555, de 16 de março de 2020, 8.557, de 17 de março de 2020, 8.561, de 18 de março de 2020, 8.566, de 24 de março de 2020, 8.569, de 31 de março de 2020, 8.570, de 01 de abril de 2020, 8.571, de 01 de abril de 2020 e 8.575, de 02 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do art. 5º do Decreto n. 8.557, de 17 de março de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º
.....
VI – gestantes ou lactantes até 06 (seis) meses. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar a situação de emergência, nos termos da Lei Federal n. 13.979, de 2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 01-2020- FCB - RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2433202

LISTAGEM DE CLASSIFICAÇÃO FINAL – EDITAL Nº 01/2020 FCB - DE SELEÇÃO DE MÚSICOS PARA INTEGRAR A BIG BAND BRUSQUE

O presente instrumento, têm por objeto selecionar 02 músicos através do EDITAL Nº 01/2020 FCB - PARA INTEGRAR A BIG BAND BRUSQUE.

CLASSIFICADOS POR INSTRUMENTOS	COLOCAÇÃO FINAL
TROMPETE	
Bruno Zambonini Soares	1º
TROMBONE	
Não houve inscritos	-----

Igor Alves Balbinot – Coordenador do processo de audições

Paraguaçu Fernandes Marinho – Arte Educador da Fundação Cultural de Brusque

Isaque Bizerra Lacerda – Regente da Fundação Cultural de Brusque

Lucas Cordeiro – Representante do Conselho Municipal de Cultura

.....
Igor Alves Balbinot
Diretor da Fundação Cultural de Brusque

Brusque, 02 de março de 2020.

EXTRATO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AS OUTORGAS DE CONCESSÃO Nº 041-2010 E 109-2019

Publicação Nº 2433208

EXTRATO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AS OUTORGAS DE CONCESSÃO Nº 041-2010 E 109-2019

Espécie: 1º termo de apostilamento, outorgas nº 041/2010 e 109/2019, entre o Município de Brusque e FUNERÁRIA ESTRELA LTDA FUNERÁRIA GRACIOLA LTDA Objeto: apostilamento de reajuste. Origem: concorrência pública nº006/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Edena Beatris Censi.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027-2018

Publicação Nº 2433197

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027-2018

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 027/2018, entre o Município de Brusque e ANIRIO NATAL FUGAZZA Objeto: Aditivo de prorrogação
Origem: dispensa de licitação nº 052/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Eliani Aparecida Busnardo Buemo e Anirio Natal Fugazza.

LEI Nº 4.287-2020

Publicação Nº 2433203

LEI N. 4.287, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Autoriza o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque a celebrar o acordo extrajudicial, que abaixo especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque autorizado a celebrar acordo extrajudicial, para indenização de danos materiais, no valor total de R\$ 114,65 (cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos), conforme apurado no Procedimento Administrativo n. 007/2019/Jurídico, em que é requerente Paulo Vargas.

Art. 2º As despesas da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação do orçamento do SAMAE:

- 80.002.0017.0512.0301.2292.3.3.90.00000000.020000000.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.288-2020

Publicação Nº 2433205

LEI N. 4.288, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Denomina via pública: RUA MESSINA.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA MESSINA a via identificada como “Rua J”, do Loteamento Residencial Multifamiliar e Comercial Independência, transversal da via identificada como “Rua A”, iniciando 158 metros após a “Rua H” e finalizando junto à via identificada como “Rua F”, no bairro Águas Claras.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui extensão de 61 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros de cada lado, totalizando 12,00 metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 018.2020 -IBPREV

Publicação Nº 2433211

PORTARIA 018/2020

Estabelece medidas obrigatórias de prevenção ao covid-19 para atendimento ao público no Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, e dá outras providências.

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, no uso de suas atribuições, com fundamento nos termos do artigo 31 da Lei Complementar Municipal nº 174, de 20 de setembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.555 de 16/03/2020 que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, visa dar cobertura aos riscos que estão sujeitos aos beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atenda as seguintes finalidades: garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão, morte e proteção a maternidade e a família;

RESOLVE:

Art. 1º Aos servidores públicos municipais lotados nesta Autarquia Municipal afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 8.561, de 18 de março de 2020, prorrogado pelos Decretos 8566/2020 e 8569/2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

§ 1º Estabelecer a manutenção de teletrabalho, nos termos estabelecido pelo Decreto nº 8571-2020 de 01/04/2020;

§ 2º Instaurar e priorizar o atendimento remoto dos serviços prestados pelo IBPREV do endereço eletrônico ibprev@ibprev.sc.gov.br, estando à disposição dos servidores.

§ 3º Havendo extrema necessidade de atendimento presencial ao servidor, será realizado agendamento individual junto ao servidor, destacando que após cada atendimento será realizado a higienização do ambiente utilizado para atendimento.

Art. 2º O IBPREV disponibilizará aos seus servidores álcool gel 70% para higienização constante das mãos e local de trabalho.

Art. 3º Será estabelecida a distância mínima de 2 metros entre as pessoas, no caso de eventuais filas formadas para o ingresso no estabelecimento.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário

Brusque, em 07 de abril de 2020.

Antônio Carlos Cerchiari Júnior
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 627-2020

Publicação Nº 2433212

Portaria nº 627/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Coletivas nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19). Período de 06/04/2020 a 05/05/2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Turismo.

ADEMIR JOSE MORAES
DOMINGOS DA CONCEICAO DOS SANTOS
IVO MARCHI
LOURIVAL REIS
LUCIANA PINHEIRO
MARCOS UENDEL FUMAGALLI
MARIA GLORIA PEREIRA SANTOS
NATAL ABELINO
ODIR BARNI
ORLANDO SOARES MOREIRA
PAULO ROBERTO FUSAO
RODRIGO HODECKER
SANTINA LEMES VALTERSOLF
SERGIO HIGINO KUNITZ

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 06/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretaria Municipal de Turismo
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 628-2020

Publicação Nº 2433213

Portaria nº 628/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Coletivas nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19). Período de 06/04/2020 a 05/05/2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Fundação Municipal de Esportes.

ALADIN FARIAS SEGUNDO
AMANDOS OTAVIO EGGERT JUNIOR
ANELEDE FEUZER
ARIBERTO BATISTA
EDSON GARCIA
LAURENTINO SCHMITZ
MARCEL LAURENCE PAZA
MATHEUS DECKER VENTURELLI
ROBERTO LUIZ QUINDOTA
ROSNEI HOFFMANN SCHERER

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 06/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

EDSON GARCIA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 629-2020

Publicação Nº 2433214

Portaria nº 629/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Coletivas nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19). Período de 06/04/2020 a 05/05/2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Fundação Cultural de Brusque.

ALEXANDRE FREDERICO RISTOW STOLL
ALISSON SOUSA CASTRO
ANDREIA DIRSCHNABEL
CLEBER DA SILVA ANDRE
CRISTIANY TEIXEIRA DE SOUZA CHIUFFA
DENISE DUBIELLA
IGOR ALVES BALBINOT
ISAQUE BIZERRA LACERDA
JANAINA SOARES SCHAPPO
JANETE SAMPAIO DE MORAES
JAQUELINE DA SILVA
KATIA MARIA COSTA
KELLY INGRID PEREIRA DA SILVA
LISETE DA SILVA COTTA DE MELLO
LOUISE CLEMENTE
LUCAS CORDEIRO
LUCIENE PEREIRA DE SOUSA
MARIA DUARTE DEBRASSI
MATHEUS TEIXEIRA
MILANA ZANON

PARAGUACU FERNANDES MARINHO
ROGERIO JOSE TAMANINI
SIDNEI KNIHS
SUZANA DA SILVA MAFRA
THIAGO LUIZ DA COSTA MARTINS

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 06/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

IGOR ALVES BALBINOT
Fundação Cultural de Brusque
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 630-2020

Publicação Nº 2433216

Portaria nº 630/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19). Período de 06/04/2020 a 05/05/2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

ADALGISA JUÇARA CARVALHO
ADRIANA ROSA MACHADO BAUMGARTE
ALCIDES CASSANIGA
ANA PAULA NUNES FOGAÇA
ANA PAULA PETRY LIMA
ANDRE GUSTAVO DE CARVALHO MAGALHAES
ANDRE LUIZ DA SILVA CAMARGO
ANDREIA DA SILVA
ANDRESSA ELIZE FRANCA CASACA
ANGELICA DIAS PINHEIRO DOS SANTOS
BRUNO TEIXEIRA ALBINO
CAROLINE HANINEC IACKUSCH VIEIRA
CATARINO ANTONIO HERNANDEZ MORENO
CLARICI CONCEICAO WANKA
CONCEICAO APARECIDA CAMPOS BASILIO
CRISTIAN HAAG
DORIS TERESINHA BATTISTI ARCHER
EDILAINE MARTINS MORATTO OLIVEIRA
ELIANA BARBOSA DE OLIVEIRA
ELIANA JESKE MAURICI
ELIS FERREIRA DE SOUZA
ELIS RAMONA PEREIRA CARDOSO
FABIANA DIAS MIRON
FRANCIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA MOLINARI
GERUSA CRISTINA DE SOUZA DA SILVA
HELIO IMHOF

IBANEZ PIRES JUNIOR
ISOLETE DIAS
IVANETE REIS LIRA
IVETE CARDOSO DA SILVA
JACQUELINE TEIXEIRA GARCIA
JAQUELINE FACHI
JOEL DA SILVA BOMFIM
JUDITE PAULO CARDOSO
LAURA MACHADO WENTURINI
LEIA MARIA FACCHINI
LIONESIA COSTA
LUCIA MARIA MANGINSKI
LUCILENE TERESINHA BAGETTI
LUIZ AGOSTINI
LUIZ FANTINI
LUIZ ROBERTO VELHO VIEIRA
MARCIA DA LUZ
MARCO ANTONIO CORTELAZZO
MARIA APARECIDA NUNES
MARIA ELISA HORT
MARIA GORETI LOPES
MARIA LUCIA MACEDO
MARIA TEREZINHA BERTON
MARIA VOSS GRAF
MARIESE BATISTA DA SILVA
MARILEIA APARECIDA DOS SANTOS
MARISTELA COMPIANI

MARLENE GULLINI
MARLENE INGRIT SAUERESSIG
MAYARA CANTALICE VOGEL DA SILVA
MINELLI SILVA CARVALHO CHRISTOFF
NADIA FONSECA MACIEL LOPES
NELI MANFRIN DALLOSSI
NIZIA NEIDE MAJEWSKI
PAMELLA JOYSS DE CERQUEIRA SABINO
RONALDO CALDEIRA GODINHO
ROSANA BORGES DOS SANTOS
ROSANGELA ALVES PAGANELLI FISCHER
ROSELI APARECIDA TIMOTEO
ROSIANE VANDRESEN
SANDRA REGINA PORTES
SARA ALVES RAQUEL
SEBASTIANA DO ROCIO DOS SANTOS MOREIRA
SIMARA HELOISA DE SIMAS

SIMARA MARQUES
TANIA MARIA VENTURA DA SILVA
TERESINA ALVARINA FAGUNDES DE MORAES
THAYNA NUNES BRITO
VERA LUCIA CIVINSKI
ZENO PETERMANN

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 06/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 631-2020

Publicação Nº 2433217

Portaria nº 631/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19). Período de 08/04/2020 a 07/05/2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Planejamento.

ANDERSON BUSS
CLEBER ARLINDO PEREIRA
ELISANGELA PICOLOTTO
LETICIA SEVERO ALVES
MARCELO VARGAS
PEDRO DITTRICH
RIANE WEGNER SCHRAMM
RODRIGO DIAS FERREIRA
ROGERIO LAZAROTTO
WALDIR DA SILVA NETO

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JEFERSON PETERMANN
Secretaria de Planejamento
Diretor-Presidente

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 632-2020

Publicação Nº 2433218

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 632/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19), ao servidor abaixo relacionado:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
776017	0	PAULO CLEMENTE WINK JUNIOR	Secretaria de Orçamento e Gestão	08/04/2020	07/05/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 e Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 633-2020

Publicação Nº 2433219

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 633/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19), aos servidores abaixo relacionados:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
6726	0	MARCIO VINOTTI	Secretaria da Fazenda	08/04/2020	07/05/2020	30
4251164	1	NIVALDO GUIRAO VERA	Secretaria da Fazenda	08/04/2020	07/05/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 634-2020

Publicação Nº 2433221

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 634/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19), ao servidor abaixo relacionado:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4143132	2	FRANCIELLE DA CAMINO	Fundação Municipal de Meio Ambiente	08/04/2020	07/05/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

CRISTIANO OLINGER
Fundação Municipal de Meio Ambiente
Superintendente

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 635-2020

Publicação Nº 2433222

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 635/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19), aos servidores abaixo relacionados:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
51373	0	IVANETE PESTUM RAUPP	Secretaria Desenv. Econômico Trabalho e Renda	08/04/2020	07/05/2020	30
14320	0	MARIO ROBERTO MAFRA	Secretaria Desenv. Econômico Trabalho e Renda	08/04/2020	07/05/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 636-2020

Publicação Nº 2433223

Portaria nº 636/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) JANAINA XUDRE DA LUZ ZEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) no Fundo Municipal de Assistência Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/04/2020 a 07/05/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ODAIR BOZIO
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

CONVENIO SSP 03-2020

Publicação Nº 2433198

MARÇO 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE CONVÊNIO: SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE COMPETÊNCIA: 03/2020				
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO 2020				
ÓRGÃOS	SALDO INICIAL	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FINAL
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE	547.617,84			
POLÍCIA MILITAR	48.373,35			
POLÍCIA CIVIL	23.431,35			
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA - MULTAS		195.775,29		
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA – R.A.		648,52		
ESTORNO DE TARIFAS BANCÁRIAS		,00		
DÉBITO CONTRATUAL (CIASC)			9.784,12	
DÉBITO FUNSET			9.784,12	
TARIFA DE COBRANÇA			6.642,00	
DESPESA – PAGAMENTO JARI			24.938,00	
DESPESA – PAGAMENTO CORREIO			15.766,61	
RESTITUIÇÃO DE MULTAS			,00	
RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA		196.423,81	66.914,85	
DISPONIBILIDADE SSP		129.508,96		
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE		90.656,27		
POLÍCIA MILITAR		19.426,34		
POLÍCIA CIVIL		19.426,34		
DESPESAS			244.405,22	
DESPESAS – SETRAM			172.600,52	
POLÍCIA MILITAR (BANCO BRASIL C/C: 841.073-9)			48.373,35	
POLÍCIA CIVIL (BANCO BRASIL C/C: 307.851-5)			23.431,35	
SALDOS				
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE				465.673,62
POLÍCIA MILITAR				19.426,33
POLÍCIA CIVIL				19.426,33
TOTAIS	619.422,54	196.423,81	311.320,07	504.526,28

BRUSQUE, 02 DE ABRIL DE 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANO BITTENCOURT
CONTADOR – CRC/SC 028895/O-9

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019

Publicação Nº 2433327

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019 - CONTRATADA: SIGCORP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.876.589/0001-35, com sede na cidade de Barueri, SP, neste ato representada pelo Sr. DOUGLAS JEFFERSON SEVERO, brasileiro, sócio diretor, inscrito no CPF sob nº 255.705.148-99 residente e domiciliado na cidade de Barueri, SP. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 08/2019 datado de 06 de março de 2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO ESPECIALIZADA NA LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, EM AMBIENTE "WEB" COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INTEGRALMENTE REALIZADA VIA INTERNET PARA MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, QUE CONTEMPLARA O CONTROLE DA AÇÃO FISCAL E GESTÃO DE COBRANÇA DE RECEITA TRIBUTÁRIA INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ACOMPANHAMENTO POR MONITORAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, referente ao processo licitatório nº 03/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 03/2019. O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 06 de março de 2020 e findando dia 06 de março de 2021, podendo ser renovado havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais) para a totalidade do presente contrato. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2019

Publicação Nº 2433328

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2019 - CONTRATADA: ALINE CEOLATTO BUFFON, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 084.367.439-38, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 94/2019, para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para Merenda Escolar destinada aos alunos das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas da rede Básica Pública, referente ao processo licitatório nº 113/2019, na modalidade de Chamamento Público nº 03/2019, datado de 15 de outubro de 2019. O presente Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo contratual pelo prazo de 05 (cinco) meses, conforme solicitação emitida pela Secretaria de Educação, documento anexo ao presente, para todos fins e efeitos legais. O prazo de vigência do presente instrumento inicia em 15 de Março de 2020 e finda dia 15 de Agosto de 2020. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2019

Publicação Nº 2433329

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2019 - CONTRATADA: NEUSA METTLER BUFFON, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 028.074.369-60, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 95/2019, para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para Merenda Escolar destinada aos alunos das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas da rede Básica Pública, referente ao processo licitatório nº 113/2019, na modalidade de Chamamento Público nº 03/2019, datado de 15 de outubro de 2019. O presente Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo contratual pelo prazo de 05 (cinco) meses, conforme solicitação emitida pela Secretaria de Educação, documento anexo ao presente, para todos fins e efeitos legais. O prazo de vigência do presente instrumento inicia em 15 de Março de 2020 e finda dia 15 de Agosto de 2020. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

Publicação Nº 2433330

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019 - CONTRATADA: COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.463.681/0001-03, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. ORLEI TORRES GARCIA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC.. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 96/2019, para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para Merenda Escolar destinada aos alunos das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas da rede Básica Pública, referente ao processo licitatório nº 113/2019, na modalidade de Chamamento Público nº 03/2019, datado de 15 de outubro de 2019. O presente Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo contratual pelo prazo de 05 (cinco) meses, conforme solicitação emitida pela Secretaria de Educação, documento anexo ao presente, para todos fins e efeitos legais. O prazo de vigência do presente instrumento inicia em 15 de Março de 2020 e finda dia 15 de Agosto de 2020. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2017

Publicação Nº 2433331

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2017 - CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0001-22, com sede na Rua Mafrã nº 235, bairro Bom Jesus, nesta cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. Pe. LAURO KALUZYNY FILHO, brasileiro, religioso, inscrito no CPF sob o nº 032.768.339-21, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 15/2017 datado de 20 de março de 2017, para a locação do imóvel de propriedade do contratado, com sala comercial, com aproximadamente 100,00 m2 (cem metros quadrados), localizada na avenida Santa Catarina, s/nº, Centro em Caçador/SC, destinada ao funcionamento do arquivo da Prefeitura, referente ao processo licitatório nº 19/2017, na modalidade de Dispensa nº 09/2017. O presente Aditivo tem por objeto a Renovação Contratual, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria de Administração e mediante parecer jurídico favorável nº 74/2020. O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 20 de março de 2020 e findando dia 20 de março de 2021, podendo ser renovado havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) para a totalidade do presente contrato, ou seja, R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensal. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2019

Publicação Nº 2433332

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2019 - CONTRATADA: THOMAS THIAGO ROMARIO TALASKA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.786.679/0001-82, com sede na cidade de Xanxerê, SC, neste ato representada pelo Sr. THOMAS THIAGO ROMÁRIO TALASKA, brasileiro, proprietário, inscrito no CPF sob nº 090.554.969-44, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 75/2019 datado de 08 de agosto de 2019, para a A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL REFERENTE AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA FOODTRUCKS E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DA PISTA DE SKATE E ARREDORES DA PRAÇA DA CONCÓRDIA, referente ao processo licitatório nº 92/2019, na modalidade de Tomada de Preço nº 06/2019. O presente Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor, conforme solicitação e justificativa emitida pelo fiscal do contrato, documento anexo ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O preço certo para a totalidade do presente aditivo é de R\$ 24.552,72 (vinte e quatro mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433335

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: MANTOMAC COM DE PEÇAS E SERVOÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0001-44, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antonio Dondoni, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 009.087.309-26, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 168.832,61 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
124	343	69253 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC-150 - MAQ 61 - 2003	R\$	1	64.874,55	64.874,55
124	344	69254 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC-200 MAQ 76	R\$	1	60.452,60	60.452,60
124	345	69255 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC-160 - MAQ 77 - 2014	R\$	1	43.505,46	43.505,46
TOTAL R\$						
168.832,61						

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433336

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.545/0001-55, com sede na cidade de Caçador/SC neste ato representada pelo Sr. José Luiz Bressan, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 489.786.129-20, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do

presente Contrato é de R\$ 650.560,35 (seiscentos e cinquenta mil e quinhentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
105	259	69070 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUSTER - QHW-1065 - 2015	R\$	1	33.750,00	33.750,00
105	260	69072 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - QID-5338 - 2016	R\$	1	45.000,00	45.000,00
105	261	69073 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - MLH-9169 - 2014	R\$	1	4.500,00	4.500,00
109	281	69147 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO MUNCK-VM 270 - MJN-9464 - 2012	R\$	1	27.985,28	27.985,28
109	282	69148 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA 330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	47.155,01	47.155,01
116	308	69214 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO B - MIR-2529 - 2010	R\$	1	34.060,71	34.060,71
116	309	69215 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO B - MIR-2599 - 2010	R\$	1	31.577,00	31.577,00
116	310	69216 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLE-8469 - 2014	R\$	1	90.000,00	90.000,00
116	311	69217 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLF-1839 - 2014	R\$	1	34.761,11	34.761,11
116	312	69218 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLF-3709 - 2014	R\$	1	34.131,55	34.131,55
116	313	69219 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLF-4989 - 2014	R\$	1	31.676,06	31.676,06
116	314	69220 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR CARRETA - MLF-5579 - 2014	R\$	1	33.140,32	33.140,32
116	315	69221 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MDV-6940 - 1978	R\$	1	34.771,09	34.771,09
117	316	69223 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO HR - MHW-3811 - 2003	R\$	1	42.889,47	42.889,47
117	317	69224 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9076	R\$	1	184,00	184,00
117	318	69225 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9096	R\$	1	18.624,91	18.624,91
117	319	69226 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CAÇAMBA - QHE-6867	R\$	1	33.506,19	33.506,19
119	323	69230 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO 8-160 CAÇAMBA - MKF-1992 - 2012	R\$	1	31.327,33	31.327,33
119	324	69231 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CARGO CAÇAMBA - MLU-4547	R\$	1	20.879,73	20.879,73
119	325	69232 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CARGO CAÇAMBA - MLU-4657	R\$	1	20.640,39	20.640,39

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433337

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: AUTO ELETRICA XAVENZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.551.827/0001-93, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. Idanir Xavier, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 629.199.629-49, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 672.589,00 (seiscentos e setenta e dois mil e quinhentos e oitenta e nove reais). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário R\$	Valor total R\$
14	27	69034 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN LTZ - QIJ-1629 - 2017	R\$	1	6.000,00	6.000,00
15	28	69035 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO FIRE - MIY-7628 - 2011	R\$	1	5.324,97	5.324,97
17	35	69044 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MGZ-1066 - 2010	R\$	1	7.500,00	7.500,00
17	36	69045 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AMAROK - QII-0498 - 2017	R\$	1	11.250,00	11.250,00
19	45	69057 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLR-0196 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
19	46	69058 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-3226 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
19	47	69059 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLQ-9839 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
19	48	69060 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFU-3909 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00
19	49	69061 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-8556 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
20	50	69062 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MDK-6221 - 2003	R\$	1	6.250,00	6.250,00
20	51	69064 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MHE-5136 - 2010	R\$	1	15.000,00	15.000,00
20	52	69066 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MLC-7439 - 2011	R\$	1	15.000,00	15.000,00
20	53	69067 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - QHW-5291 - 2015	R\$	1	15.000,00	15.000,00
23	56	69070 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUSTER - QHW-1065 - 2015	R\$	1	11.250,00	11.250,00
23	57	69072 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - QID-5338 - 2016	R\$	1	15.000,00	15.000,00
23	58	69073 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - MLH-9169 - 2014	R\$	1	15.000,00	15.000,00
25	63	69079 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CITROEN-C3 - QHI-0184 - 2015	R\$	1	45.000,00	45.000,00
28	72	69089 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - MDK-2396 - 2010	R\$	1	2.814,17	2.814,17
29	73	69090 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BOXER JAEDITUR - MHI-3386 - 2010	R\$	1	1.414,53	1.414,53
30	74	69091 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MLK-1627 - 2013	R\$	1	5.000,00	5.000,00
35	80	69098 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO JUMPER MINIBUS - QHF-7234 - 2015	R\$	1	10.000,00	10.000,00
39	88	69106 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA SEDAN PREMIUM - MIO-3378 - 2011	R\$	1	3.373,61	3.373,61
39	89	69107 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN MT LTZ - QJD-6613 - 2018	R\$	1	18.338,10	18.338,10
42	93	69112 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MLD-7938 - 2012	R\$	1	5.000,00	5.000,00
42	94	69113 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD KA - QIU-8725	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	95	69114 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CELTA - MHH-3747 - 2010	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	96	69115 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PRISMA - QJK-9849	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	97	69116 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QJH-6187	R\$	1	5.000,00	5.000,00
45	103	69122 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO EX 1.0 - DDS-3823 - 2001	R\$	1	10.000,00	10.000,00
46	104	69123 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BANDEIRANTE - LXH-1720 - 1994	R\$	1	7.897,92	7.897,92
48	107	69126 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO ECONOMY - MKH-8556 - 2014	R\$	1	2.500,00	2.500,00
48	108	69127 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO MILE ECONOMY - MGR-0784 - 2009	R\$	1	2.186,53	2.186,53
48	109	69128 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLI-5746 - 2013	R\$	1	3.884,27	3.884,27
48	110	69129 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFO-5892 - 2005	R\$	1	1.205,37	1.205,37
48	111	69130 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7216 - 2014	R\$	1	2.357,32	2.357,32
48	112	69131 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7636 - 2014	R\$	1	2.322,51	2.322,51
48	113	69132 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5186 - 2010	R\$	1	2.500,00	2.500,00
48	114	69133 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MIY-7628 - 2015	R\$	1	2.500,00	2.500,00
51	117	69137 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN LTZ - QIV-6694 - 2018	R\$	1	14.742,72	14.742,72
52	118	69138 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S 10 - MEP-0959 - 2005	R\$	1	13.215,44	13.215,44
53	119	69139 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AIRCROSS - QID-0793 - 2016	R\$	1	4.479,11	4.479,11
54	120	69140 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MHO-7936 - 2010	R\$	1	10.000,00	10.000,00
100	235	69261 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AMBULÂNCIA - QJY-9379 - 2019	R\$	1	20.000,00	20.000,00
103	250	69057 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLR-0196 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
103	251	69058 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-3226 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
103	252	69059 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLQ-9839 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
103	253	69060 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFU-3909 - 2014	R\$	1	22.500,00	22.500,00
103	254	69061 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-8556 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
104	255	69062 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MDK-6221 - 2003	R\$	1	18.750,00	18.750,00
104	256	69064 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MHE-5136 - 2010	R\$	1	35.567,50	35.567,50
104	257	69066 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MLC-7439 - 2011	R\$	1	45.000,00	45.000,00
104	258	69067 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - QHW-5291 - 2015	R\$	1	45.000,00	45.000,00
108	273	69126 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO ECONOMY - MKH-8556 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00

108	274	69127 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO MILE ECONOMY - MGR-0784 - 2009	R\$	1	7.100,59	7.100,59
108	275	69128 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLI-5746 - 2013	R\$	1	15.000,00	15.000,00
108	276	69129 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFO-5892 - 2005	R\$	1	6.117,50	6.117,50
108	277	69130 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7216 - 2014	R\$	1	6.746,83	6.746,83
108	278	69131 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7636 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00
108	279	69132 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5186 - 2010	R\$	1	7.500,00	7.500,00
108	280	69133 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MIY-7628 - 2015	R\$	1	7.500,00	7.500,00
TOTAL R\$ 672.589,00						

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433338

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LANTERNA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: WEGNER AUTO MECANICA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.644.605/0001-75, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. Edson Wegner, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 589.920.499-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador/sc. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 468.561,39 (quatrocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
66	138	69163 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ECO SPORT - QJS-8827 - 2018	R\$	1	5.969,60	5.969,60
66	139	69165 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD KA - QIF-4649 - 2017	R\$	1	5.809,14	5.809,14
66	140	69166 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-6552 - 2012	R\$	1	6.250,00	6.250,00
66	141	69167 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-7562 - 2012	R\$	1	4.319,06	4.319,06
66	142	69168 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MLL-4290 - 2013	R\$	1	6.250,00	6.250,00
67	143	69169 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RANGER - MDK-3625 - 2006	R\$	1	25.705,85	25.705,85
68	144	69170 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CRUZE - MJH-1125 - 2011	R\$	1	5.962,11	5.962,11
68	145	69171 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIY-8915 - 2018	R\$	1	6.250,00	6.250,00
68	146	69172 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QJA-7589 - 2017	R\$	1	4.796,22	4.796,22
68	147	69173 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MIZ-4625 - 2011	R\$	1	5.993,66	5.993,66
69	148	69174 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S 10 - PAF-3661 - 2014	R\$	1	28.999,98	28.999,98
70	149	69175 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEKEND - QJG-9697 - 2018	R\$	1	15.937,60	15.937,60
70	150	69176 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEKEND - MLK-9437 - 2013	R\$	1	25.000,00	25.000,00
71	151	69177 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - QJJ-9115 - 2018	R\$	1	2.574,81	2.574,81
71	152	69178 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLQ-1965 - 2013	R\$	1	5.489,15	5.489,15
71	153	69179 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLQ-5895 - 2013	R\$	1	5.880,00	5.880,00
71	154	69180 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLQ-5955 - 2013	R\$	1	5.249,18	5.249,18
72	155	69181 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUSTER - MLO-9735 - 2013	R\$	1	28.952,50	28.952,50

73	156	69182 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HILUX - MJT-2409 - 2010	R\$	1	29.515,03	29.515,03
112	286	69163 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ECO SPORT - QJS-8827 - 2018	R\$	1	18.750,00	18.750,00
112	287	69165 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD KA - QIF-4649 - 2017	R\$	1	18.657,50	18.657,50
112	288	69166 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-6552 - 2012	R\$	1	18.750,00	18.750,00
112	289	69167 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-7562 - 2012	R\$	1	18.750,00	18.750,00
112	290	69168 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MLL-4290 - 2013	R\$	1	18.750,00	18.750,00
113	291	69170 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CRUZE - MJH-1125 - 2011	R\$	1	18.750,00	18.750,00
113	292	69171 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIY-8915 - 2018	R\$	1	18.750,00	18.750,00
113	293	69172 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QJA-7589 - 2017	R\$	1	18.750,00	18.750,00
113	294	69173 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MIZ-4625 - 2011	R\$	1	18.750,00	18.750,00
114	295	69177 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - QJJ-9115 - 2018	R\$	1	18.750,00	18.750,00
114	296	69178 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLQ-1965 - 2013	R\$	1	18.750,00	18.750,00
114	297	69179 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLQ-5895 - 2013	R\$	1	18.750,00	18.750,00
114	298	69180 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLQ-5955 - 2013	R\$	1	18.750,00	18.750,00
TOTAL R\$ 468.561,39						

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433339

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Hilario Henrique Goldbeck, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 526.415.899-15, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 573.761,77 (Quinhentos e setenta e três mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. Med	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	
110	283	69159 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO TRATOR TT4030 - 1145 - 2015	R\$	1	52.200,00	52.200,00	
110	284	69160 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RETROESCAVADEIRA - MAQ71 - 2010	R\$	1	75.000,00	75.000,00	
111	285	69162 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA - MAQ75 - 2010	R\$	1	59.721,57	59.721,57	
121	329	69236 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MINI PÁ CARREGADEIRA S175 - MAQ 01 - 2012	R\$	1	2.659,22	2.659,22	
121	330	69237 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MINI PÁ CARREGADEIRA S175 - MAQ 03 - 2012	R\$	1	14.853,49	14.853,49	
121	331	69238 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MINI PÁ CARREGADEIRA COMPACTA - MAQ 72	R\$	1	46.077,50	46.077,50	
122	332	69239 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RETROESCAVADEIRA RD 406 - MAQ 02 - 2014	R\$	1	45.514,44	45.514,44	
122	333	69240 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RETROESCAVADEIRA RD 406 - MAQ 66 - 2010	R\$	1	51.743,88	51.743,88	

122	334	69241 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RETROESCAVADEIRA RD 406 - MAQ 73 - 2014	R\$	1	48.502,00	48.502,00	
122	335	69242 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RETROESCAVADEIRA RD 406 - MAQ 74 - 2014	R\$	1	44.662,36	44.662,36	
123	336	69244 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ROLO COMPACTADOR - MAQ 44 - 2002	R\$	1	359,29	359,29	
123	337	69245 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTONIVELADORA - MAQ 54 - 2000	R\$	1	339,69	339,69	
123	338	69246 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTONIVELADORA - MAQ 56	R\$	1	18.363,14	18.363,14	
123	339	69247 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTONIVELADORA - MAQ 58 - 2001	R\$	1	21.727,05	21.727,05	
123	340	69248 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ROLO COMPACTADOR CA-250 MAQ 68 - 2010	R\$	1	61.687,96	61.687,96	
123	342	69250 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTONIVELADORA - MAQ 70 - 2010	R\$	1	31.050,18	31.050,18	
TOTAL R\$ 573.761,77							

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433340

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.060.327-67, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. Gilberto de Paula Cruz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 713.012.919-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador/sc. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 362.500,61 (trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais e sessenta e um centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant.	Valor unitário R\$	
115	299	69205 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MAN-1633 - 1999	R\$	1	31.887,55	
115	300	69206 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MAY-7835 - 2000	R\$	1	23.297,96	
115	301	69207 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBA-0245 - 2000	R\$	1	27.407,45	
115	302	69208 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBA-4196 - 1999	R\$	1	24.108,05	
115	303	69209 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBS-5085 - 2002	R\$	1	16.466,64	
115	304	69210 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBV-3046 - 2002	R\$	1	30.000,00	
115	305	69211 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MCC-8279 - 2001	R\$	1	16.432,23	
115	306	69212 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MDU-9842 - 2003	R\$	1	17.733,91	
115	307	69213 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MFN-9348 - 2007	R\$	1	12.399,36	
118	320	69227 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO EUROCARGO 170 E 22 - MJJ-4851 - 2011	R\$	1	6.653,72	
118	321	69228 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA - QHA-2518	R\$	1	32.236,31	
118	322	69229 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA - QHA-2558	R\$	1	31.839,24	
120	326	69233 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO VM 270 - MKL-2396 - 2012	R\$	1	28.804,77	
120	327	69234 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO VM-330 - QHR-9165 - 2015	R\$	1	19.111,85	
120	328	69235 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO VM-330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	44.121,57	
TOTAL R\$ 362.500,61						

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2433341

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS. CONTRATADO: MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.006.650/0001-19, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. Julio Cesar Rossetti, brasileiro, solteiro, eletricitista, inscrito no CPF sob nº 923.399.569-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador/sc. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.716.107,35 (um milhão setecentos e dezesseis mil cento e sete reais e trinta e cinco centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência de 3 (três) meses, iniciando com a assinatura e findando dia 31 de junho de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Petras Santos.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário R\$
1	1	69000 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MMJ-3569 - 2015	R\$	1	724,23
1	2	69001 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MIR-8664 - 2011	R\$	1	9.244,38
1	3	69004 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MJZ-7618	R\$	1	7.866,15
1	4	69005 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKM-7401 - 2012	R\$	1	4.017,80
1	5	69006 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-4690 - 2014	R\$	1	7.587,55
2	6	69009 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLP-3785 - 2013	R\$	1	8.846,82
3	7	69011 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BLAZER - MHJ-3444 - 2009	R\$	1	1.797,70
3	8	69012 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S10 - QIF-0696 - 2017	R\$	1	6.984,05
4	9	69013 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PRISMA - QJC-8059	R\$	1	5.000,00
5	10	69014 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MKB-0336 - 2013	R\$	1	6.129,84
5	11	69015 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - QIY-5547 - 2018	R\$	1	5.000,00
6	12	69016 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VERSA - QJF-2587	R\$	1	5.000,00
7	13	69018 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEK - MLI-8987 - 2014	R\$	1	2.689,71
7	14	69019 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEK - QHB-6825 - 2014	R\$	1	6.545,06
8	15	69020 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XR 250 - MDJ-7916 - 2005	R\$	1	4.828,88
9	16	69022 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MML-8705 - 2014	R\$	1	2.988,80
10	17	69023 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - QHY-7362 - 2016	R\$	1	3.465,25
11	18	69024 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RANGER - MDM-9313 - 2007	R\$	1	1.013,92
12	19	69025 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - QJI-4627 - 2018	R\$	1	5.679,57
12	20	69026 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - MME-5377 - 2018	R\$	1	1,30
13	21	69027 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MID-5162 - 2011	R\$	1	5.000,00
13	22	69028 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MLE-1454 - 2013	R\$	1	5.000,00
13	23	69029 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MLE-1494 - 2013	R\$	1	5.000,00
13	24	69030 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8393 - 2018	R\$	1	4.486,64
13	25	69032 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8333 - 2018	R\$	1	4.486,64

13	26	69033 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8433 - 2018	R\$	1	4.588,01
16	29	69036 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIQ-2357 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	30	69038 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-2027 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	31	69039 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-1947 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	32	69040 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-3467 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	33	69041 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4856 - 2010	R\$	1	6.250,00
16	34	69043 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SAVEIRO - QIS-9347 - 2017	R\$	1	5.000,00
18	37	69046 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MGZ-6087 - 2010	R\$	1	6.250,00
18	38	69047 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-8528 - 2011	R\$	1	6.250,00
18	39	69048 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJS-7898 - 2011	R\$	1	6.250,00
18	40	69049 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3598 - 2011	R\$	1	5.006,15
18	41	69051 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJU-0093 - 2011	R\$	1	6.250,00
18	42	69053 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIE-4718 - 2017	R\$	1	10.000,00
18	43	69054 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MFU-4646 - 2014	R\$	1	10.000,00
18	44	69055 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIA-3453 - 2016	R\$	1	10.000,00
21	54	69068 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MICROONIBUS - MLA-4937 - 2012	R\$	1	70.000,00
22	55	69069 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPRINTER - MKC-9224 - 2011	R\$	1	80.000,00
24	59	69074 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9558 - 2017	R\$	1	7.500,00
24	60	69075 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9508 - 2017	R\$	1	7.500,00
24	61	69077 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH - MHL-8456 - 2010	R\$	1	1.696,86
24	62	69078 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH MJL-5285 2012	R\$	1	7.500,00
26	64	69080 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ- MKC-2506 - 2012	R\$	1	3.750,00
26	65	69081 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKC-2536 - 2012	R\$	1	3.750,00
26	66	69082 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKD-1446 - 2012	R\$	1	3.750,00
26	67	69083 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8243 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	68	69085 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8133 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	69	69086 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8063 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	70	69087 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-7973 - 2018	R\$	1	3.750,00
31	75	69092 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLZ-2419 - 2014	R\$	1	2.709,88
32	76	69093 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MJK-6707 - 2012	R\$	1	6.955,64
34	78	69096 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MAXIBUS NEW ASTOR - MLE-4108 - 2013	R\$	1	409,39
34	79	69097 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MICROONIBUS - MKX-1716 - 2012	R\$	1	33,93
37	84	69102 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS - QIQ-1364 - 2017	R\$	1	2.464,42

37	86	69104 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS - QIP-9834 - 2017	R\$	1	28,15
38	87	69142 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DOBLO ESSENCE - MKQ-1689 - 2013	R\$	1	346,47
40	90	69109 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CARGO 8.25 T 150 - MLN-8139 - 2011	R\$	1	12.386,40
40	91	69110 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO TRANSIT - MKB-9784 - 2011	R\$	1	3.948,48
41	92	69111 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MAXIBUS ASTOR - MLE-4108 - 2012	R\$	1	15.643,91
44	98	69117 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEKEND - MLJ-3810 - 2013	R\$	1	5.000,00
44	99	69118 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MHE-5066 - 2010	R\$	1	5.000,00
44	100	69119 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - QID-5170 - 2018	R\$	1	5.000,00
44	101	69120 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - QIE-7510 - 2018	R\$	1	4.476,89
44	102	69121 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - MLN-7812 - 2014	R\$	1	5.000,00
47	105	69124 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHÃO 8.150E DELIVERY - MGS-5432 - 2007	R\$	1	32.724,40
47	106	69125 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CA,INHÃO BASCULANTE - MFB-7298 - 2007	R\$	1	20.000,00
49	115	69135 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AZERA 3.0 - MKQ-2412 - 2013	R\$	1	23.695,41
50	116	69136 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO 307 SD - MHE-5246 - 2010	R\$	1	2.399,89
55	121	69144 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO CARGO 1119 - MLR-0469 - 2010	R\$	1	39.125,70
56	122	69145 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MFD-1120 - 2001	R\$	1	2.031,86
56	123	69146 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MHL-8076 - 2010	R\$	1	5,79
57	124	69147 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO MUNCK-VM 270 - MJN-9464 - 2012	R\$	1	1.547,80
57	125	69148 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO CAÇAMBA 330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	1.501,38
58	126	69149 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7466 - 2010	R\$	1	5.572,94
58	127	69150 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MJO-1647 - 2013	R\$	1	8.504,15
58	128	69151 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MHS-4022 - 2008	R\$	1	8.648,79
58	129	69152 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5096 - 2010	R\$	1	9.658,23
59	130	69153 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MHA-7996 - 2010	R\$	1	73,36
60	131	69154 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMIONE-TA DIESEL - MCW-9029 - 2002	R\$	1	742,36
61	132	69156 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCY-7171 - 2003	R\$	1	1.500,00
74	157	69183 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO 1113 - LZN-2747 - 1977	R\$	1	30.000,00
75	158	69184 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPRINTER - MCA-0310 - 1997	R\$	1	30.000,00
76	159	69185 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS K113 CL FLECHA - BWA-6397 - 1991	R\$	1	30.000,00
77	160	69186 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCA-3485 - 2003	R\$	1	7.000,00
77	161	69187 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCA-3565 - 2003	R\$	1	7.000,00
77	162	69188 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO XRE 300 - MGT-6017 - 2009	R\$	1	7.000,00
77	163	69189 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO XRE 300 - MGT-6027 - 2008	R\$	1	7.000,00

78	164	69190 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO FIRE - MCU-7306	R\$	1	6.261,72
78	165	69191 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MHF-2136 - 2010	R\$	1	8.818,90
78	166	69192 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MJA-4523 - 2012	R\$	1	8.681,48
78	167	69193 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MLG-2167 - 2013	R\$	1	6.058,58
78	168	69194 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MLI-5856 - 2013	R\$	1	335,95
79	169	69195 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MERIVA - MCX-8399 - 2002	R\$	1	5.051,26
79	170	69196 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3708 - 2011	R\$	1	6.939,34
80	171	69197 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCY-6771 - 2003	R\$	1	2.000,00
80	172	69198 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO - MIE-9994 - 2010	R\$	1	10.000,00
81	173	69199 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MDB-1509 - 2002	R\$	1	7.719,41
82	174	69200 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4786 - 2010	R\$	1	8.353,90
82	175	69201 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-6516 - 2010	R\$	1	8.954,59
83	176	69202 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MGZ-0346 - 2010	R\$	1	10.881,50
83	177	69203 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MHL-8116 - 2010	R\$	1	14.884,02
83	178	69204 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MHL-8406 - 2010	R\$	1	10.394,86
84	179	69205 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MAN-1633 - 1999	R\$	1	11.813,80
84	180	69206 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MAY-7835 - 2000	R\$	1	12.500,00
84	181	69207 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBA-0245 - 2000	R\$	1	11.757,40
84	182	69208 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBA-4196 - 1999	R\$	1	12.142,80
84	183	69209 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBS-5085 - 2002	R\$	1	12.500,00
84	184	69210 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBV-3046 - 2002	R\$	1	10.000,00
84	185	69211 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MCC-8279 - 2001	R\$	1	11.044,31
84	186	69212 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MDU-9842 - 2003	R\$	1	12.500,00
84	187	69213 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MFN-9348 - 2007	R\$	1	12.500,00
85	188	69214 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO B - MIR-2529 - 2010	R\$	1	15.000,00
85	189	69215 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO B - MIR-2599 - 2010	R\$	1	15.000,00
85	190	69216 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLE-8469 - 2014	R\$	1	30.000,00
85	191	69217 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLF-1839 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	192	69218 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLF-3709 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	193	69219 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLF-4989 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	194	69220 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR CARRETA - MLF-5579 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	195	69221 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MDV-6940 - 1978	R\$	1	12.650,00
86	196	69222 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS MICROONIBUS - MDM-6072 - 2003	R\$	1	4.546,30

87	197	69223 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO HR - MHW-3811 - 2003	R\$	1	15.000,00
87	198	69224 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9076	R\$	1	4.331,25
87	199	69225 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9096	R\$	1	8.750,00
87	200	69226 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CAÇAMBA - QHE-6867	R\$	1	9.070,88
88	201	69227 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO EUROCARGO 170 E 22 - MJJ-4851 - 2011	R\$	1	12.500,40
88	202	69228 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO CAÇAMBA - QHA-2518	R\$	1	12.227,40
88	203	69229 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO CAÇAMBA - QHA-2558	R\$	1	12.370,28
89	204	69230 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO 8-160 CAÇAMBA - MKF-1992 - 2012	R\$	1	11.223,95
89	205	69231 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO CARGO CAÇAMBA - MLU-4547	R\$	1	9.143,75
89	206	69232 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO CARGO CAÇAMBA - MLU-4657	R\$	1	9.143,75
90	207	69233 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO VM 270 - MKL-2396 - 2012	R\$	1	12.500,00
90	208	69234 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO VM-330 - QHR-9165 - 2015	R\$	1	15.000,00
90	209	69235 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMI-NHAO VM-330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	15.000,00
99	232	69258 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 QHE-0715 2014	R\$	1	674,75
99	233	69259 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD FIESTA 1.6 - MLM-3610 - 2013/2014	R\$	1	1.000,00
99	234	69260 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD FIESTA SEDAN 1.6 - MMB-6159 - 2011/2012	R\$	1	1.820,03
101	236	69036 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIQ-2357 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	237	69038 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-2027 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	238	69039 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-1947 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	239	69040 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-3467 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	240	69041 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4856 - 2010	R\$	1	18.750,00
101	241	69043 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SAVEIRO - QIS-9347 - 2017	R\$	1	15.000,00
102	242	69046 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MGZ-6087 - 2010	R\$	1	18.750,00
102	243	69047 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-8528 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	244	69048 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJS-7898 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	245	69049 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3598 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	246	69051 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJU-0093 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	247	69053 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIE-4718 - 2017	R\$	1	30.000,00
102	248	69054 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MFU-4646 - 2014	R\$	1	30.000,00
102	249	69055 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIA-3453 - 2016	R\$	1	30.000,00
106	262	69074 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9558 - 2017	R\$	1	22.500,00
106	263	69075 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9508 - 2017	R\$	1	22.500,00
106	264	69077 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH - MHL-8456 - 2010	R\$	1	22.500,00

106	265	69078 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH MJL-5285 2012	R\$	1	22.500,00
107	266	69080 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ- MKC-2506 - 2012	R\$	1	11.250,00
107	267	69081 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKC-2536 - 2012	R\$	1	11.250,00
107	268	69082 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKD-1446 - 2012	R\$	1	11.250,00
107	269	69083 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8243 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	270	69085 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8133 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	271	69086 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8063 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	272	69087 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-7973 - 2018	R\$	1	11.250,00
TOTAL R\$ 1.716.107,35					

DECRETO Nº 8.647

Publicação Nº 2432734

DECRETO Nº 8.647, de 6 de abril de 2020.

Retifica dispositivo do Decreto nº 8.515/2019, que Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.515, de 17 de dezembro de 2019, que Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação, conforme memorial descritivo anexo:

“Art. 1º ”

III – terreno urbano com 375,20m² (trezentos e setenta e cinco metros e vinte decímetros quadrados) inicia no ponto denominado 'P05', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 1525; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 1525, com a distância de 14.00 m até o ponto 'P07'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 19656, com a distância de 27.52 m até o ponto 'P08'; Segue confrontando com Avenida Fahdo Thomé com a distância de 14.00 m até o ponto 'P06'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 7305, com a distância de 26.80 m até o ponto 'P05'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 375.20 m².” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 6 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.648

Publicação Nº 2433053

DECRETO Nº 8.648, de 7 de abril de 2020.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o Exercício de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica reaberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme segue:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

15.451.17.2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (44) R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

15.451.17.2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (47) R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.649

Publicação Nº 2433187

DECRETO Nº 8.649, de 7 de abril de 2020.

Suplementa e anula dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 377.757,30 (trezentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos) na seguinte dotação do orçamento geral do Município:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.10.2.63 – MANUTENÇÃO DO MAC

4.4.50.00.00 – 0.1.02 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (326)
..... R\$ 377.757,30

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas:

1000 – PODER LEGISLATIVO

1001 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.31.1.2.7 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (6) R\$ 350.000,00

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.24 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas (196) R\$ 27.757,30

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.650

Publicação Nº 2433204

DECRETO Nº 8.650, de 7 de abril de 2020.

Prorroga o prazo previsto no Decreto nº 8.630/2020, que Decreta situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no Decreto Legislativo nº 6 de 2020 do Congresso Nacional e considerando ainda o inteiro teor do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020,

CONSIDERANDO as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus editadas pelo Governo Estadual através do Decreto nº 550, de 7 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias a partir de 8 de abril de 2020 o prazo estabelecido no art. 10 do Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que decreta situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências

Art. 2º Dá nova redação ao art. 17 do Decreto nº 8.630/2020, que passa a vigorar como segue:

“Art. 17 Aplicam-se à presente situação objeto deste Decreto os ditames dos Decretos Estaduais nº 515, de 17/03/2020, 525, de 23/03/2020, 535, de 30/03/2020 e 550, de 07/04/2020.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com início dos efeitos a partir de 08/04/2020 e prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e do art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de abril de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.647

Publicação Nº 2432772

PORTARIA Nº 32.647, de 16 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de fevereiro, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
1039	Juçara Schneider Muller João	Assistente Social	1/3	22/06/2014 a 22/06/2019

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
16 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 32.654

Publicação Nº 2432773

PORTARIA Nº 32.654, de 17 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 30.957, de 03 de junho de 2019, que designa a Servidora LILIA CAPELIM, matrícula 14671, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para exercer a função de confiança de Chefe de Equipe e Serviços da Administração Direta, referência FCC-2 e vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 32.655

Publicação Nº 2432775

PORTARIA Nº 32.655, de 17 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor PAULO EDUARDO ESTANISLOVSKI, matrícula 10465, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração, para exercer a função de confiança de Chefe de Equipe e Serviços da Administração Direta, referência FCC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a percepção de sua remuneração e mais 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 32.731

Publicação Nº 2432777

PORTARIA Nº 32.731, de 02 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 87 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador – RPPS, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 294, de 17 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Servidor FÁBIO DENIZ CASAGRANDE, ocupante da função de confiança de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, para exercer interinamente o cargo em comissão de Diretor-Presidente do IPASC, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-1 e com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de fevereiro a 27 de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.732

Publicação Nº 2432779

PORTARIA Nº 32.732, de 03 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública, e ainda, em conformidade com o art. 72, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Servidor RODRIGO HAYMUSSI DE CARVALHO, matrícula 15857, do cargo em comissão de Assessor do Gabinete do Prefeito, pertencente ao Grupo Ocupacional em Comissão, referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculado ao Gabinete do Prefeito e nomeado pela Portaria nº 30.362, de 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2020

Publicação Nº 2433333

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2020 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MEDICINA DO TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO, AFIM DE DIMINUIR OS RISCOS ASSOCIADOS ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DESEMPENHADAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC, CONTRATADO: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.515.302/0001-07, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. MARCELO KOPSTEIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 060.469.039-80, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos), ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços. O presente contrato terá vigência de 12 (dozes) meses, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento, e findando em 10 de março de 2021. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Vania Moraes Schirrmann.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
05/03/2020	1	71188 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO: • Elaboração, Planejamento e assistência Técnica na implantação do PCMSO, em observância às prescrições normativas discriminados na NR-7. • Avaliação de riscos com relação a danos à Saúde dos empregados, com base no LTCAT, com fornecimento de orientações para a implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após a implantação. • Indicar quais exames necessários para a elaboração do Atestado de Saúde Ocupacional que compõe o PCMSO. • Sugestão de treinamento, cursos e palestras relacionadas à saúde dos servidores	UN	1	1.600,00	1.600,00
Total						1.600,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2020

Publicação Nº 2433334

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. CONTRATADO: INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.381.236/0001-27, com sede na cidade de Fortaleza/CE, neste ato representada pela Sra. PATRÍCIA COLUSSI OLIVEIRA, brasileira, responsável legal, inscrita no CPF sob o nº 025.688.899-00, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza/CE. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais), ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços. O presente contrato terá vigência de 12 (dozes) meses, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento, e findando em 30 de março de 2021. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da servidora Adrielle Danese.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/03/2020	1	71232 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.	UN	1	43.599,99918	43.600,00
TOTAL						43.600,00

Caibi

PREFEITURA

57/2020

Publicação Nº 2432533

DECRETO Nº 057/2020, de 06 de Abril de 2020.

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Caibi, SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19). E dá continuidade à adoção progressiva de medidas nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal e estabelece outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o art. 46, VI, da Lei Orgânica do município e, na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Cunhataí estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da constituição federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquela veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação.

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo. Adaptando-se à nova organização social a CLT foi alterada pela Lei 12.551/2011, passando seu art. 6º a prever:

“Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 001/2020, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação parte integrante do presente Decreto. Para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas municipal e educação infantil da Educação Básica, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Caibi e dá outras providências.

Art. 2º - O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, sendo os primeiros 15 dias considerados recesso, a partir de 19 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias.

(Decreto nº 509 de 17 de março de 2020.

§ 1º - A oferta da modalidade de ensino à distância para todas as etapas da educação básica terá caráter excepcional e valerá pelo período 15 dias (15) dias, apenas enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. Podendo ser ampliado por novo período enquanto prevalecer a excepcionalidade e respeitará a carga horária semanal de cada disciplina.

§ 2º - Nesse momento de excepcionalidade, as atividades serão únicas para toda a rede, desenvolvidas por ano e disciplinas.

Art. 3º - Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas e correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

§ 1º - A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º - Quanto a etapa da educação infantil a avaliação obedecerá caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam ser desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do Território Catarinense garantido os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 3º - As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 4º - Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º - Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º - A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não sejam possível contemplar as 800 horas previstas em lei. Nota: (atenderá o Ministério Público).

§ 7º - Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos(as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do(a) docente;

Art. 4º - Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º - Todos os atos decorrentes da aplicação deste Decreto deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Art.6º - Sem prejuízo da adequada prestação dos serviços e do funcionamento regular das atividades do Poder Executivo de Caibi autorizar a adoção das seguintes medidas:

§1º - autorizar aos agentes públicos, de acordo com as determinações da Chefia Imediata, uso da modalidade de home office, inclusive para

as atividades não finalísticas dos serviços essenciais, cabendo aos subordinados a adesão a esta espécie, que perdurará durante o período necessário ao enfrentamento da emergência de que trata este Decreto e o Decreto Municipal nº 048/2018 de março de 2020.

2º - dar prioridade à modalidade de home office, quando cabível, flexibilizando-se as restrições impostas pelos respectivos regimes de trabalho.

Art. 7º - Sem prejuízo dos trabalhos, ficam autorizados à realização de home office todos conforme a jornada de trabalho prevista no cargo,

§1º - Os agentes públicos que permanecerem em home office deverão estar com dispositivo de comunicação (WhatsApp e e-mail) em funcionamento e conectados aos grupos de trabalho virtual, durante os horários normais de expediente, ou excepcionalmente nos horários combinados com os Pais dos alunos.

§2º - Os agentes públicos que trabalharem em regime de home office ficarão vinculados às disposições deste Decreto, que serão consideradas, para todos os fins e efeitos, como integrantes do contrato de trabalho e/ou vínculo institucional.

§3º - A vinculação precária ao regime de trabalho via home office não acarretará a incidência de qualquer benefício ao agente público, tampouco será motivo para qualquer indenização, devendo o agente que aderir ao sistema, se munir dos devidos equipamentos, a seu custo, para garantia de comunicação e produtividade estabelecida.

§4º - Os serviços realizados durante o sistema de trabalho via home office deverão ser encaminhados para acompanhamento da respectiva Chefia Imediata.

§5º - Os pontos dos agentes públicos que estiverem em trabalho pelo sistema home office, serão registrados automaticamente, dentro do horário normal de expediente, previsto na carreira, ou na instituição escolar.

§6º - A Chefia Imediata poderá convocar agentes públicos para a realização de serviços necessários para atendimento a este decreto inclusive presencial caso seja extremamente necessário, entre outros.

§7º - O não atendimento a convocação será considerado como ilícito funcional grave e sujeitará o agente público as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

a) motoristas do transporte escolar: poderá conceder retirada de férias vencidas, retirada de banco de horas, antecipação de férias (calculadas proporcionalmente), retirada de licenças prêmio vencidas, glosa do período com efetiva compensação em momento posterior, nesta ordem; podendo serem convocados para servirem na entrega de materiais didáticos, ou outros materiais necessários ao Ensino não Presencial, ou funcionamento da Secretaria de educação

b) Auxiliar de serviços gerais: poderá conceder retirada de férias vencidas, retirada de banco de horas, antecipação de férias (calculadas proporcionalmente), retirada de licenças prêmio vencidas, glosa do período com efetiva compensação em momento posterior, nesta ordem;

c) Nutricionista: deverá manter o trabalho em home office e também poderá conceder retirada de férias vencidas, retirada de banco de horas, antecipação de férias (calculadas proporcionalmente), retirada de licenças prêmio vencidas, glosa do período com efetiva compensação em momento posterior, nesta ordem;

§8º - No caso do parágrafo anterior, o agente público poderá ser convocado pela Chefia Imediata, nos termos de que trata este Decreto, inclusive para atuação provisória em favor de outro órgão que não o de sua lotação original, em especial à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

§9º - As Chefias Imediatas poderão, adicionalmente flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art.8º - O secretário de educação poderá caso necessário editar ato próprios, em complementação aos termos do presente Decreto, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, e suas respectivas alterações, Instruções Normativas específicas, entre outros atos cabíveis.

Art.9º - As medidas previstas neste Decreto terão vigência vinculada as determinações constantes do Decreto Municipal nº 048/20, de 18 março de 2020, e dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Parágrafo único - Os afastamentos de que trata o presente Decreto não implicarão em perda de quaisquer benefícios aos agentes públicos, inclusive auxílio-alimentação.

Art.10 - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2020.

Art.11 - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC,
em 06 de Abril de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DE ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

Publicação Nº 2433388

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

MUNICÍPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 29/2020 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 014/2020, para registrar preços para eventual contratação de serviços de horas de caminhão para manutenção das atividades do município de Caibi, do tipo Menor Preço – Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 09 de Abril de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 27 de Março de 2020. ELOI JOSE LIBANO – Prefeito Municipal.

LEIA-SE:

MUNICÍPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 29/2020 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 014/2020, para registrar preços para eventual contratação de serviços de horas de caminhão para manutenção das atividades do município de Caibi, do tipo Menor Preço – Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 14 de Abril de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 08 de Abril de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

Obs: Seguindo as recomendações do Decreto Estadual nº 550/2020.

PORTARIA 269/20

Publicação Nº 2432477

PORTARIA Nº 269/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora MANUELA FERRONATO RODRIGUES DOS SANTOS ,matricula nº 8807-2, ocupante do cargo de ENFERMEIRA , com lotação junto ao Departamento de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 180(cento e oitenta dias) dias consecutivos, com início dia 07/04/2020 à 03/10/2020, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de abril de 2020 .

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 270/20

Publicação Nº 2432489

PORTARIA Nº 270/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR por motivo de aposentadoria a servidora EDIMARA TEREZINHA CONTE PORTES , matrícula 8004-7 , do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM , com lotação junto ao Departamento Municipal de Saúde ,com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de Abril de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

PORTARIA 271/20

Publicação N° 2432491

PORTARIA N.º 271/20

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

AUTORIZAR A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PREMIO NÃO GOZADA , a Servidora EDIMARA TEREZINHA CONTE PORTES , matrícula 8004-7, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM , com lotação junto ao Departamento Municipal de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2014 à 2019 , na rescisão, conforme artigo 80, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 027/2013 de 27 de Julho de 2013 e alterações posteriores .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do prefeito, 07 de Abril de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 1º BIM 2020

Publicação Nº 2432794

Página 1 de 3

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.600.000,00	23.600.000,00	3.930.724,50	16,66	3.930.724,50	16,66	19.669.275,50
Receitas Correntes	23.120.000,00	23.120.000,00	3.901.631,86	16,88	3.901.631,86	16,88	19.218.368,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.430.000,00	2.430.000,00	348.710,69	14,35	348.710,69	14,35	2.081.289,31
Impostos	1.995.000,00	1.995.000,00	271.765,27	13,62	271.765,27	13,62	1.723.234,73
Taxas	420.000,00	420.000,00	76.945,42	18,32	76.945,42	18,32	343.054,58
Contribuição de Melhoria	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-	15.000,00
Contribuições	235.000,00	235.000,00	36.434,56	15,50	36.434,56	15,50	198.565,44
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	235.000,00	235.000,00	36.434,56	15,50	36.434,56	15,50	198.565,44
Receita Patrimonial	96.500,00	96.500,00	7.582,80	7,86	7.582,80	7,86	88.917,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9.000,00	9.000,00	2.170,00	24,11	2.170,00	24,11	6.830,00
Valores Mobiliários	87.500,00	87.500,00	5.412,80	6,19	5.412,80	6,19	82.087,20
Receita Agropecuária	500,00	500,00	-	-	-	-	500,00
Receita Industrial	500,00	500,00	-	-	-	-	500,00
Receita de Serviços	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Outros Serviços	4.000,00	4.000,00	-	-	-	-	4.000,00
Transferências Correntes	20.318.600,00	20.318.600,00	3.504.266,54	17,25	3.504.266,54	17,25	16.814.333,46
Transferências da União e de suas Entidades	8.984.600,00	8.984.600,00	1.598.176,04	17,79	1.598.176,04	17,79	7.386.423,96
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.931.000,00	8.931.000,00	1.467.930,09	16,44	1.467.930,09	16,44	7.463.069,91
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.400.000,00	2.400.000,00	438.160,41	18,26	438.160,41	18,26	1.961.839,59
Transferências de Pessoas Físicas	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
Outras Receitas Correntes	33.900,00	33.900,00	4.637,27	13,68	4.637,27	13,68	29.262,73
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.500,00	15.500,00	3.770,18	24,32	3.770,18	24,32	11.729,82
Demais Receitas Correntes	18.400,00	18.400,00	867,09	4,71	867,09	4,71	17.532,91
Receitas de Capital	480.000,00	480.000,00	29.092,64	6,06	29.092,64	6,06	450.907,36
Operações de Crédito	480.000,00	480.000,00	-	-	-	-	480.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	480.000,00	480.000,00	-	-	-	-	480.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	29.092,64	-	29.092,64	-	(29.092,64)
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	29.092,64	-	29.092,64	-	(29.092,64)
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.600.000,00	23.600.000,00	3.930.724,50	16,66	3.930.724,50	16,66	19.669.275,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	23.600.000,00	23.600.000,00	3.930.724,50	16,66	3.930.724,50	16,66	19.669.275,50
DEPÓSITO (VI)*	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	23.600.000,00	23.600.000,00	3.930.724,50	16,66	3.930.724,50	16,66	19.669.275,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	56.026,73	-	-	56.026,73	-	-

Página 2 de 3

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)			
			No Bimestre		% (b/a)					
			(b)	(b/a)	Até o Bimestre	(c/a)				
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	56.026,73	-	-	-	56.026,73	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
			No Bimestre			Até o Bimestre (f)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (f)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.600.000,00	23.851.976,73	7.076.389,83	7.076.389,83	16.775.586,90	3.479.665,04	3.479.665,04	20.372.311,69	2.972.162,04	-
DESPESAS CORRENTES	22.546.500,00	22.602.526,73	7.049.946,83	7.049.946,83	15.552.579,90	3.456.632,04	3.456.632,04	19.145.894,69	2.949.129,04	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.040.000,00	12.066.001,11	2.080.973,64	2.080.973,64	9.977.027,47	2.001.852,13	2.001.852,13	10.065.148,98	1.855.941,67	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	30.000,00	-	-	30.000,00	-	-	30.000,00	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.476.500,00	10.514.525,62	4.968.973,19	4.968.973,19	5.545.552,43	1.454.779,91	1.454.779,91	9.059.745,71	1.093.187,37	-
DESPESAS DE CAPITAL	983.500,00	1.189.450,00	26.443,00	26.443,00	1.163.007,00	23.033,00	23.033,00	1.166.417,00	23.033,00	-
INVESTIMENTOS	983.500,00	1.149.450,00	26.443,00	26.443,00	1.123.007,00	23.033,00	23.033,00	1.126.417,00	23.033,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	40.000,00	40.000,00	-	-	40.000,00	-	-	40.000,00	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	-	-	60.000,00	-	-	60.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.600.000,00	23.851.976,73	7.076.389,83	7.076.389,83	16.775.586,90	3.479.665,04	3.479.665,04	20.372.311,69	2.972.162,04	-
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	23.600.000,00	23.851.976,73	7.076.389,83	7.076.389,83	16.775.586,90	3.479.665,04	3.479.665,04	20.372.311,69	2.972.162,04	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	451.059,46	-	958.592,46	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	23.600.000,00	23.851.976,73	7.076.389,83	7.076.389,83	-	-	3.930.724,50	20.372.311,69	3.930.724,50	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Página 3 de 3

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Calbi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (e-c)			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abri/2020, 09h e 12m.

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Página: 1 de 2
07/04/202009:22

Prefeitura Municipal de Caibi - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)	(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	23.600.000,00	23.851.976,73	7.076.389,83	100,00	16.775.586,90	3.479.665,04	100,00	20.372.311,69
Legislativa	1.080.000,00	1.080.000,00	211.670,95	2,99	868.329,05	131.084,62	3,77	948.915,38
Ação Legislativa	1.080.000,00	1.080.000,00	211.670,95	2,99	868.329,05	131.084,62	3,77	948.915,38
Administração	2.889.600,00	2.890.050,00	1.046.987,48	14,80	1.843.062,52	495.975,82	14,25	2.394.074,18
Administração Geral	1.924.600,00	1.925.050,00	862.710,77	12,19	1.062.339,23	316.775,56	9,10	1.608.274,44
Administração Financeira	965.000,00	965.000,00	184.276,71	2,60	780.723,29	179.200,26	5,15	785.799,74
Segurança Pública	137.000,00	147.000,00	86.010,57	1,22	60.989,43	26.311,78	0,76	120.688,22
Policimento	137.000,00	147.000,00	86.010,57	1,22	60.989,43	26.311,78	0,76	120.688,22
Assistência Social	1.394.000,00	1.412.001,11	298.253,99	4,21	1.113.747,12	161.078,18	4,63	1.250.922,93
Assistência ao Idoso	98.000,00	98.000,00	37.556,13	0,53	60.443,87	8.195,93	0,24	89.804,07
Assistência à Criança e ao Adolescente	217.000,00	217.000,00	25.566,29	0,36	191.433,71	20.309,73	0,58	196.690,27
Assistência Comunitária	1.079.000,00	1.097.001,11	235.131,57	3,32	861.869,54	132.572,52	3,81	964.428,59
Saúde	5.010.550,00	5.010.550,00	2.075.517,10	29,33	2.935.032,90	925.217,26	26,59	4.085.332,74
Atenção Básica	3.265.500,00	3.265.500,00	1.010.184,66	14,28	2.255.315,34	687.806,13	19,77	2.577.693,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.294.050,00	1.294.050,00	1.020.816,34	14,43	273.233,66	201.464,52	5,79	1.092.585,48
Suporte Profilático e Terapêutico	387.000,00	387.000,00	44.196,10	0,62	342.803,90	35.626,61	1,02	351.373,39
Vigilância Sanitária	49.000,00	49.000,00	320,00	0,00	48.680,00	320,00	0,01	48.680,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Educação	5.699.850,00	5.715.526,13	1.222.132,85	17,27	4.493.393,28	740.312,58	21,28	4.975.213,55
Alimentação e Nutrição	210.500,00	210.500,00	210.500,00	2,97	0,00	23.687,13	0,68	186.812,87
Ensino Fundamental	2.306.000,00	2.312.524,62	412.579,84	5,83	1.899.944,78	300.659,58	8,64	2.011.865,04
Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Educação Infantil	3.103.350,00	3.112.501,51	599.053,01	8,47	2.513.448,50	415.965,87	11,95	2.696.535,64
Cultura	538.000,00	538.000,00	169.178,27	2,39	368.821,73	52.997,50	1,52	485.002,50
Difusão Cultural	538.000,00	538.000,00	169.178,27	2,39	368.821,73	52.997,50	1,52	485.002,50
Urbanismo	1.756.000,00	1.768.349,49	306.544,47	4,33	1.461.805,02	220.675,55	6,34	1.547.673,94
Infra-estrutura Urbana	755.500,00	755.500,00	37.461,14	0,53	718.038,86	37.461,14	1,08	718.038,86
Serviços Urbanos	1.000.500,00	1.012.849,49	269.083,33	3,80	743.766,16	183.214,41	5,27	829.635,08

PRONIM CP - Emissão: 07/04/2020 às 9h22min - Duração: 0h00m15seg (11)

Página: 2 de 2
07/04/202009:22

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Feveiro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

PRRO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
Habituação	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00		
Habituação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00		
Saneamento	285.000,00	285.000,00	102.310,25	102.310,25	182.689,75	46.493,26	1,34	238.506,74		
Saneamento Básico Urbano	285.000,00	285.000,00	102.310,25	102.310,25	182.689,75	46.493,26	1,34	238.506,74		
Agricultura	2.001.000,00	2.196.500,00	795.667,55	795.667,55	1.400.832,45	343.354,24	9,87	1.853.145,76		
Erisino Médio	176.000,00	176.000,00	175.000,00	175.000,00	1.000,00	21.350,00	0,61	154.650,00		
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00		
Extensão Rural	1.815.000,00	2.010.500,00	620.667,55	620.667,55	1.389.832,45	322.004,24	9,25	1.688.495,76		
Comércio e Serviços	203.000,00	203.000,00	0,00	0,00	203.000,00	0,00	0,00	203.000,00		
Turismo	203.000,00	203.000,00	0,00	0,00	203.000,00	0,00	0,00	203.000,00		
Transporte	1.604.000,00	1.604.000,00	451.952,49	451.952,49	1.152.047,51	244.171,66	7,02	1.359.828,34		
Transporte Rodoviário	1.604.000,00	1.604.000,00	451.952,49	451.952,49	1.152.047,51	244.171,66	7,02	1.359.828,34		
Desporto e lazer	540.000,00	540.000,00	108.463,86	108.463,86	431.536,14	52.511,49	1,51	487.488,51		
Desporto Comunitário	540.000,00	540.000,00	108.463,86	108.463,86	431.536,14	52.511,49	1,51	487.488,51		
Encargos Especiais	372.000,00	372.000,00	201.700,00	201.700,00	170.300,00	39.481,10	1,13	332.518,90		
Outros Encargos Especiais	372.000,00	372.000,00	201.700,00	201.700,00	170.300,00	39.481,10	1,13	332.518,90		
Reservas	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00		
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00		
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III)=(I+II)	23.600.000,00	23.851.976,73	7.076.389,83	7.076.389,83	16.775.586,90	3.479.665,04	100,00	20.372.311,69		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 09h e 22m.

PRONIM CP - Emissão: 07/04/2020 às 9h22min - Duração: 0h00m15seg (11)

Prefeitura Municipal de Calbi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Março/2019 a Fevereiro/2020
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Previsão Atualizada 2020
	Março/2019	Abril/2019	Maior/2019	Dezembro/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Total Últimos 12 Meses					
	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019				Fevereiro/2020						
RECEITAS CORRENTES (I)	2.076.969,52	2.294.776,03	2.167.420,53	1.962.117,10	3.408.686,55	2.454.140,48	1.954.624,71	27.296.512,28				26.826.400,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.150.194,37	2.072.019,31	2.175.014,51	3.408.686,55	151.106,92	2.118.272,91	2.462.276,26						
	232.672,76	435.809,27	172.197,23	151.106,92	147.203,73	133.462,73	133.462,73	2.275.244,93				2.430.000,00	
IPTU	98.354,86	260.839,68	132.203,70	162.683,36	137.487,86	137.487,86	211.222,83						
	51.490,14	239.399,66	7.399,58	17.406,06	2.912,86	13.915,82	13.915,82	354.685,28				432.000,00	
ISS	2.613,63	3.552,10	1.614,83	7.439,91	3.126,38	3.126,38	3.814,31						
	49.451,96	56.176,46	95.250,32	53.099,17	50.168,34	49.034,92	49.034,92	768.869,94				723.000,00	
ITBI	40.187,57	160.409,07	53.539,51	65.349,28	49.496,98	49.496,98	46.706,36						
	8.220,00	7.700,00	17.180,00	19.688,84	27.644,80	213.084,62	27.644,80	200.000,00					
IRRF	8.060,00	9.410,00	12.320,00	28.220,98	38.020,00	636.449,39	38.020,00					640.000,00	
	47.244,09	57.800,88	32.866,80	46.867,79	62.305,18	33.217,09	49.338,36						
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.208,86	82.875,98	62.383,27	56.098,31	60.242,88	9.650,10	9.650,10	302.155,70				435.000,00	
	76.286,57	74.732,27	19.500,53	18.133,90	12.128,51	73.343,80	12.128,51						
Contribuições	2.284,80	4.592,63	2.346,09	5.574,88	3.601,62	18.100,29	18.100,29	235.000,00					
	19.410,46	19.860,75	19.319,82	17.964,11	17.212,15	18.303,98	18.303,98						
Receita Patrimonial	17.936,44	18.112,62	17.326,13	17.030,78	4.966,93	5.371,91	4.737,41	40.779,52				96.500,00	
	17.844,17	18.319,59	-35.624,63	4.966,93	5.695,81	4.033,16	3.549,64						
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.425,76	5.690,23	2.769,54	5.695,81	4.830,11	5.021,91	4.387,41	33.402,18				87.500,00	
	17.707,33	17.382,75	-35.981,47	4.830,11	3.952,48	2.933,16	2.479,64						
Outras Receitas Patrimoniais	3.425,76	4.493,56	2.769,54	3.952,48	136,82	350,00	350,00	7.377,34				9.000,00	
	136,84	936,84	356,84	136,82	1.743,33	1.100,00	1.070,00					500,00	
Receita Agropecuária	-	1.196,87	-	1.743,33	-	-	-	-				500,00	
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-				5.000,00	
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-					
Transferências Correntes	1.806.536,88	1.820.074,67	2.010.944,50	1.787.627,95	2.284.206,34	1.797.255,40	2.225.438,63	24.721.266,35				24.025.000,00	
	2.030.175,52	1.766.786,37	1.991.855,65	3.222.639,12	1.957.745,22	2.225.438,63	2.225.438,63						
Cota-Parte do FPM	586.286,84	571.987,33	734.046,07	576.200,50	790.695,22	577.153,58	577.153,58	8.140.663,70				8.560.000,00	
	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	645.958,94	933.381,83	933.381,83						
Cota-Parte do ICMS	733.939,51	752.828,55	740.996,76	723.608,48	732.371,56	737.495,64	737.495,64	9.317.344,49				9.500.000,00	
	768.053,21	774.253,30	798.441,49	850.317,74	871.350,97	833.687,28	833.687,28						
Cota-Parte do IPVA	85.511,59	96.309,99	80.555,49	83.896,55	99.819,89	96.082,97	96.082,97	913.993,02				1.000.000,00	
	89.914,02	98.533,24	56.417,38	33.847,95	41.397,88	49.706,07	49.706,07						

Prefeitura Municipal de Calbi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Março/2019 a Fevereiro/2020

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Previsão Atualizada 2020
	Março/2019	Abril/2019	Maio/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Total Últimos 12 Meses
Cota-Parte do ITR	104,82	104,72	32,27	498,66	-	301,47	-	-	-	-	11.217,75	-	12.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.802,63	6.788,22	128,84	121,79	26,66	306,67	-	-	-	-	-	306,67	30.000,00
Transferências da LC 61/1989	9.400,40	9.530,23	-	9.786,49	9.907,09	8.866,94	-	-	-	-	117.823,40	-	120.000,00
Transferências do FUNDEB	10.809,02	9.565,85	10.045,54	11.807,60	9.017,61	9.754,75	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	188.753,09	192.402,57	201.841,48	184.303,24	185.028,47	189.177,04	-	-	-	-	2.385.917,65	-	2.400.000,00
Outras Receitas Correntes	197.322,58	191.996,09	199.439,28	217.493,40	216.947,51	221.212,90	-	-	-	-	3.834.306,34	-	2.403.000,00
Outras Receitas Correntes	202.540,73	194.911,28	244.140,55	207.327,03	486.394,11	188.177,76	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	447.522,24	232.654,41	285.488,01	1.014.725,44	173.045,65	177.389,13	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	505,15	711,75	583,61	451,19	146,35	1.068,88	-	-	-	-	40.513,37	-	33.900,00
DEDUÇÕES (II)	301,79	610,41	30.859,49	637,48	702,69	3.934,58	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	283.048,42	286.551,91	312.992,29	279.199,38	283.530,40	283.979,87	-	-	-	-	3.571.765,67	-	3.708.400,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	277.091,78	272.431,06	301.385,49	332.637,76	313.550,19	365.387,12	-	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Deduções criadas pela Entidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	1.793.921,10	2.008.224,12	1.854.428,24	1.632.917,72	2.190.610,08	1.670.644,84	-	-	-	-	23.724.746,61	-	23.120.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	1.873.102,59	1.799.588,25	1.873.629,02	3.076.046,79	1.804.722,72	2.096.909,14	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.793.921,10	2.008.224,12	1.854.428,24	1.632.917,72	2.190.610,08	1.670.644,84	-	-	-	-	23.724.746,61	-	23.120.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	1.873.102,59	1.799.588,25	1.873.629,02	3.076.046,79	1.804.722,72	2.096.909,14	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.793.921,10	2.008.224,12	1.854.428,24	1.632.917,72	2.190.610,08	1.670.644,84	-	-	-	-	23.724.746,61	-	23.120.000,00
	1.873.102,59	1.799.588,25	1.873.629,02	3.076.046,79	1.804.722,72	2.096.909,14	-	-	-	-	-	-	-

PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 09h e 31m.

Prefeitura Municipal de Caibi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	480.000,00	-	480.000,00
DESPESAS			
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
	(d)	(e)	(f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.189.450,00	26.443,00	23.033,00
Investimentos	1.149.450,00	26.443,00	23.033,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Anortização da Dívida	40.000,00	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			40.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.189.450,00	26.443,00	23.033,00
			1.163.007,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	709.450,00	26.443,00	-
			683.007,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 10h e 07m.

Notas:
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

Prefeitura Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Página 1 de 2

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA							
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2020					
		Receitas Realizadas (a)					
RECEITAS CORRENTES(I)	23.120.000,00						3.901.631,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.430.000,00						348.710,69
IPTU	432.000,00						6.940,69
ISS	723.000,00						96.203,34
ITBI	200.000,00						59.040,00
IRRF	640.000,00						109.581,24
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	435.000,00						76.945,42
Contribuições	235.000,00						36.434,56
Receita Patrimonial	96.500,00						7.582,80
Aplicações Financeiras (II)	87.500,00						5.412,80
Outras Receitas Patrimoniais	9.000,00						2.170,00
Transferências Correntes	20.318.600,00						3.504.266,54
Cota-Parte do FPM	6.980.000,00						1.263.472,67
Cota-Parte do ICMS	7.600.000,00						1.364.030,79
Cota-Parte do IPVA	800.000,00						72.883,32
Cota-Parte do ITR	9.600,00						266,68
Transferências da LC 87/1996	30.000,00						-
Transferências da LC 61/1989	96.000,00						15.017,89
Transferências do FUNDEB	2.400.000,00						438.160,41
Outras Transferências Correntes	2.403.000,00						350.434,78
Demais Receitas Correntes	39.900,00						4.637,27
Outras Receitas Financeiras (III)	-						-
Receitas Correntes Restantes	39.900,00						4.637,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	23.032.500,00						3.896.219,06
RECEITAS DE CAPITAL (V)	480.000,00						29.092,64
Operações de Crédito (VI)	480.000,00						-
Amortização de Empréstimos (VII)	-						-
Alienação de Bens	-						-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-						-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-						-
Outras Alienações de Bens	-						-
Transferências de Capital	-						29.092,64
Convênios	-						-
Outras Transferências de Capital	-						29.092,64
Outras Receitas de Capital	-						-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-						-
Outras Receitas de Capital Primárias	-						-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	-						29.092,64
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	23.032.500,00						3.925.311,70

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2020					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	22.602.526,73	7.049.946,83	3.456.632,04	2.949.129,04	-	4.320,00	4.320,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.058.001,11	2.080.973,64	2.001.852,13	1.855.941,67	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	30.000,00	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.514.525,62	4.968.973,19	1.454.779,91	1.093.187,37	-	4.320,00	4.320,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	22.572.526,73	7.049.946,83	3.456.632,04	2.949.129,04	-	4.320,00	4.320,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.189.450,00	26.443,00	23.033,00	23.033,00	-	189.000,00	-
Investimentos	1.149.450,00	26.443,00	23.033,00	23.033,00	-	189.000,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	40.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX)	1.149.450,00	26.443,00	23.033,00	23.033,00	-	189.000,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	60.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	23.781.976,73	7.076.389,83	3.479.665,04	2.972.162,04	-	193.320,00	4.320,00

Prefeitura Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Página 2 de 2

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		948.829,66
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		(410.000,00)
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		5.412,80
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		954.242,46
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		120.000,00
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Até o 1º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	-	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	1.533.089,20	2.370.927,05
Disponibilidade de Caixa	1.454.709,90	2.302.839,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.454.709,90	2.491.839,77
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	-	189.000,00
Demais Haveres Financeiros	78.379,30	68.087,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-1.533.089,20	(2.370.927,05)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		837.837,85
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-189.000,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		-
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		-
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		-
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		-
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		1.026.837,85
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		1.021.425,05
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		56.026,73
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		56.026,73
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 09h e 34m.

Prefeitura Municipal de Calbi - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)	
	Inscritos			Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos			Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2019 (b)	Em 31 de dezembro de 2019 (g)				Em Exercícios Anteriores (f)							
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	4.320,00	189.000,00	189.000,00	4.320,00	-	-	189.000,00	
PODER EXECUTIVO	-	-	-	-	-	-	4.320,00	189.000,00	189.000,00	4.320,00	-	-	189.000,00	
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CÂMARA MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-	4.320,00	189.000,00	189.000,00	4.320,00	-	-	189.000,00	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 09h e 40m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 09h e 40m.

Página: 1 de 6
07/04/2020 09:43

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	1.995.000,00	1.995.000,00	271.765,27	13,62
1.1-Recita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	432.000,00	432.000,00	6.940,69	1,61
1.1.1-IPTU	400.000,00	400.000,00	5.446,73	1,36
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	32.000,00	32.000,00	1.493,96	4,67
1.2-Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	59.040,00	29,52
1.2.1-ITBI	200.000,00	200.000,00	59.040,00	29,52
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-
1.3-Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	723.000,00	723.000,00	96.203,34	13,31
1.3.1-ISS	700.000,00	700.000,00	94.873,58	13,55
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	23.000,00	23.000,00	1.329,76	5,78
1.4-Recita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	640.000,00	640.000,00	109.581,24	17,12
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.222.000,00	19.222.000,00	3.394.588,66	17,66
2.1-Cota-Parte FPM	8.560.000,00	8.560.000,00	1.579.340,77	18,45
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.900.000,00	7.900.000,00	1.579.340,77	19,99
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	330.000,00	330.000,00	-	-
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	330.000,00	330.000,00	-	-
2.2-Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	1.705.038,25	17,95
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	30.000,00	30.000,00	-	-
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	120.000,00	120.000,00	18.772,36	15,64
2.5-Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	333,33	2,78
2.6-Cota-Parte IPVA	1.000.000,00	1.000.000,00	91.103,95	9,11
2.7-Cota-Parte IDF-Ouro	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	21.217.000,00	21.217.000,00	3.666.353,93	17,28

PRONIM RF - Emissão: 07/04/2020 às 9h43min - Duração: 0h01m08seg (11)

Página: 2 de 6
07/04/2020 09:43

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R\$ 1,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%(c)=(b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-		
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	353.000,00	353.000,00	50.797,34		14,39
5.1 - Transferências do Salário-Educação	250.000,00	250.000,00	44.887,34		17,95
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	3.000,00	3.000,00	-		-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	45.000,00	45.000,00	5.910,00		13,13
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	45.000,00	45.000,00	-		-
5.5 - Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	-		-
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-		-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	165.000,00	165.000,00	-		-
6.1 - Transferências de Convênios	165.000,00	165.000,00	-		-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-		-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-		-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-		-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	518.000,00	518.000,00	50.797,34		9,81
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%(c)=(b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.706.400,00	3.706.400,00	678.917,31		18,32
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.580.000,00	1.580.000,00	315.868,10		19,99
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.900.000,00	1.900.000,00	341.007,46		17,95
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	-	-	-		-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	24.000,00	24.000,00	3.754,47		15,64
10.5 - Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB-(20% de 2.5)	2.400,00	2.400,00	66,65		2,78
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.6)	200.000,00	200.000,00	18.220,63		9,11
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.400.000,00	2.400.000,00	438.160,41		18,26
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	-	-	-		-
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-		-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-		-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	-1.306.400,00	-1.306.400,00	-240.756,90		18,43

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PRONIM RF - Emissão: 07/04/2020 às 9h43min - Duração: 0h01m08seg (11)

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.405.000,00	2.405.000,00	476.231,72	19,80	476.231,72	19,80
13.1-Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	301.329,34	25,11	301.329,34	25,11
13.2-Com Ensino Fundamental	1.205.000,00	1.205.000,00	174.902,38	14,51	174.902,38	14,51
14-OUTRAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	2.405.000,00	2.405.000,00	476.231,72	19,80	476.231,72	19,80
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					VALOR	
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					VALOR	476.231,72
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						108,69
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						-
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						-8,69

Página: 4 de 6
07/04/2020 09:43

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00				
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR				
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020*						
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.809.850,00	2.809.850,00	470.760,29	16,75	372.304,35	13,25
22.1- Creche	1.850.000,00	1.850.000,00	336.461,75	18,19	281.503,16	15,22
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	835.000,00	835.000,00	244.955,25	29,34	244.955,25	29,34
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.015.000,00	1.015.000,00	91.506,50	9,02	36.547,91	3,60
22.2- Pré-Escola	959.850,00	959.850,00	134.298,54	13,99	90.801,19	9,46
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	365.000,00	365.000,00	56.374,09	15,44	56.374,09	15,44
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	594.850,00	594.850,00	77.924,45	13,10	34.427,10	5,79
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.123.000,00	2.123.000,00	325.865,00	15,35	269.726,40	12,70
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.205.000,00	1.205.000,00	174.902,38	14,51	174.902,38	14,51
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	918.000,00	918.000,00	150.962,62	16,44	94.824,02	10,33
24- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
25- ENSINO SUPERIOR	80.000,00	80.000,00	-	-	-	-
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
27- OUTRAS	-	-	-	-	-	-
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	5.012.850,00	5.012.850,00	796.625,29	15,89	642.030,75	12,81

PRONIM RF - Emissão: 07/04/2020 às 9h43min - Duração: 0h01m08seg (11)

Página: 5 de 6
07/04/2020 09:43

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	R\$ 1,00	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)								-240.756,90	-
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO								-	-
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB								-	-
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS								-	-
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*								-	-
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44)								-	-
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)*								-240.756,90	-
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23) -(35))*								882.787,65	-
37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36)/(3)x100)%* - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%*								24,08	-
OUTRAS INFORMACOES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100			
38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-		
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	252.000,00	267.676,13	135.007,56	50,44	74.594,70	27,87	-		
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-		
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	435.000,00	435.000,00	290.500,00	66,78	23.687,13	5,45	-		
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+39+40+41)	687.000,00	702.676,13	425.507,56	60,56	98.281,83	13,99	-		
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+42)	5.699.850,00	5.715.526,13	1.222.132,85	21,38	740.312,58	12,95	-		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020		(i)				
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-	-	-		
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	-	-	-	-	-	-	-		
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-		

PRONIM RF - Emissão: 07/04/2020 às 9h43min - Duração: 0h01m08seg (11)

Prefeitura Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		-	-
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		438.160,41	44.887,34
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		433.505,96	41.271,87
47.1 Orçamento do Exercício		433.505,96	41.271,87
47.2 Restos a Pagar		-	-
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-	-
49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		4.654,45	3.615,47
50- (+) AUSTES		-	-
50.1 (+) Retenções		-	-
50.2 (-) Valores a recuperar		-	-
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários		-	-
50.4 (+) Conciliação Bancária		-	-
51-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		4.654,45	3.615,47

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 09h e 43m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
³Caput do artigo 212 da CF/1988.
⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	Em Reais	
			SALDO (c)=(a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		144,12	-144,12	
Receita de Alienação de Bens Móveis	-	-	-	
Receita de Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	
		144,12	-144,12	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2019 (i)	2020 (j) = (lb - (lff + lgg))	SALDO ATUAL (k) = (lil + lii)
VALOR (III)	-	-	144,12

Prefeitura Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.995.000,00	1.995.000,00	271.765,27	13,62
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	432.000,00	432.000,00	6.940,69	1,61
IPTU	400.000,00	400.000,00	5.446,73	1,36
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	32.000,00	32.000,00	1.493,96	4,67
Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	59.040,00	29,52
ITBI	200.000,00	200.000,00	59.040,00	29,52
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	723.000,00	723.000,00	96.203,34	13,31
ISS	700.000,00	700.000,00	94.873,56	13,55
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	23.000,00	23.000,00	1.329,76	5,78
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	640.000,00	640.000,00	109.581,24	17,12
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.562.000,00	18.562.000,00	3.394.588,66	18,29
Cota-Parte FPM	7.900.000,00	7.900.000,00	1.579.340,77	19,99
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	333,33	2,78
Cota-Parte IPVA	1.000.000,00	1.000.000,00	91.103,95	9,11
Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	1.705.038,25	17,95
Cota-Parte IP-Estortação	120.000,00	120.000,00	18.772,36	15,64
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	-	-
Desoneração ICMS - LC 87/1996	30.000,00	30.000,00	-	-
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)	20.557.000,00	20.557.000,00	3.666.353,93	17,84

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.037.000,00	2.037.000,00	812.705,16	39,90	490.326,63	24,07	382.335,78	18,77
Despesas Correntes	2.012.000,00	2.012.000,00	809.295,16	40,22	490.326,63	24,37	382.335,78	19,00
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	3.410,00	13,64	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.093.550,00	1.093.550,00	920.000,00	84,13	166.891,09	15,26	142.091,09	12,99
Despesas Correntes	1.093.550,00	1.093.550,00	920.000,00	84,13	166.891,09	15,26	142.091,09	12,99
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	320.000,00	320.000,00	41.670,12	13,02	35.626,61	11,13	32.566,89	10,18
Despesas Correntes	320.000,00	320.000,00	41.670,12	13,02	35.626,61	11,13	32.566,89	10,18
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Cabi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.456.550,00	3.456.550,00	1.774.375,28	51,33	682.844,33	20,04	556.993,76	16,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)		1.774.375,28	682.844,33	556.993,76
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) ¹		-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) ²		-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) ³		-	-	-
(e) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) - XIII - XIV - XV		1.774.375,28	682.844,33	556.993,76
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				549.953,09
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)				549.953,09
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVII) = (XVI) (d ou e) - XVIII ¹		142.891,24	142.891,24	142.891,24
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)		-	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) x 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		-	18,90	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 28 E 28 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado) ¹ (f) = (h - (i ou j))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Cabi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIIb)	Valor inscrito em RP considerando no Limite (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q) - u)
Empenhos de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2018	549.953,09	1.774.375,28	549.953,09	540,00	540,00	-	540,00	-	1.224.422,19
Empenhos de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2016 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")									
1.224.422,19									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)									
1.224.422,19									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)									
-									

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012			Despesas Custeadas no Exercício de Referência		
	Saldo Inicial (w)		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)		1.250.000,00	1.250.000,00	199.925,72	15,99
Proveniente da União		1.055.000,00	1.055.000,00	190.016,68	18,01
Proveniente dos Estados		195.000,00	195.000,00	9.909,04	5,08
Proveniente de outros Municípios		-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)		-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)		1.250.000,00	1.250.000,00	199.925,72	15,99

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO					
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)		1.228.500,00	1.228.500,00	197.479,50	16,07
				197.479,50	16,07
				193.164,53	15,72

Prefeitura Municipal de Cabi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
Despesas Correntes	1.228.500,00	1.228.500,00	197.479,50	16,07	197.479,50	16,07	193.164,53	15,72	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	200.500,00	200.500,00	100.816,34	50,28	34.573,43	17,24	34.573,43	17,24	
Despesas Correntes	200.500,00	200.500,00	100.816,34	50,28	34.573,43	17,24	34.573,43	17,24	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	67.000,00	67.000,00	2.525,98	3,77	-	-	-	-	
Despesas Correntes	67.000,00	67.000,00	2.525,98	3,77	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	46.000,00	46.000,00	320,00	0,70	320,00	0,70	320,00	0,70	
Despesas Correntes	46.000,00	46.000,00	320,00	0,70	320,00	0,70	320,00	0,70	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	12.000,00	12.000,00	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	12.000,00	12.000,00	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.554.000,00	1.554.000,00	301.141,82	19,38	232.372,93	14,95	228.057,96	14,88	

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES									
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	3.265.500,00	3.265.500,00	1.010.184,66	30,94	687.806,13	21,06	575.500,31	17,82	

Prefeitura Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.294.050,00	1.294.050,00	1.020.816,34	78,89	201.464,52	15,57	176.654,52	13,65
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	387.000,00	387.000,00	44.196,10	11,42	35.626,61	9,21	32.566,89	8,42
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	49.000,00	49.000,00	320,00	0,65	320,00	0,65	320,00	0,65
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVI) = (XI + XXXIX)	5.010.550,00	5.010.550,00	2.075.517,10	41,42	925.217,26	18,47	785.051,72	15,67
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes*	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVII)	5.010.550,00	5.010.550,00	2.075.517,10	41,42	925.217,26	18,47	785.051,72	15,67

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 10h e 42m.

Notas:

*Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

*Até o exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (negra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (negra nova).

*Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Página: 1 de 2
07/04/2020 10:47

Prefeitura Municipal de Caibi - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	23.600.000,00
Previsão Atualizada	23.600.000,00
Receitas Realizadas	3.930.724,50
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	56.026,73
DESPESAS	
Dotação Inicial	23.600.000,00
Dotação Atualizada	23.851.976,73
Despesas Empenhadas	7.076.389,83
Despesas Liquidadas	3.479.665,04
Despesas Pagas	2.972.162,04
Superávit Orçamentário	451.059,46

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	7.076.389,83
Despesas Liquidadas	3.479.665,04

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	23.724.746,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	23.724.746,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	23.724.746,61

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário	-410.000,00	948.829,66	-231,42
Resultado Nominal	120.000,00	954.242,46	795,20

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	193.320,00	0,00	4.320,00	189.000,00
Poder Executivo	193.320,00	0,00	4.320,00	189.000,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	193.320,00	0,00	4.320,00	189.000,00

PRONIM CP - Emissão: 07/04/2020 às 10h47min - Duração: 0h00m54seg (11)

Prefeitura Municipal de Caibi - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	882.787,65	25%	24,08
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	476.231,72	60%	108,69

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	692.844,33	15%	18,90

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Abr/2020, 10h e 47m.

PRONIM CP - Emissão: 07/04/2020 às 10h47min - Duração: 0h00m54seg (11)

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 082020**

Publicação Nº 2433012

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVENIDA PROGRESSO, 555, CAIBI, SC

PORTARIA Nº 008/2020

GILMAR PEDRO CARLESSO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria nº. 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial nº. 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO, a Lei Federal nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº. 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020, que suspendeu em todo território catarinense as atividades não essenciais, pelo período de 07 dias, entre os dias 18 a 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº. 525, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense e impõe o regime de quarentena, prorrogando as medidas, pelo prazo de 07 dias, período de 25 a 31 de março de 2020, bem como proibindo a realização de qualquer tipo de reunião por trinta dias;

CONSIDERANDO, o Decreto Legislativo nº. 6, de 2020, pelo qual o Senado Federal reconhece a ocorrência de estado de calamidade pública em todo território nacional;

CONSIDERANDO, que medidas semelhantes foram adotadas pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Município de Caibi – SC.

DETERMINA-SE:

Art. 1º - Está suspensa a realização presencial de Sessões Ordinárias, Solenes e Extraordinárias, reuniões de Comissões e as Audiências Públicas desta Câmara de Vereadores, no período determinado pelo Decreto nº. 525, de 23 de março de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - As reuniões das comissões, sessões ordinárias e extraordinárias serão realizadas mediante convocação do Presidente por meio eletrônico (e-mail, telefone ou aplicativo), obedecendo às diretrizes do Regimento Interno e demais disposições.

Art. 3º - Fica suspensa a circulação de pessoas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de modo que todos os servidores realizarão o teletrabalho via home office, com a utilização de ferramentas de tecnologia da informação.

§1º Durante o período de suspensão de acesso as dependências da Câmara, os servidores efetivos e comissionados deverão, sempre que possível, desempenhar suas funções e atribuições e atividades funcionais em regime de trabalho à distância.

§2º Os servidores que não puderem realizar teletrabalho via home office deverão trabalhar em escala alternada, mediante autorização da Presidência, e obrigar-se a:

I - Manter fechadas as portas da Câmara de Vereadores;

II - Evitar contato com quaisquer outros servidores;

III - Adotar medidas profiláticas para esterilizar maçanetas e quaisquer utilizados.

§ 3º Fica proibido o ingresso, na Câmara de Vereadores, de qualquer pessoa que apresente sintomas do Covid-19, tais como: coriza, dor de garganta, tosse, febre, dificuldade para respirar, sudorese, e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, em especial diabetes, tuberculose, doenças renais entre outros.

§4º Também fica proibido o ingresso de pessoas que se enquadrem no grupo de risco, como: idosos, diabéticos, pessoas com problemas respiratórios, com deficiências imunológicas ou grávidas dentre outros.

§5º Fica dispensado por este período o registro de ponto eletrônico pelos servidores da Casa, durante o prazo da suspensão das atividades no recinto na Câmara.

Art. - 5º Sendo necessária a prorrogação das restrições das medidas previstas nesta Portaria, serão expedidos novos atos complementares.

Art. - 6º Os atendimentos on line permanecem os mesmos, disponíveis no site da Câmara www.camaracaibi.sc.gov.br e por telefone nos números (49) 99918-8704, (49) 98802-5750 e (49) 98815-8191.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 18 de março de 2020.
E para que produza seus efeitos reais e legais, registre-se e publique-se.
Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, em 06 de abril de 2020.

GILMAR PEDRO CARLESSO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado nesta repartição em 06 de abril de 2020.

EDER PICOLI
Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N. 3.654/2020

Publicação Nº 2433248

DECRETO N.º 3.654/2020

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL 3.645/2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a situação demanda a imediata prorrogação das medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de restringir evitar a disseminação da doença no Município de Camboriú; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual n.º 550 de 07 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido o inciso VI ao Parágrafo Único do artigo 5º do Decreto Municipal 3.645 de 23 de março de 2020, com seguinte redação:

“Art. 5º (...)

Parágrafo Único (...)

VI- Os serviços desenvolvidos pelo Departamento de Compras e Licitações.”

Art. 2º Ficam alterados os artigos 8º, 9º, 12, 13 e o §2º e caput do artigo 14 do Decreto Municipal 3.645 de 23 de março de 2020, que passam a vigorar com seguinte redação:

“Art. 8º Até 12 de abril de 2020, fica proibido, em todo o território do Município de Camboriú, o exercício de qualquer atividade comercial no período compreendido entre 21 horas da noite e 6 horas da manhã, exceto o comércio de medicamentos.

(...)

Art. 9º Em complemento às ações de enfrentamento à emergência de saúde, até 12 de abril de 2020, fica restrita, em todo o território do Município de Camboriú, a circulação de pessoas nas vias e logradouros municipais no período compreendido entre 22 horas da noite e 6 horas da manhã, exceto para trabalho, transporte de pacientes para unidades de saúde, aquisição de medicamentos, atendimentos emergenciais em clínicas veterinárias ou entrega de alimentos na forma e prazo disciplinados pelo parágrafo único do artigo 8º deste decreto.

(...)

Art. 12 Ficam suspensas, até 12 de abril de 2020, as visitas ao público acolhido em instituições de longa permanência e congêneres.

Art. 13 Ficam suspensas, até 12 de abril de 2020, as atividades privadas de natureza não essencial e a entrada de novos hóspedes nos hotéis e pousadas do Município.

Art. 14 Ficam suspensos, até 12 de abril de 2020, os serviços públicos presenciais de natureza não essencial.

(...)

§2º Observado o prazo definido no caput deste artigo, ficam suspensos todos os prazos administrativos referentes aos processos e outros atos como notificações, intimações e defesa em autos de infração, exceto os processos de compras e licitações.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de abril de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Helio Cardoso Derenne Filho
Procurador Geral do Município

DECRETO N.º 3.650/2019

Publicação Nº 2433152

DECRETO N.º 3.650/2020

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO E SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE VENCIMENTOS DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus

CONSIDERANDO a Situação Excepcional de Emergência declarada através do Decreto Municipal 3.641/2020;
CONSIDERANDO as medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), definida através do Decreto Municipal 3.645/2020 e Decretos Estaduais 515/2020 e 525/2020; e
CONSIDERANDO os reflexos na economia, as dificuldades financeiras crescentes para parte significativa da população, notadamente diante do regime de paralisação das atividades comerciais e de prestadores de serviços.

DECRETA:

Art. 1º O prazo de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício vigente, com vencimento nos meses de abril e maio de 2020, fica prorrogado, sem cobrança de juros e multa, da seguinte forma:

I - guias relativas ao mês de abril, com vencimento original em 20 de abril de 2020, ficam com vencimento para o dia 20 de junho de 2020.

II - guias relativas ao mês de maio, com vencimento original em 20 de maio de 2020, ficam com vencimento para o dia 20 de julho de 2020.

Art. 2º O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, apurado pelo próprio sujeito passivo na modalidade de auto-lançamento (homologação), do ISSQN lançado por estimativa fiscal e lançado pelo fisco ou na modalidade de ISS Fixo mensal, do exercício de 2020, com relação aos serviços prestados e com pagamentos previstos para abril e maio de 2020, fica prorrogado, sem cobrança de juros e multa, da seguinte forma:

I - guias relativas ao mês de março, com vencimento original em 10 de abril de 2020, ficam com vencimento para o dia 10 de junho de 2020.

II - guias relativas ao mês de abril, com vencimento original em 10 de maio de 2020, ficam com vencimento para o dia 10 de julho de 2020.

Art. 3º O recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN sobre serviços prestados e tomados, que devem ser recolhidos por Substituição Tributária ou por retenção na fonte com vencimentos nos meses de abril e maio de 2020, fica prorrogado, sem cobrança de juros e multa, da seguinte forma:

I - guias relativas ao mês de março, com vencimento original em 10 de abril de 2020, ficam com vencimento para o dia 10 de junho de 2020.

II - guias relativas ao mês de abril, com vencimento original em 10 de maio de 2020, ficam com vencimento para o dia 10 de julho de 2020.

Art. 4º Os parcelamentos que estejam vigentes na data de publicação deste decreto e que sejam alusivos à dívida ativa (exercícios anteriores), referente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, Taxa de Licença Para Localização e Funcionamento - TLLF, Taxa de Fiscalização para Funcionamento - TFF e Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária - TAS, com pagamentos previstos para abril e maio de 2020, ficam prorrogados, sem cobrança de juros e multa, da seguinte forma:

I - guias com vencimento original no mês de abril de 2020, ficam com vencimento até 30 de junho de 2020.

II - guias com vencimento original no mês de maio de 2020, ficam com vencimento até 31 de julho de 2020.

Art. 5º Os parcelamentos que estejam vigentes na data de publicação deste decreto, referente à Outorga Onerosa do Direito de Construir, com pagamento previstos para abril e maio de 2020, ficam prorrogados, sem cobrança de juros e multa, da seguinte forma:

I - guias com vencimento original no mês de abril de 2020, ficam com vencimento até 30 de junho de 2020.

II - guias com vencimento original no mês de maio de 2020, ficam com vencimento até 31 de julho de 2020.

Art. 6º O Município de Camboriú não enviará novas guias aos contribuintes, sendo responsabilidade destes a emissão das novas guias com novo vencimento.

Parágrafo Único: Enquanto estiverem suspensos os atendimentos presenciais no setor de arrecadação da Secretaria Municipal de Finanças, os contribuintes deverão emitir suas guias exclusivamente através do Portal do Contribuinte, no seguinte endereço (<http://simple.camboriu.sc.gov.br/Lisipmc/Portal.html>) .

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 2 de abril de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Fernando Garcia Júnior
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO N.º 3.651/2019

Publicação Nº 2433158

DECRETO N.º 3.651/2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do Art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o contido na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Situação Excepcional de Emergência declarada através do Decreto Municipal 3.641/2020; e

CONSIDERANDO as medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), definida através do Decreto Municipal 3.645/2020 e Decretos Estaduais 515/2020 e 225/2020.

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas nos Decretos Municipais 3.642, de 18 de março de 2020 e 3.645, de 23 de março de 2020, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I - Concessão de férias aos servidores com período aquisitivo de fruição;

II - Concessão de licença prêmio aos servidores efetivos com período aquisitivo e direito à fruição;

III - Concessão de férias antecipadas aos servidores.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, notadamente na área de Saúde, Defesa Civil, Assistência Social, fiscalização, vigilância e guarda patrimonial;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º As hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo de antecipação do recesso escolar, correspondente aos 15 (quinze) primeiros dias da suspensão das aulas em decorrência do Novo Coronavírus - COVID-19.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, coletivas ou individuais, normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 6º A licença prêmio e as férias definidas por força da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus, de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho.

§ 6º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 7º Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), fica facultado ao Município designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 3 de abril de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Eduardo Pugatsch
Secretário Municipal de Administração

DL 003/2020 - FMAS

Publicação Nº 2432720

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 003/2020 – FMAS
Data: 07/04/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3646/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020 E 535/2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADE Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19 E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DE MARMITAS, QUE SERÃO SERVIDAS REFEIÇÕES PARA OS MORADORES DE RUA ACOLHIDAS EM ABRIGO TEMPORÁRIO ENQUANTO PERDURAR A DETERMINAÇÃO DE ISOLAMENTO SOCIAL.

Valor total: R\$ 2.642,25 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 07 de Abril de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

DL 041/2020 - FMS

Publicação Nº 2433023

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 041/2020 – FMS
Data: 07/04/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3646/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADE Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19 E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE AVENTAL TIPO CAPOTE DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: MARE ALTA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 07 de Abril de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

DL 043/2020 - FMS

Publicação Nº 2433070

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 043/2020 – FMS
Data: 07/04/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3646/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADE Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19 E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 40.00,00 (quarenta mil reais).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE
Contratado: RAFAELA OLIMPIO MACHADO
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.
Camboriú, 07 de Abril de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 044/2020 - FMS

Publicação Nº 2433112

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 044/2020 – FMS
Data: 07/04/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3646/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADE Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19 E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE AVENTAL MANGA LONGA TNT DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 11.144,00 (onze mil cento e quarenta e quatro reais).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE
Contratado: SOLDAFIX TECNOLOGIA EM SOLDA LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.
Camboriú, 07 de Abril de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 42/2020 - FMS

Publicação Nº 2433049

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 042/2020 – FMS
Data: 07/04/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3646/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADE Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19 E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE SACOS DE ÓBITO DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 1.680,00 (hum mil seiscentos e oitenta reais).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE
Contratado: ALTERMED MATERIAL MED.HOSPITALAR LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.
Camboriú, 07 de Abril de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 559/2020

Publicação Nº 2433164

PORTARIA Nº. 559/2020

Nomeia membros para compor a Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 391/1983 "Estabelece normas gerais para o serviço de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências" e refere-se à Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú;
CONSIDERANDO que essa comissão é necessária para dar aplicabilidade à referida Lei Municipal;
CONSIDERANDO a Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú terá a finalidade de auxiliar no aprimoramento dos serviços de transporte coletivo de passageiros prestados em Camboriú;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú.

Art. 2º Compete a Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú:

I - elaborar o Plano de Transporte Coletivo, conforme disposto no artigo 5º da Lei Municipal nº. 391/1983;

II - realizar a revisão periódica do Plano de Transporte Coletivo, visando ao atendimento das necessidades de cada região do Município de Camboriú;

III - analisar e revisar a cada 02 (dois) anos ou, caso necessário, em período inferior, as tarifas dos serviços de transporte coletivo por meio de ônibus ou micro-ônibus, principalmente quando se verificar um aumento superior a 10% (dez por cento) na respectiva despesa orçada;
IV - submeter a apreciação do Prefeito os resultados a que chegar após apurados os índices de custo, propondo a manutenção ou alteração do valor das tarifas;

V - realizar outras atribuições previstas em lei.

Art. 3º A Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú será constituída pelos seguintes membros:

I - Presidente: JAIR GRINGS;

II - Secretário: TIAGO HENRIQUE HINCHERL;

III - Membros:

a) THAIS FREITAS VIEIRA;

Art. 4º Os integrantes que compõem a Comissão Municipal de Transporte Coletivo de Camboriú exercerão suas atividades sem ônus aos cofres públicos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria 110/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 24 de março de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.761 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433163

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.761 DE 08 DE ABRIL DE 2020
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. GERSON ENGLER, matrícula funcional nº 001011, registro no sistema sob nº 956053, no Cargo Público e exercer a na Função de Agente Administrativo III, a partir de 08 de abril de 2020, Categoria Funcional ANIS – Atividades e Nível Intermediário Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, as atribuições e responsabilidades constam no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006 a qual autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006, é o de Nível 5A Sub-Nível 51A referência A, no valor de R\$ 2.702,16 (dois mil, setecentos e dois reais, dezesseis centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. GERSON ENGLER, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 01/2017, homologado pelo Decreto nº 10.463 em data de 24 de abril de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.908 de 16 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/04/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.905 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433134

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.905 DE 07 DE ABRIL DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 04 (zero quatro) dias de férias a Servidora Pública Municipal CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, matrícula funcional nº 000422, registro no sistema sob nº 954276, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo: 22 de maio de 2019 a 21 de maio de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 06 de abril de 2020 á 10 de abril de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 07 de abril de 2020 sob nº 000794.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/04/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO Nº 115/2020 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

Publicação Nº 2433036

REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO Nº 115/2020
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Sumula nº 473 STF e a decretação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII relativo ao novo coronavírus (COVID-19), vem por meio deste REVOGAR A CONVOCAÇÃO da Sra. ROSE LIPRERI DOS ANJOS, inscrita no CPF/MF sob nº 937.008.659-53 aprovada em 34º lugar no Concurso Público nº 01/2016, para assumir o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a qual fora publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, no dia 11 de março de 2020, Edição nº 3078, página 378, Publicação nº 2398568.

Em garantia ao direito de convocação futura a candidata que tiver sua convocação revogada, retorna à lista de candidatos a serem chamados nos termos do referido Certame.

Campo Alegre/SC., 07 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO Nº 116/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2433040

REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO Nº 116/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Sumula nº 473 STF e a decretação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII relativo ao novo coronavírus (COVID-19), vem por meio deste REVOGAR A CONVOCAÇÃO da Sra. SHEILA DENIZ KATCHAN inscrita no CPF/MF sob nº 040.104.799-73 aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para o Cargo Público e Função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a qual fora publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC no DOM/SC, no dia 12 de março de 2020, Edição nº 3079, página 325, Publicação nº 2398931.

Em garantia ao direito de convocação futura a candidata que teve sua convocação revogada, retorna à lista de candidatos a serem chamados nos termos do referido Certame.

Campo Alegre/SC., 07 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde

REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO Nº 118/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2433043

REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO Nº 118/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Sumula nº 473 STF e a decretação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII relativo ao novo coronavírus (COVID-19), vem por meio deste REVOGAR A CONVOCAÇÃO da Sra. JESSICA MAIARA DANNA, inscrita no CPF/MF sob nº 086.880.269-71 aprovada em 35º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I e Função de PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, a qual fora publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC no DOM/SC, no dia 13 de março de 2020, Edição nº 3080, página 274, Publicação nº 2402234.

Em garantia ao direito de convocação futura a candidata que teve sua convocação revogada, retorna à lista de candidatos a serem chamados nos termos do referido Certame.

Campo Alegre/SC., 07 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

TERMO DE POSSE Nº 091/2020

Publicação Nº 2433148

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 091/2020

GERSON ENGLER

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor GERSON ENGLER, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.761 de 08 de abril de 2020 ao Cargo Público e na Função de Agente Administrativo III, Regime Estatutário, Nível 5A, Sub-Nível 51A Referência A, Categoria Funcional ANIS – Atividades de Nível Intermediário Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III, § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GERSON ENGLER

Campo Erê

PREFEITURA

DECRETO 1871/2020

Publicação Nº 2432482

DECRETO Nº. 1871, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga prazo de vencimento para pagamento dos tributos municipais com vencimento em determinado período, e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena em todo o Estado;

Considerando a estimativa de impacto na economia e o interesse público em dar mais condições ao contribuinte para efetuar o pagamento de seus tributos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam prorrogados os prazos de vencimentos para pagamento dos tributos municipais abaixo especificados:

- a) Taxa de Alvará de Localização e Permanência - dia 10 de maio de 2020;
- b) Taxa de Alvara Sanitário - dia 10 de maio de 2020;
- c) IPTU – dia 10 de junho de 2020;
- d) Os demais tributos com vencimentos no período de 19/05/2020 a 30/05/2020 - dia 31/05/2020.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo refere-se exclusivamente aos tributos com vencimento no ano de 2020.

Art. 2º. As dívidas tributárias e não tributárias parceladas através do REFIS (LC 084/2017), com vencimento em abril, maio e junho de 2020, terão seu vencimento prorrogado, respectivamente, para outubro, novembro e dezembro do mesmo ano.

Parágrafo único. O dia de vencimento da parcela prorrogada será, preferencialmente, o mesmo dia de vencimento da parcela original, salvo se os novos vencimentos coincidirem com feriados ou dias não úteis, caso em que serão prorrogados automaticamente para o próximo dia útil.

Art. 3º. Os aposentados que obtiveram isenção de IPTU no ano de 2019, conforme o art. 202, II, da Lei 934/97, estão dispensados, para a concessão da isenção no ano de 2020, do requerimento prévio de que trata o art. 203, da Lei 934/97, cuja obrigação deve ser cumprida no período de setembro a dezembro de 2020.

Parágrafo único. A ausência de comprovação pelo contribuinte da sua condição de aposentado no período determinado no caput deste artigo acarretará a revogação do benefício.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor no dia 31/03/2020.

Campo Erê, SC, 31 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Mat. Nº 10662-3

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº812/2020

Publicação Nº 2432713

PORTARIA Nº 812, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PROCESSANTE, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 156 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 06/2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Campos Novos;

CONSIDERANDO os fatos narrados a partir do Ofício Circular nº 05/2020, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, e da documentação anexa, contendo relatos acerca da servidora Rosane Sampaio, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor de infantil, lotada na CEIM Padre Armando de Costa.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos registros e documentação formalizada e encaminhada pela Secretária Municipal da Educação e Cultura, acerca da conduta da servidora Rosane Sampaio, ocupante do cargo de professor, no exercício de suas funções, especialmente para apuração dos seguintes fatos: a) comportamento profissional incompatível em aspectos didáticos, pedagógicos e pessoais no exercício de suas atribuições, negligência da servidora ocupante do cargo de professor, conforme registros documentados.

Art. 2º. Designa os seguintes servidores, todos servidores públicos municipais efetivos, para compor a Comissão Especial deste Processo Administrativo, sob a presidência do primeiro:

- I. Marilice Pegorini Gauger;
- II. Mácia Regina Gasperin; e
- III. Ana Paula Matia Galli.

Parágrafo único. O membro suplente substituirá quaisquer dos membros titulares da comissão em caso justificado de impedimento, afastamento, suspeição ou falta, sendo que na hipótese de haver substituição dos membros titulares, o suplente substituto atuará até o final do processo em lugar do titular.

Art. 3º. A Comissão Processante deverá assegurar o fiel cumprimento dos direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios do contraditório, do devido processo legal e da ampla defesa na condução dos trabalhos, bem como a fiel observância das normas aplicáveis ao presente procedimento, sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária, bem como deverá colher todas as provas que entender pertinentes para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 5º. A Comissão Processante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, na forma do art. 160 da Lei Complementar Municipal n. 06/2000, a contar de sua efetiva ciência acerca dos termos desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final conclusivo, indicando os procedimentos aplicáveis, devendo, posteriormente, ser remetido à Autoridade Superior para apreciação e decisão final.

Parágrafo único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá, excepcionalmente, ser prorrogado, a pedido da Comissão e mediante justificativa, uma única vez, por igual e sucessivo período, para a devida apuração dos fatos narrados, observada, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 6º. Caso seja apurada a responsabilidade do servidor pelos fatos indicados, estará sujeito à aplicação das penalidades previstas nos art. 135 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 006/2000, sem prejuízo de outras penalidades legalmente previstas.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2020.

Campos Novos-SC, 04 de fevereiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito de Campos Novos

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PORTARIA Nº834/2020

Publicação Nº 2432788

PORTARIA Nº 834/2020 de 13/03/2020

NOMEIA ÓRGÃO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO / ANÁLISE DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DAS PARCERIAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 8.089/2018.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; e,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
Considerado o disposto no artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece que a administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.;
Considerando o Decreto Municipal nº 8.089/2018, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, o regime jurídico das parcerias instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar como órgão técnico das parcerias efetivadas pela Administração Municipal nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, a servidora Sra. Marilei de Fátima Machado.

Art. 2º São atribuições do órgão técnico, em acordo com o Art 59 da referida Lei: emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento, devendo conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 13 de março de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TP012020**

Publicação Nº 2432430

TOMADA DE PREÇO 01/2020
PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020

RETIFICAÇÃO

Levamos ao conhecimento dos interessados a seguinte alteração:

Em virtude da pandemia do coronavírus (COVID-19), seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e fortemente preocupada com o bem-estar dos cidadãos em geral a abertura do Processo Licitatório nº06/2020, Tomada de Preço nº 01/2020 será prorrogada para o dia 11 de maio de 2020.

Campos Novos - SC, 07 de abril de 2020

SCHEILA OLIVEIRA LOPES
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2020

Publicação Nº 2432627

EDITAL Nº. 22/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 001/SMS/2020.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Técnico em Enfermagem - SAMU.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, a candidata JANETE BOMFIM PINTO, aprovada no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 001/SMS/2020, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EDITAL Nº 21/2020 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2019

Publicação Nº 2432875

EDITAL Nº. 21/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2019

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 007/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Médico ESF – 40 h.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, o candidato GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT, aprovado no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 007/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 20 de março de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PORTARIA Nº 528/2020

Publicação Nº 2432969

PORTARIA Nº. 528/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora MARIA HELOISA KOHLER, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 31/03/2020 a 29/04/2020, conforme Memorando nº 5.300/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 529/2020

Publicação Nº 2432971

PORTARIA Nº. 529/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor ROMILDO SOARES, que exerce o cargo de Educador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/04/2020 a 15/04/2020, conforme Memorando nº 3.204/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 530/2020

Publicação Nº 2432974

PORTARIA Nº. 530/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora IVANILDA DE FÁTIMA PEREIRA DE LARA, efetiva no cargo de Agente Comunitário de saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 02/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.357/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 531/2020

Publicação Nº 2432976

PORTARIA Nº. 531/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor ELEONOR ADUR, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 30/03/2020 a 28/04/2020, conforme Memorando nº 5.246/SMS/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 533/2020

Publicação Nº 2432967

PORTARIA Nº. 533/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido a profissional VIVIAN LACHMAN, que exerce o cargo comissionado de Diretor de Anos Iniciais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/04/2020, conforme Memorando nº 5.539/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 536/2020

Publicação Nº 2432985

PORTARIA Nº. 536/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 76 da Lei Complementar nº. 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora VILCEIA REGINA TAVARES, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 17/03/2020 a 15/04/2020, conforme Memorando nº 5.647/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 537/2020

Publicação Nº 2432984

PORTARIA Nº. 537/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora CLAUDETE MARTINS DE ARAUJO VIEIRA, que ocupa o cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/04/2020 à 14/09/2020, conforme Memorando nº 5.625/SMS/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 538/2020

Publicação Nº 2432982

PORTARIA Nº. 538/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 1º - Fica nomeado ITAMAR EMIDIO ZAKALUZNE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.664/GAB/2020.

Art. 2º - Fica nomeada ROSEMARY SCHIESSL DOS PASSOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Educação, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.664/GAB/2020.

Art. 3º - Fica nomeado AGOSTINHO MACHADO FILHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Meio Ambiente, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.664/GAB/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 539/2020

Publicação Nº 2433008

PORTARIA Nº. 539/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 1º - Fica nomeado LUIZ ALCEU WITT JUNIOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.667/GAB/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 540/2020

Publicação Nº 2432977

PORTARIA Nº. 540/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeado ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS WEINFURTER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Procurador Municipal, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.669/GAB/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 541/2020

Publicação Nº 2432980

PORTARIA Nº. 541/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora SABRINA SCHWED LINZMEIER, efetivo no cargo de Professor de Matemática, atuando na EBM Gertrudes Muller e EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/04/2020 à 29/06/2020, conforme Memorando nº 5.652/SME/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 542/2020

Publicação Nº 2432986

PORTARIA Nº. 542/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho da servidora ANA CARLA FERREIRA DE SOUZA (15239), contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotado no CEI Fernando Pessoa, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 5.654/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 543/2020

Publicação Nº 2432992

PORTARIA Nº. 543/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve.

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada JULIANA MACIEL, que exerce o cargo comissionado de Coordenador do PROCON, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 07/04/2020, conforme Memorando nº 5.711/GAB/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 544/2020

Publicação Nº 2432995

PORTARIA Nº. 544/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de Licença Prêmio ao servidor OSMAR OLESKOVICZ, efetivo no cargo de Professor de Matemática, na EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, a desfrutar no período de 06/04/2020 a 04/07/2020, conforme Memorando nº 5.679/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 545/2020

Publicação Nº 2432996

PORTARIA Nº. 545/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor NELSON VARELA DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 07/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.293/SMODU/2020.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor JOÃO CESAR ENGEL, efetivo no cargo de Balseiro, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 07/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.293/SMODU/2020.

Art. 3º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor JOSÉ CARLOS DA SILVA, efetivo no cargo de Encanador, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 07/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.293/SMODU/2020.

Art. 4º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor NERY PAZDA, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 07/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.293/SMODU/2020.

Art. 5º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor MÁRCIO CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 07/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.293/SMODU/2020.

Art. 6º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor NORBERTO FRANCISCO BRAUTL, efetivo no cargo de Mecânico de Máquinas e Veículos, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 07/04/2020 a 21/04/2020, conforme Memorando nº 5.293/SMODU/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 546/2020

Publicação Nº 2432997

PORTARIA Nº. 546/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido o profissional ARISTEU FERREIRA DE SOUZA, efetivo no cargo de Instrutor Agrícola, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.704/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 547/2020

Publicação Nº 2432998

PORTARIA Nº. 547/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Fica nomeada VIVIAN LACHMAN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Pedagógico, com gratificação de 30%, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.534/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 548/2020

Publicação Nº 2432999

PORTARIA Nº 548/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e art. 70 da LC 070/2019, resolve;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Adicional de Tempo Integral de 30%, a partir de abril de 2020, a servidora VIVIAN LACHMAN, que exerce o cargo de Diretor Pedagógico, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme Memorando nº 5.534/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2020.

PORTARIA Nº 549/2020

Publicação Nº 2433001

PORTARIA Nº. 549/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Fica nomeada LILIANE KNOP ALVES MACHADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Anos Iniciais, com gratificação de 30%, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2020, conforme Memorando nº 5.535/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 550/2020

Publicação Nº 2433002

PORTARIA Nº 550/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e art. 70 da LC 070/2019, resolve;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Adicional de Tempo Integral de 30%, a partir de abril de 2020, a servidora LILIANE KNOP ALVES MACHADO, que exerce o cargo de Diretor de Anos Iniciais, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme Memorando nº 5.535/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2020.

PORTARIA Nº 551/2020

Publicação Nº 2433005

PORTARIA Nº. 551/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor ADELMO DE CARVALHO, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho do servidor EVANDRO ANTOCHESKI, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, à partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho do servidor CLOVIS AMARAL DE SOUZA JUNIOR, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, à partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 4º - Fica alterado o local de trabalho do servidor OSVALDO BENTO DA SILVA, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, à partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 5º - Fica alterado o local de trabalho do servidor RILDO DO NASCIMENTO, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, à partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 6º - Fica alterado o local de trabalho do servidor CÉLIO PEREIRA, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, à partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 7º - Fica alterado o local de trabalho do servidor EVERTOM RAMTHUM, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, à partir de 01/04/2020, conforme Memorando nº 15.605/SMAFO/2020.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 47/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2432770

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 47/2020 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/04/2020, ficando estipulado os seguintes horários: às 10h15min (entrega) e 10h20min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 15/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2432755

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 15/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/04/2020, às 14h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE DIVERSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS TAIS MANTA TERMICA DE EMERGENCIA, TALA METALICA ORTOPEDICA, CARRO MACA, TV LED 32", AUTOCLAVE DIGITAL E OUTROS, DESTINADOS AS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h00min, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br do dia 24/04/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 40/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2432752

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 40/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/04/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO VAM COM 15 LUGARES, MICRO ÔNIBUS 28 LUGARES E ONIBUS EXECUTIVO COM 42 LUGARES, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 23/04/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO PREGÃO Nº PMC 14/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2432949

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 14/2020

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO ITEM 03 DO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E SEMI-PERECÍVEIS DESTINADOS À PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o realinhamento do valor do Item: 03) LITROS DE LEITE DE VACA INTEGRAL LONGA VIDA, que passa de R\$ 2,61 o litro para o valor de R\$ 3,26 o litro (fornecedor: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI). O realinhamento foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenso ao Processo, disponível aos interessados.

Gilberto dos Passos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 32/2020 - SUSPENDE PAGAMENTOS**

Publicação Nº 2433288

PORTARIA N.º 32, de 7/4/2020

“Dispõe sobre a suspensão do pagamento de horas extras, licenças-prêmio, indenizações, férias indenizadas e de novas vantagens ou bonificações pessoais, bem como suspensão de viagens a serviço e o consequente pagamento de diárias”.

CONSIDERANDO a declaração pela OMS como pandemia de Covid-19 a infecção humana provocada pelo novo coronavírus;
CONSIDERANDO que a pandemia fez com que todos os países adotassem medidas restritivas às respectivas populações, especialmente no tocante à circulação de pessoas, funcionamento de empresas e realização de eventos;
CONSIDERANDO os profundos reflexos que as medidas restritivas estão causando na vida das pessoas e na economia do Estado e do país e que são necessários esforços para adequação dos orçamentos que atingem igualmente o setor privado e o setor público;
CONSIDERANDO que a economia dos entes está sendo diretamente afetada pela suspensão de grande parte das atividades econômicas, causando reflexos na arrecadação e, na mesma proporção, no repasse;
CONSIDERANDO a relevância de cada um dos Poderes e Órgãos para assegurar ao Estado de Santa Catarina a continuidade dos seus trabalhos, garantindo a população o exercício de seus direitos fundamentais;
CONSIDERANDO que em momentos de dificuldade a prestação dos serviços públicos mostra-se ainda mais essencial ao atendimento da população em seus direitos fundamentais, ao combate ao desemprego e à retomada das atividades econômicas, com vistas ao crescimento que todos almejam.

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas nos termos do Art. 8º, do Regimento Interno:

RESOLVE

Art. 1º Suspender o pagamento de horas extras, licenças-prêmio, indenizações, férias indenizadas e de novas vantagens ou bonificações pessoais;

Art. 2º Suspender as viagens a serviço e o consequente pagamento de diárias, ressalvadas aquelas que se mostrarem imprescindíveis ao atendimento do serviço público;

Art. 3º Suspender a realização de cursos que demandem descolamento do servidor, salvo, conforme art. 2º, aqueles que se mostrarem imprescindíveis ao atendimento do serviço público.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 7 de abril de 2020.

Paulinho Basilio
Vereador Presidente

Célio Galeski
Vereador º Secretário

Norma Pereira
Vereadora 2ª Secretária

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2433285

PORTARIA N.º 33, de 7/4/2020

“DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOINHAS EM RELAÇÃO AOS RISCOS DECORRENTES DA PANDEMIA GLOBAL DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)”.

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual Nº 550, de 7 de abril de 2020, o qual dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas nos termos do Art. 8º, do Regimento Interno:

RESOLVE

Art.1º Ficam suspensas as atividades legislativas e administrativas desta Casa, pelo período de 5 (cinco) dias, a partir de 8 de abril de 2020, conforme Decreto Estadual Nº 550.

§ 1º A fiscalização quanto ao atendimento das normas previstas nesta Portaria caberá ao Presidente da Casa, bem como a Assessoria de Gabinete.

§ 2º Não obstante poderão ser realizadas sessões extraordinárias de modo remoto, via internet.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 7 de abril de 2020.

Vereador Paulinho Basilio
Presidente

Vereador Célio Galeski Vereadora Norma Pereira
1º Secretário 2ª Secretária

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 0007/2020

Publicação Nº 2432668

PORTARIA Nº 0007, DE 02 DE JANEIRO DE 2020
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 17462/2019, à servidora Luci Salete Furtado Maciel, matrícula nº 313599/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de fevereiro de 2012 a 05 de fevereiro de 2017, pelo período de 02 de janeiro a 01 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0011/2020

Publicação Nº 2432657

PORTARIA Nº 0011, DE 02 DE JANEIRO DE 2020
Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o nº 174056/2019, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares ao servidor Edgar Martins da Silveira d'Ávila, matrícula nº 140329/01, ocupante do cargo de Almoxarife, nível 43, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, no dia 23 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 0012/2020

Publicação Nº 2432660

PORTARIA Nº 0012, DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 15/2020, a contar de 04 de janeiro de 2020, Rosângela Lopes de Abreu, matrícula nº 410093/02, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0014/2020

Publicação Nº 2432666

PORTARIA Nº 0014, DE 06 DE JANEIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Tailine Perondi, matrícula nº 410527/01, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF Lar Imóveis.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 06 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0051/2020

Publicação Nº 2432658

PORTARIA Nº 0051, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 215/2020, a contar de 27 de janeiro de 2020, Deoclides Coelli, matrícula nº 308145/03, ocupante do cargo de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, conforme anexo IV - C da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 27 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 0054/2020

Publicação N° 2432659

PORTARIA N° 0054, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Altera disposto em portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor e conforme requerimento protocolado sob o nº 242/2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto na portaria nº 0038/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

10432901	EDGAR MARTINS DA SILVEIRA D'AVILA	07/05/2018	06/05/2019	03 A 12/02/2020	0
				10 A 20/03/2020	
				14 A 24/06/2020	

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 0056/2020

Publicação N° 2432664

PORTARIA N° 0056, DE 28 DE JANEIRO DE 2020
Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) à servidora Scheyla Cristina Alves Schmidt de Vargas, matrícula nº 325163/10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0062/2020

Publicação N° 2432647

PORTARIA N° 0062, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 245/2020, a contar de 30 de janeiro de 2020, Priscila Lorenzon, matrícula nº 410505/01, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde

PORTARIA 0069/2020

Publicação N° 2432650

PORTARIA N° 0069, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 267/2020, a contar de 04 de fevereiro de 2020, Naiane Mayer, matrícula nº 410485/01, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 01/FME

Publicação N° 2432690

PORTARIA N° 01/FME, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Sergio Rodrigues dos Santos, matrícula nº 318949/11, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo II, nível 3, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 20 de janeiro a 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 02/FME

Publicação N° 2432689

PORTARIA N° 02/FME, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Santo Juceli Veronez, matrícula nº 400202/01, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo II, nível 2, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 03 de fevereiro a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 03/FME

Publicação N° 2432688

PORTARIA N° 03/FME, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Andre Luiz da Luz, matrícula nº 400195/04, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo II, classe 2, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 03 de fevereiro a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 04/FME

Publicação N° 2432687

PORTARIA N° 04/FME, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Elisangela Sutil de Oliveira, matrícula nº 400198/03, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo II, classe 2, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: A servidora fica contratado pelo período de 03 de fevereiro a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 0466/2020

Publicação N° 2432648

PORTARIA N° 0466, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 489/2020, a contar de 28 de fevereiro de 2020, Junia Ruaro, matrícula nº 410224/02, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 05/FME

Publicação N° 2432686

PORTARIA N° 05/FME, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Valdecir Jose Saretta, matrícula nº 304379/11, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo II, classe 2, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 03 de fevereiro a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 0503/2020

Publicação N° 2432652

PORTARIA N° 0503, DE 06 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 691/2020, a contar de 06 de março de 2020, Tracy Mary Betinardi, matrícula nº 407472/06, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0530/2020

Publicação N° 2432643

PORTARIA N° 0530, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Nomear Nadir Durli no cargo de provimento em comissão de Secretário da Infraestrutura, nível CC – 5, conforme o anexo IV - G da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Nadir Durli

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Nadir Durli, a fim de tomar posse no cargo de Secretário de Infraestrutura, nomeado pela Portaria nº 0530/2020. Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 16 de março de 2020.

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0532/2020

Publicação N° 2432644

PORTARIA N° 532, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Nadir Durli, matrícula nº 324620/07, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Infraestrutura, nível CC - 5, conforme o anexo IV - G da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Fundo de Habitação, a contar de 16 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 06/FME

Publicação N° 2432685

PORTARIA N° 06/FME, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 394/2020, a contar de 07 de fevereiro de 2020, Cleyton Luis Geronimo, matrícula nº 180440/05, ocupante do cargo de Superintendente de Administração e Finanças da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 07/FME

Publicação N° 2432684

PORTARIA N° 07/FME, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Rudemar Dirceu Dickel, matrícula nº 304336/17, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo I, classe 1, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 19 de fevereiro a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 08/FME

Publicação Nº 2432678

PORTARIA Nº 08/FME, DE 03 DE MARÇO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º Nomear Oseias D'Ávila, matrícula nº 400192/02 no cargo de provimento em comissão de Superintendente de Administração e Finanças, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Oseias D'Ávila

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, perante o Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Oseias D'Ávila, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Superintendente de Administração e Finanças, nomeado pela Portaria nº 08/FME, de 03 de março de 2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Ilmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 03 de março de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 09/FME

Publicação Nº 2432673

PORTARIA Nº 09/FME, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Alexsandro Teodoro da Silva, matrícula nº 400203/01, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo I, classe 1, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 11 de março a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

PORTARIA 10/FME

Publicação N° 2432675

PORTARIA N° 10/FME, DE 12 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Guilherme da Silva Rita, matrícula nº 400204/01, para exercer as funções do cargo Técnico Desportivo III, classe 3, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 12 de março a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

JULIANO KLOSS
Superintendente FME

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 34/2020/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2432544

PORTARIA Nº 034/2020/SIMAE-CAO, de 02 de abril de 2020.

Estabelece ações e/ou procedimentos de caráter temporário visando o enfrentamento de situações decorrentes do coronavírus (COVID-19). O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO os potenciais efeitos danosos à economia local em virtude da suspensão das atividades econômicas em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta Nº 014/2020 – DIVS/SUV/SES/SC, que trata de orientações gerais aos prestadores de serviços de abastecimento de água;

CONSIDERANDO a Resolução CISAM-REG Nº 01/2020, emitida pela entidade regulatória, que dispõe sobre as Condições Gerais de Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água Tratada e de Esgotamento Sanitário,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a isenção do pagamento das tarifas relativas aos serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, aos usuários enquadrados na categoria Residencial Social, referente às faturas de competências de abril a dezembro de 2020.

Art. 2º. As faturas de água com vencimento nos meses de março, abril, maio, junho e julho, poderão ser pagas até a data de 31 de julho de 2020, sem cobrança de multas, correção ou juros.

Parágrafo único. Nas faturas descritas no caput, pagas após a data de 31 de julho, incidirá a aplicação de multas, correção e juros, desde seu vencimento.

Art. 3º. Ficam suspensas as interrupções no fornecimento de água até a data de 31 de agosto de 2020, aos usuários inadimplentes.

Parágrafo único. Após esta data, o SIMAE diligenciará a retomada das interrupções no abastecimento às ligações de água pendentes de pagamento.

Art. 4º. Fica concedido aos usuários que demonstrarem dificuldade de pagamento, através de requerimento, a possibilidade de parcelamento de débitos, em até 12 (doze) parcelas, sem a aplicação de correção monetária e incidência de juros.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Catanduvás

PREFEITURA

ANEXO I - DECRETO Nº 2587/2020

Publicação Nº 2433280

ANEXO I – DECRETO Nº 2.587/2020

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – AVALIAÇÃO PERIÓDICA – PROGRESSÃO HORIZONTAL

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – MÊS E ANO DA AVALIAÇÃO _____ PERÍODO DA AVALIAÇÃO _____	
Nome: _____	
Matrícula: _____ Cargo: _____ Data da admissão: _____	
Lotação: _____	
I. ASSIDUIDADE e PONTUALIDADE: Frequência com que o servidor comparece ao trabalho e frequência em que se atrasa ou sai antes do horário (3,0 pontos)	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DESCONTAR PONTUAÇÃO
acima de 1 (uma) falta injustificada ou mais de 3 (três) atrasos injustificados ou saídas antecipadas superiores a 30 minutos (no semestre)	3,00
1 (uma) falta injustificada ou 2 (dois) a 3 (três) atrasos injustificados ou saídas antecipadas superiores a 30 minutos (no semestre)	2,00
1 (um) atraso injustificado ou saída antecipada superior a 30 minutos (no semestre)	1,00
Nenhuma falta injustificada ou até um atraso injustificado ou saída antecipada superior a 30 minutos (no semestre)	0,00
II. DISCIPLINA e OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 123 E 124 DA LC 19/02: Cumprimento de normas legais, regimentais e das normas específicas dos estabelecimentos de lotação do servidor, aceitação da hierarquia e presteza com que executa as tarefas. (3,0 pontos)	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DESCONTAR PONTUAÇÃO
INSUFICIENTE – Nunca cumpre as normas legais, regimentais e das normas específicas dos estabelecimentos de lotação do servidor, aceitação de hierarquia e presteza com que executa as tarefas ou lhe foi aplicada uma ou mais penas administrativas (no semestre). Data/Relato: _____	3,00
REGULAR – Raramente cumpre as normas legais, regimentais e das normas específicas dos estabelecimentos de lotação do servidor, aceitação de hierarquia e presteza com que executa as tarefas. Data/Relato: _____	2,00
BOM – Frequentemente cumpre as normas legais, regimentais e das normas específicas dos estabelecimentos de lotação do servidor, aceitação de hierarquia e presteza com que executa as tarefas. Data/Relato: _____	1,00
EXCELENTE – Sempre cumpre as normas legais, regimentais e das normas específicas dos estabelecimentos de lotação do servidor, aceitação de hierarquia e presteza com que executa as tarefas.	0,00
III. DESEMPENHO E EFICIÊNCIA NO EXERCÍCIO DO CARGO: Rendimento no trabalho, em termos de quantidade e qualidade dos resultados apresentados. (1,5 pontos)	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DESCONTAR PONTUAÇÃO
INSUFICIENTE – Nunca executa seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos, em acordo com os preceitos técnicos à atividade, prejudicando o andamento e o trabalho dos mesmos. Data/Relato: _____	1,50
REGULAR – Raramente executa seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos, em acordo com os preceitos técnicos à atividade, prejudicando o andamento, e por vezes, a qualidade dos mesmos. Data/Relato: _____	1,00
BOM – Frequentemente executa seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos, em acordo com os preceitos técnicos à atividade, garantindo o andamento e qualidade dos mesmos. Data/Relato: _____	0,70
EXCELENTE – Sempre executa seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos, em acordo com os preceitos técnicos à atividade, garantindo o andamento e qualidade dos mesmos.	0,00
IV. RESPONSABILIDADE: Zelo pelo trabalho, cuidado com informações, valores e pessoas e capacidade de iniciativa na execução das tarefas e na melhoria dos serviços. (1,25 pontos)	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DESCONTAR
INSUFICIENTE – Nunca demonstra cuidado com os materiais, instalações físicas, equipamentos de trabalho, informações, valores ou pessoas, utilizando-os de forma inadequada.	1,25
REGULAR – Raramente demonstra cuidado com os materiais, instalações físicas, equipamentos de trabalho, informações, valores ou pessoas, utilizando-os, muitas vezes, de forma inadequada.	0,85
BOM – Frequentemente demonstra cuidado com os materiais, instalações físicas, equipamentos de trabalho, informações, valores ou pessoas, utilizando-os de forma adequada.	0,20

EXCELENTE – Sempre demonstra cuidado com os materiais, instalações físicas, equipamentos de trabalho, informações, valores ou pessoas, utilizando-os de forma adequada.	0,00	
V. CAPACIDADE DE INICIATIVA E SOLIDARIEDADE: Capacidade de iniciativa na realização de tarefas e na melhoria dos serviços e solidariedade no trabalho. (1,25 pontos)		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DESCONTAR	PONTUAÇÃO
INSUFICIENTE – Nunca demonstra iniciativa na realização das tarefas e na melhoria dos serviços e/ou não demonstra solidariedade no trabalho.	1,25	
REGULAR – Raramente demonstra cuidado com os materiais, instalações físicas, equipamentos de trabalho, informações, valores ou pessoas, utilizando-os, muitas vezes, de forma inadequada. demonstra iniciativa na realização das tarefas e na melhoria dos serviços e/ou não demonstra solidariedade no trabalho.	0,85	
BOM – Frequentemente demonstra iniciativa na realização das tarefas e na melhoria dos serviços e/ou não demonstra solidariedade no trabalho.	0,20	
EXCELENTE – Sempre demonstra iniciativa na realização das tarefas e na melhoria dos serviços e/ou não demonstra solidariedade no trabalho.	0,00	
TOTAL DE PONTOS DA AVALIAÇÃO	10	
RESULTADO FINAL		
ASSINATURA DO SERVIDOR E DATA DA NOTIFICAÇÃO		
____/____/____	Avaliador:	

ATA RP 002-2020 FMS PL 003-2020 FMS H MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Publicação Nº 2433271

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020 - FMS

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, O Município de Catanduvras - SC, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, estabelecido na Rua Duque de Caxias, 2.828, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 10.391.817/0001-91, através da Secretária de Saúde e Gestora, Sra. Ely Terezinha Magnabosco Moterle, inscrita no CPF/MF sob nº 593.462.059-20, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 003/2020 – FMS, para Registro de Preços nº 002/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa H MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, estabelecida na Rua Santos Dumont, 117, Bairro Centro, município de Herval D'Oeste – SC, CEP 89.610-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.589.688/0001-67, representada neste ato pelo Sr. Hinayan Crestani, portador do CPF nº 009.777.740-40, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos hospitalares na especialidade de Clínica Médica, para trabalhar em regime de plantão presencial 24 (vinte quatro) horas, no pronto Atendimento Médico no Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, visando à manutenção e o desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, município de Catanduvras – SC, para o ano de 2020, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra dos serviços para 12 (doze) meses, de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, prestação de serviços e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	8.760	Horas	H MED	Plantão médico 24 horas diárias, distribuídas em todos os dias da semana e finais de semana, inclusive nos feriados e pontos facultativos, respeitando a legislação vigente quanto às leis trabalhistas.	115,00	R\$1.007.400,00
					TOTAL	R\$1.007.400,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Os serviços serão realizados de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e devendo ser executados imediatamente, após receber a solicitação de fornecimento contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da

DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

1. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o prestação dos serviços descritos no objeto desta presente Ata de Registro de Preços com qualidade e sem qualquer custo direto ou indireto adicional relativo a transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações ou qualquer outro que for necessário ao cumprimento do objeto ora contratado.

2. Responder por quaisquer danos que possam ocorrer oriundos da execução do fornecimento dos serviços ora contratados, independentemente se em face do CONTRATANTE ou de terceiros eventualmente envolvidos.

3. Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o edital de licitação e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

4. Entende-se por serviço inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

5. Poderão ocorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no Edital.

6. Ter na equipe técnica no mínimo um médico clínico geral, podendo ser sócio da empresa, na hipótese o vínculo deverá ser demonstrado através de Contrato Social, ou médico contratado como empregado mediante apresentação de registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços;

6.1. Em ambos os casos (médicos na condição de sócio ou médico contratado) os profissionais deverão apresentar registro em Conselho Regional de Medicina;

7. Registro da empresa contratada em Conselho Regional de Medicina;

8. A empresa deverá efetuar a coordenação geral do Atendimento no Plano de Atendimento Médico, com disponibilidade diária no local para resolução dos problemas técnicos e administrativos;

9. Responsabilidade técnica sobre a contratação e disponibilização de médicos para assumir os plantões diurnos e noturnos do Pronto Atendimento Médico no Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Catanduvas nos períodos indicados nos itens anteriores;

10. Estabelecer e implantar protocolos de atendimento inicial das principais patologias clínicas e cirúrgicas a fim de padronizar o tratamento e elevar o nível das condutas realizadas;

11. Realizar pequenas cirurgias;

12. Encaminhamento ou transferência de pacientes para outras unidades de referência, no caso do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Município não dispor de aparato necessário;

13. Promover a orientação e atualização técnica periódica do pessoal (médicos, equipe de enfermagem e demais funcionários do hospital);

14. Atender os pacientes com a devida cortesia e urbanidade, prestando inclusive aos mesmos ou aos seus familiares, todas as informações necessárias para dar o melhor atendimento que o caso requer;

15. Não recusar atendimento, salvo quando comprovadamente impossibilitado por condições técnicas ou pela ausência de recursos materiais do Hospital;

16. Manter bom relacionamento com os demais profissionais da saúde que fazem parte do sistema de saúde do Município, visando a melhor qualidade de atendimento ao paciente;

17. Abster-se de fazer qualquer cobrança ou impor condições à prestação dos serviços e atender as demais normas e regulamentos emanados pela administração hospitalar;

18. Não utilizar as dependências e equipamentos do Hospital para assuntos particulares de qualquer natureza;

19. Não recusar-se a atender pacientes que residam fora do Município, e que estejam em trânsito por Catanduvas/SC.

20. Fica assegurado à Secretaria Municipal de Saúde, o direito de, a qualquer tempo, proceder à avaliação do andamento dos trabalhos objeto deste processo licitatório, bem como, solicitar relatórios e demais documentos pertinentes aos mesmos;

21. A contratada, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, deverá OBRIGATORIAMENTE, manter cadastro com todos os atendimentos realizados, contendo, no mínimo, a identificação do paciente.

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

- 1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- 1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.
- 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.
- 1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Prestação dos serviços conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 2.2. Prestação dos serviços de acordo com o contratado, de acordo com as normas éticas da profissão e dentro dos prazos solicitados.
- 2.3. Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no fornecimento dos serviços, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.
- 2.4. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2.5. Fornecer o serviço apenas se houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da autoridade competente, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do suposto débito, bem como de que estará sujeito às penas da Lei.
- 2.6. A CONTRATADA fica ainda obrigada a executar o objeto do presente contrato diretamente, não podendo subcontratar em hipótese alguma, sem a anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão a qualquer tempo.
- 2.7. A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado.
- 2.8. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.
- 2.9. No caso de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
 - I - advertência;
 - a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:
 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.
 - multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
 - b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).
3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvás e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 003/2020 - FMS e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvás - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvás, SC, 01 de abril de 2020.

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE	HINAYAN CRESTANI
Secretária Municipal de Saúde e Gestora	H MED Serviços Médicos Ltda
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. Nome:	02. Nome:
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 2587/2020

Publicação Nº 2433278

DECRETO Nº 2.587/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E DE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO CATANDUVÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos artigos 11 a 15-C da Lei Complementar nº 66/2010, de 21 de junho de 2010; DECRETA:

Art. 1º. O presente Decreto regulamenta a concessão das progressões horizontais pelo interesse de qualificação e por desempenho e eficiência e das gratificações de incentivo à qualificação, previstas na Lei Complementar Municipal nº 66/2010, de 21 de junho de 2010.

Art. 2º. Farão jus à progressão horizontal e às gratificações de incentivo à qualificação os servidores efetivos estáveis nas condições e nos limites previstos no presente Decreto.

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL PELO INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO

Art. 3º. A progressão pelo interesse de qualificação ocorrerá sempre no mês de junho de cada ano, nas seguintes condições:

I – Mediante requerimento do servidor, protocolado no período de 1º a 30 de abril de cada ano, que deverá estar acompanhado da cópia autenticada dos certificados e do respectivo detalhamento das disciplinas, matérias ou assuntos tratados, relativos à participação em cursos de qualificação, tais como simpósios, seminários e outros cursos de aperfeiçoamento e de requalificação profissional;

II - O servidor progredirá horizontalmente uma referência a cada 80 (oitenta) horas de cursos de qualificação, limitada a uma referência ao ano;

III – Os cursos de qualificação poderão ser presenciais ou à distância, com uma carga horária mínima de 8 (oito) horas;

IV – Para fazer jus à progressão, o servidor deverá comprovar pelo menos 40 (quarenta) horas em cursos presenciais;

V – Para que sejam computados para a progressão funcional, os cursos à distância deverão ser aprovados previamente pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, mediante solicitação escrita do servidor;

VI – O curso de qualificação que o servidor quiser computar para a progressão funcional deverá ter sido realizado com aproveitamento mínimo de 80% (oitenta por cento) de frequência;

VII – O curso de qualificação deverá ter pertinência ou relação direta com as atividades do cargo ou da função que o servidor estiver ocupando no momento da sua realização, consoante análise da Comissão de Avaliação.

Parágrafo único. Os requisitos previstos nos incisos IV, V e VI do presente artigo, serão exigidos somente a partir da avaliação a ser realizada no ano de 2021.

Art. 4º. Na avaliação pelo interesse de qualificação serão considerados os certificados de qualificação obtidos entre o dia 1º de janeiro e o dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior.

Parágrafo único. Quando os certificados de um ano excederem a 80 (oitenta) horas, as horas excedentes poderão ser aproveitadas para a avaliação pelo interesse de qualificação do ano subsequente.

Art. 5º. A progressão pelo interesse de qualificação deverá ser analisada pela Comissão de Avaliação no prazo de 30 (trinta) dias que, ao final, proferirá decisão fundamentada pelo deferimento ou não da progressão.

Art. 6º. Da decisão da Comissão de Avaliação, o servidor poderá interpor recurso administrativo ao Secretário de Administração e Finanças no prazo de 10 (dez) dias da sua notificação pessoal.

Art. 7º. O recurso deverá ser direcionado à Comissão de Avaliação que, caso não reconsidere a decisão, deverá encaminhar os autos ao Secretário de Administração e Finanças para análise e decisão no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 8º. Após a conclusão do estágio probatório, o servidor fará jus à progressão horizontal decorrente avaliação pelo interesse de qualificação e da avaliação de desempenho e eficiência, desde que participe das avaliações que ocorrerem a partir do ano seguinte à sua nomeação, observando as mesmas regras aplicáveis aos demais servidores.

Parágrafo único. Os servidores que participarem das avaliações anuais durante o estágio probatório, progredirão e perceberão a respectiva remuneração correspondente à quantidade de referências a que fizer jus, a partir do mês seguinte a sua aprovação no estágio probatório.

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E EFICIÊNCIA

Art. 9º. A progressão horizontal por desempenho e eficiência dependerá de avaliação periódica que deverá ser finalizada no mês de novembro de cada ano, devendo realizada nas seguintes condições:

I – Deverão ser realizadas duas avaliações anuais, sendo uma no final de maio, compreendendo o período de novembro a abril e outra em novembro, abrangendo o período de maio a outubro;

II – Serão avaliados os seguintes requisitos, que receberão a seguinte pontuação:

(a) assiduidade e pontualidade (3,0 pontos);

(b) disciplina e observância das disposições contidas nos artigos 123 e 124 da Lei Complementar nº 19/02 (3,0 pontos);

(c) desempenho e eficiência no exercício do cargo (2,0 pontos);

(d) responsabilidade, capacidade de iniciativa e solidariedade no trabalho (2,0 pontos);

Art. 10. As avaliações semestrais serão realizadas separadamente pelo Secretário Municipal da pasta em que o servidor estiver lotado e pelo seu chefe imediato e a nota final será obtida através da média das duas avaliações.

§1º. Ao se apurar a média, caso a nota obtida contenha mais de uma casa decimal, a nota será arredondada para apenas uma casa decimal; para mais se a fração for igual ou superior à cinco e, para menos, se for inferior a cinco.

§2º. Estando o servidor subordinado diretamente ao Secretário Municipal ou ao Gabinete do Prefeito, a avaliação semestral será realizada apenas por um deles.

§3º. Para fins de se verificar o direito à progressão horizontal, será apurada a média das duas avaliações semestrais, progredindo aqueles servidores que obtiverem nota média igual ou superior a 7 (sete).

Art. 11. Os avaliadores ao atribuírem notas pela pontualidade e assiduidade, deverão fundamentá-las, quando houver, nos registros de ponto do servidor, salvo quando houver erros, o que deve ser justificado na avaliação.

Art. 12. Caberá à Comissão de Avaliação conferir as avaliações e apurar as médias das notas, publicando, até o final do mês de novembro de cada ano, a relação dos servidores aos quais foi deferida a progressão horizontal por desempenho e eficiência.

§1º. Da decisão que indefere a progressão horizontal por desempenho e eficiência não caberá recurso, devendo o servidor exercer o seu direito de defesa relativamente às avaliações semestrais.

§2º. A progressão horizontal por desempenho e eficiência será paga sempre na folha de pagamento do mês de dezembro.

Art. 13. Aos servidores avaliados será dada a ciência pessoal das avaliações semestrais a fim de que lhes seja conferido o direito de defesa.

Art. 14. Da avaliação semestral cuja nota média geral seja inferior a 7 (sete), caberá recurso ao Secretário de Administração e Finanças no prazo de 10 (dez) dias da sua ciência.

Art. 15. A Comissão de Avaliação ao analisar o recurso poderá solicitar informações ao avaliador, proferindo decisão fundamentada e irreversível no prazo de 30 (trinta) dias.

DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO

Art. 16. Os servidores públicos que a partir de 1º de janeiro de 2019 concluírem formação escolar superior à exigida como requisito para provimento do cargo que ocupam, farão jus à gratificação de incentivo à qualificação prevista no art. 15-A da Lei Complementar nº 66/2010, nos seguintes valores:

I - R\$ 100,00 (cem reais), para os que concluírem o ensino fundamental;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para os que concluírem o ensino médio;

III - R\$ 200,00 (duzentos reais), para os que concluírem curso de graduação em área afim ou relacionada com as atribuições do cargo que o servidor ocupa, conforme análise a ser realizada pela Comissão de Avaliação;

IV - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para os que concluírem curso de pós-graduação em área afim ou relacionada com as atribuições do cargo que o servidor ocupa, conforme análise a ser realizada pela Comissão de Avaliação.

§1º. A gratificação de incentivo à qualificação será paga sempre no mês seguinte ao do requerimento.

§2º. O servidor receberá sempre a gratificação de incentivo à qualificação correspondente a sua formação acadêmica mais elevada, vedada a percepção cumulativa de gratificações.

§3º. A gratificação de incentivo à qualificação será paga apenas aos servidores que tiverem concluído o estágio probatório, sendo possível, contudo, o aproveitamento de formação acadêmica concluída após a posse no cargo.

§4º. Os diplomas ou certificados relativos às formações acadêmicas previstas nesta Lei Complementar não poderão ser utilizados para a obtenção cumulativa de gratificação de incentivo à qualificação e progressão horizontal.

Art. 17. O requerimento de gratificação de incentivo à qualificação deverá ser protocolado perante a Comissão de Avaliação e quando se referir às gratificações previstas nos incisos I e II do artigo anterior, deverá ser instruído com a cópia autenticada do diploma ou de certificado de conclusão do curso.

Art. 18. Quando o pedido for de gratificação de incentivo à qualificação decorrente de curso de graduação e de pós-graduação, o requerimento deverá ser acompanhado de cópia autenticada de diploma ou de certificado de conclusão de curso e do respectivo histórico escolar.

Art. 19. Havendo necessidade, a Comissão de Avaliação poderá solicitar documentos complementares.

Art. 20. O requerimento de gratificação de incentivo à qualificação deverá ser analisado pela Comissão de Avaliação no prazo de 30 (trinta) dias que, ao final, proferirá decisão fundamentada pelo deferimento ou não da gratificação.

Art. 21. Da decisão da Comissão de Avaliação, o servidor poderá interpor recurso administrativo ao Secretário de Administração e Finanças no prazo de 10 (dez) dias da sua notificação pessoal.

Art. 22. O recurso deverá ser direcionado à Comissão de Avaliação que, caso não reconsidere a decisão, deverá encaminhar os autos ao Secretário de Administração e Finanças para análise e decisão no prazo de 10 (dez) dias.

DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 23. As progressões horizontais e as gratificações reguladas pelo presente Decreto serão analisadas e deferidas por Comissão de Avaliação especialmente nomeada para este fim pelo Chefe do Poder Executivo, composta por 03 (três) servidores públicos, sendo 01 (um) presidente, 02 (dois) membros e 01 (um) suplente.

§1º. A investidura dos membros da Comissão de Avaliação não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, com substituição obrigatória de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

§2º. O ato de designação da comissão de avaliação deverá indicar expressamente quem atuará como Presidente, além de conter a indicação expressa de 01 (um) suplente que atuará nos casos de eventuais impedimentos, ausências ou vacância, de qualquer natureza, por parte de qualquer membro da comissão de avaliação.

§3º. Não poderá o membro da comissão de avaliação atuar em causa própria, ou seja, quando da realização de sua própria avaliação deverá ser substituído pelo suplente.

§4º. O suplente somente terá competência de atuação quando estiver substituindo um dos membros da comissão de avaliação.

§5º. Poderá ser designada uma ou mais comissões de avaliação, visando dinamizar os trabalhos ante o volume de servidores municipais a serem avaliados.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.087/2010, de 29 de julho de 2015.

Catanduvas (SC), 13 de março de 2020.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2597/2020

Publicação Nº 2433284

DECRETO Nº 2.597/2020, DE 7 DE ABRIL DE 2020.
ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de expediente no prédio da sede da Prefeitura Municipal de Catanduvas, que a partir de 8 de abril de 2020 passa a ser em turno único, das 7h às 13h.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 7 de abril de 2020.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2599/2020

Publicação Nº 2433286

DECRETO Nº 2.599, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Altera o Decreto nº 2.592/2020, de 24 de março de 2020 e dá outras providências.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e conforme o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO, a publicação do Decreto nº 550, de 7 de abril de 2020, através do qual o Governador do Estado de Santa Catarina estendeu por mais 5 (cinco) dias a quarentena decretada anteriormente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2.592/2020, de 24 de março de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica suspenso por 5 (cinco) dias, a contar de 8 de abril de 2020, o atendimento ao público em todos os órgãos vinculados ao Poder Executivo municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de assistência social, de vigilância sanitária e defesa civil.

..... ” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 8 de abril de 2020.

Catanduvas, 07 de abril de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 8146/2020

Publicação Nº 2433275

Portaria Nº 8146/2020, de 06 de Abril de 2020.

“AUTORIZA OS SERVIDORES A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica do Município de Catanduvas,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar GLÁUCIA TAMARA LUZIA CARVALHO, a guiar veículos oficiais do Município, devendo os servidores observar o que dispõe o Decreto nº 2.366/2018, de 07 de março de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 06 de Abril de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

041/2020 - PORTARIA DE ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS

Publicação Nº 2432552

PORTARIA Nº 41/2020

"Concede férias ANTECIPADAS, como medida excepcional de contensão de despesas face à pandemia geradas pela COVID19, ao(s) servidor(es) que especifica e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto nos Decretos Municipais nº 37, 38, 39, 43, 45 e 46/2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e adotaram medidas para combate à pandemia do coronavírus;

Considerando as medidas administrativas adotadas neste Município, conforme orientação da FECAM e AMOSC, pelo Decreto nº 47/2020:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de férias antecipadas, no período de 08/04/2020 a 07/05/2020, ao(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionados:

FÉRIAS-ANTECIPADAS			
	Servidor	Período Aquisitivo	
1	GESSICA LONGO	14/10/2019	13/10/2020
2	MAIARA SGNAULIN DURLO	12/02/2020	11/02/2021

Art. 2º. As férias concedida poderá ser suspensa, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, 07 de abril de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

042/2020 - PORTARIA DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2432557

PORTARIA Nº 042/2020

"Concede Licença Prêmio ao servidor que especifica e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de

janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);
Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;
Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;
Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;
Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;
Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;
Considerando o disposto nos Decretos Municipais nº 37, 38, 39, 43, 45 e 46/2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e adotaram medidas para combate à pandemia do coronavírus;
Considerando as medidas administrativas adotadas neste Município, conforme orientação da FECAM e AMOSC, pelo Decreto nº 47/2020:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração no período de 07/04/2020 a 06/05/2020, ao Servidor Público Municipal abaixo relacionados:

LICENÇA PRÊMIO			
	Servidor	Período Aquisitivo	
1	MARCO ANTONIO SILVA VENCATO	01/07/2014	30/06/2019

Art. 2º. A licença poderá ser suspensão, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, 07 de abril de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

043/2020 - CONVOCAÇÃO FÉRIAS

Publicação Nº 2433085

PORTARIA Nº 043/2020

"Interrompe Férias dos servidores que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 69, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

Considerando a portaria 035/2020 Art. 2º, por interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper as Férias concedida aos seguintes servidores:

Servidor		Período Aquisitivo	
1	Deisy Gisely Eckert	17/10/2019	16/10/2020
2	Paula Camila Cattani	25/11/2019	24/11/2020

Art. 2º - Retornado suas atividades a partir de 13/04/2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 07 de abril de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

DECRETO Nº 58/2020

Publicação Nº 2432414

Decreto nº 058/2020, de 07 de abril de 2020.

"Fixa preço para indenização de sementes de aveia conforme Programa Mais Agricultura (Lei 1.429/2018)."

O Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, da Lei Orgânica do Município e no art. 10 e seguintes da Lei nº 1.429/2018;

DECRETA:

Art. 1º Esse Decreto fixa o preço de aveia para indenização aos agricultores em conformidade com o disposto no art. 10, da Lei Municipal nº 1.429/2018, que institui no Município de Caxambu do Sul o programa de incentivo a atividade agropecuária denominado "Mais Agricultura" conforme tabela seguinte:

Quantidade	Descrição	Unidade de medida	Valor em R\$
1	Aveia Preta	Kg	1,60
1	Aveia Branca	Kg	1,17

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul/SC, 07 de abril de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

DECRETO Nº 59/2020

Publicação Nº 2432578

Decreto Nº 059/2020

"Dispõe sobre a regulamentação do programa mais agricultura e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as restrições impostas ao à circulação e aglomeração de pessoas no Estado de Santa Catarina (Decretos Estaduais – 507, 509, 515, 521, 525, 534 e 535).

Considerando a cessão gradual do isolamento e a liberação de obras de construção civil, conforme decretos já citados e as portarias 180 e 214 da Secretaria Estadual de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Esse Decreto regulamenta a lei Municipal nº1.429/2018, que institui no Município de Caxambu do Sul o programa de incentivo a atividade agropecuária denominado "mais agricultura".

Parágrafo único – O presente decreto também regulamenta o incentivo à "agricultura urbana", na forma estabelecida pela política de apoio à agricultura urbana do Estado de Santa Catarina e não revoga o Decreto Municipal 33/2019.

Art. 2º Os requerimentos dos benefícios criados pela Lei 1.429/2018 e regulamentados pelo Decreto 033/2019 (programa "Mais Agricultura") deverão ser procedidos exclusivamente à distância por meio de atendimento telefônico e Internet, devendo ser aproveitado, no que for possível, a documentação apresentada em requerimentos anteriores, bem como os cadastros municipais de agricultores.

Art. 3º As informações prestadas por necessidade dos novos requerimentos, bem como os documentos encaminhados eletronicamente, deverão ser, em até 60 (sessenta dias) após o término do isolamento social, apresentados e ratificados na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Agricultura deverá, no prazo de 48 horas, divulgar à população, pelos meios de comunicação usuais do Município, telefone para contato e esclarecer a forma de inscrição no programa.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 07 de abril de 2020.

Glauber Burtet

Prefeito

PP Nº 003/2020 FMS

Publicação Nº 2433072

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Caxambu do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.414.598/0001-81, com sede administrativa na Rua Cristiano Perosa, 307, Centro deste Município, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, para a contratação do objeto indicado no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento do Credenciamento, dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08:30 horas do dia 22 de abril de 2020, no Departamento de Compras desta Prefeitura, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:00 horas do dia 22 de abril de 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Caxambu do Sul, situada no endereço citado no item 1.1.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de Ginecologista e Obstetrícia

para o Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul, com carga horaria de 4 (quatro) horas semanais conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, bem como empresas nas seguintes condições:

3.1.1 – Em processo de recuperação judicial ou com falência decretada;

3.1.2 - Em consórcio.

3.2 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

3.4 - Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.5 - A simples participação na presente licitação implica na aceitação irrevogável de todas as normas do Edital.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "C", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar, cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Caxambu do Sul através do Fundo Municipal de Saúde e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2020. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do envelope 01 – Proposta de Preços.

5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente, telefone e e-mail;
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do item, descrição dos Itens nos termos do anexo "A" deste Edital, quantidade, unidade de medida, preço unitário e preço total por item, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total por Item

- d) Preço total global;

- e) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, deslocamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) Nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

5.6 - No caso de serem ofertados lances verbais, a licitante vencedora, após o encerramento da sessão, será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentar nova planilha de preço, com os valores dos itens corrigidos, para refletir o novo preço global.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS); Tendo em vista os Decretos nº 8.302, de 04 de setembro de 2014, Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014 e a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, a licitante que tiver apenas uma das certidões exigidas nas alíneas "a" e "d" do item 6.1 ainda no prazo de validade, deverá apresentar a nova certidão conjunta que abrange ambas as certidões;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site www.tst.gov.br;
- h) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;
- i) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção do Município de Caxambu do Sul – SC;
- j) Espelho junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas – CEI de que a licitante não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida junto ao site www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis;
- k) Espelho junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a licitante não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida junto ao site www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep;
- l) Diploma de Formação em Medicina do Profissional que prestará os serviços;
- m) Registro no Conselho de Medicina do profissional que prestará os serviços;
- n) Prova de Cadastro no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);
- o) Cópia autenticada de Título de Especialização em Ginecologia e Obstetrícia;
- p) Documentos comprobatórios do vínculo do profissional de que trata o inciso anterior com a pessoa jurídica (cópia da CTPS ou cópia do livro do registro de empregados ou cópia do contrato social ou contrato de prestação de serviços).

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "f" do item 6.1, por Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Caxambu do Sul.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Caxambu do Sul, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ,

nas seguintes condições:

6.6.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas, micro empreendedores individuais e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "e", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "D" deverá vir anexada ao credenciamento), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o MENOR PREÇO POR ITEM do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.5 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícitado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto lícitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores mencionados no item 9.1 deste Edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.9, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (artigo 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Gestor, PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 – DOS VALORES ORÇADOS PELO MUNICÍPIO E PREÇOS MÁXIMOS

9.1 - O valor total por item orçado para os serviços, objeto desta licitação, estão descritos no Anexo "A" deste edital e deverá ser considerado como preço de referência por item.

10 - DO PRAZO E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 – Os serviços médicos, objeto desta licitação, deverão ser executados conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, de 01 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2020 podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

10.2 – A licitante vencedora realizará os serviços na Unidade Básica de Saúde do Centro do Município de Caxambu do Sul - SC conforme o cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando a carga horaria do objeto desse licitação.

10.3 – O Município disponibilizará sala e equipamentos necessários para a realização dos serviços.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – O Município de Caxambu do Sul efetuará o pagamento do objeto desta licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a prestação do serviço e apresentação das notas fiscais, juntamente com o relatório contendo a relação dos pacientes atendidos, atestadas por servidor responsável, em conta corrente de titularidade da empresa.

11.2 – As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: compras@caxambudosul.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF.

11.3 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do exercício de 2020.

11.4 - Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, as empresas preferencialmente deverão manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

12 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

12.1 - Não serão concedidos reajustes aos preços contratados.

13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, ou seja, até às 09:00 horas do dia 17/04/2020, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.1.1 - A impugnação será dirigida ao Departamento de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

13.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

13.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

13.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.6 - Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

14 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

14.1 - Após a homologação do resultado, a(s) vencedora(s) será(ão) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar(em) o(s) Termo(s) de Contrato (minuta constante do Anexo "G"), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Item 16, deste Edital.

14.2 - No ato de formalização do contrato, deverá(ão) a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

14.3 - O contrato terá prazo de vigência de 01 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado na forma da lei.

14.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do Item 14.1 do presente instrumento convocatório.

16.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.2 - A penalidade de multa, prevista no item 16.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 8.666/93, conforme o artigo 87, § 2º do mesmo diploma legal.

16.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

16.4 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3326-0127, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

17.3 – O Município de Caxambu do Sul reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

17.4 - Informações verbais prestadas por integrantes do Município não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.6 - No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93.

17.7. As licitantes participantes deste processo desde já declaram, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

17.8 - As licitantes desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei Federal nº 8.666/1993, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma legal.

17.9 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó - SC, excluído qualquer outro.

18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo "A" – TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo "B" – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;

Anexo "C" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

Anexo "D" – MODELO DE DECLARAÇÃO;

Anexo "E" – MODELO DE DECLARAÇÃO;

Anexo "F" – MODELO DE DECLARAÇÃO;

Anexo "G" – MINUTA DO CONTRATO.

Caxambu do Sul - SC, em 07 de abril de 2020.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "A"

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quantidade	Valor Unitário de Referência em R\$
1	Serviços médicos de Ginecologista e Obstetrícia, para atuação no Programa Saúde da Família – PSF, com desenvolvimento de ações educativas individuais e coletivas, consultas médicas, atendimento ambulatorial, procedimentos médicos de baixa e média complexidade, com carga horária de 4 (quatro) horas semanais, por profissional habilitado e registrado junto ao conselho respectivo.	Mês	8,00	5.000,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "B"

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul - SC

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, vem por meio desta apresentar a seguinte Proposta de Preços para o Pregão Presencial nº 003/2020 FMS:

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	Serviços médicos de Ginecologista e Obstetrícia, para atuação no Programa Saúde da Família – PSF, com desenvolvimento de ações educativas individuais e coletivas, consultas médicas, atendimento ambulatorial, procedimentos médicos de baixa e média complexidade, com carga horária de 4 (quatro) horas semanais, por profissional habilitado e registrado junto ao conselho respectivo..	Mês	08,00		

Valor total da proposta: R\$ (descrever o valor total da proposta por extenso).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "C"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ao Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul - SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo fundo municipal de Saúde de Caxambu do Sul - SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar contrato, termo de compromisso, ata de registro de preços e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

O presente Credenciamento é válido até o final de todo o processo do Pregão Presencial nº 003/2020 FMS, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "D"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao CREDENCIAMENTO ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS, instaurado pela Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul - SC.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Presencial nº 003/2020 FMS, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "E"

DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Presencial nº 003/2020 FMS, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "F"

DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, ate

o terceiro grau, ou por adoção do Município de Caxambu do Sul - SC.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Presencial nº 003/2020 FMS, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 FMS

ANEXO "G"

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2020 FMS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

O Município de Caxambu do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.414.598/0001-81, com sede administrativa na Rua Cristiano Perosa, 307, Centro deste Município, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____, Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº 003/2020 FMS, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação serviços médicos junto ao Programa Saúde da Família – PSF e Programa Agentes Comunitários de Saúde para pacientes do Município de Caxambu do Sul.

1.2 – O presente Contrato terá como prestador de serviços médicos o(a) Senhor(a) _____.

1.3 – O(a) Profissional da CONTRATADA prestará dentre outros os seguintes serviços médicos: clínico geral, para atuação no Programa Saúde da Família – PSF e Programa Agentes Comunitários de Saúde, com desenvolvimento de ações educativas individuais e coletivas, consultas médicas, atendimento ambulatorial, procedimentos médicos de baixa e média complexidade, visitas domiciliares e atuação nos programas desenvolvidos pelo Município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por profissional habilitado e registrado junto ao conselho respectivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará os serviços de 01 de maio de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020.

2.1.1 - Sempre que necessário, para o desenvolvimento dos serviços, o(a) profissional acima citado(a) poderá e deverá se subsidiar de informações, pareceres, laudos e levantamentos de profissionais de outras áreas da Saúde.

2.2 – O(a) profissional da CONTRATADA deverá comparecer nas dependências das repartições públicas para atuar junto ao Fundo Municipal de Saúde, sendo que essas atividades in loco deverão ter uma carga horária semanal mínima de 40 (quarenta) horas.

2.3 - O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará sala em local adequado para que o(a) profissional da CONTRATADA possa desempenhar suas atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente Contrato terá vigência da data de assinatura, até dia 31 de dezembro de 2020 podendo ser prorrogado no limite de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1 - Pela execução dos serviços previstos na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ _____, totalizando um valor de R\$ _____.

4.2. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à dotação da Lei Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - A CONTRATANTE efetuará o pagamento dos serviços, objeto deste Contrato, à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, assinada pelo responsável do Fundo Municipal de Saúde de Ca-xambu do Sul.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1 - Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual constante no item 3.2 deste Termo, poderá ser concedido reajuste dos valores propostos pela CONTRATADA com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - São obrigações da CONTRATADA:

7.1.1 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

7.1.2 - Responder integralmente pelas obrigações contratuais, bem como em caso de empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

7.1.3 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através do Fundo Municipal de Saúde, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

8.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1 - A CONTRATADA responderá pela qualidade do(s) serviço(s) objeto deste contrato na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

10.2 - A rescisão contratual poderá ser:

10.2.1 - Determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

10.2.2 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

11.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

11.2.1 - Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

11.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

11.3.1 - Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

11.3.2 - Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

11.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 11.3.1 e 11.3.2 será o valor inicial deste Contrato.

11.5 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1 - O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1 - Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Caxambu do Sul - SC, em _____ de _____ de 2020.

CONTRATADA	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal. CONTRATANTE
------------	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: CPF:	02. _____ Nome: CPF:
----------------------------	----------------------------

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 037, DE 06.04.2020

Publicação Nº 2432531

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 037, DE 06.04.2020
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, IV, da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2020, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019, na fonte de recurso 123 (Recurso Ordinário – tesouro - exercício anterior) no valor de R\$ 115.288,03 (cento e quinze mil, duzentos e oitenta e oito reais e três centavos), na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

01 – Divisão de Serviços Urbanos

15 – Urbanismo

451– Infra Estrutura Urbana

21 – Urbanismo

123 – Recurso Ordinário – Tesouro – Exercício Anterior

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.042 - Abertura e pavimentação de ruas e avenidas com implantação de rede de esgoto e saneamento básico R\$ 115.288,03

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de abril de 2020.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 038 DE 07.04.2020

Publicação Nº 2433300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº. 038 DE 07.04.2020

Prorroga os prazos constantes no art. 16 do Decreto nº 023 de 17.03.2020 e no art.2º do Decreto nº 025 de 18.03.2020 e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Orgânica do Município e, ainda, CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, prorrogando em 5 (cinco) dias o prazo previsto no Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas os serviços públicos não essenciais em todo o território Catarinense, visando a prevenção e enfrentamento à pandemia de Coronavírus (COVID-19); CONSIDERANDO a nova avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até 12.04.2020, o prazo previsto no art.16 do Decreto nº 023 de 17.03.2020 e no art. 2º do Decreto nº 025 de 18.03.2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Permanecem aplicáveis no âmbito deste Município, as medidas adotadas nos Decretos Municipais supra citados.

Art. 3º Ratifica-se no âmbito do Município de Chapadão do Lageado, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 0525 de 23 de março de 2020 e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 142/2020

Publicação Nº 2432621

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 142/2020

- CONSIDERANDO as férias concedidas aos titulares das pastas;
- CONSIDERANDO a necessidade de designar um responsável pela Secretaria;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº.007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº.008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos abaixo descritos, para responder pelas Secretarias Municipais, enquanto perfurar as férias dos titulares, conforme segue:

I - Dhjon Lucas de Oliveira – responsável pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – Adilson Heinz - responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

III – Mauricio Jasper - responsável pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

Art. 2º Os servidores supramencionados, acumularão a função referida com as provenientes do Cargo efetivo já ocupado.

Art. 3º Os servidores designados não receberão remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 145/2020

Publicação Nº 2432626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 145/2020

- CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº. 033 de 31.03.2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19);

- CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a permanência de um número mínimo de servidores necessários as atividades essenciais e de natureza continuada;

- CONSIDERANDO a necessidade de se evitar contaminações de grande escala e de restringir riscos;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99, considerando a Pandemia do COVID-19 devido ao contágio através de contato por proximidade e aglomeração, bem como, para preservar a saúde dos servidores municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar Férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 01.04.2020 à 30.04.2020, aos servidores públicos municipais, listados no art. 3º desta Portaria.

Art.2º O pagamento do adicional de 1/3 da remuneração, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, se dará de acordo com as disposições do § 4º do Decreto nº. 033 de 31.03.2020.

Art. 3º Os servidores públicos municipais de que trata o art.1º, são os abaixo relacionados:

SERVIDORES PERÍODO AQUISITIVO CARGO

Adilcio Sebold	15.09.2017 a 14.09.2018	Operador de Equipamentos
Alessandro de Souza	26.01.2019 a 25.01.2020	Operador de Equipamentos
Adriano Nau	01.07.2016 a 30.06.2017	Operador de Equipamentos
Claudia Adriana Amorim de Souza	26.01.2019 a 25.01.2020	Agente de Serviços Gerais
Crislei Sebold	01.09.2018 a 31.08.2019	Secretaria de Escola
Clobson Scheidt	14.02.2019 a 13.02.2020	Operador de Equipamentos
Djohn Lenon Klettenberg	14.04.2018 a 13.04.2019	Operário
Elaine da Silveira	04.04.2018 a 03.04.2019	Auxiliar Administrativo
Flavio da Silveira	01.06.2018 a 31.05.2019	Fiscal de Tributos

Jaques Ernani Bezerra	01.04.2019 a 31.03.2020	Médico Veterinário
Joao Clemente	03.01.2019 a 02.01.2020	Operador de Equipamentos
Rosimari Raymundo	02.02.2019 a 01.02.2020	Agente de Serviços Gerais
Rosildo José Pereira	02.02.2019 a 01.02.2020	Operador de Equipamentos
Sirley Chiquio Medeiros	08.01.2019 a 07.01.2020	Recepcionista
Samir Pereira	30.06.2018 a 29.06.2019	Operador de Equipamentos
Sergio Schneider	18.08.2018 a 17.08.2019	Operador de Equipamentos

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 146/2020

Publicação Nº 2432667

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 146/2020

- CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº. 033 de 31.03.2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19);

- CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a permanência de um número mínimo de servidores necessários as atividades essenciais e de natureza continuada;

- CONSIDERANDO a necessidade de se evitar contaminações de grande escala e de restringir riscos;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99, considerando a Pandemia do COVID-19 devido ao contágio através de contato por proximidade e aglomeração, bem como, para preservar a saúde dos servidores municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar Férias Antecipadas de 30 (trinta) dias, no período de 01.04.2020 à 30.04.2020, aos servidores públicos municipais, listados no art. 3º desta Portaria.

Art.2º O pagamento do adicional de 1/3 da remuneração, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, se dará de acordo com as disposições do § 4º do Decreto nº. 033 de 31.03.2020.

Art. 3º Os servidores públicos municipais de que trata o art.1º, são os abaixo relacionados:

SERVIDORES PERIODO AQUISITIVO CARGO

Arlindo Stein	22.07.2019 a 21.07.2020	Secretário Municipal
Cleusa Francisco Schneider	01.01.2020 a 31.12.2020	Auxiliar Administrativo
Deize Regina dos Santos Cruz	08.01.2020 a 07.01.2021	Psicóloga
Denise Raymundo da Silva	16.03.2020 a 15.03.2021	Orientadora Social
Djenyfer Cristiny Sebold	01.08.2019 a 31.07.2020	Diretora de Administração e Planejamento
Evaristo Franzen	16.02.2020 a 15.02.2021	Operador de Equipamentos
Fabricao Kershbaumer	03.06.2019 a 02.06.2020	Coordenador Administrativo
Franciele de Barros	18.02.2020 a 17.02.2021	Agente de Serviços Gerais
Jessica A. Ram. De Oliveira Schneider	03.02.2020 a 02.02.2021	Agente de Serviços Gerais
José da Silveira	01.10.2019 a 30.09.2020	Diretor de Ensino
Josmar Monteiro dos santos	05.04.2019 a 04.04.2020	Diretor de Desenvolvimento Agrícola
Larissa Raymundo	19.06.2019 a 18.06.2020	Agente de Serviços Gerais
Leticia Eyng Montibeller	07.08.2019 a 06.08.2020	Assessor Técnico
Marciane Lopes	13.06.2019 a 12.06.2020	Agente de Serviços Gerais
Mariléia Michels Kempner	10.01.2020 a 09.01.2021	Conselheira Tutelar
Mauricio de Andrade	02.05.2019 a 01.05.2020	Operador de Equipamentos
Natalia Anacleto	02.09.2019 a 01.09.2020	Assessor Técnico

Nayara Sotele	01.08.2019 a 31.07.2020	Assessor Técnico
Newton Gama Neto	25.09.2019 a 24.09.2020	Engenheiro Agrônomo
Orli Carlos Paul	01.06.2019 a 31.05.2020	Auxiliar Administrativo
Pedro Lopes	22.09.2019 a 21.09.2020	Operador de Equipamentos
Roni Capistrano	15.09.2019 a 14.09.2020	Operador de Equipamentos
Santos Avelino da Silva	17.07.2019 a 16.07.2020	Operador de Equipamentos
Vali Vais Portes	03.02.2020 a 02.02.2021	Agente de Serviços Gerais
Zilá de Souza	15.09.2019 a 14.09.2020	Agente de Serviços Gerais

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 147/2020

Publicação Nº 2433301

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 147/2020

- CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº. 033 de 31.03.2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19);
- CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a permanência de um número mínimo de servidores necessários as atividades essenciais e de natureza continuada;
- CONSIDERANDO que a Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, está com suas atividades suspensas em decorrência do CORONAVÍRUS;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99, considerando a Pandemia do COVID-19 devido ao contágio através de contato por proximidade e aglomeração, bem como, para preservar a saúde dos servidores municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar Férias vencidas de 30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso I do art.1º do Decreto nº. 033 de 31.03.2020, no período de 06.04.2020 à 05.05.2020, aos servidores da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, abaixo listados:

SERVIDORES PERIODO AQUISITIVO CARGO

Edineia de Souza Bittencourt	09.02.2018 a 08.02.2019	Diretora
Nara Ligia Vieira da Silva	08.02.2019 a 07.02.2020	Professora

Art. 2º Conceder e autorizar a gozar Férias antecipadas de 30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso II do art.1º do Decreto nº. 033 de 31.03.2020, no período de 06.04.2020 à 05.05.2020, aos servidores da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, abaixo listados:

SERVIDORES PERIODO AQUISITIVO CARGO

Adriane Wambomel França	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Adriana Machado Correia	03.11.2019 a 02.11.2020	Secretária
Beatriz Karnoski Jasper	05.02.2020 a 04.02.2021	Professora
Denise Machado Klettenberg	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Isolete Sebold Pereira	01.09.2019 a 31.08.2020	Professora
Karina Kerschbaum	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Liliane Scheidt Jasper	08.12.2019 a 07.12.2020	Professora
Mary Silvia Kerschbaum Medeiros	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Nerci Ramos	05.01.2020 a 04.01.2021	Professora
Patrícia Pereira	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora

Solange da Silveira Marquez	05.01.2020 a 04.01.2021	Diretora
Taine Rode Schroeder	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Vanderli kraus	16.03.2020 a 15.03.2021	Professora

Art.3º O pagamento do adicional de 1/3 da remuneração, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, se dará de acordo com as disposições do § 4º do Decreto nº. 033 de 31.03.2020.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 143/2020

Publicação Nº 2432622

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº. 143/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 16.01.2018 à 15.01.2019, para o servidor, DANILO SCHMIDT, matriculado sob nº 2439/04, ocupante do Cargo em comissão de Secretário da Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar 15 (quinze) dias de férias, na data de 01.04.2020 à 15.04.2020, referente ao segundo período, conforme § 5º do art. 78 da Lei Complementar nº 008/99.

Art. 3º De acordo com o § 6º do art. 78 da Lei Complementar 008/99, o adicional de 1/3 da remuneração é pago integralmente quando da concessão do primeiro período.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 144/2020

Publicação Nº 2432623

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº. 144/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 21.02.2019 à 20.02.2020, a servidora MARIA CATARINA DOS SANTOS, matriculada sob o nº113/03, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar 15 (quinze) dias de férias, na data de 01.04.2020 à 15.04.2020, referente ao primeiro período, conforme § 5º do art. 78 da Lei Complementar nº 008/99.

Art. 3º De acordo com o § 6º do art. 78 da Lei Complementar 008/99, o adicional de 1/3 da remuneração é pago integralmente quando da concessão do primeiro período.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 38.745, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432532

DECRETO Nº. 38.745, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Incluí dispositivo no Decreto nº. 38.652, de 16 de março de 2020, que determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria a Comissão de Resposta ao Coronavírus e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o inciso "j" do inciso I do artigo 6º do Decreto nº. 38.652, de 16 de março de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 6º.

I -

[...]

j) ULDA BALDISSERA - Secretária de Assistência Social."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.746, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432662

DECRETO Nº. 38.746, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Cria o Comitê de Crise na Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO o Plano de Contingência da Política de Assistência Social para atuação na situação de emergência em saúde pública da doença COVID – 19,

DECRETA :

Art. 1º. Fica criado o Comitê de Crise na Assistência Social com objetivo de propor medidas, na área social, para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Ficam nomeados para compor o Comitê de Crise na Assistência Social, os seguintes servidores públicos municipais:

I - ULDA BALDISSERA - Secretária de Assistência Social - Presidente;

II - ALINE DO NASCIMENTO MAGRO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

III - JEANICE XAVIER BAEZ - Diretora de Proteção Social Especial;

IV - CLEUSIANA TAMANHO ANHAIA - Diretora de Proteção Social Básica;

V - LIDIANE DE COL - Gerente de Gestão do SUAS;

VI - ELIANE FÁTIMA FERREIRA BALDISSERA - Gerente de Administração, Finanças e Gestão do Trabalho;

VII - CRISTIANE REGINA SEBEN LIRA - Assistente Social;

VIII - KÁTIA REGINA CARLESSO - Assistente Social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.747, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433279

DECRETO Nº. 38.747, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre novas medidas, no âmbito do município de Chapecó, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 550, de 7 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acatado, no território do município de Chapecó, as disposições do Decreto Estadual nº. 550, de 7 de abril de 2020, inclusive quanto aos serviços essenciais.

Art. 2º. Ficam prorrogadas, pelo prazo de 05 (cinco) dias, a contar de 08 de abril de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº. 38.680, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta e estabelece outras providências.

Art. 3º. Ficam prorrogadas, pelo prazo de 05 (cinco) dias, a contar de 08 de abril de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº. 38.686, de 18 de março de 2020, que suspende prazos de todos os processos administrativos de competência do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Art. 4º. São considerados serviços públicos essenciais e que obedecerão as seguintes regras de atendimento:

I - os serviços e servidores vinculados à Secretaria de Saúde: expediente normal;

II - os serviços de Vigias, Agentes Municipais de Trânsito, Guardas Municipais, Defesa Civil e fiscalização de trânsito e transportes vinculados à Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade: expediente normal;

III - os serviços de fiscalização da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON: expediente normal;

IV - a Central de Resgate Social: atendimento normal;

V - o Abrigo Municipal: vedada a visita externa;

VI - a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência: vedada a visita externa;

VII - o Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso: expediente normal;

VIII - o Terminal Rodoviário de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei: fechado;

IX - o Terminal Urbano João Destri: fechado;

X - o Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani: vedada a visita externa;

XI - a Casa de Passagem: em regime de plantão;

XII - os Conselhos Tutelares: em regime de plantão;

XIII - os serviços de Coleta Seletiva Convencional de materiais recicláveis e não recicláveis e Coleta Seletiva Automatizada Containerizada de materiais recicláveis e não recicláveis e os serviços de transporte e destinação final destes materiais: atendimento normal;

XIV - os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: atendimento normal;

XV - os serviços de iluminação pública: atendimento normal;

XVI - os serviços de limpeza urbana: atendimento normal;

XVII - os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS: atendimento normal;

XVIII - o Ecoponto: atendimento normal;

XIX - os serviços de Cemitério: atendimento normal;

XX - os serviços de conservação rodoviária e as obras públicas: atividade normal; XXI - os serviços de sinalização viária: atividade normal.

Art. 5º. O atendimento externo dos demais serviços e órgãos da Administração Pública Municipal de Chapecó deverão ser efetuados mediante os canais de comunicação oficial da Ouvidoria, Portal do Cidadão e Ouvindo Nosso Bairro Digital.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 07 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 674, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432488

LEI COMPLEMENTAR Nº. 674, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários junto ao Município de Chapecó.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os débitos vencidos das pessoas físicas e jurídicas, tributários e não - tributários, acrescidos dos encargos legais (juros, multas e

atualização monetária), inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias e não-tributárias acessórias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2019, poderão ser parcelados, a critério da autoridade fazendária competente, em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais e sucessivas, na forma e condições previstas nesta Lei Complementar.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos tributários e não tributários da pessoa física ou jurídica, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior fundamentado em lei diversa à presente, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, observado o disposto no artigo 4º.

§ 2º A adesão ao parcelamento previsto nesta Lei Complementar implica, por parte do contribuinte ou responsável, confissão irretratável e irrevogável, na forma da lei civil.

§ 3º O parcelamento de que trata este artigo somente alcançará débitos que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, ou, ainda que sejam mero objeto de ação judicial proposta pelo sujeito passivo, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 4º A inclusão dos débitos objeto de ação judicial proposta pelo sujeito passivo, incluídas as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que a pessoa jurídica protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso III do artigo 487 da Lei 13.105 de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 5º Havendo ação judicial proposta pelo contribuinte ou responsável, os honorários de sucumbência, decorrentes da extinção do processo para fins de inclusão dos respectivos débitos no parcelamento previsto no caput, serão de cinco por cento do valor do débito consolidado, desde que o juízo não estabeleça outro montante, os quais deverão ser recolhidos como condição para o deferimento do parcelamento.

§ 6º Os débitos originados de contratos por prazo determinado somente poderão ser parcelados em número de parcelas nunca superior àquelas fixadas no contrato originário.

Art. 2º Os contribuintes ou responsáveis, interessados em parcelar seus débitos tributários e não tributários, nas condições previstas no artigo 1º, deverão protocolar requerimento junto à Secretaria de Fazenda, impreterivelmente até o dia 11 de dezembro de 2020.

Art. 3º Os débitos incluídos no parcelamento serão objeto de consolidação no mês do requerimento, convertendo-se o valor total obtido em Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, para fins de fixação do valor das parcelas.

§ 1º O valor mínimo de cada parcela será de 50,0000 (cinquenta) UFRM's para o contribuinte ou responsável pessoa jurídica, e de 20,0000 (vinte) UFRM's para o contribuinte ou responsável pessoa física.

§ 2º O valor de cada prestação será atualizado segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 3º O vencimento da primeira prestação se dará em até 15 (quinze) dias após o despacho concessivo do parcelamento, e as demais a cada 30 (trinta) dias.

§ 4º Não produzirá efeitos o requerimento de parcelamento formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da primeira prestação.

Art. 4º O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas;

II - constatada a existência de débitos mantidos, pelo sujeito passivo, sob discussão administrativa ou judicial;

III - decretada a falência ou insolvência civil do contribuinte ou responsável.

§ 1º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa, protesto e/ou o prosseguimento da execução fiscal, conforme o caso.

§ 2º A rescisão do parcelamento independe de notificação e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago.

§ 3º Uma vez rescindido o parcelamento por qualquer motivo, fica vedado o reparcèlement dos mesmos débitos com fundamento nesta lei.

Art. 5º Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento do parcelamento:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal ou outra demanda em que se discuta a dívida;

II - o recolhimento dos honorários advocatícios, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do débito em execução.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

§ 3º Acaso a execução fiscal esteja garantida por penhora, a constrição será mantida até a quitação total da dívida.

Art. 6º Para os débitos que estejam em protesto na forma prevista pela Lei Complementar nº 621/2018, é condição indispensável ao deferimento do parcelamento o prévio recolhimento dos honorários advocatícios em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do débito em protesto.

§ 1º Acaso o débito em protesto também seja objeto de execução fiscal, ou outra ação judicial, deverá ser observado o disposto no art. 5º.

§ 2º Após efetivado o parcelamento, e o pagamento tempestivo da primeira parcela, a Procuradoria Geral do Município de Chapecó providenciará a autorização de cancelamento do protesto junto ao Cartório que se encontre registrado.

§ 3º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas e emolumentos cartorários para que seja efetivado o cancelamento do protesto.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 01 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/PMCS/2020

Publicação Nº 2433389

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/PMCS/2020 (Registro de Preços)

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado foi retificado. A DATA E HORÁRIO DA ABERTURA FORAM ALTERADOS, conforme informações abaixo.

Objeto: Registro de preços de homem x hora para serviços de manutenção de máquinas pesadas, tratores agrícolas e implementos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade, para o atendimento do município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 13h45min do dia 20/04/2020.

Abertura: Dia 20/04/2020, às 14h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 08 de abril de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2020

Publicação Nº 2433385

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2020 (Registro de Preços)

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado foi retificado. A DATA E HORÁRIO DA ABERTURA FORAM ALTERADOS, conforme informações abaixo.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresas para serviços de máquinas de terraplenagem e caminhões, no atendimento ao município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 20/04/2020.

Abertura: Dia 20/04/2020, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 08 de abril de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 2815/2020

Publicação Nº 2432828

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.815, DE 13 DE MARÇO DE 2020.
Nomeia MARIA JOANA DETOFANO – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Nomear a senhora MARIA JOANA DETOFANO, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 13 de março de 2020.

Concórdia, 13 de março de 2020.
Mauro Acir Fretta
Presidente

Closmar Zagonel
Vice-Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

Marilane Fiametti Stuani
2º Secretário

DECRETO 2816/2020

Publicação Nº 2432831

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.816, DE 20 DE MARÇO DE 2020.
Estabelece Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013 e a Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020 – Revisão Geral Anual das Remunerações,

DECRETA:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020, fica estabelecida a Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, na forma do Anexo Único, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2020.
Mauro Acir Fretta
Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.816, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

ANEXO ÚNICO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO
NÍVEL VENCIMENTO
CC – 1 6.407,42 CC – 2 6.224,48 CC – 3 2.304,91

DECRETO 2817/2020

Publicação Nº 2432832

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.817, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Estabelece Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nºs 574, de 13 de dezembro de 2010 e a Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020 – Revisão Geral Anual das Remunerações,

D E C R E T A:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020, fica estabelecida a Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, na forma do Anexo Único, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2020.

Mauro Acir Fretta
Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

2

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.817, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QTD	CH	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						FAIXAS DE VENCIMENTOS	3 anos 4,0%										
							A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO	GF	1	35	I	I	3.039,49	3.161,06	3.287,50	3.418,99	3.555,75	3.697,99	3.845,91	3.999,75	4.159,73	4.326,12	4.499,18
					II	II	3.252,23	3.382,32	3.517,61	3.658,32	3.804,65	3.956,83	4.115,10	4.279,70	4.450,88	4.628,91	4.814,06
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GF	3	35	I	I	3.622,10	3.766,99	3.917,66	4.074,36	4.237,33	4.406,82	4.583,10	4.766,42	4.957,08	5.155,36	5.361,58
					II	II	3.875,64	4.030,66	4.191,88	4.359,55	4.533,94	4.715,30	4.903,90	5.100,06	5.304,07	5.516,24	5.736,88
3	AGENTE LEGISLATIVO	GT	2	35	I	I	4.950,33	5.148,34	5.354,27	5.568,45	5.791,19	6.022,84	6.263,75	6.514,30	6.774,86	7.045,86	7.327,70
					II	II	5.296,85	5.508,72	5.729,08	5.958,23	6.196,56	6.444,42	6.702,19	6.970,28	7.249,08	7.539,05	7.840,62
4	CONTADOR	GE	1	35	I	I	5.735,49	5.964,91	6.203,51	6.451,65	6.709,71	6.978,10	7.257,23	7.547,52	7.849,41	8.163,39	8.489,92
					II	II	6.136,97	6.382,46	6.637,76	6.903,26	7.179,39	7.466,58	7.765,24	8.075,86	8.398,90	8.734,85	9.084,24
																	9.447,61

DECRETO 2818/2020

Publicação Nº 2432834

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.818, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Atualiza os subsídios dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em face da Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020 – Revisão Geral Anual das Remunerações e de conformidade com o art. 9º da Lei nº 4.870 de 02.06.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado em 3,92% (três vírgula noventa e dois pontos percentuais) os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Concórdia, passando a ser de R\$ 7.513,70 (sete mil e quinhentos e treze reais e setenta centavos), a partir de 1º de março de 2020.

Art. 2º Fica atualizado em 3,92% (três vírgula noventa e dois pontos percentuais) o subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Concórdia, passando a ser de R\$ 11.270,57 (onze mil e duzentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), a partir de 1º de março de 2020.

Art. 3º O percentual de que trata este Decreto Legislativo refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período de 1º de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2020.

Mauro Acir Fretta
PresidenteMargarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário**DECRETO 2819/2020**

Publicação Nº 2432837

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.819, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Atualiza o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em face da Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020 – Revisão Geral Anual das Remunerações e de conformidade com o art. 6º da Lei nº 4.871 de 02.06.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado em 3,92% (três vírgula noventa e dois pontos percentuais) o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Concórdia, a partir de 1º de março de 2020:

I – o subsídio mensal do Prefeito passa a ser de R\$ 19.311,03 (dezenove mil e trezentos e onze reais e três centavos);

II – o subsídio mensal do Vice-Prefeito passa a ser de R\$ 9.655,51 (nove mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Parágrafo único. O percentual de que trata o caput deste artigo refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período de 1º de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2020.

Mauro Acir Fretta
PresidenteMargarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

DECRETO 2820/2020

Publicação Nº 2432838

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.820, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Atualiza o subsídio de Secretário Municipal do Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em face da Lei Complementar nº 794, de 20 de março de 2020 – Revisão Geral Anual das Remunerações e de conformidade com o art. 5º da Lei nº 4.872 de 02.06.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado em 3,92% (três vírgula noventa e dois pontos percentuais) o subsídio de Secretário Municipal do Município de Concórdia, passando a ser de R\$ 9.084,05 (nove mil e oitenta e quatro reais e cinco centavos), a partir de 1º de março de 2020.

Parágrafo único. O percentual de que trata o caput deste artigo refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período de 1º de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2020.

Mauro Acir Fretta

Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa

1º Secretário

RESOLUÇÃO 480/2020

Publicação Nº 2432839

RESOLUÇÃO Nº 480, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Suspende as atividades na Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, em decorrência do Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Decreto nº 6.477, de 18 de março de 2020, do Prefeito Municipal de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que declarou situação de emergência em todo o território catarinense;

- o Decreto nº 6.477, de 18 de março de 2020, do Prefeito Municipal de Concórdia, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

- que, na Câmara Municipal, os serviços não podem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

RESOLVE:

Art. 1º Suspende as reuniões ordinárias do mês de março, a partir desta data, considerando como realizadas para quaisquer efeitos.

Art. 2º Suspende o registro de ponto dos servidores efetivos e comissionados, a partir de 19 de março de 2020.

Art. 3º As suspensões de que trata esta Resolução, perdurarão enquanto houver determinação, para o afastamento social com o objetivo de conter a disseminação da COVID-19, do Governo do Estado e do Prefeito Municipal.

Art. 4º Para o atendimento ao disposto nesta Resolução, a Câmara Municipal permanecerá fechada, não havendo atendimento ao público.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2020.

Mauro Acir Fretta

Presidente

Closmar Zagonel

Vice-Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa

1º Secretário

Marilane Fiametti Stuari

2º Secretário

RESOLUÇÃO 481/2020

Publicação N° 2432840

RESOLUÇÃO N° 481, DE 6 DE ABRIL DE 2020.

Reduz os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Concórdia, em decorrência da situação de emergência de saúde pública, visando a contenção de despesas para o enfrentamento da COVID-19.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- a situação de emergência instalada no território estadual e municipal, em razão do COVID-19;
- que do avanço dos casos em território nacional, sobrevém a necessidade de implantação de medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19);
- que a economia do país, e em especial, do Município de Concórdia, sofrerá grandes impactos em decorrência das medidas estabelecidas para o isolamento social da população;
- que é dever do agente político envidar todos os esforços para combater a pandemia do novo coronavírus.

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir em vinte por cento, pelo período de sessenta dias, os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Concórdia.

Parágrafo único. Para que seja efetuada, em folha de pagamento, a redução de que trata o caput deste artigo, os Vereadores deverão entregar, à Presidência da Câmara, declaração concordando com o procedimento.

Art. 2º Os recursos decorrentes da redução serão repassados ao Executivo Municipal para aplicação no combate à pandemia do novo coronavírus e em ações voltadas ao atendimento de ocorrências relativas à estiagem prolongada em nosso Município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 6 de abril de 2020.

Mauro Acir Fretta

Presidente

Closmar Zagonel

Vice-Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa

1º Secretário

Marilane Fiametti Stuani

2º Secretário

BALANCETE FINANCEIRO 03/2020

Publicação Nº 2432842

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Março
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		R\$	DESPESA		R\$
TÍTULOS			TÍTULOS		
			ORÇAMENTÁRIAS		262.015,89
			DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		251.864,47
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		228.930,75
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.933,72
			DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		10.151,42
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.151,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		420.833,00			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		420.833,00			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		616.618,65	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		653.625,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		45.770,69	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		45.377,24
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		267.044,43	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		304.445,03
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		303.803,53	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		303.803,53
SALDOS ANTERIORES		298.081,44	SALDOS ATUAIS		419.891,40
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO		140.763,27	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO		419.891,40
BANCO C/ MOVIMENTO		157.318,17			
TOTAL		1.335.533,09	TOTAL		1.335.533,09

CONCORDIA, 02/04/2020

MAURO ACIR FRETTA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº083/2020

Publicação Nº 2432608

DECRETO Nº. 083, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 135/2019 E DO DECRETO Nº. 067/2020 E CONSOLIDAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL INICIALMENTE PRETENDIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto no art. 94, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e art. 5º, alínea "e", do decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, faz saber a todos que,

CONSIDERANDO:

- O Decreto Municipal nº. 089/2019 de 22 de maio de 2019 que declara parte de imóvel rural como de utilidade pública;
- A necessidade da integração ao Patrimônio Municipal a área destinada a implantação de usina solar fotovoltaica em solo na modalidade autoconsumo remoto na geração distribuída;
- Que a área descrita no presente Decreto atende às necessidades e o interesse público;
- A necessidade de retificação na matrícula da área, onde a mesma, apresentou na aferição da área total, divergência nas dimensões e tamanho registrado;
- O acordo do Município de Coronel Martins com o proprietário, Sr. Reni Capelaro para que o próprio Município pudesse realizar todos os tramites necessários para elaboração e registro do processo retificação da área junto aos órgãos competentes;
- O interesse do Município em ampliar a área indicada no Decreto 135/2019;
- Que sem a propriedade definitiva do imóvel é impossível o município investir recursos públicos;
- A necessidade de retificação dos Decretos Municipais números 135/2019 e 067/2020.
- Que após a efetivação do processo de retificação, gerou-se um novo número de matrícula sendo este MAT. Nº. 9854, nova descrição das confrontações da área devidamente citada no Art. 1º do presente e nova área de superfície considerada área total com 53.047,57m².
- Que a área descrita no presente, atende às necessidades e o interesse público;
- Considerando por derradeiro, que o proprietário concordou tacitamente com o valor da avaliação feita por comissão especial designada;

DECRETA:

Art. 1º. Fica consolidada a DESAPROPRIAÇÃO da área declarada de utilidade pública através do Decreto nº. 089/2019, de 22 de maio de 2019 conforme mapa em anexo, para fins de transmissão ao patrimônio público municipal de Coronel Martins, de forma amigável, após a devida avaliação e concordância dos proprietários.

§ 1º. O referido imóvel está matriculado sob n. 9854, junto ao Cartório Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos-SC, com as seguintes confrontações de sua área total:

No vértice M – 01 de coordenadas E – 334.367,172 N – 7.067.532,699, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 88°52'04" e distância de 188,211m, confrontando nesse trecho com área de terras rurais de Jacir Tomazelli C. R. I. Sdo Mat – 7.254, até encontrar o vértice M – 02 de coordenadas E – 334.555,346 N – 7.067.536,418, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 112°01'12" e distância de 31,379m, confrontando nesse trecho com uma área de terras rurais de Jacir Tomazelli C.R.I Sdo Mat - 07.254, até encontrar o vértice M-03 de coordenadas E-334.584,436 N-7.067-524,653 deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 105°07'03" e distância de 87,798m, confrontando nesse trecho com uma área de terras rurais de Jacir Tomazelli C.R.I Sdo Mat - 07.254, até encontrar o vértice M-11 de coordenadas E334.669,196 N-7.067.501,755, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 186°03'26" e distância de 21,067m, confrontando nesse trecho com a Faixa de Domínio Rodovia SC-482, Aquelino João Pertussatti que dividi de uma área de terras de cultura, matos e capoeiras de Carlos Otto May e Silvia Rozane Giachini May C.R.I Sdo Mat - 03.545, até encontrar o vértice P-10 de coordenadas E-334.666,973 N-7.067.480,806, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 186°04'09" e distância de 29,500m, confrontando nesse trecho com o faixa de domínio da Rodovia SC-482, Aquelino João Pertussatti que dividi de uma área de terras de cultura, matos e capoeiras de Carlos Otto May e Silvia Rozane Giachini May C.R.I Sdo Mat - 03.545, até encontrar o vértice P-09 de coordenadas E-334.663,854 N-7.067.451.471 deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 186°04'02" e distância de 32,139m, confrontando nesse trecho com a faixa de domínio da Rodovia SC-482, Aquelino João Pertussatti que dividi de uma área de terras de cultura, matos e capoeiras de Carlos Otto May e Salviã Rozane Giachini May C.R.I Sdo Mat - 03.545, até encontrar o vértice P-08 de coordenadas E-334.660,457 N-7.067.419,512, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 185°59'02" e distância de 35,339m, confrontando nesse trecho com a faixa de domínio de Rodovia SC-482, Aquelino João Pertussatti que dividi de uma área de terras de cultura, matos e capoeiras de Carlos Otto May e Silvia Rozane Giachini May C.R.I Sdo Mat - 03.545, até encontrar o vértice P-07 de coordenadas E-334.656,773 N-7.067.384,366, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 186°09'48" e distância de 35,850m, confrontando nesse trecho com faixa de domínio da Rodovia SC – 482, Aquelino João Pertussatti que dividi de uma área de terras de culturas, matos e capoeiras de Carlos Otto May e Silvia Rozane Giachini May C.R.I Sdo Mat – 03.545, até encontrar o vértice P – 06 de coordenadas E – 334,652,924 N – 7.067.348,723, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 186°14'15" e distância de 26,351m. confrontando nesse trecho com a faixa de domínio da Rodovia SC-482, Aquelino João Pertussatti que dividi de uma área de terras de cultura, matos e capoeiras de Carlos Otto May e Silvia Rozane Giachini May C.R.I Sdo Mat - 03.545, até encontrar o vértice M-10 de coordenadas E-334.650,061 N-7.067.322,528 deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 283°05'56" e distância de 104,252m, confrontando nesse trecho com uma área de terras de Argentino Brena, Lourdes Dalmina Siviero, Leonir Favretto, Lorete Maria Burato Favretto e Cooperativa Solidária de Produção e Consumo de Coronel Martins - COOPACCEL C.R.I Sdo Mat - 4.942, até encontrar o vértice M-06 de coordenadas E-334.548,876 N-7,067.347,629, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 283°05'54" e distância de 72,236m, confrontando nesse trecho com uma área de terras de culturas e capoeiras de Argentino Brena, Neiva Brena Bolzan, Ydemar Bolzan, Amilto Brena, Rosane Aparecida Kroth Brena, Maria Brena Consoli, Vanderlei Erculino Consoli, André Brena, Neuza Brena Schuster, Giuvani Schuster e Aldo Brena C.R.I Sdo Mat - 08.228, até encontrar o vértice M-07 de coordenadas E-334.478,765 N - 7,467.365,021, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 283°55'56" e

distância de 110,281m, confrontando nesse trecho com uma área de terras de culturas e capoeiras de Romilda Pagnoncelli Cassol, Noêmia da Silva Geremia, Francisco Marcos Geremia, Olinto Burato, Vanderlei Erculino Consoli e Maria Brena Consoli C.R.I Sdo Mat - 579, até encontrar o vértice M-OB de coordenadas E-334.371,728 N-7,067.391,574, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 283°55'55" e distância de 42,501m, confrontando nesse trecho com uma área de terras de culturas e capoeiras de Vanderlei Erculino Consoli, Maria Brena Consoli, Jamyl Antônio Favretto, Leonilda Paludo Favretto, Neori Coltro, Marli de Fatima Mores Coltro, Olinto Burato, Setembrino Ravarena, Terezinha Maria Belatto Ravarena, Joel de Jesus dos Santos, Lourdes Brum dos Santos, Jacir Francisco Pagnoncelli, Mariza Anhaia Pagnoncelli e Alceblades Baesso C.R.I Sdo Mat - 682, até encontrar o vértice M-09 de coordenadas E-334.330.477 N-7,067.407,807, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 15°39'38" e distância de 135,938m, confrontando nesse trecho com a chácara nº 36 e 37 de Jacir Tomazeli C.R.I Sdo Mat - 04.159, até encontrar o vértice M-01; ponto inicial da descrição deste perímetro. § 2º.

§ 2º. A localização da área desapropriada esta citada na planta do imóvel georreferenciado em anexo, sendo uma área com 5.960,30 m² e outra com 5.040,47 m² totalizando 11.000,77 m².

§ 3º. O valor a ser pago pelo Município aos proprietários o Sr. Reni Capelaro e esposa, conforme ata de registro da comissão especial de avaliação constituída pela Portaria nº 085/2019 de 26 de junho de 2019, será de R\$ 132.0009,24 (cento e trinta e dois mil e nove reais e vinte e quatro centavos), em uma única parcela a serem depositados diretamente em conta bancária pessoal do proprietário no ato de registro público da escritura.

§ 4º. Considera-se parte integrante do pagamento as custas do processo de retificação da referida área e estes valores devem ser descontados do valor total, conforme acordado com o Sr. Reni Capelaro "Proprietário".

§ 5º. A área rural a que se refere este artigo, conforme considerações iniciais, será destinada a espação do perímetro urbano objetivando a instalação de duas usinas solares fotovoltaicas em solo na modalidade autoconsumo remoto na geração distribuída

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 03 de abril de 2020.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 052/2020

Publicação Nº 2432412

PORTARIA Nº. 052 DE 06 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 07 de Abril de 2020 á 06 de Maio de 2020

NOME	CARGO	REFERENCIA
Ilso Antonio Mores	Mecânico Geral	01/04/2019 á 31/03/2020

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de Abril de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 053/2020

Publicação Nº 2432628

PORTARIA Nº. 053, DE 07 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113;

Considerando que possui dois servidores no mesmo cargo e setor;

Considerando Decreto 078/2020 que declara situação de emergência no Município de Coronel Martins, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à covid-19, em complementação às ações definidas no decreto estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências. Pensando em evitar o acúmulo ou aglomeração de pessoas

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 13 de Abril de 2020 á 12 de Maio de 2020

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Evandro Belatto	Fiscal de Tributos	04/2016 á 09/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 07 de Abril de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 054/2020

Publicação Nº 2432639

PORTARIA Nº. 054 DE 07 DE ABRIL DE 2020

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando justificativa elaborada pela secretária em anexo;

Considerando demanda referente ao auxílio emergencial disponibilizado a algumas famílias brasileiras,

Considerando que servidor realiza consulta de famílias junto ao cadastro único, bem como contribuição a realização de cadastros para acesso da população ao auxílio emergencial.

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Laudinei Bandeira, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a partir do dia 08 de Abril de 2020, por prazo indeterminado.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 07 de Abril de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 20/2020 PMCP

Publicação Nº 2432807

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 – PMCP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020 – PMCP

No dia 6 do mês de abril do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 3601, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, a empresa, POLI IPIRANGA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, estabelecida na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 110, anexo à BR 116 km 216, bairro Nossa Senhora Aparecida, inscrita no CNPJ sob o nº 04.574.952/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Antonio Stang, portador do CPF nº 723.271.039-91, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2020, Processo Licitatório nº 20/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a): REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E GRAXA APLICADA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e que teve itens vencedores:

Itens

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unidade	Marca	Preço Unitário Máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)
01	GASOLINA COMUM, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	150.000	L	Stang	3,75	562.500,00
02	GASOLINA ADITIVADA, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	150.000	L	Stang	3,75	562.500,00
03	ÓLEO DIESEL S 500, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	150.000	L	Stang	2,98	447.000,00
04	ÓLEO DIESEL S 10, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	150.000	L	Stang	3,02	453.000,00
05	ÁLCOOL COMBUSTÍVEL, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	10.000	L	Stang	3,23	32.300,00
06	ARLA, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	2.000	L	Rodoarla	1,48	2.960,00
07	GRAXA, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO/LUBRIFICAÇÃO. OBS: constar marca do produto.	1.500	KG	Agricopel	10,80	16.200,00
					TOTAL	2.076.460,00

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E GRAXA APLICADA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por item e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2020, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;
- 5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s), que será de imediato, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de até 20 (vinte) por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com todos os órgãos da administração no prazo de até 5 (cinco) anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com todos os órgãos da administração pública por prazo de até 5 (cinco) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os órgãos da administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de

contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Termo.

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da lei nº 8.666/93, o presente Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios na forma de extrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 06 de abril de 2020.

[assinatura digital]

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

DETENTORA DA ATA

[assinatura digital]

POLI IPIRANGA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA_____

DECRETO Nº 1566/2020

Publicação Nº 2433141

DECRETO Nº 1566/2020

DE 01 DE ABRIL DE 2020

"ALTERA O DECRETO Nº 1465/2019, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal, DECRETA:

Art. 1º. A alínea "a", do inciso VI, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 1465, de 06 de agosto de 2019, que nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

(...)

VI -

a) Titular: Janna Rafaela Ribeiro Rafael;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 1º de abril de 2020.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATOS NºS 0222/2020, 0223/2020, 0224/2020 E 0225/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 FHMCP

Publicação Nº 2432634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 FHMCP
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL OU ESPECIALISTA, A FIM DE ATENDER À DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ESPECIFICAMENTE NO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME QUANTIDADE E SERVIÇOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Partes: HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI E PACKER E TRIDAPALLI MEDICINA E FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ nº 35.680.609/0001-33

Instrumento: Contrato de Credenciamento nº 0222/2020 FHMCP

Vigência: 18/03/2020 à 18/03/2021

Partes: HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI E BRUNO GONTIJO LIMA, CNPJ nº 35.006.400/0001-99

Instrumento: Contrato de Credenciamento nº 0223/2020 FHMCP

Vigência: 19/03/2020 a 19/03/2021.

Partes: HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI E BARBARA ELIAS PRADO LTDA, CNPJ nº 36.444.299/0001-10

Instrumento: Contrato de Credenciamento nº 0224/2020 FHMCP

Vigência: 19/03/2020 a 19/03/2021.

Partes: HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI E SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 30.782.877/0001-42

Instrumento: Contrato de Credenciamento nº 0225/2020 FHMCP

Vigência: 19/03/2020 a 19/03/2021.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATOS NºS 0241/2020, 0242/2020, 0243/2020, 0244/2020, 0245/2020 E 0246/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 FHMCP

Publicação Nº 2433088

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 FHMCP
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL OU ESPECIALISTA, A FIM DE ATENDER À DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ESPECIFICAMENTE NO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME QUANTIDADE E SERVIÇOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto e CS CONSTRUTORA E ATIVIDADES MEDICAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 13.366.502/0001-82

Instrumento: Contrato nº 0241/2020 FHMCP

Vigência: 06/04/2020 a 06/04/2021.

Partes: Município de Correia Pinto e KOECHE E CECHINEL CLINICA MEDICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.813.762/0001-40

Instrumento: Contrato nº 0242/2020 FHMCP

Vigência: 06/04/2020 a 06/04/2021.

Partes: Município de Correia Pinto e TIAGO DA CRUZ NOGUEIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.182.105/0001-56

Instrumento: Contrato nº 0243/2020 FHMCP

Vigência: 06/04/2020 a 06/04/2021.

Partes: Município de Correia Pinto e LUCIANO FIORESE LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.259.639/0001-82

Instrumento: Contrato nº 0244/2020 FHMCP

Vigência: 06/04/2020 a 06/04/2021.

Partes: Município de Correia Pinto e GOULART SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.658.791/0001-26

Instrumento: Contrato nº 0245/2020 FHMCP

Vigência: 06/04/2020 a 06/04/2021.

Partes: Município de Correia Pinto e ISRAEL SERRANO PINET, inscrita no CNPJ nº 31.016.038/0001-86

Instrumento: Contrato nº 0246/2020 FHMCP

Vigência: 06/04/2020 a 06/04/2021.
CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

TERMO DE COLABORAÇÃO 004/2020

Publicação Nº 2433127

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 3601, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 7.295.615/SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, domiciliado e residente em Correia Pinto/SC, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO, inscrito no CNPJ sob nº 04.802.642/0001-65, com sede BR-116, s/nº Km 221, Área Industrial, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominada OSC, representada pelo seu presidente, Senhor Robson Riscarolli, portador do CPF nº 040.435.799-77 e CI 4.169.375, domiciliado e residente na Rua Getúlio Vargas nº 371, centro, Correia Pinto - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, tendo em vista a transferência de recursos financeiros para a execução do projeto "BOMBEIRO MIRIM NA ESCOLA: FORMANDO CIDADÃOS CONSCIENTES", regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014 e Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, Edital de Chamamento Público nº 006/2019 – FIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 006/2019 - FIA com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal e pela Lei 13.019/2014 e alterações.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) instruir a organização da sociedade civil quanto à prestação de contas do seu objeto de execução, em consonância com as determinações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

d) promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a

constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;
- b) manter escrituração contábil regular;
- c) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;
- d) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;
- e) providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA). Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei;
- f) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;
- g) realizar todos os pagamentos mediante TRANSAÇÃO ELETRÔNICA DE VALORES, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo credor;
- h) dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;
- i) responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- j) responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 17.802,00 (dezessete mil, oitocentos e dois reais), correndo a despesa conforme abaixo:

I - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência, 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Não será exigida contrapartida da OSC.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO 2020/2020 - MESES					
	1ºmês	2ºmês	3ºmês	4ºmês	5ºmês	6ºmês
	17.802,00	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	7ºmês	8ºmês	9ºmês	10ºmês	11ºmês	12ºmês
	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

3.3 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

3.4 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão restituídos à concedente, ou mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

3.5 - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida

pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

3.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

3.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

4.2 - Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 12 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho da ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO, para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

6.1 - O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: Despesa realizada com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2019 firmado com o FIA de Correia Pinto;

III – comprovante de pagamento (TED / TEV);

IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - A organização da sociedade civil prestará conta FINAL, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º - Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

7.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspendem-se os repasses.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

7.8 - As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

8.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorpora.

10.2 - Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

10.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

10.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doada a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

10.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicação relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC), 02 de abril de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ROBSON RISCAROLLI
Presidente/OSC

NAYANE RIBEIRO COELHO
Secretária de Municipal de Assistência Social

EDER MESQUITA
Coordenador - CMDCA

TERMO DE COLABORAÇÃO 005/2020

Publicação Nº 2433132

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES – APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JORNALISTA CALDAS JUNIOR DE CORREIA PINTO.

O MUNICIPIO DE CORREIA PINTO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 3601, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 7.295.615/SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, domiciliado e residente em Correia Pinto/SC, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JORNALISTA CALDAS JUNIOR DE CORREIA PINTO, inscrito no CNPJ sob nº 83.511.139/0001-27, com sede Rua: Acácia Negra s/nº, Bairro Próflor, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominada OSC, representada pelo seu presidente, Senhor Adriano de Brito Furtado, portador do CPF nº 029.959.339-89 e CI 4.014.476-SSP/SC, domiciliado e residente na Rua das Cerejeiras nº 92, Bairro Próflor, Correia Pinto - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, tendo em vista a transferência de recursos financeiros para a execução do projeto “MÚSICA PARA TODOS”, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014 e Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – FIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 001/2020 - FIA com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e

do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal e pela Lei 13.019/2014 e alterações.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) instruir a organização da sociedade civil quanto à prestação de contas do seu objeto de execução, em consoante com as predeterminações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

d) promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;

b) manter escrituração contábil regular;

c) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

d) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;

e) providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA). Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei;

f) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;

g) realizar todos os pagamentos mediante TRANSAÇÃO ELETRÔNICA DE VALORES, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo credor;

h) dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;

i) responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

j) responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 9.515,00 (nove mil, quinhentos e quinze reais), correndo a despesa conforme abaixo:

I - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência, 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Não será exigida contrapartida da OSC.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO 2020/2020 - MESES					
	1ºmês	2ºmês	3ºmês	4ºmês	5ºmês	6ºmês
	3.215,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
	7ºmês	8ºmês	9ºmês	10ºmês	11ºmês	12ºmês
	900,00	900,00	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

3.3 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

3.4 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão restituídos à concedente, ou mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

3.5 - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

3.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

3.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

4.2 - Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 08 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES –APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JORNALISTA CALDAS JUNIOR DE CORREIA PINTO, para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

6.1 - O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2 - na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: Despesa realizada com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2020 firmado com o FIA de Correia Pinto;

III – comprovante de pagamento (TED / TEV);

IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - A organização da sociedade civil prestará conta FINAL, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º - Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

7.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspendem-se os repasses.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

7.8 - As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

8.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorpora.

10.2 - Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

10.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

10.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doada a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

10.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicação relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC), 01 de abril de 2020.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ADRIANO DE BRITO FURTADO
Presidente/OSC

NAYANE RIBEIRO COELHO
Secretária de Municipal de Assistência Social

EDER MESQUITA
Coordenador - CMDCA

TERMO DE COLABORAÇÃO 006/2020

Publicação N° 2433128

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 006/2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE CORREIA PINTO.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 3601, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 7.295.615/SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, domiciliado e residente em Correia Pinto/SC, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE DE CORREIA PINTO, inscrito no CNPJ sob nº 78.499.977/0001-92, com sede Rua: Lauro Muller nº 390, centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominada OSC, representada pelo seu presidente, Senhora Rozangela Wolff de Cordova, portadora do CPF nº 464.187.179-53 e CI 634.083-0-SSP/SC, domiciliada e residente na Rua Belizário Ramos nº 193, centro, Correia Pinto - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, tendo em vista a transferência de recursos financeiros para a execução do projeto “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL E INFORMÁTICA EDUCATIVA”, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014 e Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, Edital de Chamamento Público nº 001/2020 – FIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 001/2020 - FIA com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal e pela Lei 13.019/2014 e alterações.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) instruir a organização da sociedade civil quanto à prestação de contas do seu objeto de execução, em consonância com as determinações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

d) promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de

apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;

b) manter escrituração contábil regular;

c) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

d) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;

e) providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA). Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei;

f) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;

g) realizar todos os pagamentos mediante Transação Eletrônica de Valores, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo credor;

h) dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;

i) responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

j) responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - A Administração Pública Municipal transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 9.256,69 (nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos), correndo a despesa conforme abaixo:

I - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência, 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Não será exigida contrapartida da OSC.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO 2020/2020 - MESES					
	1ºmês	2ºmês	3ºmês	4ºmês	5ºmês	6ºmês
	9.256,69	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
	7ºmês	8ºmês	9ºmês	10ºmês	11ºmês	12ºmês
	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

3.3 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

3.4 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão restituídos à concedente, ou mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

3.5 - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

3.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

3.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

4.2 - Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 12 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE DE CORREIA PINTO, para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

6.1 - O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2 - na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: Despesa realizada com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2020 firmado com o FIA de Correia Pinto;

III – comprovante de pagamento (TED / TEV);

IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - A organização da sociedade civil prestará conta FINAL, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º - Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

7.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando

houver:

I – relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspendem-se os repasses.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

7.8 - As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades

diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após esaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

8.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorpora.

10.2 - Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

10.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

10.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doada a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

10.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicação relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC), 01 de abril de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ROZANGELA WOLFF DE CORDOVA
Presidente/OSC

NAYANE RIBEIRO COELHO
Secretária de Municipal de Assistência Social

EDER MESQUITA
Coordenador - CMDCA

TERMO DE COLABORAÇÃO 007/2020

Publicação Nº 2433129

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI DE CORREIA PINTO.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 3601, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 7.295.615/SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, domiciliado e residente em Correia Pinto/SC, e de outro lado ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI, inscrita no CNPJ sob nº 78.474.293/0001-36, com sede na Rua Lauro Muller, 665, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominada OSC, representada pelo Diretor Geral Pe. David Bruno Goedert, brasileiro, Pároco, portador do CPF nº 342.269.230-49, domiciliado e residente a Rua: Lauro Muller nº 665, centro, município de Correia Pinto/SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, tendo em vista a transferência de recursos financeiros para a execução do projeto "ESPORTE PARA TODOS, PRESERVANDO VIDAS", regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014 e Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, Edital de Chamamento

Público nº 001/2020 – FIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 001/2020 - FIA com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal e pela Lei 13.019/2014 e alterações.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

- I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;
- II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) instruir a organização da sociedade civil quanto à prestação de contas do seu objeto de execução, em consoante com as predeterminações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

d) promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;

b) manter escrituração contábil regular;

c) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

d) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;

e) providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA). Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei;

f) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;

g) realizar todos os pagamentos mediante Transação Eletrônica de Valores, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo

credor;

h) dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;

i) responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

j) responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - A Administração Pública Municipal transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 40.960,00 (quarenta mil, novecentos e sessenta reais), correndo a despesa conforme abaixo:

I - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência, 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Não será exigida contrapartida da OSC.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO 2020/2020 - MESES					
	1ºmês	2ºmês	3ºmês	4ºmês	5ºmês	6ºmês
	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00
	7ºmês	8ºmês	9ºmês	10ºmês	11ºmês	12ºmês
	5.120,00	5.120,00	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

3.3 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

3.4 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão restituídos à concedente, ou mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

3.5 - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

3.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

3.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

4.2 - Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 12 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI, para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

6.1 - O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2 - na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: Despesa realizada com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2020 firmado com o FIA de Correia Pinto;

III – comprovante de pagamento (TED / TEV);

IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - A organização da sociedade civil prestará conta FINAL, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º - Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

7.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspendem-se os repasses.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa

competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

7.8 - As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

8.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas

as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorpora.

10.2 - Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

10.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

10.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doada a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

10.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicação relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC), 02 de abril de 2020.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

DAVID BRUNO GOEDERT
Diretor Geral/OSC

NAYANE RIBEIRO COELHO
Secretária de Municipal de Assistência Social

EDER MESQUITA
Coordenador - CMDCA

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2020

Publicação Nº 2433117

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2020

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ-MF sob nº 75.438.655/0001-45, estabelecida nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 3601, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, portador da cédula de identidade RG nº 7.295.615 e do CPF nº 217.068.839-00, doravante denominada CONCEDENTE e do outro, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 78.499.977/0001-92, estabelecida nesta cidade Rua Lauro Muller, nº 390, no Município de Correia Pinto, neste ato representado por sua Presidente, Rozangela Wolff de Cordova, portadora do RG nº 634.083-0 e do CPF nº 464.187.179-53, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE FOMENTO, com fundamento no Processo de Dispensa de Chamamento Público nº 002/2020, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017, sujeitando-se, no que couber, as normas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, com repasse de recursos da área da Saúde, para o desenvolvimento do PROJETO DENOMINADO PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU MÚLTIPLA, ATRASO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO E TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 - O presente Termo de Fomento terá como gestor da Proponente a Sra. Rozangela Wolff Cordova, portadora do RG nº 634.083.0 e do CPF nº 464.187.179/53.

2.2 - A Concedente nomeia como gestor do presente Termo de Fomento a Sra. Joelma Neto de Liz, portadora do RG nº 4.140.098 e do CPF nº 005.932.829/06.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS**3.1 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

- Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo;
- Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, antes e durante a vigência do objeto;
- Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Planalto de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Correia Pinto;
- Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município;
- Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo Proponente;
- Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei nº 13.019 de 03/07/2014, com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017.

3.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;
- Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a

este Instrumento, junto a instalações da PROPONENTE;

- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução a manter os comprovantes arquivados;
- f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contando do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- g) Identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCENDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- h) Divulgar este termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em lugares visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do instrumento, do Órgão CONCENDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;
- j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação de recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- l) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- m) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação do Termo de Parceria, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- n) Aplicar os recursos repassados pela CONCENDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.
- p) Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condições para a execução do objeto;
- q) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte;
- r) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- s) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
- t) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
- u) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- v) Comunicar a CONCENDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

4.1 - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a realização de processo seletivo simplificado de provas e ou provas e títulos se a natureza do cargo exigir.

4.2 - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a CONCENDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

5.1 - Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, no presente exercício, a CONCENDENTE transferirá a PROPONENTE, o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em 09 (nove) parcelas mensais e sucessivas conforme plano de trabalho, através da dotação orçamentária 12. Fundo Municipal de Saúde – Projeto Atividade 2.037 – Manutenção da Saúde do Município – elemento 3.3.50.00.00.00.00.00.

5.2 - As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na Agência nº 5375-9, no Banco do Brasil, na Conta Corrente nº 9199-5 e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

6.2 - O recurso depositado na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregado na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

- a) Em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua

aplicação estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os pagamentos deverão ser efetuados na forma prevista no art. 53 da Lei nº 13.019/2014, com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017.

6.4 - Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

6.5 - A proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

6.6 - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma de legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCENDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestar contas de acordo a Lei nº 13.019/2014, com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCENDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação de recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem sua vigência de março a dezembro de 2020, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibida à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Deixar de aplicar nas atividades- fim, ao menos 80% de sua receita total;
- c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- d) Realizar despesas e pagamentos fora de vigência deste Termo de Fomento;
- e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título da taxa de administração;
- f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- j) Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;
- k) Realizar despesas com: A) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; B) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem promoção pessoal; C) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam as exigências do Art. 46 da Lei 13.019/2014, com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017; D) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- l) Pagamento de despesa bancária;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

11.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo da vigência.

11.2 - Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONCENDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em que qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se a modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCENDENTE e aprovação do Gestor deste

Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Correia Pinto para esclarecer as dúvidas de interpretação deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do Art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017, que não foram mencionados neste instrumento.

14.2 - E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Correia Pinto, 02 de abril de 2020.
CELSON ROGERIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ROZANGELA WOLFF DE CORDOVA
Presidente da APAE

Testemunha Testemunha

ANEXO - EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 20/2020 PMCP

Publicação Nº 2432813

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 20/2020 - PE Licitação: 20/2020 - PE Data de Homologação: 06/04/2020</p> <p>Fornecedor: 8922 - POLI IPIRANGA COM. DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</p>									
1	41017	GASOLINA COMUM, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca	STANG	L	150.000,000	0,0000	3,7500	562.500,00	Venceu
2	41018	GASOLINA ADITIVADA, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar ma	STANG	L	150.000,000	0,0000	3,7500	562.500,00	Venceu
3	41019	ÓLEO DIESEL S 500, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar mar	STANG	L	150.000,000	0,0000	2,9800	447.000,00	Venceu
4	41020	ÓLEO DIESEL S 10, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marc	STANG	L	150.000,000	0,0000	3,0200	453.000,00	Venceu
5	41021	ALCOOL COMBUSTÍVEL, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar ma	STANG	L	10.000,000	0,0000	3,2300	32.300,00	Venceu
6	41022	ARLA, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO. OBS: constar marca do produto	RODOARLA	L	2.000,000	0,0000	1,4800	2.960,00	Venceu
7	41023	GRAXA, COM O SERVIÇO APLICAÇÃO/LUBRIFICAÇÃO. OBS: constar ma	AGRICOPEL	KG	1.500,000	0,0000	10,8000	16.200,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			2.076.460,00	

Correia Pinto, 6 de Abril de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO ADM 007/2020**

Publicação Nº 2433302

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 0007/2020****DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE
PREVENÇÃO À INFECÇÃO E PROPAGAÇÃO DA
COVID-19 NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE CORREIA PINTO SC.**

Tendo em vista o Decreto nº 550 do Governo do Estado que alterou a data de vigência do Decreto 525, de 23 de março de 2020 do Governo do Estado a Mesa diretora RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas todas as atividades presenciais da Câmara Municipal pelo período de **cinco dias**, contados a partir de 08 de abril de 2020. Os trabalhos essenciais deverão ser realizados pelos servidores no regime de teletrabalho.

§. 1º. O atendimento ao público neste período será prestado através de meio eletrônico secretaria@camaracorreiapinto.sc.gov.br ou telefônico através dos números 49991911701 e 49 991096278;

§ 2º. Após esse prazo os trabalhos presenciais serão retomados no regime de rodízio, nos termos da Resolução Administrativa 002/2020.

§.3º. As sessões ordinárias do mês de abril serão iniciadas nos dias 13 e 14 de abril de 2020 de forma virtual.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor em 08 de abril de 2020.

Correia Pinto, 07 de abril de 2020.

Vilso Rostirolla (MDB)
Presidente

Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)
1º Secretário

Anildo do Nascimento (MDB)
2º Secretário

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 200407213925FBA50

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5523/2020

Publicação Nº 2432523

PORTARIA Nº 5523/2020

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia os Membros da Comissão Municipal de Recebimento e Avaliação das Amostras de Materiais de Limpeza.

I - GABRIELA ELIS STRINGARI

II - ADRIANE MILLNITZ LUY.

IIL - GIOVANI ANTÔNIO FLORIANI

Art. 2º - Caberá a senhora Gabriela Elis Stringari presidir a Comissão e a senhora Adriane Millnitz Luy secretariá-la.

Art. 3º - Os membros da Comissão ficarão responsáveis pelo recebimento e avaliação das Amostras, para tanto devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 08 de abril de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGAO PRESENCIAL 015/2020

Publicação Nº 2432535

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2020

Registro de Preços para Eventual e futura contratação sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE POSTES METÁLICOS COM CAMERAS DE VIDEO MONITORAMENTO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC PELO PRAZO DE 12 MESES COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 08/04/2020 às 08:15h do dia 22/04/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 22/04/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 08 de Abril de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGAO PRESENCIAL 016/2020

Publicação Nº 2432494

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS, COM

FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE CABINE DE MEDIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO E INSTALAÇÃO E REFORMA ELÉTRICA, CABEAMENTO ESTRUTURADO E TELEFONIA NO PAÇO MUNICIPAL, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL conforme especificações do Termo de Referência e Anexo I – Quantitativo, Projetos Elétricos e Projeto de Cabeamento Estruturado.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 08/04/2020 às 10:30h do dia 22/04/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10h45min do dia 22/04/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 08 de Abril de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 013/2020

Publicação Nº 2432499

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAIS: APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS ATÉ O DIA 27/04/2020 – ENTRE 08h HORAS ÀS 16h NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA SITUADA NA RUA JORGE LACERDA, 85, CENTRO, CORUPÁ – SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 08/04/2020 às 14h30min do dia 22/04/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15h do dia 22/04/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 08 de abril de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 014/2020

Publicação Nº 2432613

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 029/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA EM CAIXAS D'ÁGUA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEMAIS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 08/04/2020 às 09h do dia 23/04/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 23/04/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 08 de abril de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 012/2020

Publicação Nº 2432437

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DAS SECRETARIAS, ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I – Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 08/04/2020 às 13h15min do dia 22/04/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13h30min do dia 22/04/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 08 de abril de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Publicação Nº 2433000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E AS EMPRESAS PROPONENTES: IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA. – ME, PISOS PAVIMENTI EIRELLI – EPP E CONCRE CUNHA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. – ME.

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE BLOQUETO DE CONCRETO INTERTRAVADO TIPO HOLLAND (PAVER) NA COR CINZA, LAJOTAS DIRECIONAL E ALERTA, BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, CANALETA ESTRUTURAL DE CONCRETO, MEIO-FIO DE CONCRETO E GUIA MEIO-FIO ONDULADA PARA JARDIM, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

EMPRESA PROPONENTE VENCEDORA	VALOR TOTAL
IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA. – ME	R\$ 22.900,00
PISOS PAVIMENTI EIRELLI – EPP	R\$ 92.500,00
CONCRE CUNHA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. – ME	R\$ 71.760,00

PROCESSO LICITATÓRIO: 177/2020

PREGÃO PRESENCIAL: 21/2020

DATA DA ATA: 16 DE MARÇO DE 2020

VALIDADE DA ATA: 17/03/2020 À 16/03/2021

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

Publicação Nº 2433004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E AS EMPRESAS PROPONENTES: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA., SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. E PROGENÉTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – ME.

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO – RAÇAS HOLANDESA, JERSEY, ABERDEN ANGUS E NELORE, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO A MELHORIA DA GENÉTICA DO GADO LEITEIRO E GADO DE CORTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

EMPRESA PROPONENTE VENCEDORA	VALOR TOTAL
ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA.	R\$ 43.500,00
SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	R\$ 122.600,00
PROGENÉTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – ME	R\$ 22.000,00

PROCESSO LICITATÓRIO: 185/2020

PREGÃO PRESENCIAL: 22/2020

DATA DA ATA: 16 DE MARÇO DE 2020

VALIDADE DA ATA: 17/03/2020 À 16/03/2021

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020

Publicação Nº 2433007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E AS EMPRESAS PROPONENTES: GAIA RODOVIAS LTDA. E CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA.

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMPOSTO PARA BASE ESTABILIZADORA DE ASFALTO (BRITA GRADUADA), BRITA 0 OU PEDRISCO, BRITA 1 E 2 PARA USO EM OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

EMPRESAS PROPONENTES VENCEDORAS	VALOR TOTAL
GAIA RODOVIAS LTDA.	R\$ 456.600,00
CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA.	R\$ 307.000,00

PROCESSO LICITATÓRIO: 186/2020

PREGÃO PRESENCIAL: 23/2020

DATA DA ATA: 31 DE MARÇO DE 2020

VALIDADE DA ATA: 01/04/2020 À 31/03/2021

JAIRO RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433069

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 50/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA DANIEL KRUGER 07720774957 – MEI.

Do Objeto: "CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE 195 M² DE PASSEIO PÚBLICO COM BLOQUETO DE CONCRETO (PAVER), CONSTRUÇÃO DE 50 M² DE MURO COM BLOCO DE CONCRETO 14X19X39 CM, CONSTRUÇÃO DE UMA BOCA DE LOBO E UMA CAIXA COLETORA EM FRENTE AO BARRACÃO INDUSTRIAL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, SITUADO NO BAIRRO AUGUSTO KEMPFER, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 243/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação Por Limite de Preços nº 211/2020

Valor do Contrato: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Data do Contrato: 13/03/2020

Da vigência do Contrato: 14/03/2020 à 13/04/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433071

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 51/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA DILSON OESTERREICH 82073031900 – MEI.

Do Objeto: "CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE 209 M² DE PASSEIO PÚBLICO COM BLOQUETO DE CONCRETO (PAVER), EM FRENTE À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ESF II E IV, SITUADA NA ESQUINA DAS RUAS BENJAMIN CONSTANT E MOURA BRASIL, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 248/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação Por Limite de Preços nº 216/2020

Valor do Contrato: R\$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais)

Data do Contrato: 16/03/2020

Da vigência do Contrato: 17/03/2020 à 16/04/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433074

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 52/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA REFRIGERAÇÃO MOZER LTDA. - ME.

Do Objeto: "AQUISIÇÃO DE DOIS CLIMATIZADORES DE AR 18.000 BTU'S, QUENTE E FRIO, MODELO SPLIT, BRANCO, 220V PARA INSTALAÇÃO NO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL (SALA DO SERVIDOR CENTRAL E SALA NOVA), ALÉM DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSERTO COM TROCA DE COMPRESSOR, HIGIENIZAÇÃO E RECARGA DE GÁS DE UM CLIMATIZADOR DE AR 18.000 BTU'S, MARCA AGRATTO, USADO NA SALA DO SERVIDOR, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 265/2020
Modalidade: Dispensa de Licitação Por Limite de Preços nº 233/2020
Valor do Contrato: R\$ 7.871,00 (sete mil, oitocentos e setenta e um reais)
Data do Contrato: 17/03/2020
Da vigência do Contrato: 18/03/2020 à 17/04/2020
Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433081

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 55/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA VALDECIR SOUZA DE CAMARGO E CIA LTDA. – ME.

Do Objeto: "CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE CORTE, COSTURA E ESTAMPARIA PELO SISTEMA DE SUBLIMAÇÃO, DE FARDAMENTOS ESPORTIVOS – KIT CAMISETAS E CALÇÕES UNISSEX DE TAMANHOS DIVERSOS PARA ATLETAS DAS ESCOLINHAS DE BASE E ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 266/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação Por Limite de Preços nº 234/2020

Valor do Contrato: R\$ 17.439,00 (dezessete mil, quatrocentos e trinta e nove reais)

Data do Contrato: 20/03/2020

Da vigência do Contrato: 21/03/2020 à 20/04/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2020, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433084

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 57/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA MECÂNICA E INDÚSTRIA BR 158 LTDA. – ME.

Do Objeto: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS DIVERSAS PARA CONSERTAR O DIFERENCIAL, BOMBA HIDRÁULICA E TOMADA DE FORÇA DO CAMINHÃO VOLVO, MODELO VM 260 6X4R, ANO/MODELO 2010/2010, PLACA MHZ 9047, PERTENCENTE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, USADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 277/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação Por Limite de Preços nº 245/2020

Valor do Contrato: R\$ 11.141,33 (onze mil, cento e quarenta e um reais e trinta e três centavos)

Data do Contrato: 25/03/2020

Da vigência do Contrato: 26/03/2020 à 25/04/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2020, DE 27 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433086

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 58/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA MECÂNICA DO BETO EIRELI – ME.

Do Objeto: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS DIVERSAS PARA CONSERTAR O TRATOR VALTRA, MODELO A 750, PERTENCENTE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, USADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 278/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação Por Limite de Preços nº 246/2020

Valor do Contrato: R\$ 9.723,75 (nove mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)

Data do Contrato: 27/03/2020

Da vigência do Contrato: 28/03/2020 à 27/04/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2020, DE 30 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2433133

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Extrato do Contrato Administrativo nº 59/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E A EMPRESA DEL SERVIÇOS ELETROMECÂNICOS LTDA. – EPP.

Do Objeto: "LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE UM APARELHO VENTILADOR MECÂNICO, MARCA VENT-LOGOS, MODELO S21, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELO PERÍODO DE 6 MESES, PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM ATENDIMENTO DE PACIENTES EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, QUE SEJAM ACOMETIDOS PELA PANDEMIA DO COVID-19, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC".

Processo Licitatório: 279/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação Por Justificativa nº 247/2020

Valor do Contrato: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Data do Contrato: 30/03/2020

Da vigência do Contrato: 01/04/2020 à 31/07/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

Publicação Nº 2432914

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 288/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 28/2020, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL E MAMÁRIA BILATERAL, PARA ATENDIMENTO DE MULHERES ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 16h00min. até às 16h30min do dia 22 de abril de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 16h:45min. do dia 22 de abril de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 07 de abril de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019, DE 01 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433167

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E AS EMPRESAS COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE – FILIAL 8 e AUTO POSTO CUNHA PORÃ LTDA.

DO OBJETO: Termo aditivo para adequação de valores (reajuste/redução), conforme previsão na Cláusula Nona, Item 9.3 – Alíneas I e II da Ata de Registro de Preços nº 51/2019, celebrada em 16 de dezembro de 2019 e o que dispõe o Edital de Pregão Presencial nº 73/2019, instaurado pelo Processo Licitatório nº 1577/2019, que tem como objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-500 (COMUM), ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM PARA USO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME NECESSIDADE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC, tendo como justificativa a alteração dos preços dos combustíveis, conforme cópias de Notas Fiscais apresentadas pelas empresas detentoras da ata.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR ANTERIOR	PERCENTUAL DE REAJUSTE/REDUÇÃO	VALOR ATUAL	PROP. VENCEDOR
ÓLEO DIESEL TIPO S-10, COM TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 10 PPM.	R\$ 3,26	- 10,58%	R\$ 2,92	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8
ÓLEO DIESEL COMUM, TIPO S-500, COM TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 500 PPM.	R\$ 3,20	- 11,03%	R\$ 2,85	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8

GASOLINA COMUM, TIPO C, COM ADIÇÃO DE ETANOL ANIDRO, DENSIDADE ENTRE 718 e 775 g/L, ÍNDICE DE OCTANAGEM IGUAL A 87, SEM ADITIVOS E TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 50 PPM.	R\$ 4,13	- 4,35%	R\$ 3,95	AUTO POSTO CUNHA PORÁ LTDA
--	----------	---------	----------	----------------------------

PROCESSO LICITATÓRIO: 1577/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 73/2019

DATA DO TERMO ADITIVO: 01 DE ABRIL DE 2020.

DA VALIDADE: 01 DE ABRIL DE 2020 À 30 DE ABRIL DE 2020.

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2020

Publicação Nº 2432908

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020 – SRP

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE PARA EMISSÃO DE LICENCIAMENTO, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, TRANSFERÊNCIAS E ALTERAÇÃO DE DADOS DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÁ – SC.

O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÁ, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 192/2020, na modalidade de Pregão Presencial nº 25/2020, de 06 de março de 2020.

A revogação se dá por razões do interesse público, em especial, ao disposto no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

- Considerando-se o poder discricionário da Administração Pública, que pode rever seus atos a qualquer momento;
- Considerando-se a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93;
- Considerando-se que por determinação do Chefe do Poder Executivo do município de Cunha Porá/SC, a condução dos serviços de licenciamento dos veículos pertencentes a frota municipal, será feita por servidor público, não havendo mais a necessidade de terceirizar esses serviços para um despachante;
- Considerando-se a necessidade de contenção de gastos do Poder Público, nesse momento de dificuldades advindas da Pandemia ocasionada pela COVID-19;
- Considerando-se o Decreto Municipal nº 40/2020, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território do município de Cunha Porá/SC, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19 e estabelece outras providências;
- Fundamental observar também, que a abertura das propostas de preços, por parte das empresas interessadas, sequer chegou a ser realizada, não acarretando qualquer prejuízo aos possíveis participantes.

Fundamento Legal: Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

Tendo em vista a revogação do Processo Licitatório nº 192/2020, na modalidade de Pregão Presencial nº 25/2020, abre-se o prazo recursal de 3 (três) dias úteis para que os interessados, querendo, apresentem recursos nos termos do Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

O presente termo será disponibilizado apenas na página www.cunhapora.sc.gov.br.

Providencie-se a publicação.

Cunha Porá/SC, 07 de abril de 2020.

Jairo Rivelino Ebeling

Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO 035

Publicação N° 2432612

DECRETO MUNICIPAL N°. 035/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 10 DE ABRIL DE 2020”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 100, inciso I da Lei Orgânica do Município, e considerando as tradicionais manifestações religiosas alusivas a Semana Santa.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo, para os órgãos e entidades da administração do Poder Executivo Municipal de Cunhataí, sem prejuízo da prestação dos serviços de urgência e emergência, no dia 10 de abril de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 07 de abril de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

COINCO-TERMO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2432708

TERMO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 01/2020
TOMADA DE PREÇO – TIPO: MENOR PREÇO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO -, através de seu representante, torna público, para conhecimento dos interessados, que em face da pandemia do Covid-19, com reais implicações no cumprimento do objeto do processo licitatório, que dependerá da realização de audiências públicas e consultas públicas em cada município consorciado, REVOGAR e cancelar em todos os seus termos por razões de interesse público e fato superveniente a licitação divulgada através do EDITAL DE LICITAÇÃO 01/2020 - TOMADA DE PREÇO – TIPO: MENOR PREÇO, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) e PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (PMGIRS) DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES PERTENCENTES AO COINCO (BRUNÓPOLIS, CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, LEBON REGIS, MONTE CARLO, PONTE ALTA, PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL). Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente com divulgação através do Diário Oficial dos Municípios - DOM -, no sítio eletrônico: www.coinco.sc.gov.br. e informações pelo telefone n. (49)3245.3904.

Curitibanos, 6 de março de 2020.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Presidente do COINCO

Toniel da Silva
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020

Publicação Nº 2433169

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 13.979/20, 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MÁSCARA DE TECIDO PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE DO COVID, CONFORME DECRETO 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 16/04/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 16/04/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de Abril de 2020.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30- ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL -ATA Nº 1/2020

Publicação Nº 2432851

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30

Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

ATA Nº 1 - 2020

Reuniram-se no dia 07/04/2020, às 14:24:49, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 622/2018 com o objetivo de JULGAMENTO PROPOSTA HABILITAÇÃO DOCUMENTAÇÃO EM LICITAÇÃO tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 30 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12633 ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	CNPJ: 35.436.095/0001-75
12161 JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	CNPJ: 01.276.119/0001-54
12035 MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	CNPJ: 27.720.223/0001-80
12356 RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	CNPJ: 33.159.725/0001-86

ITEM 3 - BOTA OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO (0,34CM OU ACIMA), IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, SEM FORRO, SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM TRABALHOS EM LOCAIS ÚMIDOS, LAMACENTOS, ENCHARCADOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E SIMILARES

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	25,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	25,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	24,9500	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	23,9000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	24,9500
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	23,7500	

Em conformidade a lei 123/2006 das micros e pequenas empresas, foi convocado pelo pregoeiro o licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 para dar seu último lance para o item 3 deste Pregão Presencial, o qual apresentou nova proposta no valor de R\$ 23.7500 (vinte e três reais e setenta e cinco centavos). Considerando vantajoso para o município, o pregoeiro declara-o vencedor.

ITEM 4 - CAPACETE DE SEGURANÇA COMPLETO COM CARNEIRA, CLASSE B, TIPO II (COM ABA FRONTAL), SUSPENSÃO EM PEBD, COM REGULAGEM POR DENTES E TIRA ABSORVENTE DE SUOR, PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBEJTO SOBRE O CRÂNIO E CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS. MARCAÇÃO DO CA NA PARTE INTERNA DA ABA FRONTAL. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	18,9000
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	18,0000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	0,0000	17,8000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	17,7000	
2	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	17,8000

O licitante MGS COMERCIO DE PECAS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 4 deste Pregão Presencial o fornecedor MGS COMERCIO DE PECAS LTDA pelo valor de R\$ 17,7000 (dezessete reais e setenta centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 6 - Creme de proteção, classificado como Grupo 2 / Óleo Resistente, homogêneo, de cor branca, odor característico e pH "in natura" igual a 6,85. Composto de: Aqua, Cetearyl alcohol, Cateareth-20, Glyceryl stearate, Petrolatum, Stearic acid, BHT, Glicerín, Propylene glycol, Mineral oil, Dimethicone, Trifluoropropyldimethylsiloxyl trimethylsiloxysilicate/ dimethicone, Aminomethyl propanol, Phenoxyethanol/ methylparaben/ ethylparaben/ propylparaben / butylparaben, and Parfum (butylphenylmethylpropional, benzyl salicylate, citrinellol, coumarin, hexyl cinnamal, linalcool) contra riscos provenientes de produtos químicos (tolueno, xileno, benzina, querosene, aguarrás, thinner, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, pós em geral, ácido fosfórico diluído a 15%, ácido clorídrico diluído a 15%, ácido sulfúrico diluído a 15%, ácido acético diluído a 10%, hidróxido de sódio diluído a 10%). VALIDADE DO PRODUTO: no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.

Observação: LICITANTE QUE COTOU O ITEM NÃO ATENDEU A EXIGENCIA DO ITEM 5.3 ALÍNEA E DO EDITAL

ITEM 7 - Escada Extensível para apoiar em poste ou parede. Montantes perfil "U" de resina termoplástica reforçada com fibra de vidro, garantindo alta resistência mecânica com baixo peso. Degraus de liga de alumínio tratada termicamente, perfil "D" e antiderrapantes para maior segurança. Resistência mecânica e química. Não condutora de energia elétrica. Usada para serviços elétricos, profissionais de manutenção, pintura, etc. Sapatas de borracha antiderrapantes. Cinta de nylon revestida de borracha vulcanizada para apoio no poste. Sistema de corda, roldana e catraca, engate automático e bandeirola de advertência. Dimensões: Fechada: 3,90 m; Estendida: 6,60 m; Largura da base: 38 cm; Degraus úteis: 21; Afastamento máximo do pé da escada até o ponto de apoio: 1,32 m (1/5 da altura). Sobreposição dos lances: 1,20 m; Carga Admissível: 120 kg; modelo deve Atender a ABNT NBR 16.308

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1.715,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	1.690,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.688,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.600,0000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.590,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.500,0000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.495,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.450,0000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.445,0000	
4	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.400,0000	
5	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.380,0000	
5	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.300,0000	
6	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.290,0000	
6	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.200,0000	
7	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	1.290,0000

O licitante JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 7 deste Pregão Presencial o fornecedor JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT pelo valor de R\$ 1.200,0000 (um mil e duzentos reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 8 - Fita aderente preta e/ou cinza, em papel impermeabilizante com composto de óxido de alumínio (tipo lixa) e adesivo a base vegetal, para utilização em diversos tipos de piso como: madeira, cerâmica, pedra polida, cimento, granilite, etc., em áreas internas e externas de rampas e escadas; autoadesiva, a prova d'água com alta resistência a componentes químicos.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	77,9000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	77,5000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	69,9800

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	69,5000	
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	69,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	68,0000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	67,5000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	66,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	65,0000	
3	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	64,5000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	64,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Desistiu	Desistiu	65,0000
4	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	63,5000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	62,0000	
5	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Desistiu	Desistiu	63,5000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 8 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 62,0000 (sessenta e dois reais).

Observação: DIMENSÃO DE 50MT X

ITEM 9 - Máscara de segurança para trabalhos de soldagem, composta de escudo de poliamida ou polipropileno, com carneira de polietileno, com regulagem de tamanho através de ajuste simples ou catraca. Possui visor fixo ou basculante (articulado). No caso do visor fixo, este suporta uma placa de cobertura na parte externa, o filtro de luz e uma placa plástica na parte interna. Quando o visor é articulado, ele suporta uma placa de segurança e uma placa de cobertura com filtro de luz na parte basculante e são fixadas ao visor através de uma peça de metal (tipo arame) no visor basculante e suporte plástico preto que se encaixa nas fendas laterais do visor fixo. O filtro de luz é confeccionado em policarbonato de tonalidade 10 e as placas de cobertura e de segurança em policarbonato incolor. O escudo é preso à carneira através de dois parafusos metálicos. VALIDADE C.A.; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	55,0000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	55,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	54,9000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	55,0000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 9 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 54,9000 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 12 - PROTETOR AUDITIVO DE SEGURANÇA TIPO INSERÇÃO, PRÉ- MOLDADO COM 3 FLANGES DE TAMANHOS VARIADOS, CONFECCIONADO EM SILICONE COM O CORDÃO EM POLIÉSTER RESISTENTE. Atenuação 18dB.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	1,7500
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1,7500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1,7400	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	1,7500

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 12 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 1,7400 (um real e setenta e quatro centavos).

ITEM 13 - Protetor solar FPS 50 ou superior, de formulação não oleosa, não comedogênica, não utilizar filtro químico; Ácua-resistente, persistindo sobre a pele por pelo menos 2,5 horas; com proteção contra radiação UVA/UVB; Hipoalergênico; Dermatologicamente testado; Fator de proteção contra radiação UVA; com repelente contra insetos. VALIDADE; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega. Com Registro válido no Ministério da Saúde

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	18,9000	

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 13 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 18,9000 (dezoito reais e noventa centavos).

Observação: AS EMPRESAS "JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS", "MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA", "ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI" NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO EXIGIDO NO ITEM 5.3 ALÍNEA "E" DO EDITAL, SENDO CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS.

Sobre a documentação dos licitantes: AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE AS LICITANTES APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS HABILITADAS. FICA APRAZADO ATÉ DIA 24/04/2020 ÀS 19:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA ENTREGA DE AMOSTRA DE TODOS OS ITENS VENCEDORES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 17.1 DO EDITAL.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 14:34 horas do dia 7 de Abril de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELLPregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA Representante

LUCAS VICTOR KRUTZMANN Representante

MARCOS AURELIO EGER Representante

AGNALDO MARTINS DE SOUZA Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial N° 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA N° 1 - 2020

Reuniram-se no dia 07/04/2020, às 14:24:49, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 622/2018 com o objetivo de JULGAMENTO PROPOSTA HABILITAÇÃO DOCUMENTAÇÃO EM LICITAÇÃO tratando do Edital de Pregão Presencial N° 30 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12633 ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	CNPJ: 35.436.095/0001-75
12161 JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	CNPJ: 01.276.119/0001-54
12035 MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	CNPJ: 27.720.223/0001-80
12356 RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	CNPJ: 33.159.725/0001-86

ITEM 3 - BOTA OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO (0,34CM OU ACIMA), IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, SEM FORRO, SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM TRABALHOS EM LOCAIS ÚMIDOS, LAMACENTOS, ENCHARCADOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E SIMILARES

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	25,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	25,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	24,9500	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	23,9000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	24,9500
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	23,7500	

Em conformidade a lei 123/2006 das micros e pequenas empresas, foi convocado pelo pregoeiro o licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 para dar seu último lance para o item 3 deste Pregão Presencial, o qual apresentou nova proposta no valor de R\$ 23,7500 (vinte e três reais e setenta e cinco centavos). Considerando vantajoso para o município, o pregoeiro declara-o vencedor.

ITEM 4 - CAPACETE DE SEGURANÇA COMPLETO COM CARNEIRA, CLASSE B, TIPO II (COM ABA FRONTAL), SUSPENSÃO EM PEBD, COM REGULAGEM POR DENTES E TIRA ABSORVENTE DE SUOR, PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBEJTO SOBRE O CRÂNIO E CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS. MARCAÇÃO DO CA NA PARTE INTERNA DA ABA FRONTAL. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	18,9000
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	18,0000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	0,0000	17,8000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	17,7000	
2	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	17,8000

O licitante MGS COMERCIO DE PECAS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 4 deste Pregão Presencial o fornecedor MGS COMERCIO DE PECAS LTDA pelo valor de R\$ 17,7000 (dezessete reais e setenta centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 6 - Creme de proteção, classificado como Grupo 2 / Óleo Resistente, homogêneo, de cor branca, odor característico e pH "in natura" igual a 6,85. Composto de: Aqua, Cetearyl alcohol, Cateareth-20, Glyceryl stearate, Petrolatum, Stearic acid, BHT, Glicerín, Propylene glycol, Mineral oil, Dimethicone, Trifluoropropyldimethylsiloxyl trimethylsiloxysilicate/ dimethicone, Aminomethyl propanol, Phenoxyethanol/ methylparaben/ ethylparaben/ propylparaben / butylparaben, and Parfum (butylphenylmethylpropional, benzyl salicylate, citrinellol, coumarin, hexyl cinnamal, linalcool) contra riscos provenientes de produtos químicos (tolueno, xileno, benzina, querosene, aguarrás, thinner, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, pós em geral, ácido fosfórico diluído a 15%, ácido clorídrico diluído a 15%, ácido sulfúrico diluído a 15%, ácido acético diluído a 10%, hidróxido de sódio diluído a 10%). VALIDADE DO PRODUTO: no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.

Observação: LICITANTE QUE COTOU O ITEM NÃO ATENDEU A EXIGENCIA DO ITEM 5.3 ALÍNEA E DO EDITAL

ITEM 7 - Escada Extensível para apoiar em poste ou parede. Montantes perfil "U" de resina termoplástica reforçada com fibra de vidro, garantindo alta resistência mecânica com baixo peso. Degraus de liga de alumínio tratada termicamente, perfil "D" e antiderrapantes para maior segurança. Resistência mecânica e química. Não condutora de energia elétrica. Usada para serviços elétricos, profissionais de manutenção, pintura, etc. Sapatas de borracha antiderrapantes. Cinta de nylon revestida de borracha vulcanizada para apoio no poste. Sistema de corda, roldana e catraca, engate automático e bandeirola de advertência. Dimensões: Fechada: 3,90 m; Estendida: 6,60 m; Largura da base: 38 cm; Degraus úteis: 21; Afastamento máximo do pé da escada até o ponto de apoio: 1,32 m (1/5 da altura). Sobreposição dos lances: 1,20 m; Carga Admissível: 120 kg; modelo deve Atender a ABNT NBR 16.308

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1.715,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	1.690,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.688,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.600,0000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.590,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.500,0000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.495,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.450,0000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.445,0000	
4	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.400,0000	
5	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.380,0000	
5	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.300,0000	
6	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.290,0000	
6	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.200,0000	
7	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	1.290,0000

O licitante JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 7 deste Pregão Presencial o fornecedor JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT pelo valor de R\$ 1.200,0000 (um mil e duzentos reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 8 - Fita aderente preta e/ou cinza, em papel impermeabilizante com composto de óxido de alumínio (tipo lixa) e adesivo a base vegetal, para utilização em diversos tipos de piso como: madeira, cerâmica, pedra polida, cimento, granilite, etc., em áreas internas e externas de rampas e escadas; autoadesiva, a prova d'água com alta resistência a componentes químicos.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	77,9000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	77,5000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	69,9800

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	69,5000	
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	69,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	68,0000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	67,5000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	66,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	65,0000	
3	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	64,5000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	64,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Desistiu	Desistiu	65,0000
4	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	63,5000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	62,0000	
5	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Desistiu	Desistiu	63,5000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 8 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 62,0000 (sessenta e dois reais).

Observação: DIMENSÃO DE 50MT X

ITEM 9 - Máscara de segurança para trabalhos de soldagem, composta de escudo de poliamida ou polipropileno, com carneira de polietileno, com regulagem de tamanho através de ajuste simples ou catraca. Possui visor fixo ou basculante (articulado). No caso do visor fixo, este suporta uma placa de cobertura na parte externa, o filtro de luz e uma placa plástica na parte interna. Quando o visor é articulado, ele suporta uma placa de segurança e uma placa de cobertura com filtro de luz na parte basculante e são fixadas ao visor através de uma peça de metal (tipo arame) no visor basculante e suporte plástico preto que se encaixa nas fendas laterais do visor fixo. O filtro de luz é confeccionado em policarbonato de tonalidade 10 e as placas de cobertura e de segurança em policarbonato incolor. O escudo é preso à carneira através de dois parafusos metálicos. VALIDADE C.A.; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	55,0000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	55,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	54,9000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	55,0000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 9 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 54,9000 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 12 - PROTETOR AUDITIVO DE SEGURANÇA TIPO INSERÇÃO, PRÉ- MOLDADO COM 3 FLANGES DE TAMANHOS VARIADOS, CONFECCIONADO EM SILICONE COM O CORDÃO EM POLIÉSTER RESISTENTE. Atenuação 18dB.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	1,7500
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1,7500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1,7400	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	1,7500

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 12 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 1,7400 (um real e setenta e quatro centavos).

ITEM 13 - Protetor solar FPS 50 ou superior, de formulação não oleosa, não comedogênica, não utilizar filtro químico; Ácua-resistente, persistindo sobre a pele por pelo menos 2,5 horas; com proteção contra radiação UVA/UVB; Hipoalergênico; Dermatologicamente testado; Fator de proteção contra radiação UVA; com repelente contra insetos. VALIDADE; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega. Com Registro válido no Ministério da Saúde

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	18,9000	

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 13 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 18,9000 (dezoito reais e noventa centavos).

Observação: AS EMPRESAS "JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS", "MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA", "ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI" NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO EXIGIDO NO ITEM 5.3 ALÍNEA "E" DO EDITAL, SENDO CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS.

Sobre a documentação dos licitantes: AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE AS LICITANTES APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS HABILITADAS. FICA APRAZADO ATÉ DIA 24/04/2020 ÀS 19:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA ENTREGA DE AMOSTRA DE TODOS OS ITENS VENCEDORES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 17.1 DO EDITAL.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 14:34 horas do dia 7 de Abril de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELLPregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA Representante

LUCAS VICTOR KRUTZMANN Representante

MARCOS AURELIO EGER Representante

AGNALDO MARTINS DE SOUZA Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial N° 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA N° 1 - 2020

Reuniram-se no dia 07/04/2020, às 14:24:49, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 622/2018 com o objetivo de JULGAMENTO PROPOSTA HABILITAÇÃO DOCUMENTAÇÃO EM LICITAÇÃO tratando do Edital de Pregão Presencial N° 30 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12633 ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	CNPJ: 35.436.095/0001-75
12161 JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	CNPJ: 01.276.119/0001-54
12035 MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	CNPJ: 27.720.223/0001-80
12356 RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	CNPJ: 33.159.725/0001-86

ITEM 3 - BOTA OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO (0,34CM OU ACIMA), IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, SEM FORRO, SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM TRABALHOS EM LOCAIS ÚMIDOS, LAMACENTOS, ENCHARCADOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E SIMILARES

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	25,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	25,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	24,9500	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	23,9000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	24,9500
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	23,7500	

Em conformidade a lei 123/2006 das micros e pequenas empresas, foi convocado pelo pregoeiro o licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 para dar seu último lance para o item 3 deste Pregão Presencial, o qual apresentou nova proposta no valor de R\$ 23,7500 (vinte e três reais e setenta e cinco centavos). Considerando vantajoso para o município, o pregoeiro declara-o vencedor.

ITEM 4 - CAPACETE DE SEGURANÇA COMPLETO COM CARNEIRA, CLASSE B, TIPO II (COM ABA FRONTAL), SUSPENSÃO EM PEBD, COM REGULAGEM POR DENTES E TIRA ABSORVENTE DE SUOR, PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBEJTO SOBRE O CRÂNIO E CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS. MARCAÇÃO DO CA NA PARTE INTERNA DA ABA FRONTAL. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	18,9000
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	18,0000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	0,0000	17,8000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	17,7000	
2	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	17,8000

O licitante MGS COMERCIO DE PECAS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 4 deste Pregão Presencial o fornecedor MGS COMERCIO DE PECAS LTDA pelo valor de R\$ 17,7000 (dezessete reais e setenta centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 6 - Creme de proteção, classificado como Grupo 2 / Óleo Resistente, homogêneo, de cor branca, odor característico e pH "in natura" igual a 6,85. Composto de: Aqua, Cetearyl alcohol, Cateareth-20, Glyceryl stearate, Petrolatum, Stearic acid, BHT, Glicerín, Propylene glycol, Mineral oil, Dimethicone, Trifluoropropyldimethylsiloxyl trimethylsiloxysilicate/ dimethicone, Aminomethyl propanol, Phenoxyethanol/ methylparaben/ ethylparaben/ propylparaben / buthylparaben, and Parfum (butylphenylmethylpropional, benzyl salicylate, citrinellol, coumarin, hexyl cinnamal, linalcool) contra riscos provenientes de produtos químicos (tolueno, xileno, benzina, querosene, aguarrás, thinner, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, pós em geral, ácido fosfórico diluído a 15%, ácido clorídrico diluído a 15%, ácido sulfúrico diluído a 15%, ácido acético diluído a 10%, hidróxido de sódio diluído a 10%). VALIDADE DO PRODUTO: no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.

Observação: LICITANTE QUE COTOU O ITEM NÃO ATENDEU A EXIGENCIA DO ITEM 5.3 ALÍNEA E DO EDITAL

ITEM 7 - Escada Extensível para apoiar em poste ou parede. Montantes perfil "U" de resina termoplástica reforçada com fibra de vidro, garantindo alta resistência mecânica com baixo peso. Degraus de liga de alumínio tratada termicamente, perfil "D" e antiderrapantes para maior segurança. Resistência mecânica e química. Não condutora de energia elétrica. Usada para serviços elétricos, profissionais de manutenção, pintura, etc. Sapatas de borracha antiderrapantes. Cinta de nylon revestida de borracha vulcanizada para apoio no poste. Sistema de corda, roldana e catraca, engate automático e bandeirola de advertência. Dimensões: Fechada: 3,90 m; Estendida: 6,60 m; Largura da base: 38 cm; Degraus úteis: 21; Afastamento máximo do pé da escada até o ponto de apoio: 1,32 m (1/5 da altura). Sobreposição dos lances: 1,20 m; Carga Admissível: 120 kg; modelo deve Atender a ABNT NBR 16.308

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1.715,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	1.690,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.688,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.600,0000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.590,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.500,0000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.495,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.450,0000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.445,0000	
4	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.400,0000	
5	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.380,0000	
5	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.300,0000	
6	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.290,0000	
6	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.200,0000	
7	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	1.290,0000

O licitante JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 7 deste Pregão Presencial o fornecedor JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT pelo valor de R\$ 1.200,0000 (um mil e duzentos reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 8 - Fita aderente preta e/ou cinza, em papel impermeabilizante com composto de óxido de alumínio (tipo lixa) e adesivo a base vegetal, para utilização em diversos tipos de piso como: madeira, cerâmica, pedra polida, cimento, granilite, etc., em áreas internas e externas de rampas e escadas; autoadesiva, a prova d'água com alta resistência a componentes químicos.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	77,9000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	77,5000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	69,9800

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	69,5000	
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	69,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	68,0000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	67,5000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	66,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	65,0000	
3	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	64,5000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	64,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Desistiu	Desistiu	65,0000
4	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	63,5000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	62,0000	
5	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Desistiu	Desistiu	63,5000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 8 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 62,0000 (sessenta e dois reais).

Observação: DIMENSÃO DE 50MT X

ITEM 9 - Máscara de segurança para trabalhos de soldagem, composta de escudo de poliamida ou polipropileno, com carneira de polietileno, com regulagem de tamanho através de ajuste simples ou catraca. Possui visor fixo ou basculante (articulado). No caso do visor fixo, este suporta uma placa de cobertura na parte externa, o filtro de luz e uma placa plástica na parte interna. Quando o visor é articulado, ele suporta uma placa de segurança e uma placa de cobertura com filtro de luz na parte basculante e são fixadas ao visor através de uma peça de metal (tipo arame) no visor basculante e suporte plástico preto que se encaixa nas fendas laterais do visor fixo. O filtro de luz é confeccionado em policarbonato de tonalidade 10 e as placas de cobertura e de segurança em policarbonato incolor. O escudo é preso à carneira através de dois parafusos metálicos. VALIDADE C.A.; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	55,0000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	55,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	54,9000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	55,0000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 9 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 54,9000 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 12 - PROTETOR AUDITIVO DE SEGURANÇA TIPO INSERÇÃO, PRÉ- MOLDADO COM 3 FLANGES DE TAMANHOS VARIADOS, CONFECCIONADO EM SILICONE COM O CORDÃO EM POLIÉSTER RESISTENTE. Atenuação 18dB.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	1,7500
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1,7500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1,7400	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	1,7500

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 12 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 1,7400 (um real e setenta e quatro centavos).

ITEM 13 - Protetor solar FPS 50 ou superior, de formulação não oleosa, não comedogênica, não utilizar filtro químico; Ácua-resistente, persistindo sobre a pele por pelo menos 2,5 horas; com proteção contra radiação UVA/UVB; Hipoalergênico; Dermatologicamente testado; Fator de proteção contra radiação UVA; com repelente contra insetos. VALIDADE; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega. Com Registro válido no Ministério da Saúde

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	18,9000	

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 13 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 18,9000 (dezoito reais e noventa centavos).

Observação: AS EMPRESAS "JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS", "MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA", "ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI" NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO EXIGIDO NO ITEM 5.3 ALÍNEA "E" DO EDITAL, SENDO CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS.

Sobre a documentação dos licitantes: AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE AS LICITANTES APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS HABILITADAS. FICA APRAZADO ATÉ DIA 24/04/2020 ÀS 19:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA ENTREGA DE AMOSTRA DE TODOS OS ITENS VENCEDORES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 17.1 DO EDITAL.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 14:34 horas do dia 7 de Abril de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELLPregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA Representante

LUCAS VICTOR KRUTZMANN Representante

MARCOS AURELIO EGER Representante

AGNALDO MARTINS DE SOUZA Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial N° 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA N° 1 - 2020

Reuniram-se no dia 07/04/2020, às 14:24:49, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 622/2018 com o objetivo de JULGAMENTO PROPOSTA HABILITAÇÃO DOCUMENTAÇÃO EM LICITAÇÃO tratando do Edital de Pregão Presencial N° 30 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12633 ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	CNPJ: 35.436.095/0001-75
12161 JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	CNPJ: 01.276.119/0001-54
12035 MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	CNPJ: 27.720.223/0001-80
12356 RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	CNPJ: 33.159.725/0001-86

ITEM 3 - BOTA OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO (0,34CM OU ACIMA), IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, SEM FORRO, SOLADO ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM TRABALHOS EM LOCAIS ÚMIDOS, LAMACENTOS, ENCHARCADOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E SIMILARES

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	25,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	25,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	24,9500	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	23,9000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	24,9500
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	23,7500	

Em conformidade a lei 123/2006 das micros e pequenas empresas, foi convocado pelo pregoeiro o licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 para dar seu último lance para o item 3 deste Pregão Presencial, o qual apresentou nova proposta no valor de R\$ 23,7500 (vinte e três reais e setenta e cinco centavos). Considerando vantajoso para o município, o pregoeiro declara-o vencedor.

ITEM 4 - CAPACETE DE SEGURANÇA COMPLETO COM CARNEIRA, CLASSE B, TIPO II (COM ABA FRONTAL), SUSPENSÃO EM PEBD, COM REGULAGEM POR DENTES E TIRA ABSORVENTE DE SUOR, PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBEJTO SOBRE O CRÂNIO E CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS. MARCAÇÃO DO CA NA PARTE INTERNA DA ABA FRONTAL. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	18,9000
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	18,0000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	0,0000	17,8000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	17,7000	
2	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	17,8000

O licitante MGS COMERCIO DE PECAS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 4 deste Pregão Presencial o fornecedor MGS COMERCIO DE PECAS LTDA pelo valor de R\$ 17,7000 (dezessete reais e setenta centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 6 - Creme de proteção, classificado como Grupo 2 / Óleo Resistente, homogêneo, de cor branca, odor característico e pH "in natura" igual a 6,85. Composto de: Aqua, Cetearyl alcohol, Cateareth-20, Glyceryl stearate, Petrolatum, Stearic acid, BHT, Glicerín, Propylene glycol, Mineral oil, Dimethicone, Trifluoropropyldimethylsiloxyl trimethylsiloxysilicate/ dimethicone, Aminomethyl propanol, Phenoxyethanol/ methylparaben/ ethylparaben/ propylparaben / butylparaben, and Parfum (butylphenylmethylpropional, benzyl salicylate, citrinellol, coumarin, hexyl cinnamal, linalcool) contra riscos provenientes de produtos químicos (tolueno, xileno, benzina, querosene, aguarrás, thinner, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, pós em geral, ácido fosfórico diluído a 15%, ácido clorídrico diluído a 15%, ácido sulfúrico diluído a 15%, ácido acético diluído a 10%, hidróxido de sódio diluído a 10%). VALIDADE DO PRODUTO: no mínimo 2 anos a partir da data de entrega.

Observação: LICITANTE QUE COTOU O ITEM NÃO ATENDEU A EXIGENCIA DO ITEM 5.3 ALÍNEA E DO EDITAL

ITEM 7 - Escada Extensível para apoiar em poste ou parede. Montantes perfil "U" de resina termoplástica reforçada com fibra de vidro, garantindo alta resistência mecânica com baixo peso. Degraus de liga de alumínio tratada termicamente, perfil "D" e antiderrapantes para maior segurança. Resistência mecânica e química. Não condutora de energia elétrica. Usada para serviços elétricos, profissionais de manutenção, pintura, etc. Sapatas de borracha antiderrapantes. Cinta de nylon revestida de borracha vulcanizada para apoio no poste. Sistema de corda, roldana e catraca, engate automático e bandeirola de advertência. Dimensões: Fechada: 3,90 m; Estendida: 6,60 m; Largura da base: 38 cm; Degraus úteis: 21; Afastamento máximo do pé da escada até o ponto de apoio: 1,32 m (1/5 da altura). Sobreposição dos lances: 1,20 m; Carga Admissível: 120 kg; modelo deve Atender a ABNT NBR 16.308

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1.715,0000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	1.690,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.688,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.600,0000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.590,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.500,0000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.495,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.450,0000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.445,0000	
4	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.400,0000	
5	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.380,0000	
5	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.300,0000	
6	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1.290,0000	
6	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	1.200,0000	
7	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Desistiu	Desistiu	1.290,0000

O licitante JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 7 deste Pregão Presencial o fornecedor JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT pelo valor de R\$ 1.200,0000 (um mil e duzentos reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 8 - Fita aderente preta e/ou cinza, em papel impermeabilizante com composto de óxido de alumínio (tipo lixa) e adesivo a base vegetal, para utilização em diversos tipos de piso como: madeira, cerâmica, pedra polida, cimento, granilite, etc., em áreas internas e externas de rampas e escadas; autoadesiva, a prova d'água com alta resistência a componentes químicos.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12035	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Sim	77,9000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	77,5000
12161	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Sim	69,9800

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	69,5000	
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	69,0000	
1	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	68,0000	
2	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	67,5000	
2	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	66,0000	
2	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	0,0000	65,0000	
3	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	64,5000	
3	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	64,0000	
3	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	Desistiu	Desistiu	65,0000
4	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	0,0000	63,5000	
4	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	62,0000	
5	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Desistiu	Desistiu	63,5000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 8 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 62,0000 (sessenta e dois reais).

Observação: DIMENSÃO DE 50MT X

ITEM 9 - Máscara de segurança para trabalhos de soldagem, composta de escudo de poliamida ou polipropileno, com carneira de polietileno, com regulagem de tamanho através de ajuste simples ou catraca. Possui visor fixo ou basculante (articulado). No caso do visor fixo, este suporta uma placa de cobertura na parte externa, o filtro de luz e uma placa plástica na parte interna. Quando o visor é articulado, ele suporta uma placa de segurança e uma placa de cobertura com filtro de luz na parte basculante e são fixadas ao visor através de uma peça de metal (tipo arame) no visor basculante e suporte plástico preto que se encaixa nas fendas laterais do visor fixo. O filtro de luz é confeccionado em policarbonato de tonalidade 10 e as placas de cobertura e de segurança em policarbonato incolor. O escudo é preso à carneira através de dois parafusos metálicos. VALIDADE C.A.; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	55,0000
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	55,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	54,9000	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	55,0000

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 9 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 54,9000 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/4
 Data: 07/04/2020
 Processo: 30/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 30
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

ITEM 12 - PROTETOR AUDITIVO DE SEGURANÇA TIPO INSERÇÃO, PRÉ- MOLDADO COM 3 FLANGES DE TAMANHOS VARIADOS, CONFECCIONADO EM SILICONE COM O CORDÃO EM POLIÉSTER RESISTENTE. Atenuação 18dB.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12633	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Sim	1,7500
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	1,7500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	1,7400	
1	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Desistiu	Desistiu	1,7500

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 12 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 1,7400 (um real e setenta e quatro centavos).

ITEM 13 - Protetor solar FPS 50 ou superior, de formulação não oleosa, não comedogênica, não utilizar filtro químico; Ácua-resistente, persistindo sobre a pele por pelo menos 2,5 horas; com proteção contra radiação UVA/UVB; Hipoalergênico; Dermatologicamente testado; Fator de proteção contra radiação UVA; com repelente contra insetos. VALIDADE; no mínimo 2 anos a partir da data de entrega. Com Registro válido no Ministério da Saúde

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
12356	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	Sim	18,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	0,0000	18,9000	

O licitante RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 13 deste Pregão Presencial o fornecedor RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902 pelo valor de R\$ 18,9000 (dezoito reais e noventa centavos).

Observação: AS EMPRESAS "JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS", "MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA", "ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI" NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO EXIGIDO NO ITEM 5.3 ALÍNEA "E" DO EDITAL, SENDO CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS.

Sobre a documentação dos licitantes: AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE AS LICITANTES APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS HABILITADAS. FICA APRAZADO ATÉ DIA 24/04/2020 ÀS 19:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA ENTREGA DE AMOSTRA DE TODOS OS ITENS VENCEDORES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 17.1 DO EDITAL.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 14:34 horas do dia 7 de Abril de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELLPregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA Representante

LUCAS VICTOR KRUTZMANN Representante

MARCOS AURELIO EGER Representante

AGNALDO MARTINS DE SOUZA Representante

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2020 - MÁSCARAS DESCARTÁVEIS PARA PREVENÇÃO AO COVID-19

Publicação N° 2432455

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DESCANSO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 12/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Descanso torna pública a Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93: Contratada: ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.006.278/0001-40, com sede na Rua Coronel Pedro Demoro, nº 1440, Florianópolis/SC. Objeto: Aquisição de materiais (máscaras descartáveis com elástico) para prevenção ao contágio do novo Coronavírus e disseminação da COVID-19, a serem utilizados pelos profissionais da saúde, por dispensa de licitação fundamentada no inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93. Valor de R\$ 8.394,00 (oito mil, trezentos e noventa e quatro reais). Demais informações encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 07 de abril de 2020.
Cléber Luiz Rech
Gestor FMS

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2020 - PMD

Publicação N° 2432585

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação N° 13/2020

O Município de Descanso torna publica a Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93: Contratada: Agropecuária Trifel LTDA, CNPJ: 01.787.541/0001-74. Objeto: Aquisição de reservatórios de água (tipo cisterna) para instalação das mesmas em locais estratégicos do município para abastecimento de água para consumo humano, devido á falta de chuvas e estiagem que atinge este município, conforme nos termos do decreto 2119/2020, de 30 de março de 2020. Valor total de R\$9.760.00. Demais informações encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 03 de abril de 2020.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 14/2020 - PMD

Publicação N° 2432768

MUNICIPIO DE DESCANSO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2020
Dispensa de Licitação N° 14/2020

O Município de Descanso torna pública a Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93: Contratada: ABRA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.598.054/0001-78, com sede na Avenida Nereu Ramos, 1956, Letra E, bairro Passo dos Fortes, Chapecó/SC. Objeto: Aquisição de conjunto de coroa e pinhão para manutenção e recuperação da Retroescavadeira NH B95B, para realização de limpeza e abertura de fontes de água, em virtude da Situação de Emergência provocada pela estiagem, conforme o Decreto 2119/2020, de 30 de março de 2020. Valor total de R\$5.136,00. Demais informações encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 07 de abril de 2020.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 28-2020 - TOMADA DE PREÇOS 52-2020 - PMDC

Publicação N° 2432501

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 28/2020 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Valor : 240.000,00 (duzentos e quarenta mil e reais)

Vigência : Início: 07/04/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 52/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA ADELINO MANGINI, NA CIDADE DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 7 de Abril de 2020

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 52-2020 - PMDC

Publicação N° 2432496

TOMADA DE PREÇO N° 52/20

PROCESSO LICITATÓRIO N° 52/20

HOMOLOGAÇÃO: 07/04/20

CONTRATADO: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRAOBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO
VIÁRIA NA AVENIDA ADELINO MANGINI, NA

CIDADE DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME

ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil e reais)

DATA: 07/04/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Dona Emma

PREFEITURA

DECRETO Nº 038/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433220

DECRETO Nº 038/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 029/2020, de 25 de março de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 029/2020, de 25 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – pelo período de 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020:

..... ” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 8 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Dona Emma (SC), 07 de abril de 2020.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE

Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA 922/2020

Publicação Nº 2433021

LEI ORDINÁRIA Nº 922, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o repasse de recursos dos Convênio 0048/DETRAN/ASJUR/2020 (Trânsito) de que trata a Lei nº 761, de 25/05/2010, para aquisição de material aos Policiais Militares de Doutor Pedrinho.

A Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a repassar recursos no valor de R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais) do Convênio nº 0048/DETRAN/ASJUR/2020 (Trânsito), para aquisição de 01 (uma) Placa Balística Nível IIII Stand Alone, ao Fundo de Melhorias da Polícia Militar de Santa Catarina – FUMPOM (CNPJ nº 13.925.994/0001-07).

§ 1º – O convênio de que trata o “caput” deste artigo tem por objetivo estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização trânsito; aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização das vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro – CTB, no Município de Doutor Pedrinho, pela Polícia Militar.

§ 2º – A finalidade disposta nesta Lei já está contemplada na Cláusula Oitava do Convênio nº 0048/DETRAN/ASJUR/2020.

Art. 2º - Para os encargos decorrentes desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no orçamento geral do corrente exercício, no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), na seguinte dotação:

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MAN. DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
333000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	
3100000	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR	3.600,00
TOTAL		3.600,00

Art. 3º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das dotações relacionadas nas seguintes dotações:

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MAN. DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3100000	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR	3.600,00
TOTAL		3.600,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 07 de abril de 2020; 32º ano de Fundação; 30º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de abril de 2020.

TARCÍSIO LENZI

Chefe de Gabinete.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PRAZO - CONTRATO Nº 31/2019

Publicação Nº 2432886

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 031/2019
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Considerando-se o resultado da Licitação Tomada de Preços nº 026/2018 promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e demais legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 031/2019;

Considerando-se a necessidade de finalização dos trabalhos para a conclusão do Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) do Município de Doutor Pedrinho, a disponibilidade da Contratada e a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2020 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme Terceira do Termo de Contrato e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por seu prefeito em exercício, Sr. ARTINO DALPIAZ, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.380.547/0001-41, com sede na rua Gisela, nº 1693, ap.801, bairro Bela Vista, cidade de São José – SC, representada por LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS, inscrito(a) no CPF nº 001.495.880-54, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo fica prorrogado, estendendo-se até 30/06/2020, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, 30 de março de 2020.

CONTRATANTE
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

CONTRATADA
LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS
LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS E CIA LTDA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO OAB/SC 52.912

Testemunhas:

TARCÍSIO LENZI

TICIANE EUGÊNIA LENZI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - QUANTITATIVO - CONTRATO Nº 26/2020

Publicação Nº 2432858

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 26/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - QUANTITATIVO

CONSIDERANDO o teor do Processo de Dispensa de Licitação, Contratação Direto nº 18/2020), e disposições da Lei Federal nº 13979/2020 e alterações e demais legislação pertinente e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 026/2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, dispondo sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO que o Município de Doutor Pedrinho está aguardando para efetuar a contratação de um médico com carga horária de 40h através de concurso público, o qual já foi aberto, porém devido a pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), o mesmo encontra-se suspenso por prazo indeterminado.

CONSIDERANDO que há uma chamada pública em aberto para contratação de um médico em caráter emergencial, contudo o profissional a ser contratado necessita de alguns dias para poder assumir efetivamente o cargo;

CONSIDERANDO que a presença de um médico na Unidade Básica de Saúde é de extrema importância para o atendimento dos munícipes,

e que a saúde é direito de todos e dever do Estado, conforme preceituado na Constituição Federal de 1988.
CONSIDERANDO a previsão contratual e legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social – CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa CORREIA E KELMER CLÍNICA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.796.616/0001-81, situado à Rua Arthur Gieseler, nº 639, Bairro Velha, cidade de Blumenau - SC, CEP: 89.041-240, neste ato representado pelo Sr. FABRÍCIO CORREIA, CPF sob nº 060.309.256-01 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

0.1 - Fica aditado ao objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 026/2020, os seguintes itens e quantitativos:

ITENS A ADITAR:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	HORA	20	CONSULTA EM CLÍNICA GERAL	R\$ 125,00	R\$ 2.500,00
TOTAL GERAL:				R\$ 2.500,00	

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica acrescido o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ao valor total previsto no Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do contrato ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, em 03 de abril de 2020.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATADA

CORREIA E KELMER CLÍNICA MÉDICA LTDA
FABRÍCIO CORREIA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

TICIANE EUGÊNIA LENI
GESTORA/FISCAL

Testemunhas:

TARCÍSIO LENZI

FELIPE ISENSEE

RESULTADO PROVISÓRIO - CHAMADA PÚBLICA - 04/2020 - ENGENHEIRO 40H

Publicação Nº 2433186

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DA CHAMADA PÚBLICA 04/2020 – ENGENHEIRO – 40H

Às 10:30 horas do dia 30 de março de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal, estiveram presentes os membros da comissão avaliadora da chamada pública 04/2020. A comissão se reuniu para a abertura e conferência dos documentos encaminhados por e-mail, conforme determinava no Edital. Para análise dos documentos primeiramente leu-se todos os critérios estabelecidos no Edital da Chamada Pública. Constatou-se que seis candidatos encaminharam a documentação, porém a candidata Géssica Olívia Schlocobier não apresentou registro no CREA válido, enquanto que o candidato Julemir Bauer de Aguiar encaminhou a documentação por mensagem eletrônica após o encerramento do prazo, desatendo à regra do Edital, sendo, portanto, ambos desclassificados. Após a comprovação de atendimento de todas as exigências previstas no edital pelos demais candidatos, passou-se a contagem de tempo de serviço, porém nenhum candidato comprovou tempo nos termos do Edital, assim ficando a classificação final em razão da idade dos classificados:

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2020

A Comissão Avaliadora da Chamada Pública nº 04/2020, vem a público divulgar o resultado da chamada, em cumprimento ao disposto no respectivo Edital:

Cargo de Engenheiro – 40h

RESULTADO	CLASS.	CANDIDATO E DATA DE NASCIMENTO
-----------	--------	--------------------------------

Classificado	1º	MarcMarcio Lavina – 27/12/1981
Classificado	2º	Hugo Tomaz de Carvalho – 27/04/1992
Classificado	3º	Giovani Marcarini – 07/09/1996
Classificado	4º	Romilson Assis Maia – 20/04/1997
Desclassificado	-	Juelmir Bauer de Aguiar
Desclassificado	-	Géssica Olivia Schlocobier

DESTE RESULTADO PROVISÓRIO PODERÃO OS CANDIDATOS APRESENTAR RECURSO NO PRAZO DE UM DIA ÚTIL APÓS A DIVULGAÇÃO. Sem mais para o momento dou por encerrada esta ata que vai assinada por mim, Roni Andreas Maeda Hassler e demais membros da comissão.

TARCÍSIO LENZI ANDRÉ LUIZ MAZZI
Membro da Comissão Membro da Comissão

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Membro da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER CEF - PLO 07-2020

Publicação N° 2433096

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 07/2020

Autoriza o repasse de recursos dos Convênio 0048/DETRAN/ASJUR/2020 (Trânsito), de que trata a Lei nº 761, de 25/05/2010, para aquisição de material aos Policiais Militares de Doutor Pedrinho.

O Projeto de Lei vem para manifestação desta Comissão Permanente pois concorre para aumentar a despesa pública, atraindo a incidência do art. 48, V, do Regimento Interno do Poder Legislativo.

Entretanto, como se trata de um único repasse de recursos arrecadados com a aplicação de multas de trânsito no município, sem afetar outras fontes de recursos e sem qualquer obrigação adicional ou continuada, também não prejudica o equilíbrio fiscal, dispensando-se qualquer estimativa de impacto financeiro decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como ressalvado no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tanto a LDO (Lei nº 910, de 29/10/2019 – art. 20), quanto a LOA (Lei nº 917, de 23/12/2019 – art. 9º) do presente exercício já autorizam “o custeio de despesas ou serviços de competência de outros Entes da Federação pela Administração Municipal quando houver convênios, acordos ou ajustes e a respectiva autorização e os recursos na lei orçamentária” e que “O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congêneres”.

Logo, a presente proposição atende a exigência de autorização para o referido custeio de despesa de competência do Estado (compra de EPI aos seus policiais), sendo que não existe qualquer evidência que a contribuição dada pela municipalidade venha a prejudicar suas próprias atividades.

Por fim, quanto a viabilidade de uso dos recursos decorrentes de multas de trânsito para esta finalidade, é de se ressaltar que o artigo 10, II, da Resolução CONTRAN nº 638, de 30/11/2016, ao dispor “sobre as formas de aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme previsto no caput do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB”, já estabelece que “São considerados elementos de despesas com policiamento e fiscalização” a aquisição de “material e equipamento para policiamento”.

Desta forma, muito ocorra aumento na despesa pública, especialmente no atual contexto, opinamos pela COMPATIBILIDADE e ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 07/2020, com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e da Lei Orçamentária, razão pela qual entendemos que possa ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se. Registre-se.
Doutor Pedrinho - SC, 07 de abril de 2020.
Luiz Henrique Stollmeier
Presidente

Amélio Alves Fernandes
Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones
Membro

PARECER CJR - PLO 07-2020

Publicação Nº 2433094

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 07/2020**

Autoriza o repasse de recursos dos Convênio 0048/DETRAN/ASJUR/2020 (Trânsito), de que trata a Lei nº 761, de 25/05/2010, para aquisição de material aos Policiais Militares de Doutor Pedrinho.

A proposição vem a esta Comissão Permanente para manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e de redação.

Deste modo, tem-se que o Projeto não deve obediência a nenhuma regra específica do Regimento Interno, e encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa, atendendo-se aos aspectos formais.

Além disso, a proposição trata de assunto de interesse local, conforme previsão do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, devendo ser disciplinado por lei municipal.

No âmbito local, incide as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 910, de 29/10/2019), que ressalva em seu art. 20: “Fica autorizado o custeio de despesas ou serviços de competência de outros Entes da Federação pela Administração Municipal quando houver convênios, acordos ou ajustes e a respectiva autorização e os recursos na lei orçamentária”, bem como a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 917, de 23/12/2019), que dispõe em seu art. 9º: “O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congêneres”.

Por outro lado, de acordo com o parágrafo terceiro do artigo 47 do Regimento Interno da Câmara, não é caso de manifestação sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade.

Desta forma, estão atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, e, diante da situação exposta, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 07 de abril de 2020.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

Entre Rios

PREFEITURA

PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2433273

PARECER JURÍDICO À Secretária Municipal de Saúde

Interessado: Sônia da Rosa Lentz Belém

Interessado: Município de Entre Rios/SC

Assunto: Afastamento de servidor para participação em curso

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Secretária Municipal de Saúde, sobre o pedido de horário especial apresentado pela Servidora Marieli Neuhaus para participação em curso.

Pela Secretária, foi apresentado requerimento da referida Servidora, a qual solicitou seu afastamento de trabalho nas sextas-feiras, para que pudesse estudar em curso na Aldeia Sede, no curso de pedagogia pela UNOCHAPECÓ, informando ainda, que iria trabalhar em horas a mais durante a semana, para compensar os dias faltantes, e de requerimento da referida Secretária, solicitando parecer jurídico.

O requerimento veio acompanhado de atestado de frequência emitido pela referida universidade.

Esse era o relatório, assim, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

II- DO FUNDAMENTO:

Denota-se de que o requerimento da Servidora Marieli Neuhaus está devidamente acompanhado de atestado de matrícula de curso, este emitido pela UNOCHAPECÓ, com data recente (08/03/2020), e ainda, de solicitação de parecer pela Secretária da pasta em que a Servidora é vinculada, fatos dos quais, presume interesse e veracidade do contido no requerimento.

Pelos fatos narrados no pedido em apreço, se constata que deve ter apreciação de três matérias de mérito, o que passo a apreciar de forma separada.

a) Do horário especial para participação em curso

Acerca do direito de a Servidora se afastar do trabalho para realização de curso, vejo que tal direito deve ser concedido, uma vez que a Administração Pública não pode ter o controle na decisão de opção de realização de curso de servidores, nem mesmo, pode obstar que estes busquem formações ou aperfeiçoamentos.

Mas para que haja a concessão de horário especial, deve ser observada a autorização legislativa, bem como, preenchimentos de requisitos, neste caso, a verificação de legislação municipal autorizativa, e como de costume, tais previsões, constam nos estatutos dos servidores públicos, sendo em nosso caso, a Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007, em seus artigos 82 e 107, onde trata do objeto constante no requerimento da Servidora, pois veja:

“Art. 82. Conceder-se-á ao servidor licença:

VII – para capacitação;

§3º. A licença concedida dentro do prazo de 30 (trinta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.” (Grifei).

“Art. 107. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

II – para desempenho de missão ou estudos, em qualquer parte do Território Nacional, ou no exterior, com autorização expressa do Prefeito Municipal, ou do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme o caso;”. (Grifei).

A aludida legislação, em seu artigo 108, §1º, I, §2º e §3º, trata sobre a concessão de horário especial para estudos, e os requisitos para a concessão, pois veja:

“Art. 108. Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, nos termos deste artigo.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por servidor estudante, exclusivamente, aquele que freq-enta curso superior regular, em instituição de ensino superior regular e a concessão se dará:

I – para a freq-ência às aulas, conforme dispuser a grade curricular normal, com desconto, em folha de pagamento proporcional ao período ou aos períodos de afastamento concedidos, quando não possível a compensação, nos termos dos arts. 197 a 199, desta Lei;

§ 2º. A concessão prevista no inciso I, do parágrafo anterior, limita-se a 50% (cinquenta por cento) da carga horária semanal do cargo ou da função de lotação do servidor beneficiado.

§3º. O Servidor requererá a concessão prevista neste artigo, juntando a comprovação que justifique o pleito à concessão.” (Grifei).

Com amparo ao acima disposto, vale destacar, a disposição do artigo 98, §1º, da Lei Federal nº. 8.112/90:

“Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.” (Grifei).

Ainda para melhor apreciação do mérito, e amparo a dúvida a ser dirimida com o presente parecer, vejo que é de grande importância, destacar a autorização legislativa municipal sobre a compensação de horas, o que possui a previsão nos artigos 197 e 198:

“Art. 197. Presente a necessidade e havendo interesse da Administração, a bem do serviço público, a jornada de trabalho poderá ser acrescida de horas complementares, em número não excedentes à duas horas diárias, podendo ser consideradas como horas excedentes para compensação.

§1º. A compensação de que trata este artigo, se operacionalizará com acréscimo de 50% (cinq-enta por cento) ou 100% (cem por cento) no número de horas a compensar, segundo dispõe o artigo 66 desta Lei.

§2º. Quando a compensação objetivar a realização de horas excedentes para compensar afastamentos anteriormente concedidos, em horário normal de trabalho, não se aplicarão as disposições previstas no parágrafo anterior.”. “Art. 198. As horas excedentes não serão remuneradas, salvo o disposto no § 2º do artigo seguinte.”.

Diante das normas acima descritas, se denota de forma clara, de que o servidor público possui o direito de horário especial para estudo, vale por ora, analisar o preenchimento de requisitos para concessão de horário especial.

Um dos principais requisitos é a comprovação de estar matriculado em cursos ou pós-graduações, o que restou devidamente comprovado pela Servidora, uma vez que apresentou atestado emitido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, onde informa que a Servidora está matriculada de forma regular, no Curso Intercultural em Pedagogia (Licenciatura) Licenciado em Pedagogia, integral, no 1º semestre letivo de 2020.

Outro requisito a ser preenchido pelo Servidor, é a incompatibilidade de horário escolar e da repartição, o que é notório, uma vez que os horários em que a Servidora trabalha, é das 07:30hrs às 11:30hrs, e das 13:00hrs às 17:00hrs, e os horários do curso são das 13:30hrs às 17:55hrs, conforme se verifica no atestado apresentado.

Portando, se verifica de que a Servidora possui o direito pleiteado, e entendo que deve ser deferido seu pedido, desde que seja possível a compensação de horários junto a Secretaria Municipal de Saúde, a ser disciplinada a compensação pela Secretária da respectiva pasta, caso contrário, deve ser efetuado o desconto em folha de pagamento, isso nos termos do artigo 108, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007.

b) Do período de horário especial

Conforme se denota no atestado apresentado, a Servidora está frequentando o curso nas sextas-feiras e no período vespertino, sendo os horários das 13:30hrs. às 15:55hrs., das 18:00hrs., às 22:25hrs.

Ocorre que a Servidora não noticiou e nem provou que necessita do período matutino para o deslocamento para a sede do curso, o que se presume que deste período, não necessita de horário especial.

Assim, o que deve ser efetuado, é a concessão de horário especial, sendo nas sextas-feiras, no período vespertino.

c) Da competência de decisão da concessão do horário especial

Conforme se denota no pedido apresentado pela Servidora, este restou direcionado a Secretária Municipal de Saúde, tendo esta, solicitado parecer jurídico.

Data Vênia ao pedido apresentado e a Secretária Municipal de Saúde, mas esta não tem poder/competência para decidir sobre o direito requerido, uma vez que cabe tão somente ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sobre a competência para decidir sobre a concessão de horário especial, cumpre destacar, a disposição do artigo 107, II, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007:

“Art. 107. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

II – para desempenho de missão ou estudos, em qualquer parte do Território Nacional, ou no exterior, com autorização expressa do Prefeito Municipal, ou do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme o caso;”. (Grifei).

Vale enfatizar, o direito de petição da Servidora, isso previsto nos artigos 111-112, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007:

“Art. 111. É assegurado ao servidor o direito de requerer ao Poder Público, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art. 112. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e da decisão dará conhecimento ao servidor requerente, através da chefia imediata deste.”

Portanto, para a deliberação da concessão ou não de horário especial, cabe tão somente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo o requerimento e seus anexos, e o presente parecer, serem encaminhados a aquele.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere-se: a) que seja deferido o pedido da Servidora, desde que seja possível a compensação de horários, sendo nas sextas-feiras, no período vespertino, caso contrário, deve ser efetuado o desconto em folha de pagamento; e b) para a deliberação da concessão ou não de horário especial, que seja o requerimento e seus anexos, e o presente parecer, encaminhados ao chefe do Poder Executivo. É o parecer, salvo entendimento diverso da Secretária Municipal de Saúde e do Chefe do Poder Executivo.

Setor Jurídico, Entre Rios/SC, 07 de abril de 2020.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO

OAB/SC 42.539

(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido à consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

PORTARIA Nº 145/2020

Publicação Nº 2432745

Portaria nº. 145, de 07 de abril de 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA EMPRESA METTAL OESTE CONSTRUÇÕES EIRELI, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o município de Entre Rios/SC laçou o Processo Licitatório nº. 031/2018, Tomada de Preço nº. 002/2018, tendo por objeto continuação da obra de construção da quadra poliesportiva coberta, na sede do município de Entre Rios/SC, com área total de 980,40m², sendo projeto padrão FNDE;

CONSIDERANDO que a Empresa Mettal Oeste Construções Eireli restou vencedora do processo licitatório em epigrafe, tendo originado o Contrato Licitatório de nº. 26/2018, e posteriores aditivos;

CONSIDERANDO que por várias vezes foi cobrada a Empresa Mettal Oeste Construções Eireli para a ideal execução da obra, e entrega no prazo estabelecido no contrato e nos seus aditivos;

CONSIDERANDO que foram realizados aditivos ao contrato licitatório, onde houve prorrogação de prazo para a entrega da obra, sendo 31 de outubro de 2019, pelo aditivo, e que pelo Simec o prazo seria a data de 31 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo Engenheiro desta Administração, o qual após vistoria na obra, concluiu que "O prazo final para a conclusão já finalizou e a obra encontra-se inacabada";

CONSIDERANDO que após envio de vistorias para o sistema Simec, este, após avaliação apresentou as inconformidades, as quais seguem em anexo o relatório e grifado;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.2, do contrato licitatório restou especificado que a obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli é de executar os serviços conforme projeto(s), observando rigorosamente os princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis, independentes de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.4, ficou como obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli em assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.6, ficou como obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli de refazer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização da Secretaria competente do Município, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.7, ficou como obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli de assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao Notificante ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste contrato, decorrentes de culpa ou dolo da Empresa ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e ainda de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.14, ficou como obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli de assumir prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do Município, cujas reclamações se obrigam a atender no prazo máximo que for concedido por escrito;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.20.1, ficou como obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli que o não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.24, ficou como obrigação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli providenciar as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregue em perfeitas condições;

CONSIDERANDO que na cláusula 2.25, ficou como responsabilidade da Notificada pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização da Secretaria de Obra do Notificante e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

CONSIDERANDO que na cláusula 11.3.1, ficou estabelecido que os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do Notificante, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no "Livro Diário de Obras";

CONSIDERANDO que na cláusula 12.1, ficou estabelecido que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

CONSIDERANDO que na cláusula 12.2, ficou estabelecido que a Empresa Mettal Oeste Construções Eireli está obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas despesas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

CONSIDERANDO que na cláusula 12.3, ficou estabelecido que a execução deverá ser rigorosamente de acordo com os projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Departamento Técnico da Secretaria de Infraestrutura do Notificante;

CONSIDERANDO que na cláusula 13.1.1, ficou estabelecido que o Município pode determinar a Empresa Mettal Oeste Construções Eireli realizar reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o mesmo é insuficiente para dar aos serviços o andamento normal previsto;

CONSIDERANDO que na cláusula 13.1.12, ficou como prerrogativa do Município exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

CONSIDERANDO que na cláusula 13.1.4, ficou como prerrogativa da Administração agir e decidir em seu nome, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

CONSIDERANDO que na cláusula décima sétima, restou estabelecido o direito/dever do Município aplicar penalidades sanções pela inadimplência das condições estabelecidas no contrato licitatório;

CONSIDERANDO que Empresa Mettal Oeste Construções Eireli, foi notificada de forma extrajudicial para regularizar as inconformidades apresentadas nas obras, e nada o fez, nem tendo apresentado contra notificação, ou qualquer outro meio de resposta ou justificativas;
CONSIDERANDO a disposição do caput do artigo 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93 o que prescreve: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.";

CONSIDERANDO a disposição do caput do artigo 41, da Lei Federal nº. 8.666/93, que prescreve: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.";

CONSIDERANDO que para a Administração Pública possa aplicar sanções por falha/vícios na prestação de serviços e por inadimplência contratual, se faz necessário a instauração de processo administrativo, garantindo o contraditório e ampla defesa aos investigados;

CONSIDERANDO que a Administração Pública está atrelada ao princípio do interesse público, e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face da empresa Mettal Oeste Construções Eireli, para apurar responsabilidade referente a vícios/falha na prestação de serviços licitados, e/ou inadimplência contratual, que causaram danos ao erário, e dá outras providências.

Art. 2º. Fica nomeada Comissão Processante, composta por 05 (cinco) membros, sendo:

I - Presidente: Admir Hammerich;

II - Secretário: Rubia Paula de Maria Dell Osbel;

III - Membro: Jonas Elias Simonetti;

IV - Membro: Gilso Borges; e

V - Membro: Orides de Almeida Umbelino.

Parágrafo Único: A Comissão Processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do Processo Administrativo, bem como, ouvirá, as pessoas que tenham conhecimento, ou que possam prestar esclarecimento a respeito do pedido apresentado, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, aos Assessores Jurídicos do Município de Entre Rios/SC, Técnicos e Peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, asseguradas o sigilo necessário a elucidação dos fatos ou exigidos ao interesse da Administração.

Art. 3º. Fica assegurado a Empresa Mettal Oeste Construções Eireli, o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo 5º, LV, da Constituição Federal.

Art. 4º. Determino à publicação da presente Portaria, e, ato contínuo, oficie os membros da comissão acima nomeada para que, no prazo de 30 (trinta) dias, procedam à avaliação e decisão acerca do pedido apresentado.

Art. 5º. O rito do processo administrativo reger-se-á, pelo disposto na Lei Complementar Municipal nº. 018/2007, e demais leis pertinentes ao caso.

Art. 6º. A Comissão deverá promover a intimação/citação da Empresa Mettal Oeste Construções Eireli, para conhecimentos dos atos praticados no Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 7º. O Processo Administrativo Disciplinar deverá ser concluído no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da publicação da presente Portaria.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 07 de abril de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº 020, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432674

DECRETO Nº 020, de 06 de abril de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, da Lei nº 015, de 22 de abril de 1997 e alterada pela Lei nº 394, de 08 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Educação do Município de Ermo, conforme segue:

I - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Titular: Maicon Simão Emerim

II - 02 (dois) representantes dos servidores da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Turismo;

Titular: Márcia Maria da Silva Suplente: Giane Pires Leonardo

Titular: Maria Bernadete Marques Borges Suplente: Josiane Inácio dos Santos

III - 01 (um) representante da APAE;

Titular: Maria Cristina Bertoni Suplente: Clenir da Glória B. Crepaldi

IV - 02 (dois) representantes dos professores do Município;

Titular: Cristiani Possamai Furlaneto Suplente: Maristela Possamai Leonardo

Titular: Edinéia Machado Simão Suplente: Aline Marques

V - 01 (um) representante dos professores do Estado domiciliado no Município;

Titular: Paula de Oliveira Zanatta Suplente: Rosilene de Oliveira Teixeira

VI - 01 (um) representante da Comissão de pais e professores do Município;

Titular: Édna Maria dos Reis Simão Suplente: Itamar Nunes Marques

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 3º A função de conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Nº 017, de 04 de abril de 2018.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de abril de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4921/2020

Publicação Nº 2432715

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4921, DE 07 DE ABRIL DE 2020.
"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e, considerando dia de guarda religioso a Quinta -Feira,

DECRETA:

- Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 09 de abril de 2020.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, manterá seu serviço em regime de plantão.
Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição para atendimento de eventuais necessidades do serviço público.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul, em 07 de abril de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4922/2020

Publicação Nº 2432716

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4922, DE 07 DE ABRIL DE 2020.
"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL N.º 4886 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a carga horária da Servidora PATRICIA MARTINELLO, nomeada através do Decreto Municipal nº 4389, de 02 de fevereiro de 2018, para o Cargo de Agente Educativo, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Municipal nº 254, de 02 de julho de 2001.

Art. 2º O vencimento da servidora citada no artigo anterior, sofrerá um acréscimo na ordem de 100% (cem por cento), proporcionalmente ao aumento da carga horária.

Art. 3º A presente ampliação dar-se-á até 09 de maio de 2020, contando-se a partir de 10 de abril de 2020.

Art. 4º Fica concedido à Servidora Pública, ocupante do cargo de Agente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, a FUNÇÃO DE CONFIANÇA, no valor de 50% sobre o valor do nível 11, Grupo SEG (Serviços Gerais), sob a denominação de Coordenador das Atividades de Interesse Público, nível FC-3.

Art. 5º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de abril de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4923/2020

Publicação Nº 2433350

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL Nº 4923, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO E CONTROLE DA TRANSMISSÃO E REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 71, incisos V e XXXII, da Lei Orgânica Municipal, o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina e o disposto na Lei Nacional n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1.º do Decreto Municipal n.º 4915, de 25 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – PRORROGADAS em 05 (cinco) dias as medidas de SUSPENSÃO, contadas a partir de 08 de abril de 2020:

..... ” (NR)

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições previstas no Decreto Municipal nº 4911, de 18 de março de 2020, Decreto Municipal nº 4912, de 19 de março de 2020, Decreto Municipal nº 4914, de 23 de março de 2020, Decreto Municipal nº 4915, de 25 de março de 2020, Decreto Municipal nº 4918, de 31 de março de 2020 e Decreto Municipal nº 4919, de 31 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de abril de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 52/PMF/2020

Publicação Nº 2432681

AVISO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC
MODALIDADE: Edital Pregão Eletrônico Nº. 52/PMF/2020.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro de veículo da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de abril de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, nos endereços eletrônicos: <http://bllcompras.org.br> e www.forquilha.sc.gov.br onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 07:45 horas do dia 30/04/2020. A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Forquilha, 07 de abril de 2020.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO PMF 32/2020

Publicação Nº 2432698

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 32/PMF/2020
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – CASA DE REPOUSO SANTO EXPEDITO

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento de prestadores de serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade de serviço de acolhimento institucional para idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de ambos os sexos, com atendimento em instituição de longa permanência para idosos em situação de vulnerabilidade social – ILPI, obedecendo integralmente o termo de referência em anexo. Tal assistência deverá atender aos idosos do município de Forquilha.

VALOR – O valor do serviço prestado será o mesmo praticado na tabela acima, perfazendo o valor máximo de R\$ 72.799,92 (setenta e dois mil e setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) para o período de 12 (doze) meses, distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – O presente Termo Contratual vigorará a partir da data de sua assinatura por período de 12 meses.

DOTAÇÃO – 1301.2022.3390(199).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento Nº 43/PMF/2020

DATA DA ASSINATURA – 16 de março de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 04/2020

Publicação Nº 2432699

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 04/2020
TERCEIRA TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 02/2018
LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
LOCADOR – ANA CRISTINA HERR

DO OBJETO – Locação de imóvel com área de 1.360,17 m², com área construída de 200,75 m², localizada na Avenida 25 de julho, 3.130, Centro, Forquilha/SC, para atendimento ao CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha.

DA ALTERAÇÃO – Fica incluso o Parágrafo Único na Cláusula Quarta do Contrato FMS nº. 02/2018, com a seguinte redação: "As condições estruturais do imóvel locado poderão sofrer alterações por meio de benfeitorias executadas às custas do Locatário e afim de atender as necessidades deste, com a autorização do Locador, sem que seja necessário retornar à estrutura inicial do imóvel ao término da locação."

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 58 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 27 de fevereiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 10/2020

Publicação Nº 2432700

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 10/2020
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 26/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para ampliação e reforma da Unidade Básica de Saúde Nova York, localizada na Rua São José, Bairro Nova York, com área total de 282,22 m², afim de atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de prestação de serviços, objeto do Contrato nº. 26/FMS/2019 passando de 25/03/2020 para 24/04/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 23/04/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 18 de março de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 18/2020

Publicação Nº 2432701

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 18/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 27/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MCF CONSTRUÇÕES EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução de melhorias sanitárias domiciliares, incluindo sistema de tratamento de esgoto, conjunto sanitário com caixa d'água acoplada, filtro de barro e recipientes para coleta de resíduos sólidos, afim atender as necessidades do Município de Forquilha/SC conforme Convênio 839353/2016 (FUNASA).

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 1.212,12 (um mil duzentos e doze reais e doze centavos) ao Contrato nº. 27/PMF/2019.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução de serviços, passando de 18/04/2020 para 17/06/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 16/06/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de março de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO 08/2020

Publicação N° 2432479

NOTA DE REVOGAÇÃO 08/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 35/PMF/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO, através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da Administração Municipal de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

MOTIVO: Tendo em vista o cancelamento da Festa de Emancipação, Festa do Colono e Motorista do Município, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), sendo que o objeto em questão ficaria vinculado aos eventos supracitados, o Governo Municipal decidiu por, revogar o Pregão Presencial n°. 35/PMF/2020, considerando que o mesmo perde o interesse público.

Forquilha/SC, 07 de abril de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

003 - AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003_2020-PMF -

Publicação Nº 2432821

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2020 – FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0009/2020 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo (SC), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, torna público a Dispensa de Licitação nº 0003/2020, nos seguintes termos: Objeto: Dispensa de Licitação para Aquisição de Materiais de Insumos para o Enfrentamento Do COVID – 19. Prazo de Vigência: 01 a 30 de abril de 2020. Valor Total: R\$ 32.050,00 (trinta e dois mil e cinquenta reais). Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal 13.979/2020.

Fraiburgo(SC), 07 de abril de 2020.

Ayres Nogueira Junior – Secretário de Saúde

DECRETO Nº 083 - 2020

Publicação Nº 2432825

DECRETO Nº 083, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Procuradoria Geral		
02.01 – Procuradoria Geral		
04.122.0001.2.005 – Manutenção da Procuradoria Geral		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (11)	R\$	5.000,00
03.00 – Controladoria Interna		
03.01 – Controladoria Interna		
04.124.0001.2.006 – Manutenção da Controladoria Geral		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (14)	R\$	5.000,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (136)	R\$	45.000,00
08.244.0019.2.057 – Manutenção do CRAS		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (144)	R\$	5.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0010.2.037 – Gestão do SUS		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (32)	R\$	100.000,00

10.304.0011.2.039 – Vigilância Sanitária		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (40)	R\$	5.000,00
10.305.0011.2.040 – Vigilância Epidemiológica		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (44)	R\$	15.000,00
TOTAL	R\$	180.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Procuradoria Geral		
02.01 – Procuradoria Geral		
04.122.0001.2.005 – Manutenção da Procuradoria Geral		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (12)	R\$	5.000,00
03.00 – Controladoria Interna		
03.01 – Controladoria Interna		
04.124.0001.2.006 – Manutenção da Controladoria Geral		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (15)	R\$	5.000,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (132)	R\$	40.000,00
3.3.93 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0200 (137)	R\$	5.000,00
08.244.0019.2.057 – Manutenção do CRAS		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (146)	R\$	5.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0010.2.037 – Gestão do SUS		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (31)	R\$	70.150,00
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (34)	R\$	10.000,00
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (36)	R\$	19.850,00
10.304.0011.2.039 – Vigilância Sanitária		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (41)	R\$	5.000,00
10.305.0011.2.040 – Vigilância Epidemiológica		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (42)	R\$	10.000,00
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (46)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	180.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 07 DE ABRIL 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3105 e 08/04/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EDITAL RERRATIFICAÇÃO IPTU 2020

Publicação Nº 2432822

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2020

O Edital de Notificação de Lançamento nº 0001/2020, relativo ao IPTU de 2020, fica retificado em seu item II, primeira parte, passando a vigorar com a seguinte redação: II - Isenções: deverão ser requeridas junto a Secretaria de Assistência Social, situada na Av. Arnaldo Frey nº 179, do dia 08/04/2020 até a data de 31/05/2020, no horário das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. No caso de suspensão dos serviços públicos em face da edição de novo Decreto Estadual em virtude do COVID-19, reiniciarão os prazos a contar de sua liberação, independentemente de nova publicação, permanecendo como data final o dia 31/05/2020. Os demais itens do Edital ficam ratificados.

Fraiburgo, 07 de abril de 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

PORTARIA 07052020

Publicação Nº 2433154

PORTARIA Nº 0705, DE 07 DE ABRIL DE 2020.
Exonera Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor MATHEUS KRUPZACK, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 101.554.599-88, nomeado cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de abril de 2020..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 07062020

Publicação Nº 2433157

PORTARIA Nº 0706, DE 07 DE ABRIL DE 2020.
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 034/2020, do Gabinete da Prefeita;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MATHEUS KRUPZACK, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 101.554.599-88, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de abril de 2020..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de abril de 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS A PUBLICAR 2020

Publicação Nº 2432823

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
19.03.2020	FNS	CAPTAÇÃO PONDERADA APS	6.136,43
20.03.2020	FNS	INFORMATIZAÇÃO APS	13.600,00
27.03.2020	FNAS	CRAS	8.564,06
27.03.2020	FNAS	CRAS	1.246,06
27.03.2020	FNAS	CREAS	5.281,06
27.03.2020	FNAS	CREAS	1.787,43
27.03.2020	FNAS	CREAS	1.409,77
27.03.2020	FNAS	CREAS	4.062,35
02.04.2020	FNS	AGENTE COM. DE SAÚDE	50.400,00
02.04.2020	FNS	APS CAPTAÇÃO PONDERADA	170.354,30
02.04.2020	FNS	MAC	143.463,76
02.04.2020	FNS	APS TRANSIÇÃO	18.069,65
02.04.2020	FNS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	17.890,00
02.04.2020	FNS	HEPATITES	2.500,00
02.04.2020	FNS	APS DESEMPENHO	45.856,11
02.04.2020	FNS	APS INFORMATIZAÇÃO	15.300,00
02.04.2020	FNS	FÁRMACIA BÁSICA	17.917,81
03.04.2020	FNS	SAMU	21.919,00
06.04.2020	FNS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	12.000,00

Secretaria de Finanças

Frei Rogério**PREFEITURA****EXTRATO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PROC. 01-2020 - PR 01-2020 - SRP 01-2020**

Publicação N° 2433120

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2020
REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2020

A Administração Municipal de Frei Rogério/ SC torna público aos interessados que as proponentes vencedoras do processo licitatório acima mencionado, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de gêneros alimentícios, destinados à manutenção da merenda escolar, secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses, com entrega parcelada conforme autorizações de fornecimento e cronograma de entrega fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, foram as empresas a baixo relacionadas:

ATA	Fornecedor	CNPJ	Valor Total Registrado	Data de Assinatura
01/2020	Elza Clementina Solagma Haag – ME	07.440.482/0001-40	63.390,00	17/03/2020
02/2020	Silvana Felisbino	08.734.760/0001-34	144.710,00	17/03/2020
03/2020	Ap Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda	05.919.156/0001-94	110.116,50	17/03/2020
04/2020	Agn – Frios Ltda	85.322.840/0001-23	158.140,00	17/03/2020
05/2020	Sulmedc Comercio de Medicamentos Eireli	09.944.371/0001-04	1.129,40	17/03/2020

A integra das ATAs encontra-se disponível no site www.freirogerio.sc.gov.br

Jair da Silva Ribeiro
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO N.º 092/2020

Publicação Nº 2433277

DECRETO N.º 092, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 87, DE 26 DE MARÇO DE 2020, QUE "DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, Santa Catarina, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem os incisos II, IV, VI, XII, do art. 49 da Lei Orgânica do município, e conforme o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I do art. 9º do Decreto nº 87, de 26 de março de 2020, passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º [...]

I – pelo período de 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020:

[...]"

Art. 2º. O art. 26 do Decreto nº 87, de 26 de março de 2020, passar a vigorar acrescido do §4º, com a seguinte redação:

"Art. 26 [...]

§4º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Tele trabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância, o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso."

Art. 3º. Ficam ratificadas e incorporadas às disposições deste Decreto, as alterações promovidas no texto do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor em 8 de abril de 2020 e vigência limitada ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Garopaba, 07 de abril de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 08/04/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - IPREGOBA

PORTARIA N.º 001/2020 REGULAMENTA O PAGAMENTO DO DECIMO TERCEIRO - IPREGOBA

Publicação Nº 2433254

PORTARIA N.º 001, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO DÉCIMO-TERCEIRO (ABONO ANUAL) AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Diretora-Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o impacto das medidas adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública relacionada ao Novo Coronavírus (COVID-19),

RESOLVE:

Art. 1º No ano de 2020, o pagamento do Décimo-Terceiro (Abono Anual) aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Garopaba, que, durante este ano, tenham recebido aposentadoria ou pensão por morte será efetuado em duas parcelas, excepcionalmente, da seguinte forma:

I - a primeira parcela corresponderá a cinquenta por cento do valor do benefício devido no mês de abril e será paga juntamente com os benefícios dessa competência; e

II - a segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor total do Décimo-Terceiro (Abono Anual) e o valor da parcela antecipada e será paga juntamente com o benefício da competência dezembro.

Art. 2º Na hipótese de cessação do benefício antes de 31 de dezembro de 2020, será pago o valor proporcional do Décimo-Terceiro aos dependentes do beneficiário.

Parágrafo único. Sempre que ocorrer a cessação do benefício antes de 31 de dezembro de 2020, deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor pago ao beneficiário e o efetivamente devido aos pensionistas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de abril de 2020.

LORENA BERNARDO DE ABREU

Diretora Executiva - IPREGOBA

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/04/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2020 FMS

Publicação Nº 2432586

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 004/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em transporte intermunicipal e interestadual, para transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e pacientes para hemodiálise, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Memorial Descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 28/04/2020 as 11:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de abril de 2020.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2020 PMG

Publicação Nº 2432570

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 004/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, para transporte de atletas, comissões técnicas, representantes municipais e demais envolvidos na divulgação do município em eventos esportivos e turísticos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 30/04/2020 as 11:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de abril de 2020.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2020 PMG

Publicação Nº 2432567

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 008/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para conserto do sistema da parte rodante da Escavadeira Hidráulica Hyundai 140 Modelo LC 7 ano 2010, incluindo a mão de obra e aquisição de peças novas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infra-estrutura.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 29/04/2020 as 11:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de abril de 2020.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009/2020 PMG

Publicação Nº 2432576

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA

Processo Licitatório PMG nº 009/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de tubos de concreto simples e tubos de concreto PA-1, para a manutenção emergencial do sistema de drenagem pluvial nas Ruas Eugênio Avanci, Annes Gualberto, Henrique Kuster, Dom Pedro II, Maselha, Papa João XXIII, Estrada Geral Palmital e Vila dos Pássaros, conforme o Relatório Descritivo em anexo e planilha.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 27/04/2020 as 11:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de abril de 2020.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 010/2020 PMG

Publicação Nº 2432547

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 010/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de pneus, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 24/04/2020 as 11:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de abril de 2020.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 066/2020

Publicação Nº 2432618



DECRETO N.º 066 DE 07 DE ABRIL DE 2020

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – SCI nº. 003/2020, QUE DISPÕE SOBRE A NORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando a Lei Complementar n. 117/2019.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovada a *Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno – SCI nº. 003/2020*, que segue anexa como parte integrante do presente decreto.

Parágrafo único – A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre a normatização dos processos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º – Caberá à Controladoria-Geral prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 003/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Versão: 01

Aprovação em: 08/04/2020

Ato de Aprovação: Decreto nº 066/2020

Unidade Responsável: Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças
| Departamento de Recursos Humanos | Departamento de Controladoria-Geral

Assunto: **NORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar e padronizar a rotina interna de controle e acompanhamento de admissão de pessoal mediante contrato temporário, com vistas à eficácia, eficiência e transparência da aplicação dos recursos públicos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange todas as Secretarias, Gerências, Unidades Executoras e Coordenação de Atos Oficiais de competência do Poder Executivo do Município de Garuva.

CAPÍTULO III

DOS CONCEITOS

I. Contratação temporária

Contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de que trata a Lei Complementar nº 117 de 04 de dezembro de 2019;

II. Processo seletivo simplificado

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



Processo de seleção sujeito à ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial, para o recrutamento de pessoal para contratação temporária, ressalvados os casos de dispensa previstos em Lei;

II. Homologação

Ato administrativo pelo qual a autoridade competente torna públicos o resultado final do processo seletivo simplificado e a relação dos candidatos aprovados, por ordem de classificação, bem como de correlatos.

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 3º A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, no sentido da normatização de rotinas e processos nos atos de pessoal, sobre o qual dispõem o artigo 37 da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Complementar n. 117/2019 (Regulamenta no âmbito municipal a Contratação por tempo determinado), Decreto n. 231/2018 (Regulamenta a posse, nomeação e contratação no poder executivo municipal).

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 4º Verificada a necessidade de contratação de pessoal de natureza temporária, o Secretário interessado remeterá seu pedido ao Secretário de Administração, Planejamento e Finanças, justificando sua necessidade;

Art. 5º O Secretário de Administração, Planejamento e Finanças analisará a solicitação e, em caso de deferimento, encaminhará ao Departamento de RH para confecção de portaria para Abertura do Processo Seletivo Simplificado indicando/criando a Comissão para realização do Processo Seletivo, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar, realizar e acompanhar todas as etapas de execução;

- I. Elaborar os editais;
- II. Receber e homologar inscrições;



- III. Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;
- IV. Homologar a seleção;
- V. Apreciar e julgar recursos;
- VI. Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;
- VII. Elaborar e corrigir as provas;
- VIII. Avaliar títulos;

Parágrafo único - A divulgação dos resultados se dará no Diário oficial e em site oficial do município.

CAPÍTULO VI

DAS CONVOCAÇÕES E DEMAIS ETAPAS ADMINISTRATIVAS

Art. 6º Nas vagas da Secretaria de Educação, as convocações, devido à alta demanda, serão feitas pela própria secretaria. Nos demais casos, o chamamento será realizado pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura. Será observada a ordem de classificação oficialmente divulgada e o candidato poderá ser notificado via AR quanto à assunção da vaga, nos prazos previamente estipulados no Edital.

§ 1º O procedimento de convocação por AR poderá ser substituído por outros meios, devidamente comprovados, a critério do Departamento de Recursos Humanos do Município.

Art. 7º Comparecendo o candidato, no prazo estipulado, o RH procederá com a orientação quanto à entrega da documentação, constante do **ANEXO I**, solicitando que o candidato apresente as cópias simples ou autenticadas por órgão competente e os documentos originais necessários para a admissão.

Art. 8º No recebimento da documentação, cópias e originais, o Departamento de Recursos Humanos fará a autenticação documental, mediante o uso do carimbo de "CONFERE COM ORIGINAL", responsabilizando-se pelo recebimento e conferência dos documentos.

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



Art. 9º Realizada a entrega dos documentos pelo candidato, o Departamento de Recursos Humanos fará a análise prévia e conferência de toda documentação e, estando a documentação em conformidade com o checklist (anexo I) e edital do processo seletivo, o candidato à vaga será encaminhado ao exame médico Admissional do Município.

Art. 10 Após o recebimento do laudo médico atestando a aptidão física e mental do candidato, toda a documentação em ordem e devidamente numerada, será encaminhada à Controladoria-Geral, à qual compete analisar todo o processo de contratação.

Art. 11 A Controladoria-Geral registrará este procedimento de controle em sistema informatizado, e emitirá parecer disponível em meio eletrônico, previamente ao ato de admissão, manifestando-se sobre regularidade ou não do referido ato.

Art. 12 Emitido o parecer do Controle Interno Geral e, considerado regular o procedimento, o Departamento de Recursos Humanos, adotará as seguintes providências:

- I. Elaborará o Contrato para a contratação temporária.
- II. Encaminhará o ato de contratação ao gabinete para as publicações legais.
- III. Exigirá do setor para o qual o servidor foi designado, informações quanto ao seu efetivo exercício para efeitos de controle e realização do pagamento do servidor.

Art. 13 Os documentos que contenham dados e informações funcionais, inclusive os emitidos por sistemas informatizados, devem estar assinados pelo responsável por sua emissão.

CAPÍTULO VII

DO PARECER DA CONTROLADORIA-GERAL

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



Art. 14 O processo de admissão temporária será validado sob análise prévia da Controladoria-Geral e após expressa autorização do Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 15 A Controladoria-geral fará o exame das admissões temporárias considerando:

- I. Limites com Despesa de Pessoal nos termos da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- II. Vagas Disponíveis no quadro de pessoal em consonância com o princípio da legalidade previsto no art. 37, caput da Constituição Federal;
- III. Acumulação de cargos, empregos ou funções dos servidores admitidos, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- IV. Validade do Processo Seletivo;
- V. Classificação e ordem de convocação dos aprovados no processo seletivo;
- VI. Publicação dos atos administrativos (editais, lista de aprovados e congêneres) em órgão oficial, atendendo ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal;
- VII. Nas admissões de pessoal será observada, junto à esfera judiciária, a proibição de contratar com o poder público mediante sentenças ou acórdãos;
- VIII. Excepcional Interesse Público, conforme estabelece o art. 37, IX, da Constituição Federal e em atendimento ao art. 2º da Lei Complementar n. 117/2019.

Art. 16 A Controladoria-Geral ainda examinará o processo de admissão de pessoal em caráter temporário no sentido de verificar:

- I. 3.1 Há excesso de contratados por tempo determinado?
- II. 3.2 As contratações podem ser supridas com recursos humanos disponíveis?
- III. 3.3 O quantitativo de profissionais a serem admitidos é necessário?



IV. 3.4 Os contratos em caráter temporário estão sendo prorrogados com justificativas relevantes?

Art. 17 A Controladoria-geral, em posse da documentação do candidato, observará se os documentos apresentados atendem ao Decreto n. 231/2018, legislações correlatas e Instruções Normativas vigentes.

Art. 18 A Controladoria-geral examinará o arquivo digitalizado e individual de todas as peças do processo de admissão de pessoal em caráter temporário, as quais deverão, obrigatoriamente, estar autuadas pelo servidor do Departamento de Recursos Humanos que as conferiu.

Art. 19 Do parecer conclusivo:

§ 1º Se identificado erro simples e sanável, a Controladoria-geral poderá remeter o processo novamente ao Departamento de Recursos Humanos para providências e correções;

§ 2º REGULAR: Se favorável à regularidade, o processo será remetido ao Departamento de Recursos Humanos para dar sequência aos atos administrativos da contratação temporária;

§ 3º IRREGULAR: Se desfavorável quanto à regularidade, o processo será remetido ao Departamento de Recursos Humanos, o qual notificará as partes interessadas, concedendo, se for caso revogável, 05 (cinco) dias úteis após a notificação para adequarem todos os apontamentos feitos pela Controladoria-Geral.

§ 4º Se for desfavorável quanto à regularidade, em caso irrevogável (que apresentar inconsistência não sanável), o processo de admissão será remetido ao Departamento de Recursos Humanos, o qual notificará as partes interessadas da suspensão da contratação temporária.

Art. 20 O parecer da Controladoria-Geral, obrigatoriamente, deve anteceder à efetiva admissão em caráter temporário e será realizado em até 05 (cinco) dias úteis, conforme art. 7º, parágrafo único, do Decreto n. 231/2018.



CAPÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 21 Compete a todas as **Unidades Executoras** na aplicação da presente Instrução Normativa:

- I** - manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os servidores das Unidades;
- II** - cumprir e zelar para que todos cumpram a Instrução Normativa, em todos os seus Termos;
- III** - planejar, organizar e coordenar ações relativas à integração para os novos servidores;
- IV** - zelar para que todos os servidores realizem suas atribuições e tenham condições de exercer seu trabalho;
- V** - zelar pelo bom andamento dos trabalhos administrativos;
- VI** - informar a lotação do servidor, suas atribuições, o local de trabalho, bem como o quadro de servidores onde está lotado;
- VII** - manter tabela e controle sobre contratações temporárias, demonstrando a data de contratação e data de vigência do contrato, prorrogação de vigência do contrato, sua finalidade e a lotação dos contratados;

CAPÍTULO IV

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 22 O processo administrativo de admissão de pessoal, constituído na forma prevista no caput, deve permanecer arquivado na Secretaria de Administração, à disposição do Controle Interno e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para eventual exame da sua regular constituição e da legalidade do ato por meio de auditorias ou inspeções in loco.

Art. 23 Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto ao Departamento de Recursos Humanos ou junto à Controladoria-Geral que, por sua vez, através de procedimentos de fiscalização e controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

A presente Instrução Normativa acompanha FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, no ANEXO II.



Art. 24 Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Garuva, 07 de abril de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito de Garuva

MARCIO RICARDO HERPICH

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

HELOISE G. N. LEMOS

Controladora-Geral

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200

**ANEXO I****DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO (ACT)****Cópia simples dos seguintes documentos:**

1. RG, CPF e CNH (se o cargo exigir)
2. Registro no Conselho/órgão de classe (quando o cargo requerer)
3. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil) e Cartão do PIS/PASEP
4. Título de eleitor
5. Certificado de reservista (p/ homens)
6. Certidão de nascimento (se solteiro)
7. Certidão de casamento (se casado)
8. Qualificação cadastral e-social, retirada no link:
(<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
9. Comprovante de residência atual (sendo aceitas apenas faturas de fornecimento de água, energia elétrica ou telefone com validade de até 60 dias da data da apresentação documental)
10. RG e/ou certidão de nascimento; e CPF dos dependentes em geral para fins de imposto de renda e salário família.
11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
12. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
13. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
14. Certidão emitida pela Justiça Federal da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões no link:
<http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
15. Certidão negativa de antecedente criminal e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:
(<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)



16. Certidão de Antecedentes Criminais – Policia Federal retirada no link:
<http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais>
17. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
18. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
19. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
20. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
21. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (fornecida pelo RH)
22. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
23. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito salarial (declaração para abertura será fornecida após a entrega do restante dos documentos)
24. Atestado de saúde ocupacional - ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)
25. 01 foto 3x4 **RECENTE**

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

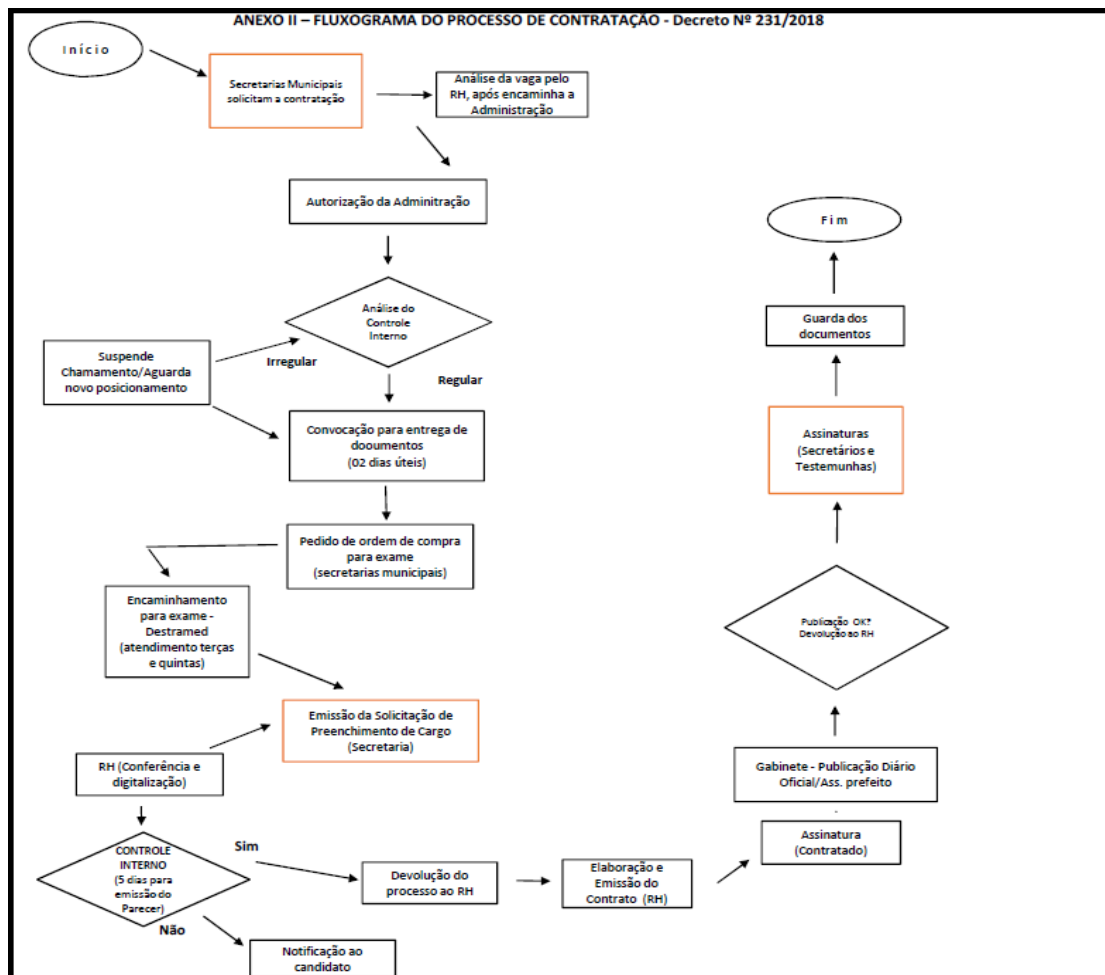
Cópia autenticada

Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e HISTÓRICO ESCOLAR)

1. Certificado/diploma de curso de ensino fundamental/ ou médio/ ou superior (quando o cargo requerer);
2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer).

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200

ANEXO II (FLUXOGRAMA)



DECRETO Nº 067/2020

Publicação Nº 2433166

DECRETO Nº. 067 de 07 ABRIL de 2020

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS EFEITOS DO DECRETO Nº 57/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA,

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes nos gastos públicos e os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000;

CONSIDERANDO o art. 37 da Constituição Federal que preceitua os princípios básicos da administração pública, dentre eles a Publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO, que no dia 30 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 535, prorrogando os efeitos do Decreto 525, de 17 março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam prorrogadas as férias coletivas até 09 de abril de 2020 para os servidores dispensados por meio do Decreto nº 056/2020, salvo os serviços essenciais previstos no Decreto nº 056/2020.

Parágrafo Único – As atividades das Secretarias Municipais consideradas essenciais para prestação de serviços públicos deverão ter seus expedientes ajustados à essencialidade dessas atividades, devendo ser organizadas pelo gestor da respectiva pasta e comunicadas ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 2º – Será concedido banco de horas nos moldes da Lei nº 2067, de julho de 2018, de 13 de abril de 2020 até 21 de abril de 2020 para os servidores dispensados por meio do Decreto nº 056/2020, salvo os serviços essenciais previstos neste Decreto considerando os dias úteis de trabalho.

Parágrafo Único – As atividades das Secretarias Municipais consideradas essenciais para prestação de serviços públicos deverão ter seus expedientes ajustados à essencialidade dessas atividades, devendo ser organizadas pelo gestor da respectiva pasta e comunicadas ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 3º – Ficam prorrogados até o dia 21 de abril de 2020, os efeitos das suspensões descritas no artigo 1º do Decreto 56, de 18 de março de 2020, bem como aplicam-se integralmente as disposições contidas no Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina e suas alterações.

Art. 4º – Este decreto entra em vigor a partir de 08 de abril de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - QUALIFICAÇÃO NO 001/2020

Publicação Nº 2432440

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - QUALIFICAÇÃO No 001/2020 – SMS Garuva/SC

PREÂMBULO

O Município de Garuva, neste ato representado pelo presidente da Comissão de Qualificação, CONVOCA as instituições interessadas em obter a qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL, na área da Saúde, para gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA/24 hs, em Atenção às Urgências e Emergências, no âmbito do Município de Garuva/SC, tornando-as aptas a celebrarem contrato de gestão com o Município, considerando a Lei Municipal Complementar nº 116/2019, o Decreto Municipal nº 005, de 10 de janeiro de 2020 que regulamenta a referida lei, a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 1923/DF, julgada em 16 de abril de 2015, as demais normas que regem a espécie e as condições previstas neste Edital.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site oficial do Município de Garuva www.garuva.sc.gov.br, clicando no banner "Chamamento Público para Organização Social na área da Saúde".

1. O presente Edital tem por objeto a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas sob forma de fundação ou associação, para se qualificarem como Organização Social na área da Saúde, para gerenciamento de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS/24 hs, em Atenção às Urgências e Emergências, no âmbito do Município de Garuva.

1.1 Constituem anexos do presente Edital, dele sendo partes integrantes, independentemente de sua transcrição:

a) ANEXO I – Modelos de Declarações;

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente Chamamento Público qualquer pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída sob a forma de fundação ou associação, que tenha obrigatoriamente natureza social de seus objetivos relativos à prestação de serviços de Saúde para gerenciamento de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS/24 hs, em Atenção às Urgências e Emergências, e preencha os requisitos exigidos pela Lei Municipal Complementar nº 116/2019 e o Decreto 005, de 10 de Janeiro de 2020.

2.2 Será vedada a participação de:

- a) Pessoas Jurídicas declaradas inidôneas por qualquer esfera federativa, ou suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o Município de Garuva, enquanto durarem os efeitos da sanção.
- b) Pessoas Jurídicas cujo Diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do Município de Garuva.

3. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 3.2 Na hipótese de dúvida ou necessidade de esclarecimentos na interpretação deste Edital e seus Anexos, os interessados deverão solicitá-los por escrito à Comissão de Qualificação em até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para entrega dos documentos.
- 3.3 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade nas normas aplicáveis, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 3.4 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o participante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.
- 3.5 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao Edital deverão ser feitas por escrito e encaminhados à Comissão de Qualificação, por meio do endereço eletrônico:
procuradoria@garuva.sc.gov.br

3.6 A Comissão de Qualificação apresentará suas respostas por meio de Boletins de Esclarecimentos numerados e disponibilizados no sítio eletrônico www.garuva.sc.gov.br no banner ☐ Chamamento Público para Organização Social na área da Saúde ☐, para ciência dos interessados.

3.7 Da mesma forma, eventuais modificações ao presente Edital que o Município julgar necessárias, serão disponibilizadas no sítio eletrônico www.garuva.sc.gov.br no banner ☐ Chamamento Público para Organização Social na área da Saúde ☐, para ciência dos interessados.

3.8 Eventual necessidade de alteração significativa do Edital, que afete a documentação a ser apresentada, implicará na obrigatoriedade de reabertura do prazo inicial, nos termos previstos no § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.9 É obrigação dos interessados o acompanhamento dos boletins, comunicados e informações disponibilizados no sítio eletrônico oficial do Município. Não serão aceitas reclamações fundamentadas na falta de conhecimento das informações nele disponibilizadas.

4. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE REQUERIMENTO

4.1. O envelope lacrado contendo o requerimento de qualificação, acompanhado dos documentos adiante enumerados, deverá ser entregue no dia 17/04/2020 das 14h às 15h, na Secretaria Municipal de Saúde, aos cuidados da Comissão de Qualificação. Os envelopes entregues fora do dia e horário marcado não serão recebidos.

4.2. O requerimento de qualificação, acompanhado dos documentos, deverá ser entregue em 01 (uma) via na data, horário e local indicados no item anterior deste Edital, em envelope lacrado e devidamente identificado externamente da seguinte forma:

À COMISSÃO DE QUALIFICAÇÃO

REFERENTE: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 – SMS NOME DA PROPONENTE:

4.3. Todos os documentos incluídos no envelope deverão ser apresentados em formato A-4, preferencialmente com todas as folhas numeradas em ordem crescente e rubricadas, apresentando um índice, a indicação do número de folhas e no final um termo de encerramento. Os documentos devem ser apresentados em linguagem clara, objetiva e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinados pelo representante legal ou procurador legalmente constituído.

4.4 Toda e qualquer documentação deverá ser apresentada em língua portuguesa. Documento em língua estrangeira somente será admitido se acompanhado pela respectiva tradução para o português por Tradutor Público Juramentado, e revestido das demais formalidades exigidas pela legislação brasileira.

4.5 Após a entrega do envelope, a Comissão de Qualificação não aceitará a substituição ou anexação de qualquer documento por parte das participantes, salvo nas seguintes hipóteses:

4.5.1 Para fins de esclarecimentos que forem eventualmente solicitados pela Comissão de Qualificação;

4.5.2 Para complementação dos documentos exigidos ou para o saneamento de eventual irregularidade no requerimento, que poderá ser concedida à participante pela Comissão de Qualificação, desde que precedida de requerimento.

4.6 O requerimento (Anexo I, Modelo I) deve ser acompanhado dos documentos relacionados no item 5 e subitens do presente Edital.

4.7 A participante poderá ser representada, em todos os atos do processo, inclusive nos contatos com a Comissão de Qualificação, por um representante legal, devidamente nomeado por procuração com poderes expressos para atuar neste procedimento.

4.8 Fica dispensada a procuração prevista no item anterior na hipótese de a participante estar representada por seu responsável legal, que deverá comprovar essa qualidade através do estatuto ou documento pertinente e documento oficial de identificação com foto.

4.9 O documento referente à representação da participante não deverá ser inserido no Envelope de requerimento, devendo ser entregue ao Presidente da Comissão de Qualificação no início da sessão de abertura dos envelopes.

4.10 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Qualificação e pelos representantes das participantes presentes no ato.

4.11 O início do procedimento para abertura dos envelopes entregues dar-se-á às 15:10h do dia 17/04/2020, na Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser definida nova data, a critério da Comissão de Qualificação, por meio de ato devidamente motivado, registrado e publicado no sítio eletrônico do Município e com comunicação por correspondência eletrônica às entidades que apresentaram documentação.

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A QUALIFICAÇÃO

5.1 O envelope apresentado pelo participante deverá conter a seguinte documentação:

5.1.1 Informações gerais sobre a participante:

a) Pedido de qualificação como Organização Social, dirigido à Secretaria Municipal de Saúde - SMS, por meio de requerimento escrito, conforme Anexo I, Modelo I.

b) Declaração de Inexistência de Impedimento para participação no procedimento, nos moldes do Anexo I, Modelo II.

c) Declaração de atendimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos moldes do Anexo I, Modelo III.

5.1.2 Comprovação de requisitos específicos para a habilitação à qualificação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia do Ato Constitutivo devidamente registrado dispendo sobre:

a1) natureza social de seus objetivos relativos à área da Saúde, para gerenciamento de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS/24 hs, em Atenção às Urgências e Emergências;

a2) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

a3) obrigatoriedade de, em caso de extinção, o patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio do Município ou ao de outra Organização Social, qualificada na forma da Lei Municipal Complementar n.º 116/2019;

a4) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

a5) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

a6) proibição da distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

a7) composição e atribuições da Diretoria;

a8) a constituição de um Conselho de Administração como órgão de deliberação e de direção superior e de uma Diretoria, sendo assegurado àquele atribuições normativas e de controle básico;

a9) a estruturação do Conselho de Administração;

a10) as atribuições privativas do Conselho de Administração;

b) cópia das atas de eleição e posse do Conselho de Administração e de sua Diretoria em exercício, devidamente registradas;

c) cópia do estatuto social atualizado e devidamente registrado;

d) cópia do último balanço patrimonial e demonstrativo do resultado financeiro do ano anterior;

e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

f) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

g) certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, inclusive a negativa de débito previdenciário;

h) certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

i) certidão negativa de débitos trabalhistas;

j) cópia de regulamento próprio, aprovado por maioria de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho de Administração, contendo procedimento para a contratação de obras e serviços, compras e alienação e seleção de pessoal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

k) Comprovação de experiência mínima de 5 anos anterior em gerência de estabelecimento de saúde com Pronto Atendimento, que realize no mínimo 300 atendimentos ao dia, comprovada por atestado de capacidade firmado pela pessoa jurídica, com firma reconhecida em cartório, em que estejam indicados o objeto, o período e o contrato ao qual se vinculou;

l) Certificado de Filantropia (CEBAS);

5.2. A documentação exigida deverá ser apresentada na forma original ou autenticada por Cartório competente, pelo servidor do Município que os receber ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.2.1 Não serão aceitos documentos fotocopiados em papel termo sensível (fac-símile).

6. DO EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS PARA A QUALIFICAÇÃO

6.1 A Comissão de Qualificação procederá a abertura do Envelope, contendo os documentos de habilitação para a qualificação, os quais serão rubricados pela Comissão e pelos representantes legais ou procuradores das participantes.

6.2 No exame do requerimento de qualificação e da documentação, a Comissão de Qualificação deverá observar se a entidade comprovou o atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar 116/2019 e no Decreto 005, de 10 de Janeiro de 2020.

6.3 A Comissão de Qualificação deverá se manifestar, inclusive, sobre a comprovação do desenvolvimento de atividades dirigidas à área de Saúde em gerência de estabelecimento de saúde com Pronto Atendimento, conforme item 5-K, pela Organização Social participante do processo de qualificação, considerando a Relação de Ações e Serviços estabelecido pelo Município de Garuva através da Secretaria Municipal da Saúde, para as unidades de pronto atendimento 24 horas, na forma deste Edital.

6.4 A Comissão de Qualificação elaborará relatório opinando a respeito da qualificação da participante como Organização Social e o encaminhará à autoridade competente da SMS, para despacho conclusivo.

6.5 Após o parecer da Comissão de Qualificação, o expediente será encaminhado ao Prefeito Municipal para decisão, que deverá ser proferida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

6.5.1 É condição para a decisão do Prefeito Municipal pela qualificação da participante, ter a entidade recebido parecer favorável quanto à sua qualificação como Organização Social da autoridade competente da SMS.

6.6 A Comissão de Qualificação divulgará o resultado do procedimento no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Garuva.

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1 Do ato do Prefeito Municipal que decida pela não qualificação da entidade, fundamentado em parecer desfavorável da Comissão de Qualificação, caberá pedido de reconsideração a ele dirigido, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão.

7.2 No exercício do direito fundamental de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, ☐a☐, da Constituição Federal, qualquer participante poderá requerer reconsideração das decisões proferidas em relação aos demais participantes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência

da decisão.

7.2.1 Apresentado pedido na forma do item 7.2, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ser realizado pelo interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência de sua interposição.

7.3 O pedido de reconsideração poderá suscitar ilegalidade no procedimento de qualificação, contrapor razões de mérito ou apresentar de forma comprovada fato novo suficiente a alterar a decisão recorrida.

7.4 A Comissão Municipal deverá manifestar-se previamente sobre o conteúdo do pedido de reconsideração.

7.5 A decisão que examinar o pedido de reconsideração será motivada, devendo conter, obrigatoriamente, no mínimo, os fatos e fundamentos jurídicos que a ensejaram bem como a concordância com fundamentos de decisões técnicas anteriores, referindo-as como parte integrante do ato, ou discordância, devidamente fundamentada.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA FORMALIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

8.1 Após o julgamento dos pedidos de reconsideração ou o transcurso do prazo para sua interposição, o Prefeito Municipal deverá homologar o resultado e o mesmo será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município.

8.2 A qualificação da entidade como Organização Social será formalizada por decreto do Prefeito Municipal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Garuva/SC por Decreto do Prefeito Municipal, não vincula a contratação por meio de contrato de gestão.

9.2 As entidades qualificadas como Organização Social poderão participar de processo seletivo por meio de Chamamento Público, nos termos a serem definidos em futuro Edital para escolha da entidade apta a celebrar eventual contrato de gestão.

Garuva/SC, 06 de abril de 2020.

Diogo Hinsching

Presidente da Comissão de Qualificação

ANEXO I MODELO I

PEDIDO DE QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ao Senhor XXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Saúde

REF.: Chamamento Público - Qualificação nº XXX/2020-SMS Prezado Senhor:

A participante (denominação social)>, inscrita no CNPJ nº < >, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) < >, portador da Carteira de Identidade nº < > e do CPF nº < >, vem por meio deste requerer a sua qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Garuva, na área de Saúde/Atenção às Urgências e Emergências, e declara atender todas as exigências deste Edital de Chamamento nº 001/2020 - SMS.

Nestes termos, pede deferimento. Local e Data.

[Nome, Indicação do documento oficial de identificação com respectivo número e assinatura do representante legal]

ANEXO I MODELO II

DECLARAÇÃO

À

Comissão de Qualificação

REF.: Chamamento Público - Qualificação nº XXX/2020-SMS

Prezados Senhores:

A participante (denominação social), inscrita no CNPJ nº < >, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) < >, portador da Carteira de Identidade nº < > e do CPF nº < > DECLARA, sob as penalidades cabíveis que:

a) Não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa, ou suspensão de licitar ou impedida de contratar com o Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção.

b) Não possui Diretor que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do Município de Curitiba.

Local e Data.

[Nome, Indicação do documento oficial de identificação com respectivo número e assinatura do representante legal]

ANEXO I MODELO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À

Comissão de Qualificação

REF.: Chamamento Público - Qualificação nº XXX/2020-SMS

Prezados Senhores:

A participante (denominação social), inscrita no CNPJ nº < >, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) < >, portador da Carteira de Identidade nº < > e do CPF nº < > DECLARA, sob as penalidades cabíveis que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () SIM () NÃO.

(Observação: assinalar a ressalva acima)

Local e Data.

[Nome, Indicação do documento oficial de identificação com respectivo número e assinatura do representante legal]

EXTRATO DE CONTRATO 005/2020 PMG

Publicação Nº 2433042

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 005/2020

Processo PMG nº 013/2020 – Dispensa

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: DIONISIO ALBINO.

CNPJ: 09.361.111/0004-401

OBJETO: Aquisição de Cestas Básicas para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social, de forma temporária, em decorrência da crise instalada pela pandemia do coronavírus, atendendo as necessidades do Município de Garuva, conforme discriminados no ANEXO I.

VIGÊNCIA: 07/04/2020 a 05/10/2020

VALOR: R\$174.760,00 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/04/2020

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2020

Publicação Nº 2432972

LEI COMPLEMENTAR Nº. 119 DE 07 DE ABRIL DE 2020

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar o vencimento do Imposto sobre Serviços, da suspensão de dívidas e dá outras providências.”

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar o vencimento do Imposto Sobre Serviços a que se refere o artigo 90 da Lei Complementar Municipal 26/2005, em decorrência da situação de emergência declarada em todo território catarinense pelo Decreto Estadual 515/2020.

Parágrafo Único. A suspensão a que se refere o caput poderá ser concedida enquanto perdurar os efeitos da declaração de emergência.

Art. 2º Ficará prorrogada a validade da Certidão Negativa de Débitos Municipais – CND a partir da decretação de situação de emergência pelo Decreto Estadual 515/2020, enquanto perdurar os efeitos da declaração de emergência, a ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.342, DE 7 DE ABRIL DE 2020. ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 9.316, DE 24 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E ESTABELECE OUTRAS PROV

Publicação Nº 2433255

DECRETO Nº 9.342, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 9.316, DE 24 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,
Considerando o teor do Decreto Estadual nº 550, de 7 de abril de 2020 da lavra do Governador do Estado de Santa Catarina;
Considerando o teor do Decreto Municipal nº 9.316, de 24 de março de 2020, que possui objetivo traçar medidas de prevenção contra o coronavírus (COVID-19), mas por se tratar de situação epidemiológica dinâmica, novas deliberações se tornam necessárias adotar;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do artigo 3º, do Decreto nº 9.316, de 24 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:
VI – Suspensão, por 7 (sete) dias, a partir de 8 de abril de 2020, no âmbito do Município de Gaspar:

- a) das atividades e dos serviços públicos não essenciais no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- b) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal;
- c) dos prazos dos processos administrativos, bem como o pagamento dos tributos municipais, não havendo a incidência de juros ou multas;
- d) das diárias dos veículos que se encontram no pátio da AC Kar Transporte de Cargas e Descargas Ltda, que possui contrato de prestação de serviços de remoção por guincho, depósito e guarda de veículos, decorrentes de infrações de trânsito com o Município de Gaspar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no artigo 1º, §2º e §3º e no artigo 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, revogando disposições em contrário.

Gaspar, 7 de abril de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.343, DE 7 DE ABRIL DE 2020. ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 9.321, DE 31 DE MARÇO DE 2020, QUE CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GASPAR, COMO UMA DAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA ADMINIST

Publicação Nº 2433256

DECRETO Nº 9.343, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 9.321, DE 31 DE MARÇO DE 2020, QUE CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GASPAR, COMO UMA DAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Considerando o teor do Decreto Estadual nº 550, de 7 de abril de 2020 da lavra do Governador do Estado de Santa Catarina;

Considerando o teor do Decreto Municipal nº 9.316, de 24 de março de 2020, que possui objetivo traçar medidas de prevenção e combate contra o coronavírus (COVID-19), mas por se tratar de situação epidemiológica dinâmica, novas deliberações se tornam necessárias adotar;
Considerando o teor das Orientações Técnicas aos jurisdicionados do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), emitido em 26 de março de 2020, que versa sobre perguntas e respostas relacionadas a atos de pessoal, aquisições e contratações públicas, gestão fiscal, prazos de remessa de dados e informações via Sistema e-Sfinge, prazos internos dos órgãos e merenda escolar;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º, do Decreto nº 9.321, de 31 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores Públicos Municipais de Gaspar, sua Autarquia e Fundação, no período compreendido entre 1º de abril de 2020 a 14 de abril de 2020, retornando às atividades no dia 15 de abril de 2020.

Art. 2º Fica alterado o §3º do artigo 1º, do Decreto nº 9.321, de 31 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

§3º Os servidores em gozo de férias coletivas disposto no caput deste artigo terão deduzidos 14 (quatorze) dias do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir do dia 8 de abril de 2020.

Gaspar, 7 de abril de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

ERRATA - AVISO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2432476

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA - AVISO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

O Secretário Municipal, Senhor Carlos Roberto Pereira, em uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que houve alteração na publicação do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020, passando a dispor da seguinte redação: ONDE SE LÊ: A proposta deverá ser apresentada até às 17h do dia 13/04/2020, no Departamento de Compras da Secretaria de Saúde, situado à Avenida Olga Wehmuth, nº 151 – Sete de Setembro – 3º Piso (Policlínica), na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina. LEIA-SE: A proposta deverá ser apresentada até às 17h do dia 13/04/2020, no Departamento de Compras da Secretaria de Saúde, situado à Avenida Olga Wehmuth, nº 151 – Sete de Setembro – 3º Piso (Policlínica), na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina, ou, encaminhadas via e-mail para o endereço eletrônico alan@gaspar.sc.gov.br. As demais informações permanecem inalteradas. Íntegra do Chamamento Público no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 07/04/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Grão Pará

PREFEITURA

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ABRIL-2019

Publicação Nº 2432733

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ABRIL DE 2020			
TITULAR	NIS TITULAR	VALOR TOTAL	SITUAÇÃO FAMÍLIA
ADRIANA BERGER SILVERIO	13963169728	41	LIBERADA
ADRIANA FLORENCIO SILVERIO	16013591440	130	LIBERADA
ADRIANA MICHELS HERECK	15046693279	82	LIBERADA
ADRIANE LIMA DOS SANTOS	16021732074	277	LIBERADA
ALEXSSANDRA WERLICH LEANDRO	20911227738	212	LIBERADA
ANA PAULA DE LIMA	16133063743	171	LIBERADA
ANA TEREZA MORAIS DA SILVA	16012846852	130	LIBERADA
ANDREIA APARECIDA SOARES	16011581375	123	LIBERADA
ANDREIA BONIFACIO	12543618513	171	LIBERADA
ANDREIA RASCKE FRANCA	16012767383	253	LIBERADA
ANGELA MARIA QUINTILHO	20056674613	179	LIBERADA
BARBARA DE RAMOS ALBERTON	21065607131	130	LIBERADA
BEATRIZ MARQUES DELFINO	20111320008	294	LIBERADA
BIANCA LEANDRO BRANCO	16012930314	82	LIBERADA
CASSIANE SANDOVAL DOS SANTOS	16452354966	171	LIBERADA
CELIA MARIA SANDOVAL	16529431919	219	LIBERADA
CRISTIANE SANTOS DE SANTANA	16391441090	82	LIBERADA
DAIANE DE JESUS LOCH	14587085274	41	LIBERADA
DAIANE FERREIRA HINCKEL	21050585900	212	LIBERADA
DAISI BOSELO DE BONA	13328439721	219	LIBERADA
DANIELA CARARA	14070855722	253	LIBERADA
DANIELE GABRIEL	16046010897	156	LIBERADA
DENISE GONCALVES TEIXEIRA	16013011487	212	LIBERADA
DIULY QUETI VIEIRA	16095481210	137	LIBERADA
DOLIANE DA SILVA MARQUES	13419170725	164	LIBERADA
EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN	20662906793	269	LIBERADA
ELIANE APARECIDA DE SOUZA LIMA	20929887489	171	LIBERADA
ELISANDRA DE AGUIAR CLAUDINO DA SILVA	16106568260	82	LIBERADA
ELIZETE ALEXANDRE JOVENCIO CARARA	20912345718	82	LIBERADA
ELUZE DA SILVA DE ALMEIDA	16089673685	171	LIBERADA
ELVIRA GOMES CAMILLO	16046038589	146	LIBERADA
ERICA VIDAL CAETANO	20104540863	171	LIBERADA
EVANDRA INACIO DEMETRIO	16151846460	180	LIBERADA
FABIANA DE JESUS MANOEL	13598347722	171	LIBERADA
FERNANDA CARNEIRO JOAQUIN	16290261364	212	LIBERADA
FERNANDA DA ROCHA	16187672713	212	LIBERADA
FLORISE DEINA	12947473533	171	LIBERADA
GILMAR ALVES	14113845278	41	LIBERADA
GLAUDIA RAIANE ABREU FERNANDES	14100734723	171	LIBERADA
INES OLINDINO GONCALVES	12564506722	130	LIBERADA
IVONETE HARIM CALAZANS	12595820720	130	LIBERADA
JANAINA HERECK GONCALVES	20111319492	41	LIBERADA

JANDIRA ANDRECA PEREIRA MANTZ	12822319679	212	LIBERADA
JESICA DA SILVA DELFINO	14056824726	171	LIBERADA
JOCELI GOMES	16188017433	416	LIBERADA
JOICE PEDROSO	16187999917	258	LIBERADA
JOSIANE PEDROSO	16188082502	123	LIBERADA
JOZIANE GUIMARAES DOS SANTOS	23868544379	123	LIBERADA
JUSSARA ROSA DELFINO	16188147469	41	LIBERADA
KARINA DANDOLINI	20933538698	171	LIBERADA
KELY ALTINA DA SILVA	14559584075	171	LIBERADA
LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA	13109004932	41	LIBERADA
LINDOMAR DELFINO ROSA	12675909728	294	LIBERADA
LUANA DE ANHAIA DE CASTRO	16458403926	212	LIBERADA
MARILENE NEVES CARDOSO	16364925767	179	LIBERADA
MARINES CRISTOVAO	13624704728	82	LIBERADA
MICHELE SCHLICKAMANN SPERFELD EISING	23663691426	130	LIBERADA
MILENA PEREIRA BORGES	20347236981	41	LIBERADA
MIRELA NAIZ TORRES	21053689553	179	LIBERADA
NELSON ALVES	20104541096	91	LIBERADA
NICOLI JOAQUIN DA SILVA	16639888891	130	LIBERADA
OLIVIA LOCH SPIDO SILVA	20039056273	370	LIBERADA
PAULINHO RASCKE	12359395590	89	LIBERADA
RITA DE CASSIA ROSA DE LIMA	16537759197	212	LIBERADA
ROSENEI DOS SANTOS	12626981518	137	LIBERADA
ROSILEIA BECKER DE JESUS	13426605723	41	LIBERADA
SANDRA MARQUES	16540652284	212	LIBERADA
SARAH CRISTINY SCHMITZ ROCHA	20759026054	253	LIBERADA
SELMA SANDOVAL	12542899837	294	LIBERADA
SIDINEI VIDAL DELFINO	23620244436	91	LIBERADA
SIMONE GOMES DA SILVA	16537042365	269	LIBERADA
SOELI DE OLIVEIRA LEMES	12439752438	130	LIBERADA
SOLANGE GOMES ELIAS	12276364833	41	LIBERADA
SOLEDAD FLORINDA MARTIN	23688887782	171	LIBERADA
SUZI RAIANE DA SILVA CARNEIRO	20046953684	257	LIBERADA
TAIANE MAY	14687405270	130	LIBERADA
TAIS CATIELE DA SILVA NETTO	14494278269	82	LIBERADA
TATIANE BECKER ALEXANDRE	13290065722	171	LIBERADA

COMUNICADO TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DECRETO 11-2020

Publicação Nº 2432898

COMUNICADO

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, por meio deste, torna sem efeitos a publicação da "DECRETO Nº 11/2020" do dia, 06 de abril de 2020, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, referente ao estabelecimento de novas medidas na área da educação municipal para enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19), e da outras providências, devido a um erro de digitação na numeração do Decreto.

Grão-Pará/SC, 07 de abril de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

DECRETO 11/2020 - SUSPENDE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES

Publicação Nº 2432806

DECRETO Nº 11, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"suspende PAGAMENTO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS pelo prazo de 90 (noventa) dias e dá outras providências"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso das atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a crise econômica surgida após a pandemia do coronavírus Covid-19,

CONSIDERANDO que o Município deve cumprir com suas obrigações financeiras,

DECRETA

Art. 1º. Fica suspenso o pagamento das funções gratificadas concedidas a servidores do quadro permanente de pessoal da Prefeitura de Grão-Pará e do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará, autorizadas pelo art. 10 da Lei Municipal 991, de 4 de abril de 2000, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 06 de abril de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 06 de abril de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 12-2020 - COVID EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Publicação Nº 2433185

DECRETO Nº 12/2020, DE 6 DE ABRIL DE 2020.

"ESTABELECE NOVAS MEDIDAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL PARA ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto N. 06/2020, de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Grão-Pará, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos do Governo Estadual para enfrentamento da Pandemia do Coronavírus;

DECRETA

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Grão-Pará, às medidas fixadas nos Decretos Estaduais N. 509, de 17 de março de 2020 e N. 525, de 23 de março de 2020, e Decreto Municipal N. 06, de 18 de março de 2020 e suas alterações:

I – Ficam suspensas as aulas nas unidades escolares públicas na Rede Municipal de Ensino, a partir de 18/03/2020, pelo período de 31 (trinta e um) dias, podendo o mesmo ser prorrogado caso necessário.

II – Os primeiros 15 (quinze) dias de suspensão correspondem à antecipação do recesso escolar de julho, sendo o restante desse período deverá ser compensado por meio de regime especial de atividades escolares não presenciais, além da reorganização do calendário letivo de 2020.

Art. 2º. Os profissionais da educação, a partir de 07 de abril de 2020 ficam à disposição do município para atividades de planejamento e outras atribuições docentes que competem à função.

Art. 3º. Sugere-se o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Grão-Pará, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (Covid 19), orientando para que as instituições educacionais públicas da Rede Municipal de Ensino de Grão-Pará, SC, realizem atividades escolares não presenciais destinadas aos estudantes.

Parágrafo único – Para a reorganização de seus calendários escolares e a proposição das formas de realização de atividades escolares substitutas das atividades presenciais, as instituições da Rede Pública Municipal de Ensino de Grão-Pará, SC, devem considerar:

- a) a possibilidade de que os objetivos educacionais, previstos para cada uma das turmas de cada etapa de ensino, possam ser alcançados no decorrer do ano letivo;
- b) a possibilidade de que o calendário letivo escolar seja adequado conforme previsto no § 2º, do art. 23, da LDB;
- c) a possibilidade de planejamento coletivo entre o corpo docente da Rede Municipal de Ensino, por etapa e/ou componente curricular, de forma colaborativa utilizando-se ferramentas do meio virtual;
- d) a possibilidade de zelar pelo registro da freqüência dos estudantes e a possibilidade de acompanhamento da evolução de cumprimento da carga horária por meio das atividades propostas num Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), criado pela Secretaria Municipal de

Educação e Cultura de Grão-Pará, SC;

e) a possibilidade de utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com a disposição de atividades de desenvolvimento e aprendizagem para a Educação Infantil;

f) a possibilidade de utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com a disposição de textos e atividades dirigidas, bem como avaliações aos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nesse período de distanciamento social.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 06 de abril de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 06 de abril de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 13-2020 - COMISSÃO CENTRO DE TRIAGEM

Publicação Nº 2433182

DECRETO Nº 13/2020, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

“CONSTITUI COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EXISTENTES NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Designar os servidores DAIANA MICHELS JUNKES, DIONE HEINZEN e WILLIAM BERTO DE SOUZA, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão que será responsável pelo Levantamento dos Bens Móveis e Imóveis, de propriedade da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, existentes no Centro de Triagem de Lixo deste Município.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 07 de abril de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 07 de abril de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

SAMAE - GRÃO PARÁ

CONTRATO 04 2020

Publicação Nº 2432855

CONTRATO N.º 04/2020

Processo nº 02/2020

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GRÃO PARÁ - SC, E A EMPRESA MULTSEG – SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da cidade de GRÃO PARÁ, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 80.489.222/0001-59, e a Empresa MULTSEG SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, estabelecida à Rua Nereu Ramos, 92 – Sala 3 – Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ nº 11.118.987/0001-60, doravante, neste ato denominados SAMAE e CONTRATADA, respectivamente, representados por seu Diretor, ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, portador da Carteira de Identidade n.º 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68 e Sr. GUSTAVO PESCADOR, portador de Carteira de Identidade n.º 5/R 4137381, e inscrito no CPF nº 009.011.429.-99 resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

A CONTRATADA, na condição de prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho, obriga-se a elaborar o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos ambientais), LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) do SAMAE.

CLÁUSULA II – DOS SERVIÇOS PRESTADOS

As principais atribuições do Serviço de Segurança do Trabalho da empresa/empregador:

- a) Identificar as funções que expõem os trabalhadores aos riscos ambientais que possam causar doenças ocupacionais e ou acidentes do trabalho;
- b) Orientar a gerência e os trabalhadores com informações sobre a aplicação de medidas preventivas, quando solicitado pela contratante, incluindo, quando necessário, o uso de EPI's (Equipamento de Proteção Individual). Fica de inteira responsabilidade da empresa contratante o fornecimento, fiscalização e obrigatoriedade de uso dos EPI's;
- c) A contratante é responsável pela implantação e conservação dos EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva) necessários;
- d) Os exames admissionais, demissionais, de retorno, de troca de função e periódicos serão realizados conforme necessidade da contratante e parecer do médico do trabalho e ou mediante a solicitação e agendamento por parte da contratante.
- e) Os exames complementares serão determinados no PCMSO, somente após a elaboração do PPRA e do LTCAT, para reconhecimento dos riscos ambientais no qual o trabalhador poderá estar exposto.

CLAUSULA III – DOS EXAMES COMPLEMENTARES

Conforme a NR – 7, item 7.3 e sub-item 7.3.1, compete ao empregador contratante custear os exames complementares exigidos no PCMSO.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do objeto do presente contrato é de 1 (um) ano, com início de vigência em 01/04/2020 e término em 31/03/2021, podendo a qualquer tempo ser alterado, mediante termo aditivo.

Sub-cláusula Primeira: os primeiros laudos serão entregues no período aproximado de 90 dias a contar da data da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA V – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso estipulado neste Contrato, torna-se indevida para o SAMAE o pagamento de parcela contratual mensal, que trata a Cláusula V, enquanto persistir a pendência.

CLAUSULA VI – DO PREÇO, E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela execução do objeto deste Contrato, o SAMAE pagará a CONTRATADA à importância de R\$ 182,50 (cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) mensais, que será efetuado até o dia 30 de cada mês, mediante a apresentação de nota fiscal de prestação de serviço.

O valor inicialmente contratada será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do índice Nacional de preços ao consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor.

Subcláusula única - Na hipótese de eventual atraso no pagamento do valor mensal o valor devido será corrigido monetariamente pelo INPC/ IBGE sem a cobrança de multa e ou juros.

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente Contrato, de Abril a Dezembro/2020, correrão por conta do orçamento de 2020 e as de Janeiro a Março/2021, correrão por conta do orçamento de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Sub-programa: 512

Projeto/Atividade: 2.039

Elemento: 3.3.90.39

CLÁUSULA VIII – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas legalmente.

CLÁUSULA IX – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso estipulado neste Contrato, torna-se indevida para o SAMAE o pagamento de parcela contratual mensal, que trata a Cláusula III, enquanto persistir a pendência.

CLÁUSULA X – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e Lei 8.883/94, os preceitos de direito Público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XI- DA RESCISÃO

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do Artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII A XVI do Artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de Junho de 1.998.

Subcláusula única - A Contratada reconhece os direitos do SAMAE na eventual ocorrência das hipóteses de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93

CLÁUSULA XII – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Grão-Pará-SC., 01 de Abril de 2020.

Pelo SAMAE: Pela CONTRATADA:

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO
Diretor do SAMAE

GUSTAVO PESCADOR
Gerente.

Testemunhas:

CONTRATO 05 2020

Publicação Nº 2432859

CONTRATO 05/2020
Processo Administrativo 03/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO, EM DOCUMENTOS NÃO COMPENSÁVEIS, NO PADRÃO FEBRABAN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, DE GRÃO PARÁ, SC, E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, Autarquia Municipal da cidade de Grão-Pará, estado de Santa Catarina, sito a Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, inscrito sob o CGC Nº 80.489.222/0001-59, neste ato representado por ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, brasileiro, casado, diretor do SAMAE, residente e domiciliado em Grão Pará, portador da cédula de identidade nº 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68 e o Banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL, instituição financeira criada pelo Decreto-Lei nº 759/69, atualmente regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo decreto nº 6.473, de 05.06.2008, situada na SBS Quadra 04, Lote ¾, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos e conforme instrumento de mandato fica fazendo parte integrante deste, por Oberdan Moisés Wagner, brasileiro, divorciado, economiário, residente na cidade de Braço do Norte, portador da cédula de identidade nº 9074582546 e inscrita no CPF nº 976.105.130-68 doravante neste ato denominadas SAMAE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, o qual obedecerá as condições expressas na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento 01/2019 e Processo Administrativo 03/2020, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1 DO OBJETO

0.1 O objeto deste Contrato consiste na prestação de serviços de arrecadação, pela CONTRATADA, de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE – Grão Pará, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 01/2019.

1 DOS SERVIÇOS

1.1 A CONTRATADA deverá autenticar todos os documentos de arrecadação das faturas de água e esgoto, de forma que fiquem evidenciados a identificação da INSTITUIÇÃO, a máquina utilizada, o número de operação, a data e o valor recebido.

1.2 Para os recebimentos realizados através de home-pages, office banking, Internet ou autoatendimento, o pagamento deverá ser comprovado através do lançamento do débito no extrato de conta corrente, devidamente identificado, ou recibo próprio.

1.3 Para os recebimentos realizados através da rede de Casas Lotéricas, o pagamento deverá ser comprovado através do recibo emitido pelo terminal lotérico.

1.4 A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento de contas, tributos e demais receitas do SAMAE – Grão Pará de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

1.5 A CONTRATADA somente poderá recusar o recebimento quando o documento de arrecadação for impróprio; e/ou conter emendas e/ou rasuras que impeçam a leitura do código de barras e/ou digitação numérica deste.

1.6 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente/usuário independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos das faturas pagas com atraso, no mês subseq-ente.

2.7 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber, no primeiro dia útil subseq-ente ao vencimento, documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias em que não houver expediente bancário.

2 DO PREÇO

2.1 Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente termo, o SAMAE pagará a CONTRATADA tarifa nas seguintes bases:

a) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de Débito Automático;

b) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de convênios com os bancos (lotéricas, correspondentes bancários e outros);

c) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através da Internet;

d) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através dos terminais de auto-atendimento;

e) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de recebimento diretamente no caixa da instituição bancária.

2.2 Os valores poderão ser reajustados após o prazo de 12 (doze) meses, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original da contratação.

3 DO PAGAMENTO

3.1 O órgão arrecadador creditará o valor total da arrecadação diária, e posteriormente, efetuará o respectivo débito correspondente às tarifas.

3.2 O preço pactuado na cláusula anterior será pago a CONTRATADA através de débito em conta do SAMAE do que lhe couber referente ao montante arrecadado ou ainda, poderá emitir fatura correspondente às tarifas com vencimento mínimo do 5º dia útil do mês subseq-ente ao da prestação do serviço, a qual deverá ser enviado ao SAMAE para posterior pagamento.

4.3 Diariamente o Banco repassará, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 101-9, da Caixa Econômica Federal, Agência 1070, de Braço do Norte, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

4 DO PRAZO

4.1 O Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de abril de 2020 e término em 31 de março de 2021, podendo ser estendido nas formas do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

4.2 O valor inicialmente contratado através deste Convênio será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, referente período de maio a abril.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato, de Abril a Dezembro/2020, correrão por conta do orçamento de 2020 e as de Janeiro a Março/2021, correrão por conta do orçamento de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Função: 17

Sub-Função: 512

Projeto-Atividade: 2.039

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

6 DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Cabe ao SAMAE, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente Fiscalização dos serviços contratados.

6.2 A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo SAMAE.

6.3 A existência e atuação da fiscalização do SAMAE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne ao objeto deste Contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 São de competência da CONTRATADA as seguintes obrigações:

a) Cumprir o disposto no Edital de Credenciamento 01/2019 e seus Anexos;

b) Repassar, diariamente, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 101-9, da Caixa Econômica Federal, Agência 1070, de Braço do Norte, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

c) Efetuar o débito referente a tarifa que lhe compete em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – Conta Corrente 101-9 da Caixa Econômica Federal, Agência 1070, de Braço do Norte, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

d) Receber cheques de emissão do próprio cliente e de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste Contrato, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

e) Endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.

f) Colocar à disposição do SAMAE os arquivos magnéticos contendo as baixas (documentos arrecadados), via teletransmissão, até o 1º

(PRIMEIRO) dia útil após a arrecadação, acompanhados de relatórios diários padrão FEBRABAN, contendo resumo da arrecadação, através de software específico fornecido pela CONTRATADA.

g) Não ocorrendo movimentação de pagamentos no dia, A CONTRATADA deverá disponibilizar no relatório diário a informação da inexistência de movimentação;

h) A CONTRATADA poderá optar pela microfilmagem, ou similar, dos documentos arrecadados referidos neste inciso, ficando autorizado a inutilizá-los imediatamente, sendo que, decorridos 30 (TRINTA) dias úteis da data da arrecadação, ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores; ficando autorizado por este instrumento de inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação.

i) Após a retirada dos arquivos da caixa postal, por parte do SAMAE, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para leitura e devolução a CONTRATADA, no caso de apresentação de inconsistência, e A CONTRATADA deverá regularizar as possíveis pendências também dentro de 05 (cinco) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência emitido pelo SAMAE.

j) A validação de prestação de contas via tele transmissão deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a sua disponibilização.

k) Na caracterização de diferenças da CONTRATADA nos recebimentos de contas efetuados através da própria CONTRATADA, caberá ao SAMAE o envio de cópia de contas que originaram a diferença, para regularização dentro do prazo previsto na letra "b" deste inciso.

l) Receber os documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subseq-ente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente.

m) O valor do cheque acolhido pelo órgão arrecadador, na forma prevista no caput desta Cláusula e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do SAMAE, mantida no Banco 1070 de Braço do Norte, de número 101-9.

n) O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do SAMAE, ou mediante emissão de cheque administrativo, ou DOC a favor da conta de número 101-9, mantida no Banco, de acordo com o prazo estabelecido anteriormente.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

8.1 São de competência do SAMAE as seguintes obrigações:

a) Providenciar a emissão e remessa de documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar serviços da CONTRATADA para tal finalidade.

b) Não utilizar, em hipótese alguma, documento de crédito, Bloqueto de Cobrança e outros papéis.

c) Providenciar a emissão e remessa das faturas ao Banco, quando se tratar de débito automático via transmissão eletrônica de dados (TEB) para os respectivos débitos automáticos em contas correntes, bem como a remessa dos respectivos avisos aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar-se dos serviços do Banco para tal finalidade.

9 DAS PENALIDADES

9.1 As partes contratantes sujeitam-se à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração, quando ocorrer o descumprimento a qualquer das cláusulas pactuadas.

10 DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93 e alterações.

11 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do SAMAE.

12 DA PUBLICIDADE

12.1 A CONTRATADA poderá promover publicidade, sem qualquer ônus para o SAMAE, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos tributos e demais documentos de arrecadação e preços municipais em sua rede de estabelecimentos.

13 DO FORO CONTRATUAL

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão Pará (SC), em 01 de abril de 2020.

Enio João Zanelatto Bagio
Diretora do SAMAE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO 06 2020

Publicação Nº 2432863

CONTRATO 06/2020

Processo Administrativo 04/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO, EM DOCUMENTOS NÃO COMPENSÁVEIS, NO PADRÃO FEBRABAN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DE GRÃO PARÁ, SC, E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL S.A.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, Autarquia Municipal da cidade de Grão-Pará, estado de Santa Catarina, sito a Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, inscrito sob o CGC Nº 80.489.222/0001-59, neste ato representado por ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, brasileiro, casado, diretor do SAMAE, residente e domiciliado em Grão Pará, portador da cédula de identidade nº 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68 e o BANCO DO BRASIL S.A. agência de Grão Pará, localizada na Rua Presidente Vargas, 585, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/6115-81, neste ato representado nos termos de seus atos constitutivos, por WESCLEY ALEXANDRE JACOB, brasileiro, divorciado, bancário, residente e domiciliado na cidade de Laguna/SC, portador da cédula de identidade nº 3949386 e inscrito no CPF nº 033.974.559-28, doravante neste ato denominadas SAMAE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, o qual obedecerá as condições expressas na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento 01/2019 e Processo Administrativo 04/2020, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1 DO OBJETO

0.1 O objeto deste Contrato consiste na prestação de serviços de arrecadação, pela CONTRATADA, de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE – Grão Pará, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 01/2019.

1 DOS SERVIÇOS

1.1 A CONTRATADA deverá autenticar todos os documentos de arrecadação das faturas de água e esgoto, de forma que fiquem evidenciados a identificação da INSTITUIÇÃO, a máquina utilizada, o número de operação, a data e o valor recebido.

1.2 Para os recebimentos realizados através de home-pages, office banking, Internet ou autoatendimento, o pagamento deverá ser comprovado através do lançamento do débito no extrato de conta corrente, devidamente identificado, ou recibo próprio.

1.3 Para os recebimentos realizados através da rede de Casas Lotéricas, o pagamento deverá ser comprovado através do recibo emitido pelo terminal lotérico.

1.4 A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento de contas, tributos e demais receitas do SAMAE – Grão Pará de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

1.5 A CONTRATADA somente poderá recusar o recebimento quando o documento de arrecadação for impróprio; e/ou contiver emendas e/ou rasuras que impeçam a leitura do código de barras e/ou digitação numérica deste.

1.6 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente/usuário independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos das faturas pagas com atraso, no mês subseq-ente.

2.7 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber, no primeiro dia útil subseq-ente ao vencimento, documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias em que não houver expediente bancário.

2 DO PREÇO

2.1 Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente termo, o SAMAE pagará a CONTRATADA tarifa nas seguintes bases:

- a) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de Débito Automático;
- b) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricas, correspondentes bancários e outros);
- c) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através da Internet;
- d) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através dos terminais de auto-atendimento;

2.2 Os valores poderão ser reajustados após o prazo de 12 (doze) meses, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original da contratação.

3 DO PAGAMENTO

3.1 O órgão arrecadador creditará o valor total da arrecadação diária, e posteriormente, efetuará o respectivo débito correspondente às tarifas.

3.2 O preço pactuado na cláusula anterior será pago a CONTRATADA através de débito em conta do SAMAE do que lhe couber referente ao montante arrecadado ou ainda, poderá emitir fatura correspondente às tarifas com vencimento mínimo do 5º dia útil do mês subseq-ente ao da prestação do serviço, a qual deverá ser enviado ao SAMAE para posterior pagamento.

3.3 Diariamente o Banco repassará, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

4 DO PRAZO

4.1 O Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de abril de 2020 e término em 31 de março de 2021, podendo ser estendido nas formas do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

4.2 O valor inicialmente contratado através deste Convênio será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, referente período de maio a abril.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato, de Abril a Dezembro/2020, correrão por conta do orçamento de 2020 e as de Janeiro a Março/2021, correrão por conta do orçamento de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Função: 17

Sub-Função: 512

Projeto-Atividade: 2.039

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

6 DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Cabe ao SAMAE, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente Fiscalização dos serviços contratados.

6.2 A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo SAMAE.

6.3 A existência e atuação da fiscalização do SAMAE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne ao objeto deste Contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 São de competência da CONTRATADA as seguintes obrigações:

a) Cumprir o disposto no Edital de Credenciamento 01/2019 e seus Anexos;

b) Repassar, diariamente, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

c) Efetuar o débito referente a tarifa que lhe compete em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – Conta Corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

d) Receber cheques de emissão do próprio cliente e de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste Contrato, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

e) Endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.

f) Colocar à disposição do SAMAE os arquivos magnéticos contendo as baixas (documentos arrecadados), via teletransmissão, até o 1º (PRIMEIRO) dia útil após a arrecadação, acompanhados de relatórios diários padrão FEBRABAN, contendo resumo da arrecadação, através de software específico fornecido pela CONTRATADA.

g) Não ocorrendo movimentação de pagamentos no dia, A CONTRATADA deverá disponibilizar no relatório diário a informação da inexistência de movimentação;

h) A CONTRATADA poderá optar pela microfilmagem, ou similar, dos documentos arrecadados referidos neste inciso, ficando autorizado a inutilizá-los imediatamente, sendo que, decorridos 30 (TRINTA) dias úteis da data da arrecadação, ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores; ficando autorizado por este instrumento de inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação.

i) Após a retirada dos arquivos da caixa postal, por parte do SAMAE, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para leitura e devolução a CONTRATADA, no caso de apresentação de inconsistência, e A CONTRATADA deverá regularizar as possíveis pendências também dentro de 05 (cinco) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência emitido pelo SAMAE.

j) A validação de prestação de contas via tele transmissão deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a sua disponibilização.

k) Na caracterização de diferenças da CONTRATADA nos recebimentos de contas efetuados através da própria CONTRATADA, caberá ao SAMAE o envio de cópia de contas que originaram a diferença, para regularização dentro do prazo previsto na letra "b" deste inciso.

l) Receber os documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente.

m) O valor do cheque acolhido pelo órgão arrecadador, na forma prevista no caput desta Cláusula e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do SAMAE, mantida no Banco, agência 5400-3 de Grão-Pará, de número 21110-9.

n) O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do SAMAE, ou mediante emissão de cheque administrativo, ou DOC a favor da conta de número 21110-9, mantida no Banco, de acordo com o prazo estabelecido anteriormente.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

8.1 São de competência do SAMAE as seguintes obrigações:

a) Providenciar a emissão e remessa de documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar serviços da CONTRATADA para tal finalidade.

b) Não utilizar, em hipótese alguma, documento de crédito, Bloqueto de Cobrança e outros papéis.

c) Providenciar a emissão e remessa das faturas ao Banco, quando se tratar de débito automático via transmissão eletrônica de dados

(TEB) para os respectivos débitos automáticos em contas correntes, bem como a remessa dos respectivos avisos aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar-se dos serviços do Banco para tal finalidade.

9 DAS PENALIDADES

9.1 As partes contratantes sujeitam-se à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração, quando ocorrer o descumprimento a qualquer das cláusulas pactuadas.

10 DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93 e alterações.

11 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do SAMAE.

12 DA PUBLICIDADE

12.1 A CONTRATADA poderá promover publicidade, sem qualquer ônus para o SAMAE, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos tributos e demais documentos de arrecadação e preços municipais em sua rede de estabelecimentos.

13 DO FORO CONTRATUAL

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão Pará (SC), em 01 de abril de 2020.

Enio João Zanelatto Bagio
Diretora do SAMAE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO 07 2020

Publicação Nº 2432866

CONTRATO 07/2020
Processo Administrativo 05/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO, EM DOCUMENTOS NÃO COMPENSÁVEIS, NO PADRÃO FEBRABAN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, DE GRÃO PARÁ, SC, E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE- SICOOB CREDIVALE/SC.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, Autarquia Municipal da cidade de Grão-Pará, estado de Santa Catarina, sito a Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, inscrito sob o CGC Nº 80.489.222/0001-59, neste ato representado por ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, brasileiro, casado, diretor do SAMAE, residente e domiciliado em Grão Pará, portador da cédula de identidade nº 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68 e a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE- SICOOB CREDIVALE/SC agência localizada na Rua Governador Jorge Lacerda, Braço do Norte/SC, inscrito no CNPJ nº 86.829.827/0001-28, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos, por TAISE PRESTES DA SILVA, brasileira, diretora operacional; residente na cidade de Braço do Norte/SC, portadora da cédula de identidade nº 4.492.238 e inscrita no CPF nº 039.543.779-26, e CLÓVIS FREITAS, brasileiro, diretor administrativo, residente na cidade de Braço do Norte/SC, portador da cédula de identidade nº 831.523 e inscrito no CPF nº 415.752.459-49 doravante neste ato denominadas SAMAE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, o qual obedecerá as condições expressas na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento 01/2019 e Processo Administrativo 05/2020, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1 DO OBJETO

0.1 O objeto deste Contrato consiste na prestação de serviços de arrecadação, pela CONTRATADA, de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE – Grão Pará, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou

conveniadas em abrangência nacional, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 01/2019.

1 DOS SERVIÇOS

1.1 A CONTRATADA deverá autenticar todos os documentos de arrecadação das faturas de água e esgoto, de forma que fiquem evidenciados a identificação da INSTITUIÇÃO, a máquina utilizada, o número de operação, a data e o valor recebido.

1.2 Para os recebimentos realizados através de home-pages, office banking, Internet ou autoatendimento, o pagamento deverá ser comprovado através do lançamento do débito no extrato de conta corrente, devidamente identificado, ou recibo próprio.

1.3 Para os recebimentos realizados através da rede de Casas Lotéricas, o pagamento deverá ser comprovado através do recibo emitido pelo terminal lotérico.

1.4 A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento de contas, tributos e demais receitas do SAMAE – Grão Pará de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

1.5 A CONTRATADA somente poderá recusar o recebimento quando o documento de arrecadação for impróprio; e/ou contiver emendas e/ou rasuras que impeçam a leitura do código de barras e/ou digitação numérica deste.

1.6 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente/usuário independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos das faturas pagas com atraso, no mês subseq-ente.

2.7 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber, no primeiro dia útil subseq-ente ao vencimento, documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias em que não houver expediente bancário.

2 DO PREÇO

2.1 Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente termo, o SAMAE pagará a CONTRATADA tarifa nas seguintes bases:

a) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de Débito Automático;

b) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricas, correspondentes bancários e outros);

c) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através da Internet;

d) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através dos terminais de auto-atendimento;

e) 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de recebimento diretamente na caixa da instituição bancária.

2.2 Os valores poderão ser reajustados após o prazo de 12 (doze) meses, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original da contratação.

3 DO PAGAMENTO

3.1 O órgão arrecadador creditará o valor total da arrecadação diária, e posteriormente, efetuará o respectivo débito correspondente às tarifas.

3.2 O preço pactuado na cláusula anterior será pago a CONTRATADA através de débito em conta do SAMAE do que lhe couber referente ao montante arrecadado ou ainda, poderá emitir fatura correspondente às tarifas com vencimento mínimo do 5º dia útil do mês subseq-ente ao da prestação do serviço, a qual deverá ser enviado ao SAMAE para posterior pagamento.

3.3 Diariamente o Banco repassará, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta convênio nº 3225-5, da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE- SICOOB CREDIVALE/SC, Agência 3078, de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

4 DO PRAZO

4.1 O Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de abril de 2020 e término em 31 de março de 2021, podendo ser estendido nas formas do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

4.2 O valor inicialmente contratado através deste Convênio será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, referente período de maio a abril.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato, de Abril a Dezembro/2020, correrão por conta do orçamento de 2020 e as de Janeiro a Março/2021, correrão por conta do orçamento de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Função: 17

Sub-Função: 512

Projeto-Atividade: 2.039

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

6 DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 Cabe ao SAMAE, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente Fiscalização dos serviços contratados.
- 6.2 A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo SAMAE.
- 6.3 A existência e atuação da fiscalização do SAMAE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne ao objeto deste Contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 São de competência da CONTRATADA as seguintes obrigações:

- Cumprir o disposto no Edital de Credenciamento 01/2019 e seus Anexos;
- Repassar, diariamente, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta convênio nº 3225-5, da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE- SICOOB CREDIVALE/SC, Agência 3078, de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;
- Efetuar o débito referente a tarifa que lhe compete em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – conta convênio nº 3225-5, da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE- SICOOB CREDIVALE/SC, Agência 3078, de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;
- Endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.
- Colocar à disposição do SAMAE os arquivos magnéticos contendo as baixas (documentos arrecadados), via teletransmissão, até o 1º (PRIMEIRO) dia útil após a arrecadação, acompanhados de relatórios diários padrão FEBRABAN, contendo resumo da arrecadação, através de software específico fornecido pela CONTRATADA.
- Não ocorrendo movimentação de pagamentos no dia, A CONTRATADA deverá disponibilizar no relatório diário a informação da inexistência de movimentação;
- A CONTRATADA poderá optar pela microfilmagem, ou similar, dos documentos arrecadados referidos neste inciso, ficando autorizado a inutilizá-los imediatamente, sendo que, decorridos 30 (TRINTA) dias úteis da data da arrecadação, ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores; ficando autorizado por este instrumento de inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação.
- Após a retirada dos arquivos da caixa postal, por parte do SAMAE, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para leitura e devolução a CONTRATADA, no caso de apresentação de inconsistência, e A CONTRATADA deverá regularizar as possíveis pendências também dentro de 05 (cinco) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência emitido pelo SAMAE.
- A validação de prestação de contas via tele transmissão deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a sua disponibilização.
- Na caracterização de diferenças da CONTRATADA nos recebimentos de contas efetuados através da própria CONTRATADA, caberá ao SAMAE o envio de cópia de contas que originaram a diferença, para regularização dentro do prazo previsto na letra "b" deste inciso.
- Receber os documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subseq-ente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente.
- O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do SAMAE, ou mediante emissão de cheque administrativo, ou DOC a favor da conta de número 3225-5, mantida no Banco, de acordo com o prazo estabelecido anteriormente.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

8.1 São de competência do SAMAE as seguintes obrigações:

- Providenciar a emissão e remessa de documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar serviços da CONTRATADA para tal finalidade.
- Não utilizar, em hipótese alguma, documento de crédito, Bloqueto de Cobrança e outros papéis.
- Providenciar a emissão e remessa das faturas ao Banco, quando se tratar de débito automático via transmissão eletrônica de dados (TEB) para os respectivos débitos automáticos em contas correntes, bem como a remessa dos respectivos avisos aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar-se dos serviços do Banco para tal finalidade.

9 DAS PENALIDADES

9.1 As partes contratantes sujeitam-se à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração, quando ocorrer o descumprimento a qualquer das cláusulas pactuadas.

10 DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93 e alterações.

11 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do SAMAE.

12 DA PUBLICIDADE

12.1 A CONTRATADA poderá promover publicidade, sem qualquer ônus para o SAMAE, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos tributos e demais documentos de arrecadação e preços municipais em sua rede de estabelecimentos.

13 DO FORO CONTRATUAL

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão Pará (SC), em 01 de abril de 2020.

Enio João Zanelatto Bagio
Diretora do SAMAE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO 08 2020

Publicação Nº 2432869

CONTRATO 08/2020
Processo Administrativo 06/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO, EM DOCUMENTOS NÃO COMPENSÁVEIS, NO PADRÃO FEBRABAN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, DE GRÃO PARÁ, SC, E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO BRADESCO S/A.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, Autarquia Municipal da cidade de Grão-Pará, estado de Santa Catarina, sito a Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, inscrito sob o CGC Nº 80.489.222/0001-59, neste ato representado por ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, brasileiro, casado, diretor do SAMAE, residente e domiciliado em Grão Pará, portador da cédula de identidade nº 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68 e BANCO BRADESCO S/A agência localizada na Avenida Felipe Schmidt nº 497, Braço do Norte/SC, inscrito no CNPJ nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos, por JOÃO SEGUNDO DA COSTA NETO, brasileiro, casado, gerente do poder público, portador da cédula de identidade nº 60.121.615 e inscrito no CPF nº 241.341.983-72, e JEFFERSON LADISLAU PEREIRA, brasileiro, casado, gerente do poder público, doravante neste ato denominados SAMAE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, o qual obedecerá as condições expressas na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento 01/2019 e Processo Administrativo 06/2020, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1 DO OBJETO

0.1 O objeto deste Contrato consiste na prestação de serviços de arrecadação, pela CONTRATADA, de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE – Grão Pará, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 01/2019.

1 DOS SERVIÇOS

- 1.1 A CONTRATADA deverá autenticar todos os documentos de arrecadação das faturas de água e esgoto, de forma que fiquem evidenciados a identificação da INSTITUIÇÃO, a máquina utilizada, o número de operação, a data e o valor recebido.
- 1.2 Para os recebimentos realizados através de home-pages, office banking, Internet ou autoatendimento, o pagamento deverá ser comprovado através do lançamento do débito no extrato de conta corrente, devidamente identificado, ou recibo próprio.
- 1.3 Para os recebimentos realizados através da rede de Casas Lotéricas, o pagamento deverá ser comprovado através do recibo emitido pelo terminal lotérico.
- 1.4 A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento de contas, tributos e demais receitas do SAMAE – Grão Pará de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.
- 1.5 A CONTRATADA somente poderá recusar o recebimento quando o documento de arrecadação for impróprio; e/ou conter emendas e/ou rasuras que impeçam a leitura do código de barras e/ou digitação numérica deste.
- 1.6 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente/usuário independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos das faturas pagas com atraso, no mês subseq-ente.
- 2.7 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber, no primeiro dia útil subseq-ente ao vencimento, documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias em que não houver expediente bancário.

2 DO PREÇO

2.1 Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente termo, o SAMAE pagará a CONTRATADA tarifa nas seguintes bases:

- a) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de Débito Automático;

- b) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricas, correspondentes bancários e outros);
- c) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através da Internet;
- d) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através dos terminais de auto-atendimento;

2.2 Os valores poderão ser reajustados após o prazo de 12 (doze) meses, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original da contratação.

3 DO PAGAMENTO

3.1 O órgão arrecadador creditará o valor total da arrecadação diária, e posteriormente, efetuará o respectivo débito correspondente às tarifas.

3.2 O preço pactuado na cláusula anterior será pago a CONTRATADA através de débito em conta do SAMAE do que lhe couber referente ao montante arrecadado ou ainda, poderá emitir fatura correspondente às tarifas com vencimento mínimo do 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, a qual deverá ser enviado ao SAMAE para posterior pagamento.

3.3 Diariamente o Banco repassará, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

4 DO PRAZO

4.1 O Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de abril de 2020 e término em 31 de março de 2021, podendo ser estendido nas formas do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

4.2 O valor inicialmente contratado através deste Convênio será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, referente período de maio a abril.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato, de Abril a Dezembro/2020, correrão por conta do orçamento de 2020 e as de Janeiro a Março/2021, correrão por conta do orçamento de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Função: 17

Sub-Função: 512

Projeto-Atividade: 2.039

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

6 DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Cabe ao SAMAE, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente Fiscalização dos serviços contratados.

6.2 A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo SAMAE.

6.3 A existência e atuação da fiscalização do SAMAE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne ao objeto deste Contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 São de competência da CONTRATADA as seguintes obrigações:

a) Cumprir o disposto no Edital de Credenciamento 01/2019 e seus Anexos;

b) Repassar, diariamente, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

c) Efetuar o débito referente a tarifa que lhe compete em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – Conta Corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

d) Receber cheques de emissão do próprio cliente e de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste Contrato, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

e) Endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.

f) Colocar à disposição do SAMAE os arquivos magnéticos contendo as baixas (documentos arrecadados), via teletransmissão, até o 1º (PRIMEIRO) dia útil após a arrecadação, acompanhados de relatórios diários padrão FEBRABAN, contendo resumo da arrecadação, através de software específico fornecido pela CONTRATADA.

g) Não ocorrendo movimentação de pagamentos no dia, A CONTRATADA deverá disponibilizar no relatório diário a informação da inexistência de movimentação;

h) A CONTRATADA poderá optar pela microfilmagem, ou similar, dos documentos arrecadados referidos neste inciso, ficando autorizado a inutilizá-los imediatamente, sendo que, decorridos 30 (TRINTA) dias úteis da data da arrecadação, ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores; ficando autorizado por este instrumento de inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação.

i) Após a retirada dos arquivos da caixa postal, por parte do SAMAE, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para leitura e

devolução a CONTRATADA, no caso de apresentação de inconsistência, e A CONTRATADA deverá regularizar as possíveis pendências também dentro de 05 (cinco) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência emitido pelo SAMAE.

j) A validação de prestação de contas via tele transmissão deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a sua disponibilização.

k) Na caracterização de diferenças da CONTRATADA nos recebimentos de contas efetuados através da própria CONTRATADA, caberá ao SAMAE o envio de cópia de contas que originaram a diferença, para regularização dentro do prazo previsto na letra "b" deste inciso.

l) Receber os documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente.

m) O valor do cheque acolhido pelo órgão arrecadador, na forma prevista no caput desta Cláusula e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do SAMAE, mantida no Banco, agência 5400-3 de Grão-Pará, de número 21110-9.

n) O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do SAMAE, ou mediante emissão de cheque administrativo, ou DOC a favor da conta de número 21110-9, mantida no Banco, de acordo com o prazo estabelecido anteriormente.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

8.1 São de competência do SAMAE as seguintes obrigações:

a) Providenciar a emissão e remessa de documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar serviços da CONTRATADA para tal finalidade.

b) Não utilizar, em hipótese alguma, documento de crédito, Bloqueto de Cobrança e outros papéis.

c) Providenciar a emissão e remessa das faturas ao Banco, quando se tratar de débito automático via transmissão eletrônica de dados (TEB) para os respectivos débitos automáticos em contas correntes, bem como a remessa dos respectivos avisos aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar-se dos serviços do Banco para tal finalidade.

9 DAS PENALIDADES

9.1 As partes contratantes sujeitam-se à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração, quando ocorrer o descumprimento a qualquer das cláusulas pactuadas.

10 DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93 e alterações.

11 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do SAMAE.

12 DA PUBLICIDADE

12.1 A CONTRATADA poderá promover publicidade, sem qualquer ônus para o SAMAE, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos tributos e demais documentos de arrecadação e preços municipais em sua rede de estabelecimentos.

13 DO FORO CONTRATUAL

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão Pará (SC), em 01 de abril de 2020.

Enio João Zanelatto Bagio
Diretora do SAMAE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PORTARIA 05/2020

Publicação Nº 2432850

PORTARIA N.º 05/2020 GRÃO-PARÁ,SC, 01 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Grão-Pará, SC, no uso de suas atribuições, e com base na Lei Municipal nº 1.356 de 12 de abril de 2005, alterada pela Lei Municipal n.º 1.724 de 05 de Abril de 2011, que trata do Plano de Cargos e Funções Gratificadas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará.

RESOLVE:

1º) – Nomear MARCIO SOETTER PERIN, portador do RG. Nº 4.199.644, CPF: 040.542.199/00, para a função gratificada de Chefe de Serviço Técnico. FG-3.

2º) - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2020.

3º) - Revogam-se as disposições em contrário.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Diretor do SAMAE

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO N. 34/2020

Publicação Nº 2432849

DECRETO N. 34 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A VIABILIZAR O FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Gravatal e,

CONSIDERANDO que, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia de Covid-19 a infecção humana provocada pelo novo coronavírus.

CONSIDERANDO que a pandemia fez com que todos os países adotassem medidas restritivas às respectivas populações, especialmente no tocante à circulação de pessoas, funcionamento de empresas, comércios e realização de eventos.

CONSIDERANDO os profundos reflexos que as medidas restritivas estão causando na vida das pessoas e na economia do Estado e do país e que são necessários esforços para adequação dos orçamentos que atingem igualmente o setor privado e o setor público.

CONSIDERANDO que a economia no Governo Federal/Estadual e no Município está sendo diretamente afetada pela suspensão de grande parte das atividades econômicas, causando reflexos na arrecadação e, na mesma proporção nos repasses do Governo Federal e Estadual.

CONSIDERANDO a urgente necessidade de adoção de medidas destinadas a viabilizar o funcionamento do Poder Executivo, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância nacional relacionada à COVID-19.

CONSIDERANDO que em momentos de dificuldade a prestação dos serviços públicos mostra-se ainda mais essencial ao atendimento da população em seus direitos fundamentais, ao combate ao desemprego e à retomada das atividades econômicas, com vistas ao crescimento que todos almejam.

CONSIDERANDO a Notificação Recomendatória Circular 002/2020, expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1.º Fica adotadas as seguintes medidas de contenção de gastos conforme abaixo discriminado:

II - Suspender a concessão ao gozo de licença prêmio, bem como sua indenização, pagamento de indenização de férias, e gratificações por função;

III - Suspender as promoções funcionais previstas nos planos de cargos e salários, bem como o prêmio assiduidade;

IV – Suspender as viagens a serviço e o consequente pagamento de diárias, ressalvadas aquelas que se mostrarem imprescindíveis ao atendimento do serviço público.

V - Suspender a realização de cursos exceto os na modalidade EAD, desde que não gerem custos aos cofres públicos;

VI - Revisar os contratos administrativos para eventual redução de seus valores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº1.820/2017, com seus efeitos até 31/12/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, SC, em 06 de abril de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

PREFEITO MUNICIPAL

Jucemar Zanelato

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N.33/2020

Publicação Nº 2432789

DECRETO N.º 33, DE 06 DE ABRIL DE 2020..

AUTORIZA O RECEBIMENTO DE DOAÇÃO DE PARTE DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, SECRETÁRIOS E VENCIMENTOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS EM FAVOR DOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Gravatal e demais legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento de doação de valores, aos Cofres Públicos Municipais, oriundos de parte dos subsídios do Prefeito, e Secretário Municipais, que de maneira espontânea pretenderem autorizar os descontos em folha de pagamento, limitado ao percentual de 20%(vinte por cento) da remuneração bruta estabelecida pela Lei Municipal nº 1.557/2012.

Art. 2º. – Fica ainda autorizado o recebimento em doação de valores, aos Cofres Públicos Municipais, advindos de parte do salário bruto de Servidores Municipais, limitado ao percentual de 20% (vinte por cento), que aderirem ao Plano de Desconto no apoio aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, que de maneira espontânea autorizam o desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Único – Os valores recebidos relativo ao estabelecido nos artigos 1º e 2º deste Decreto serão repassados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, a razão de 50% (cinquenta por cento) para cada Fundo.

Art. 3º -.Os valores das doações não exoneram os doadores das contribuições sociais, tributárias e previdenciárias incidentes sobre a remuneração auferida.

Art. 4º - A doação é incondicional, não cabendo aos doadores qualquer tipo ou espécie de compensação e limitar-se-ão aos meses de abril, maio e junho de 2.020.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, SC, em 06 de abril de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

PREFEITO MUNICIPAL

Jucemar Zanelato

Secretário de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

DECISÃO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 210/2019 - PMG

Publicação Nº 2433175

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 210/2019 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a coleta de resíduos reutilizáveis e recicláveis no município de Guaramirim (SC).

RECORRENTE: SERRANA ENGENHARIA LTDA

RECORRIDA: SEMAPA EIRELI

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRENTE, já devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, e das CONTRARRAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRIDA à Prefeitura Municipal de Guaramirim, neste ato representada pelo seu Pregoeiro, o Sr. GABRIEL FELIPPI, nomeado pela Portaria nº 377/2019, vem apresentar as suas considerações para, ao final, recomendar o que segue:

I – DO RECURSO APRESENTADO PELA RECORRENTE

1) Dos pressupostos de admissibilidade das razões e contrarrazões:

Foi apresentado razões recursais pela recorrente SERRANA ENGENHARIA LTDA no dia 21 de fevereiro de 2020, às 10h28, conforme protocolo de comprovante de abertura, Processo nº 990/2020 (fl. 407) e contrarrazões recursais pela recorrida SEMAPA EIRELI no dia 27 de fevereiro de 2020, às 16h40, conforme impressão do e-mail (fl. 422). O prazo para apresentação das razões recursais da RECORRENTE são tempestivos conforme se ajuíza pelo enunciado na Ata de Sessão Pública do dia 18 de fevereiro de 2020 (fls. 391 à 393). O prazo das contrarrazões recursais da RECORRIDA, apesar de estarem fora do prazo enunciado para o dia 26 de fevereiro, conforme consta a supracitada Ata de Sessão Pública e o e-mail de notificação (fl. 420), este Pregoeiro considera tempestivo apesar da justificativa DA RECORRIDA estar equivocada, e as razões são as de que o prazo de contrarrazões contariam a partir da data de envio das razões recursais à possível interessada em apresentar contrarrazões, à saber, cf. fl. 420, o dia 24 de fevereiro, e considerando os 3 (três) dias úteis, encerraria na data de 27 de fevereiro, ao contrário da data mencionada no e-mail de envio e da Ata de Sessão Pública. Ademais, a apresentação das razões do recurso atende aos pressupostos atinentes ao recebimento e conhecimento do recurso no que diz respeito à representação da empresa ante a Administração Pública, através de seu representante.

Assim, CONHEÇO dos recursos apresentados.

2) Do recurso:

Em breve síntese, trata-se de recursos interpostos pela RECORRENTE sobre, primeiramente, alegada ilegalidade na aceitabilidade da proposta da empresa SEMAPA, visto que a licitante não apresentara os dois demonstrativos de composição do BDI e, por fim, da irregularidade fiscal do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, onde a razão social constante no documento difere da razão social da RECORRIDA.

3) Das contrarrazões:

Em breve síntese, trata-se de contrarrazões recursais interpostas pela RECORRIDA sobre as alegações da RECORRENTE, em que, no primeiro caso, argumenta em favor da proposta mais vantajosa como elemento finalístico do processo licitatório, além da possibilidade de promoção de diligência para se sanar eventuais falhas, e por fim que a RECORRENTE solicita formalismo exacerbado no que se refere a diferença da razão social no CRF – FGTS, visto que o identificador geral é o CNPJ, que está consonante com toda a documentação apresentada.

4) Do mérito:

Preliminarmente, há de se observar que a constituição federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita, ainda, a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI). Da mesma forma, é necessário que o procedimento licitatório não tenha exigências desnecessárias para não macular a competitividade do certame, para que seja possível selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Considerando-se tais princípios, procede-se à análise dos recursos, e considerando a complexidade do tema, este Pregoeiro solicitou à Procuradoria-Geral do Município manifestação sobre as alegações apresentadas e os fatos ocorridos. A solicitação foi provida no Parecer Jurídico nº 107/2020, do dia 31 de março de 2020, pelo assessor jurídico Elton Luis Bergamnn (fl. 428). Com relação às primeiras alegações, referentes à Planilha de Composição do BDI, a Procuradoria manifestou pelo provimento do recurso, argumentando que era documentação prevista no Edital e, portanto, deveria ser apresentada, sendo vedado a juntada de documento que deveria constar no processo. Portanto, em concordância com o citado Parecer, este Pregoeiro reforma sua decisão e dá provimento ao recurso da RECORRENTE.

Já com relação à razão social do CRF – FGTS, a Procuradoria também se manifestou no sentido de não dar provimento, visto que o CNPJ é o mesmo, argumento que este Pregoeiro também segue e, portanto, não dá provimento à RECORRENTE.

II – DAS CONCLUSÕES

Diante de todo o acima exposto, opino pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL, nos termos da fundamentação supra.

Remeto os autos à consideração da autoridade superior conforme art. 109, § 4º da Lei de Licitações.

Guaramirim, 1º de abril de 2020.

GABRIEL FELIPPI

Pregoeiro

Portaria nº 377/2019

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 210/2019 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a coleta de resíduos reutilizáveis e recicláveis no município de Guaramirim (SC).

RECORRENTE: SERRANA ENGENHARIA LTDA

RECORRIDA: SEMAPA EIRELI

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRENTE, já devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, das CONTRARRAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRIDA à Prefeitura Municipal de Guaramirim, da DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO, despachado pelo Pregoeiro do certame, o Sr. Gabriel Felippi, devidamente qualificado nos autos do Processo, e do PARECER JURÍDICO do assessor jurídico da Procuradoria-Geral do Município, o Sr. Elton Luis Bergmann, o PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, o Sr. Luis Antonio Chiodini, vem apresentar a sua decisão.

Conforme exposto pela Procuradoria-Geral do Município e pelo Pregoeiro, CONHEÇO das razões e contrarrazões recursais e dou PROVIMENTO PARCIAL às razões recursais da RECORRENTE, com relação a desclassificação da RECORRIDA conforme os argumentos já expostos.

Guaramirim, 1º de abril de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

DECRETO 1210/2020

Publicação Nº 2433322

DECRETO Nº. 1210/2020

Altera o Decreto Municipal nº 1204/2020 para estabelecer novas medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do Decreto n. 550, de 07 de abril de 2020, que altera o Decreto n. 525/2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº 1204, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º.

I – pelo período de 5 (cinco) dias, contados a partir de 08 de abril de 2020:

..... ” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de abril de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2020 – FMS

Publicação Nº 2433068

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS AGENTES DE ENDEMIAS EM CARÁTER EMERGENCIAL.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, sob o CNPJ nº 00.328.116/0001-54, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº 1061, Andar Térreo, bairro Vila Baependi, Jaraguá do Sul - SC, 89.256-500.

Valor Total: R\$ 363,08 (trezentos e sessenta e três reais e oito centavos).

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, sob o CNPJ nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, Sala 02, bairro Água Verde, Jaraguá do Sul - SC, 89.254-525.

Valor Total: R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

Guaramirim (SC), 07 de abril de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2432468

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor KETLIN ULLER . SERVIÇOS referente ao empenho 0000714-003/2020 ,liquidado em 07/04/2020, no valor de R\$ 11.340,00.

Este pagamento refere-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ZELADORIA, SEPULTAMENTO, EXUMAÇÃO E INCINERAÇÃO DE CAIXÕES EXUMADOS PARA DOIS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para manter a continuidade dos serviços prestados.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais,devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 07 de abril de 2020.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2432900

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor BIQ BENEFÍCIOS LTDA.

Referente ao empenho 130/02/2020, liquidado 07/04/2020, no valor de R\$ 20.626,65. Este pagamento refere-se a presente Ordem de Compra tem por finalidade a aquisição de cartões alimentação com recarga para substituir a tradicional cesta básica de acordo com o processo licitatório nº 23/2018. O objetivo é atender as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social atendidas nos serviços de Proteção Social Básica do município de Guaramirim- FMAS. Destarte, mencionamos ainda a lei nº 4467/2017 - define e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito da política municipal de assistência social. Referente a recargas de cartões 1 UFM (R\$ 101,86) e 1,5 UFM (R\$ 152,79) mês de fevereiro de 2020.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para agilizar novas liberações devido aumento de procura de comida pela população.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuados o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim,07 de abril de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 47/2020

Publicação Nº 2433348

DECRETO MUNICIPAL Nº 47/2020.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 36/2020, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso VII da Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art.1º. O inciso I do Art. 2º do Decreto Municipal 36/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – pelo período de 5(cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020:

..... ” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 8 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 08 de abril de 2020 - 68º ano da Fundação e 58º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 07/2020 À ATA RP 11/2020

Publicação Nº 2433039

ADITIVO CONTRATUAL Nº 07/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA RP Nº 11/2020

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, com sede na Rua do Comercio, s/n, Centro, Planalto Alegre – SC, CEP 89.882-000, representada neste ato pela sua Sócia Proprietária, Senhora Renata Raquel Ahlf dos Santos, inscrita no CPF sob nº 005.351.199-92, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata Registro de Preços 01/2020 e ao Aditivo Contratual nº 01 à Ata RP nº 11/2020, visando o reequilíbrio econômico-financeiro de acordo com o que prescreve o artigo 65 inc. II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Ficam alterados, na forma de reequilíbrio econômico-financeiro, os valores constantes n Cláusula Primeira - Do Objeto da Ata Registro de Preços 11/2020, conforme segue:

Item 47: O preço certo e ajustado por Litro de Leite de vaca integral, UHT, embalagem tetra pack de 1L, prazo de validade mínimo de 2 meses a contar da data de entrega, fica no valor unitário de R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas da referida Ata Registro de Preços 11/2020, as quais se aplicam a este termo aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu - SC, 07 de abril de 2020.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO
DE ALIMENTOS LTDA – EPP
Contratada

Testemunhas:

1) Nome:
CPF:

2) Nome:
CPF:

ADITIVO 08-2020 - 1º TERMO ADITIVO AO CT 53-2019

Publicação Nº 2432764

CONTRATO ADITIVO Nº 08/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 53/2019
ADITIVO DE VALORES

Contrato Aditivo nº 08 de 2020 — Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 53 de setembro de 2019 (valores), celebrado entre a Prefeitura Municipal de GUATAMBU (SC), e a empresa MARCELO ALVES DA ROSA EIRELI – ME, que detém como objeto a contratação de empresa especializada para execução de quadras esportivas cobertas em estrutura metálica, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha de quantitativos, cronograma financeiro e demais especificações contidas nos anexos do edital.

As partes devidamente qualificadas no contrato originário, em comum acordo e, em conformidade ao Parecer Técnico n. 08 de 26 de fevereiro de 2020, emitido pelo Setor de Engenharia Municipal, aditam o presente contrato conforme os termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES

Ficam alterados (aditados) os valores inicialmente pactuados no item previsto no LOTE 1, conforme planilha de orçamento – ESTIMATIVA DE PREÇOS, representando o total do aditivo: ADIÇÃO R\$ 16.413,36 (dezesesseis mil quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos). O valor total do item supracitado passa de R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais), para R\$ 123.413,00 (cento e vinte três mil quatrocentos e treze reais). As alterações são justificadas pelo parecer técnico, bem como descritas pela planilha de orçamento.

Restam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os fins e efeitos.

Guatambu, 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

MARCELO ALVES DA ROSA
Representante Legal
ARCELO ALVES DA ROSA EIRELI - ME

Testemunhas:

1) _____

2) _____

ADITIVO 09-2020 - 1º TERMO ADITIVO AO CT 27-2019

Publicação Nº 2432791

CONTRATO ADITIVO Nº 09/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 27/2019

ADITIVO DE VALORES

Contrato Aditivo nº 09 de 2020 — Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 27 de setembro de 2019 (valores), celebrado entre a Prefeitura Municipal de GUATAMBU (SC), e a empresa BENEFATTO PRE-FABRICADOS LTDA – EPP, que detém como objeto a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com pedras irregulares, sinalização viária e meio fio em diversas ruas da sede do Município, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais especificações contidas nos anexos do edital.

As partes devidamente qualificadas no contrato originário, em comum acordo e, em conformidade ao Parecer Técnico n. 10 de 02 de março de 2020, emitido pelo Setor de Engenharia Municipal, aditam o presente contrato conforme os termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES

Ficam alterados (aditados) os valores totais inicialmente pactuados, conforme planilha de orçamento em anexo: ADIÇÃO TOTAL R\$ 7.630,03 (sete mil seiscentos e trinta reais e três centavos). O valor total do item supracitado passa de R\$ 308.010,98 (trezentos e oito mil e dez reais e noventa e oito centavos), para R\$ 315.641,01 (trezentos e quinze mil seiscentos e quarenta e um reais e um centavo). As alterações são justificadas pelo parecer técnico, bem como descritas pela planilha de orçamento, ambos os documentos em anexo.

Restam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os fins e efeitos.

Guatambu, 05 de março de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

BENEFATTO PRE-FABRICADOS LTDA - EPP
Representante Legal
DARCI SOARES

Testemunhas:

1) _____

2) _____

ADITIVO 10-2020 - 1º TERMO ADITIVO AO CT DE 11/04/2019

Publicação Nº 2432899

CONTRATO ADITIVO Nº 10/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE 11/04/2019

PRAZO DE EXECUÇÃO

Pelo presente instrumento, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU, situada à Rua Manoel Rolim de Moura, 825, Centro, GUATAMBU/SC, CEP: 89817-000, inscrito no CNPJ sob o nº: 95.990.206/0001-12, neste ato representada, pelo Sr(a). Luiz Clóvis Dal Piva, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do RG nº 1.610.529 e do CPF nº 543.458.399-04, residente e domiciliado na Rua Manoel Rolim De Moura, Nº825, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA EPP, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, sala 205, Bairro: Cidade Monções, Cidade: São Paulo - SP, CEP 04571-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.129.497/0001-12, neste ato representada pela Gerente Geral Mariana Augusta de Souza, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 5.540.109 e CPF/MF nº 030.976.064-08, residente e domiciliado na: Rua São Carlos do Pinhal, 345 apto. 1104, Bela Vista, São Paulo – SP CEP: 01333-001, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, por força do Contrato Administrativo De Serviços Técnicos Especializados, firmado em 04/11/2019, têm entre si acordado e ajustado o aditamento das Cláusulas 2 (Do Valor) e 4 (Da Vigência), sendo que as demais cláusulas seguem com o mesmo teor do termo original:

CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO DO CONTRATO

O presente termo aditivo tem como objetivo a alteração do período de vigência do contrato firmado em 04/11/2019, tendo por objeto a prestação de serviços de encaminhamento diário, via e-mail, de publicações oficiais, abrangendo os módulos especificados e detalhados em seu Anexo I, do interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU - SC.

CLÁUSULA 2ª: DA VIGÊNCIA

Por efeito deste aditamento, fica alterada a cláusula 4.1 do contrato firmado em 04/11/2019, que vigorará de 11/04/2020 até o dia 10/04/2021.

CLÁUSULA 3ª: DO VALOR

Por efeito deste aditamento e com o único fim de adequar proporcionalmente o valor do contrato ao seu período de vigência, fica alterada a cláusula 2.1 do contrato firmado em 04/11/2019, para constar o valor total de R\$ 2.068,92 (dois mil e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), a ser pagos em 1 parcela de R\$ 2.068,92 (dois mil e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), já devidamente corrigido pelo IGPM.

CLÁUSULA 4ª: DO GRIFON ALERTA

A garantia dos serviços e consequente uso do seguro garantia, decorre somente do acesso às publicações pela plataforma "Grifon Alerta", disponível para instalação ou acesso online gratuitamente, no endereço eletrônico www.grifonalerta.com.br para uso da CONTRATANTE.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do contrato firmado em 04/11/2019.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente aditamento de contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

GUATAMBU- SC, 06 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU Luiz Clóvis Dal Piva Prefeito (a) Contratante	Grifon Brasil Assessoria Ltda Mariana Augusta de Souza Gerente Geral Contratada
Testemunhas: Nome: RG:	Nome: RG:

ADITIVO 11-2020 - 2º TERMO ADITIVO AO CT 28-2019

Publicação Nº 2432902

CONTRATO ADITIVO Nº 11/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 28/2019

ADITIVO DE VALORES

Contrato Aditivo nº 11 de 2020 — Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 28 de setembro de 2019 (valores), celebrado entre a Prefeitura Municipal de GUATAMBU (SC), e a empresa WA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - EPP, que detém como objeto a contratação de empresa especializada através do sistema de empreitada global — para realização de ampliação, reforma e adequações da unidade de saúde do distrito Fazenda Zandavalli, tudo em conformidade ao projeto básico, memorial descritivo, planilha de quantitativos, cronograma financeiro e demais especificações contidas nos anexos do edital.

As partes devidamente qualificadas no contrato originário, em comum acordo e, em conformidade ao Parecer Técnico n. 11 de 10 de março de 2020, emitido pelo Setor de Engenharia Municipal, aditam o presente contrato conforme os termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES

Ficam alterados (aditados) os valores totais inicialmente pactuados, conforme planilha de orçamento em anexo: ADIÇÃO R\$ 10.878,16 (dez mil oitocentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos). SUPRESSÃO R\$ 1.957,84 (um mil novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos). O valor total do item supracitado passa de R\$ 207.873,83 (duzentos e sete mil oitocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos), para R\$ 218.751,99 (duzentos e dezoito mil setecentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos). As alterações são justificadas pelo parecer técnico, bem como descritas pela planilha de orçamento, ambos os documentos em anexo.

Restam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os fins e efeitos.

Guatambu, 13 de março de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

WILIAM COLING

WA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - EPP

Representante Legal

Testemunhas:

1) _____

2) _____

ADITIVO 12-2020 - 1º TERMO ADITIVO AO CT 51-2019

Publicação Nº 2432904

CONTRATO ADITIVO Nº 12/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 51/2019

PRAZO DE EXECUÇÃO

Contrato Aditivo nº 12 de 2020 — Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 51 de novembro de 2019 (prazo de execução), celebrado entre a Prefeitura Municipal de GUATAMBU (SC), e a empresa ROBSON DOS SANTOS - ME, que detém como objeto a contratação de empresa especializada para execução de redes adutoras para abastecimento de reservatório apoiado para rede de distribuição de água na linha elesbão e linha flor, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha de quantitativos, cronograma físico financeiro e demais especificações.

As partes devidamente qualificadas no contrato originário, em comum acordo e, em parcial conformidade ao pedido administrativo protocolado no dia 05/03/2020, que prestou notícia/justificativa acerca da intempestividade da execução, conforme solicitação em anexo, em consonância ao Parecer Técnico n. 13/2020, emitido pelo Setor de Engenharia Municipal, aditam o presente contrato, conforme os termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Ficam alterados (aditados) os prazos de execução da obra em trinta (30) dias, a contar do prazo previsto para o vencimento legal, justificado pelos fatos e fundamentos em anexo.

Restam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os fins e efeitos.

Guatambu, 17 de março de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

ROBSON DOS SANTOS

Sócio Proprietário

ROBSON DOS SANTOS - ME

Testemunhas:

1) _____

2) _____

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2020

Publicação Nº 2432915

Estado de Santa Catarina

Município de Guatambu

Aviso de Dispensa/Chamamento Público

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando Chamamento para recebimento de propostas para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, em conformidade com a Lei 11.947/09, Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 50/2020.

Dispensa de Licitação n. 22/2020.

Chamamento Público n. 03/2020.

Tipo: Preço fixo por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DE 2020 NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC, CONFORME LEI 11.947/09 E RESOLUÇÃO FNDE Nº. 04 DE 02/04/2015.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 30/04/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/04/2020.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 08 de abril de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2020

Publicação Nº 2432737

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 49/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 21/2020 OBJETO: MONITORES CARDÍACOS PARA EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contratada: Alfa Med Sistemas Médicos LTDA

Valor: R\$ 19.700,00 (dezanove mil e setecentos reais).

Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu 06 de Abril de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2020

Publicação N° 2432735

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. N° 51/2020
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2020 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPRA DE PNEUS
Contratada: Servicar Comercio e Serviços LTDA ME
Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu 07 de Abril de 2020
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 106 / 2020

Publicação N° 2432649

DECRETO N. 106/2020
ABRE CRÉDITO EXTRAORDINARIO DEVIDO A PANDEMIA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 167 § 3º, da Constituição Federal, nos artigos 40, III e 44 da Lei Federal nº 4.320 de 1964, bem como a decretação do do estado de calamidade pública para enfrentamento do corona vírus (COVID-19) e tendo em vistas a necessidade de adoção de medidas urgentes e inadiáveis para o enfrentamento dos riscos de contágio da doença, e de acordo com A Lei Municipal 1.129 de 05 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Extraordinário, , no valor de R\$ 13.611,40 (Treze mil, seiscentos e onze reais e quarenta centavos), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0007 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.126 – Participação de Consórcios Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00 – Aplicações diretas – Recursos Próprios – FR 1002, com o valor de R\$ 13.611,40 (Treze mil seiscentos e onze reais e quarenta centavos)

Art. 2º - Nos termos do § 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, para fins da apuração de eventual excesso de arrecadação durante o exercício financeiro de 2020, deverá ser deduzido o valor do crédito extraordinário de que trata o art, 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, 31 de Março de 2020.
LUIZ CLOVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 107 / 2020

Publicação N° 2432711

DECRETO N° 107/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020
ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;
Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;
Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 87, de 17 de março de 2020, que decretou situação de emergência e definiu medidas adicionais para prevenção e enfrentamento a COVID – 19;

DECRETA

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 87, de 17 de março de 2020, que decretou situação de emergência e definiu medidas adicionais para prevenção e enfrentamento a COVID – 19, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I - Concessão de férias normais de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II – Concessão de férias antecipadas de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias normais ou antecipadas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 86, de 18 de março de 2020;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º Qualquer das hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo do adiantamento do recesso escolar, estabelecido no Decreto Municipal nº 85, de 17 de março de 2020

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 6º As férias normais ou antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º.

§ 6º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento até o dia 08 de abril de 2020, a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho.

§ 7º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 8º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencial; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 9º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 10. Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal nº 85/2020, fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail <peessoal@guatambu.sc.gov.br> a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 5º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas 17 março de 2020 até a data de entrada em vigor deste Decreto é considerado como ponto facultativo

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guatambu/SC, 07 de abril de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4172/2020

Publicação Nº 2432874

DECRETO 4.172 DE 1º DE ABRIL DE 2020

RECONHECE A RESOLUÇÃO CME Nº 001/2020, de 1º de abril de 2020 QUE Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Herval d'Oeste/SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de Herval d'Oeste – SC, através de seu Prefeito AMÉRICO LORINI, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida pelo Município de Herval d'Oeste-SC, a Resolução CME nº 001/2020, de 01 de abril de 2020 que Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Herval d'Oeste/SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. É parte integrante desse Decreto, cópia da Resolução CME nº 001/2020, na forma do anexo único.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2020.

Herval d'Oeste (SC), 1º de abril de 2020.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO

RESOLUÇÃO Nº 001/2020 de 1º de abril de 2020.

"DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE HERVAL D'OESTE(SC), PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)."

O Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária Virtual do dia 1º de abril de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19 e:

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO, que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO, os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

CONSIDERANDO, os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos Municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO, os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO, o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 509 de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção

e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 4.166/2020 e suas alterações que declaram situação de emergência em todo o território Municipal nos termos dos Decretos Estaduais;

CONSIDERANDO, que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO, a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO, as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, da educação básica bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, §2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.

CONSIDERANDO, que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentação dada no Decreto nº 9057 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394 de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, §3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO, a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO, que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 1.044 de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

RESOLVE:

Art.1º - Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas municipal, da Educação Básica pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Herval d'Oeste - SC.

Art.2º - O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, incluindo educação infantil e ensino fundamental, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, sendo os primeiros 15 dias serão considerados como antecipação do recesso escolar e os 15 dias subsequentes terão reposição escolar que será definido por calendário posterior.

Art.3º - Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

- I. Planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, reforço escolar, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;
- II. Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;
- III. Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.
- IV. Incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;
- V. Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;
- VI. O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.
- VII. As direções e coordenação pedagógica apresentarão seus planos de ação, para a Secretária Municipal de Educação, que, como órgão gestor da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de ação propostos, em decisão compartilhada com o Conselho Municipal de Educação.

§1º- A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§2º- Quanto a etapa da educação infantil a avaliação obedecerá caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam serem desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do do Território Catarinense garantido os , direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§3º- As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§4º- Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§5º- Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§6º- A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não seja possível contemplar as 800 horas previstas em lei.

§7º- Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos(as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do(a) docente;

Art. 4º- Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º- As escolas que, por razões de não acesso à internet e que não conseguirem executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Art. 6º- Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Após análise detalhada da legislação, este Conselho está de acordo e emite Parecer FAVORÁVEL. Com ressalva de que seja garantido o cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente de 800 horas (LDB) art. 24 e art. 31 na rede municipal de ensino.

Herval d'Oeste (SC), 1º de abril de 2020.

CONSELHEIROS:

SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA:

ARIANE DE OLIVEIRA BERTUSSO:

CLAUDETE DA SILVA:

JOSIANE APARECIDA PAGANINI:

VILMAR VARELA DE OLIVEIRA:

JULIO ROMANO HERMES:

ALAN LUCAS DE ALMEIDA:

FÁTIMA PINCEGHER:

LÚCIA ANGELA KLEIN DE CAMPOS:

DECRETO Nº 4173/2020

Publicação Nº 2432878

DECRETO Nº 4.173, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, pela Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 4.166 de 18 de março de 2020 que adotou medidas de enfrentamento da emergência de saúde Pública decorrente do Coronavírus e no Decreto Municipal nº 4.168 de 19 de março de 2020 que Declara situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º O Município de Herval d'Oeste (SC), a partir da publicação deste Decreto deverá voltar a atender ao público, devendo cada Secretaria determinar a presença de pelo menos um servidor por setor, a fim de dar prosseguimento aos trabalhos já iniciados e atendimento ao público em geral, respeitando-se as normas já editadas de prevenção e higiene como uso de álcool gel, distância mínima de 1,5m entre um colega e outro, e entre o servidor e o cidadão a ser atendido, uso de máscaras e luvas no caso de necessidade, o que será disponibilizado pelo Município a todos os servidores que solicitarem.

Art. 2º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 4.166 de 18 de março de 2020 que adotou medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus e no Decreto Municipal 4.168 de 19 de março de 2020 que declara situação de emergência em saúde pública, desde que suas atividades não sejam consideradas de cunho essencial e nem sua ausência venha a prejudicar o bom desempenho das atividades administrativas municipais, ou que estejam na presente data com alguma restrição física de desempenhar suas atividades, ou idade superior a 60 (sessenta) anos, sendo considerados parte do grupo de risco, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas:

I – Concessão de licença prêmio aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do presente Decreto;

II - Concessão de férias aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão, respeitando-se uma escala a ser disponibilizada pelo Secretário de cada pasta, a fim de manter a ordem e respeito a realização das atividades administrativas e técnicas de cada Secretaria;

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 4166/2020;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º A licença prêmio e as férias poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º Aos servidores públicos municipais cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º.

§ 6º Cada Secretaria deverá apresentar ao departamento de RH, até o dia 10/04/2020 a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho, que deverão ser concedidas férias e a escala, bem como àqueles que devem usufruir da Licença prêmio a que têm direito, bem como o período de gozo e, no caso de teletrabalho, as atividades que deverão ser desempenhadas.

§ 7º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 8º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 9º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 10. Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 4º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal/Estadual nº 515 de 17 de março de 2020, fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 5º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail rh@hervaldoeste.sc.gov.br, administracao@hervaldoeste.sc.gov.br a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 6º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 19/03/2020 até a data de entrada em vigor deste Decreto será considerado como ponto facultativo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA CAROLINE APARECIDA LOVATEL

Publicação Nº 2432901

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Eu, CAROLINE APARECIDA LOVATEL, brasileira, residente e domiciliada na Linha Leãozinho, snº, Interior, Município de OURO/SC, inscrito no CPF nº 085.336.459-10, classificada em 3º (terceiro) lugar na vaga de Monitor Social, no Processo Seletivo nº 003/2019, Decreto de Homologação nº 4.142/2020, publicado em 06 de janeiro de 2020, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, a fim de requerer a Desistência da Vaga, por motivos particulares e em caráter irrevogável.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

CAROLINE APARECIDA LOVATEL

Herval d'Oeste/SC, 31 de Março de 2020.

DECRETO Nº 4171/2020

Publicação Nº 2432864

DECRETO Nº 004171/20 de 1 de Abril de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Herval d'Oeste no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste e autorização contida na Lei Municipal nº 003383/19 de 2 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.06.181.0005.2.013-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.06.181.0005.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

60.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Abril de 2020

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO TP 002 - PMI - ASFALTO LINHA SÃO SEBASTIÃO**

Publicação Nº 2432537

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 037/2020
TOMADA DE PREÇOS N. 002/2020

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 30 de abril de 2020, licitação modalidade Tomada de Preços, visando a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO SEBASTIÃO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 2.005,20 METROS INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. DATA LIMITE DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: até 30/04/2020, às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 07 DE ABRIL DE 2020.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3439/2020

Publicação Nº 2433377

DECRETO N.º 3439, DE 07 DE ABRIL DE 2020

“INSTITUI Horário Especial de EXPEDIENTE, EM TURNO ÚNICO, PARA ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, a necessidade de fortalecer o isolamento social a fim de evitar a proliferação do covid-19;

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias no serviço Público Municipal, a ser cumprido no período compreendido entre às 07h00min e às 13h0min, no dia 09 de abril de 2020.

§ 1º. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

§ 2º. O pagamento ou a compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará após a 8ª (oitava) hora diária, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

§ 3º. Não será permitida jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada.

Art. 4º. O turno único instituído por este Decreto aplica-se para os servidores com jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Para os servidores com jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária será cumprida na sua integralidade, não se admitindo redução de horário.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 07 DE ABRIL DE 2020.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 116/2020

Publicação Nº 2432498

PORTARIA Nº 116, DE 31 DE MARÇO DE 2020

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes – CC-3, o Sr. ROGEL TAIBA, nomeado através da Portaria nº 230, de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE MARÇO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 117/2020

Publicação Nº 2432500

PORTARIA Nº 117, DE 01 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ilisangela Zitterell do Rosário da Silva	08.12.2018 a 07.12.2019	01.04.2020 a 10.04.2020
Ires Teresinha Tragansin de Oliveira Xavier	26.01.2019 a 25.01.2020	01.04.2020 a 20.04.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 118/2020

Publicação Nº 2432502

PORTARIA Nº 118, DE 01 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente,

abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ortenilo Trevisol	01.03.2019 a 29.02.2019	01.04.2020 a 30.04.2020
Sérgio Moreira	08.03.2019 a 07.03.2020	01.04.2020 a 30.04.2020P

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 119/2020

Publicação Nº 2432503

PORTARIA Nº 119, DE 01 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Antonio Enori Gonçalves da Silva	12.03.2019 a 11.03.2020	01.04.2020 a 30.04.2020
Francieli Aparecida de Souza	05.02.2019 a 04.02.2020	01.04.2020 a 15.04.2020
Francisco da Silva	21.03.2019 a 20.03.2020	01.04.2020 a 30.04.2020
Miguel Ernesto Hetzler	18.02.2019 a 17.02.2020	01.04.2020 a 30.04.2020
Nilton Antonio Romanatto	01.03.2019 a 29.02.2019	01.04.2020 a 30.04.2020
Waldir Antonio Rampon	09.02.2019 a 08.02.2020	01.04.2020 a 30.04.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 120/2020

Publicação Nº 2432504

PORTARIA Nº 120, DE 01 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adriana de Andrade Soares Taiba	01.03.2019 a 29.02.2020	01.04.2020 a 10.04.2020
Clarice Aparecida Escuciato Moreira	01.02.2019 a 31.01.2020	01.04.2020 a 10.04.2020
Elizete Moraes dos Santos	08.12.2018 a 07.12.2019	01.04.2020 a 10.04.2020
Gelson Luiz Trevisol	02.01.2019 a 01.01.2020	01.04.2020 a 20.04.2020
Lucimar Aparecida Trevisol Bairos	01.11.2018 a 31.10.2019	01.04.2020 a 10.04.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 121/2020

Publicação Nº 2432505

PORTARIA Nº 121, DE 01 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Lucimone Garipuna	06.02.2019 a 05.02.2020	01.04.2020 A 20.04.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 122/2020

Publicação Nº 2432506

PORTARIA Nº 122, DE 01 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Leticia Branger Ferri	04.07.2018 a 03.07.2019	01.04.2020 a 10.04.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 123/2020

Publicação Nº 2432507

PORTARIA Nº 123, DE 01 DE ABRIL DE 2020

“EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Educação – CC-3, o Sr. CLEBER FONTANA GONÇALVES DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 316, de 02 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 124/2020

Publicação Nº 2432508

PORTARIA Nº 124, DE 02 DE ABRIL DE 2020

“EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes – CC-3, o Sr. NEIVO GONÇALVES PADILHA, nomeado através da Portaria nº 110, de 07 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 125/2020

Publicação Nº 2432509

PORTARIA Nº 125, DE 03 DE ABRIL DE 2020

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – CC-3, o Sr. ORÁCIO BATISTA, nomeado através da Portaria nº 144, de 16 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 03 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 126/2020

Publicação Nº 2432511

PORTARIA Nº 126, DE 03 DE ABRIL DE 2020

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa – CC-3, o Sr. FLORISVAL DAL CORTIVO, nomeado através da Portaria nº 229, de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 03 DE ABRIL DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2433052

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a legislação em vigor, torna público a quem interessar possa que no mês de abril do corrente ano tem a obrigação em realizar Audiência Pública para tratar sobre a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) para o exercício de 2021. Em virtude de acontecimentos adversos alheio a sua vontade, quanto a PANDEMIA DO CORONAVÍRUS "COVID-19", respeitando os Decretos Estaduais nº 509, 515 e 525 e dos Decretos Municipais nº 013,015,017,018 e 020, comunica a todos diante da atual conjuntura dos acontecimentos a impossibilidade da realização da Audiência Pública. Informa a todos que a mesma será realizada em data futura a ser publicada tão logo seja liberado a realização da mesma.

Ibicaré-SC, 07 de abril de 2020.
Gianfranco Volpato
Prefeito

ERRATA DE ALTERAÇÃO CONTRATO 026/2020 PMI

Publicação Nº 2432522

Onde se lê:

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua D. Pedro II, 133, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Gianfranco Volpato, brasileiro, casado, portador do CPF nº 016.790.279-21, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ODETE ANA LOPES DE LIMA ME – TROP EVENTOS, estabelecida na Avenida Antonio Carlos Altenburger, 240, Centro, Treze Tílias/SC, CEP 89.650-000, inscrita no CNPJ sob o nº 17.849.127/0001-82, neste ato representada pela representante legal Sra. Odete Ana Lopes de Lima, portadora do CPF nº 826.935.109-10, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este processo está amparado, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 019/2020, Pregão Presencial nº 013/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO (E segue contrato na íntegra)

Como se lê:

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 026/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 019/2020, modalidade Pregão Presencial nº 013/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada, para realização de rodeio crioulo, nos dias 27 a 29 de março, no município de Ibicaré/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: ODETE ANA LOPES DE LIMA – ME (TROP EVENTOS)

Valor: R\$ 49.950,00 (Quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 31 de março de 2020.

Ibicaré, SC, aos 11 de março de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

ERRATA DE ALTERAÇÃO CONTRATO 040/2020 PMI

Publicação Nº 2432512

Onde se lê:

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 040/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório 026/2020 PMI, Pregão Presencial 020/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: aquisição de Implementos Agrícolas, com Recurso Federal através do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), pré-convenio nº 890063/2019, número do processo 21000.085670/2019-86 bem como com contrapartida do Município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: PORTALMAQ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP

Valor: R\$ 101.900,00 (Cento e um mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 31 de março de 2020.

Ibicaré, SC, aos 31 de dezembro de 2020.
Gianfranco Volpato.
Prefeito.

Como se lê:

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 040/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório 026/2020 PMI, Pregão Presencial 020/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: aquisição de Implementos Agrícolas, com Recurso Federal através do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), pré-convenio nº 890063/2019, número do processo 21000.085670/2019-86 bem como com contrapartida do Município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: PORTALMAQ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP

Valor: R\$ 101.900,00 (Cento e um mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020

Ibicaré, SC, aos 31 de março de 2020.
Gianfranco Volpato.
Prefeito.

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO N° 4.496, DE 03 DE ABRIL DE 2020 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR N° 21, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2432636

DECRETO n° 4.496, de 03 de abril de 2020.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR N° 21, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para integrarem a Comissão Permanente de Avaliação, conforme disposto na Lei Complementar n° 21, de 04 de dezembro de 2001, com alterações pelas Leis Complementares n° 24, de 26 de fevereiro de 2002, n° 33, de 26 de agosto de 2003, n° 47, de 19 de abril de 2005, n° 80, de 22 de dezembro de 2009, n° 84, de 27 de abril de 2010, n° 90, de 05 de agosto de 2010, n° 96, de 14 de agosto de 2011, n° 99, de 24 de maio de 2011, n° 105, de 20 de dezembro de 2011 e n° 123, de 10 de julho de 2013, ficando assim composta:

Presidente: Maira Jennrich da Costa (matrícula n° 9440-1)

Secretária: Suely Sandra Silva (matrícula n° 12661-1)

Membro: Susane Raphaela Fernandes Biff (matrícula n° 62408771-0)

Membro: Franciele Romina Radloff (matrícula n° 219363-1)

Parágrafo Único. A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 2º a Comissão Permanente de Avaliação que se refere o artigo 1º, tem prerrogativa de avaliação ou progresso funcional dos profissionais da educação, pela promoção por desempenho por nova habilitação ou nova titulação.

Art. 3º As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 4º Compete ao Presidente da Comissão Permanente de Avaliação presidir as reuniões.

Art. 5º Compete ao Secretário da Comissão Permanente de Avaliação:

I – lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-lhes em conjunto com os demais membros;

II – coordenar o exame das documentações apresentadas;

III- propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV- elaborar os relatórios, assinando-lhes em conjunto com os demais membros.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 4.147, de 06 de novembro de 2017.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de abril de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 2019-009 - ADITIVO 004 - TP 004-2019 - PAVIMENTAÇÃO DA RUAS PLATÃO GERALDO DE SOUZA E RICARDO SMOGEL FILHO

Publicação Nº 2433386

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2019 FIRMADO EM 18 DE MARÇO DE 2019. COM VIGÊNCIA À PARTIR DE 12 DE JULHO DE 2019 DATA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA SITUADA NA RODOVIA BR 470, nº 2233, VOLTA GRANDE, NA CIDADE DE NAVEGANTES/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 75.862.946/0001-66, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 039/2019

Tomada de Preço: 004/2019.

Contrato: 009/2019

Objeto: REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADAS, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS PLATÃO GERALDO DE SOUZA E RICARDO SMOGEL FILHO, NO BAIRRO ILHA BELA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme memorial descritivo e especificações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 09/04/2020 até 08/06/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA -As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 08 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONTRATANTE

ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Antônio Adolfo Schopping Filho

CPF: 067.258.739-44

Fiscal do Contrato

Nome: Viland Borkt

CPF: 479.634.509-44

CONTRATO 2019-054 - ADITIVO 003 - TP 16-2019 - BIO G SISTEMAS

Publicação Nº 2433370

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 054/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A BIO G SISTEMAS DE SANEAAMENTO LTDA EPP SITUADA NA RUA ANTONIO PELEGRINI, Nº 45, JARDIM DA SERRA, NA CIDADE DE CAPINZAL/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 79.841.904/0001-08, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP 016/2019.

Contrato: 054/2019

Objeto: PROJETO E A AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (COM INSTALAÇÃO), COMPACTA EM PRFV (POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO), COM CAPACIDADE NOMINAL DE 15 LITROS POR SEGUNDOS, PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO PEDRA DE AMOLAR, DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme memorial descritivo e especificações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir 25/02/2020 até 30/04/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 25 de fevereiro de 2020.

MAYRA MIRANDA ROSSETTI
CONTRATANTE

BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Daisy C. Pereira
Fiscal do Contrato
CREA 116263-6

David Roberto Nascimento
CPF: 106.610.449-20

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO DE MESA 23/2020

Publicação Nº 2433250

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 23/2020

SUSPENDE AS ATIVIDADES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS DESTA CASA LEGISLATIVA PELO PERÍODO DE 5 (CINCO) DIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que "Declara emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO que, no dia 11 de março deste ano, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO que, no dia 07 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina prorrogou as medidas de isolamento social por mais 5 (cinco) dias;

CONSIDERANDO, a imperiosa necessidade de estabelecer regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Ilhota,

RESOLVE:

Art. 1º. Este ato da Mesa Diretora dispõe sobre regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Ilhota.

Parágrafo único. As medidas de que trata este ato vigorarão até decisão em sentido diverso.

Art. 2º. Ficam suspensas todas as atividades parlamentares e administrativas desta Casa Legislativa pelo período de 5 (cinco) dias a partir do dia 08 de abril de 2020.

Art. 3º. Nos casos em que se verifique a necessidade da realização de sessões extraordinárias, serão cumpridas as regras da legislação de regência, nos moldes do Regimento Interno.

Art. 4º. As atividades essenciais que não puderem ser realizadas por meio digital ou trabalho remoto serão determinadas e convocadas pelo Presidente da Casa.

Art. 5º. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 08 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Ilhota, 07 de abril de 2020.

Arnoldo Adriano
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2020/32 – A/00 PROCESSO 39/2020

Publicação N° 2432994

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO 2020/32 – A/00 - 00

Contratada: MASTERCELL COMÉRCIO ELETRÔNICOS LTDA
CNPJ: 02.455.036/0032-91

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TABLET PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA
Fundamento: Processo nº 39/2020 Dispensa 15/2020

Imbituba, 05 de abril de 2020.
ANDRÉ CORRÊA DE ARAUJO
CAP BM Cmt 2ª CBM/ 8ºBBM
CONTRATANTE

MASTERCELL COMÉRCIO ELETRÔNICOS LTDA
Representante legal
Contratado

DECRETO PMI N° 049, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação N° 2433257

DECRETO PMI N° 049, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo para recolhimento de tributos e taxas municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a suspensão dos eventos coletivos em todo o mundo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 507/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no dia 16/03/2020,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no dia 17/03/2020,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no dia 23/03/2020,

CONSIDERANDO os impactos da pandemia do Covid-19, que influenciaram diretamente na confecção, distribuição e recolhimento dos tributos municipais,

CONSIDERANDO ainda o disposto no § 3º do art. 263, parágrafo único do art. 337 e § 1º do art. 354, todos da Lei Complementar Municipal nº 3.019/2006 – Código Tributário Municipal (CTM):

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para o dia 15 de junho de 2020 o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício de 2020 em Cota Única, com desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 2º Fica prorrogado para o dia 15 de junho de 2020 o prazo limite para o recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos do exercício de 2020 em Cota Única.

Art. 3º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada dos tributos mencionados nos artigos 1º e 2º, ficam prorrogadas e fixadas as datas das parcelas, conforme segue:

I – Primeira parcela: 15 de junho de 2020;
II – Segunda parcela: 15 de julho de 2020;
III – Terceira parcela: 14 de agosto de 2020;
IV – Quarta parcela: 15 de setembro de 2020;
V – Quinta e última parcela: 15 de outubro de 2020.

Art. 4º Fica prorrogado para 29 de maio de 2020 o prazo limite para o recolhimento da Taxa de Fiscalização para Funcionamentos de Estabelecimentos (art. 332, II, CTM) do exercício de 2020 em Cota Única, com desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. Por opção do contribuinte, o pagamento da taxa mencionada no caput, poderá ser efetuado em três parcelas, com vencimento conforme calendário a seguir:

I – Primeira parcela – 29 de maio de 2020
II – Segunda Parcela – 30 de junho de 2020
III – Terceira Parcela – 31 de julho de 2020

Art. 5º Fica prorrogada a validade dos Alvarás de Funcionamento do exercício de 2019 já emitidos para 31 de julho de 2020.

Art. 6º As Taxas de Fiscalização para Localização de Estabelecimentos (art. 332, I, CTM) lançadas até 29 de maio de 2020 terão prazo de recolhimento de 60 dias, a contar do seu lançamento.

§ 1º Na hipótese do caput, a análise do processo de licenciamento e emissão do Alvará de Funcionamento ocorrerão independentemente da quitação prévia da taxa.

§ 2º Caso o contribuinte não tenha quitado taxa citada no caput ao momento da obtenção de seu Alvará de Funcionamento, o órgão responsável pelo licenciamento de estabelecimentos fará constar tal circunstância no processo respectivo e no próprio Alvará, fazendo menção à este Decreto.

Art. 7º Ficam suspensos por 90 (noventa dias), ininterruptos:

I – A inscrição em Dívida Ativa de créditos tributários e não tributários municipais, de débitos vencidos desde a decretação do Estado de Emergência no Município de Imbituba-SC, instituída pelo Decreto n.º 29 deste Município;
II – O encaminhamento de créditos tributários e não tributários já inscritos em Dívida Ativa do Município para protesto extrajudicial, de débitos vencidos desde a decretação do Estado de Emergência no Município de Imbituba-SC, instituída pelo Decreto PMI n.º 029;
III – O ajuizamento de ações relativas à créditos tributários e não tributários municipais, exceto aqueles cuja prescrição ocorra antes do prazo do caput;
IV – Os prazos fixados no Código Tributário Municipal para apresentar contestação, defesa, reclamação e recurso voluntário ou de ofício;

Art. 8º Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas neste Decreto, serão analisados e deliberados pela Coordenadoria de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda e pelo(a) Secretário(a) Municipal da Fazenda.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2020.
Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 047, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433201

DECRETO PMI Nº 047, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a realização temporária de desconto de valor de subsídio de Prefeito, de Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Procurador Geral, no Município de Imbituba, devido à decretação da situação de emergência, conforme Decreto PMI nº 029, de 20 de março de 2020, em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Determina o desconto de 20% (vinte por cento), junto ao valor dos subsídios de Prefeito, de Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Procurador Geral, mediante retenção, junto à folha de pagamento, nos meses de abril e maio.

Parágrafo único. O desconto de que trata este artigo é a título de doação, ao Fundo Municipal de Saúde, conforme Art. 5º, inciso 6 da Lei nº 1198/92, para auxiliar o financiamento de ações de enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19),

Art. 2º O agente político referido no Art. 1º que não concordar com o desconto, de que trata este Decreto, deverá apresentar ofício, por escrito, dirigido ao Prefeito, até o dia 20 de abril de 2020, indicando sua discordância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2020.
Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 048, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433246

DECRETO PMI Nº 048, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a operacionalização, prestação de contas e recebimento de recursos por doação para fins de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus(Covid19).

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme prevê o artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do presente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto PMI nº 029, de 20 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município;

CONSIDERANDO a possibilidade do Fundo Municipal de Saúde receber doações financeiras diretamente em conta vinculada;

DECRETA:

Art. 1º Os recursos recebidos para fins de enfrentamento da emergência sanitária decorrente do coronavírus (COVID19) serão operacionalizados conforme o disposto neste Decreto e deverão ser depositados diretamente em conta contábil e bancária de titularidade do Fundo Municipal de Saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos de que trata o Art. 1º acima, conforme definido no Art. 15, inciso XVII da Lei Orgânica Municipal e Art. 5º, inciso 6 da Lei nº 1198/92, poderão ser provenientes de doações realizadas por pessoas físicas, desde que sejam aplicadas na consecução de seus objetivos.

Parágrafo Único. Fica autorizado o departamento de pessoal, a proceder o desconto na folha de pagamento do servidor, efetivo ou comissionado, mediante sua autorização expressa, e encaminhar ao órgão municipal competente para providenciar o depósito respectivo na conta vinculada indicada no Art. 1º deste.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde, garantira que os recursos recebidos na forma do artigo precedente, serão utilizados exclusivamente no custeio de despesas dos programas e ações para enfrentamento à emergência de saúde pública decorrente da COVID-19.

§ 1º A Secretaria Municipal da Fazenda, a Secretaria Municipal de Saúde, deverão, em conjunto, adotar as providências necessárias para o rigoroso cumprimento da previsão contida no caput deste artigo.

§ 2º O controle e a prestação de contas requeridas pelos órgãos de fiscalização serão efetuadas pelo Gestor do Fundo, com apoio da Controladoria Interna.

Art. 4º A Controladoria Interna com o apoio de outros órgãos municipais que entender, deverá garantir a satisfação do princípio da transparência, publicando no site deste poder todos os ingressos e aplicações provenientes da receita definida no art. 2º.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2020.
Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

PORTARIA PMI/SEAD N° 285/2020

Publicação N° 2432602

PORTARIA PMI/SEAD N° 285, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca - SEDAP, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n° 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Protocolo n° 4.832/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 04 de maio de 2020, o Sr. EVALDO ESPEZIM, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 221.802.140-49, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca - SEDAP, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP n° 341, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD N° 286/2020

Publicação N° 2432467

PORTARIA PMI/SEAD N° 286, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital n° 22/2017, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD n° 500/2019, admitida em 01 de julho de 2019 para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Marisa dos Santos Silva	Servente Merendeira 40h	045.894.509-92	02/04/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de abril de 2020.

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD Nº 287/2020

Publicação Nº 2432541

PORTARIA PMI/SEAD Nº 287, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professoras, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, as abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitidas para exercerem os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
JOSELLI MARTINS ANTÔNIO (Matr. nº 10222)	Professora II - 20h	088.397.469-00	08/04/2020
JOSELLI MARTINS ANTÔNIO (Matr. nº 10507)	Professora II - 20h	088.397.469-00	08/04/2020
MAYARA GALVAN CLAUDINO (Matr. nº 10339)	Professora II - 20h	078.109.729-01	13/04/2020
MAYARA GALVAN CLAUDINO (Matr. nº 10338)	Professora II - 20h	078.109.729-01	13/04/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de abril de 2020.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD Nº 288/2020

Publicação Nº 2432485

PORTARIA PMI/SEAD Nº 288, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição da concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 5.948/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 1073, de 18 de novembro de 2019, do servidor, Sr. LUCIANO ALVES ZANINI, Administrador, inscrito no CPF sob o n.º 888.521.309-00, admitido em 08 de novembro de 1999, contrato nº 822, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	15.04.2020 a 14.05.2020 (nova fruição) 01.07.2021 a 30.07.2021

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de dezembro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 1073, de 18 de novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD Nº 289/2020

Publicação Nº 2432495

PORTARIA PMI/SEAD Nº 289, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição da concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 5.948/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 357, de 29 de abril de 2019, da servidora, Sra. VALDINEIA FLOR DUARTE, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 070.026.899-59, admitida em 25 de abril de 2014, contrato nº 7772, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	02.05.2019 a 31.05.2019 06.04.2020 a 05.05.2020 (novafruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de abril de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 357, de 29 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de abril de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEDUCE N.02/2020

Publicação Nº 2432558

PORTARIA PMI/SEDUCE Nº 02, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a reinstauração de Processo Administrativo Disciplinar, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTITUIR Processo Administrativo Disciplinar, constituído pela Portaria PMI/SEDUCE N. 02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 19/07/2019.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os membros nomeados pela PORTARIA PMI/SEDUCE N. 02/2019:

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 07 de abril de 2020.

Cristiane Tokarski Espesim
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 02/2020

Publicação Nº 2433210

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 02, de 07 de abril de 2020.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente a Contratação de uma Empresa de Obras Civis para Execução de Serviços de Demolição da Superestrutura e da Ponte, Reforço da Fundação, Tratamento do Concreto da Mesoestrutura e Lançamento e Montagem de Peças Pré-Fabricadas de Concreto Armado e Concreto Protendido Fornecidas por Empresa Especializada, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para a Contratação de uma Empresa de Obras Cíveis para Execução de Serviços de Demolição da Superestrutura e da Ponte, Reforço da Fundação, Tratamento do Concreto da Mesoestrutura e Lançamento e Montagem de Peças Pré-Fabricadas de Concreto Armado e Concreto Protendido Fornecidas por Empresa Especializada, por meio do processo Licitatório nº 60/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil JARLEX TEIXEIRA, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil MOACIR FREITAS.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 07 de abril de 2020.

ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO

Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEINFRA Nº 002/2020

Publicação Nº 2432594

PORTARIA PMI/SEINFRA Nº 002, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Estabelece a possibilidade de horas extras, e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a classificação de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

CONSIDERANDO a avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão na região sul do Estado, situação que pode vir ser identificada em outras regiões a qualquer momento, e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas;

CONSIDERANDO a publicação do DECRETO N. 515, DE 17 de março de 2020, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que declara situação de emergência em todo território catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento do COVID-19 a alteração legislativa, atinente ao controle de jornada dos servidores, que se deu mediante o advento da Lei Complementar Municipal n. 5.023, de 29 de maio de 2019;

CONSIDERANDO que os serviços da SEINFRA são fundamentais para a limpeza pública, entre outros serviços essenciais para a cidade e cidadão, de ordem estética, de saúde pública no combate epidemias de dengue e de leptospirose, entre outras;

CONSIDERANDO que a manutenção e limpeza pública demandam a disponibilidade de mão de obra para além da jornada ordinária de trabalho

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o disposto no Art 8 da Portaria SEINFRA 001/2020, que passara a ter a seguinte redação:

“ Permanece mantida a jornada diária de trabalho, com a possibilidade de hora extra desde que devidamente justificada e autorizada pelo secretário da pasta”

Art. 2 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, SC, 06 de Abril de 2020.

EDILSON MISAEL

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA 04/2020

Publicação Nº 2433196

ATO DA MESA Nº 04, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Prorroga por mais 5 (cinco) dias as disposições e o prazo de suspensão das atividades legislativas e administrativas desta Casa, previstas na Portaria nº 08, de 19 de março de 2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, no exercício das suas atribuições legais e com amparo no artigo 28 do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o agravamento da situação envolvendo o Coronavírus (COVID-19) e o aumento dos casos confirmados pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o DECRETO ESTADUAL Nº 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO O DECRETO ESTADUAL Nº 550, DE 07 DE ABRIL DE 2020, que altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga por mais 5 (cinco) dias, as disposições e o prazo de suspensão das atividades legislativas e administrativas desta Casa, previstas na Portaria nº 08, de 19 de março de 2020 (convalidada pelo Ato da Mesa nº 01/2020), ou seja, estendendo-se até o dia 12 de abril de 2020.

Art. 2º Este Ato da Mesa deverá ser convalidado por meio de Projeto de Resolução da Mesa, na primeira Sessão Plenária a ser realizada após a suspensão das atividades legislativas.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor no dia 08 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Imbuia, 07 de abril de 2020.

ALDORI RENGEL Vereador Presidente		ELIMAR SCHLICKMANN Vereador Vice-Presidente
ANA Mª DE ANDRADE KREUSCH Vereador 1º Secretário		SANTELMO ZIMERMANN Vereador 2º Secretário

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2153/2020

Publicação Nº 2433245

. DECRETO Nº 2153/20

. De 07 de abril de 2020

Altera o Decreto 2.140, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da pandemia coronavírus – COVID-19, e estabelece outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das ações fixadas por meio dos Decretos 2.128 e 2140 de 2020, que implementa ações, no âmbito do Município Indaial, para dar cumprimento ao disposto no Decreto Estadual 550, de 07 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto nº 2.140, de 31 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. [...]

I – pelo período de 5 (cinco) dias, contados de 08 de abril de 2020:

[...]” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Indaial, em 07 de abril de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 47/2020

Publicação Nº 2432631

. PORTARIA Nº 47/20

. De 07 de abril de 2020

Institui a Comissão de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES de Indaial/SC para o enfrentamento da COVID 19 no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Indaial/SC.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, e,

Considerando a emergência por doença respiratória, causada pelo agente novo Coronavírus (SARS-CoV-2), conforme casos detectados internacionalmente desde janeiro de 2020.

Considerando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), indicando alteração no padrão epidemiológico de ocorrência da Doença Causada pelo Novo Coronavírus (COVID 19) no SUS, com a introdução do vírus no Brasil (São Paulo) e que em 30 de janeiro de 2020 instituiu a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIIN);

Considerando que o evento é complexo e demanda esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde para identificação da etiologia dessas ocorrências e adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos;

Considerando que esse evento está sendo observado em outros Municípios e Estados do País e que a investigação local demanda uma resposta coordenada das ações de saúde de competência da Vigilância e da Assistência para a atenção à saúde, no âmbito do SUS de Indaial/SC.

Considerando que o estado de Santa Catarina já elaborou o Plano de Contingência Estadual, devido à necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e também para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados; Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES de Indaial/SC para o enfrentamento da COVID 19 no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Indaial/SC, composto pelos servidores a seguir relacionados, sob a coordenação da SMS/Indaial.

Alexandre Manoel Dallabrida – Secretário Municipal de Saúde
Gislaine Niezer Ruthes – Coordenadora da Atenção Especializada
Guilherme Gadotti – Médico da Atenção Primária em Saúde
Mara Aparecida Tambani – Coordenadora da Atenção Primária à Saúde
Milena Mery da Silva – Educação Permanente em Saúde
Regina Beneri de Albuquerque – Coordenadora da Vigilância Epidemiológica
Rogério Brassiani – Coordenador da Vigilância Sanitária
Solange Pazini – Planejamento em Saúde
Suhéllen Vicenzi Dengo – Coordenadora da Odontologia
Vanessa Prochnow di Bernardi – Coordenadora das Estratégias de Saúde da Família.
Wilson Pedro Sampaio Júnior – Coordenador do Laboratório Municipal

Art. 2º A Comissão de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES para o enfrentamento da COVID - 19, terá como atribuições:

- I - Analisar os padrões de ocorrência, distribuição e confirmação dos casos suspeitos de COVID 19, ocorridos no território de Indaial;
- II - Elaborar os fluxos e protocolos de vigilância, assistência e laboratório para o enfrentamento no âmbito do SUS de Indaial, buscando o alinhamento dos mesmos com as diretrizes definidas em âmbito nacional a cada nova definição e organização dos fluxos;
- III - Organizar ações que visem a capacitação dos servidores da SMS- Indaial de forma a ampliar o potencial de resposta para essa Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIIN);
- IV- Subsidiar os gestores da SMS e Administração Municipal de Indaial com informações técnicas relacionadas ao assunto visando a adoção de medidas oportunas e tomada de decisões;

Art. 3º A referida Comissão de Operações de Emergências em Saúde Pública - COES atuará de forma conjunta e em parceria com outros órgãos e setores internos e externos à Administração Municipal (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Rede Hospitalar, entre outros) incluindo as próprias áreas técnicas da Secretaria de Saúde, atuando por um período de seis meses podendo haver a prorrogação por períodos consecutivos, após análise da situação epidemiológica da ocorrência do COVID - 19, no âmbito do SUS de Indaial/SC

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à 16 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 07 de abril de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 25/2020

Publicação Nº 2433270

Portaria Nº 25/20

Dispõe sobre a continuidade da adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo indaialense.

Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, a Lei Orgânica do Município, e o disposto no artigo 3º da Resolução 2, de 31 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam suspensas as atividades da Câmara, nos termos do Decreto estadual 525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto estadual 550, de 7 de abril, pelo período de 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado no caput deste artigo, será realizada nova avaliação, tomando como base as disposições emitidas pelos órgãos sanitários das esferas municipal, estadual e federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 08 de abril de 2020.

Flávio Augusto Ferri Molinari
Presidente da Mesa

Valentim Blasius
1º Secretário

Altair Brassiani
2º Secretário

Iomerê

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020

Publicação Nº 2432526

Município de Iomerê

Edital de Tomada de Preços nº 07/2020

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa para execução de garagem de máquinas. A abertura das propostas se dará no dia 27/04/2020 às 08h40min na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 07 de abril de 2020.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 054-2020

Publicação Nº 2432416

CONTRATO Nº 054/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, com sede à Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ nº 11.380.843/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Lucio Mallmann, inscrito no CPF nº 831.980.599-68, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro a empresa DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Martin Piasieski, nº 435, Sala 01, Bairro Centro, município de Descanso, Estado de Santa Catarina, CEP: 89910-000, inscrita no CNPJ sob nº. 22.366.517/0001-31, neste ato representado pelo Sr. Leandro Carlos Silveira, portador do CPF nº 020.652.949-06, doravante denominada CONTRATADA, no uso de suas atribuições legais, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 014/2020, instaurado sob a modalidade Dispensa de Licitação nº 018/2020 de 26 de Março de 2020.

As partes acima identificadas pactuam o presente contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas diversas alterações legais, em especial baseados no Artigo 24, Inciso II, tanto quanto pelas cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 033/2020, Dispensa de Licitação nº 018/2020, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE INTERNET E TELEFONIA MOVEL, A SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE. LINHAS A SEREM DISPONIBILIZADAS PARA INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO COVID-19.", conforme segue abaixo:

QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	MÊS	2 LINHAS DE PLANO DE TELEFONIA MÓVEL COMPREENDENDO LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA E DDD DO BRASIL, INTERNET ILIMITADA, SMS ILIMITADO PARA QUALQUER OPERADORA, ROAMING NACIONAL ILIMITADO E DESLOCAMENTO NACIONAL ILIMITADO.	R\$ 64,99	R\$ 1.039,84

VALOR TOTAL: R\$ 1.039,84 (Um mil, trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência será da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2020.

2.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. Fica contratado o valor mensal de R\$ 64,99 (Sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), totalizando para o período de 8 meses, o valor de R\$ 1.039,84 (Um mil, trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos), entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

3.2. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. O preço estabelecido será irrevogável durante a vigência do contrato e deverá incluir todos e quaisquer ônus, quer seja tributário, fiscal ou trabalhista, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer encargos necessários à execução do objeto do contrato.

4.2. Havendo renovação, o contrato será reajustado aplicando-se como índice de majoração o INPC acumulado, regulamentado por Decreto Municipal, atualizando a Unidade Municipal de Referência Fiscal - UMRF, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com periodicidade anual, nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1. O recurso orçamentário para o cumprimento do objeto licitado será o seguinte:

10.01.2022 – 1381406 – 333003964 – 2 Linhas

CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

CLAUSULA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O plano de telefonia móvel deverá ser para 10 (dez) linhas, compreendendo ligações ilimitadas para qualquer operadora e DDD do Brasil, bem como, internet ilimitada, SMS ilimitado para qualquer operadora, roaming nacional ilimitado e deslocamento nacional ilimitado.

7.2. O serviço de internet móvel deverá ser de 05 (cinco) GB e deslocamento nacional isento.

7.3. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor ajustado neste contrato, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícito e aprovado.

7.4. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta do contratado, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

7.5. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a ampla defesa.

7.6. A contratada comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços que prestar aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do contratado;
- d) Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
- e) Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto deste contrato por meio de seus representantes;
- f) Notificar, por escrito, a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- g) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;
- h) Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- i) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o Contrato;

8.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto deste contrato de acordo com as especificações e condições estipuladas, permitindo o acompanhamento dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.
- b) Fornecer ao Município sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o fornecimento do objeto.
- c) Manter o Município permanentemente, informado sobre a prestação dos serviços.
- d) A Contratada é responsável direta pela prestação dos serviços e consequentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratante ou para terceiros.
- e) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar para o fornecimento do objeto lícito.
- f) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato.
- g) Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes a execução do objeto do presente contrato.

h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

i) A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, de acordo com o Art. 58, Inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLAUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 86 e 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato tem como seu fiscal o Sr. Mauro César Barella (Secretário De Saúde e Assistência Social), inscrito no CPF sob nº 919.065.559-15, cabendo-lhe a obrigação de solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a quantidade e saldo para pagamento, das suas respectivas pastas.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal na interpretação das cláusulas do presente contrato que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Mondaí/SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente, em (03) três vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste/SC, 26 de Março de 2020.

LUCIO MALLMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LEANDRO CARLOS SILVEIRA
DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
CONTRATADA

DECLARO que sou Gestor/Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar e gerir o cumprimento deste contrato no que se refere à Secretaria a qual estou vinculado.

MAURO CÉSAR BARELLA
CPF: 919.065.559-15

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN
OAB/SC – 31.568
Advogado/Assessor Geral

EXT. EDITAL PL 34 - TOMADA DE PREÇOS 02-2020

Publicação Nº 2432872

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2020

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09h00min do dia 23 de Abril de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALOCAÇÃO DE POSTES DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 7 de Abril de 2020.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

REVISÃO DE PREÇOS CONTRATOS 06 E 07/2020

Publicação Nº 2432510

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE REVISÃO DE PREÇOS CONTRATOS Nº 006/2020 E 007/2020
PREGAO PRESENCIAL Nº 073/2019
PROCESSO LICITATORIO Nº 145/2019

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBÚSTIVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MOTORIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

SUPRESSÃO: R\$ 0,21 por litro de gasolina comum

R\$ 0,49 por litro de óleo diesel comum filtrado

R\$ 0,53 por litro de óleo diesel S10

CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.

CONTRATADOS: POSTO DO CHAPA E ABASTECEDORA E TRANSPORTES LD LTDA.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 26 de Março de 2020.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

Ipuacú

PREFEITURA

CT PREF 63.2020

Publicação Nº 2433326

CONTRATO PREF Nº 63 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADO: CAT- CENTRO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR S/S LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.490.242/0001-61.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais em Medicina e Segurança do Trabalho, aferições de agentes insalubres conforme norteia a Portaria n.º 3214/78, NR's competentes do Mtb e Decreto do M>P>A>S> n.º 2.172/97, para elaboração de programas compreendendo:

- PPRA (Programa Prevenção de Riscos Ambientais)
- PCMSO (Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional)
- LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho)
- PPP (perfil profissiográfico previdenciário)
- 100 (consultas)
- Visitas técnicas: 07visitas técnicas;

DO VALOR: O valor total do presente CONTRATO é de até R\$ 12.900,00 (dose mil e novecentos reais).

DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO tem sua vigência a partir de 06 de abril de 2020 até 06 de abril de 2021.

CT PREF 64.2020

Publicação Nº 2433343

CONTRATO PREF Nº. 64 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA AVERBAÇÃO DA ÁREA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DE 4.500 M², CONDICIONANTE DA LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI Nº 5093/2017, PROCESSO SAN/14627/CRO, SGP-E FATMA 22004/2017, REFERENTE A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (ÁREA DE 61,6 M³) NA RUA GENUÁRIO VISOLLI ATÉ A RUA ÂNGELO FASSINA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: JEAN PAULO ROSA, inscrita no CNPJ n.21.477.416/0001-75.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da averbação da área de compensação ambiental de 4.500 m², condicionante da Licença Ambiental de Instalação - LAI nº 5093/2017, Processo SAN/14627/CRO, SGP-e Fatma 22004/2017, referente a Supressão de Vegetação Nativa em área urbana (Área de 61,6 m³) na RUA GENUÁRIO VISOLLI até a RUA ÂNGELO FASSINA, através da confecção de no mínimo os seguintes documentos:

- Levantamento topográfico da área de compensação ambiental de 4.500 m² e projeto de recuperação de área degradada- PRAD.
- Memorial Descritivo.
- Outros documentos necessários para averbação e atualização da área (CCIR, ITR e CAR).
- Acompanhamento do processo até a conclusão junto ao Registro de Imóveis de Abelardo Luz.

DO FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original).

DO VALOR: O pagamento será no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é da data de 07 de abril de 2020 até a data de 31 de dezembro de 2020.

DECRETO Nº 075 DE 06 DE ABRIL DE 2020. ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2432435

DECRETO Nº 075
DE 06 DE ABRIL DE 2020.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XL do artigo 91 da Lei Orgânica; e

Considerando fixação de ponto facultativo para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, conforme Decreto Estadual nº 432, de 23 de janeiro de 2020;

Considerando que a prática administrativa tem demonstrado que a adoção da medida de que trata esse Decreto gera economia ao Erário Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da Administração Municipal no dia 09 de abril de 2020, véspera da sexta-feira da Paixão de Cristo.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais deverão promover atendimento em regime de plantão/sobreaviso para atendimento dos serviços considerados essenciais, emergenciais e urgentes ao interesse público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 06 de abril de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br.

DECRETO Nº 076 DE 06 DE ABRIL DE 2020. ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊ

Publicação Nº 2432564

DECRETO Nº 076
DE 06 DE ABRIL DE 2020.

ADOA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XLV do Art. 91 da Lei Orgânica do Município e

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 070, de 23 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 069, de 18 de março de 2020, que decretou medidas de enfrentamento e combate à pandemia do COVID-19, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de licença prêmio, aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias normais, aos servidores efetivos, comissionados e admitidos em caráter temporário (ACTs) com período aquisitivo integralizado, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III – Concessão de férias antecipadas, aos servidores efetivos, comissionados e admitidos em caráter temporário (ACTs) com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, especialmente os voltados às áreas de saúde e assistência social;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 4º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 5º As licenças prêmio e as férias normais e/ou antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

§ 6º Em decorrência da suspensão das atividades escolares determinada por decreto do Governo Estadual, quanto aos Profissionais do Magistério até então afastados de suas funções será considerado:

I – do dia 18 de março a 04 de abril de 2020 – antecipação do recesso escolar de julho de 2020;

II – a partir de 06 de abril de 2020 fica implantado o sistema de trabalho para atividades escolares não presenciais, mediante a elaboração de material a ser encaminhado aos alunos da Rede Pública de Ensino Municipal (material pedagógico), conforme Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 009/2020, para o cumprimento do calendário escolar para o ano letivo de 2020.

§ 7º Relativamente ao disposto no inciso II do parágrafo 6º deste artigo, para os alunos que possuem acesso doméstico a internet o material pedagógico deverá ser encaminhado por meio digital. Para os que não possuem acesso a internet o material deverá ser entregue na própria residência do aluno.

Art. 2º Relativamente aos contratos administrativos de prestação de serviço, de acordo com sua especificidade, serão adotadas as seguintes providências:

I – Ficam suspensos até 30 de abril de 2020, os contratos de especialidades médicas sem relação com o combate à pandemia do COVID-19;

II – Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os contratos vinculados ao desenvolvimento de projetos culturais que envolvem a ministração de aulas (dança, música, canto e outros);

III – Ficam suspensos, pelo período que durar a suspensão de aulas presenciais dos alunos da rede pública Municipal e Estadual, os contratos de prestação de serviços de transporte escolar.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal n. 070, de 23 de março de 2020, fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail rh@ipuacu.sc.gov.br a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter, no mínimo: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o respectivo atestado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 06 de abril de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 077 DE 06 DE ABRIL DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2433296

DECRETO Nº 077

DE 06 DE ABRIL DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9 da Lei 910 de 05 de dezembro de 2019 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Das programações de despesas:

07.00 – Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 17.511.1003.1.004 – Ampliação do Sistema de Água Potável

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.0100 – Recursos Ordinários

Despesa: 84 – R\$ 2.696,00

Para as programações de despesas:

07.00 – Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 17.511.1003.1.004 – Ampliação do Sistema de Água Potável

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.0100 – Recursos Ordinários

Despesa: 83 – R\$ 2.696,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipuacu-SC, em 06 de abril de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PL PREF 26.2020 DL PREF 06.2020

Publicação Nº 2433325

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 26/2020

DIPENSA DE LICITAÇÃO PREF N. 06/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

VALOR GLOBAL: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais) sendo o menor valor apresentado mediante orçamentos prévios.

CONTRATADA/ EXECUTOR: CAT- CENTRO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR S/S LTDA - ME, inscrito no CNPJ nº 04.490.242/0001-61

RAZÃO DA ESCOLHA: menor orçamento apresentado de acordo com cotações prévias.

FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso I do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original)

De todo o exposto, considerando-se os aspectos jurídico-legais e o interesse público, o objeto supra descrito pode ser contratado por Dispensa de Licitação.

1 – DO OBJETO – TERMO DE REFÊRENCIA

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais em Medicina e Segurança do Trabalho, aferições de agentes insalubres conforme norteia a Portaria n.º 3214/78, NR's competentes do Mtb e Decreto do M>P>A>S> n.º 2.172/97, para elaboração de programas compreendendo:

- PPRA (Programa Prevenção de Riscos Ambientais)
- PCMSO (Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional)
- LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho)
- PPP (perfil profissiográfico previdenciário)
- 100 (consultas)
- Visitas técnicas: 07 visitas técnicas;

PL PREF 27.2020 PP PREF 15.2020

Publicação Nº 2433176

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.27/2020, Tipo Pregão Presencial PREF n. 15/2020 (menor preço por item).

Entrega de envelopes: Até às 09h00min de 24 de abril de 2020.

Data de abertura: A partir das 09h30min de 24 de abril de 2020.

Objeto: aquisição para aquisição futura de cestas básicas e posterior disponibilização a pessoas carentes do município através da SAS/Ipuacu, sendo licitadas 02 (tipos de cestas) a serem adquiridas conforme necessidade e, com retirada futura e de forma parcelada, informadas pela Secretaria de Assistência Social conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu - SC, em 07 de abril de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

PL PREF 28.2020 DL PREF 07.2020

Publicação Nº 2433342

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 28/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF N.07/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da averbação da área de compensação ambiental de 4.500 m², condicionante da Licença Ambiental de Instalação - LAI nº 5093/2017, Processo SAN/14627/CRO, SGP-e Fatma 22004/2017, referente a Supressão de Vegetação Nativa em área urbana (Área de 61,6 m³) na RUA GENUÁRIO VISOLLI até a RUA ÂNGELO FASSINA, através da confecção de no mínimo os seguintes documentos:

- Levantamento topográfico da área de compensação ambiental de 4.500 m² e projeto de recuperação de área degradada- PRAD.
- Memorial Descritivo.

- Outros documentos necessários para averbação e atualização da área (CCIR, ITR e CAR).

- Acompanhamento do processo até a conclusão junto ao Registro de Imóveis de Abelardo Luz.

DO FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original).

DA RAZÃO DA ESCOLHA: A razão da escolha foi devido ao orçamento de menor valor apresentado de acordo com cotações prévias.

DA CONTRATADA: JEAN PAULO ROSA inscrita no CNPJ n.21.477.416/0001-75, com sede na Rua João Berte Neto, nº. 52, centro da cidade de Vargeão/SC.

DO VALOR: O pagamento será no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

RESOLUÇÃO CME Nº 004/2020 DISPÕE SOBRE O REORDENAMENTO DO CALENDÁRIO ESCOLAR, DEVIDO AO SURTO GLOBAL DO CORONAVÍRUS, NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE IPUAÇU

Publicação Nº 2433294

RESOLUÇÃO CME Nº 004/2020

Dispõe sobre o reordenamento do calendário escolar, devido ao surto global do Coronavírus, nas Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu

O Conselho Municipal de Educação de Ipuacu (CME), no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no Art. 2 do Regimento Interno deste Conselho, e com o disposto na Lei Complementar nº 163/97 de 29 de Agosto de 1997 que cria o Conselho Municipal de Educação, Lei 0057/2016, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a suspensão dos eventos coletivos em todo o mundo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO o Decreto do Executivo Municipal nº 069, de 18 de março de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de suspensão das atividades nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino para preservar a saúde dos estudantes, bem como dos profissionais de educação;

CONSIDERANDO a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata especificamente sobre a reorganização das atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face dessa suspensão de atividades;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia no cumprimento do Calendário Escolar e a perspectiva do tempo de suspensão de atividades nas Unidades Educacionais, visando minimizar a disseminação da COVID-19,

CONSIDERANDO o Decreto do Executivo Municipal 070, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município Ipuacu;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a alteração do calendário escolar 2020, conforme proposição do anexo I.

Art. 2º Fica este conselho municipal responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do calendário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipuacu(SC), 07 de Abril de 2020.

Rafaela Ferreira Giroto

Presidente do CME de Ipuacu

RESOLUÇÃO CME Nº 005/2020

Publicação Nº 2433295

RESOLUÇÃO CME Nº 005/2020

Estabelece Normas de Orientações sobre o Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica Pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, em consonância com a prevenção da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).

O Conselho Municipal de Educação de Educação (CME), no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no Art. 2 do Regimento Interno deste Conselho, e com o disposto na Lei Complementar nº 163/97 de 29 de Agosto de 1997 que cria o Conselho Municipal de Educação, Lei nº 0057/2016 de 16 de junho de 2016 , que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a suspensão dos eventos coletivos em todo o mundo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO o Decreto nº 069, de 18 de março de 2020 do município de Ipuacu.

CONSIDERANDO a necessidade de suspensão das atividades nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino para preservar a saúde dos estudantes, bem como dos profissionais de educação;

CONSIDERANDO a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata especificamente sobre a reorganização das atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face dessa suspensão de atividades;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia no cumprimento do Calendário Escolar e a perspectiva do tempo de suspensão de atividades nas Unidades Educacionais, visando minimizar a disseminação da COVID-19,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 070 de março de 2020;

RESOLVE:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Estabelecer o Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID -19).

Parágrafo Único - Para efeitos desta Resolução, são integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu as Instituições do Ensino Fundamental, Educação Infantil pública e privada, Organizações Sociais Civis (OSCs) vinculadas à Educação e Unidades de Apoio.

Art. 2º O Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais estabelecido pelo

Decreto Estadual nº 509, de 17 de março de 2020, pelo Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 e pelo Decreto Municipal nº 70, de 23 de março de 2020, a partir da suspensão das aulas nas Instituições de Ensino, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias.

TÍTULO II

DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 3º Considerando os documentos legais em âmbito nacional, estadual e municipal, que declaram situação de emergência para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID – 19), o Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica tem como finalidade o cumprimento do calendário letivo de 2020.

Art. 4º O Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica está pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Art. 32, §4º; na Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Arts. 1º, 2º e 3º. Essa legislação visa:

I - Possibilitar experiências significativas de ensino e de aprendizagem, mediadas por tecnologias ou não, que assegurem o desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes, dos jovens, dos adultos e dos idosos, definido, essencialmente, pela manutenção das atividades pedagógicas, mesmo sem a presença física de estudantes e professores, no âmbito de todas as Instituições que compõem o Sistema de Ensino de Ipuacu;

II - Estimular e considerar novas formas de aprendizagens;

III – Promover a garantia do padrão de qualidade da aprendizagem na Educação Infantil, e no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Art. 3º e inciso IX, e seguir o Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu.

TÍTULO III

DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR E REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Art. 5º Considerar-se-á o cumprimento previsto do calendário escolar, substituindo, excepcionalmente, a prática presencial por Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica, sem prejuízo aos estudantes enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao contágio do COVID- 19, proteção à comunidade escolar e à sociedade em geral, devendo garantir possibilidades de:

I - minimização do prejuízo do ensino e da aprendizagem aos estudantes com a suspensão temporária de atividades presenciais;

II - que os objetivos educacionais, previstos para cada ano e/ou etapa do ensino e de aprendizagem, possam ser alcançados até o término do anoletivo;

III - adequação do calendário escolar, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 23, §2º.

IV- manutenção da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem com intencionalidades pedagógicas orientadas pelos professores e educadores, mediadas ou não por tecnologia a distância, que garantam, ao final do ano letivo, a carga horária de 800 (oitocentas) horas, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco) para o Ensino Fundamental e, com frequência mínima de 60% (sessenta) para a Educação Infantil – pré- escolar.

Art. 6º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo Sistema de Ensino, sem a redução do número de horas letivas previstas nesta Lei (Resolução CEE/SC 009/2020, f. 3).

Art. 7º No cômputo da carga horária de atividade de aprendizagem obrigatória deverão ser consideradas as atividades programadas.

Art. 8º As Instituições de Ensino deverão utilizar, para a programação das atividades de aprendizagem obrigatórias, todos os recursos digitais disponíveis.

Art. 9º É dever da Instituição de Ensino criar mecanismos para os registros detalhados das atividades realizadas fora do contexto escolar, para comprovações posteriores a realização das atividades, mantendo-as arquivadas, no intuito de legitimar a carga horária exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - A reorganização dos calendários escolares em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino devem ser feita pelas Instituições ou Redes de Ensino, assegurando que a eventual reposição de aulas ou realização das Atividades de Aprendizagem Não Presenciais, no período de suspensão de atividades presenciais nas Instituições de Ensino, a fim de que possa ser realizada de forma a preservar o padrão de qualidade previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 3º, inciso IX e na Constituição Federal (Parecer CEE/SC 146/2020), no Art. 206, inciso VII.

Art. 10 Os estudantes que, eventualmente, não puderem acessar as atividades por meio eletrônico, neste período especial, não terão prejuízos de aprendizagem uma vez que as atividades deverão ser reprogramadas em época oportuna.

TÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação na Educação Infantil, far-se-á por meio de registro e no acompanhamento sistemático do percurso formativo da criança, considerando o planejamento pedagógico do professor e do educador e valorizando, neste contexto, os saberes das crianças e o acompanhamento das suas aprendizagens e de seu desenvolvimento.

Art. 12 É de autonomia de cada Rede de Ensino das Instituições de Educação Infantil estabelecer em seu plano de ação, estratégias de registros das propostas pedagógicas planejadas e disponibilizadas às famílias, a fim de acompanhar e subsidiar os planejamentos subsequentes e o registro avaliativo de cada criança.

Art. 13 O conteúdo estudado nas Atividades de Aprendizagem Não Presenciais, no Ensino Fundamental, poderá compor, a critério de cada Instituição ou Rede de Ensino, nota ou conceito para o boletim escolar (Resolução CEE/SC Nº 009, de 19 de março de 2020).

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas Atividades de Aprendizagem Não Presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo professor, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º A Avaliação das Atividades de Aprendizagem Não Presenciais que, eventualmente, não puderem ser executadas pelos estudantes no período deste Regime Especial deverão ser reprogramadas para a reposição de conteúdo, tanto em material impresso como on- line, ao cessar esse período.

Art. 14 É de autonomia de cada Rede de Ensino estabelecer em seu Plano de Ação estratégias de registros de avaliação das propostas pedagógicas planejadas e disponibilizadas às famílias, a fim de acompanhar e subsidiar os planejamentos subsequentes e o registro avaliativo de cada estudante.

Art. 15 A avaliação, no Ensino Fundamental, exclusivamente para esse período de isolamento social, dar-se-á por meio de:

I - utilização de instrumentos avaliativos compatíveis com a metodologia adotada para a Atividade Não Presencial;

II - critérios de avaliação explicitados em cada instrumento avaliativo;

III - registro dos resultados das avaliações como forma de dar sequência às Atividades de Estudo, tanto durante o Regime Especial de Atividades Não Presenciais, quanto a partir do momento do retorno às atividades presenciais.

Art. 16 Como o professor e o educador não estarão presentes, de forma simultânea, no desenvolvimento das atividades propostas, o registro dessas atividades por parte dos estudantes com

suas famílias é fundamental para que estes profissionais possam avaliar o processo de aprendizagem, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental.

Art. 17 Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 24, inciso I, as Instituições ou Redes de Ensino deverão registrar, em seu planejamento de atividades, a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na modalidade não presencial, prevista na Resolução CEE/SC 009/20, no Art. 3º Parágrafo 1º da Resolução CEE/SC 009/20.

TÍTULO V

DA MANTENEDORA

Art. 18 Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus COVID-19 (Resolução CEE/SC Nº 009/2020, Art. 3º, f. 5), a mantenedora da Rede Pública e da Rede Privada do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu incumbir-se-ão de traçar medidas a fim de orientar, acompanhar e zelar pelo cumprimento do calendário letivo, das atividades no período de isolamento e distanciamentosocial.

Art. 19 É de atribuição da Mantenedora:

I- traçar o Plano de Ação ou Diretrizes.

II – criar mecanismos para que os profissionais do magistério, em exercício da sua função, com sua carga horária estabelecida, possam ter condições de planejarem as atividades para os estudantes, durante o período de isolamento social (Home Office), utilizando-se de meios digitais ou outros mecanismos necessários para desenvolvimento das suas atividades, em cumprimento das 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar no período deste Regime Especial.

III - orientar os Gestores Escolares acerca de que forma se dará o Sistema de Educação em Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais da Educação Básica, a fim de garantir a aprendizagem dos estudantes.

IV -divulgar, pelos meios de comunicação, às famílias de que forma transcorrerá o processo de ensino e de avaliação da Educação Básica em Regime Especial Não Presencial, a fim de garantir o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 22.

Parágrafo Único - A mantenedora deverá garantir que o Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu seja considerado em todas as atividades planejadas, em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Instituições de Ensino.

Art. 20 A mantenedora deverá disponibilizar auxílio financeiro às Instituições de Ensino que não dispõem de recursos para elaboração de materiais didáticos físicos (folhas A4, cópias, impressões) destinados aos estudantes que ficarem impossibilitados de participar das atividades não presenciais mediadas pela tecnologia, devido à falta de recursos materiais de natureza diversa (equipamento tecnológico, acesso à Internet, entre outros).

Art. 21 Caberá às mantenedoras a responsabilidade pela assessoria e pela orientação em relação ao processo de ensino e de aprendizagem acerca do currículo, de materiais pedagógicos como ferramenta de ensino não presencial, de elaboração de instrumentos avaliativos ou de outras dúvidas de natureza didático-pedagógica.

TÍTULO VI

DO GESTOR ESCOLAR

Art. 22 Compete ao Gestor Escolar das Instituições de Ensino assegurar o que preconiza no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição de Ensino e no Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu o padrão de qualidade e o cumprimento de carga horária de estudo.

Art.23 É dever do Gestor da Instituição de Ensino:

I - garantir o direito a todos os estudantes do cumprimento das horas exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por meio do ensino não presencial, de acordo com o Parecer CEE/SC 146/2020 e com a Resolução CEE/SC009/2020.

II - conceder autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos pelas Instituições ou Redes de Ensino de qualquer etapa ou nível da educação nacional (PARECER CEE/SC 146/2020, f.4).

III - planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares.

IV – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar.

V- apresentar materiais específicos para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo-aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e de aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais, que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa (Parecer CEE/SC 146/2020, f.5).

TÍTULO VII**ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO, DO PROFESSOR E DO EDUCADOR**

Art. 24 Ao Coordenador Pedagógico cabe o acompanhamento e a assessoria ao professor e ao educador no que diz respeito ao planejamento, à execução das tarefas pedagógicas, aos instrumentos avaliativos, observando conceitos e conteúdos ensinados no decorrer do processo de ensino, bem como o acompanhamento dos registros do rendimento dos estudantes. As Instituições de Ensino, por meio de sua equipe pedagógica, organizará o processo de ensino e de aprendizagem, cumprindo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição e o Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu..

Art. 25 Em se tratando da Educação Infantil, durante esse período emergencial, a oferta das proposições pedagógicas, ao considerar as interações e brincadeiras, dar-se-á pela mediação não

presencial do professor e do educador com as famílias por meio de mídias tecnológicas.

Art. 26 Cabe ao professor e ao educador a tarefa de planejar, elaborar e mediar as Atividades de Estudo, pautados no Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu, sendo de sua incumbência:

I - incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus COVID-19, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais.

II- zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula dada, para fins de cumprimento das 800 (oitocentas) horas do ano letivo de 2020.

III - planejar, em parceria com os professores de Educação Especial, as adaptações de atividades, de avaliações e os recursos de acessibilidade necessários, com vistas a permitir a igualdade de condições de aprendizagem aos estudantes, público-alvo da Educação Especial. Quando necessário, antecipar o planejamento para possibilitar que os recursos de acessibilidade sejam providenciados em tempohábil.

§1º Caberá ao professor-psicopedagogo, quando existente na Instituição de Ensino, atuar nos processos de ensino e de aprendizagem, em conjunto com os professores e os educadores, segundo critérios da Gestão Escolar, a fim de assegurar a aprendizagem de todos os estudantes.

§ 2º Caberá ao professor de informática, quando existente nas Instituições de Ensino, instruir os demais professores e educadores e a Equipe Gestora sobre as possíveis abordagens educacionais de mídias tecnológicas adotadas pela mantenedora.

Art. 27 Todo planejamento e material didático adotado pelo professor/educador devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Instituições e com as propostas curriculares das Redes de Ensino, sequenciando os conteúdos anteriormente programados para o período.

TÍTULO VIII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 28 As Instituições de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu deverão fazer a ampla divulgação desta Resolução.

Art. 29 As Instituições de Ensino que, por razões diversas, optarem por não utilizar o Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais, previsto nesta Resolução, deverão apresentar ao Conselho Municipal de Educação (CME) o novo calendário contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período do Regime Especial, garantindo o cumprimento das 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, tão logo cesse o referido período, dando ampla divulgação à comunidade escolar.

Art. 30 A garantia das 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar é exigida para o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

Art. 31 Havendo descumprimento das normas de orientações desta Resolução, os órgãos competentes deverão apurar a eventual prática da infração, aplicando as penalidades cabíveis.

Art. 32 No caso de o total de horas correspondente aos dias de suspensão de atendimento escolar presencial não atingir o cumprimento das 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 24, inciso I - as Instituições de Ensino deverão reorganizar seus calendários com atividades de reposição (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017).

Art. 33 O Plano de Ação de Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais dos órgãos competentes em executar as Políticas Públicas Educacionais vinculadas à Educação Municipal de Ipuacu deverá ser apresentado a este Conselho para a normatização.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o caput deste artigo é um documento obrigatório, e as Instituições de Ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino deverão obedecer às normas e ao roteiro para

a elaboração do referido documento.

Art. 34 Considerando a urgência do cumprimento do Regime Especial desta Resolução, cientificamos as mantenedoras que as Instituições da Rede Pública e da Rede Privada, vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Ipuacu, que não apresentarem o Plano de Ação no prazo

determinado, não estarão aptas a participar deste Regime Especial e serão levadas ao conhecimento do Ministério Público para que se apliquem as devidas medidas e penalidades cabíveis.

Art. 35 Esta Resolução, mediante orientações e determinações oriundas do chefe do Poder Executivo, sobre atuais condições gerais da situação do Coronavírus entre outras, bem como de normativas explícitas neste documento, poderá sofrer alterações, com a revogação de dispositivos, se necessário for, para atender a demanda do momento.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o prazo de 7 (sete) dias, a partir da publicação desta Resolução, para a entrega dos Planos de Ação a este Conselho.

Art.36 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM 07 de Abril de 2020.

Rafaela Ferreira Giroto

Presidente do CME

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433292

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

Secretária de Educação de Ipuacu/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";
CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";
CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município de Ipuacu, por meio do Decreto nº 069 de 18 de março de 2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos

pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação- Vagner Piana

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social- Ely Cristina Binotto

III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar- Leiridiane Priscila Barbosa

IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- Rafaela Ferreira Giroto

V - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar- Elessandra Ceron

VI - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social- Carina Tamanho

VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- Luciane Cristina Milesky

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

I – Se são beneficiários do Bolsa Família;

II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);

III – Se estão cadastrados no CADÚnico;

IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;

V – Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigos).

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega do "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal

III – Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar"

IV – Data de entrega

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto o ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único – Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipuaçu, 07 de abril de 2020

Vagner Piana

Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 07 DE ABRIL DE 2020. INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL PARA PROPOR A RECOMPOSIÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2433293

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersectorial para propor a recomposição do calendário escolar e dá outras providências.

Secretaria de Educação de Ipuaçu/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município Ipuaçu, por meio do Decreto nº 070 de 23 de março de 2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersectorial para propor a recomposição do calendário escolar, composta por representantes dos seguintes órgãos: (município pode alterar número de representantes ou incluir outras categorias caso considere necessário)

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação- Nelcy Nicolao Mocellin

II - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- Rafaela Ferreira Giroto

III - 1 (um) representante dos Professores- Juciane Ferri Pavan

IV - 1 (um) representante da Administração Municipal- Sarita Andrea Braguini

V – 1 (um) representante do sindicato dos servidores ligado à educação- Ivonete Maciel

§1º A comissão tem como incumbência fazer estudo e apresentar possibilidade de recomposição do calendário escolar de maneira presencial, bem como sugestões de complementação das atividades escolares na modalidade não presencial, enquanto perdurar a suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A Comissão se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º A Comissão levará as proposições ao Conselho Municipal de Educação, o qual será responsável por aprova-las ou rejeita-las em acordo com suas atribuições.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipuaçu, 07 de abril de 2020

Vagner Piana

Secretária Municipal de Educação

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2020/FMS

Publicação Nº 2433030

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2020

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: Aquisição de teste rápido em virtude do corona vírus - Covid 19, em caráter emergencial, destinado ao atendimento a Unidade Básica de Saúde. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 07/04/2020

VALDIR ZANELLA

GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº. 283/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432820

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A CLAUDIRA A. KAMMERS COSTA, matrícula 2019, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2012 a 2017 e gozo a partir de 07 de Abril de 2020 a 06 de Maio de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeito retroativo a partir de 07 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.281/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432815

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A CLEONICE PEROZIN SONNTAG, matrícula 1151, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2012 a 2017 e gozo a partir de 07 de Abril de 2020 a 06 de Maio de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeito retroativo a partir de 07 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.282/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432817

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A ERASMO CANTON, matrícula 524, Licença Prêmio de 20 (vinte) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2013 a 2018 e gozo a partir de 07 de Abril de 2020 a 26 de Abril de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a partir de 07 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 279/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432809

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ALAN DE SOUZA PINTO, matrícula 1105 férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 08 de Abril de 2020 a 22 de Abril de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Abril de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 280/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432814

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ALAN TREMEA, matrícula 3145 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2020 a 2021 e gozo a partir de 07 de Abril de 2020 a 06 de Maio de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Abril de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 284/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432826

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 3174, LUANA SCHMIDT, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.610 e

do CPF 074.643.949-09, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 35 horas semanais, lotação: Secretaria de Assistência Social.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de 07 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Abril de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 285/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432827

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A RENATO DOS SANTOS, matrícula 1686 férias de 30 dias, 15 dias relativas ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e 15 dias relativo ao período aquisitivo 2018 a 2019 e gozo a partir de 08 de Abril de 2020 a 07 de Maio de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Abril de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 097/2020, 03 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432714

PORTARIA Nº 097/2020, 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - EXONERAR, a Sra. MARIA LISIANE KNORST BUCHNER contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 001/2018, para atuar como TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e carga horária de 40 horas semanais, em decorrência do termino da validade do teste seletivo acima citado. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 03 de Abril de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 098/2020, 03 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432717

PORTARIA Nº 098/2020, 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - EXONERAR, a Sra. LISETTE BERTILA DEFAVERI contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 001/2018, para atuar como TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e carga horária de 40 horas semanais, em decorrência do termino da validade do teste seletivo acima citado. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 03 de Abril de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 099/2020, 03 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432719

PORTARIA Nº 099/2020, 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - EXONERAR, o Sr. LUAN FERNADO DE MARCO contratado em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 001/2018, para atuar como AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e carga horária de 40 horas semanais, em decorrência do termino da validade do teste seletivo acima citado. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 03 de Abril de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

DECRETO N° 053.2020

Publicação N° 2433018

DECRETO N° 053, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

ESTIPULA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS EM VIRTUDE DO FERIADO DA PAIXÃO DE CRISTO (SEMANA SANTA).

Sívio Antonio Lemos das Neves, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e as conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 09 de abril de 2020, quinta-feira Santa, véspera do feriado nacional e municipal religioso da Sexta-Feira Santa.

Art.2º Não se incluem no presente Decreto os serviços de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA prestados pelo Município na área de Saúde.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 07 de abril de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 07/04/2020.

Irati

PREFEITURA

ERRATA T.P. Nº 005/2020-PMI - EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DAS RUAS CELSO RAMOS, ALCIDES BODANESE, PRESIDENTE JUCELINO E SÃO JORGE, MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Publicação Nº 2432497

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

E R R A T A

Processo Administrativo Nº 046/2020

Processo Licitatório Nº 046/2020

Edital: Pregão Presencial Nº 023/2020

Tipo: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Tipo: MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL

Objeto: EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DAS RUAS CELSO RAMOS, ALCIDES BODANESE, PRESIDENTE JUCELINO E SÃO JORGE, MUNICÍPIO DE IRATI/SC, CONFORME PROJETO.

ONDE SE LÊ:

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 21/04/2020

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21/04/2020

LEIA-SE:

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 27/04/2020

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27/04/2020

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Irati – SC, 07 de abril de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 006/2020

Publicação Nº 2432776

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 006/2020.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. **JULIANO POZZI PEREIRA**, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a **RUA BOLÍVIA**, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 171,72 m (cento setenta e um metros, setenta e dois decímetros lineares) com início na Rodovia Prefeito João de Paula Cubas e término na Rua São Francisco, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 9.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 171,72 m (cento setenta e um metros, setenta e dois decímetros lineares), com área pavimentada total no leito da Rua de 1.717,20 m² (Um mil, setecentos e dezessete metros, vinte decímetros quadrados), com 10,00 metros de largura, e passeio com 1,90 metros cada lado de largura pavimentado com paver, 0,60 decímetros com plantio de grama.

3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 - Com extensão de 171,72 m (cento setenta e um metros, setenta e dois decímetros lineares), com área pavimentada do leito de 1.717,21 m² (Um mil, setecentos e dezessete metros, vinte e um decímetros quadrados), com custo total de R\$ 176.150,75 (cento e setenta e seis mil, cento e cinquenta reais, setenta e cinco centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 102,58 (cento e dois reais, cinquenta e oito centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas.

4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 58.288,00 (cinquenta e oito mil, duzentos oitenta e oito reais) divididos por 1.717,21 m² (Um mil, setecentos e dezessete metros, vinte e um decímetros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 33,94 (trinta e três reais, noventa e quatro centavos), devido ao fator de absorção do item 6.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 - Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

Cliente:		PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPÓLIS					Licitação:	
Obra:		PAVIMENTAÇÃO DAS RUA BOLÍVIA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA					Data / Hora:	
							CR 005/2019	
							BDI:	
							20,30%	
							13/01/2020 - 09:00	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Item	Descrição	Qtde.	Unid	MAT/EQUI P	MDO	Preço Unit. sem BDI	Preço Unit. com BDI	Preço Total
META 05 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA BOLÍVIA								
5.1 Serviços Preliminares								
5.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	2,50	M2	R\$ 228,58	R\$ 152,39	R\$ 316,68	R\$ 380,97	R\$ 952,43
5.1.2	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	171,72	M	R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 2,90	R\$ 3,49	R\$ 599,30
						Total 5.1		R\$ 1.551,73
5.2 Pavimentação								
5.2.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	1.717,21	M2	R\$ 34,77	R\$ 23,18	R\$ 48,17	R\$ 57,95	R\$ 99.512,32
5.2.3	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	1.717,21	M2	R\$ 0,91	R\$ 0,60	R\$ 1,26	R\$ 1,51	R\$ 2.592,99
						Total 5.2		R\$ 102.105,31
5.3 Drenagem e Obras de arte corrente								
5.3.1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAPACIDADE DE 0,78 M3	280,50	M3	R\$ 1,71	R\$ 1,14	R\$ 2,37	R\$ 2,85	R\$ 799,43
5.3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M; COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE	253,33	M3	R\$ 9,08	R\$ 6,06	R\$ 12,59	R\$ 15,14	R\$ 3.835,42
INTERFERÊNCIA. AF. 04/2016								
5.3.3	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF. 06/2016	15,88	M3	R\$ 72,17	R\$ 48,12	R\$ 99,99	R\$ 120,29	R\$ 1.910,21

5.3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS1, PB, DN 300 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	50,00	M	R\$ 15,80	R\$ 10,54	R\$ 21,90	R\$ 26,34	R\$ 1.317,00
5.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF. 12/2015	50,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 1.202,50
5.3.6	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS1, PB, DN 400 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	132,00	M	R\$ 20,89	R\$ 13,93	R\$ 28,94	R\$ 34,82	R\$ 4.596,24
5.3.7	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF. 12/2015	132,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 3.174,60
5.3.14	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO. INCLUSIVE GRELHA DE FERRO. MAT E M.O.	10,00	UNI D	R\$ 569,10	R\$ 379,40	R\$ 788,45	R\$ 948,50	R\$ 9.485,00
5.4	Sinalização					Total 5.3		R\$ 26.320,40
5.4.1	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA CIRCULAR D = 50 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	7,00	UNI D	R\$ 182,00	R\$ 121,33	R\$ 252,14	R\$ 303,33	R\$ 2.123,31
5.4.2	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	1,00	UNI D	R\$ 224,21	R\$ 149,48	R\$ 310,63	R\$ 373,69	R\$ 373,69
5.4.3	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA QUADRADA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	4,00	UNI D	R\$ 247,51	R\$ 165,00	R\$ 342,90	R\$ 412,51	R\$ 1.650,04
5.4.4	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (2 PLACAS 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	2,00	UNI D	R\$ 219,56	R\$ 146,38	R\$ 304,19	R\$ 365,94	R\$ 731,88
5.4.5	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZACAO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	48,00	M2	R\$ 14,49	R\$ 9,66	R\$ 20,07	R\$ 24,15	R\$ 1.159,20
5.5	Serviços Complementares					Total 5.4		R\$ 6.038,12
5.5.1	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF. 06/2016	332,00	M	R\$ 13,71	R\$ 9,14	R\$ 18,99	R\$ 22,85	R\$ 7.586,20

5.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF 12/2015	419,40	M2	R\$ 31,83	R\$ 21,22	R\$ 44,10	R\$ 53,05	R\$ 22.249,17
5.5.3	PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL *40 X 40 X 2,5*CM, SOBRE COLCHÃO DE AREIA	110,26	M2	R\$ 36,08	R\$ 24,06	R\$ 49,99	R\$ 60,14	R\$ 6.631,04
5.5.4	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	6,00	UNI D	R\$ 180,44	R\$ 120,30	R\$ 249,99	R\$ 300,74	R\$ 1.804,44
5.5.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	194,00	M2	R\$ 5,77	R\$ 3,84	R\$ 7,99	R\$ 9,61	R\$ 1.864,34
Total 5.5							R\$	40.135,19

CENTO E SETENTA E SEIS MIL CENTO E CINQUENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS	Total Rua Bolívia	R\$ 176.150,75
--	--------------------------	-----------------------

6. FATOR DE ABSORÇÃO

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$, onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

7. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

7.1 – Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Rua Bolívia, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 16%, razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria, em caso de terreno de esquina quando lançado na primeira a Rua a Rua secundária será considerado 50%.

.

8. Isenção do pagamento de Contribuição de Melhoria, conforme Lei Complementar 123/2017.

“Art. 7º- A. Ficam isentos do pagamento de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação, os imóveis urbanos residenciais, que possuam alguma das seguintes características próprias e de seus proprietários:”

I - os imóveis com edificação não superior a 70 m2 (setenta metros quadrados) de área construída, dos quais seus proprietários gozarão da presunção de insuficiência econômica para o pagamento do tributo;
II - os proprietários e contribuintes de baixa renda, independentemente da metragem da edificação, que não possuírem renda mensal familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 1º - Para efeito da avaliação da renda mensal de trabalhadores considerados diaristas, boas fias, trabalhadores rurais sem registro e assemelhados, deve-se considerar a importância mínima de 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§ 2º Para habilitação do pedido da isenção, que se dará através de requerimento administrativo instruído com a documentação necessária a comprovar o preenchimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contribuinte deverá comparecer a sede do Poder Público Municipal (Paço Municipal).

§ 3º - Poderá o Departamento de Fiscalização Municipal a qualquer tempo, realizar vistorias “in loco”, para fins de verificação dos fatos e condições apresentadas no requerimento de isenção.

“Art. 7º- B. Os proprietários de imóveis não edificados, não possuem presunção de insuficiência econômica, devendo, para obter a isenção, se enquadrar em quaisquer das possibilidades da concessão do benefício previstas nesta Lei”.

“Art. 7º- C. Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes:

a) que possuírem mais de um imóvel urbano no Município;

b) (suprimido pelo Legislativo);

c) que não residirem no imóvel objeto do edital da contribuição de melhoria;

d) que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome, perante o Cadastro Imobiliário do Município”.

9. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA (m)	VALOR VENAL BASE PLANTA DE VALORES LC 034/2007	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (limite ind. da CME	ÁREA PAVIMENTADA (m²)	CÁLCULO CME POR IMÓVEL
CELIO OSSOWSKI	1.1.05.0.0160.0.001	20,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	100,00	R\$11.822,20
ILDA DE ALMEIDA - ESPÓLIO	1.1.05.0.0190.0.001	20,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	100,00	R\$11.822,20
LAUDELINO TEIXEIRA JUNIOR	1.1.04.0.0120.0.001	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$11.822,20
CELSON KONOPKA	1.1.04.0.0140.0.000	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$11.822,20
ADELAR ORESTES LOPES	1.1.04.0.0160.0.000	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$11.822,20
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co-responsável JAIR ORESTES WAGNER/ Patrícia Wagner	1.1.04.0.0175.0.000	15,80	R\$ 46.600,00	R\$ 7.456,00	79,00	R\$ 9.339,54
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co-responsável JAIR ORESTES WAGNER/ Alcides Nei Wagner	1.1.04.0.0220.0.001	24,15	R\$ 71.200,00	R\$ 11.392,00	120,75	R\$14.275,30
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co-responsável Eugenio Koppe	1.1.84.0.0085.0.000	134,25	R\$303.600,00	R\$ 48.576,00	671,25	R\$ 79.356,50
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co-responsável Igreja Evangélica de Porto União	1.1.84.0.0109.0.001	23,80	R\$ 70.200,00	R\$ 11.232,00	119,00	R\$14.068,41
TOTAL RUA BOLÍVIA					1.490,00	R\$176.150,75

10. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE		
NOMES	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA CME POR IMÓVEL
CELIO OSSOWSKI	1.1.05.0.0160.0.001	R\$ 2.400,00
ILDA DE ALMEIDA - ESPÓLIO	1.1.05.0.0190.0.001	R\$ 2.400,00
LAUDELINO TEIXEIRA JUNIOR	1.1.04.0.0120.0.001	R\$ 4.720,00
CELSO KONOPKA	1.1.04.0.0140.0.000	R\$ 4.720,00
ADELAR ORESTES LOPES	1.1.04.0.0160.0.000	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co- responsável JAIR ORESTES WAGNER/ Patricia Wagner	1.1.04.0.0175.0.000	R\$ 3.728,00
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co- responsável JAIR ORESTES WAGNER/ Alcides Nei Wagner	1.1.72.0.0220.0.001	R\$ 5.696,00
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co- responsável Eugenio Koppe	1.1.84.0.0085.0.000	R\$ 24.288,00
OSTER KOPPE – ESPOLIO – Co- responsável Igreja Evangélica de Porto União	1.1.84.0.0109.0.001	R\$ 5.616,00
TOTAL		R\$58.288,00

11. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

11.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis – SC, 06 de abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 007/2020

Publicação Nº 2432767

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 007/2020.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a RUA BRASIL, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 275,60 m (duzentos setenta e cinco metros, sessenta decímetros lineares) com início na Rua Bolívia e término Próximo do Arroio da Invernada, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 9.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 275,60 m (duzentos setenta e cinco metros, sessenta decímetros lineares), com área pavimentada total no leito da Rua de 2.488,00 m² (Dois mil, quatrocentos oitenta e oito metros quadrados), com 10,00 metros de largura, e passeio com 1,90 metros cada lado de largura pavimentado com paver, 0,60 decímetros com plantio de grama.

3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 - Com extensão de 275,60 m (duzentos setenta e cinco metros, sessenta decímetros lineares), com área pavimentada do leito de 2.488,00 m² (Dois mil, quatrocentos oitenta e oito metros quadrados), com custo total de R\$ 326.477,07 (trezentos vinte e seis mil, quatrocentos setenta e sete reais, sete centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 131,22 (cento e trinta e um reais, vinte e dois centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas.

4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 103.496,00 (cento e três mil, quatrocentos noventa e seis reais) divididos por 2.488,00 m² (dois mil, quatrocentos oitenta e oito metros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 41,60 (quarenta e um reais, sessenta centavos), devido ao fator de absorção do item 6.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 - Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

Cliente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPÓLIS							Licitação:
	CR 005/2019							
Obra:	PAVIMENTAÇÃO DA RUA BRASIL, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA						BDI:	Data / Hora:
	20,30%							
	13/01/2020 - 09:00							
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	MAT/EQUIP	MDO	Preço Unit.	Preço Unit.	Preço Total
				60,00%	40,00%	sem BDI	com BDI	
META 06 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA BRASIL								
6.1	Serviços Preliminares							
6.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	2,50	M2	R\$ 228,58	R\$ 152,39	R\$ 316,68	R\$ 380,97	R\$ 952,43
6.1.2	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	275,60	M	R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 2,90	R\$ 3,49	R\$ 961,84
						Total 6.1		R\$ 1.914,27
6.2	Pavimentação							
6.2.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	2.488,00	M2	R\$ 34,77	R\$ 23,18	R\$ 48,17	R\$ 57,95	R\$ 144.179,60
6.2.3	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	2.488,00	M2	R\$ 0,91	R\$ 0,60	R\$ 1,26	R\$ 1,51	R\$ 3.756,88
						Total 6.2		R\$ 147.936,48
6.3	Drenagem e Obras de arte corrente							

6.3.1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAPACIDADE DE 0,78 M3	1.002,55	M3	R\$ 1,71	R\$ 1,14	R\$ 2,37	R\$ 2,85	R\$ 2.857,27
6.3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	759,05	M3	R\$ 9,08	R\$ 6,06	R\$ 12,59	R\$ 15,14	R\$ 11.492,02
6.3.3	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	43,40	M3	R\$ 72,17	R\$ 48,12	R\$ 99,99	R\$ 120,29	R\$ 5.220,59
6.3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS1, PB, DN 300 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	70,00	M	R\$ 15,80	R\$ 10,54	R\$ 21,90	R\$ 26,34	R\$ 1.843,80
6.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	70,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 1.683,50
6.3.10	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	270,00	M	R\$ 102,49	R\$ 68,33	R\$ 142,00	R\$ 170,82	R\$ 46.121,40
6.3.11	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	270,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 6.493,50
6.3.17	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO = 0,80M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	13,00	UNID	R\$ 1.082,69	R\$ 721,80	R\$ 1.499,99	R\$ 1.804,49	R\$ 23.458,37
						Total 6.3		R\$ 99.170,45
6.4	Sinalização							
6.4.1	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA CIRCULAR D = 50 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	11,00	UNID	R\$ 182,00	R\$ 121,33	R\$ 252,14	R\$ 303,33	R\$ 3.336,63
6.4.2	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	5,00	UNID	R\$ 224,21	R\$ 149,48	R\$ 310,63	R\$ 373,69	R\$ 1.868,45
6.4.3	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA QUADRADA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	13,00	UNID	R\$ 247,51	R\$ 165,00	R\$ 342,90	R\$ 412,51	R\$ 5.362,63
6.4.4	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (2 PLACAS 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	5,00	UNID	R\$ 219,56	R\$ 146,38	R\$ 304,19	R\$ 365,94	R\$ 1.829,70
6.4.5	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	144,00	M2	R\$ 14,49	R\$ 9,66	R\$ 20,07	R\$ 24,15	R\$ 3.477,60
						Total 6.4		R\$ 15.875,01
6.5	Serviços Complementares							
6.5.1	GUÍA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	518,00	M	R\$ 13,71	R\$ 9,14	R\$ 18,99	R\$ 22,85	R\$ 11.836,30
6.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	603,00	M2	R\$ 31,83	R\$ 21,22	R\$ 44,10	R\$ 53,05	R\$ 31.989,15

6.5.3	PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL *40 X 40 X 2,5*CM, SOBRE COLCHÃO DE AREIA	160,80	M2	R\$ 36,08	R\$ 24,06	R\$ 49,99	R\$ 60,14	R\$ 9.670,51
6.5.4	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	18,00	UNID	R\$ 180,44	R\$ 120,30	R\$ 249,99	R\$ 300,74	R\$ 5.413,32
6.5.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	278,00	M2	R\$ 5,77	R\$ 3,84	R\$ 7,99	R\$ 9,61	R\$ 2.671,58
						Total 6.5		R\$ 61.580,86
TREZENTOS E VINTE E SEIS MIL QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETE CENTAVOS						Total Rua Brasil		R\$ 326.477,07

6. FATOR DE ABSORÇÃO

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$, onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

7. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

7.1 – Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Rua Brasil, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 16%, razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria, em caso de terreno de esquina quando for lançado sobre a primeira Rua a segunda via será considerado 50%.

8. Isenção do pagamento de Contribuição de Melhoria, conforme Lei Complementar 123/2017.

“Art. 7º- A. Ficam isentos do pagamento de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação, os imóveis urbanos residenciais, que possuam alguma das seguintes características próprias e de seus proprietários:”

I - os imóveis com edificação não superior a 70 m2 (setenta metros quadrados) de área construída, dos quais seus proprietários gozarão da presunção de insuficiência econômica para o pagamento do tributo;

II - os proprietários e contribuintes de baixa renda, independentemente da metragem da edificação, que não possuírem renda mensal familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 1º - Para efeito da avaliação da renda mensal de trabalhadores considerados diaristas, boias frias, trabalhadores rurais sem registro e assemelhados, deve-se considerar a importância mínima de 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§ 2º Para habilitação do pedido da isenção, que se dará através de requerimento administrativo instruído com a documentação necessária a comprovar o preenchimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contribuinte deverá comparecer a sede do Poder Público Municipal (Paço Municipal).

§ 3º - Poderá o Departamento de Fiscalização Municipal a qualquer tempo, realizar vistorias “in loco”, para fins de verificação dos fatos e condições apresentadas no requerimento de isenção.

“Art. 7º- B. Os proprietários de imóveis não edificadas, não possuem presunção de insuficiência econômica, devendo, para obter a isenção, se enquadrar em quaisquer das possibilidades da concessão do benefício previstas nesta Lei”.

“Art. 7º- C. Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes:

a) que possuírem mais de um imóvel urbano no Município;

b) (suprimido pelo Legislativo);

c) que não residirem no imóvel objeto do edital da contribuição de melhoria;

d) que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome, perante o Cadastro Imobiliário do Município”.

9. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA (m)	VALOR VENAL BASE PLANTA DE VALORES LC 034/2007	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (limite ind. da CME)	ÁREA PAVIMENTADA (m²)	CÁLCULO CME POR IMÓVEL
ILDA DE ALMEIDA - ESPÓLIO	1.1.05.0.0190.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
SERGIO MARINO	1.1.05.0.0200.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
MÁRIO OLÍVIO HAUTH – co-responsável SABRINA APARECIDA LEANDRO	1.1.05.0.0210.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
BRUNO MORAES TIBES DA ROSA	1.1.05.0.0220.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
OBALDI VALLS MOREIRA	1.1.05.0.0230.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64

EVA MARTINS BARBOSA E LUIZ MARTINS BARBOSA	1.1.05.0.0240.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
LAIDES MORAES DE LIMA	1.1.05.0.0250.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
LINDOLFO PADILHA	1.1.05.0.0260.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
OSNIR NATALICIO FIDELES DOS SANTOS	1.1.05.0.0270.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
ILINIR FIDELES DOS SANTOS	1.1.05.0.0020.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
IVANILDA KAROLESKI	1.1.06.0.0190.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
ROSILDA MARIA CATAPAN NOGARA	1.1.06.0.0200.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
MIGUEL OPALCZAK FILHO	1.1.06.0.0210.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
ARISTIDES DOS SANTOS- ESPÓLIO	1.1.06.0.0220.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
JOSE SERGIO DE CASTRO	1.1.06.0.0230.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
MARIA TEREZINHA IZIDORO ANDRADE	1.1.06.0.0240.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
JUVENTINA FERREIRA DE SOUZA	1.1.06.0.0250.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
CELIO DA SILVA	1.1.06.0.0260.0.000	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
ARLETE JUSAK	1.1.06.0.0270.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
JURACI DE FATIMA MACIEL	1.1.06.0.0020.0.001	10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	50,00	R\$ 6.860,64
OSTER KOPPE – co-responsável CÉLIO GEVIESKI	1.1.08.0.0105.0.001	16,08	R\$ 47.400,00	R\$ 3.792,00	80,40	R\$11.031,90
OSTER KOPPE – co-responsável ADIR JOSE GEVIESKI	1.1.08.0.0123.0.001	17,98	R\$ 45.000,00	R\$ 7.200,00	89,90	R\$12.335,42
OSTER KOPPE – co-responsável LAUDELINO TEIXEIRA JUNIOR	1.1.04.0.0120.0.001	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$13.721,27
OSTER KOPPE – co-responsável MARIO KOZOWSKI	1.1.04.0.0080.0.000	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$13.721,27
OSTER KOPPE – co-responsável ORESTES LOPES	1.1.04.0.0060.0.000	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$13.721,27
OSTER KOPPE – co-responsável SORAIA LOPES	1.1.04.0.0040.0.000	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$13.721,27
OSTER KOPPE – co-responsável RAFAELA PARRA	1.1.04.0.0020.0.001	20,00	R\$ 59.000,00	R\$ 9.440,00	100,00	R\$13.721,27
OSTER KOPPE – co-responsável ERACILDO ZIEMANN	1.1.07.0.0180.0.001	40,08	R\$ 118.000,00	R\$18.880,00	200,40	R\$27.497,43
OSTER KOPPE – co-responsável RONALDO SENN	1.1.07.0.0160.0.001	9,73	R\$ 30.000,00	R\$ 4.800,00	48,65	R\$ 6.675,40
OSTER KOPPE – co-responsável CLAUDIO STEFEN	1.1.07.0.0150.0.001	11,35	R\$ 33.400,00	R\$ 5.344,00	56,75	R\$ 7.786,82
OSTER KOPPE – co-responsável AUTO MECANICA GROSSL LTDA	1.1.07.0.0140.0.001	40,00	R\$ 118.000,00	R\$ 9.440,00	200,00	R\$27.442,47
OSTER KOPPE – co-responsável ANTENOR CAMARGO	1.1.09.0.0093.0.001	17,10	R\$ 50.400,00	R\$ 4.032,00	85,50	R\$11.731,69
OSTER KOPPE – co-responsável JORGE NOGATH	1.1.09.0.0060.0.001	12,35	R\$ 36.400,00	R\$ 5.824,00	61,75	R\$ 8.472,88
OSTER KOPPE – co-responsável JOSE DONIZETE RUCKL	1.1.09.0.0050.0.001	11,20	R\$ 28.000,00	R\$ 4.480,00	56,00	R\$ 7.683,91
TOTAL					2.379,35	R\$326.477,07

10. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE				
NOMES		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA		VALOR FINAL DA
				CME POR IMÓVEL
ILDA DE ALMEIDA – ESPÓLIO		1.1.05.0.0190.0.001		R\$ 2.400,00
SERGIO MARINO		1.1.05.0.0200.0.001		R\$ 2.400,00
MÁRIO OLÍVIO HAUTH – co-responsável SABRINA APARECIDA LEANDRO		1.1.05.0.0210.0.001		R\$ 2.400,00
BRUNO MORAES TIBES DA ROSA		1.1.05.0.0220.0.001		R\$ 2.400,00
OBALDI VALLS MOREIRA		1.1.05.0.0230.0.001		R\$ 2.400,00
EVA MARTINS BARBOSA E LUIZ MARTINS BARBOSA		1.1.05.0.0240.0.001		R\$ 2.400,00
LAIDES MORAES DE LIMA		1.1.05.0.0250.0.001		R\$ 2.400,00

LINDOLFO PADILHA		1.1.05.0.0260.0.001	R\$ 2.400,00
OSNIR NATALICIO FIDELES DOS SANTOS		1.1.05.0.0270.0.001	R\$ 2.400,00
ILINIR FIDELES DOS SANTOS		1.1.05.0.0020.0.001	R\$ 2.400,00
IVANILDA KAROLESKI		1.1.06.0.0190.0.001	R\$ 2.400,00
ROSILDA MARIA CATAPAN NOGARA		1.1.06.0.0200.0.001	R\$ 2.400,00
MIGUEL OPALCZAK FILHO		1.1.06.0.0210.0.001	R\$ 2.400,00
ARISTIDES DOS SANTOS-ESPÓLIO		1.1.06.0.0220.0.001	R\$ 2.400,00
JOSE SERGIO DE CASTRO		1.1.06.0.0230.0.001	R\$ 2.400,00
MARIA TEREZINHA IZIDORO ANDRADE		1.1.06.0.0240.0.001	R\$ 2.400,00
JUVENTINA FERREIRA DE SOUZA		1.1.06.0.0250.0.001	R\$ 2.400,00
CELIO DA SILVA		1.1.06.0.0260.0.000	R\$ 2.400,00
ARLETE JUSAK		1.1.06.0.0270.0.001	R\$ 2.400,00
JURACI DE FATIMA MACIEL		1.1.06.0.0020.0.001	R\$ 2.400,00
OSTER KOPPE – co-responsável CÉLIO GEVIESKI		1.1.08.0.0105.0.001	R\$ 1.896,00
OSTER KOPPE – co-responsável ADIR JOSE GEVIESKI		1.1.08.0.0123.0.001	R\$ 3.600,00
OSTER KOPPE – co-responsável LAUDELINO TEIXEIRA JUNIOR		1.1.04.0.0120.0.001	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – co-responsável MARIO KOZOWSKI		1.1.04.0.0080.0.000	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – co-responsável ORESTES LOPES		1.1.04.0.0060.0.000	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – co-responsável SORAIA LOPES		1.1.04.0.0040.0.000	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – co-responsável RAFAELA PARRA		1.1.04.0.0020.0.001	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – co-responsável ERACILDO ZIEMANN		1.1.07.0.0180.0.001	R\$ 9.440,00
OSTER KOPPE – co-responsável RONALDO SENNA		1.1.07.0.0160.0.001	R\$ 2.400,00
OSTER KOPPE – co-responsável CLAUDIO STEFEN		1.1.07.0.0150.0.001	R\$ 2.672,00
OSTER KOPPE – co-responsável AUTO MECANICA GROSS LTDA		1.1.07.0.0140.0.001	R\$ 4.720,00
OSTER KOPPE – co-responsável ANTENOR CAMARGO		1.1.09.0.0093.0.001	R\$ 2.016,00
OSTER KOPPE – co-responsável JORGE NOGATH		1.1.09.0.0060.0.001	R\$ 2.912,00
OSTER KOPPE – co-responsável JOSE DONIZETE RUCKL		1.1.09.0.0050.0.001	R\$ 2.240,00
TOTAL			R\$103.496,00

11. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

11.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis – SC, 06 de abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 008/2020

Publicação Nº 2432782

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 008/2020.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a AVENIDA DA LUZ, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 207,25 m (duzentos e sete metros, vinte e cinco decímetros lineares) com início na Rua Rodolfo Brand, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 9.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 207,25 m (duzentos e sete metros, vinte e cinco decímetros lineares), com área pavimentada total no leito da Rua de 2.984,00 m² (Dois mil, novecentos oitenta e quatro metros quadrados), com 7,10 metros de largura em cada lado da avenida, canteiro central com 0,90 metro de largura e passeio com 1,90 metros cada lado de largura pavimentado com paver e 0,60 metro de largura com plantio de grama.



3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 - Com extensão de 207,00 m (duzentos e sete metros lineares), com área pavimentada do leito de 2.984,00 m² (Dois mil, novecentos oitenta e quatro metros quadrados), com custo total de R\$ 319.462,04 (trezentos e dezenove mil, quatrocentos sessenta e dois reais, quatro centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 107,06 (cento e sete reais, seis centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas.

4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 101.808,00 (cento e um mil, oitocentos e oito reais) divididos por 2.984,00 m² (Dois mil, novecentos e oitenta e quatro metros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 34,12 (trinta e quatro reais, doze centavos), devido ao fator de absorção do item 6.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 - Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

Cliente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPÓLIS CR 005/2019						Licitação:	
Obra:	PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DA LUZ, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA						BDI:	Data / Hora:
	20,30%							
	13/01/2020 - 09:00							

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	MAT/EQUIP	MDO	Preço Unit.	Preço Unit.	Preço Total
				60,00%	40,00%	sem BDI	com BDI	
META 02 - PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DA LUZ								
2.1	Serviços Preliminares							
2.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	2,50	M2	R\$ 228,58	R\$ 152,39	R\$ 316,68	R\$ 380,97	R\$ 952,43
2.1.2	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	207,25	M	R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 2,90	R\$ 3,49	R\$ 723,30
						Total 2.1		R\$ 1.675,73
2.2	Pavimentação							
2.2.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	2.984,00	M2	R\$ 34,77	R\$ 23,18	R\$ 48,17	R\$ 57,95	R\$ 172.922,80
2.2.3	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	2.984,00	M2	R\$ 0,91	R\$ 0,60	R\$ 1,26	R\$ 1,51	R\$ 4.505,84
						Total 2.2		R\$ 177.428,64
2.3	Drenagem e Obras de arte corrente							
2.3.1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAPACIDADE DE 0,78 M3	847,47	M3	R\$ 1,71	R\$ 1,14	R\$ 2,37	R\$ 2,85	R\$ 2.415,29
2.3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	643,32	M3	R\$ 9,08	R\$ 6,06	R\$ 12,59	R\$ 15,14	R\$ 9.739,86
2.3.3	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRTA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	37,86	M3	R\$ 72,17	R\$ 48,12	R\$ 99,99	R\$ 120,29	R\$ 4.554,18
2.3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS1, PB, DN 300 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	90,00	M	R\$ 15,80	R\$ 10,54	R\$ 21,90	R\$ 26,34	R\$ 2.370,60
2.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	90,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 2.164,50
2.3.10	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	219,00	M	R\$ 102,49	R\$ 68,33	R\$ 142,00	R\$ 170,82	R\$ 37.409,58

2.3.11	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	219,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 5.266,95
2.3.14	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO. INCLUSIVE GRELHA DE FERRO. MAT E M.O.	12,00	UNID	R\$ 569,10	R\$ 379,40	R\$ 788,45	R\$ 948,50	R\$ 11.382,00
						Total 2.3		R\$ 75.302,96
2.4	Sinalização							
2.4.1	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA CIRCULAR D = 50 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	4,00	UNID	R\$ 182,00	R\$ 121,33	R\$ 252,14	R\$ 303,33	R\$ 1.213,32
2.4.2	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	1,00	UNID	R\$ 224,21	R\$ 149,48	R\$ 310,63	R\$ 373,69	R\$ 373,69
2.4.3	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA QUADRADA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	5,00	UNID	R\$ 247,51	R\$ 165,00	R\$ 342,90	R\$ 412,51	R\$ 2.062,55
2.4.4	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (2 PLACAS 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	1,00	UNID	R\$ 219,56	R\$ 146,38	R\$ 304,19	R\$ 365,94	R\$ 365,94
2.4.5	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	48,32	M2	R\$ 14,49	R\$ 9,66	R\$ 20,07	R\$ 24,15	R\$ 1.166,93
						Total 2.4		R\$ 5.182,43
2.5	Serviços Complementares							
2.5.1	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	773,00	M	R\$ 13,71	R\$ 9,14	R\$ 18,99	R\$ 22,85	R\$ 17.663,05
2.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	573,30	M2	R\$ 31,83	R\$ 21,22	R\$ 44,10	R\$ 53,05	R\$ 30.413,57
2.5.3	PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL *40 X 40 X 2,5*CM, SOBRE COLCHÃO DE AREIA	156,00	M2	R\$ 36,08	R\$ 24,06	R\$ 49,99	R\$ 60,14	R\$ 9.381,84
2.5.4	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	4,00	UNID	R\$ 180,44	R\$ 120,30	R\$ 249,99	R\$ 300,74	R\$ 1.202,96
2.5.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	126,00	M2	R\$ 5,77	R\$ 3,84	R\$ 7,99	R\$ 9,61	R\$ 1.210,86
						Total 2.5		R\$ 59.872,28
TREZENTOS E DEZENOVE MIL, QUATROCENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E QUATRO CENTAVOS						Total Avenida da Luz		R\$ 319.462,04

6. FATOR DE ABSORÇÃO

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$, onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

7. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

7.1 – Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Avenida da Luz, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 16%, razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria.

8. Isenção do pagamento de Contribuição de Melhoria, conforme Lei Complementar 123/2017.

“Art. 7º- A. Ficam isentos do pagamento de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação, os imóveis urbanos residenciais, que possuam alguma das seguintes características próprias e de seus proprietários:”

I - os imóveis com edificação não superior a 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída, dos quais seus proprietários gozarão da presunção de insuficiência econômica para o pagamento do tributo;

II - os proprietários e contribuintes de baixa renda, independentemente da metragem da edificação, que não possuírem renda mensal familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 1º - Para efeito da avaliação da renda mensal de trabalhadores considerados diaristas, boias frias, trabalhadores rurais sem registro e assemelhados, deve-se considerar a importância mínima de 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§ 2º Para habilitação do pedido da isenção, que se dará através de requerimento administrativo instruído com a documentação necessária a comprovar o preenchimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contribuinte deverá comparecer a sede do Poder Público Municipal (Paço Municipal).

§ 3º - Poderá o Departamento de Fiscalização Municipal a qualquer tempo, realizar vistorias “in loco”, para fins de verificação dos fatos e condições apresentadas no requerimento de isenção.

“Art. 7º- B. Os proprietários de imóveis não edificadas, não possuem presunção de insuficiência econômica, devendo, para obter a isenção, se enquadrar em quaisquer das possibilidades da concessão do benefício previstas nesta Lei”.

“Art. 7º- C. Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes:

a) que possuírem mais de um imóvel urbano no Município;

b) (suprimido pelo Legislativo);

c) que não residirem no imóvel objeto do edital da contribuição de melhoria;

d) que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome, perante o Cadastro Imobiliário do Município”.

9. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO IMOBILI-ÁRIA	TESTADA (m)	VALOR VENAL BASE PLANTA DE VALORES LC 034/2007	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (limite ind. da CME)	ÁREA PAVIMENTADA (m ²)	CÁLCULO CME POR IMÓVEL
CLARICE DE FATIMA OLIVEIRA SAVICKI	1.1.01.0.0055.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
SEBASTIAO DE JESUS	1.1.01.0.0070.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS-ARTE-FATOS DE CIMENTO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA	1.1.01.0.0145.0.001	75,00	R\$ 218.000,00	R\$34.880,00	532,50	R\$61.301,56
LEIDE ADRIANE STRAUBE	1.1.01.0.0160.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
CLEVERSON STRAUBE	1.1.01.0.0175.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
IGREJA BATISTA DO SETIMO DIA	1.1.01.0.0190.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
ALVIRA ZASNIESKI	1.1.01.0.0205.0.000	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS-ARTE-FATOS DE CIMENTO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA	1.1.01.0.0220.0.000	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
DANILO PAIVA SAGAZ	1.1.01.0.0243.0.001	22,52	R\$ 72.800,00	R\$11.648,00	159,89	R\$18.406,57
ANGELINA KACHIMAREK E OUTROS	1.1.02.0.0038.0.001	38,33	R\$111.400,00	R\$17.824,00	272,14	R\$ 31.328,81
EUNICE TEREZINHA KACHEMAREKY	1.1.02.0.0053.0.000	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
LUIZ CARLOS PAZDZIORA	1.1.02.0.0068.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
IRINEU BRAZ DE OLIVEIRA	1.1.02.0.0083.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
LIDIA MICHAHOUSKI	1.1.02.0.0098.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
IRINEU SAMPAIO	1.1.02.0.0113.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS-ARTE-FATOS DE CIMENTO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA	1.1.02.0.0128.0.000	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
DANIEL APPEL	1.1.02.0.0143.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
ALINE ALESSANDRA SWIDZINSKI	1.1.02.0.0158.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
LUIS DARIO KOZOWSKI	1.1.02.0.0173.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
LUCI MARA RODRIGUES DE LIMA	1.1.02.0.0228.0.001	15,00	R\$ 51.200,00	R\$ 8.192,00	106,50	R\$12.260,30
TOTAL				2.775,03	3.307,53	R\$319.462,04

10. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

NOMES		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA
			CME POR IMÓVEL
CLARICE DE FATIMA OLIVEIRA SAVICKI		1.1.01.0.0055.0.001	R\$ 4.096,00
SEBASTIAO DE JESUS		1.1.01.0.0070.0.001	R\$ 4.096,00
PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS-ARTEFATOS DE CIMENTO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA		1.1.01.0.0145.0.001	R\$ 17.440,00
LEIDE ADRIANE STRAUBE		1.1.01.0.0160.0.001	R\$ 4.096,00
CLEVERSON STRAUBE		1.1.01.0.0175.0.001	R\$ 4.096,00
IGREJA BATISTA DO SETIMO DIA		1.1.01.0.0190.0.001	R\$ 4.096,00
ALVIRA ZASNIESKI		1.1.01.0.0205.0.000	R\$ 4.096,00
PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS-ARTEFATOS DE CIMENTO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA		1.1.01.0.0220.0.000	R\$ 4.096,00
DANILO PAIVA SAGAZ		1.1.01.0.0243.0.001	R\$ 5.824,00
ANGELINA KACHIMAREK E OUTROS		1.1.02.0.0038.0.001	R\$ 8.912,00
EUNICE TEREZINHA KACHEMAREKY		1.1.02.0.0053.0.000	R\$ 4.096,00
LUIZ CARLOS PAZDZIORA		1.1.02.0.0068.0.001	R\$ 4.096,00
IRINEU BRAZ DE OLIVEIRA		1.1.02.0.0083.0.001	R\$ 4.096,00
LIDIA MICHAHOUSKI		1.1.02.0.0098.0.001	R\$ 4.096,00
IRINEU SAMPAIO		1.1.02.0.0113.0.001	R\$ 4.096,00
PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS-ARTEFATOS DE CIMENTO E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA		1.1.02.0.0128.0.000	R\$ 4.096,00
DANIEL APPEL		1.1.02.0.0143.0.001	R\$ 4.096,00
ALINE ALESSANDRA SWIDZINSKI		1.1.02.0.0158.0.001	R\$ 4.096,00
LUIS DARIO KOZOWSKI		1.1.02.0.0173.0.001	R\$ 4.096,00
LUCI MARA RODRIGUES DE LIMA		1.1.02.0.0228.0.001	R\$ 4.096,00
TOTAL			R\$101.808,00

11. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

11.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis – SC, 06 de abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020 - PM

Publicação Nº 2432763

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2020

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 29 de abril de 2020, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço Por Item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO UTILITÁRIO, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, CONFORME CONVÊNIO MAPA Nº 886188/2019, PROPOSTA 04996/2019". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 07 de abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

031/2020- AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA

Publicação Nº 2432988

Decreto nº 031/2020, de 06 de abril de 2020.

INSTITUI E REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, NO MUNICÍPIO DE ITÁ – SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a situação epidemiológica mundial e brasileira e a declaração de situação de PANDEMIA pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)”;

CONSIDERANDO a necessidade de ações de prevenção para evitar a ocorrência de transmissão e óbitos por Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 188 de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

CONSIDERANDO, que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública relativamente à União para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a Medida Cautelar 6357 do STF, que CONCEDE A MEDIDA CAUTELAR na ação direta de inconstitucionalidade, para CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, caput, in fine e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020 da União, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19.

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, que “Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências”.

CONSIDERANDO que, no dia 30 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 535, que “Altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências”.

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo 18.332 (DOESC nº 21.228, de 24 de março de 2020), que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação no âmbito municipal do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO o teor dos Decretos Municipais nº 18/2020 de 17/03/2020, 19/2020 de 18/03/2020, 24/2020 de 24/03/2020 e 25/2020 de 31/03/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento durante o exercício de 2020, da situação econômica do país e do Estado de Santa Catarina, que terá reflexo principalmente nas maiores receitas do Município, como as transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Imposto sobre circulação de Mercadorias – ICMS e demais receitas públicas do Município;

CONSIDERANDO o Art. 35 da Constituição Federal do Brasil, CFB, (...) que define prazos para encaminhamento e devolução das peças orçamentárias:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será

encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal 39/2007 de 15 de agosto de 2007 que define os prazos para elaboração e devolução das peças orçamentárias do Município;

CONSIDERANDO o Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. § 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

(....)

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que

(...)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade definição das providências a serem adotadas durante o período em que perdurar a situação de emergência de saúde pública, decorrentes do coronavírus, com objetivo de garantir a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Itá - SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Itá - SC, a Audiência Pública na forma eletrônica, como instrumento de transparência da gestão fiscal, para discussão e elaboração dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A ferramenta eletrônica utilizada para realização das audiências públicas deve oferecer amplo acesso público, como forma de incentivo à participação popular, ficando também garantido o direito de manifestação através dos seguintes meios eletrônicos:

I - via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no site do município de Itá - SC.

II – via Lei de Acesso a Informação – LAI - disponível no site do município de Itá - SC.

III – por e-mail oficial do Município.

§ 2º As manifestações de que tratam os incisos I, II e III do parágrafo primeiro desse artigo, devem ser registradas até o dia imediatamente anterior a realização da audiência pública, para que seja possível, em tempo hábil, a análise e/ou inclusão das manifestações.

§ 3º A ata de realização da Audiência Pública, será elaborada e juntada a confirmação das participações dos usuários, na forma eletrônica escolhida pelos mesmos.

Art. 2º Fica assegurada a ampla divulgação do Edital de Convite Audiência Pública eletrônica, nas mídias em geral e nos meios eletrônicos oficiais do Município, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º O Edital de convite de que trata o caput desse artigo, irá estabelecer no mínimo:

I - Data e horário da realização;

II - Objetivo;

III - Meios de coletas de dados e manifestações;

IV - Endereço eletrônico;

V - Outras informações relevantes.

Art. 3º Sem prejuízo de outras medidas legais passíveis de serem adotadas, em atenção aos esforços de contenção à propagação da infecção pela COVID-19, as audiências públicas, inclusive para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, ficará disponível no link oficial do Município, para acesso via internet, inclusive na Casa Legislativa Municipal, quando esta estiver em funcionamento presencial.

Art. 4º A Audiência Pública realizada, será divulgada, no sítio eletrônico oficial do Município, com link de acesso a partir da página inicial, e ficará disponível por um período mínimo de 5 anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 03 de Abril de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

AVISO DE ADENDO 01 AO PL 021/2020

Publicação Nº 2432614

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020
REGISTRO DE PREÇOS
ADENDO 01

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público, NOVA DATA DE REALIZAÇÃO, da licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços, para aquisição de sementes forrageiras e de adubação verde para distribuição aos agricultores do Município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 24 de abril de 2020 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá - SC, 07 de abril de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

AVISO DE ADENDO AO PL 019/2020

Publicação Nº 2432617

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020
ADENDO 01

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público, NOVA DATA DE REALIZAÇÃO, da licitação, na modalidade Pregão Presencial, para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores (internet), por meio de cabos, modems, fibras ópticas, roteadores e demais equipamentos que se fizerem necessários à prestação do serviço. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 27 de abril de 2020 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá-SC, 07 de abril de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

CONVITE

Publicação Nº 2432990

EDITAL CONVITE

O Poder Executivo Municipal de Itá convida toda a população para participar da Audiência Pública Eletrônica para elaboração e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 e decreto municipal n.º 031/2020 de 06 de abril de 2020 no seguinte formato:

Data e horário da realização: 14 de abril de 2020, das 14h00 às 14h40

Objetivo: Audiência Pública Eletrônica Elaboração Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021

Meios de coletas de dados e manifestações: Sala Virtual, email, ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Endereço eletrônico:

Audiência Pública Eletrônica

Uma iniciativa do Município de Itá

Venha Participar da Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2021

Aberto ao público

Município de Itá SC está convidando você para uma reunião Zoom agendada.

Tópico: Audiência Pública LDO

Hora: 14 abr 2020 14:00 horas

Entrar na reunião Zoom

<https://zoom.us/j/869887939?pwd=MXZ0c2NITXp1L0lxTjAwdzRVVjNKQT09>

ID da reunião: 869 887 939

Senha: 3euZdm

IMPORTANTE:

- Desligar o microfone durante a Audiência
- Usar o chat para as perguntas

Alem da participação na Sala Virtual, sugestões e manifestações também podem ser enviados através dos seguintes meios eletrônicos, conforme § 1 do artigo 1 do decreto 031/2020:

I - via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv no link <http://ita.sc.gov.br/servicos/14-ouvidoria>;

II – via Lei de Acesso a Informação – LAI, por meio do link <https://lai.fecam.org.br/ita>;

III – por e-mail oficial do Município - Ido2021@ita.sc.gov.br.

Outras informações relevantes:

I - Quando da Elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2021 será realizada nova audiência pública, com revisão das metas e prioridades da Lei de Diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual, com o objetivo da compatibilização das metas físicas e financeiras.

II – No site do município será disponibilizado link para consulta da minuta do projeto de lei, estimativa da receita e da Fixação da Despesa com base nos valores constantes do PPA 2018-2021 entre outros documentos julgados relevantes.

Itá SC, 07 de abril de 2020

Jairo Luiz Sartoretto

Prefeito Municipal

DECRETO N. 029/2020

Publicação Nº 2433024

Decreto nº 029/2020, de 03 de abril de 2020.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.612, de 20 de dezembro de 2019 e do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.612/2019, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.006 – Manter Atividades Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.3054 Aplicações Diretas 10.000,00

4.4.90.00.00.00.3055 Aplicações Diretas 16.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 32.172,64 (trinta e dois mil, cento setenta e dois reais, sessenta e quatro centavos), utilizando como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.612/2019, e inciso II, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção da Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.1238 Aplicações Diretas 17.943,35

3.3.90.00.00.00.1102 Aplicações Diretas 14.229,29

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 03 de Abril de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 030/2020

Publicação Nº 2433025

DECRETO Nº 030 de 06 de Abril de 2020.

Regulamenta o art. 8º da Lei 2.386 de 06 de Maio de 2015 e dá outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que no ano de 2015 o Município de Itá editou a Lei 2.386 de 06 de maio de 2015 que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO BRASIL E A CONCEDER AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS MÉDICOS PARTICIPANTES;

CONSIDERANDO que tal legislação determinou como se daria a adesão ao Programa Mais Médicos, inclusive com os valores os quais o Município poderia repassar aos profissionais a título de auxílio financeiro e despesas com alimentação, totalizando o montante de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei 2.286 de 06 de Maio de 2015 disciplinou que os valores seriam reajustados anualmente pelo INPC;

CONSIDERANDO que até a presente data não houve atualização destes valores:

CONSIDERANDO a necessidade de atualização;

CONSIDERANDO que o cálculo de atualização no que diz respeito ao auxílio financeiro chega ao montante de R\$ 1.876,50 (mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) e de despesas com alimentação ao valor de R\$ 1.251,00 (mil duzentos e cinquenta e um reais).

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor do auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia previsto no art. 2º da Lei 2.386/2015 para R\$ 1.876,50 (mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

Art. 2º Fica reajustado o valor do auxílio financeiro mensal para o custeio de despesas com alimentação previsto no art. 3º da Lei 2.386/2015 para R\$ 1.251,00 (mil duzentos e cinquenta e um reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 06 de Abril de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N. 031/2020

Publicação Nº 2433035

Decreto nº 031/2020, de 06 de abril de 2020.

INSTITUI E REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, NO MUNICÍPIO DE ITÁ – SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a situação epidemiológica mundial e brasileira e a declaração de situação de PANDEMIA pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)”;

CONSIDERANDO a necessidade de ações de prevenção para evitar a ocorrência de transmissão e óbitos por Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 188 de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

CONSIDERANDO, que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública relativamente à União para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a Medida Cautelar 6357 do STF, que CONCEDE A MEDIDA CAUTELAR na ação direta de inconstitucionalidade, para CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, caput, in fine e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020 da União, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19.

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, que "Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências".

CONSIDERANDO que, no dia 30 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 535, que "Altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências".

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo 18.332 (DOESC nº 21.228, de 24 de março de 2020), que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação no âmbito municipal do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO o teor dos Decretos Municipais nº 18/2020 de 17/03/2020, 19/2020 de 18/03/2020, 24/2020 de 24/03/2020 e 25/2020 de 31/03/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento durante o exercício de 2020, da situação econômica do país e do Estado de Santa Catarina, que terá reflexo principalmente nas maiores receitas do Município, como as transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Imposto sobre circulação de Mercadorias – ICMS e demais receitas públicas do Município;

CONSIDERANDO o Art. 35 da Constituição Federal do Brasil, CFB, (...) que define prazos para encaminhamento e devolução das peças orçamentárias:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal 39/2007 de 15 de agosto de 2007 que define os prazos para elaboração e devolução das peças orçamentárias do Município;

CONSIDERANDO o Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. § 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

(....)

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que

(...)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de definição das providências a serem adotadas durante o período em que perdurar a situação de emergência de saúde pública, decorrentes do coronavírus, com objetivo de garantir a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Itá - SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Itá - SC, a Audiência Pública na forma eletrônica, como instrumento de transparência da gestão fiscal, para discussão e elaboração dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A ferramenta eletrônica utilizada para realização das audiências públicas deve oferecer amplo acesso público, como forma de incentivo à participação popular, ficando também garantido o direito de manifestação através dos seguintes meios eletrônicos:

I - via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no site do município de Itá - SC.

II – via Lei de Acesso a Informação – LAI - disponível no site do município de Itá - SC.

III – por e-mail oficial do Município.

§ 2º As manifestações de que tratam os incisos I, II e III do parágrafo primeiro desse artigo, devem ser registradas até o dia imediatamente anterior a realização da audiência pública, para que seja possível, em tempo hábil, a análise e/ou inclusão das manifestações.

§ 3º A ata de realização da Audiência Pública, será elaborada e juntada a confirmação das participações dos usuários, na forma eletrônica escolhida pelos mesmos.

Art. 2º Fica assegurada a ampla divulgação do Edital de Convite Audiência Pública eletrônica, nas mídias em geral e nos meios eletrônicos oficiais do Município, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º O Edital de convite de que trata o caput desse artigo, irá estabelecer no mínimo:

I - Data e horário da realização;

II - Objetivo;

III - Meios de coletas de dados e manifestações;

IV - Endereço eletrônico;

V - Outras informações relevantes.

Art. 3º Sem prejuízo de outras medidas legais passíveis de serem adotadas, em atenção aos esforços de contenção à propagação da infecção pela COVID-19, as audiências públicas, inclusive para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, ficará disponível no link oficial do Município, para acesso via internet, inclusive na Casa Legislativa Municipal, quando esta estiver em funcionamento presencial.

Art. 4º A Audiência Pública realizada, será divulgada, no sítio eletrônico oficial do Município, com link de acesso a partir da página inicial, e ficará disponível por um período mínimo de 5 anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 03 de Abril de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA DE SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE 021/2020

Publicação Nº 2433180

PORTARIA N.º 021/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Altera a portaria nº 019 de 2020, para estabelecer adequação quanto ao prazo de suspensão das atividades do poder legislativo

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ – SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO as alterações provenientes do DECRETO estadual de nº.: 550 de 07 de abril do ano de 2020 o qual prorrogou as medidas de suspensão de atividades e manutenção de isolamento;

DETERMINA

A alteração do art. 1º da portaria 019/2020 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Está suspensa a realização presencial de Sessões Ordinárias, Solenes e Extraordinárias, reuniões de Comissões e as Audiências Públicas desta Câmara de Vereadores, no período determinado pelo Decreto 550, de 07 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina.

Os demais termos da portaria 019/2020 continuam em vigor.

ITÁ/SC 07 de abril de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente da Câmara de Vereadores

Itapema

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 129 - PROCESSO 073.2020 – HOMOLOGAÇÃO (AMFRI)

Publicação Nº 2433122

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 073/2020, Dispensa de Licitação nº 05.035.2020

DO OBJETO: Contratação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário - Gestão do CIM-AMFRI", cujo objeto se refere à promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de serviços e de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram, em especial nas áreas de agricultura e pesca, saneamento e meio ambiente, infraestrutura e mobilidade urbana, segurança pública, educação, inovação tecnológica, esporte, cultura e administração tributária, além de outros que vierem a ser definidos posteriormente pela assembleia geral do CIM-AMFRI.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI

CNPJ: 32.980.376/0001-04

DO VALOR: R\$ 240.231,92 (duzentos e quarenta mil duzentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2020

Itapema, 03 de abril de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 46, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433236

DECRETO Nº 46, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Itapiranga, SC, no dia 09 de abril de 2020.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 07 de abril de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 47, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433238

DECRETO Nº 47, DE 07 DE ABRIL DE 2020

ALTERA OS DECRETOS Nº 37, DE 18 DE MARÇO DE 2020 E Nº 38, DE 19 DE MARÇO DE 2020, PARA ESTABELECEM NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XVIII do art. 59, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a alteração de prazo do Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 12, do Decreto nº 37, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 Para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada no art. 11 deste Decreto, ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 5 (cinco) dias, a contar de 08 de abril de 2020;” (NR).

Art. 2º O art. 1º do Decreto nº 38, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam suspensas as atividades e serviços públicos não essenciais no âmbito municipal pelo período de 05 (cinco) dias, a contar de 08 de abril de 2020.” (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, mantidas as disposições dos Decretos nº 37, de 18 março de 2020, nº 38, 19 de março de 2020, nº 39, de 25 de março de 2020, de nº 40, de 25 de março de 2020 e de nº 43, de 31 de março de 2020.

Itapiranga, 07 de abril de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4397, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432710

DECRETO MUNICIPAL Nº 4397, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Nomeia Assessora Especial das ações da fazenda e do contencioso da Procuradoria Jurídica.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Marcele de Almeida Rodrigues no cargo de Assessora Especial das ações da fazenda e do contencioso da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPALJADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
CHEFE DE GABINETE

LEI MUNICIPAL Nº 984, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432519

LEI MUNICIPAL Nº 984, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Altera a Lei Municipal Nº 750, 04 de dezembro de 2017, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia da União e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado artigo 2º da Lei Municipal Nº 750, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantia à própria garantia da União, à operação de crédito de que regula esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, de modo pro-solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantia a garantia da União, à operação de crédito de que regula esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, de modo pro-solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito. (NR)

Art. 2º Fica incluído parágrafo único ao artigo 2º da Lei Municipal Nº 750, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

Parágrafo único. A contra garantia, ora vinculada à União, nos mesmos termos, será oferecida, também, à Instituição financeira credora em caráter complementar para a cobertura das obrigações, principais e acessórias não cobertas pela União nos Termos do contrato de garantia a ser celebrado em decorrência da operação de crédito objeto desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 06 de abril de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito MunicipalJADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 32/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2019 (2º ADITIVO)

Publicação Nº 2432706

TERMO ADITIVO Nº 32/2020 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2019. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Turismo e Cultura, a Sra. ANGELA MARIA PUERARI, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 683.078.539-15 e CI.RG nº 12R.2.542.125, residente e domiciliada à Avenida Celso Ramos, nº 2.050, Bairro: Brasília, neste Município, e, de outro lado a Empresa PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede à Avenida Rolf Wiest, nº 277 - Conj. 403/405, Bairro: Bom Retiro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.223-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.589.125/0001-03 e Inscrição Estadual: 256.608.466, representada neste ato pelo procurador, o Sr. GABRIEL ROSSINI SIMÕES, portador do CNPF/MF nº 440.694.918-64 e do CI.RG nº 45.477.431-X SSP/SP, aqui

denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada para execução da praça "Memorial dos Pioneiros", localizada no Balneário Jardim Perola do Atlântico neste Município de Itapoá, com metragem total de 2.897,73 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 11/2019 - PROCESSO Nº 59/2019, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 87/2019, em 60 (sessenta) dias contados a partir do dia 08/04/2020, conforme justificativa e parecer técnico, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 87/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 87/2019, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 07 de abril de 2020.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC ANGELA MARIA PUERARI SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA	CONTRATADA PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA GABRIEL ROSSINI SIMÕES
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SUELLEN PATRICIA DOS SANTOS ENGENHEIRA CIVIL FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2432709

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, o candidato relacionado abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
20/03 – 14:24	Nathalia Coelho H. Cremasco	Enfermeiro

O convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);

- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 07 de abril de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 134/2020 - DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS EM COMPLEMENTO AOS DECRETOS LEGISLATIVOS Nº 130, 131 E 132 DE 2020.**

Publicação Nº 2433253



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ
Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, Itapema do Norte – Itapoá/SC
CEP 89249-000 - Telefone: (47) 3443-6146 – Celular: (47) 99668-5690
E-mail: contato@camaraitapoa.sc.gov.br - Site: www.camaraitapoa.sc.gov.br

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 134/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.**

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS EM COMPLEMENTO AOS DECRETOS LEGISLATIVOS Nº 130, 131 E 132 DE 2020.

Ezequiel de Andrade, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 507, de 16 de março de 2020, assinado pelo Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina Senhor Carlos Moisés da Silva, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19), nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;

CONSIDERANDO as determinações contidas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, assinado pelo Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina Senhor Carlos Moisés da Silva, que suspende, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias, as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4356, de 16 de março de 2020, assinado e publicado pelo Excelentíssimo Prefeito de Itapoá-SC Senhor Marlon Roberto Neuber, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria No 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara

Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a decretação de situação de calamidade pública em todo país no dia 20 de março de 2020, conforme Decreto n. 06 de 2020, publicado no Diário Oficial da União;

CONSIDERANDO que desde a edição do Decreto Legislativo n. 132/2020, desta Câmara Municipal de Itapoá/SC, a situação no Estado de Santa Catarina se agravou com o aumento de casos de contágio do COVID-19, inclusive com o reconhecimento do contágio comunitário em todo território nacional, e com 417 (quatrocentos e dezessete) casos confirmados no Estado, até o dia de hoje, e 11 (onze) óbitos confirmados decorrentes da referida doença;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade, em termos de saúde pública, de adoção de medidas para evitar a disseminação no novo coronavírus, especialmente com vistas a assegurar o atendimento de saúde adequado aos grupos mais vulneráveis;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos pelo prazo de 7 (sete) dias o trabalho interno na estrutura física Câmara Municipal de Itapoá, a contar do dia 08 de abril de 2020, sendo que o servidores desta Casa cumprirão pelo referido período expediente em trabalho remoto.

Parágrafo único. Ficam mantidas as demais disposições expostas nos Decretos Legislativos nº 130, 131 e 132, todos de 2020, emitidos por esta Casa Legislativa.

Art. 2º Os casos omissões serão resolvidos pelas chefias imediatas, e em última instância administrativa, serão analisados e resolvidos pelo Presidente da Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 07 de abril de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE Presidente [assinado digitalmente]	JOSÉ MARIA CALDEIRA 1º Secretário [assinado digitalmente]
GERALDO RENE BEHLAU WEBER 2º Secretário [assinado digitalmente]	

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site

Decreto Legislativo nº 134/2020 – medidas de prevenção e combate ao contágio do COVID-19 em complemento aos Decretos Legislativos nº 130, 131 e 132, todo de 2020.

Fls. 2/3

<http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Decreto Legislativo nº 134/2020 – medidas de prevenção e combate ao contágio do COVID-19 em complemento aos Decretos
Legislativos nº 130, 131 e 132, todo de 2020.

Fls. 3/3

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 41, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433387

DECRETO Nº 41, DE 08 DE ABRIL DE 2020

"ALTERA O DECRETO N.º 34, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de 30 de março de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O art. 7º do Decreto Municipal n.º 34, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Ficam suspensas, em todo o Município de Ituporanga, sob o regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da lei federal n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020:

I – pelo período de 5 (cinco) dias, contados a partir de 08 de abril de 2020:

..... " (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 08 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

HUGO TEIXEIRA
Procurador Geral Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2020

Publicação Nº 2432442

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2020

A Prefeitura do Município de Ituporanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.640/0001-30, através da Secretaria da Administração, e

Considerando a situação de emergência em razão da Pandemia instaurada pelo Coronavírus – Covid-19 – conforme Decreto Estadual 525/20 e os Decretos Municipais 32/2020 e seguintes sobre o mesmo tema;

Considerando que os profissionais do Processo Seletivo nº 01/2020 não supriram as necessidades da administração, havendo cargos em que houve eliminação de 100% dos inscritos, que não obtiveram sequer a nota mínima de corte;

Considerando as desistências de servidores em relação ao horário de trabalho e regime de urgência necessário nesta época de COVID-19;

Considerando que diversos servidores estão afastados em função de estarem no grupo de risco;

Considerando que não haverá tempo hábil para realização de concurso público, que já está em andamento, diga-se, mediante editais de concurso nº 01, 02 e 03/2020;

Considerando que a Carta Magna dispõe que é obrigação do Estado a manutenção do serviço público de forma adequada, prevendo, em seu artigo 175, que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos,

Considerando que a Lei 7.783, de 28 de junho de 1989 dispõe sobre quais são os serviços essenciais, indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, inverbis:

"Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:

(...)

II — assistência médica e hospitalar."

Considerando que, muito embora haja determinação judicial para o Município abster-se de realizar a contratação de servidores temporários, havendo inclusive prazo para a manutenção destes no quadro (em função da decisão exarada nos autos do Processo 0900161-07.2018.8.24.0035), a ausência de pessoas para cumprir o mister torna precário o atendimento na Secretaria da Saúde, inviabilizando o cumprimento da lei no que diz respeito à continuidade do serviço;

Considerando a crescente demanda de casos suspeitos de COVID-19, que demandam atendimento eficiente e ágil por parte da Secretaria da Saúde;

TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Chamada Pública para contratação de pessoal por prazo determinado, conforme quadro constante do Anexo I, parte integrante deste Edital, e em obediência dos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa.

A coordenação técnico/administrativa desta Chamada Pública será de responsabilidade da Secretaria da Administração.

A seleção dos candidatos acontecerá conforme dados abaixo:

Local: Prefeitura Municipal de Ituporanga – recepção/setor de protocolo

Data: 09/04/2020 (quinta-feira), nos seguintes horários:

Médicos: das 8 às 10 horas.

Enfermeiros: das 10 às 12 horas.

Técnicos em enfermagem: das 14 às 17h

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado em situação de excepcionalidade, considerando os motivos expostos no preâmbulo deste edital.

1.2 Observado o disposto no item 1.1, os candidatos serão convocados e dispensados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria da Administração, tocando, contudo, à Secretaria da Saúde a definição da jornada de trabalho, bem como do local de trabalho do profissional.

2. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

2.1 Os candidatos deverão comparecer na recepção da Prefeitura (setor de protocolo), nos horários descritos no item 2.8, munidos dos documentos abaixo:

- a) Documento de identidade oficial com foto (original);
- b) Certificado de conclusão do curso exigido para o cargo (ou cópia);
- c) Comprovante de experiência na área de atuação, se tiver (atestado de capacidade técnica, certificado de conclusão em cursos, registro na CTPS, certidão de tempo de serviço – em caso de serviço público).

2.2 Serão considerados como critérios de desempate e classificação dos candidatos:

1º. Maior experiência comprovada na área de atuação (atestado de capacidade técnica, cursos, registro em carteira de trabalho, tempo de serviço no serviço público);

2º. Maior idade.

2.3 Em até 48 (quarenta e oito) horas após a seleção, o candidato deverá encaminhar, digitalizados em arquivo .pdf, para o e-mail: rh@ituporanga.sc.gov.br, com o assunto: documentos de admissão – nome do servidor, os seguintes documentos:

- a) Cópia do RG ou documento de identidade oficial com foto;
- b) Cópia do CPF.
- c) Cópia do Título Eleitor.
- d) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais – www.tre-sc.jus.br ou no cartório eleitoral.
- e) Carteira Profissional de Trabalho.
- f) Cópia PIS/PASEP.
- g) Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento.
- h) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos.
- i) Cópia quitação com as obrigações militares (certificado de reservista) - homens com menos de 45 anos.
- j) Cópia Comprovante de residência.
- k) Declaração de Antecedentes Criminais.
- l) Certidão de regularidade junto ao órgão de classe.
- m) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos (fornecida pelo RH da Prefeitura, deverá ser solicitada por e-mail - rh@ituporanga.sc.gov.br - após a entrega da documentação acima).
- n) No caso de acumulação legal de cargo, função emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária.

2.4 A inércia na apresentação da documentação solicitada no item 2.3 caracteriza desistência por parte do candidato, autorizando a Administração a chamar o imediatamente seguinte, conforme classificação.

2.5 Caso não haja candidatos interessados (zero), a chamada pública ocorrerá no dia seguinte, nos mesmos horários e locais, e assim sucessivamente até que sejam preenchidas as vagas disponíveis.

2.6 A relação de candidatos selecionados e expectantes em cadastro reserva será publicada no site www.ituporanga.sc.gov.br.

2.7 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo, a saber, titulação necessária e todos os documentos constantes do item 2.4 deste edital, antes de participar da seleção.

2.8 A fim de não acarretar aglomeração de pessoas, deverão apresentar-se os interessados nos horários abaixo:

Médicos: das 8 às 10 horas.

Enfermeiros: das 10 às 12 horas.

Técnicos em enfermagem: das 14 às 17h

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O comparecimento à seleção deverá ser pessoal, não se admitindo participação por e-mail, nem tampouco por procuração ou outro meio de representação.

3.2 Casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.3 O presente Edital, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos através do telefone (47) 3533-1878 e e-mail: saude@ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 06 de abril de 2020.

Gervásio Maciel
Prefeito em Exercício

Lia Caroline Miguel
Secretária da Administração

Elisangela Scheidt Roncalio
Secretária de Saúde

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS PARA PROVI- MENTO
Técnico de Enfermagem ESF	2 + CR	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.420,23 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Ensino Médio completo e Curso Técnico em Enferma- gem; e Habilitação legal para o exercício da profissão de Técnico em Enfermagem
Enfermeiro ESF	1 + CR	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.775,21 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Ensino Superior completo e habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro.
Médico	3 + CR	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 15.607,86 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Ensino Superior completo e habilitação legal para o exer- cício da profissão de Médico.

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO DO PREGÃO Nº. 7/2019 PROCESSO: 12/2019

Publicação Nº 2432607

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO nº. 7/2019
Processo: 12/2019

3º Termo Aditivo Pregão Presencial nº 7/2019. Contratante: MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: OBJETIVA CONCURSOS LTDA, CNPJ nº 00.849.426/0001-14. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA QUE OFEREÇA ENSINO SUPERIOR, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COMPOSTO DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Espécie: Aditivo de Prazo. Pregão Presencial nº 7/2019. O presente termo aditivo, objetiva a alteração do prazo contratual, passando o vencimento para o dia

30/06/2020. Fundamento Legal: art. 65, inciso I, letra b, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 08 de abril de 2020. Gervasio Jose Maciel – Prefeito em exercício.

PORTARIA Nº 880, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432736

PORTARIA Nº 880, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, o servidor MARIO CESAR CORREA, ocupante de cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeado pela Portaria nº 879, de 02 de abril de 2020.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 881, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432738

PORTARIA Nº 881, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, o servidor GUSTAVO REGIS BATISTA DE QUEIROZ, ocupante de cargo em caráter temporário de VIGIA, nomeado pela Portaria nº 1.484, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de março de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 882, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432739

PORTARIA Nº 882, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, a servidora JOSIANE CAREN VENÂNCIO COELHO, ocupante de cargo em caráter temporário de ATENDENTE DE FARMÁCIA, nomeada pela Portaria nº 1.485, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de março de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 883, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432740

PORTARIA Nº 883, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, o servidor OSCAR JESUÍNO, ocupante de cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeado pela Portaria nº 1.484, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 886, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432743

PORTARIA Nº 886, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, a servidora ESALTINA CIPRIANI, ocupante de cargo em caráter temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nomeada pela Portaria nº 1.485, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de março de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 887, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432744

PORTARIA Nº 887, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, a servidora VANDERLEIA DA SILVA ROHLING, ocupante de cargo em caráter temporário de PROFESSOR III, nomeada pela Portaria nº 722, de 20 de março de 2020.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 888, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432746

PORTARIA Nº 888, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, o servidor JAIR ROBERTO VANDRESEN, ocupante de cargo em caráter temporário de SERVENTE, na Fundação FEXPONACE, nomeado pela Portaria nº 707, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 889, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432747

PORTARIA Nº 889, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, o servidor ANILTON AUGUSTINHO PEREIRA, ocupante de cargo em caráter temporário de SERVENTE, na Fundação FEXPONACE, nomeado pela Portaria nº 706, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 890, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432748

PORTARIA Nº 890, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, a servidora MARIELI MARIA ENGSTER, ocupante de cargo em caráter temporário de PROFESSOR I, nomeada pela Portaria nº 721, de 20 de março de 2020.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretário de Educação

PORTARIA Nº 892, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432749

PORTARIA Nº 892, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, o servidor PAULO CESAR MOHR, ocupante de cargo em comissão de DIRETOR DE EVENTOS, TURISMO E ESPORTE, na Fundação FEXPONACE, nomeado pela Portaria nº 1.019, de 23 de outubro de 2018.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2019.

Ituporanga, SC, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 893, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432750

PORTARIA Nº 893, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR PAULO CESAR MOHR para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE ESPORTE E TURISMO, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de Outubro de 2019.

Ituporanga, 02 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária de Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 894, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432726

PORTARIA Nº 894, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, e
Considerando que a Portaria nº 924/2019 havia nomeado a Secretária da Educação apenas de forma interina,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR SANDRA REGINA BERNES CLASEN para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Art. 3º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 924 de 29 de julho de 2019.

Ituporanga, 6 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 895, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432728

PORTARIA Nº 895, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, e
Considerando que a Portaria nº 962/2019 havia nomeado a Chefe de Gabinete apenas de forma interina,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR HELIO GOSS DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE GABINETE, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Art. 3º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 962 de 30 de julho de 2019.

Ituporanga, 6 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 896, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432729

PORTARIA Nº 896, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, e
Considerando que a Portaria nº 963/2019 havia nomeado a Secretário do Planejamento apenas de forma interina,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR VILMAR SCHWAMBACH para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 31 de julho de 2019.
Art. 3º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 963 de 31 de julho de 2019.

Ituporanga, 6 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 897, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432731

PORTARIA Nº 897, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, e
Considerando que a Portaria nº 1.185/2019 havia nomeado a Secretário da Fazenda apenas de forma interina,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR NILSON WERTER para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO DA FAZENDA, com jornada de trabalho de 40 horas.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 20 de setembro de 2019.
Art. 3º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 1.185 de 20 de setembro de 2019.

Ituporanga, 6 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.892/2020

Publicação Nº 2433320

Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaborá em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 102, VIII e XXX da Lei Orgânica do Município conforme o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e, ainda, Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020, o 525, de 23 de março de 2020, 534, de 26 de março de 2020 e o Decreto 535, de 30 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1.887 de 26 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e os Decretos Municipais nº 1885, de 17 de março de 2020, 1886, de 19 de março de 2020, Decreto 1.888/2020, de 31 de março de 2020 e o Decreto nº 1.889/2020, de 31 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 1.885 de 17 de março de 2020, que estabeleceu medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de férias coletivas de 15 (quinze) dias, aos professores efetivos da rede pública municipal, servidores efetivos e comissionados, com direito à fruição, da Secretaria Municipal de Educação, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias antecipadas de 15 (quinze) dias aos professores temporários (ACTs) da rede pública municipal e servidores temporários (ACTs) da Secretaria Municipal de Educação, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III - Concessão de férias normais de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, comissionados e servidores temporários (ACTs), com direito à fruição, abrangendo os servidores das demais Secretarias Municipais e unidades Administrativas, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

IV – Concessão de férias antecipadas de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, comissionados e servidores temporários (ACTs), abrangendo os servidores das demais Secretarias Municipais e unidades Administrativas, com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em Secretarias Municipais e unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais ao cargo do Município.

§ 3º Qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo do adiamento do recesso escolar, estabelecido no Decreto Municipal nº 1.886 de 19 de março de 2020.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 6º As férias coletivas ou individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º.

§ 6º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração até o dia 03 de abril de 2020, a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho, bem como a relação de servidores que deverão entrar em férias.

§ 7º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 8º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho à distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 9º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 10. Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas 17 de março de 2020 (data de edição do decreto municipal n. 1.885/2020) até a data de entrada em vigor deste Decreto, é considerado como ponto facultativo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaborá (SC), em 03 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ(SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá,
em 03/abril/2020.

ADELIR MANOEL INACIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 08/04/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº 034 DE 07 DE ABRIL DE 2020**

Publicação Nº 2433044

DECRETO Nº 034 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE MEDIDA RESTRITIVA ESPECÍFICA E CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E AS RESPECTIVAMENTE VINCULADAS, EM ATENÇÃO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECLARADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE:

Considerando a declaração de situação de emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do Covid-19, declarada pelo Decreto Municipal nº 27, de 18 de março de 2020 e suas alterações/prorrogações, Decreto Municipal nº 28, de 25 de março de 2020 e o Decreto Municipal nº 32 de 01 de abril de 2020;

Considerando que o Decreto nº 509 do Estado de Santa Catarina suspendeu, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, inclusive as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior;

Considerando as orientações da Federação Catarinense dos Municípios;

Considerando a veemente possibilidade de prorrogação do lapso temporal referente às medidas de suspensão das atividades educacionais:

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada por tempo indeterminado a medida para enfrentamento da emergência de saúde pública prevista no art. 2º, II, do Decreto Municipal nº 28, de 25 de Março de 2020.

Parágrafo Único: A cessação da medida acima descrita poderá ocorrer a qualquer tempo, em razão do interesse público e mediante determinações emanadas do Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 2º. Os servidores públicos municipais vinculados ao Magistério Público Municipal, afastados das atividades em decorrência da situação de emergência em saúde pública, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Diante da situação fática extraordinária, o período decorrido entre 19 de Março de 2020 e 02 de Abril de 2020, resta caracterizado, para todos os efeitos, como antecipação do recesso escolar, ordinariamente cumprido em Julho;

II – Concessão de férias antecipadas de 15 (quinze) dias aos servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente que exerçam suas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação, nestes compreendidos os auxiliares de ensino, ainda que com período aquisitivo incompleto, a contar da presente data.

§ 1º O pagamento da remuneração das férias, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 2º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 3º As férias poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 01

Publicação Nº 2432575

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.500.000,00	39.500.000,00	6.296.475,12	15,94	6.296.475,12	15,94
RECEITAS CORRENTES	36.935.000,00	36.935.000,00	5.506.196,54	14,91	5.506.196,54	14,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.036.000,00	4.036.000,00	478.135,66	11,85	478.135,66	11,85
IMPOSTOS	2.916.000,00	2.916.000,00	370.965,39	12,72	370.965,39	12,72
TAXAS	600.000,00	600.000,00	36.127,42	6,02	36.127,42	6,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	520.000,00	520.000,00	71.042,85	13,66	71.042,85	13,66
RECEITA PATRIMONIAL	126.200,00	126.200,00	16.253,18	12,88	16.253,18	12,88
VALORES MOBILIÁRIOS	126.200,00	126.200,00	16.253,18	12,88	16.253,18	12,88
RECEITA AGROPECUÁRIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.590.000,00	1.590.000,00	191.176,15	12,02	191.176,15	12,02
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.480.000,00	1.480.000,00	181.420,15	12,26	181.420,15	12,26
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAÚDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	9.756,00	9,76	9.756,00	9,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.642.000,00	30.642.000,00	4.687.848,86	15,30	4.687.848,86	15,30
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.158.000,00	14.158.000,00	2.102.714,41	14,85	2.102.714,41	14,85
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.937.000,00	9.937.000,00	1.397.478,57	14,06	1.397.478,57	14,06
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	6.535.000,00	6.535.000,00	1.187.655,88	18,17	1.187.655,88	18,17
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	520.800,00	520.800,00	132.782,69	25,50	132.782,69	25,50
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	147.000,00	147.000,00	14.434,07	9,82	14.434,07	9,82
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	45.000,00	45.000,00	54.137,90	120,31	54.137,90	120,31
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	328.800,00	328.800,00	64.210,72	19,53	64.210,72	19,53
RECEITAS DE CAPITAL	2.565.000,00	2.565.000,00	790.278,58	30,81	790.278,58	30,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.010.000,00	1.010.000,00	90.279,41	8,94	90.279,41	8,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	1.010.000,00	1.010.000,00	90.279,41	8,94	90.279,41	8,94
ALIEÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.495.000,00	1.495.000,00	699.999,17	46,82	699.999,17	46,82
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	405.000,00	405.000,00	699.999,17	172,84	699.999,17	172,84

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.500.000,00	39.500.000,00	6.296.475,12	15,94	6.296.475,12	15,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	39.500.000,00	39.500.000,00	6.296.475,12	15,94	6.296.475,12	15,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	39.500.000,00	39.500.000,00	6.296.475,12	15,94	6.296.475,12	15,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	1.413.220,48	—	—	1.413.220,48	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—
	—	1.413.220,48	—	—	1.413.220,48	—
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	39.500.000,00	39.500.000,00	6.296.475,12	15,94	6.296.475,12	15,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	39.500.000,00	39.500.000,00	6.296.475,12	15,94	6.296.475,12	15,94

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23	3.066.546,06
DESPESAS CORRENTES	33.716.200,00	34.456.271,69	10.887.441,10	10.887.441,10	23.568.830,59	4.447.246,29	4.447.246,29	30.009.025,40	2.890.727,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.380.500,00	18.661.056,96	2.947.677,42	2.947.677,42	15.713.379,54	2.947.677,42	2.947.677,42	15.713.379,54	1.862.621,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	202.000,00	202.000,00	11.192,47	11.192,47	190.807,53	11.192,47	11.192,47	190.807,53	11.192,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.133.700,00	15.593.214,73	7.928.571,21	7.928.571,21	7.664.643,52	1.488.376,40	1.488.376,40	14.104.838,33	1.016.913,33
DESPESAS DE CAPITAL	5.738.800,00	7.164.146,26	876.242,33	876.242,33	6.287.903,93	400.355,43	400.355,43	6.763.790,83	175.818,43
INVESTIMENTOS	5.535.800,00	6.961.146,26	810.744,05	810.744,05	6.150.402,21	334.857,15	334.857,15	6.626.289,11	110.320,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	203.000,00	203.000,00	65.498,28	65.498,28	137.501,72	65.498,28	65.498,28	137.501,72	65.498,28

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23	3.066.546,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23	3.066.546,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23	3.066.546,06
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.448.873,40	—	3.229.929,06
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	—	4.847.601,72	6.296.475,12	—	6.296.475,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 601,25

JACINTO MACHADO, 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA - DEC.055/18

ANA A. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 02

Publicação Nº 2432577

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)				100,00	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23
Legislativa	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	100,00	1.322.755,14	188.182,39	188.182,39	1.401.817,61
Ação Legislativa	1.590.000,00	1.590.000,00	258.211,28	2,19	1.331.788,72	188.182,39	188.182,39	1.401.817,61
Administração	3.010.000,00	3.010.000,00	1.248.956,52	10,62	1.761.043,48	394.504,02	394.504,02	2.615.495,98
Administração Geral	2.930.000,00	2.930.000,00	1.237.207,52	10,52	1.692.792,48	388.471,69	388.471,69	2.541.528,31
Defesa Civil	80.000,00	80.000,00	11.749,00	0,10	88.251,00	6.032,33	6.032,33	73.967,67
Assistência Social	1.598.000,00	1.598.000,00	275.244,86	2,34	1.322.755,14	149.422,72	149.422,72	1.448.577,28
Assistência à Criança e ao Adolescente	210.000,00	210.000,00	24.683,65	0,21	185.316,35	20.974,38	20.974,38	189.025,62
Assistência Comunitária	1.388.000,00	1.388.000,00	250.561,21	2,13	1.137.438,79	128.448,34	128.448,34	1.259.551,66
Saúde	6.450.000,00	7.281.713,03	2.882.266,76	24,50	4.399.446,27	1.164.603,92	1.164.603,92	6.117.109,11
Atenção Básica	6.370.000,00	7.201.713,03	2.881.266,32	24,49	4.320.446,71	1.163.603,48	1.163.603,48	6.038.109,55
Vigilância Epidemiológica	80.000,00	80.000,00	1.000,44	0,01	78.999,56	1.000,44	1.000,44	78.999,56
Educação	13.666.600,00	14.277.156,13	3.834.365,89	32,59	10.442.790,24	1.627.494,18	1.627.494,18	12.649.661,95
Alimentação e Nutrição	450.250,00	450.250,00	449.677,19	3,82	572,81	34.188,15	34.188,15	416.061,85
E ensino Fundamental	9.598.750,00	9.909.306,96	2.144.497,22	18,23	7.764.809,74	1.068.905,01	1.068.905,01	8.840.401,95
Educação Infantil	3.287.600,00	3.587.599,17	922.205,98	7,84	2.665.393,19	512.844,32	512.844,32	3.074.754,85
Educação de Jovens e Adultos	330.000,00	330.000,00	317.985,50	2,70	12.014,50	11.556,70	11.556,70	318.443,30
Cultura	615.000,00	615.000,00	32.377,83	0,28	582.622,17	23.530,14	23.530,14	591.469,86
Diffusão Cultural	615.000,00	615.000,00	32.377,83	0,28	582.622,17	23.530,14	23.530,14	591.469,86
Urbanismo	4.948.100,00	4.948.100,00	1.774.923,85	15,09	3.173.176,15	586.170,65	586.170,65	4.361.929,35
Serviços Urbanos	4.948.100,00	4.948.100,00	1.774.923,85	15,09	3.173.176,15	586.170,65	586.170,65	4.361.929,35
Saneamento	1.790.000,00	1.790.000,00	609.949,78	5,19	1.180.050,22	261.974,38	261.974,38	1.528.025,62
Saneamento Básico Urbano	1.790.000,00	1.790.000,00	609.949,78	5,19	1.180.050,22	261.974,38	261.974,38	1.528.025,62
Agricultura	1.220.000,00	1.220.000,00	545.330,36	4,64	674.669,64	210.696,96	210.696,96	1.009.303,04
Extensão Rural	1.220.000,00	1.220.000,00	545.330,36	4,64	674.669,64	210.696,96	210.696,96	1.009.303,04
Indústria	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Propriedade Industrial	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Comércio e Serviços	85.000,00	85.000,00	36.000,00	0,31	49.000,00	0,00	0,00	85.000,00
Turismo	85.000,00	85.000,00	36.000,00	0,31	49.000,00	0,00	0,00	85.000,00
Transporte	2.517.300,00	3.240.448,79	0,00	0,00	3.240.448,79	0,00	0,00	3.240.448,79
Serviços Urbanos	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	490.000,00	0,00	0,00	490.000,00
Transporte Rodoviário	2.027.300,00	2.750.448,79	0,00	0,00	2.750.448,79	0,00	0,00	2.750.448,79
Desporto e Lazer	360.000,00	360.000,00	50.609,49	0,43	309.390,51	25.575,55	25.575,55	334.424,45
Desporto Comunitário	360.000,00	360.000,00	50.609,49	0,43	309.390,51	25.575,55	25.575,55	334.424,45
Encargos Especiais	1.355.000,00	1.355.000,00	215.446,81	1,83	1.139.553,19	215.446,81	215.446,81	1.139.553,19
Outros Encargos Especiais	1.355.000,00	1.355.000,00	215.446,81	1,83	1.139.553,19	215.446,81	215.446,81	1.139.553,19

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	39.500.000,00	41.665.417,95	11.763.683,43	11.763.683,43	29.901.734,52	4.847.601,72	4.847.601,72	36.817.816,23

FONTE:

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA-DEC.065/18

ANA A. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 03

Publicação Nº 2432579

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2019 A FEVEREIRO/2020

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020	
	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	TOTAL (UIT. 12 MES.)	
661.363,46	315.532,75	202.593,07	189.482,47	201.563,98	188.100,50	2.666.694,04	2.766.103,00	2.730.246,27	2.925.100,58	4.233.188,85	2.965.346,85	3.306.718,19	36.341.279,88	41.701.000,00
412.566,46	29.465,88	13.769,78	31.865,25	41.499,92	32.242,00	32.242,00	27.593,08	21.020,63	238.650,35	293.629,02	180.586,97	297.548,69	3.159.642,57	4.036.000,00
43.791,65	40.671,99	70.554,83	46.375,16	50.436,08	42.992,86	42.992,86	58.692,89	66.097,97	86.129,85	78.791,45	72.978,69	57.043,60	793.703,99	1.246.000,00
11.821,26	41.408,49	14.988,12	24.479,50	17.710,09	21.182,65	14.204,20	21.364,05	19.032,10	14.766,25	18.727,69	34.601,99	254.266,46	550.000,00	550.000,00
41.102,61	39.284,44	44.063,05	37.269,36	44.595,17	43.208,52	43.174,28	36.465,97	50.171,45	114.779,04	52,87	81.067,73	575.214,07	500.000,00	500.000,00
152.061,48	164.671,95	59.224,89	49.483,60	47.362,72	41.425,49	48.504,47	41.425,49	54.701,71	42.935,21	49.046,25	49.361,16	62.162,10	820.941,03	1.191.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.946,87	22.198,65	19.918,60	16.896,39	22.254,99	14.146,00	14.146,00	14.690,27	16.464,19	12.319,68	9.457,92	8.198,13	8.055,05	182.519,74	126.200,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116.309,57	108.474,92	117.650,86	115.708,97	119.889,31	109.703,43	117.792,75	132.139,60	125.119,13	130.509,90	87.294,91	103.881,24	138.447,79	1.590.000,00	1.590.000,00
2.384.624,52	2.384.276,01	2.659.057,40	2.351.607,54	2.666.194,05	2.354.796,43	2.338.576,60	2.342.319,81	2.529.335,05	3.771.995,60	2.581.536,03	2.872.181,33	31.228.500,48	35.408.000,00	35.408.000,00
781.715,79	762.649,79	978.728,11	770.941,99	1.054.260,28	769.538,12	685.002,42	630.653,69	855.890,14	1.459.100,29	861.278,59	1.244.509,11	10.854.218,32	13.100.000,00	13.100.000,00
689.484,54	707.204,81	696.119,98	679.819,41	688.035,47	692.841,09	721.482,42	727.304,73	748.983,35	798.628,29	787.608,81	752.513,02	8.661.035,92	10.000.000,00	10.000.000,00
118.832,77	113.736,72	144.929,53	110.550,26	115.980,30	106.989,57	116.163,79	117.503,88	71.988,22	43.385,85	76.596,94	88.091,45	1.224.759,28	1.600.000,00	1.600.000,00
177,41	201,17	454,71	314,07	219,00	467,25	1.001,86	6.961,35	1.036,20	566,75	1.356,72	1.356,72	18.994,87	10.000,00	10.000,00
265.172,93	261.054,84	273.554,85	272.645,21	280.259,31	255.034,33	254.678,42	321.674,21	291.682,63	858.995,66	259.552,22	177.164,90	3.771.478,51	4.043.000,00	4.043.000,00
8.932,52	9.025,48	8.837,63	9.268,18	9.382,37	8.397,32	10.236,54	9.059,22	9.513,49	11.182,23	9.201,93	8.672,41	110.879,32	120.000,00	120.000,00
520.338,56	530.403,20	556.432,59	508.088,42	510.088,32	521.508,75	543.971,15	529.282,83	546.271,03	600.133,53	588.162,16	599.463,72	6.557.134,26	6.535.000,00	6.535.000,00
40.991,02	29.747,62	23.267,61	21.539,46	23.790,52	22.957,88	17.460,30	26.303,74	19.676,36	27.596,41	107.730,81	25.051,88	386.143,40	520.800,00	520.800,00
319.822,39	316.563,39	365.613,80	314.176,58	289.533,71	315.690,43	307.985,17	298.272,37	337.676,07	375.311,66	346.784,14	419.104,36	4.008.676,07	4.766.000,00	4.766.000,00
319.822,39	316.563,39	365.613,80	314.176,58	289.533,71	315.690,43	307.985,17	298.272,37	337.676,07	375.311,66	346.784,14	419.104,36	4.008.676,07	4.766.000,00	4.766.000,00
2.901.416,05	2.543.666,56	2.656.851,34	2.385.057,84	2.737.158,14	2.350.993,61	2.422.261,10	2.631.975,90	2.631.975,90	2.597.424,51	2.867.877,19	2.867.877,19	2.867.877,19	32.332.603,81	36.935.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	635.339,00	0,00	0,00	389.000,00	0,00	0,00	1.315.339,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENCAMINHAMENTO (V) = III - IV:	2.901.416,05	2.543.666,56	2.656.851,34	2.385.057,84	2.437.158,14	2.350.993,61	1.786.922,10	2.631.975,90	2.597.424,51	2.867.877,19	2.867.877,19	2.867.877,19	31.017.264,81	36.935.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (V):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V) - (V):	2.901.416,05	2.543.666,56	2.656.851,34	2.385.057,84	2.437.158,14	2.350.993,61	1.786.922,10	2.631.975,90	2.597.424,51	2.867.877,19	2.867.877,19	2.867.877,19	31.017.264,81	36.935.000,00
FONTE:														
JACINTO MACHADO - 06/04/2020														
ISABELA PEREIRA BORGES	ANAYÁ B. CITAÇÃO KLOCK													
ORDENADORA DA DESPESA - DEC. 055/18	CONTADORIA - CRC/SC 038127/O-4													
VITORIO DE NES														
CONTROLE INTERNO														

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 04

Publicação N° 2432580

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	22.000,00	22.000,00	601,25	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	22.000,00	22.000,00	601,25	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	22.000,00	22.000,00	601,25	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1.112.000,00	1.112.000,00	601,25	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	1.112.000,00	1.112.000,00	601,25	0,00	601,25	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2020		2019	
Caixa e equivalentes de caixa				0,00		0,00
Investimentos e Aplicações				0,00		0,00
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00

Continua 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019				
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00				
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

FONTE:
JACINTO MACHADO, 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES	ANA A. B. CITADIN KLOCK	KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI	VITORIO DE NES
ORDENADORA DA DESPESA-DE	SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.	CONTADORA - CRC/SC 0381270	CONTROLE INTERNO

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 05

Publicação Nº 2432581

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Dez 2019 (B)	Em 29 Fev 2020 (C)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.851.344,26	1.851.344,26	1.876.411,19
DEDUÇÕES (II)	6.037.179,60	6.037.179,60	6.552.709,69
Disponibilidade de Caixa	6.037.179,60	6.037.179,60	6.552.709,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.156.000,96	6.156.000,96	8.699.966,55
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	118.821,36	118.821,36	2.147.256,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.613.335,55	1.613.335,55	1.548.123,07
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.613.335,55	-1.613.335,55	-1.548.123,07

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Fev 2020 (VIc - VIa)
RESULTADO NOMINAL		
VALOR	65.212,48	65.212,48

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	
	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 06

Publicação Nº 2432582

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2020	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		36.915.000,00	5.506.196,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.036.000,00	478.135,66
I.P.T.U.		1.245.000,00	102.149,76
I.S.S.		550.000,00	130.022,29
I.T.B.I.		500.000,00	53.329,75
I.R.R.F.		550.000,00	81.120,60
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.191.000,00	111.513,26
Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		126.200,00	16.253,18
Aplicações Financeiras(II)		126.200,00	16.253,18
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Transferências Correntes		30.642.000,00	4.687.848,86
Cota-Parte do FPM		10.680.000,00	1.684.630,19
Cota-Parte do ICMS		8.000.000,00	1.232.097,64
Cota-Parte do IPVA		1.280.000,00	131.750,87
Cota-Parte do ITR		8.000,00	1.337,70
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		96.000,00	13.659,46
Transferências do FUNDEB		6.535.000,00	1.187.655,88
Outras Transferências Correntes		4.043.000,00	436.717,12
Demais Receitas Correntes		2.110.800,00	323.958,84
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		2.110.800,00	323.958,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I+II+III)		36.788.800,00	5.489.943,36
RECEITAS DE CAPITAL (V)		2.565.000,00	790.278,58
Operação de Crédito(VI)		1.010.000,00	90.279,41
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00

Continua 1/4

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2020			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)			
Outras Alienações de Bens	60.000,00				0,00
Transferências de Capital	1.495.000,00				699.999,17
Convênios	1.495.000,00				699.999,17
Outras Transferências de Capital	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				0,00
RECEITA S PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	38.343.800,00				6.189.942,53

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	34.456.271,69	10.887.441,10	4.447.246,29	2.890.727,63	0,00	14.045,60	14.045,60
Pessoal e Encargos Sociais	18.661.056,36	2.947.677,42	2.947.677,42	1.862.621,83	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	202.000,00	11.192,47	11.192,47	11.192,47	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.593.214,73	7.928.571,21	1.488.376,40	1.016.913,33	0,00	14.045,60	14.045,60
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	15.593.214,73	7.928.571,21	1.488.376,40	1.016.913,33	0,00	14.045,60	14.045,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	34.254.271,69	10.876.248,63	4.436.053,82	2.879.535,16	0,00	14.045,60	14.045,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.164.146,26	876.242,33	400.355,43	175.818,43	118.821,36	1.105.189,20	738.988,00
Investimentos	6.961.146,26	810.744,05	334.857,15	110.320,15	118.821,36	1.105.189,20	738.988,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	203.000,00	65.498,28	65.498,28	65.498,28	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	6.961.146,26	810.744,05	334.857,15	110.320,15	118.821,36	1.105.189,20	738.988,00

Continua 2/4

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	41.260.417,95	11.686.992,68	4.770.910,97	2.989.855,31	118.821,36	753.033,60
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		2.328.232,26				
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020				
		VALOR INCORRIDO				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		16.253,18				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		11.192,47				
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		2.333.292,97				
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO				
		Em 31 Dez 2019(a)			Até o Bimestre/2020(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.851.344,26			1.876.411,19	
DEDUÇÕES (XXIX)		6.037.179,60			6.552.709,69	
Disponibilidade de Caixa		6.037.179,60			6.552.709,69	
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.156.000,96			8.699.966,55	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		118.821,36			2.147.256,86	
Demais Haveres Financeiros		0,00			0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-4.185.835,34			-4.676.298,50	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		490.463,16				

Continua 3/4

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-2.028.435,50
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.518.898,66
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	2.513.837,95
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.413.220,48
Recursos Alocados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.413.220,48
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 07

Publicação Nº 2432583

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+ j)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURIS SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SAMAE JACINTO MACHADO SAMAE	796,37	118.024,99	118.821,36	-	-	-	8.229.410,07	1.119.234,80	753.033,60	-	7.476.376,47	7.476.376,47
	796,37	118.024,99	118.821,36	0,00	0,00	0,00	8.229.410,07	1.119.234,80	753.033,60	0,00	7.476.376,47	7.476.376,47
	796,37	118.024,99	118.821,36	0,00	0,00	0,00	8.170.704,79	1.075.985,68	709.784,48	0,00	7.460.920,31	7.460.920,31
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	468.438,93	223.419,98	235.419,98	0,00	245.018,95	245.018,95
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.021,65	72.988,51	875,66	0,00	466.145,79	466.145,79
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.235.244,21	779.577,19	485.488,64	0,00	6.749.755,57	6.749.755,57
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.466,16	0,00	0,00	0,00	15.466,16	15.466,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.466,16	0,00	0,00	0,00	15.466,16	15.466,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.249,12	43.249,12	43.249,12	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.249,12	43.249,12	43.249,12	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	796,37	118.024,99	118.821,36	0,00	0,00	0,00	8.229.410,07	1.119.234,80	753.033,60	0,00	7.476.376,47	7.476.376,47

FONTE:

JACINTO MACHADO, 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES	ANNA B. CITADIN KLOCK	KATIANE DA CUNHA MAFFOLETTI
ORDENADORA DA DESPESA-DEC.055/18	SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.	CONTADORIA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO



RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 09

Publicação Nº 2432584

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)			
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.164.146,26	876.242,33	6.287.903,93
Investimentos	6.961.146,26	810.744,05	6.150.402,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	203.000,00	65.498,28	137.501,72
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.164.146,26	876.242,33	6.287.903,93
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	7.164.146,26	876.242,33	6.287.903,93

FONTE:

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 10

Publicação Nº 2432587

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANA A. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA M
CONTADORA - CRC/S

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

Município de JACINTO MACHADO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)					SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	65.000,00	242,29	64.757,71				
Receita de Alienação De Bens Móveis	50.000,00	0,00	50.000,00				
Receita de Alienação De Bens Imóveis	10.000,00	0,00	10.000,00				
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.000,00	242,29	4.757,71				
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2020 (i) = (Ib - (IIr + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Valor(III)	12.173,55	242,29					12.415,84

FONTE:

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES	ANAA. B. CITADIN KLOCK	KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
ORDENADORA DA DESPESA-DEC.055/18	SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.	CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 13

Publicação Nº 2432590

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

RREO - 1º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 14

Publicação Nº 2432591

Município de JACINTO MACHADO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1.00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			39.500.000,00	
Previsão Atualizada			39.500.000,00	
Receitas Realizadas			6.296.475,12	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.413.220,48	
DESPESAS				
Dotação Inicial			39.500.000,00	
Créditos Adicionais			2.165.417,95	
Dotação Atualizada			41.665.417,95	
Despesas Empenhadas			11.763.683,43	
Despesas Liquidadas			4.847.601,72	
Despesas pagas			3.066.546,06	
Superavit Orçamentário			1.448.873,40	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			11.763.683,43	
Despesas Liquidadas			4.847.601,72	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			32.332.603,91	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			32.332.603,91	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			32.332.603,91	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			601,25	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			601,25	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	2.333.292,97	0,00
Resultado Primário		0,00	2.328.232,26	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.229.410,07	0,00	753.033,60	7.476.376,47
EXECUTIVO	8.229.410,07	0,00	753.033,60	7.476.376,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	118.821,36	0,00	118.821,36	0,00
EXECUTIVO	118.821,36	0,00	118.821,36	0,00
TOTAL:	8.348.231,43	0,00	871.854,96	7.476.376,47

Continua 1/2

Município de JACINTO MACHADO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.111.091,99	25%	107,28
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		976.462,53	60%	82,22
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			90.279,41	919.720,59
Despesa de Capital Líquida			400.355,43	6.763.790,83
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	60.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	10.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.882.266,76	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JACINTO MACHADO , 06/04/2020

ISABELA PEREIRA BORGES
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES
CONTROLE INTERNO

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 08/2020/SEMASH

Publicação Nº 2433058

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº08/2020/SEMASH

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar No 102/2010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo no 001/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria nº28/2019/SEMASH de 15 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art.1º Fica Prorrogada a Portaria nº28/2019/SEMASH que admite CLAUDIA VOGEL BARBOSA para em Caráter Temporário atuar como Psicólogo, a partir de 09/04/2020 até 06/10/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 09 de abril de de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020.

Maria Santin Camello
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 09/2020/SEMASH

Publicação Nº 2433061

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
--	---

PORTARIA Nº09/2020/SEMASH

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar No 102/2010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo no 001/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria nº01/2020/SEMASH de 14 de janeiro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Fica Prorrogada a Portaria nº01/2020/SEMASH de CRISTIAN GLASEPAPP para em Caráter Temporário atuar como Psicólogo, a partir de 17/04/2020 até 14/10/2020,

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 17 de abril de de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020.

Maria Santin Camello
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 095/2020/SEMSA

Publicação Nº 2433073

PORTARIANº 095/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 026/2018/Semsa de 14 de março de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 110/2018/Semsa de 29 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 040/2019/Semsa de 14 de março de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 140/2019/Semsa de 05 de setembro de 2019;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR a partir de 07/03/2020, nos termos do Artigo 10 inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, CRISTIANO GUILHERME SCHREINER LUCHT, admitido em Caráter Temporário para atuar como Cirurgião Dentista.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias nº 026/2018/Semsa, 110/2018/Semsa, 040/2019/Semsa e 140/2019/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 096/2020/SEMSA

Publicação Nº 2433075

PORTARIANº 096/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 036/2018/Semsa de 02 de abril de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 115/2018/Semsa de 14 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 039/2019/Semsa de 14 de março de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 139/2019/Semsa de 05 de setembro de 2019;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR a partir de 22/03/2020, nos termos do Artigo 10 inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, CAROLINE MULLER MAYER, admitida em Caráter Temporário para atuar como Médica.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias nº 036/2018/Semsa, 115/2018/Semsa, 039/2019/Semsa e 139/2019/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 097/2020/SEMSA

Publicação Nº 2433076

PORTARIANº 097/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 037/2018/Semsa de 02 de abril de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 116/2018/Semsa de 14 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 041/2019/Semsa de 14 de março de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 145/2019/Semsa de 05 de setembro de 2019;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR a partir de 23/03/2020, nos termos do Artigo 10 inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, LARISSA MAESTRI BROGNOLI, admitida em Caráter Temporário para atuar como Médica.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias nº 037/2018/Semsa, 116/2018/Semsa, 041/2019/Semsa e 145/2019/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 098/2020/SEMSA

Publicação Nº 2433078

PORTARIANº 098/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 130/2018/Semsa de 02 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 038/2019/Semsa de 14 de março de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 137/2019/Semsa de 05 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 038/2020/Semsa de 24 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 059/2020/Semsa de 06 de março de 2020;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR a partir de 23/03/2020, nos termos do Artigo 10 inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, AMANDA MORSCH, admitida em Caráter Temporário para atuar como Auxiliar em Saúde Bucal.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias nº 130/2018/Semsa, 038/2019/Semsa, 137/2019/Semsa, 038/2020/Semsa e 059/2020/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 099/2020/SEMSA

Publicação Nº 2433080

PORTARIANº 099/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2019; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 018/2020/Semsa de 03 de fevereiro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10 inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, CAMILA ROKISKI, admitida em Caráter Temporário para atuar como Médica Clínica Geral, a partir de 02/03/2020.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 018/2020/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 10/2020/SEMASH

Publicação Nº 2433064

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº10/2020/SEMASH

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar No 102/2010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo no 001/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria nº29/2019/SEMASH de 15 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art.1º Fica Prorrogada a Portaria nº29/2019/SEMASH que admite CRISTINA SANGALI para em Caráter Temporário atuar como Psicólogo, a partir de 17/04/2020 até 14/10/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 17 de abril de de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020.

Maria Santin Camello
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 100/2020/SEMSA

Publicação Nº 2433082

PORTARIANº 100/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2019; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 057/2020/Semsa de 05 de março de 2020;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10 inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, GABRIELLA MARQUARDT, admitida em Caráter Temporário para atuar como Médica, a partir de 20/03/2020.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 057/2020/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 11/2020/SEMASH

Publicação Nº 2433065

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº11/2020/SEMASH

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar No 102/2010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo no 001/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria nº27/2019/SEMASH de 03 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art.1º Fica Prorrogada a Portaria nº27/2019/SEMASH que admite HUMBERTO DOUGLAS ALVES para em Caráter Temporário atuar como Psicólogo, a partir de 09/04/2020 até 06/10/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 17 de abril de de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020.

Maria Santin Camello
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 7/2020

Publicação Nº 2433225

DECRETO Nº 7/2020

Dispõe sobre as medidas de prevenção à infecção e a propagação do vírus COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no exercício de suas atribuições, com amparo nos incisos V e VIII, do art. 44 do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO nova avaliação do cenário epidemiológico no Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação da expansão da transmissão no Estado e o risco eminente que atinge toda a população;

CONSIDERANDO todas as novas informações e o que se sabe sobre medidas necessárias para se prevenir a disseminação, foi publicado o Decreto Nº 550/2020, do governo do Estado de Santa Catarina, declarando novas medidas emergenciais para o combate a pandemia que se instala no país;

CONSIDERANDO que o mesmo Decreto determina em seu artigo 7º inciso I, alínea b, determinando acerca dos serviços públicos essenciais e que devem permanecer em funcionamento e, diante disso, as atividades não essenciais devem permanecer suspensas;

DECRETA:

Art.1º Seguindo as determinações do Governo do Estado de Santa Catarina para evitar a disseminação da contaminação pelo vírus COVID-19, fica prorrogada a suspensão das atividades na Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, pelo período de 05 (cinco) dias.

Art. 2º O disposto neste Decreto Legislativo não invalida as providências determinadas no Decreto Legislativo nº02/2020, de 16 de março

de 2020, no que não forem conflitantes.

Art. 3º As ações ou omissões que violem o disposto neste Decreto Legislativo sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

Art. 4º As situações de emergência que deverão ser resolvidas na sede da Câmara durante o período de quarentena necessariamente serão aprovadas pelo presidente.

Art.5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 09 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2020.

DICO MOSER

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1/2020

Publicação Nº 2433224

RESOLUÇÃO Nº 1/2020

Convalida o Sistema de Deliberação Digital, instrumento excepcional e temporário destinado a viabilizar o funcionamento da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao Coronavírus (Covid-19), instituído pelo Decreto nº 06/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convalidado o Sistema de Deliberação Digital, instrumento excepcional e temporário a ser adotado como forma de discussão e votação digital de matérias sujeitas à apreciação da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente ao Coronavírus (Covid-19), instituído pelo Decreto nº 06/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de publicação do Decreto nº 06/2020.

Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2020.

DICO MOSER

Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.583/20, DE 1 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433267

DECRETO Nº 5.583/20 DE 01/04/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica do Município em seu Art. 71, IV, XXIV e XXVI:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor publico Municipal senhor DARCI PANSERA, portador do CPF Nº 824.611.049-72, CI Nº 2.546.430, matrícula nº 400-0/1, ocupante do cargo de provimento em Agente Político de Secretário Municipal 40 horas semanal, nomeado através do Decreto nº 4.977/17, de 11/04/2017, a partir desta data.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas da aplicação do presente Decreto, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC em 01 de Abril de 2020.

DORILDO PEGORINI.
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.
Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 5.584/20 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433268

DECRETO Nº 5.584/20 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 5.579/2020, QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA EPIDEMIA DO CORONONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO, que no dia 07 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina expediu o Decreto n. 550, por meio do qual dispôs sobre a prorrogação do prazo das medidas de suspensão para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto Municipal nº 5.579, de 24 de março de 2020, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

I- Ficam PRORROGADAS em cinco (5) dias as medidas de suspensão, contados de 08 de Abril de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis,
07 de abril de 2020.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

Nilson José Zatti
Chefe de Gabinete

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.915 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433283

DECRETO Nº 5.915 DE 07 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 45.327,64 (quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos próprios do Município.

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO

Proj./Atividade: 1.026 Construção e Recuperação de Praças, Parques e Jardins

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – 74

Valor: R\$ 45.327,64

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 07 de abril de 2020

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO Nº 5.916 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432759

DECRETO Nº 5.916 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/2019 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 20.610,75 (vinte mil, seiscentos e dez reais e setenta e cinco centavos) destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.00.0000

Valor: R\$ 14.158,30

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.00.0000

Valor: R\$ 6.452,45

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.917 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433226

DECRETO Nº 5.917 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA ADESÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DO PROJETO APADRINHAMENTO SOCIAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 58, V, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

DECRETA:

Art. 1º. O Município de Joaçaba passa a aderir e implementar ações para efetivação do PROJETO APADRINHAMENTO SOCIAL desenvolvido pelos Municípios de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna em parceria com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O PROJETO APADRINHAMENTO SOCIAL consiste na possibilidade de Inscrição de Entidades e Pessoas Físicas do Município de Joaçaba para celebração de parceria na forma de Termo de Adesão com vista ao atendimento de famílias residentes no Município em situação de vulnerabilidade social, para fornecimento de gêneros alimentícios e complementos, com cadastro, fiscalização e monitoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social do município.

Art. 3º. O presente projeto não contempla prazo determinado, ficando vigente enquanto perdurar os efeitos da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil.

Art. 4º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do Orçamento fiscal vigente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 07 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 026 - 2020**

Publicação Nº 2433247

PORTARIA Nº 26 DE 07 DE ABRIL DE 2020

“DISPÕE SOBRE NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS, DE FORMA TEMPORÁRIA, PARA FINS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E À PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19 NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, inciso XVI e art. 75 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - A Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC informa para todos os efeitos que seguirá as determinações constantes no Decreto nº 525 de 23 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Fica suspensa a realização de atividades na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Parágrafo único - As sessões ordinárias e extraordinárias serão realizadas por meio digital.

Art. 3º - Ficam suspensas as autorizações para afastamento de servidores ou Vereadores para participarem, às expensas da Câmara Municipal, de cursos ou eventos oficiais fora do Município de Joaçaba.

Art. 4º - Fica autorizado o serviço domiciliar de todos os servidores efetivos ou comissionados da Câmara Municipal.

§ 1º - Os servidores deverão atender, dentro das possibilidades, as demandas exigidas pelas chefias imediatas.

§ 2º - Fica autorizado aos servidores utilizarem os aparelhos “notebook” de propriedade da Câmara Municipal em suas residências.

Art. 5º - No âmbito da Câmara de Vereadores de Joaçaba poderão ser realizadas as atividades essenciais de limpeza e higienização do prédio da entidade, principalmente dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba, 07 de abril de 2020.

José Otávio Caliari Filho
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ORDEM DE SUSPENSÃO DO CONTRATO 73/2015

Publicação Nº 2432413

ORDEM DE SUSPENSÃO DE CONTRATO

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Simae, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin determina a suspensão da execução dos serviços referente ao Contrato JHL nº 0095/2015 e seus aditivos, firmado com a empresa Traverso e Duran Ltda ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.847.348/0001-68 decorrente da Licitação JHL 0073/2015, Pregão Presencial 0053/2015, referente à prestação de serviços de ginástica laboral a serem desenvolvidos na sede administrativa do Simae. Esta suspensão se faz necessária em virtude das medidas de contenção da propagação da COVID-19 conforme comunicação interna do Fiscal do Contrato. Fica suspensa a contagem de prazo de execução dos serviços para fins de cumprimento contratual com a contratada pelo prazo de 60 dias.

Joaçaba/SC, 03 de abril de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente do SIMAE

Recebimento pela empresa
Joaçaba-SC, ____/____/____

MANOEL DAVI TRAVERSO
Administrador
À
Traverso e Duran Ltda ME
Rua José Bonifácio, nº 92
Centro
Herval d' Oeste - SC

REAJUSTE ATA JHL 40/2019 COMBUSTIVEIS

Publicação Nº 2432409

EXTRATO DE TERMO DE REAJUSTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO 0071/2019
PREGÃO PRESENCIAL 0060/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0040/2019

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato, representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar

Lamin, torna público o realinhamento do valor dos itens 01, 02, 03 e 04 conforme tabela abaixo. A documentação para concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenso ao processo.

O valor será reajustado a menor para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II "d", da Lei nº 8666/93.

Valor registrado:

Item	Un	Descrição	Valor registrado	Valor c/ reajuste
01	L	Gasolina comum ou aditivada para veículos e motos	R\$ 4,21	R\$ 3,83
02	L	Gasolina comum p/ equipamentos	R\$ 4,22	R\$ 3,84
03	L	Óleo diesel	R\$ 3,27	R\$ 2,86
04	L	Biodiesel S-10	R\$ 3,30	R\$ 2,88

Joaçaba/SC, 30 de março de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente do Simae

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO 24 20 SUSPENDE EFEITOS DA LEI REVISÃO VENCIMENTOS

Publicação Nº 2433168

DECRETO Nº 24 DE 07 DE ABRIL DE 2020

"Dispõe sobre a suspensão dos efeitos da Lei 2.230 de 02 de abril de 2020 e outras providências."

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do Coronavírus (COVID-19) em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO que o Município de Lacerdópolis, assim como outros entes federados, pode ser obrigado futuramente a destinar e realocar recursos financeiros à saúde para enfrentar o Coronavírus (COVID-19), seja através de tratamentos de pacientes infectados, repasses a hospitais e entidades similares, para aquisição de equipamentos e insumos, etc.;

CONSIDERANDO a Notificação Recomendatória Circular n. 002/2020 do Ministério Público de Contas, recebida na data de 02 de abril de 2020, a qual recomenda "que o Gestor Municipal, após rigorosa análise dos critérios de oportunidade e conveniência, observado o interesse público e, ainda, após análise da situação financeira do município, com estudo de projeção de receitas e despesas para o presente exercício, caso esteja enfrentando – ou na iminência de enfrentar – qualquer tipo de dificuldade financeira que implique em restrições na prestação de serviços públicos de saúde, educação ou segurança, bem como com relação ao pagamento da remuneração de seus servidores e prestadores de serviço, evite encaminhar projetos de lei prevendo revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos ou aumentos diferenciados de qualquer natureza, como vantagens indenizatórias e gratificações desnecessárias, especialmente enquanto vigorar a situação de emergência de saúde pública relativo ao COVID-19".

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suspensos os efeitos da Lei Municipal n. 2.230, de 02 de abril de 2020 ("Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Revisão Geral Anual de Vencimentos, salários e subsídios dos servidores, empregados e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências") enquanto perdurarem as medidas de enfrentamento no âmbito municipal e estadual do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Comuniquem-se todos os setores administrativos.

Gabinete do prefeito de Lacerdópolis/SC, 07 de abril de 2020.

SERGIO LUIZ CALEGARI
Prefeito de Lacerdópolis

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 016, DE 07 DE ABRIL DE 2020 ESTABELECE PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2432765

DECRETO Nº 016, DE 07 DE ABRIL DE 2020

ESTABELECE PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em Exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 222 da Lei Complementar nº 024/2012, de 08/11/2012.
DECRETA

Art. 1º - Fica através deste decreto estabelecido os prazos para pagamento do IPTU, do exercício 2020, conforme segue:

I - Pagamento em parcela única com vencimento no dia 10 de Junho de 2020, com 10% (dez por cento) de desconto;

II – Pagamento parcelado em 2 (duas) vezes, com vencimento nos dias 10 de Junho de 2020 e 10 de julho de 2020, sem desconto.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 07 de Abril de 2020.

Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Alison Eliseu Bianchi
Servidor Designado

DECRETO Nº 017/2020 DE 07/04/2020 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 09/04/2020 NO PERÍODO VESPERTINO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2432766

DECRETO Nº 017/2020
De 07/04/2020

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 09/04/2020 NO PERÍODO VESPERTINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em Exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra “c” da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no serviço público municipal no PERÍODO VESPERTINO do dia 09/04/2020 - quinta-feira, sem prejuízos dos serviços emergenciais e urgentes.

Parágrafo Único – As secretarias municipais deverão promover escala de atendimento, para não causar nenhum prejuízo dos serviços essenciais, emergenciais e urgentes.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de Abril de 2020.

Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Alison Eliseu Bianchi
Servidor designado

PORTARIA Nº 119/2020 DE 07/04/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AMALIA VALLI BRESSLER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2432751

PORTARIA Nº 119/2020
DE 07/04/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AMALIA VALLI BRESSLER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal AMALIA VALLI BRESSLER, sendo 10 dias de gozo, de 13 de abril de 2020 a 22 de abril de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 07 de Abril de 2020.

Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Alison Eliseu Bianchi
Servidor designado

PORTARIA Nº 121/2020 DE 07/04/2020 DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMIR EDUARDO CAVALIER PARA ATENDIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2432762

PORTARIA Nº 121/2020
DE 07/04/2020

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMIR EDUARDO CAVALIER PARA ATENDIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor.

CONSIDERANDO o ajustamento do quadro de pessoal, às necessidades dos serviços de saúde.

CONSIDERANDO a preservação dos direitos dos servidores, sem prejuízo ao mesmo.

RESOLVE

Art. 1º- Designar o Servidor Público Municipal VALMIR EDUARDO CAVALIER, para atendimento na Vigilância Sanitária do Município de Lajeado Grande – SC.

Art. 2º- O respectivo Servidor estará a disposição da Vigilância Sanitária e não perceberá qualquer tipo de remuneração ou, gratificação pela designação, não sendo considerado cumulação de função.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 07 de abril de 2020.

Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Alison Eliseu Bianchi
Servidor designado

PORTARIA Nº 120/2020 DE 07/04/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDILSON JOSÉ GROLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2432753

**PORTARIA Nº 120/2020
DE 07/04/2020****"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDILSON JOSÉ GROLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDILSON JOSÉ GROLI, sendo 15 dias de gozo, de 13 de abril de 2020 a 27 de abril de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 03 de setembro de 2018 a 02 de setembro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 07 de Abril de 2020.

Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Alison Eliseu Bianchi
Servidor designado

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA LEGISLATIVA N. 003/2020 DE 06.04.2020 CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2432605

PORTARIA LEGISLATIVA n. 003/2020

De 06.04.2020

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEODI JOSE COLTRO – Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECIDE:

Art. 1º - Fica concedido antecipação do gozo de Férias da Servidora Pública Municipal KATIA REGINA DA SILVA, relativas ao período aquisitivo correspondente a 13 de dezembro de 2019 a 12 de dezembro de 2020, devido paralização temporária das atividades motivada pela pandemia corona vírus. O adicional de 1/3 de férias correspondente será pago no final do período aquisitivo a vencer.

Parágrafo único. O gozo de férias previsto no caput deste artigo será de 15 dias sendo feito do dia 07 de abril a 21 de abril de 2020.

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de
Lajeado Grande-SC, em 06 de abril de 2020.

LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JURACI ANTONIO XAVIER
1º Secretário

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2020

Publicação Nº 2433263

DECRETO Nº 060/2020.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA RETORNO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS AUTÔNOMOS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER EM RAZÃO DA EMERGÊNCIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto na Portaria 223 de 05 de abril de 2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam autorizadas, a partir de 06 de abril de 2020, a realização de atividades exercidas por:

I - profissionais autônomos/liberais de saúde, tais como médicos, médicos veterinários, fisioterapeutas, odontólogos, biomédicos, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos, farmacêuticos, nutricionistas, entre outros;

II - profissionais autônomos/liberais de interesse da saúde, tais como terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, educadores físicos, cabeleireiros, barbeiros, manicures, pedicures, depiladores, massagistas, podólogos, entre outros;

III - profissionais autônomos/liberais em geral, tais como advogados, contadores, administradores, jardineiros, limpadores de piscina, cozinheiros, faxineiras, empregados domésticos, encanadores, entre outros;

IV - clínicas, consultórios, serviços de diagnóstico por imagens, serviços de óticas, laboratórios óticos, serviços de assistência e prótese odontológica e escritórios em geral.

§ 1º As atividades mencionadas nos incisos do caput deste artigo podem ser realizadas tanto em domicílio quanto nos estabelecimentos de vinculação dos profissionais, desde que o atendimento seja de forma individual, ficando vedada a realização das atividades em galerias e centros comerciais.

§ 2º As atividades e serviços descritos nos incisos I, II e III deste artigo podem ser prestados por profissionais vinculados a empresas de mão de obra terceirizada ou com atuação específica nesses segmentos.

§ 3º Os educadores físicos e terapeutas ocupacionais ficam autorizados a prestar somente atendimentos individualizados voltados à recuperação ou prevenção da saúde, ficando proibidas atividades recreativas individuais ou coletivas e atendimentos em academias.

Art. 2º Os profissionais autônomos/liberais de que tratam os incisos I e II do caput do art. 1º deste Decreto, deverão seguir as seguintes obrigações:

- a) o profissional deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades;
- b) o profissional deverá usar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com a assistência prestada;
- c) o cliente deverá ser questionado se apresenta sintomas respiratórios ou se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19 e, em caso positivo, não deverá ser prestado atendimento;
- d) os clientes atendidos devem ser orientados a informar ao profissional que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;
- e) manter as atividades com os cuidados de higienização das mãos, uso de álcool gel, distanciamento, etiqueta da tosse, limpeza e ventilação dos ambientes;
- f) profissionais que executarem atendimentos a clientes que vierem a positivar para os testes de COVID-19 deverão imediatamente parar os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades.

Art. 3º Os profissionais autônomos/liberais de que trata o inciso III do caput do art. 1º deste Decreto, deverão seguir as seguintes obrigações:

- a) o profissional deverá higienizar as mãos ao chegar no local de trabalho e ao final de cada atividade;

b) o profissional deverá usar EPI de acordo com a assistência prestada;

c) se alguém na residência onde presta serviço apresenta sintomas respiratórios ou se encontra em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, não é recomendado o atendimento domiciliar destes clientes;

d) caso o profissional positivo para COVID-19 deverá avisar imediatamente os seus clientes, informar o fato às autoridades sanitárias do município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades.

Art. 4º A autorização das atividades mencionadas nos incisos do art. 1º deste Decreto, fica condicionada também ao cumprimento das seguintes obrigações:

I - para profissionais que realizam suas atividades em consultórios isolados, clínicas e escritórios:

a) organizar a agenda de modo a ampliar o intervalo entre atendimentos, reduzindo o número de pessoas nestes ambientes;

b) os atendimentos de clientes deverão ser realizados de forma individual, sem acúmulo de pessoas na sala de espera, sendo permitido que permaneça na sala de espera apenas o cliente do horário seguinte, cabendo ao profissional organizar sua agenda conforme tempo médio de atendimento;

c) disponibilizar álcool gel nas salas de espera e nas salas de atendimento, nas áreas de saída, devendo haver orientação para a utilização;

d) realizar a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, balanças, banheiros, lavatórios, entre outros;

e) ao realizar o agendamento, a pessoa deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios e se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, ficando proibido o atendimento de pessoas sintomáticas ou em período de quarentena nestas atividades;

f) deve ser dado atendimento preferencial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes, sendo garantindo fluxo ágil a fim de que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no estabelecimento;

g) os lavatórios devem estar providos de sabão líquido para as mãos e toalha de papel;

h) o cliente e/ou paciente deverá higienizar as mãos antes e ao final dos atendimentos;

i) o profissional deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades;

j) o profissional deverá usar EPIs de acordo com a assistência prestada, ficando proibido o uso de máscara confeccionada de forma doméstica para uso por parte do profissional;

k) deverá ser priorizada a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos, sendo que, caso não seja possível, os trabalhadores deverão realizar suas atividades administrativas respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) entre si e os clientes e/ou pacientes;

l) manter todas as áreas ventiladas, inclusive os refeitórios de trabalhadores e locais de descanso, caso existam, devendo ser evitadas aglomerações;

m) os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada cliente ou após usarem banheiro;

n) nos locais onde há uso de máquina para pagamento com cartão, esta deverá ser higienizada com álcool 70% ou preparações antissépticas após cada uso;

o) os trabalhadores que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica;

p) os pacientes e/ou clientes atendidos devem ser orientados a informar ao estabelecimento e ao profissional que o atendeu caso venham a ter resultados futuros positivos para a COVID-19;

q) profissionais que executarem atendimentos a clientes e/ou pacientes que vierem a positivar para COVID-19, deverão cancelar imediatamente os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

II - para profissionais mencionados nos incisos I e II do art. 1º deste Decreto e que prestam serviços em domicílio:

a) organizar a agenda de modo a ampliar o intervalo entre atendimentos, a fim de realizar a higienização dos instrumentos que eventualmente sejam utilizados nestas atividades;

- b) ao realizar o agendamento o cliente deverá ser questionado se apresenta sintomas respiratórios ou se se encontra em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, ficando proibido o atendimento domiciliar destes pacientes;
- c) o cliente e/ou paciente deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades;
- d) o profissional deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades;
- e) o profissional deverá usar EPIs de acordo com a assistência prestada, ficando proibido o uso de máscara confeccionada de forma doméstica para uso por parte do profissional;
- f) para atividades que necessitem de contato físico, o profissional deverá utilizar além de máscara, avental descartável que deverá ser substituído e descartado a cada atendimento;
- g) o cliente e/ou paciente deverá usar máscara durante todo o atendimento (da chegada do profissional até a saída da residência), sendo de responsabilidade do profissional as orientações do correto uso da mesma;
- h) deve ser evitada a participação de familiares nas atividades, porém caso elas se façam necessárias, estes familiares também deverão usar máscara durante todo o período que o profissional permanecer na residência;
- i) os pacientes e clientes atendidos devem ser orientados a informar ao profissional que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;
- j) profissionais que executarem atendimentos a clientes ou pacientes que vierem a positivar para os testes de COVID-19 deverão imediatamente parar os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;
- k) manter ventiladas, dentro do possível, as áreas utilizadas para as atividades.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE ABRIL DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 061/2020

Publicação Nº 2433258

D E C R E T O Nº 061/2020

ALTERA O DECRETO Nº 055, DE 24 DE MARÇO DE 2020, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I do art. 4º do Decreto nº 055, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. (...)

I – pelo período de 5 (cinco) dias, a contar de 08 de abril de 2020:

(....)

Art. 2º. Aplicam-se, no âmbito do Município de Lauro Muller, as normas de saúde pública e segurança aplicáveis ao setor privado editadas pelo Estado de Santa Catarina, especialmente quanto à restrição de circulação de pessoas e de atividades comerciais em razão da pandemia de COVID-19.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 de abril de 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº023/FHHL/2020

Publicação Nº 2432923

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº023/FHHL/2020

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e artigo 4º da Lei 13.979/20, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para aquisição emergencial de medicamentos e material de uso hospitalar.

CONTRATADAS: BIOMEDTRONIC COM. EQUIP. MEDICO HOSPITALAR LTDA
JET-MED FISIO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº8.666/93 e Art.4º Lei 13.979/20.

RECONHECIDO: 07/04/2020, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto - Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICADO: 07/04/2020, por Cleir Estavam, Diretor Administrativo.

Lauro Muller, 07 de Abril de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº053/PMLM/2020

Publicação Nº 2432961

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº053/PMLM/2020

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e artigo 4º da Lei 13.979/20, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para aquisição tecidos e serviços de sonorização para atendimento das demandas apresentadas durante da pandemia do CONVID-19 no município de Lauro Muller, de modo a garantir condições seguras aos servidores confeccionando luvas em tecido e dando informações a população de cunho emergencial, por meio dos serviços de sonorização.

CONTRATADA: LENOYR BEZ TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA ME e VALDENIR GONÇALVES MEI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº8.666/93 e Art.4º Lei 13.979/20.

RECONHECIDO: em 07/04/2020, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto - Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICADO: em 07/04/2020, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 07 de Abril de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº024/FHHL/2020

Publicação Nº 2432927

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº024/FHHL/2020

OBJETIVO Fundação Hospitalar Henrique Lage torna público que procedeu, na forma do artigo 25 caput e 26, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviços médicos de plantão para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage, conforme Credenciamento nº 038/FHHL/2019 para 2020, sendo seus valores divididos entre os credenciados.

CONTRATADOS: FC DIAS & ASSIS EIRELI

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput e 26, inciso I, da Lei Nº8.666/93.
RECONHECIDO: 07/04/2020, Ana Rúbia P. dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração.
RATIFICAÇÃO: em 07/04/2020, Cleir Estevam, Diretor administrativo da Fundação Hospitalar Lauro Muller, 07 de Abril de 2020.
GENIVALDO DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMLM/2020

Publicação Nº 2433016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 23/04/2020 às 09h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição material de iluminação pública para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 07 de Abril de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/PMLM/2020

Publicação Nº 2433022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 23/04/2020 às 10h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de madeiras para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 07 de Abril de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/PMLM/2020

Publicação Nº 2433033

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 23/04/2020 às 11h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de kits para auxílio natalidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 07 de Abril de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 49/2020

Publicação Nº 2433098

DECRETO Nº 049, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Institui medidas econômico-fiscais de mitigação ao impacto da pandemia do coronavírus (covid-19), aos contribuintes do Município de Lontras/SC e dá outras providências.

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 033, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no supramencionado decreto estadual;

O Prefeito do Município de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, objetivando instituir medidas de mitigação econômico-fiscais ao impacto da pandemia do coronavírus (COVID-19), aos contribuintes do município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados os vencimentos das parcelas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, previsto no artigo 203 e seguintes, da Lei Complementar nº 004/2001, cujo pagamento deverá ser efetuado nos prazos previstos nas tabelas abaixo e atendendo ao seguinte:

§ 1º ISSQN HOMOLOGADO, previsto no inciso II, do artigo 213, da Lei Complementar nº 004/2001:

PARCELA	EDITAL DE LANÇAMENTO	NOVA DATA PAGAMENTO
03	10/04/2020	20/10/2020
04	10/05/2020	20/11/2020

§ 2º O ISSQN HOMOLOGADO dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, conforme disposto na Resolução CGSN 154 de 03 de abril de 2020, fica prorrogado o vencimento do ISS previsto no inciso VIII do caput do art. 13 e na alínea "c" do inciso V do § 3º do art. 18 - A, ambos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, apurados no âmbito do Simples Nacional e devidos pelos sujeitos passivos no prazo abaixo especificado:

I – o Período de Apuração Março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, fica com o vencimento prorrogado para 20 de outubro de 2020, a ser pago na guia DAS do Simples Nacional;

II – o Período de Apuração Abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, fica com o vencimento prorrogado para 20 de novembro de 2020, a ser pago na guia DAS do Simples Nacional.

Art. 2º Fica suspenso, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do presente decreto, o ajuizamento das ações de execução fiscal pelo município.

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto neste artigo os créditos tributários devidos pelos contribuintes, cujo fato gerador tenha ocorrido até 18 de março de 2020.

Art. 3º Fica prorrogada, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do presente decreto, a validade da Certidão Positiva com Efeito de negativa dos contribuintes do município.

Art. 4º Os parcelamentos realizados pelos contribuintes, consolidados até a data de publicação do presente decreto, cujas parcelas tenham seus vencimentos previstos para ocorrer nos meses de abril e maio de 2020, ficam com os vencimentos, das referidas parcelas, prorrogados, respectivamente, para os meses de junho e julho de 2020, conforme os dias de vencimento pactuados nos referidos parcelamentos.

Parágrafo Único. O contribuinte, pessoa física e/ou jurídica, poderá solicitar a emissão de boleto para pagamento da parcela prorrogada através do e-mail cadastro@lontras.sc.gov.br, ou dirigir-se ao Secretaria Municipal da Fazenda, Praça. Henrique Schroeder, 1, Centro, CEP: 89182-000.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em de 08 de abril de 2020.

Lontras/SC, 07 de abril de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 50/2020

Publicação Nº 2432472

DECRETO Nº 50, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2020, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0451.0010.1014	Pavimentação de Ruas e Passeios	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.83.00	Operação de Crédito Interna - Outros	4.690.124,09

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 07 de abril de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

EDITAL 33/2020

Publicação Nº 2432431

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO EM REDE ENERGIZADA, EXTENSÃO MULTIPLEXADA, EXTENSÃO BAIXA TENSÃO, DESLOCAMENTO DE POSTES E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MELHORIA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 27/04/2020; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 27/04/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 06 de abril de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL 34/2020

Publicação Nº 2432956

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

CONCORRÊNCIA N.º 34/2020

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: AFONSO RAUH, GERALDO WOLF, WALTER KRIECK E RIBEIRÃO DO SALTO - TRECHO 03, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 25/05/2020. Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 25/05/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 07 de abril de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2515/2020

Publicação Nº 2432470

LEI Nº 2515, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2020, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0451.0010.1014	Pavimentação de Ruas e Passeios	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.83.00	Operação de Crédito Interna - Outros	4.690.124,09

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 07 de abril de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim
Projeto de Lei nº 12, de 12 de março de 2020.

Luiz Alves**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 (FMS)**

Publicação Nº 2433272

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA COMBATE AO COVID-19 E A ATENDIMENTO AOS PACIENTES DE LUIZ ALVES, CONFORME PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

BASE LEGAL: Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93, concomitantemente ao Art. 4º, caput da Lei nº 13.979/20.

FORNECEDOR: COOPERATIVA DE GRUPOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA – COOPERGIPS (CNPJ: 08.117.345/0001-31).

VALOR: R\$ 6.539,00 (SEIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS).

Luiz Alves, 07 de abril de 2020.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

DECRETO N.º 58/2020

Publicação Nº 2433304

DECRETO N.º 58/2020

Prorroga o prazo previsto nos Decretos Municipais n.º 48/2020 e 49/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e os incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que, no dia 07 de abril de 2020, foi promulgado o Decreto Estadual n.º 550/2020, que prorroga o prazo estabelecido no Decreto Estadual n.º 525/2020, a partir do dia 08 de abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Luiz Alves, às medidas fixadas no Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020, fica prorrogado, por mais 05 (cinco) dias, a partir do dia 08 de abril de 2020, o prazo das medidas de suspensão, previstas no inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 49/2020, que alterou o Decreto Municipal n.º 48/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 1º e no artigo 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 07 de abril de 2020.

MARCOS PEDRO WEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 01/2020 (FMS)

Publicação Nº 2433274

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da empresa COOPERATIVA DE GRUPOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA

– COOPERGIPS (CNPJ: 08.117.345/0001-31) através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a DISPENSA Nº 01/2020, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA COMBATE AO COVID-19 E A ATENDIMENTO AOS PACIENTES DE LUIZ ALVES, CONFORME PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no valor de R\$ 6.539,00 (SEIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS). Dê-se ciência.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 07 de abril de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 19/2020

Publicação Nº 2432906

EXTRATO DO CONTRATO N.º 19/2020

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: WILLIAN POHLMANN MAZZARDO EPP. – CNPJ: 09.688.319/0001-26.

Do objeto: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de serviço de ativação necessária para instalação e contratação com estimativa mensal do uso de serviço de atendimento telefônico na modalidade 0800 – ferramenta com a finalidade de otimização de atendimento das demandas provenientes da população.

Do valor: O valor total contratado será de R\$ 1.978,00 (um mil e novecentos e setenta e oito reais).

Da vigência: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

Luiz Alves, 16 de março de 2020.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2912

Publicação Nº 2432916

DECRETO Nº 2912 de 06 de abril de 2020.

“ADOA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e, ainda,

CONSIDERANDO, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO, a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO, o disposto nos Decretos Estaduais 515 de 17 de março de 2020, 521 de 19 de março de 2020 e o 525 de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Municipal nº 2904 de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

CONSIDERANDO, as orientações da OMS e Ministério da Saúde para evitar aglomerações e lugares fechados, bem como o contato social e laboral;

CONSIDERANDO, que o avanço tecnológico, notadamente a partir da implantação do processo eletrônico, possibilita o trabalho remoto ou a distância;

DECRETA:

Art.1º- Fica determinado o afastamento de suas funções por tempo indeterminado, dos servidores públicos municipais pertencentes do grupo de risco do novo coronavírus, também chamado de Sars-Cov-2, tais como pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, cardiopatas, portadores de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, asma, doença renal crônica), imunodepressão (provocada pelo tratamento de condições autoimunes, como o lúpus ou câncer) e gestantes.

§1º- O levantamento dos servidores a serem afastados será feito pelo Setor de Desenvolvimento Humano com informações do cadastro dos servidores e também das chefias imediatas.

§2º- Os servidores afastados deverão cumprir as recomendações de saúde pública devendo permanecer em regime de quarentena/isolamento pelo período de vigência da situação de pandemia, sob pena de revogação do ato de concessão de afastamento.

§3º- Os servidores afastados, não terão prejuízo de seus salários.

Art. 2º- Poderá ser realizado remanejamento de servidores de outros Setores ou Secretarias para suprir os servidores afastados, mesmo em atividades diversas das de seu cargo de origem, em razão da situação emergencial, desde que obedecidos os requisitos para o exercício das funções conforme legislações específicas atinentes às profissões.

Art. 3º- Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2904 de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

Concessão de férias normais, aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

Concessão de férias antecipadas, aos servidores efetivos, comissionados e temporários com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§1º- Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), mencionados no art. 1º, serão priorizados para o gozo de férias, nos termos do disposto neste Decreto.

§2º- O pagamento da remuneração das férias sejam elas normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§3º- O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§4º- As férias normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art.4º- Os servidores públicos municipais de que trata o art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, bem como, os servidores de atividades meio imprescindíveis ao funcionamento da estrutura, ficam submetidos ao teletrabalho (home office) ou trabalho remoto, em caráter excepcional e provisório, como medida necessária à continuidade das atividades.

§1º- Considera-se teletrabalho, a modalidade de trabalho realizada de forma remota e fora dos prédios públicos do Município, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§2º- O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§3º- Terão prioridade na atuação em teletrabalho os servidores:

I. Que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas;

II. Que possuem filho(s), enteado(s) ou menor(es) sob guarda em idade escolar;

§4º- No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art.5º- Não caberá pagamento de adicional por prestação de serviço extraordinário ou adicional noturno aos servidores autorizados a realizar teletrabalho.

Parágrafo Único - Os servidores que comprovadamente estiverem em teletrabalho farão jus ao auxílio alimentação, pois se encontram em efetivo exercício.

Art. 6º- Constituem deveres do servidor em regime de teletrabalho:

II. Elaborar conforme sua área de atuação, ofícios, estudos, pesquisas, Pareceres, Portarias, minutas de legislação, minuta de contrato e peças judiciais nos prazos estipulados;

III. Atender às convocações feitas para comparecimento presencial, quando não for possível solucionar a questão remotamente, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração;

IV. Manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos nos dias úteis;

V. Manter a chefia informada acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento.

Parágrafo Único - As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em regime de teletrabalho, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.

Art.7º- A chefia, a qualquer tempo, cancelar o regime de teletrabalho para um ou mais servidores caso:

I. Exista justificativa no interesse público;

II. A produtividade do servidor não se mostre compatível com a dos demais servidores;

III. Não haja cumprimento pelo servidor das metas estabelecidas e das demais obrigações previstas no artigo anterior.

Parágrafo Único - No caso de cancelamento do regime de teletrabalho, o servidor voltará a exercer as suas atividades de forma presencial nos prédios públicos do Município seguindo os demais regulamentos já estabelecidos.

Art.8º- Caberá à chefia imediata do servidor definir as metas e os métodos de controle.

Art.9º- O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 19 de março de 2020 até a data de entrada em vigor deste Decreto é considerado como ponto facultativo.

Art.10 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2020.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2913

Publicação Nº 2432918

DECRETO Nº 2913 de 06 de abril de 2020.

“TRANSFERE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA E SUPLEMENTA PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos art. 4º e 5º da Lei nº 1.683 de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam transferidas as dotações abaixo:

I - Recursos ordinários (000, 001 e 002)

Movimento	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	2.280	000	3	90	7.000,00
Anulação	2.503	002	3	90	10.000,00
Suplementação	2.280	000	4	90	7.000,00
Suplementação	2.503	002	3	93	10.000,00

Art.2º- Ficam suplementadas as dotações abaixo provenientes do excesso de arrecadação:

I - Programa Brasil Carinhoso - Apoio as creches (113)

Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
2.709	3	90	118,90

II - COVID-19 União (521)

Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
2.502	3	90	16.431,93

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2020.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2020.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2914

Publicação Nº 2432919

DECRETO Nº 2914 de 06 de abril de 2020.

“SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA(SC) - CMSB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeado WILLIAN GEMINIZAK em substituição a MARCELO KRUG, como suplente, representante das Associações de Moradores, REPRESENTANTE DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS, junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA(SC) - CMSB.

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 2.667 de 06 de novembro de 2018 permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2915

Publicação Nº 2432943

DECRETO Nº 2915 de 06 de abril de 2020.

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM - COBRADE: ESTIAGEM - 1.4.1.0.0, CONFORME IN 02/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012, e,

CONSIDERANDO, que a estiagem provocada pela redução das precipitações pluviométricas, desde os meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, provocaram danos e prejuízos aos agricultores, comprometendo também as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água do Município de Luzerna;

CONSIDERANDO, que a falta de precipitação pluviométrica em três meses, resultou em significativos prejuízos econômicos e vulnerabilidade

social;

DECRETA:

Art.1º- Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do MUNICÍPIO DE LUZERNA afetadas pela redução de precipitação pluviométrica em virtude do desastre classificado e codificado, conforme IN nº 02/2019, como Estiagem - 1.4.1.0.0.

Art.2º- Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art.3º- Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e, caso necessário, a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art.4º- Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art.5º- As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do Orçamento fiscal vigente.

Art.6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2916

Publicação Nº 2433136

DECRETO Nº 2916 de 07 de abril de 2020.

“APROVA O PROJETO “APADRINHAMENTO SOCIAL” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica APROVADO o PROJETO “APADRINHAMENTO SOCIAL”, realizado em conjunto com os Municípios de Joaçaba e Herval d’Oeste e que objetiva a inscrição de entidades e pessoas físicas dos Municípios de Luzerna, Joaçaba e Herval d’Oeste, para celebração de parceria na forma de Termo de Adesão com vista ao atendimento de famílias residentes nos Municípios de Luzerna, Joaçaba e Herval d’Oeste, em situação de vulnerabilidade social, para fornecimento de itens conforme tópico 8 do Projeto, com cadastro e fiscalização das Secretarias com atribuição de assistência social dos três Municípios e monitoramento da Secretaria ou Diretoria Municipal de Assistência Social do respectivo Município de residência da família contemplada.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2917

Publicação Nº 2433149

DECRETO Nº 2917 de 07 de abril de 2020.

“ALTERA O art. 1º do DECRETO Nº 1474 de 28 de março de 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art.39 e c/c art. 44 da Lei Complementar nº 106 de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - O art. 1º do Decreto nº 1474 de 28 de março de 2012, que “Institui Tabela de preços para tarifas de veículos de aluguel que especifica e dá outras providências”, passará a ter a seguinte redação:

“Art.1º- Ficam fixadas as tarifas taximétricas de acordo com os seguintes valores, sendo:

Bandeirada	R\$ 6,50
km Bandeira 01	R\$ 4,50
km Bandeira 02	R\$ 5,50
Hora Parada	R\$ 21,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2020.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2918

Publicação N° 2433291

DECRETO N° 2918 de 07 de abril de 2020.

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID - 19), NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), RATIFICA MEDIDAS DISPOSTAS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nº 2904 de 18 de março de 2020, 2907 de 24 de março de 2020 e 2910 de 31 de março de 2020, que implementavam ações, no âmbito do Município de Luzerna(SC), para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais nºs. 509, 515, 525 e 535;

CONSIDERANDO, que no dia 07 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 550, por meio do qual dispôs sobre prorrogação das medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública.

DECRETA:

Art.1º- Este Decreto dispõe sobre a prorrogação do prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Art. 2º- Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 550 de 07 de abril de 2020, ficam prorrogadas pelo período de 05 (cinco) dias, contados de 08 de abril de 2020, as medidas restritivas de isolamento social dispostas no art. 2º, inciso I do Decreto Municipal nº 2907 de 24 de março de 2020.

Art.3º- As demais medidas restritivas de isolamento social previstas em Decretos anteriores permanecem com suas vigências inalteradas.

Art.4º- Ratificam-se em âmbito municipal, no que couberem, as disposições do Decreto Estadual nº 550 de 08 de abril de 2020 e da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Art.5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 068/20

Publicação N° 2432563

PORTARIA N° 068/20 de 07 de abril de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 2912 de 06 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Acasir Dutra	Operador de Máquinas	02/04/2019 a 01/04/2020	08/04/2020 a 07/05/2020

Ana Claudia Miotto	Contadora	04/09/2018 a 03/09/2019	08/04/2020 a 22/04/2020
Bruna Demartini Stul	Agente de Copa e Limpeza	02/01/2019 a 17/02/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Cheila Pegoraro	Assistente Administrativa	04/01/2018 a 03/01/2019	07/04/2020 a 26/04/2020
Elton de Souza	Monitor de Informática	01/01/2019 a 31/12/2019	08/04/2020 a 27/04/2020
Felipe Augusto Deige	Diretor de Esportes	07/02/2019 a 06/02/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Felipe Zardo Dalla Nora	Assistente Administrativo	01/03/2018 a 28/02/2019	08/04/2020 a 27/04/2020
Fernando Nava	Assistente Administrativo	15/03/2019 a 14/03/2020	01/04/2020 a 30/04/2020
Francisco Carlos Bennemann	Agente de Obras e Serviços	11/04/2019 a 10/04/2020	08/04/2020 a 07/05/2020
Isabela Toscan Mitterer Berkembrock	Psicóloga	02/01/2019 a 01/01/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
Jairo Cassol	Motorista	10/01/2019 a 09/01/2020	08/04/2020 a 01/05/2020
Jane Elisa Otto Brandalise	Assistente Administrativa	02/01/2018 a 01/01/2019	08/04/2020 a 17/04/2020
Jane Elisa Otto Brandalise	Assistente Administrativa	02/01/2019 a 01/01/2020	18/04/2020 a 27/04/2020
Joanna Engracia Zambiazzi	Coordenadora de Atendimento ao Produtor Rural	04/01/2019 a 03/01/2020	27/04/2020 a 16/05/2020
Patricia Rosana Cordeiro	Assistente Administrativa	08/02/2020 a 07/02/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Paula Buttner	Assistente Administrativa	02/04/2019 a 01/04/2020	02/04/2020 a 01/05/2020
Paulo Mattes	Operador de Máquinas	02/01/2019 a 01/01/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Régis Valter Weiser	Engenheiro Agrônomo	04/01/2018 a 03/01/2019	06/04/2020 a 25/04/2020
Sonia Jesus de Oliveira	Agente de Copa e Limpeza	11/05/2018 a 10/05/2019	08/04/2020 a 27/04/2020
Valdecir Richardi	Operador de Máquinas	15/03/2018 a 14/03/2019	08/04/2020 a 27/04/2020
Vanusca Denize da Silva	Controladora Interna	18/01/2019 a 17/01/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
Zélia Terezinha Tedesco	Agente de Copa e Limpeza	01/04/2018 a 31/03/2019	08/04/2020 a 27/04/2020

Art.2º- CONCEDER o adiantamento do gozo de férias aos servidores abaixo relacionados em razão da pandemia do COVID-19.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Ana Paula Silveira	Merendeira	04/03/2020 a 03/03/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Ana Paula Tibes	Merendeira	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Arlete Giacomini Bertha	Técnica em Enfermagem	21/06/2019 a 20/06/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Belonice Dutra de Lemos	Merendeira	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Carla Alves Scheffler	Fiscal de Obras e Posturas	06/01/2020 a 05/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Claudete Sbruzzi	Agente de Copa e Limpeza	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Cristiane Fátima Cassul de Menezes	Merendeira	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva	Diretora de Cultura	01/01/2020 a 31/12/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Elizane Thais Michel	Merendeira	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Eloi Krug	Motorista	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Ivone Ebert	Agente de Copa e Limpeza	05/06/2019 a 04/06/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Janice Maria do Sacramento	Merendeira	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Juliana Corbani	Engenheira Civil	22/04/2019 a 21/04/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Jussara Terezinha Becki Pereira	Merendeira	01/01/2020 a 31/12/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Lucelia Severo de Oliveira	Agente de Copa e Limpeza	03/05/2019 a 03/05/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Luciana dos Anjos	Merendeira	02/03/2020 a 03/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Marcos Heckler Hoffelder	Motorista	01/01/2020 a 31/12/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Marisangela Martins de Oliveira	Agente de Copa e Limpeza	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Mateus Paulo Nunes	Motorista	18/10/2019 a 17/10/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Nilson Albuquerque	Agente de Obras e Serviços	29/06/2019 a 28/06/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Pablo Luan Tessari	Facilitador de Oficina - Capoeira	05/02/2020 a 04/02/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Silverio Da Caz	Agente de Obras e Serviços	01/08/2019 a 31/07/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Silvia Scheitel	Agente de Copa e Limpeza	02/01/2020 a 01/01/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
Tainá Tessari	Nutricionista	01/01/2020 a 31/12/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
Valadir Terezinha de Vargas	Professora – 30 horas	01/10/2019 a 30/09/2020	08/04/2020 a 22/04/2020

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2020.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 069/20

Publicação N° 2432568

PORTARIA N° 069/20 de 07 de abril de 2020.

“PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício, em conformidade com os arts.89 e 95 da Lei Complementar nº 164 de 27/04/2017 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias a licença maternidade da servidora GISLAINE CRISTINA FIOREZZE, Agente de Copa e Limpeza, 44 horas semanais, Nível I, Padrão “A”, do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I, da Tabela de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 15 de Abril de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2916 - PROJETO APADRINHAMENTO SOCIA

Publicação Nº 2433137



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

PROJETO APADRINHAMENTO SOCIAL**1. JUSTIFICATIVA:**

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova concepção de direitos sociais ao reconhecê-los enquanto fundamentais, representando um grande avanço na busca pela igualdade social, por uma sociedade mais livre, justa e solidária e a busca pela redução das desigualdades sociais. Dentre este rol, efetivado no artigo 6º, encontra-se a assistência social, garantido pelos 203 e 204 da referida Carta Magna.

A Lei n. 8.742/83, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, reafirma no seu artigo primeiro que “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

No artigo 204 da Constituição Federal destaca-se a participação da sociedade civil tanto na execução dos programas por intermédio das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis.

Sob esse aspecto a política Nacional de Assistência Social - PNAS elaborada em 2004, afirma que:

“A Lei Orgânica de Assistência Social propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social para quem dela necessitar. A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. (PNAS, 2004, p. 47 - 48)

Deste modo, é necessário pensar a política de Assistência Social de maneira integrada e organizada, no que diz respeito ao envolvimento da sociedade civil enquanto parceira do Sistema Único de Assistência Social. Em um contexto de demandas sociais oriundas de cenários de calamidade ou emergência pública, a parceria da sociedade civil é fundamental no atendimento das demandas da assistência social.

Assim, considerando a ocorrência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 2020, bem como o decreto Decreto Estadual n. 515 e seguintes, que Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos

**Herval D'Oeste/SC****Joaçaba/SC****Luzerna/SC**

do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19 e levando-se em conta, ainda, o Decreto Municipal n. 5.905 de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal n. 5.908, de 18 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, a Secretaria de Assistência Social de Joaçaba apresenta este projeto com o objetivo de organizar as demandas que chegam à Política de Assistência Social, em parceria com a sociedade civil que deseja de modo ordenado destinar donativos a serem destinados às famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade em decorrência da pandemia.

Este projeto justifica-se, sobretudo, porque durante e posteriormente ao período de calamidade, que atinge, para além da saúde pública, a economia, afetando sobremaneira profissionais autônomos e trabalhadores que podem vir a serem desligados de seus empregos, tanto famílias em situação de vulnerabilidade podem ter sua condição agravada, como famílias que anteriormente não precisavam de suportes da Assistência Social podem passar a demandá-los, sendo importante assegurá-los localmente, de acordo com as demandas apresentadas ao SUAS.

Para amenizar tal quadro, necessária a organização da sociedade civil, em parceria com o Poder Público, para que sejam identificadas e contempladas as famílias que estejam precisando ou venham precisar de apoio para suas subsistências, notadamente alimentação. Pensando nestas demandas o projeto foi idealizado e pensado por sugestão do Ministério Público de Santa Catarina atuante nas Comarcas de Joaçaba e Herval D'Oeste, como forma de auxiliar os gestores desta política pública a organizar tais iniciativas.

Destarte, o projeto levará em consideração as normativas legais relacionadas ao benefício eventual dos municípios de Herval D'Oeste, Joaçaba e Luzerna, onde o apadrinhamento social será implantado.

Em Joaçaba, a Lei Municipal n. 5.175, de 6 de julho de 2018, que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social no município de Joaçaba, prevê a articulação intersetorial conforme o artigo abaixo:

Art. 13 Para o atendimento em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública, o Benefício Eventual deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do art. 22 da Lei 8.742, alterada pela Lei 12.435 de 2011. (JOAÇABA/SC, lei 5.175/2018)

O Município de Herval D'Oeste, na Lei 3.210/2017, de 04 de outubro de 2017, garante no artigo 12, a mesma previsão.

Do mesmo modo, o Município de Luzerna, por meio da Lei n. 1.560, de 12 de dezembro de 2017, faz a previsão de situações de emergência e calamidade pública no art. 20, § 2º.



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

As normativas acima expressas levam em consideração a prestação de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade, que está prevista no *caput* do art. 22 da LOAS, e foi regulamentada pelo Decreto n. 6.307/07, que define emergências como situações que causam perdas, riscos e danos à integridade pessoal e familiar, podendo-se englobar a atual pandemia pelo Coronavírus nessa definição.

2. OBJETIVO GERAL:

Inscrição de Entidades e Pessoas Físicas do Municípios de Herval D'Oeste, Joaçaba e Luzerna para celebração de parceria na forma de Termo de Adesão com vista ao atendimento de famílias residentes nos Municípios de Herval D'Oeste, Joaçaba e Luzerna, em situação de vulnerabilidade social, para fornecimento de itens conforme tópico 8 deste projeto, com cadastro e fiscalização das Secretarias com atribuição de assistência social dos três municípios e monitoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social do respectivo município de residência da família contemplada.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Garantir o acesso à segurança da acolhida, prevista na política de assistência social, que consiste na provisão de necessidades humanas básicas materializando o direitos à alimentação.
- b) Inscrever pessoas físicas e jurídicas que desejam destinar doações às famílias atendidas pela política de Assistência social;
- c) Organizar a rede socioassistencial com vista ao atendimento de demandas de doações oriundas de pessoas físicas e entidades constituídas;
- d) Definir critérios e padrões de atendimento;
- e) Realizar doações de cestas básicas e outros itens previstos neste projeto para as famílias cadastradas pelas Assistências Sociais de Herval D'Oeste, Luzerna e Joaçaba.

4. PARTICIPANTES DO PROJETO

Município de Herval D'Oeste
Município de Joaçaba
Município de Luzerna

5. PÚBLICO ALVO

Famílias em situação de vulnerabilidade social, assim definidas de acordo com a política municipal de assistência social.



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

6. ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Elaborar termos e documentos para a inscrição;
- b) Lançar edital de chamamento para inscrever pessoas físicas e jurídicas;
- c) Inscrever as famílias vulneráveis em cadastro único do projeto, tendo por base parecer da equipe técnica da assistência social do respectivo município de residência da família acolhida;
- d) Organizar lista única de famílias de Herval D'Oeste, Joaçaba e Luzerna que necessitem do auxílio, mediante consulta prévia à inscrição ao cadastro já existente que será compartilhado entre as Secretarias por meio do Google Drive;
- e) Tomar compromisso de cada entidade ou pessoa física aderente ao programa quanto ao quantitativo e espécie de itens que se responsabilizará a doar por meio do termo de adesão;
- f) Entregar os produtos recebidos dos aderentes às famílias em situação de vulnerabilidade social previamente cadastradas;
- g) Coletar assinatura do representante da família beneficiária do projeto no Termo de Recebimento (modelo do Anexo II);
- h) Acompanhar a família que esteja recebendo o auxílio, inclusive para fins de descadastramento.

7. ATRIBUIÇÕES DA PESSOA FÍSICA E/OU ENTIDADE INSCRITA:

- a) Atender a quantidade de itens no qualitativo, quantitativo e prazos previamente definidos no termo de adesão assinado no momento da inscrição.

8. DOS BENEFÍCIOS CRIADOS:

8.1. Item 1: cesta básica grande, contendo os seguintes produtos:

- Feijão preto – 2kg;
- Óleo de soja 900 ml – 2 latas;
- Arroz parboilizado tipo 1 – 5 kg;
- Açúcar refinado – 5 kg;
- Farinha de fubá fina - 2 kg;
- Farinha de trigo especial - 5 kg;
- Achocolatado em pó – 800g;
- Café em pó – 1 kg;
- Biscoito doce sortido – 800g;
- Massa c/ ovos - 2 kg;
- Sardinha 125g – 5 latas;
- Extrato/molho de tomate 340g – 2 latas;
- Doce de frutas 400g – 1 pote;

**Herval D'Oeste/SC****Joaçaba/SC****Luzerna/SC**

- Leite UHT integral – 12 caixas de 1 litro;
- Sabonete 90g - 4 unidades;
- Xampu 400ml;
- Creme dental 180g - 2 unidades;
- Sabão em barra - 1kg;
- Sabão em pó - 1kg;
- Detergentes de louça - 4 unidades;
- Água sanitária - 2 litros.

8.2. Item 2: Cesta básica pequena contendo os seguintes produtos:

- Feijão preto – 1kg;
- Óleo de soja 900 ml – 1 latas;
- Arroz parboilizado tipo 1 – 2kg;
- Açúcar refinado – 2 kg;
- Farinha de fubá fina - 1 kg;
- Farinha de trigo especial - 3 kg;
- Achocolatado em pó – 400g;
- Café em pó – 500g;
- Biscoito doce sortido – 800g;
- Massa c/ ovos - 1 kg;
- Sardinha 125g – 2 latas;
- Extrato/molho de tomate 340g – 1 latas;
- Doce de frutas 400g – 1 pote;
- Leite UHT integral – 6 caixas de 1 litro;
- Sabonete 90g - 2 unidades;
- Xampu 200ml;
- Creme dental 180g - 1 unidade;
- Sabão em barra - 600g;
- Sabão em pó - 500kg;
- Detergentes de louça - 2 unidades;
- Água sanitária - 1 litros.

8.3. Item 3: fraldas infantis (pacotes)**8.4. Item 4: carga de gás botijão 13kg****9. CUSTOS**

Não há previsão de custos ou gastos públicos diretos com os itens do projeto, uma vez que os itens serão providenciados pelas entidades ou pessoas físicas inscritas.



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

10. DO PRAZO

O presente projeto não contempla prazo determinado, ficando vigente enquanto perdurar os efeitos da pandemia.

11. DA FORMALIZAÇÃO DO PROJETO/VIGÊNCIA

O presente projeto entrará em vigor na data da publicação de decreto municipal que o aprovar.

12. DA PUBLICIDADE

O presente projeto será divulgado pelos Municípios ao menos nas suas páginas oficiais, com indicação das entidades aderentes que aceitem a divulgação, quantitativos mensalmente doados e contas bancárias para doações.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Brasília, BF: **Senado Federal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm, acesso em 06/01/2020.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Brasília, DF: MDS/SNAS, nov. 2004. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf, acesso em 03/04/2020.

_____. **Portaria nº 54, de 1º de abril de 2020**. disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>, acesso em 02/04/2020.

HERVAL D'OESTE/SC. **Lei 3.210/2017, de 04 de outubro de 2017**. Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/h/herval-do-oeste/lei-ordinaria/2017/321/3210/lei-ordinaria-n-3210-2017-dispoe-sobre-a-regulamentacao-da-concessao-de-beneficios-eventuais-em-virtude-de-nascimento-morte-situacoes-de-vulnerabilidade-temporaria-e-de-calamidade-publica-no-ambito-da-politica-municipal-de-assistencia-social?q=beneficios%20eventuais> Acesso em 06/04/2020.

JOACABA/SC. **Lei 5.175, de 06 de julho de 2018**. Dispõe sobre a regulamentação dos benefícios eventuais no âmbito da política pública de Assistência Social e revoga Lei nº 4.202/2011. Disponível em



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joacaba/lei-ordinaria/2018/518/5175/lei-ordinaria-n-5175-2018-dispoe-sobre-a-regulamentacao-dos-beneficios-eventuais-no-ambito-da-politica-publica-de-assistencia-social-e-revoga-lei-n-4202-2011?q=beneficios+eventuais>, acesso em 06/04/2020.

LUZERNA/SC. **Lei nº 1.560, de 12 de dezembro de 2017**, Dispõe sobre a regulamentação dos benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/luzerna/lei-ordinaria/2017/156/1560/lei-ordinaria-n-1560-2017-dispoe-sobre-a-regulamentacao-dos-beneficios-eventuais-no-ambito-da-politica-publica-de-assistencia-social-e-da-outras-providencias?q=benef%C3%ADcios+eventuais>, acesso em 06/04/2020.



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

ANEXO I - TERMO DE ADESÃO

Nome e CNPJ ou CPF:	
Responsável legal (CNPJ):	
Concorda com a divulgação	() Sim () Não

Pelo presente, o proponente acima qualificado adere ao Projeto de Apadrinhamento Social, comprometendo-se a entregar mensalmente os itens quantificados abaixo, pelo prazo de ____ meses.

Item 1 - cesta básica grande ()
Item 2 - cesta básica pequena ()
Item 3 - fraldas (____ fraldas tamanho ____)
Item 4 - botijão de gás 13kg ()

Local, data.

Assinatura



Herval D'Oeste/SC



Joaçaba/SC



Luzerna/SC

ANEXO II - TERMO DE RECEBIMENTO

Nome do usuário:	
Responsável pela entrega:	

Pelo presente, o beneficiário acima indicado declara que recebeu:

Item 1 - cesta básica grande ()

Item 2 - cesta básica pequena ()

Item 3 - fraldas (____ fraldas tamanho ____)

Item 4 - botijão de gás 13kg ()

Local, data.

Assinatura do usuário

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 06

Publicação N° 2433289

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 06
DE 07 DE ABRIL DE 2020

ALTERA O DECRETO LEGISLATIVO N. 04, DE 24 DE MARÇO DE 2020, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que altera o art. 7º do Decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências,

DECRETA

Art. 1º O art. 2º do Decreto Legislativo nº 04, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam suspensos, pelo período de 5 (cinco) dias, contados a partir do dia 08 de abril de 2020, o expediente da Câmara Municipal de Mafra, bem como as sessões ordinárias e demais atividades administrativas e legislativas.

Parágrafo Único. Fica permitida a realização de sessão extraordinária, na forma do art. 28 da Lei Orgânica Municipal."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 08 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 07 de abril de 2020.

Eder Gielgen
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

ATA N. 02 - PREGAO PRESENCIAL Nº 014/2020

Publicação Nº 2432671

ATA 02
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGAO PRESENCIAL Nº 014/2020

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO RESERVADA A PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO PARA A EMPRESA TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA E ABERTURA DO PRAZO DAS CONTRARRAZÕES.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de um trator agrícola para uso no Departamento de Agricultura do município de Maracajá/SC, conforme Convênio Federal nº 889776/2019.

Às dez horas, do dia sete, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada pelo Decreto nº 23/2020, para registro do recebimento, dentro do prazo legal, do recurso administrativo interposto pela empresa TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA. Portando, passada a fase de interposição de recursos com relação as "razões" a Comissão, dando continuidade ao presente processo, abre o prazo de 3 (tres) dias para apresentação das CONTRARRAZÕES, devidamente fundamentadas, prazo este contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data de publicação desta ATA no Diário Oficial do Município - DOM. As empresas serão comunicadas através de publicação da presente ata no Diário Oficial do Município (DOM). Os autos do processo encontram-se disponíveis aos interessados no Departamento de Compras e Licitação. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão as 10h15min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos integrantes da Comissão de Licitações. Maracajá, 07 de abril de 2020.

GRASIELA BECKER	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA	HELDER FRANCISCO LOCH
Pregoeira	Equipe de Apoio	Equipe de Apoio TATIANE

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2020 – CASA LAR

Publicação Nº 2433319

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2020 – CASA LAR

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Contratada: Associação Irmã Carmen – Casa Lar

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEM, com a finalidade de promover Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em modalidade de casa lares, nas situações previstas pela Lei nº 8.069 de 13 de junho 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente de acordo com as orientações da Resolução CNAS 109/09, conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Administração Municipal, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

RECURSOS FINANCEIROS

O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, 9 (nove) parcelas no valor de R\$ 4.740,80 (Quatro mil setecentos e quarenta reais e oitenta centavos) mensalmente, totalizando o montante de 42.667,20 (Quarenta e dois mil seiscentos sessenta e sete reais e vinte centavos) durante o exercício de 2020.

Maracajá, 07 de abril 2020.

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2020 - APAE

Publicação Nº 2433321

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2020 - APAE

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJÁ - APAE

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJÁ - APAE, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Administração Municipal, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

RECURSOS FINANCEIROS

O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, 8 (oito) parcelas no valor de R\$ 11.111,00 (Onze mil cento e onze reais) e uma parcela de R\$ 11.112,00 (Onze mil cento e doze reais) mensalmente, totalizando o montante total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) durante o exercício de 2020.

Maracajá, 07 de abril 2020.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 386/2020

Publicação Nº 2433373

DECRETO Nº 386, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretária Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período 23 de março a 30 de abril de 2020, GIOVANA PANDOLFO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.925.809-84, para ocupar o cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2020.

Maravilha – SC, 7 de abril de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 024/2020

Publicação Nº 2432811

PORTARIA Nº 024/2020

Autoriza a realização excepcional de atividades laborais em regime home office e dispõe sobre a forma de proceder no caso de atividades que não possam ser realizadas por meio remoto, pelos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal em razão da pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19).

Natalino Prante, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Maravilha e Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal. E, em consonância com a Lei Federal nº 13.979/2020, Decretos nºs 515/2020; 525/2020 e 535/2020, todos de autoria do Governo do Estado de Santa Catarina, Decreto nº 355/2020, de autoria do Poder Executivo de Maravilha; e Atos da Presidência nºs 001/2020; 002/2020 e 003/2020 deste Poder Legislativo,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a realização excepcional de atividades laborais em regime home office, quando a atividade/função do servidor assim permitir, período este em que os mesmos devem elaborar relatório diário das atividades desenvolvidas à distância, para posterior apresentação ao setor de pessoal da Casa de Leis. Referidos documentos podem ser digitalizados e encaminhados por meio eletrônico.

Art. 2º A forma de proceder para atividades/funções que não possam ser realizadas por meio remoto, dar-se-á da seguinte forma:

- 1) Concessão imediata de férias e licença prêmio aos servidores que já completaram o período aquisitivo e fazem jus a tais benefícios;
- 2) Antecipação da concessão de férias aos servidores que irão completar o período aquisitivo até o mês de julho de 2020, podendo tal data ser postergada o caso de manutenção da situação de pandemia;
- 3) Flexibilização da jornada de trabalho, mantendo-se uma equipe mínima/reduzida para realização das atividades essenciais aos trabalhos e manutenção da Casa de Leis, com a compensação das horas não trabalhadas até o final do ano de 2020.

Art. 3º Os servidores que realizarem seus trabalhos em regime home office estão dispensados do controle de ponto, servindo o relatório diário das atividades desenvolvidas à distância como justificativa.

Art. 4º As atividades de Diretor Geral da Casa/Tesoureiro e Assessoria Jurídica (assessoramento direto ao Presidente) e Contadoria permanecem à disposição da Presidência da Casa e demais vereadores, podendo ser contatados por meio de telefone, e conforme necessidade de tomada de decisões e de medidas voltadas à manutenção dos trabalhos essenciais da Casa de Leis, situações de urgência/emergência, elaboração de documentos oficiais, suporte e orientação ao Presidente.

Art. 5º Os servidores que fazem parte do grupo de risco e/ou que apresentarem sintomas da doença ou mesmo gripais, podem se ausentar das atividades, mediante comunicação escrita ao Presidente da Casa e/ou Diretor Geral, a qual pode ser encaminhada por meio eletrônico, e se for o caso, ter suas ausências como justificadas.

Art. 6º Todos os servidores, exceto aquelas situações descritas no artigo 5º desta Portaria, ficarão à disposição do serviço público, podendo ser convocados a trabalhar conforme necessidade do órgão (situação de urgência/emergência).

Art. 7º Aos servidores que desenvolverem suas funções/atividades internas será observado pela Casa de Leis todas as condições para exercerem suas atividades com a maior segurança, conforme orientação do Ministério da Saúde e Portarias de Governo Estadual, como uso de máscaras, luvas, higienização frequente do local de trabalho, observação do distanciamento mínimo entre os servidores, entre outras medidas recomendadas.

Art. 8º Não será permitida a aglomeração de pessoas, devendo ser cumprido o distanciamento mínimo entre os servidores, conforme orientação do Ministério da Saúde e portarias de Governo Estadual.

Art. 9º Excepcionalmente, e havendo necessidade da Casa de Leis, os servidores poderão ser chamados a desenvolver outras funções além daquelas atribuídas em seu cargo.

Art. 10 Uma vez cessada as medidas de isolamento e sendo permitido pelas autoridades competentes o retorno dos servidores públicos ao trabalho, a Casa de Leis poderá convocar os servidores para retornar as suas funções com normalidade.

Art. 11 Esta portaria tem seus efeitos retroagidos a data de 01 de abril de 2020.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Maravilha, 07 de abril de 2020.

Natalino Prante
Presidente

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 057/2020

Publicação Nº 2432572

DECRETO Nº 057/2020

De 1º/04/2020

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA MANTER O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19), INSTITUI A COMISSÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente a Lei orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 044/2020, que implementou ações, no âmbito do Município de Marema/SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Situação de Emergência estipulada pelo Decreto Municipal nº 046, de 18/03/2020, assim como O Estado de Calamidade fixada pela União;

CONSIDERANDO o Calendário Fiscal do Município, fixado pelo Decreto nº 015, de 10/01/2020, com necessidade adiamento dos prazos para fazer frente às suspensões de serviços públicos e privados,

CONSIDERANDO a perspectiva de aumento dos gastos e de redução da receita, ante a diminuição da atividade econômica, em decorrência do enfrentamento ao Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas, inclusive, para que se possa dar prioridade as despesas com a saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de manutenção da receita;

CONSIDERANDO a necessidade da correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO que o equilíbrio da execução orçamentária é exigência da qual a Administração não pode se afastar e em tempos de gastos extraordinários e recursos escassos, a correta aplicação dos recursos públicos se mostra ainda mais importante;

CONSIDERANDO que, inobstante o art. 65, da LRF preveja a suspensão dos prazos constantes dos arts. 23, 31 e 70, mediante reconhecimento da declaração de emergência ou calamidade pública pelo Poder Legislativo, em nível Estadual ou Federal, o replanejamento das contas públicas é medida que se impõe;

CONSIDERANDO que o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização são pontos fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO as orientações do TCE/SC, editadas em 27/03/2020, diante da situação de calamidade pública e de emergência Estadual e Municipais, declarados em razão do coronavírus, inclusive, no sentido de que:

Enquanto durarem os efeitos do Decreto nº 18.332/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, aplica-se o disposto no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000):

I - Os municípios estão dispensados do atingimento dos resultados fiscais fixados pelas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como de proceder à limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei Complementar n. 101/2000. II - Está suspensa a contagem de prazo para recondução ao limite máximo de despesas com pessoal, previsto no artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000, para os municípios que extrapolaram ou vierem a extrapolar o referido limite.

Encontram-se suspensas: I - as sanções previstas nos Parágrafos 3º e 4º do artigo 23 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, aos municípios que tenham extrapolado o limite máximo com despesas de pessoal antes da vigência ou enquanto durarem os efeitos do decreto de calamidade pública, e que não venham a cumprir as regras de recondução das despesas de pessoal aos referidos limites, ainda que o descumprimento venha a ocorrer no primeiro quadrimestre do ano corrente (no qual seria aplicável a regra do último ano de mandato). II - as sanções decorrentes do eventual descumprimento do limite máximo da dívida consolidada, previsto no artigo 31 da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos da ADIN 5367, do STF, em que restou afastada a incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF, restando por consequência, afastada a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação do Covid-19, para os Municípios que decretarem situação de calamidade pública.

Obs: quanto a decretar ou não a calamidade pública, TCE sinalizou que os Municípios poderiam decretar a situação de calamidade pública, independe de possuírem os requisitos para tanto, vez que a decretação não buscaria a homologação em órgãos como a defesa civil, mas sim, o aproveitamento dos efeitos da decisão proferida na referida ADIN 6357. Cabe a cada Município acatar ou não tal interpretação, bem como aquela que se refere a extensão aos Municípios dos efeitos do Decreto Estadual que decretou calamidade pública, bastando tal reconhecimento para que os Municípios pudessem decretar também a calamidade pública);

DECRETA

Art. 1º Ficam vedadas, exceto para os casos e serviços essenciais estabelecidos no Decreto Municipal 044, de 18/03/2020, e outras situações excepcionais devidamente justificadas, as seguintes condutas:

I - a nomeação, contratação ou qualquer forma de admissão de pessoal para o serviço público municipal;

II - a concessão de novas vantagens, adicionais, gratificações ou quaisquer outros acréscimos pecuniários;

III - a realização e pagamento de serviços ou horas extraordinárias;

IV - a participação de servidores em eventos, congressos, seminários, etc., que impliquem em pagamento de inscrições, diárias ou indenização de despesas, inclusive de deslocamento;

V - a locação de novos imóveis.

Art. 2º Para fins de redução de despesas, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

I - concessão de licença prêmio aos servidores efetivos;

II - concessão de férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados;

III - concessão de férias normais, aos servidores efetivos e comissionados, atualizando-se o número de férias que porventura já se encontram vencidas;

IV - concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos com período aquisitivo incompleto, exceto, aos servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde, aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 044, de 18 de março de 2020 e aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município;

V - adoção do trabalho na modalidade teletrabalho (home office);

VI - adoção de horário especial de expediente, que passará a ser 07:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 17:00 hs;

VII - reestruturação e revisão dos cargos comissionados, das funções gratificadas e de outras gratificações de natureza eventual;

VIII - desvinculação dos servidores já aposentados pelo Regime Geral da Previdência, com fundamento na EC nº 103/2019;

IX - realização de alterações de contratos e instrumentos congêneres para readequação de prazos, reequilíbrio econômico financeiro, suspensão ou até extinção contratual, nos termos das orientações do TCE, emitidas em 27/03/2020;

X - verificação das disposições contratuais, identificando a possibilidade de suspensão total ou parcial, nos casos de serviços prestados em caráter continuado;

XI - realizar compra coletiva, envolvendo a participação de distintas unidades da federação, como por exemplo, os consórcios públicos, com o propósito de gerar economia de escala e assim obter preços mais vantajosos, desde que atendidos os critérios estabelecidos para realização das licitações compartilhadas e emitidas pelo TCE/SC, em 27/03/2020;

XII - aderir a atas de registro de preços de outro órgão — “carona” — mesmo que de outra esfera de poder (municipal, estadual ou federal), obedecidas as condições do Prejudicado 1895, eis que a utilização do “carona” pode se mostrar vantajosa, tanto economicamente como para a qualidade, eficiência e efetividade da aquisição ou contratação;

XIII - racionalizar o consumo de água, energia elétrica, telefonia (fixa e móvel) e correios;

XIV - contingenciar novos investimentos na área de tecnologia da informação, com exceção daqueles necessários aos projetos estruturantes do Município, sem prejuízo dos projetos em curso;

XV - contingenciar despesas próprias com consultoria técnica;

XVI - contingenciar a aquisição de materiais de consumo;

XVII - racionalizar a liberação dos materiais de almoxarifado.

XVIII - revisar as viagens a serem empreendidas com veículos oficiais, de representação ou não, independentemente da quilometragem, exceto os casos necessários ao enfrentamento ao coronavírus;

XIX - renegociar as locações de imóveis vigentes;

XX - suspender e não implantar novos projetos que resultem em aumento de despesa, salvo situações extraordinárias e projetos necessários de TI;

XXI - suspender as cessões de pessoal para outros Órgãos, salvo se não houver ônus para o Município.

Art. 3º Para fins de manutenção da receita, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

- I - disponibilização de equipe do município para auxiliar as pequenas empresas na captação de recursos junto às instituições financeiras e referentes aos benefícios concedidos pelo Governo Federal;
- II - realização de campanhas de conscientização da população, no sentido de que a aquisição de produtos e serviços locais, vai refletir no movimento financeiro e consequentemente na receita municipal;
- III - prorrogação do prazo para pagamento dos tributos municipais e parcelamento, mediante lei autorizativa, em cumprimento ao princípio da legalidade e da indisponibilidade dos créditos públicos;
- IV - ampliação da realização das compras públicas junto às micro e pequenas empresas incentivando sua sustentabilidade, colaborando para a estabilidade da economia local e preservando o emprego e a renda de seus cidadãos, devendo-se observar o disposto no capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado e simplificado nas aquisições públicas para as micro e pequenas empresas;
- V - levantamento acerca do número de trabalhadores autônomos existentes no Município, com objetivo de auxiliá-los no acesso as iniciativas do Governo Federal;
- VI - reavaliar todas as previsões orçamentárias do Município, vez que é necessário prever a intensidade do impacto e o desequilíbrio das contas públicas;

Art. 4º Mesmo durante a situação de emergência, da excepcionalidade da situação, as prestações de contas e a transparência dos atos são medidas que se impõem, em cumprimento às Leis de Acesso à Informação, de Transparência e especialmente aos Arts. 48 e seguintes da LRF.

Art. 5º Fica instituída a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos, com a incumbência de acompanhar as ações de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental.

§ 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Controle e Acompanhamento dos gastos Públicos:

I - Secretário de Administração;

II – Assessor de Administração Geral;

III - Controlador Interno.

§ 2º. A Comissão vai estabelecer um cronograma de trabalho e ao final apresentar um relatório conclusivo sobre as ações executadas para dar cumprimento ao presente Decreto, acompanhado de proposta dos ajustes que entender necessários para assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decretos Estadual e Municipal que declararam situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 1º de abril de 2020

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

Matos Costa**PREFEITURA****EXTRATO 2º ADITIVO SUPRESSÃO A ATA 03/2020**

Publicação Nº 2432534

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

2º ADITIVO DE SUPRESSÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADA: AUTO POSTO RAFINHA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.813.151/0001-45.

OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto o equilíbrio econômico financeiro constantes nos termos do art. 65, inc. II. "d" da Lei 8.666/93, correspondente a supressão de 7,31% (sete virgula trinta e um) por cento, sobre o valor unitário do litro de combustível. Demais informações permanecem inalteradas.

Matos Costa, 01 de abril de 2020. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

PORTARIA 246/2020

Publicação Nº 2433087

PORTARIA Nº 246/2020 – De 07 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CLEITON CHAYKOSKI, contratado no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE/AUXILIAR DE DEFESA CIVIL, 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, retroativos ao dia 04/04/2020, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16**PORTARIA 247/2020**

Publicação Nº 2433090

PORTARIA Nº 247/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor VILSON ADELAR SILVEIRA DA LUZ investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 248/2020

Publicação N° 2433091

PORTARIA N° 248/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor SEBASTIAO EDILSON MARSCHALK investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TECNICO na categoria funcional de INSEMINADOR ARTIFICIAL, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 249/2020

Publicação N° 2433138

PORTARIA N° 249/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde publica emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias aos Servidores nomeados em cargos de provimento em comissão, abaixo relacionados do Gabinete do prefeito, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1091	Joao Batista Ferreira dos Santos	Assessor de Comunicação Social	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1090	Naara Mariano da Fonseca	Chefe de Seção	20 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 27/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 250/2020

Publicação Nº 2433140

PORTARIA Nº 250/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio a Servidora investida no cargos de provimento em carreira , abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
516	Ana Skibinski Garcia	Auxiliar de Serviços Gerais	10 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 251/2020

Publicação Nº 2433142

PORTARIA Nº 251/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias antecipadas aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1153	Gabriele Aparecida Bendlin	Auxiliar Administrativo I	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
291	Saete de Castilho	Auxiliar de Serviços Gerais	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
981	Patrícia Aparecida Sandak	Auxiliar de Serviços Gerais	10 Dias	2020/2021	22/04/2020 a 01/05/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 252/2020

Publicação Nº 2433143

PORTARIA Nº 252/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
203	Anita Pasternak dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	20 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 27/04/2020
213 548	Dari de Castro Luziane Micheli Skibinski dos Santos	Professor Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias 30 Dias	10/11/2012 a 08/04/2018 26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 07/05/2020 08/04/2020 a 07/05/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 253/2020

Publicação Nº 2433144

PORTARIA Nº 253/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
38	Margrieth Aparecida Morais	Assistente Administrativo I	20 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 27/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 254/2020

Publicação Nº 2433145

PORTARIA Nº 254/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias antecipadas aos Servidores nomeados em cargos de provimento em comissão e investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1166	Carim Cristina Carneiro	Coord.dosProgramas Sociais	20 Dias	2020/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
1167	Maira Lindamara	Coordenador do PETI	20 Dias	2020/2021	08/04/2020 a 27/04/2020
130	Miranda	Auxiliar de Serviços Gerais	10 Dias	2019/2020	22/04/2020 a 01/05/2020
980	Mariza Smek de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1144	Nilse Gielinski	Gerais	20 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
	Vanessa Mara Zanella	Psicologo			

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 255/2020

Publicação Nº 2433146

PORTARIA Nº 255/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias ao Servidor nomeado em cargo de provimento em comissão, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1102	Leonir Alves dos Santos	Secretario Municipal de Desporto, Cultura e Turismo	20 Dias	2018/2019	08/04/2020 a 27/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 256/2020

Publicação Nº 2433147

PORTARIA Nº 256/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde publica emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo , especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
71	Luiz Arnoldo Kaminski	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 07/05/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 257/2020

Publicação Nº 2433150

PORTARIA Nº 257/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde publica emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Agricultura, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
61	Edival Bendlin	Assistente Administrativo I	30 Dias	12/12/2013 a 12/12/2018	08/04/2020 a 07/05/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 258/2020

Publicação Nº 2433151

PORTARIA Nº 258/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias aos Servidores nomeados em cargos de provimento em comissão, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Agricultura, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1133	Daiana do Nascimento Martins	Diretor Administrativo	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1083	Joao Eduardo Cardoso da Silva	Assessor Desenvolvimento Sustentável	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1126	Vilmar Ferreira de Queiroz	Chefe de Serviços	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 259/2020

Publicação Nº 2433153

PORTARIA Nº 259/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias antecipadas ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Agricultura, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
30	Carlos Evaldo Marschalk	Operador de Maquinas Agrícolas	10 Dias	2020/2021	08/04/2020 a 17/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F- Decreto n.º 29/16
--	--

PORTARIA 260/2020

Publicação Nº 2433155

PORTARIA Nº 260/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
89	Antonio Cesar Rosa	Op. Maquinas Rodovi-árias	10 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
909	Carlos Tomazi Carneiro	Motorista		12/11/2013 a 12/11/2018	08/04/2020 a 17/04/2020
67	Antonio Cesar de Oliveira	Auxiliar de Construção Civil	10 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 07/05/2020
499	Gilmar Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
176	Jose Daniel Smek	Auxiliar de Construção Civil	10 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
90	Joseli Scheffer	Pedreiro - CC	10 Dias	05/08/2013 a 05/08/2018	08/04/2020 a 17/04/2020
576	Luciano Pinto de Mattos	Pedreiro	10 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
879	Valdo Moura Souza	Auxiliar de Construção Civil	10 Dias	26/06/2012 a 04/10/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
509	Agostinho Luiz Piran	Motorista- CC	30 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
504	Maria Marli Martins Pereira	Gari	10 Dias	26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 17/04/2020
877	Sebastião Alvir Castilho Gregorio	Auxiliar de Serviços Gerais		26/06/2012 a 26/06/2017	08/04/2020 a 07/05/2020
				11/10/2012 a 11/10/2017	08/04/2020 a 17/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 261/2020

Publicação Nº 2433156

PORTARIA Nº 261/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1130	Alcione da Rocha	Op. Maquinas Rodovi- árias	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
615	Amarante	Motorista	10 Dias	2018/2019	08/04/2020 a 17/04/2020
569	Paulo A. Silveira da Luz	Carpinteiro	20 Dias	2019/2020	08/04/2020 a
623	Ari Domingues da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2019/2020	27/04/2020 08/04/2020 a 07/05/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 262/2020

Publicação Nº 2433159

PORTARIA Nº 262/2020 – De 08 de Abril de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias antecipadas aos Servidores nomeados em cargos de provimento em comissão e investidos em cargos de provimento em carreira e aos contratados, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
772	Orides Dorberto	Vigia Noturno	20 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 27/04/2020
517	Denilson de Freitas	Motorista			08/04/2020 a 17/04/2020
851	Jocimar da Silva	Mecânico	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1150	Jose Leomir Moraes	Op. Maquinas Rodoviarias	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1175	Eurico Roseni dos Santos	Pedreiro	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
878	Marcio de Paula Fleit	Carpinteiro	10 Dias	2020/2021	08/04/2020 a 17/04/2020
645	Ademir Vieira	Auxiliar de Serviços	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
857	Cristian Erli de Souza	Gerais	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1177	Machado	Gari	10 Dias	2019/2020	08/04/2020 a 17/04/2020
1148	Fenelon Monteiro da Silva	Auxiliar de Manutenção, Viação, Obras e Urbanismo	10 Dias	2020/2021	08/04/2020 a 17/04/2020
	Michel Ferreira	Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo			08/04/2020 a 17/04/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Abril de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 004/2020

Publicação Nº 2432857

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA – SC
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2020

Decreto

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, principalmente em face ao disposto no art. 45 e 47 da Lei Orgânica Municipal de Matos Costa;

DECRETA:

Art. 1º- Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências

ART 2º O presidente da Câmara Municipal de Matos Costa através da situação de emergência no âmbito do Município aplica integralmente as disposições constantes do decreto n 515, 17de março de 2020 .
A suspensão das atividades no âmbito legislativo partir do dia 01/04/2020 até 07/04/2020 considerando medidas de prevenção, controles e contenção de riscos do COVID-19.

Matos Costa/SC, 01 de Abril de 2020.

João Moraes Junior
Presidente da Câmara de Vereadores
Matos Costa / SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO (1)

Publicação Nº 2432769

PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020

O Presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa/SC, no uso de suas atribuições legais, faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, artigo 24, inciso II da Lei 8666/93 e suas alterações.

OBJETO: Contratação de empresa para licenciamento mensal do direito de uso não exclusivo dos seguintes aplicativos: Portal de Transparência, Folha de Pagamento, Contabilidade, e-Social e Compras. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual;
- b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s);
- c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado;
- d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitados.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor total de R\$: R\$ 13.778,67 (treze mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

Prazo de vigência: Início em 29/04/2020 vencimento em 31/12/2020.

Matos Costa, 03 de abril de 2020.

João Moraes Júnior – Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO (2)

Publicação Nº 2432781

PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA/SC

EXTRATO CONTRATO N.º 05/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATOS COSTA/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.529.941/0001-44.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67 e Inscrição Estadual 253.086.027.

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$: R\$ 13.778,67 (treze mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: Início em 29 de abril de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Aplicações Diretas – 3.3.90 ...

OBJETO: Contratação de empresa para licenciamento mensal do direito de uso não exclusivo dos seguintes aplicativos: Portal de Transparência, Folha de Pagamento, Contabilidade, e-Social e Compras. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual;
- b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s);
- c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado;
- d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitados.

Matos Costa/SC; 03 de abril de 2020. João Moraes Junior – Presidente da Câmara de Vereadores

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 025-2020

Publicação Nº 2432727

DECRETO nº. 025/2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BENS IMÓVEIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 5º, XXIII e art. 170 da CF e art. 40 do Dec. 3.365/41, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. É declarado de utilidade pública para fins de instituição de servidão, para instalação da rede de abastecimento de água potável entre a Rua Alberto Burigo e o Rio Manoel Alves, Centro, Meleiro-SC, nos imóveis de inscrição nº 01.06.194.0233.001, 01.06.194.0052.001, 01.01.009.0033.001, 01.01.009.0058.001, 01.01.009.0083.001, 01.01.009.0104.001, 01.01.009.0125.001, 01.01.009.0145.001, 01.01.009.0247.001 e 01.01.009.0248.001.

Parágrafo único. A referida servidão, objetiva a implantação de rede de abastecimento de água potável que liga a estação de tratamento ao Bairro Estreito, com finalidade de auxiliar o abastecimento de água potável.

Art. 2º. Fica o Município de Meleiro autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de servidão administrativa para fins de uso do imóvel a que se refere este Decreto, nos termos do artigo 40 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.90.00000000010080 – Aplicação Direta do Orçamento Vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de abril de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

DECRETO Nº 026-2020

Publicação Nº 2433029

DECRETO n.º 026/2020

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, c/c a Medida Provisória 923/2020 e:

Considerando as medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade reconhecido no Decreto Legislativo nº 6/2020;

Considerando a emergência de saúde pública de importância internacional do corona vírus (covid-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 535 de 30 de março de 2020 que alterou o Decreto 525/2020 prorrogando o estado de calamidade pública;

Considerando o Decreto Municipal nº 021/2020 que reconheceu estado de calamidade no âmbito municipal;

Considerando a autorização legal por meio dos art. 6º e ss. da MP 927/2000 quanto a antecipação de férias, resolve:

Art. 1.º Conceder e antecipar férias por um período de 15 (quinze) dias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento no momento da implementação do período concessivo.

Art. 3.º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 03/04/2020.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Abril de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DO DECRETO n.º 026/2020

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Alesandra Brovedan	10871
Alexandra Dandolini Pasini	10867
Cleia Fabris	10863
Géssica Motta Zanatta Benedet	10877
Gessica Panata Tomaz	10876
Graziela Niehues Fabris	10864
Janete Candido	10912
Jennifer Dal Pont	10875
Jessica Neto Lavezzo	10866
Karine Nogueira da Silva	10870
Kellen Americo Fernandes	10872
Marcia de Mattia Accordi	10868
Marina Mota Dordete	10908
Marineia Pinheiro da Silva	10865
Mileni Fabris Toretti	10874
Shirley Michels Benedet da Boit	10878
Suelem Martins Pereira Zanatta	10879
Edson de Oliveira Claro	714
Geovani Scarabelott Hubbe	1033
Gilmar Bosa	10382
Joao Dilnei Carminati	155
Joao Luis da Rocha	10503
Jose Francisco Merencio	144
Leoni Albano	1183
Valmir de Freitas	10332
Adair Silvestre Zanelatto	315
Albina Gomes de Carvalho	1228
Andreia Acordi Fermo	10351
Andreia Duarte de Oliveira	597
Camila Lima Martins Natal	10905
Chaiane Machado Alexandre Scarpari	10307
Clari Sousa Marcelino	905
Cleimar Mota	1029
Fernanda Schuvartz Carboni	1179
Jania Cleide Zanelatto Lodete	452
Leliani Peruchi Scarpari	10539
Lucemar Coral de Souza	734
Luciana de Oliveira Simoni	10436
Luciana Zeferino dos Anjos	10305
Marcia Aparecida Danielski da Rocha	107

Margarida Zeferino Gomes	161
Maria de Fatima da Boit	339
Maria de Fátima Merencio Pagnan	727
Rosineia da Silva Tomazi	993
Rosinha de Souza Alexandre	171
Solange Rocha Rosso	10308
Solange Teresinha de Figueiredo	992
Edeneia Menegon	300
Herminia Maria Bianchini Simon	470
Iraci da Gloria da Silva	471
Ivoneite Salvador Cardoso	897
Izabel Matias	67
Katiucia Carradore Squizzato	468
Raquel Tiscoski Pasini	469
Vera Lucia Ronzani Correa	104
Ana Paula de Luca Vieira	96
Andreia de Cezaro Cavaler Pasini	359
Andreia Rocha Gonçalves	358
Angela Maria Valnier de Luca	139
Cleonice Galatto Pasini Piazza	132
Cleuza Loch Pirola	10880
Cristina Antunes de Oliveira	10883
Daniela Benedet Pasini	356
Diana Menegon Mezari	10898
Dulcineia Martins Borges Machado	63
Edilenia Macarini Frezza	10900
Edna Aparecida Stradioto Silverio	348
Eleiza Presa Motta Dordete	720
Eliane Alexandre Costa Pirola	287
Elisiani Americo de Souza	10885
Eloisa de Figueiredo	10892
Fabia Roberta Pirola Mendonça	115
Giliardi da Silva Hermenegildo	10894
Gislaine Tricheis Nazario Gomes	10890
Ivanir Antunes Cardoso	347
Ivonir de Oliveira Bristot	461
Jadna Pasini Martinello	100
Jerson da Silva Mota	146
Jorge Luiz Carvalho Coral	456
Juliana Antunes Scarabelot	10881
Katiane Martinello Favarin	10882
Lais da Silva Rabelo Leal	10889
Lea Sonia Pasini Berkenbrock	78
Lenir Antunes Cardoso Nola	76
Leonardo Rocha Leonardeli	10907
Lilian Isana Gonçalves Rocha Oenning	791
Lucia Mota de Oliveira	133
Luciana da Silva	10887
Luciana Despacina Amboni	44
Lucilena Zavariz	723
Maria Adriana Duarte Trento	280
Maria de Lourdes Bosa Bordignon	42
Maria Paulino Sipinski	284

Maria Rosangela Bordignon Dal Pont	349
Marisa Arlete Milanez	288
Marisa de Luca Piazza	152
Mayara Possamai Pagnan	10888
Michelia Fabris Fernandes	465
Monize Bonfante Laurindo Januario	10893
Paula Beatriz Conti Reus	724
Rita de Cassia Martins Biz	10884
Rogeria Laurindo Casagrande	10895
Rosane Borges Luiz de Quadros	10886
Rosane Bristot Piazza	285
Rosangela Ramos Pereira	553
Rozane Pirolla Motta	357
Sidenei Schwartz	360
Sonia Elzi Sartori Manfredini	101
Steferson Ricardo Luchtemberg	10901
Steferson Ricardo Luchtemberg	10902
Susana Cardoso da Silva Costa	10906
Vanderleia de Luca Antunes	37
Vanderleia Pirola Ise	135
Vanessa Delair Toreti Scarabelot	103
Zenir Lodete Stradioto	462
Zuleide Polla Monteiro	97

Meleiro, 07 de Abril de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

Publicação Nº 2432778

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 565/2020
Modalidade: Pregão Nº 019/2020
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A CONTRATAÇÃO SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS (PESSOA JURIDICA), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A FIM DE QUE HAJA O CONTINUO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, NAS ATIVIDADES DESPORTIVAS DE FUTEBOL DE CAMPO, TREINAMENTO, ORIENTAÇÕES, INTEGRAÇÃO, JOGOS, PARTICIPAÇÃO EM CAMPEONATOS DO MUNICIPIO E DA REGIAO/ESTADO/INTERESTADUAL

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 22 de abril de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 22 de abril de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 07/04/20.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

CONTRATO 067-2020 - TERMO ADITIVO 01-2020- POSTO MODELO - REVISÃO VALOR REDUÇÃO

Publicação Nº 2432542

TERMO ADITIVO Nº 001/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2020, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA POSTO MODELO LTDA EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora BARBARA MILENA GELLER BARON, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa POSTO MODELO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.271, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.314.054/0001-59, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor MARCELO ANTONIO SARTORETTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 2583/2019 – Pregão Presencial nº 066/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 068/2020 de 31.01.2020, constante da Cláusula Primeira, com revisão do valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos da solicitação apresentada, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o seguinte item:

Preço Atual:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10.000	Óleo Diesel S10	3,9750	39.750,00
10.000	Gasolina Comum	4,6070	46.070,00
	Total		85.820,00

Preço Atualizado:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10.000	Óleo Diesel S10	3,7290	37.290,00
10.000	Gasolina Comum	4,2590	42.590,00

		Total	79.880,00
		Total Supressão	-5.940,00

Gasolina Comum – Valor da redução do valor de R\$ 0,348 (trinta e quatro, e oito centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 4,259 (quatro reais e vinte e cinco, e nove centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,348 (trinta e quatro, e oito centavos), passando de R\$ 4,607 para R\$ 4,259 (quatro reais e vinte e cinco, e nove centavos) ao litro da Gasolina Comum.

Diesel S10 – Valor da redução do valor de R\$ 0,246 (vinte e quatro, e seis centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 3,729 (três reais e setenta e dois, e nove centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,246 (vinte e quatro, e seis centavos), passando de R\$ 3,975 para R\$ 3,729 (três reais e setenta e dois, e nove centavos) ao litro do Diesel S10.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 069/2020 de 31.01.2020, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação apresentada que faz parte integrante do presente contrato, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ -5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais).

Que reduzido do valor original do contrato no valor de R\$ 85.820,00 (oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais); e reduzido o valor do presente aditivo de R\$ -5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais), totaliza o valor do Contrato em R\$ 79.880,00 (setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 068/2020 de 31.01.2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 07 de abril de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Barbara Milena Geller Baron Gestora - Contratante	POSTO MODELO LTDA EPP Marcelo Antônio Sartoretto Sócio Administrador - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 068-2020 - TERMO ADITIVO 01-2020- POSTO MODELO - REVISÃO VALOR REDUÇÃO

Publicação Nº 2432545

TERMO ADITIVO Nº 001/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2020, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA POSTO MODELO LTDA EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa POSTO MODELO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.271, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.314.054/0001-59, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor MARCELO ANTONIO SARTORETTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 2583/2019 – Pregão Presencial nº 066/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 068/2020 de 31.01.2020, constante da Cláusula Primeira, com revisão do valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos da solicitação apresentada, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o seguinte item:

Preço Atual:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
------------	-----------	----------------	-------------

30.500	Óleo Diesel S10	3,9750	121.237,50
6.450	Gasolina Comum	4,6070	29.715,15
	Total		150.952,65

Preço Atualizado:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
30.500	Óleo Diesel S10	3,7290	113.734,50
6.450	Gasolina Comum	4,2590	27.470,55
	Total		141.205,05
	Total Supressão		-9.747,60

Gasolina Comum – Valor da redução do valor de R\$ 0,348 (trinta e quatro, e oito centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 4,259 (quatro reais e vinte e cinco, e nove centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,348 (trinta e quatro, e oito centavos), passando de R\$ 4,607 para R\$ 4,259 (quatro reais e vinte e cinco, e nove centavos) ao litro da Gasolina Comum.

Diesel S10 – Valor da redução do valor de R\$ 0,246 (vinte e quatro, e seis centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 3,729 (três reais e setenta e dois, e nove centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,246 (vinte e quatro, e seis centavos), passando de R\$ 3,975 para R\$ 3,729 (três reais e setenta e dois, e nove centavos) ao litro do Diesel S10.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 069/2020 de 31.01.2020, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação apresentada que faz parte integrante do presente contrato, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ -9.747,60 (nove mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).

Que reduzido do valor original do contrato no valor de R\$ 150.952,65 (cento e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); e reduzido o valor do presente aditivo de R\$ -9.747,60 (nove mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), totaliza o valor do Contrato em R\$ 141.205,05 (cento e quarenta e um mil, duzentos e cinco reais e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 068/2020 de 31.01.2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 07 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	POSTO MODELO LTDA EPP Marcelo Antônio Sartoretto Sócio Administrador - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017-2020 - 01.04.2020 - DESCNET

Publicação Nº 2432540

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, Apto 401, Edifício Civitta, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa:

DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 22.366.517/0001-31, situada na AVENIDA MARTIN PIASESKI, Nº 435, SALA 01, CENTRO, MUNICÍPIO DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, representada pelo seu representante legal LEANDRO CARLOS SILVEIRA, brasileiro, casado, CPF nº 020.652.949-06, RG nº 3.256.370, doravante denominada simplesmente CONTRADA, tem de comum acordo e com amparo nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/1993, 8.883/1994 e demais legislação correlata, entre si, certos e

ajustados, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS MÓVEIS, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA E DDD DO BRASIL, COM NO MÍNIMO 500MB DE INTERNET, SMS ILIMITADO PARA QUALQUER OPERADORA E ISENÇÃO DE COBRANÇA POR DESLOCAMENTO PARA USO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC com fulcro no Art. 24, II da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores.

2. Período: 01/04/2020 a 31.12.2020

Item	Descrição	Und.	Qntd meses	Valor Unit./ mensal	Valor Total
1	FORNECIMENTO DE 11 LINHAS TELEFÔNICAS MÓVEIS COM LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA E DDD DO BRASIL, COM NO MÍNIMO 500MB DE INTERNET, SMS ILIMITADO PARA QUALQUER OPERADORA E ISENÇÃO DE COBRANÇA POR DESLOCAMENTO PARA OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	Meses	09	714,89	6.434,01
2	FORNECIMENTO DE 10 LINHAS TELEFÔNICAS MÓVEIS COM LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA E DDD DO BRASIL, COM NO MÍNIMO 500MB DE INTERNET, SMS ILIMITADO PARA QUALQUER OPERADORA E ISENÇÃO DE COBRANÇA POR DESLOCAMENTO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	09	649,90	5.849,10
	FORNECIMENTO DE 01 LINHA TELEFÔNICA MÓVEIS COM LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA E DDD DO BRASIL, COM NO MÍNIMO 500MB DE INTERNET, SMS ILIMITADO PARA QUALQUER OPERADORA E ISENÇÃO DE COBRANÇA POR DESLOCAMENTO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO CORPO DE BOMBEIROS	MESES	09	89,99	809,91

Valor unitário por linha telefônica: R\$ 64,99 (sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos) PARA O Município e FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 13.093,02 (treze mil e noventa e três reais e dois centavos) pelos itens adquiridos nas condições estabelecidas neste contrato.

2. Os preços deste contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3. A mera majoração de preços pelo fornecedor do contratado não constitui motivo para que este pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Modelo.
2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
3. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigará-se a:

1. Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado ao fornecimento do objeto de conformidade com o processo licitatório.
2. Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações no objeto fornecido.
3. Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
4. Fiscalizar os serviços contratados.
5. Aplicar penalidades se houver descumprimento das cláusulas contratuais ou editalícias.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA obriga – se – a:
 - 1.1. Fornecer objeto licitado no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato de conformidade com o processo licitatório citado.
 - 1.2. Permitir que os prepostos da CONTRATANTE inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações do objeto a ser fornecido.
 - 1.3. Apresentar sempre que lhe for solicitado, provas de que o objeto entregue condiz com o especificado no edital e no contrato.
 - 1.4. Executar a entrega do objeto observando a melhor qualidade e técnica, agindo com ética.
 - 1.5. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação.
 - 1.5.1. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
 - 1.6. Responsabilizar-se pela obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.
 - 1.7. Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários ao fornecimento do objeto licitado.

CLAUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assiná-lo.
2. A penalidade de multa, prevista no acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas neste item que trata das penalidades se, admitida às justificativas apresentadas pela CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.
4. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 - 4.1. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se à CONTRATADA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
 - 4.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, será aplicado à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.
 - 4.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
5. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas acima será o valor inicial do Contrato.
6. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
7. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais sujeita ainda a:
 - 7.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
 - 7.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

1. O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Será utilizado para o pagamento do objeto do presente contrato a seguinte dotação orçamentária do Município de Modelo, prevista no orçamento do ano de 2020.

1.1. Dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Valor	Descrição	Cod. Cat. Econ.	Cat. Econ.
DIRETORIA GERAL/ ADMINISTRACAO e FAZENDA	426	6.434,01	DESPESA LUZ/AGUA/ TELEFONE/INTERNET/ ALARM	339039640000	TELEFONIA FIXA E MÓVEL
FUNREBOM	695	809,91	DESPESA LUZ/AGUA/ TELEFONE/INTERNET/ ALARM	33903964000	TELEFONIA FIXA E MÓVEL
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER	544	5.849,10	MANUTENÇÃO DESPE- SAS OPERACIONAIS LUZ/ÁGU	339039640000	TELEFONIA FIXA E MÓVEL

CLAUSULA NONA – DO FORO

1. Para dirimir as questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

CLAUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio da Administração, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais permitidos.
- Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.
- Os recebimentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente a empresa através de depósito bancário.
- Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Municipal nº 2.312/2017, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94, e o disposto no processo licitatório que originou este contrato.
- Para desempenhar as atribuições de "Fiscal de Contrato", fica designado JANICE MARTINI MULLER ADMINISTRAÇÃO E FUNREBOM E BARBARA GELLER BARON NA SAUDE, Para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.
- 1 Para desempenhar as atribuições de "Preposto" fica designado através deste o Sr. LEANDRO CARLOS SILVEIRA, CPF nº 020.652.949-09.
- Ao fiscal de contrato caberá a instauração, acompanhamento e conclusão dos processos administrativos de punição ao CONTRATADO que descumprir o disposto no edital, ata de registro de preços e no contrato.
- O prazo de vigência deste contrato é até o dia 31/12/2020.
- E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), em 1º de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	DESCNET TELEC LTDA Leandro Carlos Silveira Preposto - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
--	--

DECRETO Nº 115/2020

Publicação Nº 2432465

DECRETO Nº 116/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA BÁRBARA MILENA RAMBO GELLER BARON PARA DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.460/2020, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a partir desta data, a servidora municipal, BÁRBARA MILENA RAMBO GELLER BARON portadora do CPF nº 058.253.889-xx, ocupante do cargo efetivo de enfermeira, 40 horas semanais, decreto nº 094/2012 para desempenhar o cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE, com dedicação integral.

Parágrafo Único - A servidora designada no caput deste Artigo perceberá a remuneração do cargo efetivo e a gratificação de representação do cargo em comissão de Chefe do Departamento Municipal da Saúde, percebendo os vencimentos previstos na tabela de isonomia salarial,

categoria CC - 08, conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 06 de abril de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

TERMO DE POSSE 013/2020

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 016/2020

Cargo em Comissão: Chefe do Departamento Municipal da Saúde do Município de Modelo/SC

Ao seis dias do mês de abril de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora BÁRBARA MILENA RAMBO GELLER BARON, portadora do CPF nº 058.253.889-xx, a fim de tomar posse no cargo de Chefe do Departamento Municipal da Saúde do Município de Modelo/SC, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0116/2020, com lotação no Departamento Municipal da Saúde de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, ao 06 de Abril de 2020.

BÁRBARA MILENA RAMBO GELLER BARON
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 116/2020

Publicação Nº 2432422

Decreto nº 116/2020 de 07/04/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 488/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 488/2020, Modalidade Tomada de Preços nº 002/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto TOMADA DE PREÇOS DESTINADO A EXECUÇÃO DE REDE DE HIDRANTES COLETIVOS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO, VINCULADA A ART 7059755-6, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA	52.526,94

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 07 de abril de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

PORTARIA Nº 099/2020

Publicação Nº 2432443

PORTARIA Nº 099/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
JORGE LUIZ VARNIER	05.02.2019 a 04.02.2020	08.04.2020 a 17.04.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 06 de Abril de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 215/2020

Publicação Nº 2432493

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 215 DE 04 DE ABRIL DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. NOMEAR UTE CRISTIANE GDANIETZ SCHUH, matrícula nº 4132, para o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos termos da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2006.

Art. 2º. DESIGNAR UTE CRISTIANE GDANIETZ SCHUH, matrícula nº 4132, para exercer as funções de:

I – GESTORA do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Municipal nº 3.607 de 22 de dezembro de 2015;

II – GESTORA do Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA, nos termos da Lei Municipal nº 3.524 de 08 de outubro de 2013;

III – GESTORA do Fundo Municipal do Idoso – FMI, nos termos da Lei Municipal nº 3.689 de 04 de junho de 2019.

Art. 3º. O cargo de agente político está enquadrado ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal de agentes políticos do Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 04 de abril de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 35/2020

Publicação Nº 2432642

DECRETO Nº 35/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, e a LEI Nº 1184 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 511.448,25 (Quinhentos e onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica a Saúde

Elemento Despesa 41 – 3.3.90.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 511.448,25 (Quinhentos e onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte cinco centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior: PAB

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de abril 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº1184

Publicação Nº 2432646

LEI Nº 1184/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 511.448,25 (Quinhentos e onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica a Saúde

Elemento Despesa 41 – 3.3.90.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 511.448,25 (Quinhentos e onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte cinco centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior: PAB

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de abril 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº1185

Publicação Nº 2432651

LEI Nº 1185, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 4º, DA LEI MUNICIPAL N.º 713, DE 26 OUTUBRO DE 2009, QUE CRIA O PROGRAMA EDUCACIONAL DE XADREZ NA ESCOLA, INCLUI O XADREZ COMO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º da Lei Municipal nº 713, de 26 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Fica instituído o xadrez, como conteúdo programático integrante da Grade Curricular, no ensino fundamental oferecido pelo Município de Monte Carlo, nos Estabelecimentos Escolares que integram a Rede Municipal de Ensino, obedecendo-se os seguintes critérios e condições:

I – a inclusão do conteúdo programático do xadrez na grade curricular no ensino fundamental do 1º ao 4º ano será facultativa, cabendo ao Prefeito Municipal, ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto e aos Professores que atuam nestes anos de ensino, decidir sobre a inclusão ou não do conteúdo programático na disciplina em que atuar;

II – O ensino do xadrez será realizado em regime de revezamento em todas as disciplinas, para tanto, a cada semana será reservado uma hora aula do quadro horário do educandário para execução do programa, perfazendo o total de 04 (quatro) aulas mensais.

III – A implantação e o desenvolvimento do Programa Educacional Xadrez na Escola -Pexe, será realizado a partir do ano letivo de 2020, no ensino fundamental do município de Monte Carlo, do 4º ao 9º ano e nos anos escolares em que a inclusão do conteúdo programático

do xadrez na disciplina de educação física for considerada obrigatória conforme a legislação nacional que implantou a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense;

IV- o Programa Educacional Xadrez na Escola-Pexe, será implantado, desenvolvido, supervisionado e avaliado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de abril de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PORTARIA 182/2020

Publicação Nº 2432653

PORTARIA Nº 182/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER a FUNÇÃO GRATIFICADA V da servidora LILIANE MARIA LAEUFER, investida no cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, do quadro de pessoal com Provimento, criado e aprovado Lei Complementar nº027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os retroagindo na data de 01 de abril de 2020, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 06 de abril de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 183/2020

Publicação Nº 2432654

PORTARIA Nº 183/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso

VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor GERSON DOS SANTOS, ocupante do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao seu período aquisitivo de 24/04/2019 a 23/04/2020.

Art. 2º- As férias concedidas através deste ato serem usufruídas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

Art. 3º- As férias do servidor descrito acima estão sendo concedidas antecipadas por motivo das medidas de prevenção a pandemia da COVID-19.

Art. 4º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os retroagindo na data de 01 de abril de 2020, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 06 de abril de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 184/2020

Publicação Nº 2432656

PORTARIA Nº 184/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. REINTEGRAR o servidor ANDERSON RAFAEL SARTOR, ao cargo efetivo de FARMACÊUTICO, aprovado através do concurso público nº002/2011, decorrente de nulidade do ato de exoneração 01/2020

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos na data de 06 de abril de 2020, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 06 de abril de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 07 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433299

PORTARIA Nº 07/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020

PRORROGA O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 59, II, ambos da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas, pelo período de 08 de abril de 2020 até 12 de abril de 2020, as atividades presenciais no Poder Legislativo do Município de Monte Carlo, inclusive as sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, em atenção aos Decretos Estaduais n. 515, de 17 de março de 2020, n. 525, de 23 de março de 2020, n. 535, de 30 de março de 2020 e 550, de 07 de abril de 2020, que, dentre outros, declarou situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Art. 2º. O atendimento da Câmara Municipal de Monte Carlo, no período referido no art. 1º, será desempenhado de forma digital, remotamente, através do e-mail cvmontecarlo@gmail.com, para assuntos da Secretaria e Contadoria e do e-mail juridico@camaramontecarlo.sc.gov.br para os assuntos da Procuradoria da Câmara.

Art. 3º. Os servidores desempenharão suas funções, no período de suspensão, em regime de home office, remotamente, ficando, outrossim, no horário de expediente, compromissados a consultar os e-mails, atender aos chamados, realizar as suas atribuições, devendo relatar à

chefia imediata os casos de impossibilidade e as alternativas para consecução dos trabalhos da Câmara Municipal.

Art. 4o. Esta Portaria entra em vigor imediatamente, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Monte Carlo/SC, em 07 de abril de 2020.

VOLNIR STRATMANN
Presidente

Monte Castelo

PREFEITURA

DECRETO 2.382/2020 A 2.397/2020

Publicação Nº 2432987

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.382 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0024/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Eliani Sobczak Veiga do Prado e Vanderlei Veiga da Prado.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Eliani Sobczak Veiga do Prado e Vanderlei Veiga da Prado, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 259.81 m2 (duzentos e cinquenta e nove metros e oitenta e um decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 01, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.382 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.383 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0025/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Rosani Aparecida Lisboa Lopes e Antonio Carlos Lopes.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Rosani Aparecida Lisboa Lopes e Antonio Carlos Lopes, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado

de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 257.30 m2 (duzentos e cinquenta e sete metros e trinta decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 02, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.383 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.384 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - PARFIS/COHAB Nº 0026/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Vilma das Graças Vieira Fernandes e Osmar Fernandes.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Vilma das Graças Vieira Fernandes e Osmar Fernandes, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 254.56 m2 (duzentos e cinquenta e quatro metros e cinquenta e seis decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 03, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.384 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.385 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º

"Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0027/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Rosemere Dias Fuck.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuaria interessada Rosemere Dias Fuck, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 251.79 m2 (duzentos e cinquenta e um metros e nove decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 04, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.385 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuaria, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome da requerente e mutuaria especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome da requerente e mutuaria.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.386 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0028/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Marcia Rodrigues da Luz e Altair Ribeiro da Luz.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Marcia Rodrigues da Luz e Altair Ribeiro da Luz, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 252.04 m2 (duzentos e cinquenta e dois metros e quatro decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 05, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.386 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.387 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0029/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Alexandre Rodrigues Bastos e Patricia Savicki Rodrigues Bastos.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Alexandre Rodrigues Bastos e Patricia Savicki Rodrigues Bastos, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 257.18 m2 (duzentos e cinquenta e sete metros e dezoito décimos quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 06, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.387 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.388 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0030/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Roseli Aparecida Moura.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuatária interessada Roseli Aparecida Moura, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 253.47 m2 (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta e sete décimos quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 07, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.388 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuária referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome da requerente e mutuária especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome da requerente e mutuária.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.389 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - PARFIS/COHAB Nº 0032/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Ademir Franco Ramos.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuário interessado Ademir Franco Ramos, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 261.46 m2 (duzentos e sessenta e um metros e quarenta e seis décimos quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 09, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.389 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuário referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome do requerente e mutuário especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome do requerente e mutuário.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.390 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0033/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Lourdes Maris Duarte.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuaria interessada Lourdes Maris Duarte, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 249.27 m2 (duzentos e quarenta e nove metros e vinte e sete decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 10, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.390 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuaria referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome da requerente e mutuaria especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome da requerente e mutuaria.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.391 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0034/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Rosane Marcondes.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuaria interessada Rosane Marcondes, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 255.38 m2 (duzentos e cinquenta e cinco metros e trinta e oito decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 11, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.391 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuaria referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome da requerente e mutuaria especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome da requerente e mutuaria.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.392 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigos 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0035/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Alessandra Aparecida Stuhler e Jaison Correia.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Alessandra Aparecida Stuhler e Jaison Correia, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 251.49 m2 (duzentos e cinquenta e um metros e quarenta e nove decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 13, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.392 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.393 DE 02 DE ABRIL DE 2020**"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigos 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0036/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Dilmara Aparecida Farias.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuatária interessada Dilmara Aparecida Farias, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 250.90 m2 (duzentos e cinquenta e metros e noventa decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 14, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.393 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuatária referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome da requerente e mutuatária especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome da requerente e mutuária.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.394 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigos 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0037/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Indioara Aparecida Bussi e Jeedean Carlos Carvalho.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Indioara Aparecida Bussi e Jeedean Carlos Carvalho, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 251.10 m2 (duzentos e cinquenta e um metros e dez décimos quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 15, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.394 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.395 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigos 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0038/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de João Silva.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuário interessado João Silva, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 258.05 m2 (duzentos e cinquenta e oito metros e cinco décimos quadrados) consistente

e identificado como sendo o Lote Nº 16, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.395 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuário referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome do requerente e mutuário especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome do requerente e mutuário.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.396 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - PARFIS/COHAB Nº 0039/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerente e interessada a pessoa de Ezalina Medeiros Fernandes.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos da requerente e mutuaria interessada Ezalina Medeiros Fernandes, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 260.53 m2 (duzentos e sessenta metros e cinquenta e três decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 17, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.396 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome da requerente e mutuaria referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome da requerente e mutuaria especificado nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome da requerente e mutuaria.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.397 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso I e 62 da

Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente as disposições contidas no Artigo 11, Inciso V, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, no Artigo 38 "Caput" do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018 e no Decreto Executivo Municipal Nº 2.289 de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS/COHAB Nº 0040/2020, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019 e reestruturada pelo Decreto Executivo Nº 2.328 de 10 de Janeiro de 2020, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Sandro Martins de Oliveira e Leoni Alves da Silva.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e mutuários interessados de Sandro Martins de Oliveira e Leoni Alves da Silva, sobre um terreno urbano de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, sobre o qual se encontram edificadas benfeitorias, com área superficial de 257.27 m2 (duzentos e cinquenta e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 18, da Quadra 6, do Conjunto Habitacional conhecido como "COHAB", para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.607.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.397 DE 02 DE ABRIL DE 2020 FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir a competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes e mutuários, referente ao terreno urbano regularizado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel regularizado, em nome dos requerentes e mutuários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano regularizado em nome dos requerentes e mutuários.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 02 de Abril de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2020

Publicação Nº 2432887

Estado de Santa Catarina

Município de Morro da Fumaça Concurso Público n.º 01/2020 Publicação Legal: Ato Administrativo

Considerando que a realização da prova prevista para o dia 05/04/2020 foi suspensa em virtude do Decreto Estadual 515 de 17 de março de 2020 (e demais decretos que prorrogam a quarentena), para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Ainda neste contexto, considerando o fechamento de bancos (atendimentos presenciais) e de casas lotéricas, o pagamento da Taxa de Inscrição foi prorrogado para o dia 09/04/2020 (quinta-feira), bem como, todos os atos relacionados com a publicação da listagem de inscrição.

Para realizar o pagamento, o(a) candidato(a) deve emitir um novo boleto pela "Área do Candidato", acessado com as suas credenciais pessoais.

Deste modo, com amparo no Item 1.2 do Anexo III do edital, os procedimentos abaixo serão realizados em novas datas, como segue:

DATA PREVISTA	ATO
(...)	
09/04/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
(...)	
06/04/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
07/04/2020	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
08/04/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
13/04/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
14/04/2020 - 08h00min à 15/04/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
02/04/2020	Homologação final das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.

Após a normalização da situação em âmbito estadual, a prova será aplicada em locais e horários a serem previamente publicados pelos meios de publicação previstos no item 2.2 do Edital, assim como, novo cronograma com as datas previstas para os demais atos deste certame.

Morro da Fumaça/SC, 06 de abril de 2020.

Banca Técnica Grupo NBS Provas

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2020 1

Publicação Nº 2432889

Estado de Santa Catarina

Município de Morro da Fumaça Concurso Público n.º 01/2020 Publicação Legal: Ato Administrativo

Apresentando requerimento de forma tempestiva, os(as) candidatos(as) abaixo tiveram seus requerimentos analisados pela comissão:

Tipo de Isenção: Doador de Sangue

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Observação
249	ANDREW PEREIRA PERRARO	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
233	CRISTIAN MOREIRA DE SOUZA	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
354	HUGO FRANCILEI GOMES GRAVI	11 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (CNH C)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.

199	JÚLIA MEIRA	06 - MÉDICO VETERINÁRIO	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
150	MARCELO VOLPATO	06 - MÉDICO VETERINÁRIO	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
57	PATRICIA CABRAL CECHINEL	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
114	PATRÍCIA NUNES MACHADO	06 - MÉDICO VETERINÁRIO	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
276	YURI ESTEVAM CRISTIANO	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.

Tipo de Isenção: Doador de Medula Óssea (REDOME)

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Observação
290	AMANDA LUIZA RAUPP	01 - ARQUITETO	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
224	BRUNA PEREIRA MERENCIO	02 - ENGENHEIRO AGRIMENSOR	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
131	CAMILLE MENEGAZ SPADER	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
31	DIEGO STEFFEN MORAIS	01 - ARQUITETO	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
191	FLAVIO ROBERTO SOUSA DOS SANTOS	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
190	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	03 - ENGENHEIRO CIVIL	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
278	KAMILA TURNES	01 - ARQUITETO	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
118	SOLANGE LIDORIO DE OLIVEIRA ROSA	08 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Apresentação de documento comprobatório sem atendimento ao disposto no item 11.2.1 (documento sem consulta de autenticidade via internet sem autenticação em cartório).

Fica(m) estabelecido(s) o(s) dia(s) 07/04/2020, para contestação ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, remetendo os seus argumentos, com o preenchimento do formulário eletrônico de recurso, disponível na área do candidato do site www.nbsprovas.com.br ou utilizando o formulário disponível em edital (Anexo V) realizando o protocolo deste, por um dos meios previstos no Item 11 do Edital. No caso de falta documental ou documentos apresentados de forma diversa ao previsto em edital, os documentos devem ser remetidos na forma correta de apresentação, via SEDEX, no prazo previsto para este recurso.

Morro da Fumaça/SC, 06 de abril de 2020.
Banca Técnica Grupo NBS Provas

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, notado ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

CONTRATOS FMAS MAR/2020

Publicação Nº 2432721

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/1

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOSE PAULO POLLA 04207380965**CNPJ:** 15.155.901/0001-20**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente instrumento tem como OBJETO, a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados em Capoeira e Ginástica Laboral para o município de Morro da Fumaça/SC.

Data da Assinatura: 02/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 02/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.975,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-5/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.
2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:
a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimento

Data da Assinatura: 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.914,84**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FMS MAR/2020

Publicação Nº 2432722

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-3/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

Data da Assinatura: 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.594,52**Forma de Pagamento:****Contratado:** GREGORINI ASSOCIADOS EMP.JORNALIST. LTDA**CNPJ:** 02.923.547/0001-94**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.

Data da Assinatura: 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GABRIELA RECCO 02238402977**CNPJ:** 29.389.724/0001-50**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FUNDACAO MARCONI**CNPJ:** 75.565.697/0001-47**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 9/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ALMELI MARIA SEOLIN 07335320984**CNPJ:** 25.695.458/0001-33**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ARI ARLEI ESTEVES DE MATOS-ME**CNPJ:** 74.195.330/0001-16**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** M 2 M PRODUTOS E SERVICOS LTDA**CNPJ:** 07.456.161/0001-33**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 6/2020**Número do Processo:** 6/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DOS POSTOS DE SAUDE NASPOLINE E ALFREDO VALSECHI, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 19/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 19/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 342.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FUMAF MAR/2020

Publicação Nº 2432725

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Folha: 1/3

CNPJ: 11.411.583/0001-60
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: GREGORINI ASSOCIADOS EMP.JORNALIST. LTDA
CNPJ: 02.923.547/0001-94
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 26/2020 Número do Processo: 26/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 2/2020
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.

Data da Assinatura: 06/03/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/04/2020
Vigência: 06/03/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 15,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: GABRIELA RECCO 02238402977
CNPJ: 29.389.724/0001-50
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 26/2020 Número do Processo: 26/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 3/2020
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.

Data da Assinatura: 06/03/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/04/2020
Vigência: 06/03/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 400,00 Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Folha: 2/3

CNPJ: 11.411.583/0001-60

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FUNDAÇÃO MARCONI**CNPJ:** 75.565.697/0001-47**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 335,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ALMELI MARIA SEOLIN 07335320984**CNPJ:** 25.695.458/0001-33**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 806,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Folha: 3/3

CNPJ: 11.411.583/0001-60

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 5-1/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 476,04**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ARI ARLEI ESTEVES DE MATOS-ME**CNPJ:** 74.195.330/0001-16**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 835,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FUMET MAR/2020

Publicação Nº 2432724

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO**

Folha: 1/2

CNPJ: 11.411.625/0001-62
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARQUISE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA**CNPJ:** 34.675.574/0001-81**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 3/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE BOCHA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 03/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 03/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 126.253,16**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-1/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 31/12/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.450,40**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

Folha: 2/2

CNPJ: 11.411.625/0001-62

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FUNDAÇÃO MARCONI**CNPJ:** 75.565.697/0001-47**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Credenciamento de prestadores de serviços em veículo de comunicação impressa para publicações legais e institucionais**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** M 2 M PRODUTOS E SERVICOS LTDA**CNPJ:** 07.456.161/0001-33**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 5/2020**Número do Processo:** 5/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA FLUORITA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 23/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 23/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 91.554,33**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMMF MAR/2020

Publicação Nº 2432723

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/5

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** G A TOP ENGENHARIA LTDA - ME**CNPJ:** 01.720.421/0001-50**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 101/2017**Número do Processo:** 101/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6-40/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Locação de pavilhão com 475 m² com pátio de 440m² situado na zona urbana do Distrito de Estação Cocal, no Município de Morro da Fumaça/SC, para instalação da sede da Intendência do Distrito.**Data da Assinatura:** 03/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 03/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 04.01 04.122.0010 2.035.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.508,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA - ME**CNPJ:** 10.674.540/0001-04**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 41/2020**Número do Processo:** 41/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VALAS E RIOS DO MUNICÍPIO, conforme CONVENIO Nº 2019TR001508**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 36.098,72**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/5

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VIGILANCIA TRIANGULO LTDA**CNPJ:** 79.894.168/0001-48**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 125/2017**Número do Processo:** 125/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-10/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE FORMA CONTÍNUA, DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, DIURNA E NOTURNA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 06/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 04.01 04.122.0010 2.035.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.253,75**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7-3/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.**Data da Assinatura:** 06/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 31/12/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.505,32**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/5

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI**CNPJ:** 00.811.509/0001-14**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 33/2020**Número do Processo:** 33/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA CAPELA MORTUÁRIA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 09/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 09/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 78.303,43**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GREGORINI ASSOCIADOS EMP.JORNALIST. LTDA**CNPJ:** 02.923.547/0001-94**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 4/5

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GABRIELA RECCO 02238402977**CNPJ:** 29.389.724/0001-50**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FUNDACAO MARCONI**CNPJ:** 75.565.697/0001-47**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 5/5

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ALMELI MARIA SEOLIN 07335320984**CNPJ:** 25.695.458/0001-33**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ARIARLEI ESTEVES DE MATOS-ME**CNPJ:** 74.195.330/0001-16**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS SAMAE MAR/2020

Publicação Nº 2432730

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: GREGORINI ASSOCIADOS EMP.JORNALIST. LTDA
CNPJ: 02.923.547/0001-94
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 26/2020 Número do Processo: 26/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 9/2020
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE JORNAL

Data da Assinatura: 10/03/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/04/2020
Vigência: 10/03/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: GABRIELA RECCO 02238402977
CNPJ: 29.389.724/0001-50
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 26/2020 Número do Processo: 26/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 10/2020
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.

Data da Assinatura: 10/03/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/04/2020
Vigência: 10/03/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.800,00 Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FUNDAÇÃO MARCONI**CNPJ:** 75.565.697/0001-47**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ALMELI MARIA SEOLIN 07335320984**CNPJ:** 25.695.458/0001-33**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ARI ARLEI ESTEVES DE MATOS-ME**CNPJ:** 74.195.330/0001-16**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 10/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 10/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BUSCHLE & LEPPER SA**CNPJ:** 84.684.471/0002-37**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de Ácido Fluossilícico.**Data da Assinatura:** 18/03/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 18/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista

PROCESSO SELETIVO N.º 01/2020

Publicação Nº 2432893



Estado de Santa Catarina
Município de Morro da Fumaça
Processo Seletivo n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 004: Edital Provisório de Análise de Requerimentos de Isenções**

Apresentando requerimento de forma tempestiva, os(as) candidatos(as) abaixo tiveram seus requerimentos analisados pela comissão:

Tipo de Isenção: **Doador de Sangue**

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Observação
163	GISLAINE COSTA DAROLT	14 - NUTRICIONISTA (NASF)	INDEFERIDO	Apresentação de documento comprobatório sem atendimento ao disposto no item 11.2.1 (documento sem consulta de autenticidade via internet e sem autenticação em cartório).
320	MÁRIO ALVES PEREIRA	25 - ARTESÃO (CAPS)	INDEFERIDO	Falta de apresentação do Requerimento de Isenção (Anexo VII)
398	ODAIR CANDIDO TOME	34 - MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU (CNH D)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
97	RENAN NOLA SCHMOELLER	12 - MÉDICO - 40H	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.

Tipo de Isenção: **Doador de Medula Óssea (REDOME)**

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Observação
369	ANA CAROLINA VIEIRA DE ANDRADE	06 - ENFERMEIRO (AB)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
450	GABRIELA MARQUES COSTA	14 - NUTRICIONISTA (NASF)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
35	JACQUELINE KUCERA	14 - NUTRICIONISTA (NASF)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
192	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	04 - DENTISTA	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
372	LUCIANA DOS SANTOS DA SILVA	38 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM (AB)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
12	MAGSON JUNIO DE SOUZA	40 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM SOCORRISTA (SAMU)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
294	MAURO MÁRCIO DE OLIVEIRA JUNIOR	35 - OFICIAL ADMINISTRATIVO (CAPS)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
425	MORENA NOGUEIRA PACHECO	02 - ASSISTENTE SOCIAL (NASF)	DEFERIDO	Documentação apresentada conforme requisitos do edital.
244	SOLANGE LIDORIO DE OLIVEIRA ROSA	06 - ENFERMEIRO (AB)	INDEFERIDO	Apresentação de documento comprobatório sem atendimento ao disposto no item 11.2.1 (documento sem consulta de autenticidade via internet e sem autenticação em cartório).

Fica(m) estabelecido(s) o(s) dia(s) **07/04/2020**, para contestação ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, remetendo os seus argumentos, com o preenchimento do formulário eletrônico de recurso, disponível na área do candidato do site www.nbsprovas.com.br **ou** utilizando o formulário disponível em edital (Anexo V) realizando o protocolo deste, por um dos meios previstos no **Item 11** do Edital. No caso de falta documental ou documentos apresentados de forma diversa ao previsto em edital, os documentos devem ser remetidos na forma correta de apresentação, via SEDEX, no prazo previsto para este recurso.

Morro da Fumaça/SC, 06 de abril de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

PROCESSO SELETIVO N.º 01/2020

Publicação Nº 2432892



Estado de Santa Catarina
Município de Morro da Fumaça
Processo Seletivo n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 003: Alteração parcial de Cronograma**

Considerando que a realização da prova prevista para o dia 05/04/2020 foi suspensa em virtude do Decreto Estadual 515 de 17 de março de 2020 (e demais decretos que prorrogam a quarentena), para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Ainda neste contexto, considerando o fechamento de bancos (atendimentos presenciais) e de casas lotéricas, o pagamento da Taxa de Inscrição foi prorrogada para o dia 09/04/2020 (quinta feira), bem como, todos os atos relacionados com a publicação da listagem de inscrição.

Para realizar o pagamento, o(a) candidato(a) deve emitir um novo boleto pela "Área do Candidato", acessado com as suas credenciais pessoais.

Deste modo, com amparo no Item 1.2 do Anexo III do edital, os procedimentos abaixo serão realizados em novas datas, como segue:

DATA PREVISTA	ATO
	(...)
09/04/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
	(...)
06/04/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
07/04/2020	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
08/04/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
13/04/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
14/04/2020 - 08h00min à 15/04/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
02/04/2020	Homologação final das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.

Após a normalização da situação em âmbito estadual, a prova será aplicada em locais e horários a serem previamente publicados pelos meios de publicação previstos no item 2.2 do Edital, assim como, novo cronograma com as datas previstas para os demais atos deste certame.

Morro da Fumaça/SC, 06 de abril de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 32/2020

Publicação Nº 2432486

DECRETO Nº 32/2020

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, Inciso I da Lei Municipal nº 960/2019 de 22 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 8.374,91 (oito mil e trezentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos) com a seguinte classificação:

31.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

31.03 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

2.035 – MANUTENÇÃO DO GRUPO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

3.3.90.00.00.00.00.0007 (55) – Aplicações Diretas R\$ 8.374,91

TOTALR\$ 8.374,91

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

FONTE FINANCIADORA:

Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DO RECURSO:

007 – Outros Programas da Saúde - Corona Vírus (CONVID-19) R\$ 8.374,91

TOTALR\$ 8.374,91

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 06 de abril de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 60/2020

Publicação Nº 2433206

DECRETO Nº 60 DE 07 DE ABRIL DE 2020

ALTERA O DECRETO 56, DE 24 DE MARÇO DE 2020, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso III, do artigo 60, ambos da Lei Orgânica.

Considerando os termos do Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dá continuidade à adoção das medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

DECRETA:

Art. 1º O art. 8º do Decreto nº 56, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

I – Pelo período de 5 (cinco) dias, contados do dia 08 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2020.

Emílio Vieira.
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL 60/2020 PMN

Publicação Nº 2433190

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.: 60/2020 PMN

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ: 13.060.647/0001-50

Proprietária: Julia Cristina Meurer de Souza

Vigência : Início: 06/04/2020 Término: 06/10/2020.

Licitação : Dispensa de Licitação nº 51/2020 PMN

Valor Total: R\$ 83.760,00

Recursos : Dotação: 2.039.3390

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS TIPO CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL POR MEIO DO BENEFICIO EVENTUAL PARA AUXILIO POR VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC.

FUNDAMENTO: ART.24, INCISO IV, LEI Nº 8.666/93.

Navegantes, 07 de abril de 2020.

EXTRATO DA DISPENSA 51/2020 PMN

Publicação Nº 2433183

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2020 PMN.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELLI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 13.060.647/0001-50, com sede na Rua Arnaldo Passos nº 248 – Sala 01, Bairro Centro, CEP: 88370.102, Cidade Navegantes, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhora Julia Cristina Meurer de Souza, pessoa física inscrito no CPF nº 070.645.579-75 – RG. 5.168.962 SSP-SC.

Vigência : 180 dias.

Licitação DL nº 51/2020 PMN

Valor Total: R\$ 83.760,00

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS TIPO CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL POR MEIO DO BENEFICIO EVENTUAL PARA AUXILIO POR VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC.

Fundamento: o Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade...

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social do Município de Navegantes.

Navegantes, 06 de abril de 2020.

PORTARIA Nº 1688 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433191

PORTARIA Nº 1688 DE 07 DE ABRIL DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato 60/2020 PMN da Dispensa de licitação 51/2020 cujo objeto, DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS TIPO CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL POR MEIO DO BENEFICIO EVENTUAL PARA AUXILIO POR VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC FUNDAMENTO: ART.24, INCISO IV, LEI Nº 8.666/93.

Conforme Dispensa de Licitação nº 51/2020 PMN.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES -- (titular)

IULI DA CUNHA CESCHIN BUBLITZ -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 40/2020 FIXA O HORÁRIO PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Publicação Nº 2432560

PORTARIA Nº 40, DE 02 DE ABRIL DE 2020

"Fixa o horário para funcionamento da Secretaria de Assistência Social do município de Nova Erechim".

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, junto com a Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO todas as medidas já decretadas no âmbito municipal até a presente data a fim de minimizar a disseminação do COVID-19 (coronavírus) no âmbito do território do Município de Nova Erechim;

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública evidenciada na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020;

CONSIDERANDO que a o serviço prestado pela Assistência Social é considerado serviço essencial,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído turno único contínuo de 6 (seis) horas diárias na Secretaria de Assistência Social, a ser cumprido no período compreendido entre as 7:00 hrs as 13:00 hrs a iniciar no dia 03 de abril de 2020 e enquanto perdurar a situação de emergência no âmbito do Estado de Santa Catarina e no Município de Nova Erechim - SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim, 02 de abril de 2020.

Nédio Antonio Cassol

Prefeito Municipal

Regina de Fatima Brinhosa Deparis

Secretária de Assistência Social

PORTARIA Nº 51/2020 FÉRIAS DALYNE VEIGA DARONCO

Publicação Nº 2433352

PORTARIA Nº 51, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal DALYNE VEIGA DARONCO, Matrícula 5401/01, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 08.04.2020 a 17.04.2020, referente ao período 02.05.2018 a 01.05.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de abril de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 52/2020 FÉRIAS BRUNA RIETH

Publicação Nº 2433353

PORTARIA Nº 52, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora Municipal BRUNA RIETH, Matrícula 5575/01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 07.04.2020 a 26.04.2020, referente ao período 20.08.2019 a 19.08.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de abril de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 53/2020 FÉRIAS CAMILE DALLA CORTE DE ARAUJO

Publicação Nº 2433354

PORTARIA Nº 53, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal CAMILE DALLA CORTE DE ARAUJO, Matrícula 5568/01, ocupante do cargo de Profissional de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 07.04.2020 a 16.04.2020, referente ao período 08.08.2019 a 07.08.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de abril de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 54/2020 FÉRIAS VILSON TORRES DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2433356

PORTARIA Nº 54, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para o Servidor Municipal VILSON TORRES DE OLIVEIRA, Matrícula 2224/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a ser usufruída no período de 07.04.2020 a 26.04.2020 referente ao período 12.06.2019 a 11.06.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de abril de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 153/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433381

DECRETO Nº 153/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

"EXONERA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1.229/2019,

CONSIDERANDO: O pedido apresentado pela conselheira solicitando o desligamento do Cargo;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Conselheiro Tutelar, 30 horas semanais, cargo eletivo, lotada no Conselho Tutelar, a Sra. JOSIELI BIANCHI, Conselheira Tutelar do Município de Nova Itaberaba.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 06 DE ABRIL DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 154/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433382

DECRETO Nº 154/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

"ADMITE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019, Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: a necessidade de um(a) Agente Comunitário de Saúde, para atender a demanda de Serviços na Secretaria Municipal de Saúde, e sua aprovação no Concurso Público nº 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º - FICA nomeada para exercer as funções de Agente Comunitário de Saúde(40) quarenta horas semanais, cargo Efetivo, a Sra. JOSIELI BIANCHI, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo os vencimentos conforme Anexo I e IV da Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 06 DE ABRIL DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2432546

Retifica Portaria nº 324/2020

Fica retificada a Portaria nº 324/2020, de 09 de março de 2020, publicada em 09 de março de 2020 no DOM/SC – edição nº 3076, página 1197, passando a vigorar a Portaria nº 323/2020, devidamente retificada, publicada na data de 08/04/2020, por motivo de equívoco na digitação da data de início do prazo de contratação.

Nova Trento, 08 de abril de 2020.

Ivana Regina Cadore
Diretora Recursos Humanos

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMSDC Nº 001, DE 07 DE ABRIL DE 2020 PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID19 NO VALE DO RIO TIJUCAS E FLUXO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE FRENTE AO COVID19

Publicação Nº 2433192

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMSDC Nº 001, DE 07 DE abril DE 2020

PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID19 NO VALE DO RIO TIJUCAS E FLUXO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE FRENTE AO COVID19

Considerando a necessidade de padronização dos fluxos de atendimento e organização do transporte sanitário e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI na Região do Vale do Rio Tijucas;

Considerando a necessidade de organizar o fluxo de atendimento de pacientes com necessidade de internação hospitalar clínica, incluindo os pacientes sintomáticos respiratórios com SRAG;

Considerando a capacidade instalada de leitos hospitalares na região do Vale do Rio Tijucas, compreendidos pelos hospitais de: Tijucas, Canelinha, Nova Trento e São João Batista;

Considerando que todos os hospitais existentes na região do Vale do Rio Tijucas são de pequeno porte e de média complexidade;

Considerando que a taxa de ocupação dos hospitais nessa região mantém-se em média inferior a 60% de ocupação nos 30 dias do mês;

Considerando a situação de emergência em Saúde Pública existente com a Pandemia do COVID-19 e;

Considerando a necessidade de se constituir um plano estratégico de atendimento hospitalar no âmbito da Região do Vale do Rio Tijucas;

1. FLUXO DE TRANSFERÊNCIA PARA INTERNAÇÃO HOSPITALAR NA REGIÃO

Os secretários de saúde em reunião realizada no dia 31 de março de 2020, nas dependências da Câmara de Vereadores de São João Batista, propõem as seguintes medidas a serem adotadas referentes a necessidade de internação hospitalar de pacientes de média complexidade e que não necessitam de ventilação mecânica.

Fica estabelecido que o fluxo de referência regional para transferências de pacientes com necessidade de internação hospitalar entre os hospitais do Vale do Rio Tijucas obedecerá a busca de vagas para em clínica médica, de pacientes de baixa e média complexidade, de acordo com a planilha abaixo:

Municípios	Busca por leitos de internação (Emergência para Emergência)			
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	4ª opção
Major Gercino	HMJL	HNSIC	FHMC	HSJ
Nova Trento	HMJL	FHMC	HSJ	
São João Batista	HNSIC	FHMC	HSJ	
Canelinha	HSJ	HMJL	FHMC	
Tijucas	FHMC	HMJL	FHMC	
Legenda:				
HMJL - Hospital Monsenhor José Locks - São João Batista				
HNSIC - Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - Nova Trento				
HSJ - Hospital São José – Tijucas				
FHMC - Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha - Canelinha				

O fluxo será organizado tendo como base o contato telefônico dos hospitais, através da Emergência do solicitante para a emergência da referência.

Os pacientes que necessitarem de ventilação mecânica, o fluxo de transferência será o definido pela Regulação do Estado através das normativas aprovadas pela SES.

2. USO DAS EPI's NA REGIÃO

O uso das EPIs pelos profissionais de saúde dos municípios do Vale do Rio Tijucas segue conforma orientações abaixo descritas: Levando-se em consideração o estado de emergência no estado de SC e considerando a transmissão comunitária do coronavírus já instalada em nosso estado, a secretaria municipal de saúde de Nova Trento resolve adotar este pop para facilitar as ações dos servidores da secretaria de saúde no quesito de biossegurança, segurança do trabalhador e segurança do paciente. Os procedimentos descritos abaixo é um compêndio de bibliografias e normas, porém adaptada à realidade do município de Nova Trento, levando-se em conta os profissionais, materiais e EPIs.

2.1. Pacientes

Os pacientes com sintomas respiratórios atendidos em Nova Trento pela rede pública receberão 1 par de máscaras de tecido para se protegerem (cobrir boca e nariz), que será de posse do paciente; assim ele poderá lavar com água e sabão e reutilizar a máscara na ocasião que julgar necessário. A secretaria também está disponibilizando para o paciente sintomático respiratório um litro de álcool 70%. O paciente deverá ser orientado quanto ao uso do produto em sua residência para que haja eficiente desinfecção quando for utilizado.

2.2. Servidores

2.2.1. Motoristas

Os motoristas que trabalham na secretaria municipal de saúde devem usar máscara no transporte dos pacientes. É recomendado que de 30 em 30 minutos haja abertura dos vidros dos carros para circulação de ar. Se houver auxílio ao paciente é recomendado uso de luvas. No final do seu turno de trabalho, o motorista precisa fazer a limpeza e desinfecção do veículo. Com o uso de luvas e máscara, lavar com água e sabão as partes plásticas e emborrachadas da parte do interior do veículo, sempre na sequência que seria da parte menos contaminada para a parte mais contaminada, ou seja, deixando por último onde houve mais contato com fluidos corpóreos (saliva, suor, sangue, etc.). Após limpeza, proceder a desinfecção com álcool 70%. Também, para segurança do profissional, ao final do turno, chegando em sua residência retirar os sapatos na entrada de casa, fazer higiene de mãos.

Para os motoristas de ambulância, que levam os pacientes transferidos entre os hospitais, está preconizado o uso de gorro e máscara, bem como capote (avental cirúrgico). As luvas devem ser colocadas para assistência ao paciente e tiradas a seguir. É importante frisar que o uso de luvas não descarta a higiene das mãos.

2.2.2. Agentes Comunitários de Saúde

Os agentes comunitários de saúde da secretaria municipal de Nova Trento, dentro do estado de emergência que nos encontramos, além de participarem do fluxo, e triagem de pacientes dentro da unidade de saúde, também devem fazer acompanhamento dos pacientes sintomáticos respiratórios em acompanhamento domiciliar.

Quanto aos equipamentos de proteção individual, os ACS devem utilizar máscaras sempre que tiverem no recinto a menos de um metro dos pacientes. Em visitas aos pacientes com suspeita de COVID 19, sempre utilizar a máscara, no mínimo a cirúrgica. O uso de luvas de procedimentos é necessário somente se houver contato com o paciente, porém não esquecer da higienização das mãos, antes e depois do contato com o paciente. Fazer a limpeza e desinfecção dos objetos manuseados com álcool 70%.

Para o centro de triagem de pacientes sintomáticos respiratórios, onde as agentes de saúde participam do acolhimento do paciente-fast track, as EPIs necessárias consistem em: gorro, máscara cirúrgica e avental. É aconselhável que o calçado, usado pelos profissionais de saúde sejam fechados e de preferência que o servidor ao retornar a sua casa, higienize-os com água e sabão.

2.2.3. Auxiliares de Serviços Gerais

O auxiliar de serviço geral que efetua a limpeza na área da saúde tem necessidade constante de uso de EPIs. Não utilizar adornos (anéis, pulseiras, relógios, colares, piercing, brincos) durante o período de trabalho. Manter os cabelos presos (dispensa o gorro) e unhas limpas e curtas. Os auxiliares de serviços gerais devem utilizar seu uniforme, que será entregue dois conjuntos. Esta vestimenta é de uso exclusivo na Unidade Básica de Saúde.

É imprescindível o uso de máscaras, luvas e avental. A máscara pode ser a cirúrgica ou de filtragem superior a cirúrgica. Para as luvas o ideal é que se disponha de dois pares de luvas emborrachadas, preferencialmente de cores diferentes. Um par de luvas para remoção de matéria orgânica se houver, bem como lixo contaminado e descarte. Outra para limpeza de bancadas e pisos. Caso não haja cores diferentes, fazer algum tipo de diferenciação para que não se confundam.

Também para nesta categoria, é aconselhável que o calçado, usados pelos profissionais sejam fechados e de preferência que o servidor, ao retornar a sua casa, higienize-os com água e sabão.

Há uma série de itens a serem seguidos para que a biossegurança seja obedecida na limpeza, pequenos detalhes que fazem a diferença. Destes, seguem.

I. Não abrir ou fechar portas com mãos enluvadas.

II. Não deixar materiais e equipamentos de limpeza nos consultórios/quartos/banheiros/corredores; devem ser limpos, secos e guardados no depósito de materiais de limpeza da unidade.

III. Os panos de limpeza manual e mops devem ser encaminhados à lavanderia para serem devidamente processados.

IV. Não deixar panos de limpeza manual e mops de molho, evitando assim a proliferação de microrganismos.

V. Os baldes próprios do sistema mop devem ser lavados e secos antes de sua nova utilização.

VI. O uso do hipoclorito é restrito para superfícies que contenham matéria orgânica, ou seja, sangue ou fluidos corpóreos.

VII. A revisão da limpeza do piso deve ser feita nos três períodos: manhã, tarde e noite.

VIII. Não deixar sujidades incrustadas para limpeza terminal, pois podem ficar impregnadas e mais difíceis de serem removidas posteriormente; para estes casos uma fibra mais abrasiva deve ser utilizada no local.

2.2.4. Técnicos de Enfermagem

Os técnicos de enfermagem do município de Nova Trento em seu trabalho devem utilizar as EPIs em todos os setores de atendimento ao paciente. Este equipamento de proteção individual consiste em guarda pó, touca, máscara cirúrgica e luvas para procedimentos. Higienizar as mãos com água e sabão líquido e/ou álcool 70%, seguindo os 5 momentos (1. Antes do contato com o paciente, 2. Antes da realização de procedimento; 3. Após risco de exposição a fluidos biológicos; 4. Após contato com o paciente e; 5. Após contato com objetos tocados pelo paciente).

No centro de triagem de sintomáticos respiratórios, manter rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras N95/PFF, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios. Além disso é indicado o avental que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente.

As máscaras N95/PFF2/3 ou equivalente devem sempre ser utilizadas ao realizar procedimentos geradores de aerossóis como por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Evitar tocar olhos, nariz e boca.

2.2.5. Enfermeiros

Os enfermeiros de Nova Trento estão na linha de frente de atendimentos aos pacientes e são protagonistas no acolhimento de pacientes. Os EPIs recomendados são: guarda pó, máscara, gorro, óculos de proteção ou escudo facial. Luvas de procedimento para exames dos pacientes que devem ser trocadas a cada paciente sempre com a lavagem de mãos intercalada.

No centro de triagem de sintomáticos respiratórios, manter rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras N95/PFF2/3, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios. Além disso é indicado o avental cirúrgico, não necessariamente estéril, que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente.

As máscaras N95/PFF2/3 ou equivalente devem sempre ser utilizadas ao realizar procedimentos geradores de aerossóis como por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Evitar tocar olhos, nariz e boca.

2.2.6. Médicos

Profissionais médicos também estão na linha de frente de atendimentos aos pacientes, podendo participar da organização do fluxo e triagem de pacientes. Os EPIs recomendados são: guarda pó, máscara, gorro, óculos de proteção e/ou escudo facial. Luvas de procedimento para exames dos pacientes que devem ser trocadas a cada paciente sempre com a lavagem de mãos intercalada.

No centro de triagem de sintomáticos respiratórios, manter as rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras N95/PFF2/3, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios. Além disso é indicado o avental cirúrgico, não necessariamente estéril, que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente, obedecendo a técnica asséptica.

As máscaras N95/PFF2/3 ou equivalente devem sempre ser utilizadas ao realizar procedimentos geradores de aerossóis como por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Evitar tocar olhos, nariz e boca;

2.2.7. Equipe odontológica

Os Cirurgiões Dentistas deverão auxiliar no atendimento através da organização do fluxo e triagem, na fase de avaliação de sintomas e notificação (se necessário), colaborando com os profissionais de enfermagem. A assistência odontológica em si apresenta um alto risco para a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), pela alta carga viral presente nas vias aéreas superiores e devido à grande possibilidade de exposição aos materiais biológicos, proporcionado pela geração de aerossóis durante os procedimentos. Em tempos de surto de COVID-19, os procedimentos odontológicos devem se restringir aos emergenciais, os quais são citados: sangramento descontrolado; celulite facial ou bacteriana difusa em partes moles, infecção intraoral ou extraoral, com inchaço que potencialmente comprometa a via aérea do paciente; e trauma envolvendo ossos faciais, com potencial comprometimento das vias aéreas do paciente. No entanto, outras publicações sugerem que sejam realizados os atendimentos em caráter de urgência. Desta forma, recomenda-se ao cirurgião dentista, que se não for clinicamente urgente ou emergencial, o procedimento odontológico seja adiado. Os EPIs para o atendimento odontológico consistem em touca, máscara pff2/3 ou N95, óculos e escudo facial. Também deve ser utilizado avental cirúrgico, não necessariamente estéril, que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente, obedecendo a técnica asséptica. Os profissionais de saúde bucal de nível técnico (Auxiliar de Saúde Bucal e Técnico de Saúde Bucal) também podem e devem auxiliar no atendimento através da organização do fluxo e triagem, na fase inicial de identificação de pacientes sintomáticos, tomando os devidos cuidados de proteção e isolamento; os EPIs recomendados são: avental cirúrgico, máscara, gorro, óculos de proteção ou escudo facial. Luvas de procedimento para exames dos pacientes que devem ser trocadas a cada paciente sempre com a lavagem de mãos intercalada.

2.3. Considerações Gerais

Atenção: Não se deve circular pelo serviço de saúde utilizando os EPI, fora da área de assistência aos pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus. Os EPI devem ser imediatamente removidos após a saída do ambulatório ou área de isolamento. Porém, caso o profissional de saúde saia da área de isolamento para atendimento de outro paciente com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus, na mesma área/setor de isolamento, logo em seguida, não há necessidade de trocar gorro (quando necessário utilizar), óculos/protetor facial e máscara, somente avental e luvas, além de realizar a higiene de mãos.

Descarte de materiais e equipamentos sempre obedecendo a técnica asséptica.

A racionalização do uso de EPIs faz com que seja garantido o fornecimento para todas as categorias e pelo tempo necessário.

3. USO DE AMBULÂNCIAS

Fica estabelecido o apoio mútuo entre as Secretarias de Saúde da Região do Vale do Rio Tijucas, durante o período de vigência da Emergência De Saúde Pública pelo COVID19 relacionado a necessidade de transporte sanitário com ambulâncias.

Havendo a necessidade de atendimento e inexistência de ambulâncias no território, os municípios se apoiarão, tanto com o empréstimo de veículos quanto a liberação de motoristas, caso seja necessário para garantia de transporte e transferências de pacientes para hospitais na

região e até mesmo fora dela.

Assim concordam e pactuam os Secretários Municipais de Saúde do Vale do Rio Tijucas.

4. REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA PARA PACIENTES NA EMERGÊNCIA

Como forma de apoiar os Municípios de Nova Trento e São João Batista, por serem os municípios que atendem diretamente a população de Major Gercino, a Secretaria de Saúde de Major Gercino custeará os exames de tomografia computadorizada para os pacientes respiratórios sintomáticos atendidos nas emergências dos hospitais de Nova Trento e São João Batista, até o limite de 60 Tomografias computadorizadas, que deverão ser realizadas no Hospital de Tijucas.

KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO
Secretária Municipal de Saúde
São João Batista - SC

MARCOS MARCELINO
Secretário Municipal de Saúde
Major Gercino - SC

ADAUTON RAULINO
Secretário Municipal de Saúde
Nova Trento - SC

VERA LÚCIA DE JESUS
Secretária Municipal de Saúde
Canelinha - SC

VILSON JOSÉ PORCÍNCULA
Secretário Municipal de Saúde
Tijucas - SC

PORTARIA Nº 051/2020

Publicação Nº 2432645

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 051/2020

convoca aprovadoS no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2020, DE 31/03/2020, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para encaminhar por meio eletrônico (rh@novatrento.sc.gov.br), ao Setor Recursos Humanos, nos dias 08, 09 e até as 13hs do dia 13 de abril de 2020, evitando o contato presencial, os seguintes documentos (original escaneado):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (Conforme dispõe Lei nº 2.698 de 20 de dezembro de 2018);

X – Cópia Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade, retirada no site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>

XIII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Cópia do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais da comarca de São João Battista, retirada do site <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro>.

do

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (documentos anexos no Decreto);

XVIII – Cópia e original da folha da abertura de conta do Banco Bradesco.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 07 de abril de 2020.

Adataon Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

RAFAEL VISENTAINER ADAMI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 051/2020)

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
1º	CASSIA FRANCIELE CARDOSO STEIN
2º	MARIA IZABEL DE SOUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 051/2020)

Exmo. Senhor

Adataon Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, Candidato(a) naª posição do Chamamento Público - Edital nº 004/2020, inscrição nº _____, para o cargo de _____, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº _____, publicado no Diário Oficial dos Municípios de 07/04/2020.

Nova Trento, _____ de _____ de 2020.

Assinatura

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, Servidor(a) Público(a), portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado _____, DECLARO, para atender as disposições constantes da Resolução TC 16/94, possuir o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(is) e/ou imóvel(is):

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO para todos os efeitos legais, Não Haver Sofrido ou Estar Cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidades disciplinares, devido a dispensa em processo seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos, por abandono ao serviço sem justificativa, aplicada por qualquer Órgão Público ou Entidade da esfera Federal, Estadual ou Municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador do RG Nº _____ expedido em _____ pelo _____, inscrito no CPF de nº _____ DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na _____, bairro _____ CEP _____, no município de _____, conforme cópia de comprovante anexo.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, in verbis:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

Nova Trento-SC, ____ de _____ de _____.

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ declaro estar exercendo o cargo de _____ junto a Instituição _____, com carga horária de _____ horas semanais, no período _____, na condição de _____, estando enquadrado na forma prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo a presente, sujeitando-me às penas da Lei.

Nova Trento, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ declaro que não ocupo qualquer outro cargo, emprego, função ou presto serviço em órgão da administração direta ou indireta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou que dos mesmos esteja afastado por motivo de licença remunerada, não exercendo qualquer atividade que caracterize acumulação na forma da Lei, ou ainda, incompatibilidade de horários com o cargo que exercerei.

Também declaro que não estou enquadrado em nenhuma das hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, ciente de que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções que abrange Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e Sociedades Controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

Por ser verdade, firmo a presente, sujeitando-me às penas da Lei.

Nova Trento, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

PORTARIA Nº 324/2020

Publicação Nº 2432480

PORTARIA Nº 324/2020

Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18/04/2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88

e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 006/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 027/2020, RITA MARIA PIAZZA, matrícula nº 8341, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - Centro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por prazo indeterminado, a contar de 09 de março de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 116/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.119-08, RG nº 3355628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014 e a Senhora RITA MARIA PIAZZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Travessa 267, nº 52, Bairro Centro, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 418.419.509-59, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Agente Comunitário de Saúde - Centro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado por prazo indeterminado, a contar de 09 de março de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 116/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Rita Maria Piazza
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Jaquiel Vinotti
Assistente Administrativo
CPF: 063.510.709-02

PORTARIA Nº 373/2020 "A"

Publicação Nº 2433347

PORTARIA Nº 373/2020 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Josemar Guilherme Franzoi, Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal ALLANA SUELLEN BRITO TIAGO, matrícula nº 8278, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14(quatorze) dias, a contar de 01 de abril de 2020 até 14 de abril de 2020, conforme atestado médico, datado de 01 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2020.

Josemar Guilherme Franzoi
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 383/2020

Publicação Nº 2432549

PORTARIA Nº 383/2020

Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 788/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2019, de 01/07/2019, homologado em 02/09/2019, convocado conforme Decreto nº 167/2019, THIAGO ILUAR GROTT JANUARIO, matrícula nº 8197, para exercer

o cargo de Técnico em Radiologia, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, com efeitos a contar de 05 de abril de 2020 a 30 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 273/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor THIAGO ILUAR GROTT JANUARIO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 46, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 074.733.619-96, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico em Radiologia, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.990,00 (hum mil novecentos e noventa reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 05 de abril de 2020 a 30 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 06 de abril de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Thiago Iluar Grott Januario
Contratado

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Jaquiel Vinotti
Assistente Administrativo
CPF: 063.510.709-02

PORTARIA Nº 383/2020 "A"

Publicação Nº 2432550

PORTARIA Nº 383/2020 "A"

Concede Férias Regulamentares

Salvio Osmar Tonini, Secretário Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992

(Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal DÉBORA MATTÉ, matrícula nº 7604, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Turismólogo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 06/04/2020 até 05/05/2020, relativo ao período aquisitivo de 13/09/2018 a 12/09/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2020.

Salvio Osmar Tonini
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 387/2020

Publicação Nº 2432407

PORTARIA Nº 355/2020

Rescisão de Contrato de Trabalho

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 121/2020, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho do Servidor Público Municipal Admitido em Caráter Temporário, TIHAGO VELOSO DE ANDRADE, matrícula nº 8347, ocupante do cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 07 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marini Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 137, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433027

DECRETO N.º 137, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

"RETOMA O ATENDIMENTO AO PÚBLICO NOS ÓRGÃOS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, SUSPENSO EM VIRTUDE DO DECRETO MUNICIPAL N.º 135, DE 24 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - O atendimento ao público nos órgãos e setores da Administração Pública Municipal, suspenso em virtude do Decreto Municipal n.º 135, de 24 de março de 2020, fica retomado a partir de 8 de abril de 2020, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 1º - Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas nos órgãos e setores da Administração Pública Municipal em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 2º - Os órgãos e setores da Administração Pública Municipal deverão providenciar o controle de acesso, bem como o controle da área externa, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 8 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de abril de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 07 de abril de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.624 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433344

DECRETO Nº 2.624 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 2.622 DE 2020, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 56 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a prorrogação do prazo da situação de emergência para combate ao COVID 19, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina sob o Decreto nº 550/2020.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto Municipal nº 2.622/2020 de 26 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação.

I- Fica prorrogado o prazo de quarentena pelo período de 5 (cinco) dias, contados do dia 8 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 08 de abril de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 014/2020

Publicação Nº 2432421

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06.04.2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: LOCAÇÃO MENSAL DE UM CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR AO ANO DE 2015, MODELO 62X40, COM BRITADOR DE MANDÍBULAS DE NO MÍNIMO 62X40CM, SILO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6M³ DE ARMAZENAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: CCM MAQUINAS E SERVIÇOS

VALOR DA DESPESA: 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

DATA: 06.04.2020- VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 046/2019

Publicação Nº 2432420

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06.04.2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: SONIA FRANCHINI

VALOR DA DESPESA: 233,40 (duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos)

DATA: 06.04.2020 –Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação N° 2432718

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital n° 001/2019, relacionados abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30hs as 17:30 horas. O presente chamamento, nos termos do item 1.3, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público n° 001/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
BRUNA ROMAGNA PETERLE	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 HS

Orleans, 07 de abril de 2020.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação N° 2432702

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital n° 001/2019, relacionados abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30hs as 17:30 horas. O presente chamamento, nos termos do item 1.3, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público n° 001/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
FERNANDA CAROLINE SCHIRMER VIECILI	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 HS

Orleans, 07 de abril de 2020.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

ENCERRAMENTO DO PROCESSO N° 41/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2433101

ENCERRAMENTO DE PROCESSO
PROCESSO N° 41/2020
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 15/2020
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM (1) AUTOMÓVEL DESCARACTERIZADO PARA A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORLEANS.

MOTIVO: DESERTO. (NÃO HOUVE LICITANTES INTERESSADOS.)

Orleans - SC, 07 de Abril de 2020.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

ENCERRAMENTO DO PROCESSO Nº 53/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2432463

ENCERRAMENTO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 53/2020

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 5/2020

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NO CENTRO DE APOIO AO TURISTA (CAT) CONFORME ANEXOS.

MOTIVO: DESERTO. (NÃO HOUVE LICITANTES INTERESSADOS.)

Orleans - SC, 06 de Abril de 2020.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 57/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2433032

PROCESSO Nº 57/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 24/2020

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E DEMAIS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 23/04/2020 às 16h00min. Abertura dos Envelopes: dia 24/04/2020, às 14h30min.

Este processo licitatório destina-se exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 07 de Abril de 2020

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 58/2020 - CONTRATO Nº 48/2020 PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Publicação Nº 2433026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 58/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2020

Contrato Nº.: 48/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA.

Valor : 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 07/04/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação: 02.001.04.122.0002.2002.4.4.90.00.00 – 4/2020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

Objeto : AQUISIÇÃO DE LICENÇAS PERPÉTUAS DO SOFTWARE DE ENGENHARIA DA ALTO QI EBERICK E QIBUILDER, CONFORME DADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 25, INCISO I DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 07 de abril de 2020

JORGE LUIZ KOCH.

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2020 FMS

Publicação Nº 2433020

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Página: 1 / 6
Processo Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 / 2020

No dia 7 do mês de Abril do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO, 800, bairro CENTRO, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo SECRETÁRIO DA SAÚDE INTERINO, o Sr(a) FERNANDO DE FAVERI MARCELINO inscrito no cpf sob o nº 799.584.869-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 2/2020, Processo licitatório nº 13/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE PEDREIRO COM SERVENTE DE PEDREIRO E SERVIÇO DE ELETRICISTA, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	1,2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	23.229.442/0001-00	CARLOS ALEXANDRE DANDOLINE	015.828.269-86

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE PEDREIRO COM SERVENTE DE PEDREIRO E SERVIÇO DE ELETRICISTA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	SERVIÇOS PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO; EXECUTAR TRABALHOS DE ALVENARIA, CONCRETO E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, GUIANDO-SE POR DESENHOS, ESQUEMAS E ESPECIFICAÇÕES, E UTILIZANDO PROCESSOS E INSTRUMENTOS PERTINENTES AO OFÍCIO, PARA CONSTRUIR, REFORMAR, OU REPARAR PRÉDIOS E OBRAS SIMILARES. EXECUTAR DEMOLIÇÕES DE ALVENARIAS E PEÇAS ESTRUTURAIS, BEM COMO RETIRAR O ENTULHO PROVENIENTE DESSA DEMOLIÇÃO, ABRIR E ATERRAR VALAS, CORTAR ALVENARIA E PISO, LIMPAR A OBRA. EFETUAR A REMOÇÃO DO ENTULHO DA OBRA. DOSAR E EXECUTAR A MISTURA DE CIMENTO, AREIA, PEDRA E ÁGUA, PARA OBTER ARGAMASSAS. CONTROLAR O NÍVEL E O PRUMO DAS OBRAS EM GERAL. ZELAR PELA SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVA, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO APROPRIADOS, QUANDO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	Horas		2000	50,00	100000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Página: 2 / 6
Processo Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

	<p>EXECUTAR PEQUENAS ALVENARIAS/REVESTIMENTOS, CONTRA PISO, PASSEIOS E FIXA BATENTES DE MADEIRA COM ARGAMASSA (APÓS A INSTALAÇÃO DO BATENTE NO LOCAL PELO CARPINTEIRO).</p> <p>EXECUTAR TAREFAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA, REFORMAR OBRAS COMO: PAREDES E ALVENARIA, REVESTIMENTO ARGAMASSA DOS (CHAPISCO, EMBOÇO E REBOCO), REVESTIMENTOS CERÂMICOS (AZULEJOS), PREPARAÇÃO E CONCRETAGEM DE ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES DE CONCRETO ARMADO, CONTRA PISOS, REGULARIZAÇÕES DE PISOS PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES, PISOS CERÂMICOS, VINÍLICOS E CIMENTADOS, CAIXAS DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA, MUROS DE ARRIMO ETC.</p> <p>EFETUAR EXAMES PERIÓDICOS NAS INSTALAÇÕES DOS IMÓVEIS, LOCALIZANDO DEFEITOS E EXECUTANDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MESMAS.</p>				
2	<p>SERVIÇOS DE ELETRICISTA</p> <p>EXECUTAR TAREFAS ESPECÍFICAS, TÍPICAS DE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, RELACIONADAS A PROJETOS DE INSTALAÇÕES, APARELHOS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, ORIENTANDO-SE POR PLANTAS, ESQUEMAS, INSTRUÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS PARA COOPERAR NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO, MONTAGEM E APERFEIÇOAMENTO DOS MENCIONADOS EQUIPAMENTOS.</p> <p>INSTALAR E EFETUAR MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA PREVENTIVA, CORRETIVA, PREDITIVA DE ACORDO COM ESQUEMAS ESPECÍFICOS E COM AS NECESSIDADES DE CADA CASO.</p> <p>REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL, EM BAIXA E ALTA-TENSÃO DA REDE ELÉTRICA, EM QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, TROCANDO LUMINÁRIAS, LÂMPADAS E REATORES E EFETUANDO A LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE ELETRODUTOS.</p> <p>EFETUAR MANUTENÇÃO DA REDE TELEFÔNICA, INSTALANDO E CONSERTANDO APARELHOS PARA GARANTIR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MESMOS.</p> <p>TESTAR AS INSTALAÇÕES EXECUTADAS, FAZENDO-AS FUNCIONAR EM SITUAÇÕES REAIS, PARA COMPROVAR EXATIDÃO DOS TRABALHOS.</p> <p>AUXILIAR NA INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADORES E DISJUNTORES, OBEDECENDO AS NORMAS E ESQUEMAS ESPECÍFICOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MESMOS.</p> <p>ZELAR PELA SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVA, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO APROPRIADOS, QUANDO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>TRANSPORTAR PEÇAS, MATERIAIS, FERRAMENTAS E O QUE FOR NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. ZELAR PELA GUARDA, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS, BEM COMO DO LOCAL DE TRABALHO.</p> <p>EXECUTAR AS TAREFAS CORRELATAS, CONFORME NECESSIDADE.</p>	Horas	800	35,00	28000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Página: 3 / 6
Processo Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Página: 4 / 6
Processo Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Página: 5 / 6
Processo Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Página: 6 / 6
Processo Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Enjejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 7 de Abril de 2020

D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES
CNPJ: 23.229.442/0001-00

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
SECRETÁRIO DA SAÚDE INTERINO

Palhoça

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 071/2020

Publicação Nº 2432609

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 27 de abril de 2020, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2020, que tem por objeto o fornecimento de 1.300 (um mil e trezentas) refeições em porções individuais (tipo marmita), destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde em atividade nas campanhas de vacinação e mutirões de cadastramento das famílias/usuários do Sistema Único de Saúde, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: <http://www.palhoca.atende.net>. Palhoça, 07 de abril de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020

Publicação Nº 2433242

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2020, que tem por objeto a aquisição de materiais de enfermagem e materiais de limpeza para uso nas ações de combate ao COVID-19. A sessão pública ocorrerá às 09:00h do dia 16/04/2020, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 09:00 às 15:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 07 de abril de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DO PREGAO 09/2020

Publicação Nº 2432635

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 09/2020

O Município de Palhoça torna público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 09/2020:
Empresa Vencedora:

A4 DIGITAL PRINT COMERCIO E SERV INF LTDA	Lote 01
R\$626.000,00 (Seiscentos e vinte e seis mil)	

Palhoça, 07 de Abril de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DO PREGAO 42/2019

Publicação Nº 2432704

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 042/2020**RESULTADO**

O Município de Palhoça torna público que no dia 06 de abril de 2020, às 13h30min, realizou na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇO nº 042 - 2020 têm como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material e Mão de obra para execução de grama sintética nos campos e quadras: Rua Doma Manoel I – Barra do Aririu, Rua Pascoal Mazzili – Brejaru, Ruas Das Figueiras – Pedra Branca, Rua 1410 – Piheira, Av Central – Pontal, Palhoça/SC. incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários, de acordo com as especificações contidas nos anexos. E se fez vencedora na fase da Proposta e Habilitação Certame a Empresa:

AK1 – AKR EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI CNPJ 00.561.906/0001- apresentou a proposta no valor de R\$ 571.784,63 (Quinhentos e setenta e um mil setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos)

Dessa forma abre-se prazo de recurso na forma da lei.

Palhoça, 06 de março de 2020.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

RESULTADO PREGÃO Nº 053/2020

Publicação Nº 2432805

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de baterias estacionárias para unidade de alimentação ininterrupta (UPS) com instalação, para substituir as baterias existentes, através do Sistema de Registro de Preços. No dia da abertura dos envelopes nenhuma a única empresa participante foi desclassificada, sendo assim, a pregoeira declarou o processo FRA-CASSADO. Diante disto, fica o presente Pregão ANULADO, seguindo para arquivamento, sendo sugerida a promoção de um novo certame. Palhoça, 07 de abril de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº352020**

Publicação Nº 2432909

PORTARIA 35, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Suspende o expediente no âmbito da Câmara Municipal de Palhoça/SC em decorrência do feriado de Páscoa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspenso o expediente da Câmara Municipal nos dias 09 e 10 de abril do corrente ano, em decorrência da quinta e sexta-feira santa (Páscoa).

Art. 2º – Durante este período, ato do Presidente designará os servidores que ficarão de plantão, mediante escala de serviço, caso necessário.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOEL FILIPE GASPAR

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 72/2020**

Publicação N° 2433093

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 72/2020 – Contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – Contratada: JRG INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES EIRELI, CNPJ 18.794.846/0001-06. OBJETO: Aquisição de macacão de segurança com capuz, confeccionado em TNT de polipropileno impermeável, gramatura 65, para os profissionais de saúde dos Centros de Saúde e demais unidades da rede municipal, em decorrência do surto de COVID-19.

VALOR: R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais).

Rubrica orçamentária:

"500" e "496"– 3.3.90.30.28 (Material de proteção e segurança).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666.

DATA: 07/04/2020.

Palma Sola

PREFEITURA

PORTARIA 281/2020

Publicação Nº 2432514

Portaria 281/2020, de 01 de abril de 2020.

Exonera Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da lei 1.605/2007

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a servidora, Claudia Sierota Pavinatto, portadora do CPF CPF 042.384.269-24 e RG 4.675.891-SSP SC, exercente do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 282/2020

Publicação Nº 2432515

Portaria 282/2020, de 03 de abril de 2020

Concede Exoneração a Servidor Municipal Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Ivanor de Moura, portador do CPF 750.145.059-53 e RG 3.256.742 SSP SC, do cargo de Agente Político de Secretário de Assistência Social NIVEL DAS-4, a partir de 03/04/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 03 de abril de 20120

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 283/2020

Publicação Nº 2432516

Portaria 283/2020, de 03 de abril de 2020

Concede Exoneração a Servidor Municipal Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Elber Pereira dos Santos, portador do CPF 100.850.469-65 e RG 6.432.117 SSDC SC, do cargo de Agente Político de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente NIVEL DAS-4, a partir de 03/04/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 03 de abril de 20120

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 284/2020

Publicação Nº 2432517

Portaria 284/2020, de 03 de abril de 2020.

Concede Exoneração a Pedido a Servidor Municipal Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,

Resolve:

Art. 1º. Conceder Exoneração a servidor com vínculo Comissionado, Mateus Dal Ponte, portador do CPF 009.118.539-44 e RG 4.829.400 SESP SC, Diretor Presidente da Fundação Cultural de Palma Solas, Nível DAS 4, a partir de 03 de abril de 2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 03 de Abril de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

Palmeira

PREFEITURA

PL_10_PP_04_AQUISIÇÃO DE EPI'S

Publicação Nº 2433034

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 10/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

O Prefeito Municipal de Palmeira/SC, Sr. Sandro Alex Masselai, por meio da Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com a Lei 8666/93 e alterações, Torna Público a reabertura do Processo Licitatório nº 10/2020 – Pregão Presencial nº 04/2020, para **“Aquisição de EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e Uniformes”**, que fora cancelado. Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. **O Credenciamento será feito a partir das 13h30min do dia 21/04/2020. Abertura da sessão será às 13h50min do mesmo dia.** A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira/SC, 07 de abril de 2020. **VIVIANE LOPES GODOY** – Pregoeira

PL_11_PP_05_AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E OUTROS

Publicação Nº 2433131

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITAÇÃO Nº 11/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020****REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020**

O Prefeito Municipal de Palmeira/SC, Sr. Sandro Alex Masselai, por meio da Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com a Lei 8666/93 e alterações, Torna Público a reabertura do Processo Licitatório nº 11/2020 – Pregão Presencial nº 05/2020, visando a **“Aquisição de Combustível, óleos, filtros, baterias e produtos de veículos”**. Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. **O Credenciamento será feito a partir das 15h30min do dia 21/04/2020. Abertura da sessão será às 15h50min do mesmo dia.** A presente licitação se dará por REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas no Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira/SC, 07 de abril de 2020.
VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 38/2020

Publicação N° 2432816

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 38/2020. Modalidade: Tomada de Preço 05/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO NAS RUAS DUQUE DE CAXIAS E 1º DE MAIO, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 24/04/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/04/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 7 de Abril de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 39/2020

Publicação N° 2432818

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 39/2020. Modalidade: Tomada de Preço 06/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM POSTES DE REDE ELÉTRICA DA CELESC. Data da entrega dos envelopes: 24/04/2020 até as 14:00 horas. Data da abertura: 24/04/2020 às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 7 de Abril de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 40/2020

Publicação N° 2433054

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13/2020

PROCESSO N.º 40/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE material e serviços de Mão de obra para reforma da estensão do Centro de educação infantil “o Pequeno príncipe”. CONTRATADO: metalurgica santa cruz ltda. me, inscrita no CNPJ sob nº. 02.601.590/0001-33.

VALOR TOTAL: R\$ 11.376,00 (onze mil e trezentos e setenta e seis reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/04/2020.

Palmitos, 07 de Abril de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

PR 11/2020

Publicação N° 2433372

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2020

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 23 de abril de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTO DESTINADOS AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 08 de abril de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 056/2020

Publicação Nº 2433357

PORTARIA 056 DE 12 DE MARÇO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor, LUIS FERNANDO DOS SANTOS, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, LUIS FERNANDO DOS SANTOS, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 12 de março de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de março de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 057/2020

Publicação Nº 2433358

PORTARIA Nº 057, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

“EXONERA POR FALECIMENTO CARLOS JORGE RAMOS MACHADO DO CARGO DE BRAÇAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por falecimento o servidor CARLOS JORGE RAMOS MACHADO do cargo de Braçal.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 13 de março de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de março de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 058/2020

Publicação Nº 2433359

PORTARIA Nº 058 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, ANTONIO PINTO GOMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal ANTONIO PINTO GOMES, referente ao período aquisitivo de: 11/09/2008 à 10/09/2013.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 16/03/2020 com término em 13/06/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de março de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 059/2020

Publicação Nº 2433361

PORTARIA Nº 059 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JESSICA SOUZA DA SILVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença-maternidade a partir de 16/03/2020, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença maternidade à servidora Publica Municipal, JESSICA SOUZA DA SILVA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 16/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de março de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 0011/2020**

Publicação Nº 2433298

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0011 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“FICA PRORROGADO A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NA CÂMARA DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, CONFORME DECRETO ESTADUAL Nº 550 DE 07 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O cidadão André Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O Poder Legislativo atendendo as necessidades públicas e para evitar a propagação do Coronavírus (Covid-19) paralisa suas atividades, a partir do dia (08/04), pelo período de cinco dias. Decisão segue Decreto do Governo do Estado nº 550, de 07 Abril de 2020.

Art. 2º O presidente da Câmara de Vereadores, informa que os funcionários ficarão sobreaviso, e após os cinco dias, será feita avaliação, conforme necessidade.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 07 de Abril de 2020.

André Cardoso
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jaci Anacleto Eziquiel
1º Secretário

Paulo Lopes**PREFEITURA****194/2020**

Publicação Nº 2433393

PORTARIA Nº 194/2020

Nomear a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE)

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Resolução nº 1, de 1 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

JULIANA APARECIDA DA ROSA SOARES

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

ANA PAULA GAMA

III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar;

PATRÍCIA PAES DA SILVEIRA

IV - 2 (dois) representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

GISELY SOUZA SANTOS PRUDÊNCIO

CARINE PEREIRA BORGES

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estocados nas Unidades Escolares durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 6 de abril de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 8 de abril de 2020.**DECRETO 19/2020**

Publicação Nº 2433303

DECRETO Nº 19/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo fixado no Decreto nº 14 do Município de Paulo Lopes; haja vista que no dia 07 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 550, por meio do qual prorrogou medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública por mais 05(cinco) dias contado de 08 de Abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I do art. 2º do Decreto Municipal nº 14, publicado em 25 de Março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...);

I – Ficam prorrogadas até o dia 12 de Abril às medidas de SUSPENSÃO:

(...)."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 08 de abril de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 01 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433391

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 01 DE ABRIL DE 2020

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos; e

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 786/2020 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar;

IV - 2 (dois) representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação

Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

I – Se são beneficiários do Bolsa Família;

II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);

III – Se estão cadastrados no CADÚnico;

IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;

Art. 5º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 6º A entrega do “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar” se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal

III – Descrição dos itens que compõem o “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar”

IV – Data de entrega

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Art. 7º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas e ainda encaminhar a Secretaria de Assistência Social para que seja realizado a entrega, respeitando as regras desta resolução.

Art. 8º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 01 de abril de 2020

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CALENDÁRIO ANUAL COMUSA (ANO 2020)

Publicação Nº 2432917

Penha, 12 de março de 2020

Calendário Anual

COMUSA (Ano 2020)

MÊS	DATA	HORÁRIO
MARÇO	31/03/2020	13:30 HS
ABRIL	28/04/2020	13:30 HS
MAIO	26/05/2020	13:30 HS
JUNHO	30/06/2020	13:30 HS
JULHO	28/07/2020	13:30 HS
AGOSTO	25/08/2020	13:30 HS
SETEMBRO	29/09/2020	13:30 HS
OUTUBRO	27/10/2020	13:30 HS
NOVEMBRO	24/11/2020	13:30 HS
DEZEMBRO	15/12/2020	13:30 HS

Carla Lucélia de Mello Figueredo
Enfermeira

Sérgio Mello
Secretário Municipal da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 002/2020 DE 06 DE MARÇO DE 2020. DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DO CONCURSO CULTURAL "A CARA DO CMDCA".

Publicação Nº 2432921

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
PENHA/SC

Resolução Nº 002/2020 de 06 de março de 2020.
Dispõe sobre a Aprovação do Projeto do Concurso Cultural "A Cara do CMDCA".

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012 e considerando a deliberação datada de 06 de março de 2020, em que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a aprovação do Projeto do Concurso Cultural "A Cara do CMDCA" que visa a participação da rede escolar municipal, estadual e das instituições que atuam com as crianças e adolescentes no município de Penha.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto do Concurso Cultural "A Cara do CMDCA";

Art. 2º. Aprovar o Projeto que se possa utilizar os Recursos do FIA dentro do Plano de Ação 2020 de acordo com os valores dentro dos eixos e despesas que se tratam desse assunto;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 06 de março de 2020.

Paulo José Vieira
Presidente CMDCA /Penha

Pescaria Brava

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020 – FMS COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2432490

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020 – FMS

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA informa que fica ADIADA a realização da Sessão Pública marcada para o dia 15/04/2020, às 08:00 horas - Pregão Presencial nº 03/2020, tipo menor preço por LOTE, Processo Licitatório nº 07/2020 - visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO POR REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, DIGITADOR E ZELADOR, A SEREM REALIZADOS SOB A FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA/SC. Esclarece ainda que uma nova data para a realização da Sessão Pública será marcada, a qual será divulgada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas através dos telefones: (048) 3647-6312/ 9 8840 4017 e do endereço eletrônico: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br.
Pescaria Brava, 07 de abril de 2020.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 19/2020 PMPB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 10/2020 PMPB - EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2020 – PMPB

Publicação Nº 2432676

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2020 – PMPB
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso II - Lei nº. 8.666/93
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38
CONTRATADA: LOUBER LTDA - CNPJ Nº. 02.254.873/0001-56
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 19/2020 PMPB
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 10/2020 PMPB
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC.
VIGÊNCIA: 180 (CENTO E OITENTA DIAS)

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 283, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432601

PORTARIA Nº 283, DE 06 DE abril DE 2020.

NOMEIA Aldir Bado PARA EXERCER o cargo de Provimento em comissão de DIRETOR executivo municipal de planejamento Obras e serviço Público.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Aldir Bado, brasileiro, CPF nº 549.101.969-00, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR executivo municipal de planejamento Obras e serviço Público, nível de vencimento DAS-04, carga horária de 40 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 06 de abril de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 04 de abril de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432603

PORTARIA Nº 284, DE 06 de abril de 2020.

Concede Licença prêmio Ao Servidor Público Augustinho Carlos Loat.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público Augustinho Carlos Loat, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 15/10/2013 a 15/10/2018, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 06 de abril de 2020 a 05 de maio de 2020 devendo retornar a suas atividades em 06/05/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 06 de abril de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 013/2020

Publicação Nº 2432633

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 013/2020

Segundo termo de prorrogação ao contrato 303/2018, que entre si celebram o município de Pinheiro Preto e a empresa Ascence Consultores Associados Ltda, para o fim expresso nas cláusulas que o integram

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, inscrito no CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69, com sede à Avenida Mal. Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto – SC, representada por: Pedro Rabuske, doravante denominada CONTRATANTE E, do outro lado, a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua da Consolação, nº 317, Sala 01, Edifício Bossini, Bairro Matinho, Xanxere, neste ato representada pelo Senhor Loacir Milto Fin, denominada de CONTRATADA, tendo em vista o que consta no contrato administrativo nº 303/2018, licitação nº 013/2018, modalidade tomada de preços, que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 — Constitui objeto deste Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA e ALTERAÇÃO CONTRATUAL que fixará uma redução do valor do Contrato nº 303/2018, que versa a prestação de serviço em consultoria e assessoria contábil, financeira e nas rotinas administrativas, bem como, suporte no preenchimento das informações a serem enviadas através dos sistemas SIOPE, SIOPS, SICONFI.

CLÁUSULA SEGUNDA - A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1 – O prazo contratual fica prorrogado até 31/12/2020, com amparo no art. 57, inciso II da Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 — AS despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta da despesa do orçamento em vigor.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1 - O item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato nº 303/2018, ficará reduzido tendo em vista a diminuição dos serviços prestados, passando a ter a seguinte redação:

“5.1 - 2.1 - O Contratante pagará ao Contratado o valor mensal cotado pelo licitante vencedor, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante entrega de relatório circunstanciado e de nota fiscal correspondente ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais

CLÁUSULA QUINTA - DAS ESPECIFICAÇÕES

5.1 - O item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato nº 303/2018 passará a vigorar com seguinte redação:

- a) “Assessoria na execução orçamentária, atendendo as determinações da Lei 4.320/64, com visitas técnicas periódicas, resguardando a possibilidade de convocações pela administração conforme necessidade;
- b) Conferência dos relatórios da LC n. 101/2000 (LRF) referente a RREO e RGF
- c) Auxílio no encerramento do Balanço Geral
- d) Orientação e acompanhamento na elaboração das peças de Planejamento, PPA, LDO e LOA
- e) O Contratado deverá disponibilizar no mínimo um técnico para visita “in loco” duas vezes por mês, ou quando requisitado os serviços

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas constantes no Contrato nº 303/2018, independentemente de transcrição.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

PINHEIRO PRETO/SC, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Resp. Legal – Loacir Milto Fin

Testemunhas:

1. _____
CPF. n. _____

2. _____
CPF. n. _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 57/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020**

Publicação Nº 2433297

PORTARIA Nº. 057, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORA PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA”.

IRENE EGGERS FARINA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que a servidora adimpliu o requisito do adicional por tempo de serviço, conforme Art. 29, e seus parágrafos da Lei nº. 1947, 03 de julho de 2017, referente ao 2º triênio em 31.03.2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a servidora PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, nível ANM-01, o adicional por tempo de serviço, referente período de 01/04/2017 a 31/03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2020.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto - SC, 07 de abril de 2020.

IRENE EGGERS FARINA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Pomerode

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030 / 2020

Publicação Nº 2433046

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030 / 2020

Processo Administrativo n.º 019 / 2020. Pregão Presencial n.º 012 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: BLUMENAU ENGENHARIA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RESTAURAÇÃO E REFORMA DE CASAS EM ESTILO ENXAIMEL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 10/03/2021. Valor Contratado: R\$156.620,00 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentos e vinte) / Itens 01, 02, 03 e 04.

Pomerode / SC, 11 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2020

Publicação Nº 2432599

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2020

Processo Administrativo n.º 020 / 2019. Pregão Presencial n.º 007 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: DISK GRAMA COMERCIAL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS E MÃO DE OBRA INCLUSA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor Total Estimado: R\$217.194,37 (duzentos e dezessete mil, cento e noventa e quatro e trinta e sete centavos) / Itens 1, 2 e 3. Prazo de Vigência: até 24/03/2021. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Aureci Gelsleichter, Representante legal, Disk Grama Comercial Ltda ME - contratada.

Pomerode / SC, 14 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034 / 2020

Publicação Nº 2432615

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034 / 2020

Processo Administrativo n.º 020 / 2019. Pregão Presencial n.º 007 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: EMPREITEIRA K J LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS E MÃO DE OBRA INCLUSA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor Total Estimado: R\$384.506,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e seis reais) / Item 1. Prazo de Vigência: até 24/03/2021. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Dilair Garcia, Representante legal, Empreiteira K J Ltda - contratada.

Pomerode / SC, 14 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO-1933-2020- MEDIDAS - CORONAVÍRUS

Publicação Nº 2433276

DECRETO Nº 1933/2020

Prorroga o prazo das medidas de suspensão, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 81, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda, o disposto na Lei Federal nº 13.979/2020.

DECRETA:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Ponte Alta do Norte – SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 30 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 5 (cinco) dias, as medidas de SUSPENSÃO, contados de 8 de Abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no seu bojo e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Ponte Alta do Norte, 08 de Abril de 2020.

Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Fica publicado o presente decreto aos oito dias do mês de Abril de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 258/2020

Publicação Nº 2432445

DECRETO Nº 258/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JURACI MARIA LODI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 17 dias, sendo 05 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, e 12 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020 para serem gozadas de 06/04/2020 a 22/04/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 259/2020

Publicação Nº 2432446

DECRETO Nº 259/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. VIVIAN GIZELE MARCOLAN, ocupante do cargo de CONSULTORA JURÍDICA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 05/02/2019 A 04/02/2020, para serem gozadas de 06/04/2020 a 20/04/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 260/2020

Publicação Nº 2432449

DECRETO Nº 260/2020 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ROSELI APARECIDA FORNARI ROCHA RAUBER, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2018 A 31/10/2019, para serem gozadas de 06/04/2020 a 25/04/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

LEI ORDINÁRIA 2402/2020

Publicação N° 2433371

LEI ORDINÁRIA N° 2.402/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

PROMOVE ALTERAÇÃO NO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL N° 2.194, DE 11 DE MARÇO DE 2014, E SUAS ALTERAÇÕES, CONFORME ESPECIFICA.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - O Art. 1º da Lei Municipal nº 2.194 de, 11 de março de 2014, e suas alterações passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei, a efetuar transferência financeira no valor mensal de até R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) à Associação de Assistência Hospitalar Santo Expedito, inscrita no CNPJ n. 34.048.494/0001-04, sediado neste município de Ponte Serrada, com vistas a que sejam executados os serviços de atendimento em sistema de Plantão 24 horas atinentes a procedimentos médicos e de enfermagem nos casos de urgência/emergência, consultas clínicas em geral, bem como o fornecimento de medicação para um pronto atendimento dos pacientes, beneficiando a todos os habitantes do município.

Parágrafo único: A CONVENIENTE encaminhará até o quinto dia útil, ao setor de contabilidade do MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados, somente será liquidado a despesa, se acompanhada da prestação de contas.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional no orçamento do exercício de 2020 no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta mil reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00 – 6 - R\$ 180.000.00
Fonte de Recursos: 00.01.1102

Art. 3º Para abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

12.00 – CÂMARA DE VEREADORES
12.01 – CÂMARA DE VEREADORES
11.031.0101.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
Modalidade de Aplicação: 3390.0000 – 3 – R\$ 90.000.00
Modalidade de Aplicação: 4590.0000 – 5 – R\$ 90.000.00
Fonte de Recursos: 00.01.11.00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de Abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina,
em 07 de Abril de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 025/2020 - PMPB

Publicação Nº 2431603

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço - Nº 025/2020 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preço - Contratação de empresa para manutenção e reparo de veículos e máquinas pesadas de utilização das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, com fornecimento de peças, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 23/04/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 23/04/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 06 de abril de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 018/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2432830

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 065/2020 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 018/2020.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO, ACETILENO E MISTURA DE GASES PARA SOLDA MIG, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 24 de abril de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de abril de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 518/2020 - RH

Publicação Nº 2433099

PORTARIA Nº 518, de 27 de março de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de LETICIA GREGORIO DE AMORIM, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 519/2020 - RH

Publicação Nº 2433100

PORTARIA Nº 519, de 27 de março de 2020.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho nº 122/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas no âmbito Municipal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana e detecção do contágio comunitário pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 939, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Plantonista se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 122/2019, no período de 27 de março de 2020 a 26 de março de 2021, ou até realização de concurso público municipal ou teste seletivo, de DIESKI WILLIAM KUYAVA, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda dos serviços essenciais em decorrência da situação de emergência no município pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 528/2020 - RH

Publicação Nº 2433103

PORTARIA Nº 528, de 1º de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 1º de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2014 a outubro/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora NOEMI MOREIRA DE CASTILHO BOIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 563/2020 - RH

Publicação Nº 2433105

PORTARIA Nº 563, de 1º de abril de 2020.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELAINE ADAM PEREIRA, das funções do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão de seu falecimento em 1º de abril de 2020.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 564/2020 - RH

Publicação Nº 2433106

PORTARIA Nº 564, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 23 de março de 2020, referente ao período aquisitivo de agosto/2014 a agosto/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora GISELE MUNHOZ PIRES BATISTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2020.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 565/2020 - RH

Publicação Nº 2433107

PORTARIA Nº 565, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 24 de março de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora TEREZA LEVANDOSKI CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2020.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 574/2020 - RH

Publicação Nº 2433109

PORTARIA Nº 574, de 02 de abril de 2020.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, GIOVANI EMERSON GONCALVES, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado em 12º lugar, para o emprego público de Agente de Combate a Endemias, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008 e suas alterações.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 575/2020 - RH

Publicação Nº 2433110

PORTARIA Nº 575, de 03 de abril de 2020.

Nomear condicionalmente candidata aprovada através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Porto União e define sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR CONDICIONALMENTE, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, DEBORA RODRIGUES, aprovada em 16º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, do quadro de pessoal do Magistério desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º O ingresso da servidora acima mencionada apenas se completará com nova Portaria e com a posse do exercício no cargo de Professor Docente Educação Infantil, na data do retorno das aulas, que encontram-se suspensas em razão da situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 576/2020 - RH

Publicação Nº 2433111

PORTARIA Nº 576, de 03 de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 03 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de março/2012 a março/2017, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora GISELE CASAGRANDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 577/2020 - RH

Publicação Nº 2433113

PORTARIA Nº 577, de 03 de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 03 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/1999 a outubro/2004, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ISABEL CAZNOK, matrícula 48502, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 578/2020 - RH

Publicação Nº 2433115

PORTARIA Nº 578, de 03 de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 03 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/1999 a outubro/2004, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ISABEL CAZNOK, matrícula 48501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 579/2020 - RH

Publicação Nº 2433118

PORTARIA Nº 579, de 06 de abril de 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido do servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ALTAIR SOARES DE MIRANDA, matrícula 2124701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 580/2020 - RH

Publicação Nº 2433121

PORTARIA Nº 580, de 06 de abril de 2020.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, LIVIA MARTINS CAVALCANTI KLEIN, aprovada em 2º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Médico – Pediatra, com jornada de trabalho de 05 (cinco) horas semanais, pertencente ao Grupo Ocupacional Profissional (GP), com vencimentos na Classe "11" Referência "A", da Lei Municipal 4.499 de 04 de dezembro de 2017, que altera o Anexo II, da Lei nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 581/2020 - RH

Publicação Nº 2433123

PORTARIA Nº 581, de 06 de abril de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 06 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de junho/2012 a junho/2017, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARAHANE AYRES GUERIOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIAS Nº 523 A 527/2020 - RH

Publicação Nº 2433102

PORTARIA Nº 523, de 31 de março de 2020.

Dispõe sobre conversão Pecuniária 1/3 da Licença Prêmio, conforme Edital 002/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2020, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 03 a 28 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de março/2020, referente ao período aquisitivo outubro/2014 a outubro/2019, a servidora GICELI APARECIDA GONÇALVES, matrícula 48301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 524, de 31 de março de 2020.

Dispõe sobre conversão Pecuniária 1/3 da Licença Prêmio, conforme Edital 002/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2020, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 03 a 28 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de março/2020, referente ao período aquisitivo outubro/2014 a outubro/2019, a servidora MARIA ISOLETE PISSAIA PINTO, matrícula 64901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 525, de 31 de março de 2020.

Dispõe sobre conversão Pecuniária 1/3 da Licença Prêmio, conforme Edital 002/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2020, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 03 a 28 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de março/2020, referente ao período aquisitivo janeiro/2015 a janeiro/2020, a servidora ROSANI ESTER SCHROH DE CAMARGO, matrícula 2052701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 526, de 31 de março de 2020.

Dispõe sobre conversão Pecuniária 1/3 da Licença Prêmio, conforme Edital 002/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2020, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 03 a 28 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de março/2020, referente ao período aquisitivo fevereiro/2015 a fevereiro/2020, a servidora DULCIMAR NEIDE SONNENSTRAHL, matrícula 48801, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 527, de 31 de março de 2020.

Dispõe sobre conversão Pecuniária 1/3 da Licença Prêmio, conforme Edital 002/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2020, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 03 a 28 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de março/2020, referente ao período aquisitivo abril/2011 a abril/2016, ao servidor DANIEL BENONI, matrícula 1551302, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIAS Nº 566 A 573/2020 - RH

Publicação Nº 2433108

PORTARIA Nº 566, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ALEX BORGES DE SOUZA, matrícula 2178903, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 567, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FABIO KRAVEC GONÇALVES, matrícula 2191403, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 568, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de GENI FALK WALEK, matrícula 2200604, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 569, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JANE APARECIDA DO PRADO, matrícula 2114811, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 570, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARIA OLIVIA CASIANO DE SOUZA, matrícula 2144507, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Língua Inglesa), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 571, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARIA THALITA SOARES MARINO, matrícula 2220601, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 572, de 02 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de PRISCILA CAROLINE GONCHO, matrícula 2101207, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 573, de 02 de abril de 2020.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de VILSON MARSCHALK, matrícula 97330, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 016/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - ALTERADO

Publicação Nº 2432920

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 063/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.

Retificação de Edital de Pregão Eletrônico 016/2020 – ALTERADO.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que diante de equívoco administrativo no Edital do Processo Licitatório supracitado, a data limite para recebimento das propostas passa a ser dia 27 de abril de 2020 às 08h00min, com início da sessão pública às 08h30min. O Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de abril de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 064/2020

Publicação Nº 2433244

DECRETO Nº. 064/2020

PRORROGA AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 e 80, V da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, o disposto nos Decretos Estaduais nº 515 de 17 de março de 2020, 521 de 19 de março de 2020, 525 de 23 de março de 2020, 534 de 26 de março de 2020 e 550 de 07 de abril de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 58/2020 de 20 de março de 2020 que decretou situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Presidente Getúlio-SC;

DECRETA:

Art.1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Presidente Getúlio, ficam prorrogas as medidas fixadas no Decreto Municipal n. 060/2020 de 24 de março de 2020 conforme a determinação dos Decretos Estaduais de n. 525 de 23 de março de 2020 e 550 de 07 de abril de 2020.

Art. 2º Em relação aos servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas nos Decretos Municipais de ns. 055/2020 de 17 de março de 2020, 057/2020 de 18 de março de 2020, 058/2020, de 20 de março de 2020 e 060 de 24 de março de 2020, ficam sujeitos à concessão de férias coletivas de 05 (cinco) dias, os servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, incluindo os procuradores e contadores públicos, a contar do dia 08 de abril de 2020.

Art. 3º. Ficam suspensos todos os prazos administrativos referentes aos processos, inclusive os disciplinares, e outros atos como notificações, intimações e defesa nos autos de infração até o dia 12 de abril de 2020.

Art. 4º. Mantem-se as demais disposições constantes no Decreto Municipal n. 061/2020 no que não for conflitante.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e revoga todas as disposições contrárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE ABRIL DE 2020

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2020

Publicação Nº 2432624

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 28/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2020

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Informamos que se encontra suspensa a sessão para análise do edital e características técnicas, assim, para uma possível adequação. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 07 de abril de 2020

NELSON VIRTUOSO - Prefeito

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 31/2020

Publicação N° 2433309

DECRETO N° 31/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Prorroga em 5 (cinco) dias o prazo de suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais previsto no artigo, 1º, inciso I e do Decreto Municipal 27, de 25 de março de 2020.

ISAMAR DE MELO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 65, da Lei Orgânica do Município e, ainda,
CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que prorrogou em 5 (cinco) dias o prazo previsto no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado em 5 (cinco) dias o prazo previsto no Art. 1º, inciso I do Decreto Municipal 27, de 25 de março de 2020, contados de 08 de abril de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Presidente Nereu, 07 de abril de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 511 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432538

DECRETO Nº 511 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRINCESA(SC), PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, X, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 1º de Abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. A homologação da Resolução CME 001/2020 de 06 DE ABRIL DE 2020 (ANEXO) que estabeleceu o regime especial de atividades escolares não presenciais para fins de cumprimento do Calendário Letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino público municipal, da Educação Básica pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Princesa.

Art. 2º. O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, nas unidades das redes de ensino municipal, incluindo educação infantil e ensino fundamental, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, sendo os primeiros 15 (quinze) dias considerados antecipação do recesso do mês de julho e os 15 (quinze) dias seguintes, em regime especial de atividades escolares não presenciais.

Parágrafo Único - Em caso de prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias por Decreto Estadual outras providências poderão ser adotadas para garantir o cumprimento do ano letivo.

Art. 3º. Todos os atos decorrentes da aplicação da Resolução CME 001/2020 de 06 de abril de 2020 deverão ser devidamente registrados pela instituição de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 7 de abril de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CME Nº 01/2020

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Princesa, Estado de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, em decorrência das medidas de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRINCESA, SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Estatuto deste Conselho, o deliberado na Sessão Plenária do dia 06 de abril de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios, inclusive para baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar da Rede Municipal de Ensino de Princesa SC, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na mesma;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentação dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que:

I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

Considerando o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

Considerando a RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 009, de 19 de março de 2020, que Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino pública municipal e educação infantil, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Princesa, SC.

Art. 2º O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido pelo tempo necessário, sendo os primeiros 15 dias considerados recesso, a partir de 19 de março de 2020, com data fim de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias.

Art. 3º A partir dia 03 de abril sendo esse o 16º dia, para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, as aulas serão ministradas na modalidade EAD, cabendo à Secretaria Municipal de Educação:

I – Providenciar o acesso dos alunos aos materiais físicos presentes na escola como livros didáticos, de literatura e outros, bem como, auxílio para o acesso aos meios tecnológicos necessários para a realização de atividades EAD com os estudantes;

II – Fazer chegar aos estudantes que não possuem acesso a tecnologia o conhecimento das atividades propostas pelos professores;

III – Acompanhar, por meio dos relatórios realizados pelos professores, a realização de atividades na modalidade EAD, que serão desenvolvidas com os estudantes;

IV – Disponibilizar acompanhamento pedagógico dos profissionais responsáveis às atividades a serem propostas pelos professores aos estudantes;

V - Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, e de materiais realizados pelos alunos que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – Decidir pelo registro dos dias letivos e avaliações no Sistema Betha ao final do período de realização das atividades EAD.

Art. 4º - Para que o trabalho desenvolvido pelos estudantes seja eficiente e esteja de acordo com a Resolução Nº 02/2019 – que estabelece a Base Curricular Municipal com os direitos de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Princesa, cabe ao corpo docente:

I – elaborar o planejamento e elaboração das ações pedagógicas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais

estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – entregar relatório das atividades desenvolvidas no planejamento para a Secretaria Municipal de Educação ou direção das escolas;

III – disponibilizar material impresso (entregue a para cada educando) específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: apostila, livros didáticos, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais, que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes.

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – aos docentes que trabalham com as turmas de educação infantil, cabe propor atividades que motivem as famílias a auxiliar no desenvolvimento das mesmas e que promovam a estimulação necessária para o desenvolvimento pleno e integral dos estudantes, conforme campos de aprendizagem, previstos na Resolução Nº 02/2019 que estabelece a Base Curricular Municipal com os direitos de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Princesa SC;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais deverá ser entregue na unidade escolar ao retorno das aulas presenciais, onde estes serão corrigidos pelo professor sendo computada uma nota a qual servirá de média para o primeiro trimestre ou avaliação descritiva para o boletim escolar ou relatório de avaliação descritiva no caso do, 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental e para alunos inclusos.

§ 1º Quanto à etapa da educação infantil a avaliação obedecerá a caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam serem desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo Municipal Resolução Nº 02/2019 garantido os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 3º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividade não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º os primeiros 15 dias serão considerados recesso escolar, a partir do 16º dia até o 30º, a realização de atividades não-presenciais contemplará 15 dias letivos durante o período de suspensão das aulas presenciais, sendo que poderão ser prorrogadas caso necessário a fim de contemplar as 800 horas previstas em lei.

Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 6º Assim que a normalidade para a realização de atividades com a presença de pessoas for definida por documentos oficiais municipais, estaduais ou nacionais, as aulas presenciais voltarão, conforme continuidade do Calendário Letivo e a realização de Atividades EAD (Educação a Distância) que contam como horas e dias letivos no calendário escolar municipal serão suspensas;

Art. 7º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pela Secretaria Municipal de Educação ou instituições de ensino para ficar à disposição da supervisão pelo Conselho Municipal de Educação.

Princesa, 06 de abril de 2020.

Angélica Nós Secretária Municipal de Educação	Neila Hammes Presidente do Conselho Municipal de Educação
--	--

DECRETO Nº 512 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433383

DECRETO Nº 512 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, X, XXXVI da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando as inúmeras recomendações para o distanciamento social; e

Considerando o Decreto Estadual nº 413/2020 que fixou o dia 09.04.2020 como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais.

DECRETA

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipal no dia 9 (nove) de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 8 de abril de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 ADT 01/2019- PL

Publicação Nº 2432478

Termo Aditivo 01 ADT 01/2019- PL, de 27 de março de 2020.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 01/2019-PL, visando a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do Contrato, que tem por objeto "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de SERVIÇO DE CONEXÃO À INTERNET, incluindo fornecimento de equipamentos e suporte técnico, para uso na Câmara Municipal de Vereadores de Princesa/SC.

O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.620.282/0001-92, com sede à Rua Nossa Senhora de Fátima, Centro – Princesa/SC, neste ato representado pelo Sr. Silmar Carlos Selzler Franco, Presidente do Poder, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Princesa/SC, inscrito no CPF sob o nº 045.744.759-19 de ora em diante denominado de CONTRATANTE.

Contratada: MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.766.055/0001-19, com sede na Rua Waldemar Rangrab, 77, Centro – São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Magnos Franzen de Souza, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 974.927.870-49, residente na Rua José Bonifácio, 191, Bairro São Gotardo- São Miguel do Oeste/SC, de ora em diante denominada de CONTRATADA.

Cláusula Primeira – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

1.1 - Tendo em vista que a vigência do contrato mencionado encerrar-se-á no dia 28 de março de 2020, resolvem as partes prorrogar o respectivo contrato por mais 12 (doze) meses conforme possibilita a "Cláusula Quinta – Da vigência e da prorrogação do contrato", sendo que a vigência contratual passará a ter como termo inicial 29 de março de 2020 e termo final o dia 28 de março de 2021.

Cláusula Segunda – DO OBJETO QUANTITATIVO/QUALITATIVO

2.1 – O objeto a ser prestado atenderá o exercício de 2020 e parcialmente 2021.

2.2 – Com a prorrogação do contrato e o reajuste no percentual de 3,92% (Três virgula noventa e dois décimos de por cento) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, acumulado em fevereiro/2020, os valores dos serviços passam a serem os seguintes:

Item	Descrição	Un	Qtdade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de serviço de internet de 50 Mbps Full com 100% de garantia de banda e interligação de Internet 10 Mbps Full. Do suporte técnico/repares/manutenção; 2.1 - Tempo máximo que será realizado os serviços de suporte/repares/manutenção: Imediato e prioritário (máximo 04 horas úteis). 2.2- Prazo máximo para sanar defeitos: Imediato e prioritário (máximo 04 horas úteis) 3- Do Fornecimento de equipamentos; 3.1 Equipamentos e, comodato; -Unidade de Rede Óptica 9 (ONU) -Router Board Mikrotik (RB)	MÊS	12	206,80	2481,60
Total (R\$)					2.481,60

Valor TOTAL do Contrato/Termo Aditivo: R\$ 2.481,60 (dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais, com sessenta centavos)

Cláusula Terceira – DA MOTIVAÇÃO

3.1 Torna-se necessária a prorrogação do presente contrato por se tratar de licenciamento de serviço de Conexão a Internet, serviço indispensável para os trabalhos realizado na Câmara de Vereadores do Município de Princesa/SC.

Cláusula Quarta – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 - A prorrogação do objeto deste termo aditivo tem seu fundamento:

a) Quanto à prorrogação do contrato com a respectiva correção monetária: assim prevê a "Cláusula Quinta" do contrato 01/2019-PL:

5.1 – A vigência dos serviços contratados será de 12 meses a contar de 28 de março de 2019 e estenderá até a data 28 de março 2020.

5.2 – A critério da Administração pública a prestação de serviços poderá ter seus prazos de vigência prorrogados pelos prazos previstos na legislação que o rege, desde que detectadas necessidade, oportunidade e conveniência do Contratante.

5.3- Havendo prorrogação do prazo do instrumento contratual, poderá ocorrer o reajuste de valores.

5.3.1 – Para efetivação do reajuste de valores, adotar-se-á a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período e sua formalização dar-se-á por intermédio de solicitação do Setor Requisitante.

b) Quanto à prorrogação contratual: assim prevê o artigo 57, da lei nº 8.666/93:

"Art. 57". A duração dos contratos regidos por esta lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – A prestação de serviços a serem executados de forma continua que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses."

Cláusula Quinta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas por recursos próprios do orçamento municipal, conforme discriminado abaixo:

Entidade: 6 – Camara Municipal de Princesa

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: 01 – Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento Despesa: 3 – 3.3.90.00.00.00.00.1400 – Aplicações Diretas

Cláusula Sexta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Todas as demais Cláusulas não especificamente modificadas pelas alterações decorrentes deste Termo Aditivo permanecem em vigor, inalteradas e obrigando as Partes conforme

originalmente pactuadas.

E por estarem acordados, assinam este Termo, redigido em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Princesa/SC, 27 de março de 2020.

Silmar Carlos Selzler Franco Presidente do Poder Legislativo Contratante	Magnos Franzen de Souza Representante Legal Contratada
Nilson Colombo Assessor Jurídico OAB/SC – 28.342	

Quilombo

PREFEITURA

01 DE 06 DE ABRIL DE 2020 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2433060

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

Alcione Maria Bevilacqua, Secretária de Educação, Cultura e Esportes de Quilombo/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto Estadual n. 525, que "Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências";

CONSIDERANDO o Decreto nº 076/2020, que "Declara situação de emergência no Município de Quilombo e define medidas para a prevenção e enfrentamento à Covid-19, em complementação às ações definidas nos Decretos Estaduais n. 515 e 525/2020 e nos Decretos Municipais n. 072 e 073/2020 e dá outras providências".

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

- I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;
- III – 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar;
- IV – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

- I – Se são beneficiários do Bolsa Família;
- II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- III – Se estão cadastrados no CADÚnico;
- IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;
- V – Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigo).

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega do "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

- I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;
- II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal
- III – Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar"
- IV – Data de entrega
- V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto o ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quilombo/SC, 06 de abril de 2020.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO 10/2020 FMS

Publicação Nº 2432970

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº	CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2020.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CRISTALINK CLINICA MEDICA LTDA.
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.
Valor estimado:	R\$ 339.994,35 (Trezentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos)
Vigência :	16/03/2020 a 16/03/2021.
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 e 1038 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 16 de Março de 2020.	

NÉDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal da Saúde

Extrato de Contrato

EXTRATO 11/2020 FMS

Publicação Nº 2432973

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº	CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2020.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ANESTESIOLOGIA MARAVILHA LTDA.
Objeto :	prestação de serviços PARA REALIZAÇÃO de CONSULTAS PRÉ-ANESTÉSICAS E PROCEDIMENTOS ANESTÉSICOS.
Valor estimado:	R\$ 67.200,00 (Sessenta e sete mil e duzentos reais).
Vigência :	16/03/2020 a 16/03/2021.
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 e 1038 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 16 de Março de 2019.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	
Extrato de Contrato	

EXTRATO 12/2020 FMS

Publicação Nº 2432975

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2020.
Participantes..:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA UROCENTER CLINICA DE UROLOGIA EIRELI
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2020.
Valor estimado:	R\$ 188.000,00 (Cento e oitenta e oito mil reais).
Vigência :	16/03/2020 a 23/01/2021
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 e 1038 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 16 de Março de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	
Extrato de Contrato	

EXTRATO 13/2020 FMS

Publicação Nº 2432978

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº	CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2020.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CLINICA CIRURGICA IL2 SS LTDA
Objeto :	prestação de serviços PARA REALIZAÇÃO de CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE PROCTOLOGIA.
Valor estimado:	R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais).

Vigência :	19/03/2020 a 19/03/2021.
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 e 1038 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 19 de Março de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	
Extrato de Contrato	

EXTRATO 14/2020 FMS

Publicação Nº 2432979

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº 45/2019
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratada.:	VALESKA KREVE
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº 45/2019
Valor :	R\$ 53.400,00 (Cinquenta e três mil e quatrocentos reais)
Vigência :	Início : 01/04/2020 Término : 30/06/2020.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019
Dotação :	2077 3.3.90.00 1038
QUILOMBO, 30 de Março de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	
Extrato Contratual	

EXTRATO 15/2020 FMS

Publicação Nº 2432981

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº 5/2019
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratada.:	IVANOR ANTONIO BEE 73277533972
Objeto :	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº 5/2019
Valor :	R\$ 28.745,00 (vinte e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais)
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2019
Dotação :	2074 3.3.90.00 1002 e 1038
QUILOMBO, 31 de Março de 2020.	
NEDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	
Extrato Contratual	

EXTRATO 16/2020 FMS

Publicação Nº 2432983

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 3/2020
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada.:	CIS-AMOSC

Objeto	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 3/2020
Valor	R\$ 18.946,50 (dezoito mil novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência	De 31/03/2020 até 30/06/2020
Licitação	DISPENSA P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 1/2020
Recursos	2.073 3.3.93.39.50 1002
QUILOMBO, 31 de Março de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	
Extrato Contratual	

EXTRATO 29/2020

Publicação Nº 2432940

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	29/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	SUL MÁQUINAS TERRAPLENAGEM EIRELI
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROLAMENTO COM MÁQUINA MOTONIVELADORA E COMPACTAÇÃO COM ROLO COMPACTADOR, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER TODA A MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EXISTENTE (CIDADE E INTERIOR).
Valor	R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).
Vigência	Início: 16/03/2020 até 16/10/2020
Licitação	PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019.
Recursos	2.059 3.3.90.00 1000
QUILOMBO, 16 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 30/2020

Publicação Nº 2432942

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	30/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CORADIN TERRAPLENAGEM EIRELI - ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO DO MUNICÍPIO.
Valor	R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)
Vigência	Início: 18/03/2020 a 18/06/2020.
Licitação	PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2019.
Recursos	2054 3.3.90.00 3000
QUILOMBO, 18 de março de 2020	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 31/2020

Publicação Nº 2432944

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 17/2020.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	T.E.S. TECNOLOGIA DE SOLOS LTDA
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 17/2020.
Valor :	R\$ 667,50 (Seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência :	Início : 07/02/2020 Término: 07/04/2020.
Dotação :	2.061 3.3.90.00 0.1.00
QUILOMBO, 19 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 32/2020

Publicação Nº 2432945

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	32/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ELÉTRICA CAVALLI LTDA
Objeto :	Garantia contratual para Habilitação (Caução em dinheiro)
Valor :	R\$ 349,93 (trezentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos)
Vigência :	De 19/03/2020 até a devolução do valor depositado como caução referente a fase da habilitação do processo licitatório Tomada de Preços 17/2020
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 17/2020
QUILOMBO, 19 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 33/2020

Publicação Nº 2432948

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	OITAVO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 48/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	RUDI TERRAPLENAGEM EIRELI ME
Objeto :	OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 48/2019 (prorrogação de prazo).
Vigência :	Início: 20/03/2020 Término: 18/04/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 28/2019.
QUILOMBO, 19 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 34/2020

Publicação Nº 2432951

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	34/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CORADIN TERRAPLENAGEM EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO DO MUNICÍPIO.
Valor :	R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)
Vigência :	Início: 25/03/2020 a 25/06/2020.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2019.
Recursos :	2059 3.3.90.00 3000
QUILOMBO, 25 de março de 2020	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 35/2020

Publicação Nº 2432953

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	35/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TERRAMAX – CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Objeto :	Garantia contratual para Habilitação (Caução em dinheiro)
Valor :	R\$ 2.180,55 (Dois mil e cento e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência :	De 25/03/2020 até a devolução do valor depositado como caução referente a fase da habilitação do processo licitatório Tomada de Preços 19/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 19/2020
QUILOMBO, 25 de março de 2020	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 36/2020

Publicação Nº 2432954

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR N.º 17/2017.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	BERTINHO TECCHIO
Objeto :	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR N.º 17/2017 (reajuste de valor)
Valor :	R\$ 194,04 (Cento e noventa e quatro reais e quatro centavos)
Vigência :	Início : 01/04/2020 Término : 31/12/2020
Licitação :	DISPENSA P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 29/2017
Recursos :	2004 3.3.90.00 0.1.00
QUILOMBO, 26 de março de 2020.	

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO 37/2020

Publicação Nº 2432958

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	37/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ELÉTRICA CAVALLI LTDA
Objeto :	Garantia contratual (Caução em dinheiro)
Valor :	R\$ 1.749,69 (Um mil e setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos)
Vigência :	De 26/03/2020 até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2020.
QUILOMBO, 26 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 38/2020

Publicação Nº 2432959

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	38/2020.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ELÉTRICA CAVALLI LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/EXECUÇÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DECORATIVA DE ÁRVORES, EM CANTEIROS CENTRAIS AO LONGO DA AVENIDA CEL. ERNESTO F.BERTASO, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DEMAIS ANEXOS, ELABORADOS PELA AMNOROESTE
Valor :	R\$ 34.993,80 (Trinta e quatro mil e novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos).
Vigência :	Início: 26/03/2020 Término: 25/05/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 17/2020.
Dotação :	1.057 4.4.90.00 1000
QUILOMBO, 26 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 39/2020

Publicação Nº 2432960

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	39/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Contratada..:	DECONTO SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
Objeto :	Garantia contratual para Habilitação (Caução em dinheiro)
Valor :	R\$ 560,00 (Quinhentos e sessenta reais)
Vigência :	De 26/03/2020 até a devolução do valor depositado como caução referente a fase da habilitação do processo licitatório Tomada de Preços 17/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 17/2020
QUILOMBO, 26 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 40/2020

Publicação Nº 2432962

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	40/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada..:	TERRAMAX – CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Objeto :	Garantia contratual (Caução em dinheiro)
Valor :	R\$ 10.903,38 (Dez mil e novecentos e três reais e trinta e oito centavos).
Vigência :	De 30/03/2020 até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2020.
QUILOMBO, 30 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 41/2020

Publicação Nº 2432963

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	41/2020.
CONTRATANTE.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
CONTRATADA..:	TERRAMAX-CONSTRUYÇÕES E OBRAS LTDA
Objeto :	AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS DOM PEDRO I, DUQUE DE CAXIAS E SERVIDÃO PROFESSORA LOIRI CÚNICO, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 3.551,47 M², CONFORME PROJETOS DO MUNICÍPIO
Valor :	R\$ 218.067,62 (Duzentos e dezoito mil e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos).
Vigência :	Início: 30/03/2020 Término: 31/05/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 19/2020.
Dotação :	1.057 4.4.90.00 3091
QUILOMBO, 30 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 42/2020

Publicação Nº 2432964

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 197/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TERRAMAX –CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 197/2019(prorogação de prazo)
Vigência :	01/04/2020 até dia 31/05/2020
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 102/2019.
QUILOMBO, 31 de março de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 43/2020

Publicação Nº 2432965

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 15/2020.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CORADIN TERRAPLENAGEM EIRELI - ME
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 15/2020.
Vigência :	Início: 05/04/2020 a 03/07/2020.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2019.
QUILOMBO, 02 de abril de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 44/2020

Publicação Nº 2432966

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	44/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	RUDI TERRAPLENAGEM EIRELI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO DO MUNICIPIO.
Valor :	R\$ 42.250,00 (quarenta e dois mil duzentos e cinquenta reais).
Vigência :	Início: 01/04/2020 à 01/07/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2019.
Recursos :	2059 3.3.90.00 3000
QUILOMBO, 01 de Abril de 2020.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 9/2020 FMS

Publicação Nº 2432968

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2019
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratada.:	CLÍNICA CIRURGICA CHAPECÓ S/S LTDA
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2019
Licitação :	Edital de Credenciamento nº 02/2019
QUILOMBO, 06 de Março de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	
Extrato Contratual	

Rancho Queimado

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 77

Publicação Nº 2432847

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO LXXVII

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- ICLICIA VIANA

Rancho Queimado, em 07 de abril de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

DECRETO 2518-2020- PONTO FACULTATIVO PASCOA

Publicação Nº 2432895

DECRETO Nº 2518/2020
DECRETA PONTO FACULTATIVO

A Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o feriado de Sexta-Feira Santa e a Páscoa,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 09 de abril de 2020 a partir das 12:00 horas.

§1º - Os serviços de emergência de saúde serão prestados pelo SAMU que permanecerá em atividade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 07 de abril de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 01 2020 LEIS MUNICIPAIS

Publicação Nº 2432790

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2020. CONTRATANTE CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO. CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, CNPJ no 03.725.725/0001-35. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação de atos legais. Valor Total R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Contrato referente ao processo licitatório no 01/2020 – Dispensa no 01/2020. Data de homologação: 10/03/2020. Publique-se. Antonio Roberto Griga – Presidente.

Rio do Campo

PREFEITURA

186 PORTARIA Nº 186 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA HILDA LOCKS WEBER

Publicação Nº 2432946

Portaria nº. 186, de 07 de abril de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora HILDA LOCKS WEBER”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora HILDA LOCKS WEBER, matrícula 33660, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020, tendo como período de gozo de 06 de abril a 05 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de abril de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora de Administração

DECRETO Nº 4.151

Publicação Nº 2433281

DECRETO Nº 4.151 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

“Dispõe sobre o cancelamento da XII Festa das Origens e do Colono”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Federal de Calamidade Pública e Emergência, bem como o Decreto Estadual que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal de nº 4.146/2020 que dispõe e declara emergência no Município de Rio do Campo/SC;

CONSIDERANDO, a clara perda de capacidade econômico-financeira da sociedade, diante do abalo econômico causado pelo COVID-19, bem como, invocando a Dignidade da Pessoa Humana e o Melhor Interesse Público.

DECRETA:

Art.1º. De acordo com as medidas de enfrentamento e prevenção do coronavírus (COVID-19), bem como os métodos e protocolos de saúde pública de importância internacional fica CANCELADA a XII FESTA DAS ORIGENS E DO COLONO;

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Rio do Campo 03 de abril de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.152

Publicação Nº 2433282

DECRETO Nº 4.152 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

"Dispõe sobre prorrogação e aplicação de novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como ratifica medidas dispostas na legislação federal e estadual."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 4.148, que implementava ações, no âmbito do Município Rio do Campo, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais n. 509, 515 e 525;

CONSIDERANDO, que no dia 07 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 550, por meio do qual dispôs sobre prorrogação das medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública.

DECRETA:

Art. 1º Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 550 de 07 de abril de 2020, ficam prorrogadas pelo período de 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020, as medidas restritivas de isolamento social dispostas no art. 1º, inciso I do Decreto Municipal n. 4.148, de 25 de março de 2020.

Art. 2º As demais medidas restritivas de isolamento social previstas em Decretos anteriores permanecem com suas vigências inalteradas.

Art. 3º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 550 de 30 de março de 2020 e Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Rio do Campo, 07 de abril de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2536_PRORROGA_VENCIMENTO_ISSQN_SIMPLES

Publicação Nº 2432638

DECRETO Nº 2.536, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Prorroga o vencimento das parcelas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos contribuintes optantes do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense" para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena por diversos dias;

CONSIDERANDO os impactos econômicos gerados pelas medidas de contenção do coronavírus e necessidade de flexibilização dos prazos de vencimento para pagamento de determinados tributos,

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados os vencimentos das parcelas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, previsto na Lei Complementar nº 14/2003, dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, conforme disposto na Resolução CGSN nº 154, de 03 de abril de 2020, cujo pagamento deverá ser efetuado nos prazos previstos abaixo e atendendo ao seguinte:

I - o Período de Apuração março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, vencerá em 20 de julho de 2020;

II - o Período de Apuração abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, vencerá em 20 de agosto de 2020; e

III - o Período de Apuração maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, vencerá em 21 de setembro de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação do prazo a que se refere o caput não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 07 de abril de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO_2537_HOMOLOGA_RESOLUÇÃO_CONSELHO_MUNICIPAL_EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2433089

DECRETO Nº 2.537, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Homologa a Resolução nº 001/2020, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 001/2020, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Rio do Oeste, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas municipal e educação infantil, da Educação Básica, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Rio do Oeste e dá outras providências, como medida de prevenção e combate ao contágio do Covid-19.

Art. 2º A Resolução nº 001/2020, do Conselho Municipal de Educação, referida no art. 1º, fica fazendo parte integrante do presente Decreto como anexo único.

Art. 3º Para atendimento aos fins da Resolução n. 001/2020 do Conselho Municipal de Educação, visando o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Rio do Oeste, os professores trabalharão em regime de home-office, devendo

obedecer a mesma jornada de trabalho e horário para o qual foram respectivamente contratados, sendo vedado o pagamento de qualquer hora extraordinária por medida de contenção de gastos.

Parágrafo único: A comunicação e/ou interação de professores para com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á exclusivamente dentro do horário de trabalho para o qual o professor foi contratado, sendo que qualquer atividade eventualmente prestada pelos professores fora dos seus respectivos horários, será considerada mera liberalidade, sem obrigação, não gerando qualquer efeito remuneratório.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 07 de abril de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA Nº 03/2020

Publicação Nº 2433119

ATO DA MESA Nº 03/2020, de 07 de abril de 2020.

Altera o Ato da Mesa nº 01/2020 que dispõe sobre os procedimentos administrativos e trabalho remoto dos serviços da Câmara Municipal de Rio do Oeste, em razão do Decreto Estadual nº 535 de 30 de março de 2020 e Decreto Municipal nº 2.532 de 31 de março de 2020.

Considerando o art. 7º, II, "a" do Decreto estadual nº 525 de 23 de março de 2020 que dispõe "Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020: (...) II - pelo período de 30 (trinta) dias: a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Oeste e pela Lei Orgânica Municipal de Rio do Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa 01/2020 de 25 de março de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo Único: As medidas de que trata este Ato da Mesa vigorarão até o dia 23 (vinte e três) de abril de 2020, podendo ser prorrogado por ato próprio complementar".

Art. 2º O art. 2º do Ato da Mesa 01/2020 de 25 de março de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam suspensos o expediente externo e o atendimento ao público, bem como as Sessões Ordinárias da câmara Municipal de Rio do Oeste."

Art. 3º O art. 3º e parágrafos do Ato da Mesa 01/2020 de 25 de março de 2020 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica determinado que o expediente interno se dará das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, sendo que no período matutino, será admitido trabalho presencial das servidoras da Secretaria e dos Serviços Gerais, enquanto que no período vespertino, será admitido o trabalho presencial dos servidores da Diretoria da Câmara e da Contadoria, observando-se as recomendações de higiene e segurança vigentes.

§1º Os servidores, quando não estiverem no trabalho presencial, realizarão de modo remoto as atividades imprescindíveis ao funcionamento da Câmara de Vereadores de Rio do Oeste (atos administrativos, orçamentário e jurídicos), através dos meios digitais e eletrônicos, mantendo-se o mesmo horário de expediente.

§2º O trabalho remoto tem por objetivo evitar o trânsito e aglomeração de pessoas, e para tanto, devem os servidores permanecer em suas residências, evitando deslocamentos desnecessários".

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor no dia 08 (oito) de abril de 2020.

Rio do Oeste, 07 de abril de 2020.

VALÍRIO HAVERROTH JUDITE MOSER PISSETA
Presidente Vice-Presidente

VANDERLEI MOSER ODILO VANDERLINDE
1º Secretário 2º Secretário

Rio do Sul

PREFEITURA

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2020

Publicação Nº 2432530

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE BANCOS DE JARDINS EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu às seguintes alterações no edital nº 032/2020:

Em função do feriado municipal – aniversário do Município, fica designada nova data de entrega dos envelopes, credenciamento e abertura da sessão às 08h00min do dia 27/04/2020.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 07 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 035/2020

Publicação Nº 2432527

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 035/2020

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA PATRÍCIO NOVELETO – REMANESCENTE DO TRECHO 1 – BARRA DO TROMBUDO EM RIO DO SUL/SC

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu às seguintes alterações no edital de Tomada de Preço nº 035/2020:

Em função do feriado municipal – aniversário do Município, fica designada nova data de entrega dos envelopes, credenciamento e abertura da sessão às 08h00min do dia 17/04/2020.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 07 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8957, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432819

DECRETO Nº 8957, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“ACRESCENTA INCISO E PARÁGRAFO AO DECRETO N. 8956 DE 06 DE ABRIL DE 2020 QUE ESTABELECE REGRAS PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o inciso V, ao parágrafo 3º, do artigo 3º do Decreto n. 8956 de 06 de abril de 2020 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 3º (...)

V – Os monitores escolares receberão 30 (trinta) dias de férias, a partir de 18 de março de 2020.”

Art. 2º Acrescenta o parágrafo 7º, ao artigo 3º do Decreto n. 8956 de 06 de abril de 2020 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 7º - Os servidores que possuírem direito à licença prêmio, poderão solicitá-la em gozo caso seja de seu interesse.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

07 de abril de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2020

Publicação Nº 2432466

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Gestão de Governo, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS OU DE MENOR PODER OFENSIVO PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC.

Contratada: Condor S/A Indústria Química

Valor Total: R\$ 16.060,38 (dezesesseis mil e sessenta reais e trinta e oito centavos).

Itens:

Item	Qtde	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	3	Kit Dispositivo elétrico inca- pacitante com seis municações	R\$ 5.353,46	R\$ 16.060,38

Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei Federal Nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de Inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 06 de abril de 2020

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PORTARIAS N 165 - 189

Publicação Nº 2432423

PORTARIA Nº 165, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Conceder, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita, com efeitos a partir de 06/02/2020:

Servidor(a)	Funções Originárias do Cargo	Novas Atribuições/Funções	Vantagem Concedida
Amarildo Pedro Agostini	Servente de Serviços Gerais	Responderá, além das funções de seu cargo, pela utilização, conservação, manutenção, uso, transporte de cargas e descargas de materiais, bem como pela sinalização, quando da utilização de micro trator articulado com caçamba.	FG-I (35%), nos termos do §2º do art.10 c/c Anexo VIII da Lei Complementar nº. 002, de 09 de dezembro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar nº 224/2013.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 06 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 06 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 166, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

ALTERA VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Alterar, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita, com efeitos a partir de 06/02/2020:

Servidor(a)	Cargo	Vantagem de:	Vantagem Para:
Marisane Teresinha Hoffmann	Psicóloga	GR (15%), nos termos do art. 40, da LC. 091/2006, alterada pela LC nº 168/2009.	GR (25%), nos termos do art. 40, da LC. 091/2006, alterada pela LC nº 168/2009.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 06 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 06 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 167, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Conceder, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita, com efeitos a partir de 06/02/2020:

Servidor(a)	Funções Originárias do Cargo	Novas Atribuições/Funções	Vantagem Concedida
Valdir Kamke	Operador de Máquinas	Responderá, além das funções de seu cargo, pelo planejamento e execução das tarefas da Secretaria de Infraestrutura com vistas ao conserto e recuperação de estradas.	FG-II (30%), nos termos do §2º do art.10 c/c Anexo VIII da Lei Complementar nº. 002, de 09 de dezembro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar nº 224/2013.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 06 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 06 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 168, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.
HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Claudio Miro Pinter	Motorista	307/2019	25	44 hs	10/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 10 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 10 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 169, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Vanderson Kleinschmidt	Agente de Combate a Endemias	091/2006	17	40 hs	10/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 10 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 10 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 170, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017/CTNEIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Angela Luiza Formigari	Psicólogo Educacional	164/2009	53	40 hs	11/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – A presente contratação temporária se faz na forma do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/CTNEIP, e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais nº 1.577/2008 e nº 1.652/2010.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 11 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 11 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 171, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Graziela Felippi	Monitor de Educação	253/2014	19	40 hs	11/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 11 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 11 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 172, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Mauro Pedro Agostini	Motorista	307/2019	25	44 hs	11/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 11 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 11 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 173, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE PROFESSOR II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g", da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros;

RESOLVE

Art.1º. Declarar, por motivo de aposentadoria, a vacância do cargo de Professor II, de acordo com o artigo 44, inciso VI, da Lei Complementar nº 001/1991, a partir de 12/02/2020, ocupado pela servidora Sra. ELI DA SILVA, lotada na Secretaria de Educação, referência salarial nível 27, com 20 (vinte) horas semanais, nomeada por meio da Portaria nº 081/2005.

Art.2º. Em razão da vacância do cargo, fica declarada a exoneração da servidora acima mencionada.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 174, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Luciano Borges Reded	Professor II – Musica	068/2005	07	20 hs	12/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 175, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 13/02/2020, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Larissa Micaeli Loppnow Katchan	Professor II – Series Iniciais	068/2005	05	20 hs	13/02/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 13 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 13 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 176, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE JARDINEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g", da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros;

RESOLVE

Art.1º. Declarar, por motivo de aposentadoria, a vacância do cargo de Jardineiro, de acordo com o artigo 44, inciso VI, da Lei Complementar nº 001/1991, a partir de 14/02/2020, ocupado pelo servidor Sr. MARCIO BUSARELLO, lotado na Secretaria de Infraestrutura, referência salarial nível 37, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nomeado por meio da Portaria nº 614/1997.

Art.2º. Em razão da vacância do cargo, fica declarada a exoneração do servidor acima mencionado.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 14 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 14 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 177, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 14/02/2020, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Fabiana Kanies Perini	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	14/02/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 14 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 14 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 178, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 14/02/2020, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Jaqueline Zambon	Professor I - Educação Infantil	068/2005	35	40 hs	14/02/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 14 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 14 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 179, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE MECÂNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g", da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros;

RESOLVE

Art.1º. Declarar, por motivo de aposentadoria, a vacância do cargo de Mecânico, de acordo com o artigo 44, inciso VI, da Lei Complementar nº 001/1991, a partir de 15/02/2020, ocupado pelo servidor Sr. ADILSON ANTONIO ROSA, lotado na Secretaria de Infraestrutura, referência salarial nível 52, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nomeado por meio da Portaria GAPREF nº 650/2008.

Art.2º. Em razão da vacância do cargo, fica declarada a exoneração do servidor acima mencionado.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 15 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 15 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 180, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017/CTNEIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Fabiana Kanies Perini	Professor I - Educação Infantil	068/2005	34	40 hs	17/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – A presente contratação temporária se faz na forma do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/CTNEIP, e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais nº 1.577/2008 e nº 1.652/2010.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 17 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 17 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 181, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária

de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Pamela De Souza	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	18/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 18 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 18 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 182, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, por término de vigência contratual, com efeitos a partir de 19/02/2020, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Nayara Jessica Dos Santos	Auxiliar de Enfermagem – PSF	091/2006	26	40 hs	19/02/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 19 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 183, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, por término de vigência contratual, com efeitos a partir de 19/02/2020, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Priscylla Hagemann	Dentista	091/2006	54	20 hs	19/02/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 19 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 184, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020.
HOMOLOGA TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AGENTE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar Termo Aditivo ao Contrato de Agente Pública abaixo nominada:

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Início do Termo Aditivo ao Contrato	Término do Termo Aditivo ao Contrato
Karin Yurica Colombo Kulyk	Dentista	091/2006	54	20 hs	20/02/2020	29/05/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, em 19 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 185, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.
HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Nayara Jessica Dos Santos	Auxiliar de Enfermagem – PSF	091/2006	26	40 hs	20/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 20 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 20 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017/CTNEIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Pricylla Hagemann	Dentista	091/2006	54	20 hs	20/02/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – A presente contratação temporária se faz na forma do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/CTNEIP, e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais nº 1.577/2008 e nº 1.652/2010.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 20 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 20 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 187, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 26/02/2020, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Maria Julia Bona Bertoldi	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	26/02/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 26 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 26 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 188, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
HOMOLOGA TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS DE AGENTES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar Termos Aditivos aos Contratos dos Agentes Públicos abaixo nominados:

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Início do Termo Aditivo ao Contrato	Término do Termo Aditivo ao Contrato
Ana Paula Mauricenz	Auxiliar Administrativo	022/2002	25	40 hs	29/02/2020	29/05/2020
Camila Gabriela Dietrich	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	29/02/2020	29/05/2020
Gisele Clerice Pavan	Professor I - Educação Infantil	068/2005	34	40 hs	29/02/2020	29/05/2020
Luciane Vincoski Andreatta	Professor I – Series Iniciais	068/2005	37	40 hs	29/02/2020	29/05/2020
Luiza Hossain Wollick	Médico - Veterinário	022/2002	Prop. 70	20 hs	29/02/2020	09/05/2020
Naura Bertoldi Pacher	Auxiliar de Serviços Gerais	068/2005	05	44 hs	29/02/2020	29/05/2020
Paula Nicolodelli	Arquiteto	303/2018	70	40 hs	29/02/2020	29/05/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, em 28 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 28 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 189, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA AGENTE PÚBLICA INVESTIDA EM CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g", da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros;

RESOLVE

Art.1º. Exonerar, a partir de 28/02/2020, a Sra. DORALICE PANINI, do cargo comissionado de DIRETOR DE TURISMO, referência salarial nível 45, com 40 (quarenta) horas semanais, criado pela Lei Complementar nº 022, de 22 de Março de 2002 e nomeada através da Portaria nº 083/2017.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 28 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 28 de Fevereiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 13925 - DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433360

ALTERA O ART. 9º DO DECRETO 13.903 DE 18 DE MARÇO DE 2020 QUE ALTERA O DECRETO Nº 13.899 DE 16 DE MARÇO DE 2020 QUE DETERMINA MEDIDAS DE URGÊNCIA JUNTO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA COMBATER A PANDEMIA CORONAVÍRUS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município;

DE C R E T A

Art. 1º- O artigo 9º do Decreto 13.903, de 18 de março de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 9º - Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, os servidores públicos municipais, que sejam considerados como pertencentes a grupos de risco (gestantes, maiores de 60 anos portadores de doenças crônicas não compensadas, portadores de doenças auto-imunes moderadas a graves, portadores de doenças imunodepressoras, em tratamento ou acompanhamento de neoplasia maligna, em uso de drogas imunossupressoras ou outras patologias que aumentem o risco de formas mais graves da doença), deverão:

I - Exercer as atividades na modalidade em regime de home office (execução de suas atividades a partir de casa), desde que possível, devendo os critérios de trabalho serem firmados entre o servidor e a chefia de imediato.

§ 1º - Compete ao respectivo Secretário de cada órgão a fiscalização e organização do trabalho em regime de home office.

§ 2º - Os servidores públicos municipais que sejam considerados como pertencentes a grupos de risco (gestantes, maiores de 60 anos portadores de doenças crônicas não compensadas, portadores de doenças auto-imunes moderadas a graves, portadores de doenças imunodepressoras, em tratamento ou acompanhamento de neoplasia maligna, em uso de drogas imunossupressoras ou outras patologias que aumentem o risco de formas mais graves da doença) dependerão de atestado médico e avaliação pericial para trabalho em regime de home office ou dispensa temporária.

§ 3º - Caso não seja possível a comprovação de imediato de estado de gravidez ou condição de portador de doença crônica o servidor poderá apresentar documentação a posteriori em prazo máximo de 10 (dez) dias, ficando sob sua responsabilidade as informações previamente prestadas, sob as penas da lei.

§ 4º - No caso de gestante com idade gestacional menor do que 37 (trinta e sete) semanas, a servidora deverá apresentar atestado médico para afastamento até completar a trigésima-sétima semana de gestação com posterior inclusão da licença à gestante nos termos do art. 133 da LC 016/2000.

§ 5º - A depender da necessidade do serviço e de solicitação da chefia imediata, o servidor lotado na Secretaria de Saúde poderá ser realocado temporariamente e em caráter excepcional em atividade em área considerada de baixo risco, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º - Permanecem aplicáveis, no que não conflitem com este Decreto, as medidas adotadas no Decretos Municipais n.º 13.897, de 16 de março de 2020, n.º 13.903, de 18 de março de 2020, n.º 13.905, de 18 de março de 2020, n.º 13.907, de 20 de março de 2020, n.º 13.908, de 21 de março de 2020, n.º 13.909, de 22 de março de 2020, n.º 13.910, de 23 de março de 2020 e n.º 13.914, de 26 de março de 2020 e 13.920, de 31 de março de 2020 e Decretos Estaduais n.º 515, de 17 de março de 2020, n.º 525, de 23 de março de 2020 e n.º 535, de 30 de março de 2020;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de hoje, com prazo de vigência limitado ao disposto no § 2º e § 3º do artigo 1º e no artigo 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 07 de abril de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13926 - DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433364

PRORROGA O PERÍODO DE QUARENTENA NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do coronavírus em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no Brasil;

CONSIDERANDO, o avanço do contágio do coronavírus no Brasil e principalmente no Estado de Santa Catarina e nossa região do Norte do Estado e, em razão da transmissão comunitária do vírus, sendo impossível identificar a origem da infecção:

CONSIDERANDO, as disposições contidas nos Decretos Estadual n.º 515, de 17 de março de 2020, n.º 525, de 23 de março de 2020 e n.º 535, de 30 de março de 2020 e Decretos Municipal n.º 13.897, de 16 de março de 2020, n.º 13.903, de 18 de março de 2020, n.º 13.905, de 18 de março de 2020, n.º 13.907, de 20 de março de 2020, n.º 13.908, de 21 de março de 2020 e n.º 13.909, de 22 de março de 2020, n.º 13.910, de 23 de março de 2020, n.º 13.914, de 26 de março de 2020 e n.º 13.920, de 31 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no MUNICÍPIO de RIO NEGRINHO:

CONSIDERANDO, que o Governador do Estado de Santa Catarina determinou a prorrogação do prazo de quarentena para enfrentamento de combate ao coronavírus por mais 05 dias, a contar da data de 08 de abril de 2020, por meio do Decreto Municipal n.º 550, de 07 de abril de 2020;

DE C R E T A

Art. 1º - Fica o regime de quarentena prorrogado até o dia 12 de abril de 2020, em razão da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus em nossa região e no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Permanecem aplicáveis, no que não conflitarem com este Decreto, as medidas adotadas no Decretos Municipal n.º 13.897, de 16 de março de 2020, n.º 13.903, de 18 de março de 2020, n.º 13.905, de 18 de março de 2020, n.º 13.907, de 20 de março de 2020, n.º 13.908, de 21 de março de 2020 e n.º 13.909, de 22 de março de 2020, n.º 13.910, de 23 de março de 2020, n.º 13.914, de 26 de março de 2020 e n.º 13.920, de 31 de março de 2020 e Decretos Estadual n.º 515, de 17 de março de 2020, n.º 525, de 23 de março de 2020 e n.º 535, de 30 de março de 2020;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no § 2º e § 3º do artigo 1º e no artigo 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 07 de abril de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020

Publicação Nº 2432683

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020

Termo de Referência

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

OBJETO: Aquisição de materiais necessários, em caráter de urgência, para o Fundo Municipal de Saúde visando ações de combate ao Coronavírus, conforme Artigo 4, caput da Lei Federal nº 13.979/20, conforme itens abaixo:

ITEM	QUANT/UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	300 CX.	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO PP, AMBIDES-TRO/HIPOALÉRGICA, TALCADA, CAIXA C/ 100 UN, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE MARCA NUGARD	33,30	9.990,00
02	300 CX.	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO P, AMBIDESTRO/HIPOALÉRGICA, TALCADA, CAIXA C/ 100 UN, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE MARCA NUGARD	33,30	9.990,00
03	300 CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO M, AMBIDES-TRO/HIPOALÉRGICA, TALCADA, CAIXA C/ 100 UN, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE MARCA NUGARD	33,30	9.990,00
04	100 CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO G, AMBIDESTRO/HIPOALÉRGICA, TALCADA, CAIXA C/ 100 UN, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE MARCA NUGARD	33,30	3.330,00
TOTAL				R\$ 33.300,00

VALOR TOTAL: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais).

DOTAÇÃO: 572/19.01.2201.10.301.0019.3.3.3.90.00.00.00.00.00 – Enfrentamento Emergência de Saúde – COVID 19, do orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO DA DESPESA: Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e Artigo 4º da Lei Federal 13.979/2020.

JUSTIFICATIVA

Trata-se da aquisição, em caráter de urgência/emergência, de luvas de procedimento PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CORONAVÍRUS, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL Nº 515, DE 17/03/2020, DECRETO MUNICIPAL

Nº13.903, DE 18/03/2020 E DECRETO MUNICIPAL Nº 13.905, DE 18/03/2020, conforme o Artigo 4º da Lei Federal 13.979/2020. A escolha do fornecedor se deu mediante pesquisa de mercado realizada em caráter de urgência pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo critério de menor preço. A contratação está legalmente amparada pelo Parecer nº 42/2020 – CONJUR/PMRN emitido pela Consultoria Jurídica no Município de Rio Negrinho, documento anexo, o qual faz parte do presente independentemente de transcrição.

DE C I S Ã O

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido Processo Administrativo, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 4º da Lei 13.979/2020 e Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, a contratação da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, atende às necessidades da Administração e poderá ser formalizada.

Desta forma, solicito a contratação.

Rio Negrinho(SC), 07 de Abril de 2020.

JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

WAGNER ALBUQUERQUE
OAB/SC 31.433
Consultor Jurídico

Rio Rufino

PREFEITURA

DECRETO Nº 313 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433195

DECRETO Nº313 , DE 07 DE ABRIL DE 2020.

PRORROGA A QUARENTENA NO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC EM RAZÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que as medidas sanitárias de combate ao contágio e disseminação, ainda incontrolável, do coronavírus (COVID-19) dependem da junção de forças dos órgãos nacional, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que não há segurança sanitária que possibilite a retomada gradual da atividade econômica com a segurança que o momento exige;

CONSIDERANDO que atividades econômicas não essenciais são polo de concentração de pessoas que, sem as precauções necessárias, pode resultar na contaminação e disseminação do vírus da COVID-19, podendo vir a ocasionar sérios riscos ao funcionamento e atendimento adequado dos serviços econômicos ou não de caráter essencial que atuam no combate à infecção instaurada;

CONSIDERANDO que a população têm importante papel na eficácia das medidas sanitárias adotadas pelos órgãos competentes;

CONSIDERANDO que o momento impõe adoção de medidas restritivas à circulação e concentração de pessoas em espaços públicos e privados, revelando que o isolamento social é, ainda, a melhor forma de evitar a propagação da infecção do COVID-19;

CONSIDERANDO a confirmação do primeiro caso da infecção pelo coronavírus (COVID-19) neste Município;

CONSIDERANDO que o paciente não soube informar a possível causa da infecção, bem como não soube dizer quantas e quais pessoas tiveram contato com ele nos últimos 14 (quatorze) dias;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar os estudos e buscas por pessoas que interagiram com o paciente infectado antes de sua internação hospitalar, visando identificar e monitorá-los quanto ao desenvolvimento da infecção;

DECRETA

Art. 1º O prazo de encerramento do isolamento social de que trata o art. 2º, caput, do Decreto Municipal nº 303, de 18 de março de 2020, fica redefinido para o dia 12 de abril de 2020.

Parágrafo único. Salvo determinação contrária, as atividades normais serão retomadas no dia 13 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO COSTA
Prefeito

Rodeio

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 5265

Publicação Nº 2432528

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 5265 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 001 DE 06 DE ABRIL DE 2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RODEIO – SEMED.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e IX, do artigo 74, e de acordo com o que estabelece o artigo 175, e seguintes, todos da Lei Orgânica do Município de Rodeio, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020, 525, de 23 de março de 2020, e Decreto nº 535, de 30 de março de 2020;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Executivo Municipal nº 5252 de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública, suspendendo as aulas na rede pública municipal de ensino;

DECRETA:

Art.1º - Fica homologada a Resolução nº 001 de 06 de abril de 2020, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rodeio, que trata da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa nacional de Alimentação escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, em virtude da suspensão das aulas pelo Decreto 515, de 17 de março de 2020 e Decreto Municipal nº 5252 de 18 de março de 2020.

Art.2º - A Resolução nº 001 de 06 de abril de 2020, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rodeio, que segue anexo ao presente Decreto passa a fazer parte integrante do mesmo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 06 de abril de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5265/20, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 06 de abril de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

Resolução nº 001 de 06 de abril de 2020.

Institui Comissão intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa nacional de Alimentação escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e da outras providências.

Denilson Luiz Fruet, Secretário de Educação e Cultura de Rodeio SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

Considerando o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (covid-19);

Considerando: a lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional,

em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a declaração de situação de emergência pelo Município de Rodeio, por meio do Decreto Executivo Municipal nº 5252 de 18 de março de 2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

Considerando que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultara em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

Considerando a edição da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica,

RESOLVE:

art.1º Fica criada a Comissão Intersectorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

- I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - Glaucia Pegoretti Pacher
- II – 1 (um) representante da Diretoria Municipal de Assistência Social - Karina Ercilia Gadotti
- III – 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar - Leocádia Tamanini Bogo
- IV – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - Rosangela Adami Fava
- V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação escolar - Dário Pegoretti.

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazo de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade;

§2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º A distribuição dos " Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos PNAE não se confunde com Ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

Parágrafo único – Para definição dos critérios de distribuição a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família e ainda as seguintes informações:

- I – Se são beneficiários do Bolsa família;
- II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- III – Se estão cadastrados no CAD único;
- IV – Se os pais ou responsáveis estão desempregados ou são autônomos;
- V – Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigos).

Art. 5º A CIAE deve sempre observar as Orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 6º A entrega do ' Kits Emergenciais de Alimentação Escolar' se Dara mediante recibo que contenha as seguintes informações:

- I- Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;
- II- Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal;
- III- Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar";
- IV – Data de entrega;
- V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens;

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto a ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para fins de prestação de contas.

Art. 7º - A Gestão da Escola, a APP, A CIAE e o CAE realizarão a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários agendados, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Art.8 º - O Comitê de Enfrentamento da crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art.9 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rodeio, 06 de abril de 2020.

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5264

Publicação Nº 2432799

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5264 DE 02 DE ABRIL DE 2020

REDUZ SUBSÍDIOS DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO E SUSPENDE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO, E DA EXECUÇÃO DE HORAS EXTRAS, POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso IX, e,

Considerando que o período, de 21 dias, de isolamento social, determinado pelo Governo do Estado, através dos Decretos Estaduais nº 515, de 17 de março de 2020, nº 525, de 23 de março de 2020, e Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, com a paralisação de diversas atividades econômicas, irá provocar queda acentuada na arrecadação do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reduzidos a partir de 01 de abril até 31 de maio de 2020:

I - Em 10% (dez por cento) o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito;

Art. 2º - Ficam suspensos os pagamentos de gratificações de função, a partir de 01 de abril, até 31 de maio de 2020.

Art. 3º - Fica suspensa a execução de horas extras, a partir de 01 de abril, até 31 de maio de 2020, exceto as absolutamente necessárias e autorizadas pelo Prefeito Municipal, ou por quem ele delegar, com base em análise de justificativa apresentada pelo solicitante, devendo ainda tais horas, preferencialmente, serem compensadas através de banco de horas.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2020.

Prefeitura de Rodeio, 02 de abril de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5264/20, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 02 de abril de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

LEI ORDINÁRIA Nº 2147

Publicação Nº 2432529

LEI ORDINÁRIA Nº 2147 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“ALTERA LEI Nº 2052 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO ESPECIAL PARA ATENDER ÀS CONTRATAÇÕES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.”

O Povo do Município de Rodeio - SC, por seus representantes aprovou, e, eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O § 1º, do art. 3º da Lei Municipal nº 2052 de 01 de dezembro de 2017, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ...

§ 1º A contratação para substituição, nos casos previstos no inciso I e VI, do artigo anterior - alínea "a", para período de licença ou afastamento de titular, inferior a 6 (seis) meses, também prescindirão de processo seletivo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Rodeio, em 07 de abril de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2147/20 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 07 de abril de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 012 de 31 de março de 2020.

Senhora Presidente, Senhores Vereadores, e Senhoras Vereadoras, Nobres Edis.

Como é de conhecimento público, o mundo foi atingido pela pandemia do COVID-19, conhecido também como coronavírus.

As nações, de todos os continentes, têm lutado contra a pandemia, utilizando-se de todos os recursos e conhecimentos científicos existentes, mas ainda assim milhares de vidas já foram perdidas, e se perdem diariamente, já que o número de pessoas infectadas supera, e muito, a capacidade de atendimento da rede de saúde pública e privada, seja por falta de leitos de UTI, respiradores, e profissionais da saúde,

muitos deles inclusive sendo vítimas deste vírus.

O Brasil, obviamente, não ficaria imune a pandemia, e foi atingido em um momento de fragilidade econômica, e com o rompimento do acordo, entre Cuba e Brasil, o país perdeu milhares de profissionais cubanos que retornaram a ilha caribenha, somados a desestruturação do programa "Mais Médicos", vários municípios, a exemplo de Rodeio, perderam médicos do Programa Mais Médicos.

Ocorre que em situação normal já havia dificuldades de atendimento, em face da perda dos profissionais do programa Mais Médicos, e pela dificuldade na contratação de novos profissionais, pois os pequenos municípios não tem condições financeiras de oferecer salários atrativos, porém, com a chegada do Coronavírus, ainda que não tenhamos nenhum caso confirmado, em Rodeio, a situação está se agravando, e as expectativas para os próximos meses são ainda piores.

O Município de Rodeio realizou processos seletivos, para a contratação de profissionais, mas não tem obtido êxito, em face dos salários que não são tão atrativos, sendo que o último edital foi do PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL Nº 03/2020(em anexo), não aparecendo qualquer interessado.

Além disto, o Município tem dois médicos afastados por fazerem parte do grupo de risco, já que são portadores de doenças crônicas, e diante da urgência, assim que surgir algum profissional que aceite ser contratado, não poderemos aguardar a realização de processo seletivo, o que, em situações de emergência como vivemos agora, torna-se totalmente inviável.

Desta forma, é preciso reconhecer que houve descuido quando da elaboração da Lei nº 2052/2017, que trata das contratações para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, não se previu que em situações de emergência e/ou calamidade pública, tais contratações prescindissem do processo seletivo, lapso que pretendemos corrigir com o presente projeto de lei, para o qual solicitamos a tramitação EM REGIME DE URGÊNCIA, em única votação e discussão, tendo em vista a situação de emergência em saúde pública, decretada nos 3 níveis da Federação.

Rodeio, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

Romelândia

PREFEITURA

APROVA "AD REFERENDUM" RESOLUÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2432844

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SC

Conselho Municipal de
Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 001/2020

Aprova "ad referendum" a pactuação do cofinanciamento sobre o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Romelândia - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião da mesa Diretora em 03 de abril de 2020, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.815/2008, de 11 de dezembro de 2008, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Romelândia – CMAS;

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em especial: o inciso I do art. 13 que trata sobre a competência do Estado de destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio dos Benefícios Eventuais.

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme os Decretos nº 507/2020, nº 509/2020, nº 515/2020 e nº 521/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), bem como o Plano de Contingência para Resposta as Emergências em Saúde Pública;

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública no município de Romelândia conforme o Decreto nº 4.208 e 4.210.

CONSIDERANDO a resolução nº 01 de 20 de março de 2020 do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar "ad referendum" o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 19.897,95 referente ao ano de 2020, a ser executado conforme estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia - SC, 03 de abril de 2020.

Lira Terezinha Hullen
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA 9897/2020

Publicação Nº 2432884

PORTARIA Nº 9897/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ILIANE BEATRIZ JUNG WENDT, cargo de carreira de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2019 à 08 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 07 de abril de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9898/2020

Publicação Nº 2432885

PORTARIA Nº 9898/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MARILENE LUCIA MARTELLO BAGNARA, cargo de carreira de PSICOLOGO - NASF, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2019 à 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 07 de abril de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9899/2020

Publicação Nº 2432890

PORTARIA Nº 9899/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. NILSON SCHAEFFER, cargo de carreira de FISCAL DE TRIBUTOS EXERNOS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2018 à 05 de setembro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 07 de abril de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019

Publicação Nº 2432436

SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA AUTO POSTO NATAL LTDA.

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ/MF nº 82.821.182/0001-26 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 899.689 e do CPF/MF nº 304.788.399-87, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, Centro, na Cidade de Romelândia – SC CEP 89908-000, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, por outro lado a empresa Auto Posto Natal Ltda, inscrita no CNPJ nº 83.829.374/0001-41, estabelecida Av. Brasil, Centro, ROMELÂNDIA/ SC, CEP: 89908-000:, neste ato representada por Severino Abel Benachio, doravante denominado CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão nº 48/2019, nos termos do Decreto nº. 3.933, de 11 de janeiro de 2018 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Em face da negociação empreendida entre as partes, o presente termo aditivo altera a Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preço para reajustar o valor do objeto conforme abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário Atual R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
2	LITRO	DIESEL COMUM S 500	3,78	3,43
3	LITRO	DIESEL S10	3,84	3,49

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da referida Ata, permanecendo as mesmas inalteradas.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Romelândia, 07 de Abril de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

AUTO POSTO NATAL LTDA
SEVERINO ABEL BENACHIO
CONTRATADO

SÉTIMO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019

Publicação Nº 2432439

SÉTIMO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA AUTO POSTO 25 LTDA.

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua de 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ/MF nº 82.821.182/0001-26 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 899.689 e do CPF/MF nº 304.788.399-87, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, Centro, na Cidade de Romelândia – SC CEP 89908-000, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, por outro lado a empresa Auto Posto 25 Ltda, inscrita no CNPJ nº 73.239.279/0001-34, estabelecida Av. Brasil, 202, Centro, ROMELÂNDIA/ SC, CEP: 89908-000:, neste ato representada por VALCIR ZIMMER, doravante denominado CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão nº 48/2019 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Em face da negociação empreendida entre as partes, o presente termo aditivo altera a Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preço para reajustar o valor do objeto conforme abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário Atual R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
1	LITRO	GASOLINA COMUM	4,59	4,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da referida Ata, permanecendo as mesmas inalteradas.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Romelândia, 01 de Abril de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

AUTO POSTO 25 LTDA
VALCIR ZIMMER
CONTRATADO

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 05/2020**

Publicação Nº 2433362

DECRETO LEGISLATIVO N º 005/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

JOÃO ZANROSSO NETTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei:

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 550 de 07 de abril de 2020 que altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a suspensão das sessões ordinárias e as demais atividades do poder legislativo do município de Romelândia – SC, pelo prazo de 05 (cinco) dias a partir do dia 8º de abril de 2020.

Art. 2º Ratifica-se, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, aos 07 de abril de 2020.

JOÃO ZANROSSO NETTO

Presidente

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2020

Publicação Nº 2433135

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Município de Santa Cecília/SC. Contratada: JONAS SCHUTZ ME, CNPJ: 31.551.960/0001-73. Objeto Aquisição de álcool gel (500L) em caráter emergencial para enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19), ao valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Fundamento: Lei nº 8.666/93, art. 24, inciso IV.

Santa Cecília, 30 de março de 2020

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 017/2020

Publicação Nº 2433125

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020– REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha para servidores da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos quando a serviço no interior do município, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br; site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h30min do dia 23/04/2020.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 23/04/2020

PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18-E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

Santa Cecília, 07 de Abril de 2020.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

Publicação Nº 2432521

1º RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ: sob o nº 80.912.140/0001-75, com sede na Rua Dom Feliciano, 476, Centro, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. LUIZ GLUITZ, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o edital sofreu alteração, mais especificamente a descrição do item nº 07, 08 e 09, como abaixo especificado e a saber:

Onde se lê:

Item	Descrição
7	Sêmen bovino, da raça Jersey, com prova Americana atualizada pelo Interbull ou Dairy Bulls ou equivalente não inferior a dezembro/2019. PTA Leite igual ou maior que 500 (quinhentas) libras com 70% ou mais de confiabilidade; PTA para gordura e proteína maior ou igual a +25 libras; Vida produtiva maior que +3,0; Escore de células somáticas menor que 2,9; Taxa de prenhes das filhas (DPR) maior que +0,5; Estatura maior que +0,5; Ângulo de casco maior que +0,2; Aderência de úbere anterior maior que +1,0; Profundidade de úbere maior que +1,50 Consanguinidade – os touros doadores deverão ter grau de parentesco acima da terceira geração com os seguintes touros: -All Lynns Tbone Major (NAAB 097JE00103); -Tollenaars Vibrant 1127-C207-E (NAAB 097JE00101); -All Lynns Legal Vocation-ET (NAAB 097JE00104); -Legendairy Topeka Hailstorm-ET (NAAB 097JE00125);
8	Sêmen bovino, da raça Jersey, com prova Americana atualizada pelo Interbull ou Dairy Bulls ou equivalente não inferior a dezembro/2019. PTA Leite igual ou maior que 800 (oitocentas) libras com 70% ou mais de confiabilidade; PTA para gordura e proteína maior ou igual a +25 libras; Vida produtiva maior que +4,0; Escore de células somáticas menor que 2,9; Taxa de prenhes das filhas (DPR) maior que +0,5; Estatura maior que +0,5; Ângulo de casco maior que +0,2; Aderência de úbere anterior maior que +1,0; Profundidade de úbere maior que +1,50 Consanguinidade – os touros doadores deverão ter grau de parentesco acima da terceira geração com os seguintes touros: -All Lynns Tbone Major (NAAB 097JE00103); -Tollenaars Vibrant 1127-C207-E (NAAB 097JE00101); -All Lynns Legal Vocation-ET (NAAB 097JE00104); -Legendairy Topeka Hailstorm-ET (NAAB 097JE00125);
9	Botijão criogênico para armazenar sêmen bovino, com capacidade mínima de armazenagem de nitrogênio líquido de 20,5 litros, com capacidade de armazenagem de sêmen em palhetas médias, em "racks", de 650 (seiscentos e cinquenta) doses por caneca e com, no mínimo, 06 (seis) canecas (canisters) metálicas inoxidáveis, com 04 (quatro) anos de garantia contra defeitos de fabricação, garantia essa vigente a partir de 2020, com prospecto da empresa que certifique a capacidade de armazenamento mínima da quantidade de sêmen acima descrita.

Passa - se a ler:

Item	Descrição
------	-----------

7	<p>Sêmen bovino, da raça Jersey, com prova Americana atualizada pelo Interbull ou Dairy Bulls ou equivalente não inferior a dezembro/2019.</p> <p>PTA Leite igual ou maior que 500 (quinhentas) libras com 70% ou mais de confiabilidade;</p> <p>PTA para gordura e proteína maior ou igual a +25 libras;</p> <p>Vida produtiva maior que +3,0;</p> <p>Escore de células somáticas menor que 2,9;</p> <p>Taxa de prenhes das filhas (DPR) maior que +0,5;</p> <p>Estatuta maior que +0,5;</p> <p>Ângulo de casco igual ou maior que +0,2;</p> <p>Aderência de úbere anterior maior que +1,0;</p> <p>Profundidade de úbere maior que +1,50</p> <p>Consanguinidade – os touros doadores deverão ter grau de parentesco acima da terceira geração com os seguintes touros:</p> <ul style="list-style-type: none">-All Lynns Tbone Major (NAAB 097JE00103);-Tollenaars Vibrant 1127-C207-E (NAAB 097JE00101);-All Lynns Legal Vocation-ET (NAAB 097JE00104);-Legendairy Topeka Hailstorm-ET (NAAB 097JE00125);
8	<p>Sêmen bovino, da raça Jersey, com prova Americana atualizada pelo Interbull ou Dairy Bulls ou equivalente não inferior a dezembro/2019.</p> <p>PTA Leite igual ou maior que 800 (oitocentas) libras com 70% ou mais de confiabilidade;</p> <p>PTA para gordura e proteína maior ou igual a +25 libras;</p> <p>Vida produtiva maior que +4,0;</p> <p>Escore de células somáticas menor que 2,9;</p> <p>Taxa de prenhes das filhas (DPR) maior que +0,5;</p> <p>Estatuta maior que +0,5;</p> <p>Ângulo de casco igual ou maior que +0,2;</p> <p>Aderência de úbere anterior maior que +1,0;</p> <p>Profundidade de úbere maior que +1,50</p> <p>Consanguinidade – os touros doadores deverão ter grau de parentesco acima da terceira geração com os seguintes touros:</p> <ul style="list-style-type: none">-All Lynns Tbone Major (NAAB 097JE00103);-Tollenaars Vibrant 1127-C207-E (NAAB 097JE00101);-All Lynns Legal Vocation-ET (NAAB 097JE00104);-Legendairy Topeka Hailstorm-ET (NAAB 097JE00125);
9	<p>Botijão criogênico para armazenar sêmen bovino, com capacidade mínima de armazenagem de nitrogênio líquido de 20,5 litros, com capacidade de armazenagem de sêmen em palhetas médias, em "racks", de 650 (seiscentos e cinquenta) doses por caneca e com, no mínimo, 06 (seis) canecas (canisters) metálicas inoxidáveis, com 04 (quatro) anos de garantia contra defeitos de fabricação, garantia essa vigente a partir de 2020, com prospecto da empresa fabricante ou seu/sua representante no país, que certifique a capacidade de armazenamento mínima da quantidade de sêmen acima descrita.</p>

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Santa Helena – SC, 07 de abril de 2020

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 021 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432928

DECRETO Nº 021, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

Declara de utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/91, Lei nº 4.132/62 e Lei nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, área de terra rural, localizada na Estrada Geral de Barro Preto, município de Santa Rosa do Sul – SC, com área levantada de 701,71m² (setecentos e um metros e setenta e um centímetros quadrados), parte integrante da matrícula nº 3.488 do C.R.I. desta Comarca, cuja área é de interesse por parte da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, área esta que possui as seguintes medidas e confrontações:

NORTE na extensão de 60,70 metros, confrontando-se com terras de Pedro Teixeira de Souza;

SUL na extensão de 42,00 metros, confrontando-se com terras do Município de Santa Rosa do Sul/SC, ainda ao sul com mais 15,00 metros confrontando-se com terras de Manoel Rodrigues de Souza.

LESTE na extensão de 32,40 metros, confrontando-se com terras do Município de Santa Rosa do Sul/SC e ainda mais 4,00 metros com o alinhamento da Estrada Geral de Barro Preto.

OESTE na extensão de 36,40 metros confrontando-se com terras de Manoel Rodrigues de Souza.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo anterior, destina-se à ampliação da área já existente do Município e será utilizada para abrigar parte da frota de máquinas e equipamentos agrícolas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de abril de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

RGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário da Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 84/2020

Publicação Nº 2433375

DECRETO Nº 084/2020

PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO MUNICIPAL 072/2020 SOBRE AS NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais, em especial as contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, ainda, a edição do Decreto 550, de 07 de Abril de 2020, que dispõe sobre as novas medidas de prevenção e combate ao contágio pelo novo coronavírus (COVID19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

DECRETA

Art. 1º Ficam prorrogados os efeitos do Decreto Municipal 072 de 24 de março de 2020 por mais 5 (cinco) dias, contados de 8 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de abril de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

EXTRATO CONTRATO 32/2020 PL 37/2020 DL 10/2020

Publicação Nº 2432836

EXTRATO DE CONTRATO 32/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
Processo Licitatório nº. 37/2020
Dispensa de Licitação nº. 10/2020
Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Contratada: CARROCERIAS BOHRER LTDA ME.
CNPJ: 05.923.824/0001-57.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CARROCERIA PARA O VEÍCULO HYUNDAI HR, MEDINDO 3.10M X 1.85M X 0.50M COM EMENDA DO CHASSIS E PARA-CHOQUE COM COLUNA COMPLETO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO DETRAN, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Assinatura: 31 de março de 2020.
Vigência: 31/03/2020 até 31/12/2020.
Valor total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOM E ADJ PL 34/2020 PP 19/2020

Publicação N° 2432800

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 34/2020 Data do Processo: 12/03/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2020
b) Licitação Nr.: 19/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 30/03/2020
e) Data da Adjudicação: 30/03/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE GÁS DE COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME DESCRITO NO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u> (em Reais R\$)
- 000787 - MERCADO NOHATTO LTDA ME	1	0,0000	8.320,00
	1		8.320,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (79), 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 (122)

Santa Terezinha do Progresso, 30 de Março de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Santiago do Sul

PREFEITURA

INEXIBILIDADE 02-2020 POLI E CONTRATO 13-2020

Publicação Nº 2432938

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Credenciamento/chamamento 01/2019
Inexigibilidade FMS 02/2020
Objeto: Prestação de serviços de exames de ultrassonografia com unidade de atendimento num raio de 30km da Sede do FMS/ Santiago do Sul, visando a realização de exames de ultrassonografia para o exercício de 2020 objetivando a pacientes do SUS, conforme tabela abaixo, conforme o edital de credenciamento FMS nº01/2020
FIRMA: CLINICA MEDICA POLIT LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº10/2020
TOTAL:R\$8.432,25 (Oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos)
SANTIAGO DO SUL, 07 DE Abril 2020.
VILSO CASAGRANDA
GESTOR FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº.13/2020
Processo Administrativo nº. 10/2020
INEXIGIBILIDADE nº. FMS 02/2020
Empresa: CLINICA MÉDICA POLI LTDA
Objeto: Prestação de serviços de exames de ultrassonografia com unidade de atendimento num raio de 30km da Sede do FMS/ Santiago do Sul, visando a realização de exames de ultrassonografia para o exercício de 2020 objetivando a pacientes do SUS, conforme tabela abaixo, conforme o edital de credenciamento FMS nº01/2020.
Valor R\$ 8.432,25 (Oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos)
Validade do contrato 31 de dezembro 2020.
SANTIAGO DO SUL, 07 de abril de 2020.
VILSO CASAGRANDA
GESTOR DO FMS

Santo Amaro da Imperatriz

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 12/2020

Publicação Nº 2433287

PORTARIA Nº 12, DE 07 DE ABRIL DE 2020

ADOTA MEDIDAS DE ATOS DE PESSOAL NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL, EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL, VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais,

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 24 de março de 2020, alterado pelo Decreto 535, de 30 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal nº 6.775, de 25 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 6.781, de 31 de março de 2020, que prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19) estabelecidas nos Decretos Municipais 6.769/2020 e 6.773/2020, e ratifica as medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores públicos da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 6.795, de 06 de abril de 2020 poderão entrar em gozo de licença prêmio, sem prejuízo da remuneração ou férias, pelo período de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado para mais 15 (quinze) dias, a partir do dia 13 de abril do ano corrente, por determinação da Presidência da Câmara.

Parágrafo único: A determinação de início da licença prêmio ou gozo de férias deve se dar, inicial e obrigatoriamente, por aqueles servidores que compõem o grupo de risco.

Art. 2º - O gozo de férias se dará apenas aos servidores que, na data de publicação desta Resolução, não possuírem direito ao gozo de licença prêmio.

§ 1º. A concessão das férias alcança os servidores efetivos, mesmo com período aquisitivo incompleto, considerando-as antecipadas a contar do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 2º. Ficam excluídos das hipóteses elencadas no caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença, licença para tratamento de saúde ou licença maternidade;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais.

§ 3º. Fica facultada à Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz efetuar o pagamento do terço constitucional de férias até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 4º. O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza a Câmara Municipal a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 5º. A licença prêmio e as férias concedidas nos termos desta Portaria poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Legislativo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

§ 6º. O período compreendido entre os dias 18/03/2020 a 10/04/2020 será considerado como ponto facultativo, tendo em vista a determinação contida nos Decretos Estaduais nº 525/2020 e 535/2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 07 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA
Presidente

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1741/2020

Publicação Nº 2433262

DECRETO Nº 1741, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

ESTABELECE NOVO PERÍODO DE QUARENTENA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA DIRECIONADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515/2020 e o 525/2020;

CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Municipais nº 1710/2020, 1715/2020, 1716/2020, 1717/2020, 1720/2020, 1721/2020, 1723/2020, 1724/2020, 1731/2020 e 1735/2020, os quais já haviam adotado medidas de enfrentamento à emergência decorrente do combate ao COVID-19, inclusive com suspensão dos serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das atividades essenciais do serviço público e igualmente a preservação dos servidores públicos municipais quanto à exposição ao vírus,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, as atividades do serviço público municipal, pelo período de 7 (sete) dias, a contar de 08 de abril de 2020.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os serviços considerados essenciais, assim definidos no Decreto Municipal nº 1715/2020, inclusive as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Para evitar a locomoção e a aglomeração de pessoas nas estruturas dos serviços considerados essenciais, os órgãos devem, preferencialmente, optar pelo atendimento por meio telefônico ou eletrônico, excetuando-se os casos urgentes.

Art. 3º Os setores da Administração Pública Municipal Direta e Indireta alcançados pela suspensão devem disponibilizar ao menos 2 (dois) servidores para que atuem em regime de plantão, preferencialmente por meio telefônico ou eletrônico, informando os nomes, contatos telefônicos e correio eletrônico diretamente à Secretaria Municipal de Administração para fins de registro e divulgação.

Art. 4º Os servidores públicos municipais, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil, na segurança pública e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 6º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração até o dia 10 de abril de 2020, a relação dos servidores colocados na modalidade de Teletrabalho.

§ 7º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 8º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão, hora-extra ou de sobreaviso.

§ 9º Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo por iniciativa do Secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 5º As medidas podem ser revistas a qualquer tempo durante o prazo de quarentena.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2020

Publicação Nº 2433092

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2020

OBJETO: Aquisição de luvas de procedimentos e máscaras respiratórias para utilização na 21 delegacia regional de polícia civil, para prevenção e precaução contra ao Coronavírus (Covid-19), com fundamento legal na lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONTRATADO: Corsul Comércio e Representações do Sul Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 570,00

São Bento do Sul, 31 de março de 2020.

Luiz Claudio Gayer Schuves – Secretário de Planejamento e Urbanismo

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2020

Publicação Nº 2433104

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2020

OBJETO: Aquisição de máscaras de tecido para prevenção e combate a pandemia de Coronavírus, conforme Lei n 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONTRATADO: Indústria e Comércio de Confecções Angelina Ltda ME.

VALOR TOTAL: R\$ 2.820,00

São Bento do Sul, 31 de março de 2020.

Margareth Bayerl Keiser – Secretária de Administração

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 - FMS

Publicação Nº 2433374

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2019 - FMS

OBJETO: Compra de Tubo de RX + Placa D103 para Conjunto Radiológico para o Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: RTC Comércio de Equipamentos e Serviços de Manutenção Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 24.282,66.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2020.

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2020

Publicação Nº 2433095

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 64/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 5782/2020

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

2. DO OBJETO

Aquisição de luvas de procedimentos e máscaras respiratórias para utilização na 21 delegacia regional de polícia civil, para prevenção e precaução contra ao coronavírus (covid-19), com fundamento legal na lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa CORSUL COM E REPRESENTAÇÕES DO SUL LTDA inscrita no CNPJ 85.179.240/0003-10, situada na Avenida São Bento, nº 1740, Bairro: Colonial CEP: 89.288-090, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

4. DO VALOR

A aquisição das luvas descartáveis se dará no valor de R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) caixa contendo 100 unidades, perfazendo o valor de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais).

- 100 (cem) unidades de Máscaras de proteção descartáveis se dará no valor de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) a unidade unidades, perfazendo o valor de R\$ 275,00 (duzentos e noventa e cinco reais).

O valor global da aquisição é de 570,00 (quinhentos e setenta reais)

5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal.

6. DA JUSTIFICATIVA

- 1- É uma necessidade pública com a finalidade de fortalecer os mecanismos de precaução contra o contágio pelo corona vírus 9 COVID-19)
- 2- Existe uma correlação lógica entre a causa e a consequência fático-jurídico a ser obtida pela contratação;
- 3- O tempo do contrato e objeto para atendimento do interesse público.

São Bento do Sul, 31 de março de 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYERSCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2020

Publicação Nº 2433116

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 65/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 5830/2020

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:
[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

2. DO OBJETO

Objeto:

- Aquisição de máscaras de tecido para prevenção e combate a pandemia de Coronavírus.

3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES ANGELINA LTDA, inscrita no CNPJ 79.247.979/0001-57, situada na Rua Aviador Harry Bollmann, 364 - Centro, São Bento do Sul - SC, 89287-390.

4. DO VALOR

A presente aquisição se dará no valor unitário de R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), perfazendo o valor global de R\$ 2.820,00 (dois mil oitocentos e vinte reais).

5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante emissão da nota fiscal.

6. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição se dá pela necessidade pública, para combate e prevenção da pandemia.

O Ministério da Saúde emitiu nota técnica sobre a importância do uso das máscaras para prevenção e combate a pandemia. Importante ressaltar, que as máscaras utilizadas pelos servidores serão de tecido, a fim de não prejudicar a aquisição de máscaras de material cirúrgico e N95 pelos profissionais da saúde.

São Bento do Sul, 31 de março de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 - FMS

Publicação Nº 2433378

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Compra de Tubo de RX + Placa D103 para Conjunto Radiológico do Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: RTC Comércio de Equipamentos e Serviços de Manutenção Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a Inexigibilidade de Licitação para o para a Contratação de empresa para a execução de serviço de manutenção corretiva, preventiva e instalação de equipamento radiológico Altus 543 AF Konica Minolta e se funda no Inciso I do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

A Empresa RTC Comercio de Equipamentos e Serviços de Manutenção Ltda, estabelecida no endereço Rua Virgilio Espindola, 321 – Centro – São José é credenciada como prestadora de serviços de instalação e manutenção de Raio – X de fabricação da empresa Konica Minolta H. Brasil Industria e Equipamento Medico Ltda, com sede na rua Star, 420 Jardim Canadá – Nova Lima – Minas Gerais.

O Equipamento Radiológico marca modelo Konica Minolta/Altus 543HF foi adquirido através do processo licitatório Pregão Presencial nº 64/2013 junto a empresa Konica Minolta.

Após a instalação do referido equipamento e durante a etapa de testes efetuado, instalação contratada através da Inexigibilidade de Licitação nº 9/2020, foi constatado que as peças: Tudo de Raio X conjunto de selado e Placa D103, apresentaram defeito, sendo necessária a sua substituição, conforme parecer técnico em anexo.

Não haverá custo de serviço para a substituição das peças danificadas pois o mesmo já está contratado no processo Inexigibilidade de Licitação nº 9/2020, tendo assim apenas o custo das referidas peças.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa RTC Comércio de Equipamentos e Serviços de Manutenção Ltda contratada para o

fornecimento dos Tubos de RX é fornecedora exclusiva, conforme declaração de exclusividade apresentada pela mesma e anexada ao processo de Inexigibilidade de Licitação conforme inciso I do artigo 25.

A inviabilidade de competição prevista no caput do mesmo artigo 25 se dá tanto pela exclusividade da empresa RTC Comércio de Equipamentos e Serviços de Manutenção Ltda na comercialização dos Tubos de RX, bem como por se tratar de insumos específicos da fabricante Konica Minolta H. Brasil Ind. Eq. Med. Ltda, do equipamento radiológico marca e modelo Konica Minolta/Altus 543HF de propriedade do Fundo Municipal de Saúde.

V - Justificativa do Preço: O preço total contratado de R\$ 24.382,66 é compatível com os praticados no mercado, para o fornecimento dos tubos de RX.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 4232/2020

Publicação Nº 2433259

LEI Nº 4232, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A REPASSAR AUXÍLIO PARA O FUNDO DE MELHORIAS DA POLÍCIA MILITAR – FUMPOM

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a repassar auxílio, no valor de R\$ 18.744,78 (dezoito mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), do Convênio de Rádio Patrulha para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar – FUMPOM, CNPJ nº 13.925.994/0001-07, para aquisição de 02 (dois) Fuzis de Assalto da marca Taurus, calibre 5,56x45mm.

Art. 2º. Fica a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina autorizada a realocar os recursos, caso ocorra alteração à menor no preço do referido item.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LEI Nº 4233/2020

Publicação Nº 2433260

LEI Nº 4233/2020 1

LEI Nº 4233, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA A LEI Nº 2966, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS EFETIVOS, CARREIRA E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado no Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais - Lei nº 2966/2012, o seguinte cargo:

- **Médico Perito:** 1 (uma vaga) - Grupo Ocupacional 8 – Médicos Especialistas, Classe A, Nível I, 40 horas semanais, alterando os Anexos I, XI, XXIII e XXVII.

Art. 2º Fica alterado o número de vagas dos cargos abaixo elencados, alterando o Anexo XI:

- Advogado	03 para 06
- Assistente Social	22 para 25
- Auxiliar Administrativo	70 para 80
- Engenheiro Agrônomo	01 para 02
- Fiscal Ambiental	01 para 02
- Motorista	25 para 28
- Psicólogo	22 para 25

Art. 3º O provimento dos cargos criados por esta Lei será realizado de forma gradual, condicionado a expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, com dotação suficiente, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LEI Nº 4233/2020 2

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GRUPOS CUPACIONAIS	CARGOS	Formação escolar exigida para o cargo	Escolaridade	Percentual	Nível														
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
				%		3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%	3 anos 3%
Grupo Ocupacional Especialistas em áreas médicas 8	NOMENCLATURAS		D	15%	VI	19.172,87	19.748,06	20.340,50	20.950,72	21.579,24	22.226,61	22.893,41	23.580,21	24.287,62	25.016,25	25.766,74	26.539,74	27.335,93	28.155,01
	Médicos Clínico Geral, Médicos Especialistas e Médico PSP	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	M	10%	IV	16.672,06	17.172,22	17.687,39	18.218,01	18.764,55	19.327,49	19.907,32	20.504,53	21.119,67	21.753,26	22.405,86	23.078,03	23.770,38	24.483,49
			E	7%	II	15.156,41	15.611,10	16.079,43	16.561,82	17.058,67	17.570,43	18.097,54	18.640,47	19.199,68	19.775,67	20.368,94	20.980,01	21.609,41	22.257,69
			G		I	14.164,34	14.589,81	15.027,52	15.478,33	15.942,69	16.420,94	16.913,60	17.421,01	17.943,65	18.481,94	19.036,40	19.607,50	20.195,71	20.801,58

LEGENDA DE ESCOLARIDADE

D	Doutorado (Pós-graduação stricto sensu)
M	Mestrado (Pós-graduação stricto sensu)
E	Especialização (Pós-graduação lato sensu)
G	Graduação
TM	Ensino técnico de nível médio completo
MD	Ensino médio completo
FC	Ensino fundamental completo
FI	Ensino fundamental incompleto

LEI N° 4233/2020 3

ANEXO XI**QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

NIVEL	QUANT.	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
8	01	Médico Perito	40	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

ANEXO XXIII**LISTA DE CARGOS NOVOS****PREFEITURA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA
AGENTE ADMINISTRATIVO NO SERVIÇO PÚBLICO	40 HORAS
AGENTE DE DEFESA CIVIL	40 HORAS
ANALISTA DE MOBILIDADE URBANA	40 HORAS
EDUCADOR SOCIAL	40 HORAS
FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO	40 HORAS
FISCAL AMBIENTAL	40 HORAS
FISCAL DO PROCON	40 HORAS
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	40 HORAS
MÉDICO PERITO	40 HORAS
OPERADOR DE MÁQUINA	40 HORAS
PEDAGOGO SOCIAL	40 HORAS
ZELADOR DE CEMITÉRIOS	40 HORAS

ANEXO XXVII**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS PERMANENTES E SUPLEMENTARES: ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDAÇÕES E INSTITUTOS****DENOMINAÇÃO DO CARGO: MÉDICO PERITO****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; realizar consultas e atendimentos médicos; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica; efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica para promover a saúde e bem estar do paciente.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Realizar perícias médicas;
- Comprovar a situação clínica alegada pelo servidor;
- Avaliar o paciente como um todo, para a realização de um diagnóstico acurado e para a indicação do melhor tratamento, aplicando os conhecimentos da medicina na prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças do corpo humano;
- Efetuar exames médicos, fazer diagnóstico, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano;
- Orientar os servidores sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças;
- Requisitar e interpretar exames complementares para elucidação do diagnóstico;
- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;
- Manter registro dos usuários examinados com anamnese, exame físico, exames complementares (quando houver), conclusão de diagnóstico e tratamento, e outras informações que considerar necessárias, em caráter sigiloso;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;
- Respeitar a boa técnica médica;
- Realizar pesquisas sobre natureza, causas e desenvolvimento de enfermidades;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

LEI N° 4233/2020 5

Requisitos:

Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática.

.....

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2020

Publicação Nº 2433097

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 64/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 5782/2020

RATIFICAÇÃO

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para a contratação de empresa para o fornecimento de Máscaras de proteção e Luvas descartáveis, para atender aos cidadãos do Município de São Bento do Sul – SC.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa CORSUL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DO SUL LTDA. A aquisição das luvas descartáveis se dará no valor de R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) a caixa contendo 100 unidades, perfazendo o valor de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais).

• 100 (cem) unidades de Máscaras de proteção descartáveis se dará no valor de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) a unidade unidades, perfazendo o valor de R\$ 275,00 (duzentos e noventa e cinco reais).

O valor global da aquisição é de 570,00 (quinhentos e setenta reais) o pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal

São Bento do Sul, 31 de março 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2020

Publicação Nº 2433124

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 5830/2020

RATIFICAÇÃO

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para a contratação de empresa para o fornecimento de máscaras de tecido, para atender aos Servidores da Prefeitura do Município de São Bento do Sul – SC.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES ANGELINA LTDA, no valor unitário de R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) para 1000 unidades, perfazendo o valor global de R\$ 2.820,00 (dois mil oitocentos e vinte reais), onde o pagamento será efetuado mediante emissão da nota fiscal.

São Bento do Sul, 31 de março de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 81, DE 7 DE ABRIL DE 2020.**

Publicação Nº 2433048

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 81, de 7 de abril de 2020.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor JOÃO RODRIGUES MADEIRA, matrícula 321, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13 de abril de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 82, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433050

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 82, de 7 de abril de 2020.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor JULIANO VIEIRA LEMOS, matrícula 472, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13 de abril de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

PORTARIA 058/2020

Publicação Nº 2432845

PORTARIA Nº 058/2020

Dispõe sobre remanejamento de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica remanejada a Senhora ANDREA DUARTE DA SILVA, nomeada pela Portaria 083/2019, da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo V do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 010/2013, de 23 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 083/2019.

São Carlos/SC, em 07 de Abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 059/2020

Publicação Nº 2433037

PORTARIA Nº 059/2020

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

"RESOLVE"

Ar. 1o - Fica exonerada, a senhora KATSURA BARBARA PUHL do cargo de Subdiretor de Departamento, com Lotação na Secretaria de Saúde com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogada em seu inteiro teor a Portaria nº 001/2019 de 02 de Janeiro de 2019.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 07 de Abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

PORTARIA 060/2020

Publicação Nº 2433045

PORTARIA Nº 060/2020

Dispõe sobre a nomeação de Diretor de Departamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora KATSURA BARBARA PUHL para o Cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento do nível CC-11 constante no Anexo IV do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 02/2018, de 26 de março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 07 de Abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2019 - ADM

Publicação Nº 2433063

TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 – ADM, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A EMPRESA AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA.

Por este instrumento de aditivo a ata de registro de preços que fazem o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lórenz, nº 747, centro de São Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RUDI MIGUEL SANDER, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO CAMPO VERDE, CNPJ nº 04.524.238/0001-77, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2019 - ADM, REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC, Homologado em 01/10/2019 resolvem ajustar entre si o presente TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente aditivo da ata de registro de preços tem por objeto o reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro em virtude da baixa no valor dos combustíveis. Assim fica reajustado (supressão) o valor em 10% (dez por cento), conforme especificados a seguir:

Item: 0001

Descrição: Gasolina Comum

Valor Unitário ATUALIZADO: R\$ 3,876

1.1.1 Fundamentação legal: Previsão do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

1.1.2. Motivação: Baixa no preço do combustível praticado pela distribuidora.

1.1.3. Comprovação: Requerimento da empresa com notas de compra de combustíveis, planilhas de custos e tabela da extraída do site da Petrobrás.

FORNECEDOR REGISTRADO:

Auto Posto Campo Verde Ltda

Município: São Carlos/SC

CNPJ: 04.524.238/0001-77

Endereço: Rod. SC 283 km 140

Bairro: Olaria CEP: 89.885-000

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto desta ata deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório do Edital que a originou, com a proposta da Contratada, Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, com as cláusulas desta ata, e demais leis pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO

APÓS ASSINAR O TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ MANTER SUA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA MESMA.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, ficando inalteradas as demais disposições da ata acima mencionada acima mencionado.

São Carlos/SC, 07 de abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA
Fornecedor Registrado

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2019 - ADM

Publicação Nº 2433066

TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM

SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 – ADM, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A EMPRESA AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA.

Por este instrumento de aditivo a ata de registro de preços que fazem o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lórenz, nº 747, centro de São Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RUDI MIGUEL SANDER, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DA COLINA LTDA CNPJ nº 77.910.370/0001-90, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2019 - ADM, REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC, homologada em 01/10/2019 resolvem ajustar entre si o presente TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente aditivo da ata de registro de preços tem por objeto o reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro em virtude da baixa no valor dos combustíveis. Assim fica reajustado (supressão) o valor em 10% (dez por cento), conforme especificados a seguir:

Item: 0002
Descrição: Óleo Diesel Comum
Valor Unitário ATUALIZADO: R\$ 3,363

Item: 0003
Descrição: Óleo Diesel Aditivado – S10
Valor Unitário ATUALIZADO: R\$ 3,408

1.1.1 Fundamentação legal: Previsão do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

1.1.2. Motivação: Baixa no preço do combustível praticado pela distribuidora.

1.1.3. Comprovação: Requerimento da empresa com notas de compra de combustíveis, planilhas de custos e tabela da extraída do site da Petrobrás.

FORNECEDOR REGISTRADO:

Auto Posto Campo Verde Ltda
Município: São Carlos/SC
CNPJ: 04.524.238/0001-77
Endereço: Rod. SC 283 km 140
Bairro: Olaria CEP: 89.885-000

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto desta ata deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório do Edital que a originou, com a proposta da Contratada, Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, com as cláusulas desta ata, e demais leis pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO

APÓS ASSINAR O TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ MANTER SUA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA MESMA.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, ficando inalteradas as demais disposições da ata acima mencionada acima mencionado.

São Carlos/SC, 07 de abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA
Fornecedor Registrado

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1090 DE 06 04 2020

Publicação Nº 2433392

DECRETO Nº 1090, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Lucas Ricardo Lodi, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada a partir do dia 08 de abril de 2020.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de abril de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.316/2020

Publicação Nº 2433269

DECRETO Nº 3.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADOTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE EM FUNÇÃO DA PANDEMIA DO VÍRUS COVID-19.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, e artigo 84, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a pandemia do vírus COVID-19 tem causado severos danos à economia mundial e, consequentemente, colocado em risco a atividade econômica no Município de São Francisco do Sul;

CONSIDERANDO que o atendimento aos prazos previstos para apresentação de condicionantes ficará prejudicado, em virtude das medidas restritivas adotadas pelo Estado de Santa Catarina como forma de combater a pandemia;

DECRETA:

Art. 1º As análises ambientais estão suspensas por 90 (noventa) dias, porém os requerimentos podem ser formalizados pelo site institucional ou e-mail da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º As condicionantes ambientais dos empreendimentos que deveriam ser apresentadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente no período de 17 de março a 30 de junho de 2020 ficam prorrogadas para apresentação até o dia 15 de julho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 7 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

GABRIEL DANIEL CONORATH
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PREGÃO ELETRÔNICO 030/2020 PMSFS

Publicação Nº 2432426

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 3.310/2020, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 030-2020 – Pregão Eletrônico – Tipo Menor Preço por Item

OBJETO: a aquisição de equipamentos de informática para o 2º Pelotão de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina

Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 08 de abril de 2020 às 8hrs.

Data e horário limite para entrega das propostas: Dia 23 de abril de 2020 às 8:30 hrs.

Início da Sessão de Disputa de Preços: Data/Hora: 23 de abril de 2020 às 9 horas

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou nos sites: www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>; www.comprasgovernamentais.gov.br –UASG 988319

São Francisco do Sul, 06 de abril de 2020.

Maria José Costa
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2020 PMSFS

Publicação Nº 2432427

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 3.310/2020, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 032-2020 – Pregão Eletrônico – Tipo Menor Preço por Item

OBJETO: aquisição de 03 veículos SUV {veículo utilitário esportivo}, com capacidade para 5 {cinco} lugares e características, condições e acessórios contidos neste termo de referência

Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 09 de abril de 2020 às 8hrs.

Data e horário limite para entrega das propostas: Dia 24 de abril de 2020 às 8:30 hrs.

Início da Sessão de Disputa de Preços: Data/Hora: 24 de abril de 2020 às 9 horas

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getulio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou nos sites: www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diario-municipal.sc.gov.br/site>; www.comprasgovernamentais.gov.br –UASG 988319

São Francisco do Sul, 06 de abril de 2020.

Maria José Costa

Secretaria Municipal de Administração

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/FMS/2020

Publicação Nº 2432481

Extrato do Contrato nº 007/FMS/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 08.361.788/0001-73;

Contratado: Cagere Casa Assistencial Ltda, inscrito no CNPJ n.º 19.354.317/0001-54;

Processo Licitatório 007/FMS/2020 – Inexigibilidade nº 001/FMS/2020;

Objeto: Atendimento integral, alojamento, alimentação, acompanhamento psiquiátrico e afins à J. da S. do município de São João Batista, SC, conforme determinação judicial dos autos nº 0301125-02.2017.8.24.0062;

Valor global: R\$ 53.800,80 (cinquenta e três mil oitocentos reais e oitenta centavos);

Despesa/Projeto: (14) 3.3.90.39.53.00.00.00;

Data da assinatura: 31/03/2020;

Vigência contratual: 12 (doze) meses.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/PMSJB/2020

Publicação Nº 2432428

Extrato do Contrato nº 026/PMSJB/2020

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratada: Ecustomize Consultoria em Software Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30;

Processo Licitatório 041/PMSJB/2020 – Dispensa nº 003/PMSJB/2020;

Objeto: Contratação do sistema denominado WCOMPRAS, para a realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade pregão, em todas as suas formas;

Valor global: Sem custo para a Administração;

Data da assinatura: 06/04/2020;

Vigência contratual: 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº 02/2020/SMS

Publicação Nº 2432877

PORTARIA/SMS Nº 02/2020

	Dispõe sobre o Plano Regional para o enfrentamento ao COVID19, no Vale do Rio Tijucas e Fluxo de Internação Hospitalar de Baixa e Média Complexidade de e dá outras providências.
--	---

Considerando a necessidade de padronização dos fluxos de atendimento e organização do transporte sanitário e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI na Região do Vale do Rio Tijucas;

Considerando a necessidade de organizar o fluxo de atendimento de pacientes com necessidade de internação hospitalar clínica, incluindo os pacientes sintomáticos respiratórios com SRAG;

Considerando a capacidade instalada de leitos hospitalares na região do Vale do Rio Tijucas, compreendidos pelos hospitais de: Tijucas, Canelinha, Nova Trento e São João Batista;

Considerando que todos os hospitais existentes na região do Vale do Rio Tijucas são de pequeno porte e de média complexidade;

Considerando que a taxa de ocupação dos hospitais nessa região mantém-se em média inferior a 60% de ocupação nos 30 dias do mês;

Considerando a situação de emergência em Saúde Pública existente com a Pandemia do COVID-19 e;

Considerando a necessidade de se constituir um plano estratégico de atendimento hospitalar no âmbito da Região do Vale do Rio Tijucas;

CAPITULO I - FLUXO DE TRANSFERÊNCIA PARA INTERNAÇÃO HOSPITALAR NA REGIÃO

Os secretários de saúde em reunião realizada no dia 31 de março de 2020, nas dependências da Câmara de Vereadores de São João Batista, propõem as seguintes medidas a serem adotadas referentes a necessidade de internação hospitalar de pacientes de média complexidade e que não necessitam de ventilação mecânica.

Art. 1º .Fica estabelecido que o fluxo de referência regional para transferências de pacientes com necessidade de internação hospitalar entre os hospitais do Vale do Rio Tijucas obedecerá a busca de vagas para em clínica médica, de pacientes de baixa e média complexidade, de acordo com a planilha abaixo:

Municípios	Busca por leitos de internação (Emergência para Emergência)			
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	4ª opção
Major Gercino	HMJL	HNSIC	FHMC	HSJ
Nova Trento	HMJL	FHMC	HSJ	
São João Batista	HNSIC	FHMC	HSJ	
Canelinha	HSJ	HMJL	FHMC	
Tijucas	FHMC	HMJL	FHMC	
Legenda:				
HMJL - Hospital Monsenhor José Locks - São João Batista				
HNSIC - Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - Nova Trento				
HSJ - Hospital São José – Tijucas				
FHMC - Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha - Canelinha				

Art. 2º. O fluxo será organizado tendo como base o contato telefônico dos hospitais, através da Emergência do solicitante para a emergência da referência.

Art. 3º. Os pacientes que necessitarem de ventilação mecânica, o fluxo de transferência será o definido pela Regulação do Estado através das normativas aprovadas pela SES.

CAPITULO II - USO DAS EPI's NA REGIÃO

Art. 4º. O uso das EPIs pelos profissionais de saúde dos municípios do Vale do Rio Tijucas segue conforma orientações abaixo descritas:

I - Levando-se em consideração o estado de emergência no estado de SC e considerando a transmissão comunitária do coronavírus já instalada em nosso estado, a secretaria municipal de saúde de São João batista resolve adotar este pop pra facilitar as ações dos servidores da secretaria de saúde no quesito de biossegurança, segurança do trabalhador e segurança do paciente.

II - Os procedimentos descritos abaixo é um compêndio de bibliografias e normas, porém adaptada à realidade do município de São João batista, levando-se em conta os profissionais, materiais e EPIs.

2.1. Pacientes

Art. 5º. Os pacientes com sintomas respiratórios atendidos em São João batista pela rede pública receberão 1 par de máscaras de tecido para se protegerem (cobrir boca e nariz), que será de posse do paciente; assim ele poderá lavar com água e sabão e reutilizar a máscara na ocasião que julgar necessário. A secretaria também está disponibilizando para o paciente sintomático respiratório um litro de álcool 70%. O paciente deverá ser orientado quanto ao uso do produto em sua residência para que haja eficiente desinfecção quando for utilizado.

2.2. Servidores

2.2.1. Motoristas

Art. 6º. Os motoristas que trabalham na secretaria municipal de saúde devem usar máscara no transporte dos pacientes. É recomendado que de 30 em 30 minutos haja abertura dos vidros dos carros para circulação de ar. Se houver auxílio ao paciente é recomendado uso de luvas. No final do seu turno de trabalho, o motorista precisa fazer a limpeza e desinfecção do veículo. Com o uso de luvas e máscara, lavar com água e sabão as partes plásticas e emborrachadas da parte do interior do veículo, sempre na sequência que seria da parte menos contaminada para a parte mais contaminada, ou seja, deixando por último onde houve mais contato com fluidos corpóreos (saliva, suor, sangue, etc.). Após limpeza, proceder a desinfecção com álcool 70%. Também, para segurança do profissional, ao final do turno, chegando em sua residência retirar os sapatos na entrada de casa, fazer higiene de mãos.

Art. 7º. Para os motoristas de ambulância, que levam os pacientes transferidos entre os hospitais, está preconizado o uso de gorro e máscara, bem como capote (avental cirúrgico). As luvas devem ser colocadas para assistência ao paciente e tiradas a seguir. É importante frisar que o uso de luvas não descarta a higiene das mãos.

2.2.2. Agentes Comunitários de Saúde

Art. 8º. Os agentes comunitários de saúde da secretaria municipal de São João batista, dentro do estado de emergência que nos encontramos, além de participarem do fluxo, e triagem de pacientes dentro da unidade de saúde, também devem fazer acompanhamento dos pacientes sintomáticos respiratórios em acompanhamento domiciliar.

Art. 9º. Quanto aos equipamentos de proteção individual, os ACS devem utilizar máscaras sempre que tiverem no recinto a menos de um metro dos pacientes. Em visitas aos pacientes com suspeita de COVID 19, sempre utilizar a máscara, no mínimo a cirúrgica. O uso de luvas de procedimentos é necessário somente se houver contato com o paciente, porém não esquecer da higienização das mãos, antes e depois do contato com o paciente. Fazer a limpeza e desinfecção dos objetos manuseados com álcool 70%.

Art. 10. Para o centro de triagem de pacientes sintomáticos respiratórios, onde as agentes de saúde participam do acolhimento do paciente-fast track, as EPIs necessárias consistem em: gorro, máscara cirúrgica e avental. É aconselhável que o calçado, usado pelos profissionais de saúde sejam fechados e de preferência que o servidor ao retornar a sua casa, higienize-os com água e sabão.

2.2.3. Auxiliares de Serviços Gerais

Art. 11. O auxiliar de serviço geral que efetua a limpeza na área da saúde tem necessidade constante de uso de EPIs. Não utilizar adornos (anéis, pulseiras, relógios, colares, piercing, brincos) durante o período de trabalho. Manter os cabelos presos (dispensa o gorro) e unhas limpas e curtas. Os auxiliares de serviços gerais devem utilizar seu uniforme, que será entregue dois conjuntos. Esta vestimenta é de uso exclusivo na Unidade Básica de Saúde.

Art. 12. É imprescindível o uso de máscaras, luvas e avental. A máscara pode ser a cirúrgica ou de filtragem superior a cirúrgica. Para as luvas o ideal é que se disponha de dois pares de luvas emborrachadas, preferencialmente de cores diferentes. Um par de luvas para remoção de matéria orgânica se houver, bem como lixo contaminado e descarte. Outra para limpeza de bancadas e pisos. Caso não haja cores diferentes, fazer algum tipo de diferenciação para que não se confundam.

Art.13. Também para nesta categoria, é aconselhável que o calçado, usados pelos profissionais sejam fechados e de preferência que o servidor, ao retornar a sua casa, higienize-os com água e sabão.

Art. 14. Há uma série de itens a serem seguidos para que a biossegurança seja obedecida na limpeza, pequenos detalhes que fazem a diferença. Destes, seguem.

I. Não abrir ou fechar portas com mãos enluvadas.

II. Não deixar materiais e equipamentos de limpeza nos consultórios/quartos/banheiros/corredores; devem ser limpos, secos e guardados no depósito de materiais de limpeza da unidade.

III. Os panos de limpeza manual e mops devem ser encaminhados à lavanderia para serem devidamente processados.

IV. Não deixar panos de limpeza manual e mops de molho, evitando assim a proliferação de microrganismos.

V. Os baldes próprios do sistema mop devem ser lavados e secos antes de sua nova utilização.

VI. O uso do hipoclorito é restrito para superfícies que contenham matéria orgânica, ou seja, sangue ou fluidos corpóreos.

VII. A revisão da limpeza do piso deve ser feita nos três períodos: manhã, tarde e noite.

VIII. Não deixar sujidades incrustadas para limpeza terminal, pois podem ficar impregnadas e mais difíceis de serem removidas posteriormente; para estes casos uma fibra mais abrasiva deve ser utilizada no local.

2.2.4. Técnicos de Enfermagem

Art. 15. Os técnicos de enfermagem do município de São João Batista em seu trabalho devem utilizar as EPIs em todos os setores de atendimento ao paciente. Este equipamento de proteção individual consiste em guarda pó, touca, máscara cirúrgica e luvas para procedimentos. Higienizar as mãos com água e sabão líquido e/ou álcool 70%, seguindo os 5 momentos (1. Antes do contato com o paciente, 2. Antes da realização de procedimento; 3. Após risco de exposição a fluidos biológicos; 4. Após contato com o paciente e; 5. Após contato com objetos tocados pelo paciente).

Art.16. No centro de triagem de sintomáticos respiratórios, manter rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras N95/PFF, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios. Além disso é indicado o avental que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente.

Art. 17. As máscaras N95/PFF2/3 ou equivalente devem sempre ser utilizadas ao realizar procedimentos geradores de aerossóis como por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Evitar tocar olhos, nariz e boca.

2.2.5. Enfermeiros

Art. 18. Os enfermeiros de São Joao Batista estão na linha de frente de atendimentos aos pacientes e são protagonistas no acolhimento de pacientes. Os EPIs recomendados são: guarda pó, máscara, gorro, óculos de proteção ou escudo facial. Luvas de procedimento para exames dos pacientes que devem ser trocadas a cada paciente sempre com a lavagem de mãos intercalada.

Art. 19. No centro de triagem de sintomáticos respiratórios, manter rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras N95/PFF2/3, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios. Além disso é indicado o avental cirúrgico, não necessariamente estéril, que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente.

Art. 20. As máscaras N95/PFF2/3 ou equivalente devem sempre ser utilizadas ao realizar procedimentos geradores de aerossóis como por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Evitar tocar olhos, nariz e boca.

2.2.6. Médicos

Art. 21. Profissionais médicos também estão na linha de frente de atendimentos aos pacientes, podendo participar da organização do fluxo e triagem de pacientes. Os EPIs recomendados são: guarda pó, máscara, gorro, óculos de proteção e/ou escudo facial. Luvas de procedimento para exames dos pacientes que devem ser trocadas a cada paciente sempre com a lavagem de mãos intercalada.

Art. 22. No centro de triagem de sintomáticos respiratórios, manter as rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras N95/PFF2/3, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios. Além disso é indicado o avental cirúrgico, não necessariamente estéril, que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente, obedecendo a técnica asséptica.

Art. 23. As máscaras N95/PFF2/3 ou equivalente devem sempre ser utilizadas ao realizar procedimentos geradores de aerossóis como por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Evitar tocar olhos, nariz e boca;

2.2.7. Equipe odontológica

Art. 24. Os Cirurgiões Dentistas deverão auxiliar no atendimento através da organização do fluxo e triagem, na fase de avaliação de sintomas e notificação (se necessário), colaborando com os profissionais de enfermagem. A assistência odontológica em si apresenta um alto risco para a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), pela alta carga viral presente nas vias aéreas superiores e devido à grande possibilidade de exposição aos materiais biológicos, proporcionado pela geração de aerossóis durante os procedimentos. Em tempos de surto de COVID-19, os procedimentos odontológicos devem se restringir aos emergenciais, os quais são citados: sangramento descontrolado; celulite facial ou bacteriana difusa em partes moles, infecção intra-oral ou extra-oral, com inchaço que potencialmente comprometa a via aérea do paciente; e trauma envolvendo ossos faciais, com potencial comprometimento das vias aéreas do paciente. No entanto, outras publicações sugerem que sejam realizados os atendimentos em caráter de urgência. Desta forma, recomenda-se ao cirurgião dentista, que se não for clinicamente urgente ou emergencial, o procedimento odontológico seja adiado. Os EPIs para o atendimento odontológico consistem em touca, máscara pff2/3 ou N95, óculos e escudo facial. Também deve ser utilizado avental cirúrgico, não necessariamente estéril,

que em caso de atendimento de paciente sintomático deve ser descartado diariamente, obedecendo a técnica asséptica. Os profissionais de saúde bucal de nível técnico (Auxiliar de Saúde Bucal e Técnico de Saúde Bucal) também podem e devem auxiliar no atendimento através da organização do fluxo e triagem, na fase inicial de identificação de pacientes sintomáticos, tomando os devidos cuidados de proteção e isolamento; os EPIs recomendados são: avental cirúrgico, máscara, gorro, óculos de proteção ou escudo facial. Luvas de procedimento para exames dos pacientes que devem ser trocadas a cada paciente sempre com a lavagem de mãos intercalada.

2.3. Considerações Gerais

Art. 25. Atenção: Não se deve circular pelo serviço de saúde utilizando os EPI, fora da área de assistência aos pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus. Os EPI devem ser imediatamente removidos após a saída do ambulatório ou área de isolamento. Porém, caso o profissional de saúde saia da área de isolamento para atendimento de outro paciente com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus, na mesma área/setor de isolamento, logo em seguida, não há necessidade de trocar gorro (quando necessário utilizar), óculos/protetor facial e máscara, somente avental e luvas, além de realizar a higiene de mãos.

Art. 26. Descarte de materiais e equipamentos sempre obedecendo a técnica asséptica.

Art. 27. A racionalização do uso de EPIs faz com que seja garantido o fornecimento para todas as categorias e pelo tempo necessário.

3. USO DE AMBULANCIAS

Art. 28. Fica estabelecido o apoio mútuo entre as Secretarias de Saúde da Região do Vale do Rio Tijucas, durante o período de vigência da Emergência De Saúde Pública pelo COVID19 relacionado a necessidade de transporte sanitário com ambulâncias.

Art. 29. Havendo a necessidade de atendimento e inexistência de ambulâncias no território, os municípios se apoiarão, tanto com o empréstimo de veículos quanto a liberação de motoristas, caso seja necessário para garantia de transporte e transferências de pacientes para hospitais na região e até mesmo fora dela.

Art. 30. Assim concordam e pactuam os Secretários Municipais de Saúde do Vale do Rio Tijucas.

4. REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA PARA PACIENTES NA EMERGÊNCIA

Art. 31. Como forma de apoiar os Municípios de Nova Trento e São João Batista, por serem os municípios que atendem diretamente a população de Major Gercino, a Secretaria de Saúde de Major Gercino custeará os exames de tomografia computadorizada para os pacientes respiratórios sintomáticos atendidos nas emergências dos hospitais de Nova Trento e São João Batista, até o limite de 60 Tomografias computadorizadas, que deverão ser realizadas no Hospital de Tijucas.

KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO

Secretária Municipal de Saúde

São João Batista - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 32/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2432841

Processo Licitatório nº 042/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 32/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 42/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 32/PMSJB/2020, do tipo menor preço global, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de calceteiro e colocação de meio fio destinados a administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h45min do dia 23/04/2020; Início da sessão: dia 23/04/2020, às 9h no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 07 de abril de 2020.

Augusto Correia Junior

Pregoeiro Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020 - ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Publicação Nº 2433160



Estado de Santa Catarina
Município de São João Batista
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 002: Alteração do Cronograma de Execução**

Considerando que a realização da prova prevista para o dia 26/04/2020 diretamente afetada em virtude do Decreto Estadual 515 de 17 de março de 2020 (e demais decretos que prorrogam a quarentena), para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Ainda neste contexto, considerando que o certame em tela tem o objetivo de buscar profissionais que estão diretamente envolvidos com o enfrentamento da COVID-19, onde estes se encontram com atividades além da rotina normal.

Para assegurar a ampla participação de candidatos, inclusive aqueles que neste momento estão dedicados exclusivamente com o combate à epidemia, promove-se prorrogação do prazo de inscrição e de eventos posteriores do Concurso Público n.º 01/2020 do Município de São João Batista/SC.

Deste modo, com amparo no Item 1.2 do Anexo III do edital, os procedimentos abaixo serão realizados em novas datas, como segue:

DATA PREVISTA	ATO
(...)	
05/03/2020 - 08h00min à 05/05/2020 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova, para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE.
05/05/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
Até 28/04/2020	Prazo para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.
30/04/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
02/04/2020	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
04/05/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
06/05/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
07/05/2020 - 08h00min à 08/05/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
11/05/2020	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais e Horários de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
17/05/2020	Data da Prova Escrita
18/05/2020 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
18/05/2020 - 08h00min à 19/05/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 28/05/2020 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
(...)	

São João Batista/SC, 06 de abril de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 021, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433228

DECRETO N.º 021, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E APLICAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, BEM COMO RATIFICA MEDIDAS DISPOSTAS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, V, da Lei Orgânica do Município de São João do Sul e, conforme o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n.º 014, de 24 de março de 2020 e n.º 16, de 31 de março de 2020, que implementaram ações, no âmbito do Município de São João do Sul, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais n. 509, 515 e 525;

CONSIDERANDO que no dia 7 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n.º 550, por meio do qual dispôs sobre a alteração do art. 7º, do Decreto n.º 525, de 23 de março de 2020, que estabeleceu novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre prorrogação da situação de emergência e aplicação de novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como ratifica medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º. Em cumprimento ao Decreto Estadual n.º 550, de 07 de abril de 2020, ficam prorrogadas até 12 de abril de 2020, as medidas restritivas de isolamento social dispostas no art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal n.º 014, de 24 de março de 2020.

Art. 3º. As demais medidas restritivas de isolamento social previstas em Decretos anteriores permanecem com suas vigências inalteradas.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual n.º 525 de 30 de março de 2020 e, na Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor no dia 8 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 07 de abril de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433165

DECRETO N.º 020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

PRORROGA PRAZOS DO CALENDÁRIO DE VENCIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos Arts. 235 e 329 da Lei Municipal n.º 629, de 17 de dezembro de 1990 c/c o Art. 24, II, da Lei Complementar n.º 002, de 17 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Municipais n.º 12 de 18 de março de 2020; n.º 13, de 20 de março de 2020; n.º 14, de 24 de março de 2020; n.º 15, de 27 de março de 2020; n.º 16, de 31 de março de 2020; n.º 17, de 03 de abril de 2020, que declararam situação de emergência e adotaram medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como ratificaram medidas dispostas na legislação federal e estadual, para o Município de São João do Sul;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam prorrogados os prazos do Calendário de Vencimento dos Tributos Municipais que especifica, para o exercício financeiro de 2020, fixados pelo Decreto n.º 085 de 11 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto n.º 004, de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto n.º

15, de 27 de março de 2020, conforme segue:

a) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

Quota Única	13/06/2020	(Com 20% de desconto)
1ª Parcela	13/06/2020	
2ª Parcela	10/07/2020	
3ª Parcela	10/08/2020	

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Homologado

Os períodos de apuração Março, Abril e Maio de 2020 terão seus vencimentos prorrogados nos seguintes termos:

1) Março/2020	10/06/2020
2) Abril/2020	10/07/2020
3) Maio/2020	10/08/2020

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Homologado (Simples Nacional)

Os períodos de apuração Março, Abril e Maio de 2020 terão seus vencimentos prorrogados nas mesmas condições aprovadas pelo Governo Federal, através das Resoluções n.º 152 e 154/2020, nos seguintes termos:

1)Março/2020	20/10/2020
2) Abril/2020	20/11/2020
3) Maio/2020	21/12/2020

Art. 2º - Permanecem inalterados os prazos de vencimento dos demais Impostos Municipais, para o exercício financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 07 de abril de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO 111/2020

Publicação Nº 2432518

DECRETO Nº 111/2020

"QUE SUSPENDE O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERCEIRIZADO PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DE 19 DE MARÇO DE 2020 EM VIRTUDE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO AO NOVO CORONAVÍRIS COVID-19"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto nº 100/2020, que implementava ações, no âmbito do Município São Joaquim – SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar de 19 de março de 2020 o transporte escolar de linhas terceirizadas no município de São Joaquim/SC em razão das considerações acima elencadas, por si só elucidativas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor com data retroativa a 19 de março de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de abril de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2020

Publicação Nº 2432536

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020 – Processo nº 096/2020 – Proc. Adm. 2198/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10, ETANOL E ARLA 32), DESTINADOS A ABASTECER A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 08 de abril de 2020 às 18h00min até o dia 23 de abril de 2020, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 23 de abril de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 11 de fevereiro de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 090/2020

Publicação Nº 2433193

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 090/2020 – Processo nº 137/2020 – Proc. Adm. 2288/2020. Fornecedor: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA (AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO) DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS COM BASE NO DECRETO, QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19, EM CARÁTER EMERGENCIAL. Valor Total: R\$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais).

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 091/2020

Publicação Nº 2433194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 091/2020 – Processo nº 138/2020 – Proc. Adm. 2274/2020. Fornecedores: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA.; PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.; DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.; SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. E MUTERLLE E RIBEIRO FARMÁCIA LTDA. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL. Valor Total: R\$185.751,30 (cento e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta centavos).

PORTARIA SA 0090/2020

Publicação Nº 2432625

PORTARIA– SA – Nº 0090/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de FÉRIAS ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito a partir de 01 de abril de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Periodo Aquisitivo
431064-0	Osvaldo José de Azevedo	Assessor Administrativo VI	2019/2020
33119-8	Jaime Barbatto Pires	Supervisor da Prevenção	2019/2020
430884-0	Edvaldo Bispo de Barros Junior	Assessor Administrativo V	2019/2020

II – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito a partir de 01 de abril de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Periodo Aquisitivo
1834-1	Silvana Correia Machado	Sup. Escolar	2001/2006
23364-1	Maiara Orlandi da Silva	Engenheiro	2008/2013

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2020.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0091/2020

Publicação Nº 2433126

PORTARIA– SA – Nº 0091/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de FÉRIAS ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Finanças a partir de 01 de abril de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Periodo Aquisitivo
429917-5	Andrea de Oliveira Bastos	Agente Administrativo	2019/2020
428186-1	Antonio Cesar Cabral	Supervisor Financeiro	2019/2020
35337-0	Dayane Schroeder dos Santos	Diretor Contabil	2019/2020
428540-9	Edna Camila Hillesheim	Agente Administrativo	2018/2019
645-9	Edson Valdir da Silva	Tecnico em Contabilidade	2017/2018
15772-4	Jonatas Francis Silva	Agente Administrativo	2015/2016

II – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Finanças, a partir de 01 de abril de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
15688-4	Bernardo Elizandro da Siva Junior	Agente Administrativo	2009/2014
1734-5	Katia Regina Pereira	Agente de Serviços Gerais	2000/2005
1010-3	Maria Aparecida Hammes Amaral	Agente Administrativo	2005/2010

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2020.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 595, DE 06 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433241

RESOLUÇÃO Nº. 595, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

ESTABELECE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS VISANDO CONTRIBUIR PARA O FUNDO EMERGENCIAL DE COMBATE À COVID-19 - FECC, DESTINADO AO ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, usando da competência e das atribuições que lhe são conferidas, no inciso I, alínea “c”, do art. 74 do Regimento Interno da CMSJ,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”;

CONSIDERANDO que, no dia 11 de março deste ano, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO as Resoluções 588, de 16 de março de 2020, 590 de 18 de março de 2020 e 591 de 23 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

RESOLUÇÃO Nº. 595, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

CONSIDERANDO a necessidade imprescindível do equilíbrio fiscal das contas públicas em 2020, tanto as do sistema orçamentário, como as do sistema financeiro, e;

CONSIDERANDO a evidente tendência de queda da atividade econômica e da arrecadação municipal, em decorrência das restrições impostas para conter o avanço da pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19),

RESOLVE:

Art. 1º Fica reduzido em 20% (vinte por cento) o subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores de São José e dos demais Vereadores.

Art. 2º A redução a que se refere o art. 1º desta Resolução se dará pelo período de 90 (noventa dias), podendo ser prorrogado por ato da Mesa Diretora.

Parágrafo único. O valor da redução dos subsídios e encargos deverão ser transferidos para o Fundo Emergencial de Combate à COVID-19, e utilizado na aquisição de Cestas Básicas e Equipamentos de Proteção Individual para as ações de enfrentamento ao COVID-19.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2020.

Câmara Municipal de São José, 06 de abril de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER NARDI
Presidente

FRANCISCO DE SOUSA ARRUDA
Vice-Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 595, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

EDILSON ALZEMIRO VIEIRA
Primeiro Secretário

ABEL VEIGA
Segundo Secretário

RESOLUÇÃO Nº. 596, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433264

RESOLUÇÃO Nº. 596, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ EM REGIME DE TELETRABALHO DURANTE O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no exercício de suas atribuições, com amparo nos arts. 2º e 31 da Lei Orgânica Municipal, e art. 23 do Regimento Interno da CMSJ, e

RESOLVE:

Art. 1º A Diretoria-Geral fica autorizada a designar servidores para desempenhar suas atividades em regime de teletrabalho durante o tempo necessário para garantir segurança sanitária relativa à pandemia causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19).

§1º Os gestores investidos em função de direção e de chefia da Câmara indicarão, de maneira fundamentada, os servidores que poderão ser designados na forma do caput deste artigo.

§2º A critério da Diretoria-Geral, poderá ser estabelecido regime misto entre o presencial e o teletrabalho, sempre que as especificidades das funções desempenhadas assim o exigirem.

§3º Ato administrativo definirá o momento e a forma de retomada das atividades presenciais.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, considera-se teletrabalho a realização das atividades funcionais rotineiras dos servidores, ou outras que lhes forem destinadas, sem o comparecimento pessoal na repartição pública, mediante o uso das ferramentas tecnológicas disponíveis.

Parágrafo único. Excepcionalmente, durante o período de enfrentamento ao COVID-19, os servidores poderão ser designados para desempenhar atividades em outros setores, órgãos ou entidades da Administração Municipal objetivando suprir necessidade de serviço.

Art. 3º O teletrabalho será desempenhado durante o horário de expediente normal desenvolvido pelo servidor, quando em atividade presencial.

Parágrafo Único. Será mantida a capacidade mínima de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público externo, obedecida as restrições determinadas pelas autoridades de saúde competente.

Art. 4º Compete ao Diretor-Geral e aos gestores investidos em função de direção e de chefia, quando expressamente autorizados pelo Diretor:

I – definir, distribuir e acompanhar as atividades a serem desempenhadas em teletrabalho por seus subordinados;

II – justificar e certificar, nos casos de necessidade imperiosa de serviço, o desempenho de atividades inerentes a verbas transitórias que dependem da contraprestação de serviços específicos, como as além do horário normal de expediente, aquelas que impliquem responsabilidade técnica, sobreaviso, produtividade, dentre outras;

III – manter a regularidade das atividades de cada setor, com orientação aos servidores para que realizem consulta diária à conta de e-mail institucional, sistema rastreabilidade e outros sistemas informatizados necessários, para resposta tempestiva aos expedientes;

IV – estabelecer metas de trabalho a cada um dos servidores e verificar seu cumprimento;

V - quando viável e necessário, efetuar a programação do ramal telefônico institucional para redirecionamento de chamada para o telefone particular, incluído o servidor em teletrabalho;

RESOLUÇÃO Nº. 596, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

VI - garantir que a Diretoria de TI preste todo o apoio necessário ao servidor em teletrabalho, autorizando o acesso remoto ao sistema de rastreabilidade nos casos em que o serviço a ser realizado disso dependa;

VII – autorizar e controlar a retirada de equipamentos e materiais pertencentes à Câmara para assegurar a continuidade do serviço público no caso em que o servidor não dispuser de computador ou de outro equipamento indispensável ao trabalho; e

§ 1º Os servidores, mediante convocação e observadas as peculiaridades da situação de emergência, prestarão serviço presencial para resguardar o interesse público.

§ 2º Na hipótese do inciso VII, o servidor ficará responsável pela guarda e devolução incólume do bem móvel pertencente à Câmara.

§ 3º Na hipótese de não atendimento às metas estabelecidas com base no inciso IV, o Diretor-Geral fica autorizado a promover o desconto remuneratório proporcional.

§ 4º O servidor enquanto estiver no gozo de licença ou afastamentos previsto nos arts. 28 e 98 da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991, não serão considerados para efeitos legais enquadrados sob o regime de teletrabalho, devendo sua situação ser avaliada no momento de seu retorno pela Diretoria-Geral.

Art. 5º São deveres dos servidores em teletrabalho:

I – permanecer à disposição da Câmara durante o horário de normal de expediente, inclusive para comparecimento presencial ao local de trabalho caso necessário, devendo manter e-mail e telefones de contato atualizados e ativos, a fim de garantir a comunicação eficiente e imediata;

II – dar ciência à chefia imediata sobre os trabalhos realizados e apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou intercorrências que possam afetar o seu cumprimento;

III – apresentar a justificativa “teletrabalho” no controle de frequência;

IV – preservar o sigilo dos documentos e das informações profissionais acessadas remotamente; e

RESOLUÇÃO Nº. 596, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

V – seguir as recomendações exaradas pela Câmara para evitar sair de casa, principalmente em locais com muito fluxo de pessoas.

§ 1º As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em regime de teletrabalho, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das suas metas estabelecidas.

§ 2º Caso ocorra inobservância aos deveres enumerados neste artigo, a chefia imediata deverá adotar as medidas pertinentes para apurar responsabilidade funcional do servidor.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria-Geral da Câmara, órgão responsável por gerir o teletrabalho, observadas as disposições desta Resolução.

Art. 7º As eventuais especificidades do trabalho inerente a cada setor serão reguladas por Resolução específica, expedida de forma conjunta entre a Diretoria-Geral e a interessada.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 07 de abril de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL Nº 019/2020

Publicação Nº 2432848

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina os Art. 11, 12, 13 e 14, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2016, de 10 de maio de 2016, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.865, de 29 de julho de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AGENTE DA DENGUE

CARINE WUTTKE

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, 06 DE ABRIL DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 212/2020

Publicação Nº 2432754

PORTARIA Nº 212/2020.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Comissão Especial para organizar, coordenar e fiscalizar os atos realizados no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, a qual será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro: Rafael Santin, Agente Administrativo, matrícula nº 3394, Débora Pagno, Contadora, matrícula nº 3010, e Idene Pauli, Secretária Municipal de Saúde, matrícula nº 2772.

Art. 2º - Compete a comissão: avaliar as inscrições dos candidatos; verificar quanto à publicidade dos atos; acompanhar os atos de análise dos documentos acostados nas inscrições e seleção dos candidatos e realizar o sorteio público em caso de desempate, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital Publicados. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir de 02 de abril de 2020.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 213/2020

Publicação Nº 2432756

PORTARIA Nº 213/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 190, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, à servidora pública municipal, Marieli Juliana Agostini, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem ESF, matrícula nº 2449, no período de 28 de março a 24 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de março de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 214/2020

Publicação Nº 2432758

PORTARIA Nº 214/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 190, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, à servidora pública municipal, Keli Danieli, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche, matrícula nº 2811, no período de 31 de março a 26 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de março de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 215/2020

Publicação Nº 2432760

PORTARIA Nº 215/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Arts. 66, 85 e 96, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos, combinado com o Decreto Municipal nº 6.696, de 31 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Adotar medidas administrativas de compensação de trabalho, conforme anexo único desta Portaria, aos servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das medidas adotadas no âmbito estadual e municipal para combate a pandemia do coronavírus (Covid19), no período de 01 a 07 de abril de 2020.

Art. 2º. Os servidores vinculados as Secretarias Municipais de Administração, Desenvolvimento Social e Habitação, Esportes, Fazenda e Planejamento e Desenvolvimento Econômico, não relacionados no Anexo Único desta Portaria, ficam submetidos ao Teletrabalho (Home Office).

Art. 3º Os servidores vinculados as Secretarias Municipais de Agricultura e Transportes e Obras, não relacionados no Anexo Único desta Portaria, encontram-se em labor, executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

Art. 4º. A todos os servidores vinculados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devido a paralisação das atividades letivas até 19 de abril de 2020, fica adotada como medida de compensação a antecipação de feriados nacionais e municipais, bem como reposição a ser definida após reestruturação do Calendário Escolar 2020.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda/Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico/Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

ANEXO ÚNICO – COMPENSAÇÃO DE TRABALHO POR SECRETARIA 01/04/2020 a 07/04/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS		
SERVIDOR	FORMA DE COMPENSAÇÃO	PERÍODO COMPENSADO
ALEXANDRA SEHN HECK	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
ANDERSON BELLETZ	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
BEATRIS CHRISTOFOLI ROSSINI	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
DANIEL AUGUSTO DILLI	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
DJONATHAN CRIS ANDRIGHI	FÉRIAS	01/04/2020 a 10/04/2020
ELEMAR THOME	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
ELOÍSA FERREIRA WEIAND SPIRONELO	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020

FABIANE MANTELLI	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
GENAIR BURNO SEVALD	FÉRIAS	03/04/2020 a 17/04/2020
GILBERTO CARLOS JUSTEN	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
GILBERTO TOIGO	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
JOÃO ALOISIO LINCK	GRUPO DE RISCO	01/04/2020 a 07/04/2020
JOEL PRESTES	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 A 15/04/2020
LUIZ PERONDI	GRUPO DE RISCO	01/04/2020 a 07/04/2020
RODRIGO JOHNER	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
SERGIO BLASI	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
SERGIO LUIZ MARIN	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
VOLMIR TARCISIO TREVISAN	GRUPO DE RISCO	01/04/2020 a 07/04/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
SERVIDOR	FORMA DE COMPENSAÇÃO	PERÍODO COMPENSADO
CLAUDINEI AUGUSTO ADAMS	FÉRIAS	01/04/2020 a 20/04/2020
DILO JOSÉ RUCKHABER	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
LOIVA TEREZINHA DA LUZ	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
LUIZ FERNANDO KRUMMENAUER	BANCO DE HORAS	01/04/2020 a 07/04/2020
MAICO ROBERTO KLAIN	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
VOLNEI LUIZ DALLO	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO		
SERVIDOR	FORMA DE COMPENSAÇÃO	PERÍODO COMPENSADO
GIOVANE CARLOS JUSTEN	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
IVANIR RIBEIRO ALVES BUENO	COMPENSAÇÃO HORAS	01/04/2020 a 07/04/2020
JÉSSICA FÁTIMA WARTHA	COMPENSAÇÃO HORAS	01/04/2020 a 07/04/2020
SÍLVIA NARDI	LICENÇA PRÊMIO	17/03/2020 a 15/05/2020
GESSI MARIA GHELLER	COMPENSAÇÃO HORAS	01/04/2020 a 07/04/2020
IRENE COSTACURTA	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
MARLIZETE APARECIDA RAUBER	FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
SERVIDOR	FORMA DE COMPENSAÇÃO	PERÍODO COMPENSADO
EDERSON FÁBIO JUNGES	COMPENSAÇÃO HORAS	01/04/2020 a 07/04/2020
CARINA CRISTINAE CERIOLI THALHEIMER	GOZO DE FÉRIAS INTERROMPIDAS	01/04/2020 a 07/04/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		
SERVIDOR	FORMA DE COMPENSAÇÃO	PERÍODO COMPENSADO
ELISANDRA DE VARGAS DE PELLEGRIN	ANTECIPAÇÃO FÉRIAS	01/04/2020 a 15/04/2020
GELSIMAR ALBERTI	LICENÇA PRÊMIO	01/04/2020 a 25/04/2020
MARCOS ALCARA	LICENÇA PRÊMIO	01/04/2020 a 20/04/2020

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005, DE 07 DE ABRIL DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2432853

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005, DE 07 DE ABRIL DE 2020 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Rafael Soratto, regularmente matriculado na Oficina de Contrabaixo Elétrico, CPF: 111.876.159-60.

Objeto: Contrabaixo, com registro no patrimônio do Município sob o nº 8100.

Data da assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Contrabaixo Elétrico do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2020.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal e Rafael Soratto - Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006, DE 07 DE ABRIL DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2432856

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006, DE 07 DE ABRIL DE 2020 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Pedro Henrique da Silva, regularmente matriculado na Oficina de Contrabaixo Elétrico.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elizete Vilani da Silva, CPF: 040.041.819-33.

Objetos: CONTRABAIXO, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13198; e CUBO para contrabaixo modelo gianinni b20, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13201;.

Data da assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Contrabaixo Elétrico do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2020.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal e Elizete Vilani da Silva- responsável legal pelo Usuário-Aluno.

PORTARIA Nº 517, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432554

PORTARIA Nº 517, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no artigo 46, da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 1º de abril de 2020, a servidora pública municipal, Sra. Simone Cristina de Marco, ocupante do cargo de Gerente de Administração Financeira, nomeada pela Portaria nº 214, de 27 de janeiro de 2017, para em conjunto com o chefe do Poder Executivo Municipal, efetuar as movimentações dos recursos das seguintes contas bancárias:

I - Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75; e

II - Instituto Cultural São Lourenço - ICSL, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Parágrafo único. As servidoras mencionadas no caput deste artigo ficam outorgadas, no que concerne à referida conta bancária, dos poderes abaixo especificados:

I - emitir cheques;

II - abrir contas de depósito;

III - autorizar cobranças;

IV - receber, passar recibo e dar quitação;

V - solicitar saldos e extratos;

VI - requisitar talonários de cheques;

VII - autorizar débito em conta relativo a operações;

VIII - retirar cheques devolvidos;

IX - endossar cheque;

X - assinar instr. de crédito;

XI - emitir duplicatas;

XII - assinar propostas de empréstimo/financiamento;

XIII - assinar orçamento;

XIV - assinar aditivo de qualquer espécie;

XV - emitir título de crédito comercial;

XVI - emitir título de crédito industrial;
XVII - assinar contrato de abertura de crédito;
XVIII - assinar a apólice de seguro;
XIX - endossar títulos de crédito;
XX - sustar/contrordenar cheques;
XXI - cancelar cheques;
XXII - baixar cheques;
XXIII - efetuar resgates/aplicações financeiras;
XXIV - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
XXV - efetuar saques na conta corrente;
XXVI - efetuar saques na conta poupança;
XXVII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;
XXVIII - efetuar transferências por meio eletrônico;
XXIX - receber ordens de pagamento;
XXX - liberar arquivos de pagamento no Ger. Financeiro/AASP
XXXI - solicitar saldos/extratos de investimentos;
XXXII - solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
XXXIII - emitir comprovantes;
XXXIV - efetuar transferência para mesma titularidade meio eletrônico;
XXXV - encerrar contas de depósito;
XXXVI - consultar obrigações do débito direto autorizado DDA.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nºs 064, de 16 de janeiro de 2019 e 398, de 1º de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde 1º de abril de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 518, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432619

PORTARIA Nº 518, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, CLAUDIA LAGO GARLET, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula 3065/01, para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social, no CREAS – Centro de Referência e Especialização de Assistência Social, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 519, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433398

PORTARIA Nº 519, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Publicado no DOM/SC em
_____/_____/_____
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art.1º NOMEAR, a partir de 09 de abril de 2020 o Senhor WINISSIUS SEGATTO, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo matrícula nº 3610/02, para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2ºAs despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2019.

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2020- SRP - PR Nº 035/2020

Publicação Nº 2433174

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o AVISO DE LICITAÇÃO do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 035/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC NAS MODALIDADES LOCAL - LL E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL – LDN, A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. (Publicado no DOM/SC em 07/04/20, ed. 3104, p.1063).

Onde Consta: [...]Sessão: 20/04/2020, às 14h15min.

Passa a constar: [...]Sessão: 22/04/2020, às 14h15min.

Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de Abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 2433015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º ADT 22/2018 - Contrato Nº: 22/2018
Contratante...: FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor : 16.291,80 (dezesesseis mil duzentos e noventa e um reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO 53/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM, COM FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS, CONTAS DETALHADAS SOBRE O CONSUMO DE MINUTOS, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

São Miguel do Oeste, 25 de março de 2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 2433003

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º ADT 57/2018 - Contrato Nº: 57/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor : 22.498,20 (vinte e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM, COM FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS, CONTAS DETALHADAS SOBRE O CONSUMO DE MINUTOS, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E CORPO DE BOMBEIROS, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 31 de março de 2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 2433006

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º ADT 58/2018 - Contrato Nº: 58/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor : 7.788,00 (sete mil setecentos e oitenta e oito reais)
Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM, COM FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS, CONTAS DETALHADAS

SOBRE O CONSUMO DE MINUTOS, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

São Miguel do Oeste, 31 de março de 2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 6/2018 - AGRÍCOLA

Publicação Nº 2433017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGRICOL. SAO M. OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º ADT 6/2018 - Contrato Nº: 6/2018
Contratante...: FUNDO MUN. DESENV. AGRICOL. SAO M. OESTE
Contratada...: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor : 1.551,60 (um mil quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM, COM FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS, CONTAS DETALHADAS SOBRE O CONSUMO DE MINUTOS, PARA USO DO FUNDO AGRICOLA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE .

São Miguel do Oeste, 25 de março 2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 8/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2433013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º ADT 8/2018 - Contrato Nº: 8/2018
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE
Contratada...: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor : 6.206,40 (seis mil duzentos e seis reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM, COM FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS, CONTAS DETALHADAS SOBRE O CONSUMO DE MINUTOS, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

São Miguel do Oeste, 25 de março de 2020.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 173/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 2433009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3º ADT 173/2018 - Contrato Nº: 173/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor : 15.496,80 (quinze mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 07/05/2019 Término: 31/03/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM,

COM FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÔNICAS, CONTAS DETALHADAS SOBRE O CONSUMO DE MINUTOS, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

São Miguel do Oeste, 25 de março de 2020

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 151/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2433011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 5º ADT 151/2019 - Contrato Nº: 151/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: AMARAL & EMMERT LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 13/04/2020

Licitação : Processo Licitatório Nº 178 Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA COBERTURA EXTERNA NA CRECHE CEI TIO PATINHAS, COBERTURA DO AUDITORIO DA ESCOLA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ACESSO COBERTO E FECHAMENTO LATERAL DA CRECHE CEI MUNDO MAGICO, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 13 de março de 2020

DECRETO N. 9.280/2020

Publicação Nº 2433249

DECRETO N. 9.280/2020

INSERE O INCISO VII AO ART. 3º E DESCRIÇÃO AO ANEXO I, DO DECRETO Nº 9.222/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o artigo 72, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e o art. 17, §§ 2º e 3º, da Lei Municipal nº 7.031/2014, e

CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.222/2019 foi silente quanto ao cargo de Educador Social com nível superior, com formação em Pedagogia, para compor a equipe do CRAS;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido o inciso VII ao Art. 3º, do Decreto nº 9.222/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

VII – 01 (um) Educador Social com nível superior, com formação em Pedagogia.”

Art. 2º Fica inserida descrição ao ANEXO I; ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES, do Decreto nº 9.222/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I
ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

.....

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

NÍVEL DE FORMAÇÃO: SUPERIOR EM PEDAGOGIA

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- Planejar, organizar, executar e ministrar atividades relativas ao fortalecimento de vínculos socioafetivos e familiares;
- Participar de reuniões, capacitações, seminários e cursos;
- Cooperar na execução de outras atividades e/ou serviços determinados pela chefia imediata;
- Contribuir na realização de atos e eventos do projeto;
- Desenvolver atividades com adolescentes;
- Desenvolver atividades que promovam um ambiente de convivência participativa e democrática;
- Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência do CRAS;
- Realizar oficinas de convívio, pautadas em experiências lúdicas, culturais, e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social;

- Participar de reuniões, cursos, capacitações e seminários sempre que convidados;
- Auxiliar no desenvolvimento de campanhas preventivas;
- Exercer as demais funções decorrentes do seu cargo;
- Outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 07 de abril de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0589/2020

Publicação N° 2432448

PORTARIA SGPT/DDP N° 0589/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Edital de Processo Seletivo 011/2019;

Considerando que a titular Maristela Aparecida de Oliveira, encontra-se em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. GABRIELA ZANINI JOERGENSEN, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Atendente Social, junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 02 de abril de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até 01 de abril de 2021.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 02 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0590/2020

Publicação N° 2432451

PORTARIA SGPT/DDP N° 0590/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso

II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Edital de Processo Seletivo 001/2019;

Considerando que a titular Rosilaine Maria Castoldi Wandscher, encontra-se em licença médica;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. LUCIANE INES LUDWIG, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Sala de Vacinas, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02 de abril de 2020 até 30 de junho de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 02 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0591/2020

Publicação Nº 2432452

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0591/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva JAQUELINE GABOARDI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 056.907.449-56, RG 5385008 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação, a partir de 06 de abril de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e na legislação municipal que fixa o subsídio dos Secretários.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de abril de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0592/2020

Publicação Nº 2432454

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0592/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva GENI MARIA PADILHA GIRELLI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 014.781.089-24, RG 2997917 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, a partir de 06 de abril de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e na legislação municipal que fixa o subsídio dos Secretários.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de abril de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0593/2020

Publicação Nº 2432456

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0593/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 015.356.859-30, RG 3107335 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Urbanismo, a partir de 06 de abril de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e na legislação municipal que fixa o subsídio dos Secretários.

Art. 4º Fica revogada a portaria 0488/2018 de 02 de abril de 2018.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de abril de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0594/2020

Publicação Nº 2432457

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0594/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora MARLA DARIDSA BERGER, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 050.635.339-73, RG 3.920.380 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRANSITO, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir de 02 de abril de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular do cargo referido no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Art. 4º Fica revogado os efeitos e a portaria SGPT/DDP 1379/2018.

Art. 5º Esta portaria tem efeito retroativo a 02 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0595/2020

Publicação Nº 2432461

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0595/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 026/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 026/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 026/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

Considerando o Decreto 8.549/2016 e o Decreto 8.802/2017.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva MARGARETE WOMMER SCHRAEGLE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2019, nos termos do Anexo III da LCM 026/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de janeiro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 18/2020 SAÚDE

Publicação Nº 2433173

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição de testes rápidos de COVID-19, para serem utilizados testes específicos e sensíveis para a realização de triagem de pacientes que se enquadram em critérios médicos estabelecidos como suspeitos de contraírem o vírus em virtude da pandemia, conforme Lei Federal nº 13979/2019 e Decreto Municipal nº 9260/2020, que dispõem sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Contratado: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ nº 05.343.029/0001-90.

Valor total de R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil, e oitocentos reais).

Vigência contratual: 180 (cento e oitenta dias).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste /SC, 07 de abril de 2020.

GENI MARIA PADILHA GIRELLI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2020

Publicação Nº 2433355

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2020

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ITAMAR ISMAEL DOS SANTOS, portador do RG 7.820.892, inscrito no CPF sob nº. 057.305.669-21, PIS/PASEP nº. 129.62894.50-1, residente e domiciliado a Rua Jovito Manoel Gonçalves, nº. 204, Forquilhas, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a contratação de serviços para roçada, limpeza e corte de galhos de árvores das seguintes estradas municipais:

- Rocinha em todo o seu trajeto;
- Invernada – iniciando na SC 281 até a divisa com o município de Águas Mornas;
- Estrada Raisveiller (G7) em toda a sua extensão.

As despesas como deslocamento, ferramentas, maquinários e combustível para execução dos serviços contratados é de responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de total de R\$ 12.700,00 (Doze mil e setecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 06 a 30/04/2020.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E por assim estarem as partes de acordo, declaram e aceitam todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 06 de abril de 2020.

RNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal		ITAMAR ISMAEL DOS SANTOS Contratado
--	--	--

Saudades

PREFEITURA

DECRETO N. 21, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2432425

DECRETO N. 21, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE DESCONTO DE VALORES DO SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MUNICÍPIO DE SAUDADES/SC, DEVIDO A DECLARAÇÃO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM RAZÃO DA PANDEMIA NO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI, do artigo 44 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar Federal n. 101/2000;

CONSIDERANDO o cenário atual em que foi declarada situação de calamidade e emergência em todo o território nacional, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, que impactam diretamente na economia e consequentemente na diminuição de receitas dos municípios catarinense, e adequando-se a nova situação vivida;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 515/2020 (parcialmente revogado), o Decreto n. 525/2020 e o Decreto 535/2020, todos do Estado de Santa Catarina que declaram as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da coronavírus;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam temporariamente reduzidos:

I - Em 20% (vinte por cento):

- a) O subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários;
- b) Os vencimentos dos ocupantes de cargos comissionados de Níveis VI, VII e VIII;
- c) A gratificação por ocupação de Função Gratificada dos servidores efetivos;

II – Em 15% (quinze por cento):

- a) Os vencimentos dos ocupantes de cargos comissionados de Níveis IV e V;

III – Em 10 % (dez por cento):

- a) Os vencimentos dos ocupantes de cargos comissionados de Níveis II e III.

Parágrafo Único: Os servidores ocupantes dos cargos especificados no presente artigo deverão assinar termo de adesão (Anexo I), aderindo ao desconto temporário dos seus respectivos vencimentos e subsídios.

Art. 2º. O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará por prazo indeterminado, enquanto perdurar os impactos da pandemia COVID-19, findo o qual serão restabelecidas as remunerações ao patamar atual.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 06 de Abril de 2020, retroagindo seu efeitos para o dia 01 de Abril de 2020.

Saudades/SC, em 06 de Abril de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

ROGÉRIO ANTONIO SEHNEN

Secretário Municipal Da Administração E Fazenda

Publicado e Registrado nesta data

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO

Eu, _____, brasileiro, devidamente inscrito no CPF sob o n. _____, e no RG sob o n. _____, servidor público, ocupante do cargo de _____,

de provimento _____ (efetivo, comissionado ou Cargo de Confiança), de Nível _____,

AUTORIZO o Município de Saudades a efetuar o desconto de _____% do meu vencimento/subsídio/gratificação, conforme estabelecido no Decreto n. 82, de 18 de Outubro de 2016.

Saudades/SC, ____ de _____ de 2016.

Servidor Público

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.078/2020

Publicação Nº 2432787

DECRETO No 5078/2020, DE 7 DE ABRIL DE 2020
DECRETA PONTOS FACULTATIVOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º Ficam decretados como Pontos Facultativos nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviços essenciais de cada Secretaria e da Defesa Civil que deverão ser mantidos, observadas as escalas de plantões:

- dia 9 de abril de 2020 – Quinta-feira;
- dia 10 de abril de 2020 – Sexta-feira Santa

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de abril de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº.14/2020-FMS

Publicação Nº 2432741

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº.14/2020-FMS
Dispensa nº. 11/2020-FMS
Processo nº. 17/2020-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.537.945/0001-05, estabelecida na Rua Ricardo Georg nº. 1115, Itoupava Central, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.069-100

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Aquisição de Oxímetro de Dedo Portátil Infantil para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Oxímetro de Dedo Portátil Infantil	02	UNIDADES	110,00	220,00
TOTAL R\$					220,00

Valor total: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)
Data da Assinatura: 07/04/2020 – Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.052/2020, DE 4 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432592

DECRETO Nº 5.052/2020, DE 4 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 11.649,00 (onze mil seiscentos e quarenta e nove reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0010 - Material de Consumo R\$ 9.999,00

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 1.500,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 150,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças
4.4.71.70.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Rateio pela Participação em Consórcio Público R\$ 1.500,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 150,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 4 de Março de 2020.

ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.061/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432593

DECRETO Nº 5.061/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.07 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

05.07.13.392.0011.2.047 - Manutenção das Ações de Cultura

3.3.90.92.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.07 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

05.07.13.392.0011.2.047 - Manutenção das Ações de Cultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de Março de 2020.

ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.062/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432595

DECRETO Nº 5.062/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito
3.3.90.40.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 300,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito
4.4.90.52.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de Março de 2020.

ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.063/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432596

DECRETO Nº 5.063/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS
3.3.90.40.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 350,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS
4.4.90.52.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 350,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de Março de 2020.

ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.070/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432597

DECRETO Nº 5.070/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 73.492,55 (setenta e três mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 5.712,25

02.01.04.122.0002.2.003 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 3.103,99

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.726,59

02.03 - PROCURADORIA MUNICIPAL

02.03.04.122.0002.2.004 - Manutenção das Ações da Procuradoria geral do Município

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 4.395,67

02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)

02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.453,67

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.230,08

02.06 - DIRETORIA DE CONVÊNIOS

02.06.04.122.0002.2.006 - Manutenção da Diretoria de Convênios

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 972,77

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS**03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 18.422,03

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.657,97

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.367.0003.2.017 - Manutenção da Educação Especial

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.974,94

05.07 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

05.07.13.392.0011.2.047 - Manutenção das Ações de Cultura

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.988,24

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 15.957,61

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.03 - DIRETORIA DE FISCALIZACAO DE OBRAS E POSTURAS**

06.03.15.451.0004.2.035 - Manutenção do Setor de Planejamento Urbano

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.422,38

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 5.955,89

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO**12.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER**

12.01.27.812.0007.2.040 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 4.779,16

12.02 - DIRETORIA DE TURISMO

12.02.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 739,31

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de Março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.071/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432598

DECRETO Nº 5.071/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 35.000,00

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 31.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 40.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de Março de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.074/2020, DE 27 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2432600

DECRETO Nº 5.074/2020, DE 27 DE MARÇO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - DIRETORIA DE FISCALIZACAO DE OBRAS E POSTURAS

06.03.15.451.0004.2.035 - Manutenção do Setor de Planejamento Urbano
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 1.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - DIRETORIA DE FISCALIZACAO DE OBRAS E POSTURAS

06.03.15.451.0004.2.035 - Manutenção do Setor de Planejamento Urbano
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de Março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.077/2020

Publicação Nº 2432786

DECRETO Nº 5.077/2020, DE 3 DE ABRIL DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde
3.3.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Sentenças Judiciais R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde
3.1.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Sentenças Judiciais R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de Abril de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DISPENSA 11/2020-FMS

Publicação Nº 2432732

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2020 - DL****Processo Nr.:** 17/2020
Data: 07/04/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA**Código:** 13816**Endereço:** R RICARDO GEORG, 1115 - FUNDOS**Cidade:** BLUMENAU - SC**CNPJ:** 24.537.945/0001-05**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de Oxímetro de Dedo Portátil Infantil para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Oxímetro de Dedo Portátil Infantil	UN	110,00	220,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Diante do caos devido ao COVID - 19, e somente a empresa Sanimed conseguir fornecer o produto neste momento, necessitamos desta dispensa.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Abril de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 17/2020 Data: 07/04/2020	
		Folha: 2/2

02/04/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Abril de 2020

Valor da Despesa:

220,00 (duzentos e vinte reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1860

Publicação Nº 2432415

DECRETO Nº 1860, DE 06 ABRIL DE 2020

Prorroga excepcionalmente os prazos de pagamentos decorrentes da prestação de serviços com máquinas e equipamentos da municipalidade, previstos nas Leis Municipais nos 1658, de 06 de outubro de 2011 e 1981, de 17 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a suspensão do atendimento dos serviços públicos e a restrição do atendimento pelas agências bancárias, conforme ordenamento dos Decretos nos 515, 525 e 535 do Governo do Estado de Santa Catarina que Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que esse período de suspensão de atividades, afeta prazos de cobranças no âmbito municipal,

DECRETA

Art. 1º Os prazos para pagamento de serviços realizados com máquinas e equipamentos públicos, que teriam vencimento a partir de 19 de março, ficam prorrogados até a data de 20 de maio de 2020, sem prejuízo dos descontos e demais enquadramentos previstos nas Leis Municipais nos 1658, de 06 de outubro de 2011 e 1981, de 17 de outubro de 2018.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 06 de abril de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 06 de abril de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1861

Publicação Nº 2432417

DECRETO Nº 1861, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Regulamenta no âmbito do Município de Seara/SC, a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Objeto e Âmbito de Aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços de engenharia, no âmbito do Município de Seara, Estado de Santa Catarina.

§ 1º É obrigatória à utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este Decreto, pelos órgãos da administração pública municipal

direta, direta descentralizada e os fundos especiais.

§ 2º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos órgãos e fundos especiais previstos no § 1º deste artigo, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, o uso da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

§ 3º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica e nas seguintes situações:

I – nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse; e

II – nos certames com fonte exclusiva do Tesouro do Município e com valor global máximo de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

Seção II Princípios Norteadores

Art. 2º O pregão na forma eletrônica é condicionado aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e dos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão, sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Seção III Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I – aviso do edital – documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II – bens e serviços comuns – bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III – bens e serviços especiais – bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV – estudo técnico preliminar – documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V – lances intermediários – lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI – obra – construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII – serviço – atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII – serviço comum de engenharia – atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

IX – cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Seara/SC – registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebram contratos e atas de registro de preços com o Município.

X – sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das

entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, instituído pela Portaria nº 355 de 9 de agosto de 2019;

XI – sistema de dispensa eletrônica – ferramenta informatizada, integrante da plataforma do SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e

XII – termo de referência – documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1) a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2) o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3) o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

Seção IV Vedações

Art. 4º O pregão não se aplica a:

I – contratações de obras;

II – locações imobiliárias e alienações; e

III – bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS

Seção I Forma de Realização

Art. 5º O pregão será modalidade adotada para aquisição de bens e serviços comuns e poderá ser realizada:

I – à distância e em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de licitação adotado pelo Município de Seara/SC. O sistema a ser designado deverá ser dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame e que esteja integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias da União; e

II – de forma presencial, em sessão pública a ser realizada na sede da Central Permanente de Licitação do Município de Seara/SC.

Seção II Etapas

Art. 6º A realização do pregão observará as seguintes etapas sucessivas:

I – planejamento da contratação;

II – publicação do aviso de edital;

- III – apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV – abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V – julgamento;
- VI – habilitação;
- VII – fase recursal;
- VIII – adjudicação; e
- IX – homologação.

Seção III

Critério de Julgamento das Propostas

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Seção IV

Documentos

Art. 8º O processo relativo ao pregão será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I – termo de referência;
- II – planilha estimativa de despesa;
- III – previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
- IV – autorização de abertura da licitação;
- V – designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VI – edital e respectivos anexos;
- VII – minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- VIII – parecer jurídico;
- IX – os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
- X – documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI - proposta de preços do licitante;
- XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:
 - a) os licitantes participantes;
 - b) as propostas apresentadas;
 - c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
 - d) os lances ofertados, na ordem de classificação;
 - e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
 - f) a aceitabilidade da proposta de preço;
 - g) a habilitação;
 - h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XIII – comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato;

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV – ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

§ 3º Fica dispensado o inciso VII, caso haja parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

CAPÍTULO III

ACESSO AO PROVEDOR DO PREGÃO ELETRÔNICO

Seção I

Credenciamento

Art. 9º A autoridade competente do órgão solicitante, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, demais servidores que se fizerem necessários e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio e das autoridades competentes.

Seção II

Licitante

Art. 10. O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciado, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.

§ 1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

§ 2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica, ficando sujeito as sanções da responsabilidade civil e criminal caso seja constatada alguma fraude ou irregularidade.

CAPÍTULO IV

CONDUÇÃO DO PROCESSO

Seção I

Órgão ou Entidade Promotora da Licitação

Art. 11. O pregão será conduzido pelo Setor de Licitação, sob a coordenação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL.

Seção II

Autoridade Competente

Art. 12. Caberá à autoridade competente, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 24 de março de 10 de março de 2006 – Estrutura Administrativa do órgão ou da entidade promotora da licitação:

I – designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

- II – indicar o provedor do sistema;
- III – determinar a abertura do processo licitatório;
- IV – decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- V – adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI – homologar o resultado da licitação; e
- VII – celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços

CAPÍTULO V

FASE PREPARATÓRIA OU PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Seção I

Orientações Gerais

Art. 13. Na fase preparatória do pregão será observado o seguinte:

- I – elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;
- II – aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;
- III – elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- IV – definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e
- V – designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Seção II

Valor Estimado ou Valor Máximo Aceitável

Art. 14. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

§ 3º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Seção III

Designações do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e Atribuições

Art. 15. A Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio para o desempenho das funções deste Decreto, será realizada na forma do art. 12 do presente Decreto.

Art. 16. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I – conduzir a sessão pública;
- II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III – verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV – coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V – verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame;

IX – adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 17. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Seção IV Do Licitante

Art. 18. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

I – credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Central Permanente de Licitação;

II – remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III – responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV – acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V – comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI – utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

VII – solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Seara/SC ou com cadastro vencido terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

CAPÍTULO VI DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Seção I Publicação

Art. 19. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município – DOM e no sítio eletrônico oficial da do Município de Seara no link <https://www.seara.sc.gov.br/licitacoes/index/listar/codMapaItem/7287/categoria/4>

§ 1º Nas hipóteses de pregão realizado para obras e serviços comuns de engenharia, com utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em diário oficial do respectivo ente.

§ 2º Em se tratando de obras comuns, serviços e compras de grande vulto, aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 e art. 120 da Lei Federal nº 8.666/1993, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em jornal de grande circulação.

Seção II Edital

Art. 20. Os editais serão disponibilizados na íntegra no site do Município de Seara/SC previsto no link constante no art. 19 deste Edital e no sistema eletrônico de licitação adotado pelo Município de Seara/SC.

Subseção I Modificação do Edital



Art. 21. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Subseção II Esclarecimentos

Art. 22. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Subseção III Impugnação

Art. 23. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Seção I Prazo

Art. 24. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

Seção II Apresentação da Proposta e Documentos de Habilitação pelo Licitante no Pregão Eletrônico

Art. 25. Após a publicação do edital no sítio eletrônico, em especial em seu art. 19, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Seara/SC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX deste Decreto.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 37.

CAPÍTULO VIII

ABERTURA DA SESSÃO E ENVIO DE LANCES

Seção I

Horário de Abertura

Art. 26. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Seção II

Conformidade das Propostas

Art. 27. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema ou na ata da sessão pública, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Seção III

Ordenação e Classificação das Propostas

Art. 28. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Seção IV

Início da Fase Competitiva

Art. 29. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante

Seção V

Modos de disputa

Art. 30. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I – aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II – aberto e fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Subseção I

Modo de disputa aberto

Art. 31. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 30, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez

minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º deste Decreto, mediante justificativa.

Subseção II

Modo de disputa aberto e fechado

Art. 32. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 30, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º deste artigo, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º deste artigo, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º deste artigo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º deste artigo, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º deste artigo.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º deste artigo.

Seção VI

Desconexão do Sistema na Etapa de Lances no Pregão Eletrônico

Art. 33. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Seção VII

CrITÉrios de Desempate

Art. 35. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 36. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 35 deste Decreto, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, no pregão eletrônico, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX

JULGAMENTO

Seção I

Negociação da Proposta

Art. 37. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas

no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, uma hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

Seção II

Julgamento da Proposta

Art. 38. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 37, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, § 9º do art. 25 e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X

HABILITAÇÃO

Seção I

Documentação Obrigatória

Art. 39. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I – à habilitação jurídica;

II – à qualificação técnica;

III – à qualificação econômico-financeira;

IV – à regularidade fiscal e trabalhista;

V – à regularidade fiscal Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

VI – à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VII – ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV, V e VI do caput deste artigo, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Seara/SC.

Art. 40. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 41. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I – a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Município;

II – a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III – a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV – a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V – a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI – a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I deste artigo; e

VII – a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Seção II

Procedimento de Verificação

Art. 42. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Seara/SC, nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Seara/SC serão enviados nos termos do disposto no art. 26.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo disposto no § 2º do art. 37.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos de regulamento específico do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, enquanto não houver regulamento específico da Prefeitura de Seara/SC.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI

RECURSO

Seção Única

Intenção de Recorrer e Prazo para Recurso

Art. 43. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Seção Única

Autoridade Competente

Art. 44. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V e VI do caput do art. 12.

Art. 45. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 16.

CAPÍTULO XIII

SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Seção Única

Erros ou Falhas

Art. 46. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, quando se tratar de pregão eletrônico.

CAPÍTULO XIV

CONTRATAÇÃO

Seção Única

Assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços

Art. 47. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 48.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de noventa dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV

SANÇÃO

Seção Única

Impedimento de Licitar e Contratar

Art. 48. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Seara/SC e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não manter a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Seara/SC.

CAPÍTULO XVI

REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 49. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Seção Única Aplicação

Art. 50. As unidades gestoras do Município de Seara/SC adotarão o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I – contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

III – aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato do Presidente da CPL regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º A obrigatoriedade da utilização do sistema de dispensa eletrônica ocorrerá a partir da data de publicação do ato de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º deste Decreto.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I Orientações Gerais

Art. 51. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 52. Os participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 53. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 54. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 55. O Presidente da CPL poderá propor normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais.

Seção II Vigência

Art. 56. Este Decreto entra em vigor em de 06 de abril de 2020.

§ 1º Os editais publicados após a data de entrada em vigor deste Decreto serão ajustados aos termos deste Decreto.

§ 2º Fica mantido integralmente as disposições do Decreto nº 52 de 2 de agosto de 2006, que aprova o Regulamento para a Modalidade de Licitação denominada Pregão, por meio presencial, para aquisição de Bens e Serviços Comuns no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

Seara/SC, 06 de abril de 2020
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 06 de abril de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1862

Publicação Nº 2433380

DECRETO Nº 1862, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 509, de 17 de março de 2020, 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020, 525, de 23 de março de 2020, e 535, de 30 de março de 2020 ;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1849, de 18 de março de 2020, e 1856, de 23 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública

DECRETA

Art. 1º. Em relação aos servidores públicos municipais, afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 1849, de 18 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal e estabelece outras providências, e no Decreto Municipal n.º 1856, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Seara, e prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências, serão tomadas as seguintes medidas:

§ 1º. Os servidores públicos municipais, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao teletrabalho (home office).

I - Considera-se teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

II - O servidor submetido à modalidade de teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

III - O teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

IV - A alteração da modalidade de teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

V - O teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento.

VI - O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

VII - Os servidores municipais submetidos ao teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

§ 2º. Aos servidores públicos lotados na Secretaria Municipal da Educação, Superintendência Municipal de Esportes e Lazer, e Superintendência Municipal de Cultura será concedido férias coletivas de 15 dias, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

I - O pagamento da remuneração das férias coletivas, normais ou antecipadas, quando o servidor público não estiver implementado o período aquisitivo, concedidas durante a vigência da situação de emergência, será realizado até o dia 20 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n.º 525/2020, e 535/2020, ratificado pelo Decreto Municipal n.º 1856/2020, fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 3º. Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º. O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail rh01@seara.sc.gov.br, a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais, acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º. O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§ 3º. O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 4º. O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 19 de março de 2020 até 07 de abril de 2020, é considerado como ponto facultativo.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 07 de abril de 2020.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 07 de abril de 2020

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2020

Publicação Nº 2432913

Processo Licitatório nº 072/2020

Suspensão do edital de pregão presencial nº 039/2020

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 072/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 039/2020, datado de 13/03/2020, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviço de musicalização e monitoria em oficinas de violão.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de suspensão da tramitação do feito, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como divergências da contagem de prazos com dias de não expediente ao público.

Diante de tal prospecto, optou-se por suspender a data de abertura do aludido processo até decisão acerca da condução do presente processo licitatório e designação de nova data para apreciação das propostas de preços.

Dessa forma, a licitação em epígrafe fica suspensa até deliberação acerca da adoção de medidas para seu prosseguimento.

Publique-se.

Seara, SC, aos 07 dias do mês de abril de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020

Publicação Nº 2432912

Processo Licitatório nº 073/2020

Suspensão do edital de pregão presencial nº 040/2020 - RP

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 073/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 040/2020, datado de 16/03/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços (mão de obra) para pinturas de meio fio.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de suspensão da tramitação do feito, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como divergências da contagem de prazos com dias de não expediente ao público.

Diante de tal prospecto, optou-se por suspender a data de abertura do aludido processo até decisão acerca da condução do presente processo licitatório e designação de nova data para apreciação das propostas de preços.

Dessa forma, a licitação em epígrafe fica suspensa até deliberação acerca da adoção de medidas para seu prosseguimento.

Publique-se.

Seara, SC, aos 07 dias do mês de abril de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 090/2020 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2432629

DECRETO Nº 090/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ABAIXO RELACIONADO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias do Servidor Público Municipal abaixo relacionado, ocupante do cargo efetivo de odontólogo, constantes no Decreto nº 198/2019, de 01 de novembro de 2019, passando para:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
NEI ZANCHETT	01/01/2019 A 31/12/2019	07/04/2020 A 21/04/2020	15 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 07 de abril de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO FMS 03 2020

Publicação Nº 2433079

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: ROSA PRESTADORA DE SERVICOS A SAUDE LTDA Valor 211.200,00 (duzentos e onze mil duzentos reais)

Vigência. : Início: 04/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8) Objeto. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência, como forma de atender as demandas dos pacientes no Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas do Município de Siderópolis, conforme cláusulas e condições previstas no Edital de Chamamento nº 22/2018.

Aditivo Nº : 1-09/2019 - Contrato Nº: 09/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: DROGASIDER- COM. DE MEDICAMENTOS E MANIPULAÇÃO LT

Valor 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência. : Início: 02/03/2020 Término: 12/03/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2019 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8)

Objeto. Fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos. Siderópolis, 7 de Abril de 2020

EXTRATO CONTRATO PMS 03 2020

Publicação Nº 2433077

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ANA COMIN BRESSAN - EPP

Valor 168.744,65 (cento e sessenta e oito mil setecentos e

quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) Vigência. : Início: 03/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2020 Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (120)

Objeto. Fornecimento parcelado de materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública.

Contrato Nº.: 14/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: DJ GUINCHOS E ESTACIONAMENTO LTDA - ME Valor. 0,01 (um centavo)

Vigência. : Início: 11/03/2020 Término: 11/03/2021

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU OUTRAS PENALIDADES NO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, CONFORME LEI Nº 22.334, DE 16 DE JULHO DE 2019 E TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato Nº.: 15/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: COMERCIAL DE GAS SANRAVI LTDA Valor 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais)

Vigência. : Início: 10/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)

Objeto. Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gás de cozinha para atender às necessidades da Secretaria de Administração e das Escolas Municipais de Ensino, durante o exercício de

2020.

Contrato Nº.: 21/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: MERCECRIL COMERCIO DE PECAS LTDA

Valor 149.725,00 (cento e quarenta e nove mil setecentos e vinte e cinco reais)

Vigência. : Início: 30/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. Fornecimento parcelado de peças para veículos pesados.

Contrato Nº.: 16/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: EXPLOEX SOLUCOES EM DESMONTE DE ROCHA EIRELI

Valor 54.999,78 (cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos)

Vigência. : Início: 03/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2020 Recursos : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (105)

Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de perfuração e desmonte de rocha, com recursos provenientes do FINISA.

Contrato Nº.: 17/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: JR CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor 247.876,61 (duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e

setenta e seis reais e sessenta e um centavos) Vigência. : Início: 16/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem do acesso a cachoeira do Rio Bianchini no município de Siderópolis/SC, de acordo com as especificações contante no Projeto Básico/Executivo, referente ao Convênio de Repasse nº 1059797-53/2018 e Convênio SICONV nº 873074/2018 Proposta nº 41247/2018, entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Siderópolis.

Contrato Nº.: 18/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: MARLON ROSSA - ME

Valor 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais)

Vigência. : Início: 12/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (78), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto. Fornecimento de forma parcelada de refeições (marmitta), para atender os funcionários da Secretaria Municipal de Obras e Departamento de Esporte, do município de Siderópolis, durante o exercício de 2020.

Contrato Nº.: 19/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS URBAN

Valor. 1.774.465,00 (um milhão setecentos e setenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Vigência. : Início: 30/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. Fornecimento de massa asfáltica, emulsão de imprimação, pintura de ligação, com serviço de aplicação e rolagem da massa asfáltica através do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul Cisures, com recursos provenientes do FINISA.

Contrato Nº.: 20/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: GESCON SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Valor 16.600,00 (dezesesseis mil seiscentos reais)

Vigência. : Início: 30/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2020 Recursos. : Dotação:

Objeto. Contratação de empresa especializada em assessoria de monitoramento e gestão de convênios de interesse do Município na esfera federal do governo, por meio da medição de reuniões e acompanhamento de emendas parlamentares para o exercício 2020. Siderópolis, 7 de Abril de 2020

EXTRATO DE CONTRATOS FMAS 03 20

Publicação Nº 2433083

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 01/2020

Contratante.: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: RODRIGO CARARA ME

Valor 34.038,00 (trinta e quatro mil e trinta e oitocentos e oitenta e oito reais)

Vigência. : Início: 12/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020 Recursos : Dotação: 2.035.4.4.90.00.00.00.00 (12),
2.036.3.3.90.00.00.00.00 (15), 2.036.4.4.90.00.00.00.00 (16)

Objeto. Fornecimento parcelado de materiais e suprimentos de informática para manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
Siderópolis, 7 de Abril de 2020

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 046, DE 07 DE ABRIL DE 2020. "ALTERA O INCISO III, DO ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 044, DE 01 DE ABRIL DE 2020."

Publicação Nº 2432677

DECRETO Nº 046, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

"ALTERA O INCISO III, DO ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 044, DE 01 DE ABRIL DE 2020."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art.1º O inciso III, do art. 1º, do Decreto Municipal nº 044, de 01 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – Mercados e Supermercados, apenas a venda direta aos consumidores, ficando vedada a realização de filas nos caixas, sendo permitido permanecer simultaneamente, entre clientes e funcionários, na área de vendas, 50% do número de pessoas permitidas com base no projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros;(NR)

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.200/14, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 07 DE ABRIL DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1523-2020 TRIBUTOS MUNICIPAIS

Publicação Nº 2433345

DECRETO Nº 1523, 08 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre alteração de datas para pagamento de tributos municipais, e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais nºs 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e no 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1516, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência;

CONSIDERANDO a Resolução CGSN nº 154, de 03 de abril de 2020, que prorroga o prazo para pagamento dos tributos no âmbito do Simples Nacional,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidas, no âmbito do Município de Tijucas, medidas de ordem tributária para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), com caráter complementar às ações já implementadas em outras áreas, e constantes em atos normativos editados anteriormente, e sem prejuízo de novas deliberações.

Art. 2º Fica prorrogado o vencimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) referente às competências de março e abril de 2020, para os NÃO optantes pelo Simples Nacional.

Parágrafo único. O prazo para pagamento das referidas parcelas do imposto será, respectivamente, 10 de maio de 2020 e 10 junho 2020.

Art. 3º As Taxas cujo prazo para pagamento se enquadrem no período de 19 de março de 2020 a 30 de abril de 2020, terão seus prazos de pagamento prorrogados por 60 dias, contados do vencimento.

Art. 4º Compete ao contribuinte/mutuário, retirar a guia no site oficial do Município na rede mundial de computadores, através do endereço eletrônico www.tijucas.sc.gov.br, link "serviços ao cidadão", à emissão de novo documento de arrecadação (DAM), das competências/parcelas objeto de prorrogação, ou ainda, após o transcurso do período de quarentena, mediante solicitação presencial junto ao Setor de Tributação.

Art. 5º Suspendem no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, os seguintes procedimentos administrativos:

I – até 30 de novembro de 2020:

- a) as inscrições em dívidas ativas de débitos municipais;
- b) o encaminhamento dos protestos de dívida de origem tributária e não tributária;
- c) o ajuizamento de ações de origem tributária e não tributária;

II – por 90 dias os prazos fixados para protocolos e recursos administrativos de qualquer instância.

Parágrafo único. Ficam excluídos da suspensão de que trata o inciso II, do caput deste artigo, os prazos recursais de processos de licitações.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 15 do Decreto

nº 1520, 24 de março de 2020.

Tijucas (SC), 08 de abril de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 052/SAMAE/2019

Publicação Nº 2432873

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 052/SAMAE/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/SAMAE/19 – TOMADA DE PREÇO Nº 004/PMT/19

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: RUHMO ENGENHARIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA BASE E CONSTRUÇÃO DA CASA QUÍMICA E COMANDO, REFERENTE À AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. .

VALOR ADITIVADO: COM O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS NO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 052/SAMAE/2019, FIRMADO EM 26 DE NOVEMBRO DE 2019, O VALOR DO CONTRATO QUE ERA DE R\$ 526.724,92 (QUINHENTOS E VINTE E SEIS MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), PASSA A TER O ACRÉSCIMO DE R\$129.309,82 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, TREZENTOS E NOVE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS) DECORRENTE DO PERCENTUAL ADITIVADO DE 24,55% (VINTE E QUATRO VÍRGULA CINQUENTA E CINCO POR CENTO), PASSANDO PARA O VALOR GLOBAL DE R\$ 656.034,74 (SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, TRINTA E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS).

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 74/2020 ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2432829

DECRETO Nº 74, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 da Lei Orgânica do Município, e:

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 57, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública NO Município de Timbé do Sul, SC.

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 57, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Timbé do Sul/SC, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de licença prêmio de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias coletivas de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, temporários (ACTs) e comissionados com direito à fruição, abrangendo os servidores das Secretarias Municipais a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias normais de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, temporários (ACTs) e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III – Concessão de férias antecipadas de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, temporários (ACTs) e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 64, de 25 de março de 2020;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º Qualquer das hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo do adiamento do recesso escolar, estabelecido no Decreto Municipal nº 57, de 18 de março de 2020.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 6º A licença prêmio, as férias coletivas ou individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º.

§ 6º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração até o dia 08 de abril de 2020, a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho.

§ 7º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 8º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 9º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 10. Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal nº 57, de 18 de março de 2020 fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail secadm@timbedosul.sc.gov.br, a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 5º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 18 de março de 2020 até a data de entrada em vigor deste Decreto, é considerado como ponto facultativo.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 06 de abril de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretario de Administração e finanças

DECRETO 75/2020 NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 2432833

DECRETO Nº 75, DE 06 DE ABRIL DE 2020.
NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.960, de 16/07/2019, que: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, JOSÉ MARCOS PRESA, no cargo de Médico ESF/PACS, inscrito no CRM/ SC sob nº 28.538, Contrato Administrativo nº 75/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 06 de Abril de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 54.2020 SAMAE

Publicação Nº 2433057

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2020 SAMAE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa BARI IMPORTS VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº. 22.303.462/0002-00, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 17/04/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de abril de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DO TRIGÉSIMO SÉTIMO E TRIGÉSIMO OITAVO TERMO ADITIVO-ACRÉSCIMO AO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28.2015 PMT

Publicação Nº 2433059

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TRIGÉSIMO SÉTIMO E TRIGÉSIMO OITAVO
TERMO ADITIVO/ACRÉSCIMO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 17/04/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de abril de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EXTRATO DE DISPENSA Nº 29 2020 PMT

Publicação Nº 2433062

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 29/2020
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Fazenda e Administração
CONTRATADA: ADMINISTRADORA PARTICIPAÇÕES KAMCHEN LTDA.
OBJETO Locação de 02 (dois) imóveis, cujas áreas construídas totalizam 887,32m² destinadas ao projeto de implantação de nova unidade de atendimento ao cidadão do município, no processo de atendimento presencial, telefônico e virtual da prefeitura, cujo nome é Simplifica Timbó.
VALOR MENSAL: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
VALOR TOTAL: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).
PRAZO DE LOCAÇÃO: 10/04/2020 à 09/04/2025.
TIMBO (SC), 07/04/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD Nº 5/2020**

Publicação Nº 2433305

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 5/2020.

Prorroga a suspensão das atividades da Câmara Municipal de Timbó, em decorrência da pandemia do novo coronavírus e surto de COVID-19.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, inciso XXV da Lei Orgânica c/c o art. 38, I e VIII do Regimento Interno;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo da suspensão, sob regime de quarentena, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e surto de COVID-19,

RESOLVE:

Art. 1º A suspensão das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal, de que trata o art. 1º da Resolução da Mesa Diretora nº 3, de 31 de março de 2020, inclusive quanto ao atendimento presencial de público, bem como as reuniões ordinárias de comissões e de sessões plenárias, fica prorrogada por cinco dias, a contar do dia 08 de abril de 2020.

Parágrafo único. O prazo de suspensão, definido neste artigo, poderá ser reavaliado, conforme evolução ou involução da pandemia do novo coronavírus (covid-19) ou nova orientação do Ministério da Saúde e do Governo do Estado.

Art. 2º Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 8 de abril de 2020.

Adilson Mesch
PresidenteDouglas Emanuel Marchetti
Vice-PresidenteRubens Borchardt
Secretário**RESOLUÇÃO MD Nº 6/2020**

Publicação Nº 2433308

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 06/2020.

Prorroga o período do trabalho remoto de servidores e de vereadores na Câmara Municipal de Timbó, de que trata a Resolução da Mesa Diretora nº 04, de 07 de abril de 2020.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, inciso XXV da Lei Orgânica c/c o art. 38, I e VIII do Regimento Interno;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo da suspensão, sob regime de quarentena, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO a Resolução da Mesa Diretora nº 04, de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre o trabalho remoto de servidores e de vereadores na Câmara Municipal de Timbó, durante a situação de emergência oficialmente decretada, decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

RESOLVE

Art. 1º Os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Timbó exercerão suas atividades remotamente até o dia 12 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 08 de abril de 2020.

Adilson Mesch
PresidenteDouglas Emanuel Marchetti
Vice-PresidenteRubens Borchardt
Secretário

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 164/2020

Publicação Nº 2432801

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164/2020 Rejeita veto apostado ao parágrafo único, do art. 1º, da Lei Complementar n. 244, de 1º de abril de 2020. O Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo aprovou e ele promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO: Art. 1º. Fica rejeitado o veto parcial apostado pelo Senhor Prefeito Municipal ao parágrafo único, do art. 1º, da Lei Complementar n. 244, de 1º de abril de 2020. Art. 2º. Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 7 de abril de 2020. Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 8 de abril de 2020. Joel Antonio Voigt, Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 030/20

Publicação Nº 2433351

DECRETO 030/20 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, e dá outras providências.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 07 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 550, Altera o art. 7º do Decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto 022/20 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de TROMBUDO CENTRAL, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências, Decreto 025/20 de 24 de março de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), Decreto 028/20 de 31 de março de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 535, de 30 de março de 2020, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Art. 1º da Portaria SES nº 192, de 29 de março de 2020, que autoriza o funcionamento das Agências Bancárias, Correspondentes bancários, Lotéricas e Cooperativas de Crédito a partir da data de 30/03/2020, exclusivamente para o atendimento de pessoas que necessitem de serviços presenciais.

DECRETA:

Art.1º - Fica DECRETADA a PRORROGAÇÃO da Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Trombudo Central, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º - A prorrogação da Situação de Emergência de que trata o artigo primeiro do presente Decreto, se dá até a data de 12 de abril de 2020.

Art. 3º - Fica instituído jornada de trabalho reduzida a todos servidores públicos municipais, com atendimento em turno único para cumprimento de serviços exclusivamente internos e de execução de serviços em obras públicas essenciais, das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira, excetuando-se a Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Educação e do Esporte que obedecerão escalonamento diferenciado.

Art. 4º - Aos servidores públicos lotados nas Secretarias de que trata o art. 3º do presente Decreto, em havendo necessidade, poderão ser convocados para a execução de suas tarefas, não havendo para tanto qualquer pagamento de adicionais de qualquer título.

Art. 5º - Visando o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença do coronavírus (COVID-19), o Poder Público Municipal poderá adotar medidas de redução do quadro funcional, mediante a concessão de férias laborais, Licenças Prêmio por assiduidade e a dispensa temporária do funcionalismo de suas atividades laborais, ficando a cargo de cada Secretário Municipal da pasta correspondente a observância de análise de cada servidor público municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Trombudo Central, 08 de abril de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2116/2020

Publicação Nº 2433369

DECRETO Nº 2116, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre Ponto Facultativo no Município de Tunápolis.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 09 de abril de 2020, no período vespertino, em virtude das comemorações festivas da Semana Santa.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas no período vespertino, exceto os serviços emergências e de urgência

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 07 de Abril de 2020.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Este ato foi Publicado
na presente data

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

DECRETO Nº 2117/2020

Publicação Nº 2433379

DECRETO Nº 2117, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Regulamenta a lei nº 1429, de 07 de abril de 2020, que Altera a Lei 1328, de 13 de outubro de 2017, que Dispõe sobre o Programa de Incentivos para a Indústria, comércio e prestadores de serviço do Município - Pró - Empresa e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e especialmente pela Lei 1429, de 2020 ,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que as empresas para atendimento do artigo 11, incisos I, II, e III, deverão além dos documentos exigidos no § 2º do mencionado artigo, da Lei 1429, de 2020, apresentar o comprovante do registro dos funcionários da empresa.

Parágrafo único: Sempre terão prioridade de atendimento empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 06 (seis) meses, tendo como priorização para atendimento as empresas com restrição das atividades mediante isolamento social decretado pelo órgão público, em seguida as empresas consideradas essenciais, incluindo indústrias de qualquer natureza, com restrições quanto ao número de funcionários na operação durante este período de emergência ou calamidade e por último as empresas integrantes das atividades essenciais.

Art. 2º Os protocolos dos pedidos pelas empresas deverão ser feitos na recepção da Prefeitura a partir do dia 13.04.2020 durante o horário de expediente de atendimento ao público.

Art. 3º Fica nomeada a comissão composta pelos servidores Vanessa Weber, Karine Epping e Bruno Lengert, para análise das solicitações e emissão da certidão de aptidão, que deverá ser emitida diariamente, conforme ordem de chegada dos pedidos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 07 de abril de 2020.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Este ato foi Publicado
na presente data

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

LEI Nº 1328/2020

Publicação Nº 2433390

LEI Nº 1429, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Altera a Lei 1328, de 13 de outubro de 2017, que Dispõe sobre o Programa de Incentivos para a Indústria, comércio e prestadores de serviço do Município - Pró - Empresa e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O programa de incentivos para a Indústria, Comércio e Prestadoras de Serviço do Município de Tunápolis - Pró Empresa,

Art. 10 Fica incluído no programa Pró - Empresa, instituído pela Lei 1328, de 13 de outubro de 2017, incentivos visando o atendimento de situações decorrentes de emergências, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito devidamente credenciadas junto ao Município, será regido pelos ditames da presente lei, visando apoiar empresas do Município, exceto MEI (Micro Empreendedores Individuais), tendo como priorização para atendimento as empresas com restrição das atividades mediante isolamento social decretado pelo órgão público, em seguida as empresas consideradas essenciais, incluindo indústrias de qualquer natureza, com restrições quanto ao número de funcionários na operação durante este período de emergência ou calamidade e por último as empresas integrantes das atividades essenciais.

Parágrafo único: Para poder acessar os benefícios do caput deste artigo as empresas deverão estar em funcionamento mínimo comprovado de 6 (seis) meses, assim como todas as empresas que já foram beneficiadas pelo Programa Pró - Empresa de acordo com as demais deliberações previstas pela Lei 1328, de 2017, também terão direito a este benefício.

Art. 11 Para o atendimento do artigo anterior o Município irá credenciar as Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito, subsidiando diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 1,00% (um por cento), com carência inicial de sessenta dias para as empresas, tendo como limite máximo os seguintes valores financiados:

I - para Empresas com até 2 (dois) funcionários o valor de até 7.000,00 (sete mil reais);

II - para Empresas de 3(três) a 10(dez) funcionários o valor de até 15.000,00 (quinze mil reais);

III- para Empresas acima de 10 (dez) funcionários o valor de até 20.000,00 (vinte mil reais);

§ 1º A empresa para ter direito aos benefícios previstos no caput deste artigo não poderá ter demissão sem justa causa de funcionários pelo prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato com a Instituição financeira, sendo que o seu descumprimento irá desonerar o Município do imediato pagamento dos juros avançados entre as partes.

§ 2º As empresas interessadas deverão protocolar seu pedido junto ao Município, apresentando a seguinte documentação:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ);

b) Contrato Social com a última alteração consolidada;

c) Prova de Regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal;

d) Prova de Regularidade relativa com a Seguridade Social (INSS, FGTS);

e) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei.

Art. 12 O Município constituirá uma comissão para análise das solicitações encaminhadas pelas empresas, sendo que esta comissão será composta de no mínimo três servidores municipais. As empresas aprovadas pela comissão receberão uma Certidão de Aptidão da Municipalidade, a qual será encaminhada junto a Instituição Financeira ou Cooperativa de Crédito conveniada, para que a mesma também faça a análise do financiamento requerido.

Art. 13 O prazo dos empréstimos realizados pelas empresas junto às Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito deverá ser de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 14 O Município somente subsidiará os juros com taxas estabelecidas no caput do artigo 11, das empresas aprovadas pelo Município e pelas Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito.

Art. 15 Será de total responsabilidade das empresas beneficiadas o capital financiado, bem como possíveis juros e multas decorrentes de atrasos de pagamentos das parcelas mensais.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis, aos 07 de abril de 2020.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5336/2020

Publicação Nº 2432424

PORTARIA Nº.5.336/2020
Em 07 de Abril de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o servidor (a) MARCIANE ROHDEN TOILLIER, com o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, cargo este de Agente Político, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo desta municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 07 de Abril de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5337/2020

Publicação Nº 2432993

PORTARIA Nº.5.337/2020
Em 07 de Abril de 2020

INSTAURA INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 105 da Lei Complementar nº. 13/2006 de 17 de maio de 2006, cria a Comissão de Inquérito Administrativo nº. 001/2020, e designa os servidores: Maria Fernanda Rodrigues Hierro, Bruno Lengert e Marcelo Heinrich Lehnhoff todos servidores público municipais, sob a presidência do primeiro, como membros da Comissão, com a incumbência de apurar informações a respeito da comunicação interna nº 0026/2020 referente ao servidor público municipal Edson Spohr.

Art. 2º No processo de apuração serão observados os procedimentos constantes na Lei Complementar nº. 13/2006, nos artigos 106 a 110.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a apresentação de relatório relativamente aos fatos investigados, podendo, a requerimento, ser prorrogado, conforme Art. 106.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 07 de Abril de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 22/2020 TOMADA Nº 01/2020

Publicação Nº 2432458

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 22/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº.: 01/2020.

Tipo: Menor Preço/global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGO DE GENTE (CRECHE) DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA ANEXAS A ESTE EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 27 de abril de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27 de abril de 2020.

Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodooeste.sc.gov.br, ou através do e-mail: compras@uniaodooeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 08 de abril de 2020.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO ATA 006/2020

Publicação N° 2432896

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2020
PREGÃO PRESENCIAL 009/2020

Extrato 1º Termo Aditivo a ata de registro de preços N° 006/2020 para estabelecer o reequilíbrio econômico financeiro.

OBJETO: Aquisição de combustível para veículos do transporte escolar, frota municipal e fundo da saúde. CONTRATADO: Rodosserra Comércio de Combustível Ltda. Item 01: Gasolina comum. Valor: R\$ 3,97 (três reais e noventa e sete centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente termo para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.924/2020

Publicação Nº 2432562

LEI Nº 2.924, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar Convênio com a Polícia Militar de Santa Catarina para aquisição de armamento e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo celebrar convênio com Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83.931.550/0001-51, objetivando o repasse financeiro de R\$ 21.004,84 (vinte e um mil e quatro reais e oitenta quatro centavos), para aquisição dos seguintes armamentos: 01(um) Fuzil TAURUS T4 CALIBRE 556, no valor unitário de R\$ 9.372,39 (nove mil trezentos setenta e dois reais e trinta e nove centavos); 01 (uma) Espingarda CBC CALIBRE 12 MILITARY 3.0 RT, no valor unitário de R\$ 2.396,08 (dois mil trezentos e noventa e seis reais e oito centavos); 03 (três) ESPARGIDORES DE PIMENTA CONDOR GL 108 OC MAX, no valor unitário de R\$ 633,66 (seiscentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos) (total R\$1.900,98); 01(um) KIT OPERACIONAL CONDOR SPARK, no valor unitário de R\$ 4.877,57 (quatro mil e oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos); 10 (dez) CARTUCHOS CONDOR MSK 106, no valor unitário de R\$ 142,65 (cento e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) (total R\$ 1.426.50); 32 (trinta e dois) CARTUCHOS CONDOR AM 403/P CALIBRE 12, no valor unitário de R\$ 32,26 (trinta e dois reais e vinte e seis centavos) (total R\$ 1031,32); 1000 (mil) munições de instrução CBC 5,56x45 comum M 193 (treina), sem custo, por doação.

Art. 2º Fica criado o crédito orçamentário especial conforme discriminação abaixo:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
2.021	4.4.30.00.00.00.00.1000	R\$ 21.004,84

Art. 3º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior será subtraído do superávit financeiro.

Art. 4º Fica autorizado a inclusão da ação mencionada no artigo 2º no PPA - Plano Plurianual e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias.

Art. 5º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Lei nº 2.921, de 27 de março de 2020 e as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio de Brida, 07 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO 01/2020 CMAS

Publicação Nº 2432469

RESOLUÇÃO “ad referendum” Nº 01 DE 27 DE MARÇO DE 2020

Aprova “ad referendum” o Plano de Trabalho do Cofinanciamento Estadual do exercício de 2020, para Benefícios Eventuais dos recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC e e Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Urussanga, em Reunião de Mesa Diretora em 27 de março de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Municipal nº 2.625, de 07 de novembro de 2013 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 atualizado com a Lei nº 12.010 de 2009 e o Plano de Convivência Familiar e Comunitária.

Considerando a Resolução do CNAS nº 31/2013, que aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha

dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços.

Considerando a Resolução da CIT nº 17/2013, que dispõe sobre princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços. Considerando a Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução da CIT nº 2, de 03 de abril de 2014, que dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada e reordenamento do ano de 2014 do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

Considerando a Resolução do CNAS nº 11 de 17 de abril de 2014, que dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada e reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do ano de 2014.

Considerando a Resolução nº 01, de 20 de março de 2020 que aprova ☐ad referendum☐ a pactuação do cofinanciamento para o exercício de 2020 dos critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para os Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar "ad referendum" o Plano de Trabalho do Cofinanciamento Estadual do exercício de 2020, para Benefícios Eventuais, no valor de R\$ 19.897,95 (dezenove mil oitocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), a ser repassado aos Fundos Municipais de Assistência Social- FMAS e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido plano.

Art. 2º Fica este conselho municipal responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos ora aprovados bem como os ganhos sociais e o desempenho da execução dos serviços da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média Complexidade, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e da concessão dos Benefícios Eventuais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Urussanga(SC), 27 de março de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 24, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433265

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador José Carlos José, no uso de suas atribuições, em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V e VIII, do Regimento Interno, e em atendimento ao Decreto do Estado de Santa Catarina nº 550, de 7 de abril de 2020, promulga o seguinte:

ATO Nº 24, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica determinada a suspensão no âmbito da Câmara Municipal de Urussanga:

I – de 18 de março a 12 de abril de 2020:

a) todas as atividades administrativas, sem prejuízo da remuneração e da efetividade dos Servidores;

II – de 18 de março a 23 de abril de 2020:

a) todas as atividades legislativas, sem prejuízo da remuneração e da efetividade dos Vereadores;

b) todos os prazos das proposições em tramitação;

c) todos os eventos que impliquem concentração próxima de pessoas programados no espaço da Casa Legislativa;

d) todas as viagens oficiais de vereadores e servidores.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser convocado período de reuniões extraordinárias, as quais serão realizadas no Plenário, com a presença dos vereadores e dos servidores que participam da organização das sessões legislativas.

§ 2º Aos vereadores e servidores que tenham vínculo com a Câmara Municipal de Urussanga com reconhecidas e diagnosticadas doenças crônicas, às gestantes, aos portadores de doenças imunossupressoras e aos idosos (pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos) fica dispensada a presença física ao local de trabalho, bem como às atividades legislativas, sem prejuízo da remuneração e da efetividade.

§ 3º Para fins de comprovação das doenças crônicas ou imunossupressoras mencionadas no § 2º, deverá o vereador ou servidor encaminhar a comprovação médica diretamente ao setor pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, em modo não presencial.

Art. 2º Fica proibida a presença de vereadores e servidores na sede da Câmara Municipal de Urussanga enquanto perdurar a suspensão descrita no inciso I, do art. 1º.

Parágrafo único. Fica autorizada, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das atividades administrativas e legislativas, a presença de servidores e vereadores na sede da Câmara Municipal de Urussanga, conforme convocação e necessidade imperiosa, devendo, para tanto, serem adotadas medidas internas, especialmente relacionadas à saúde no trabalho, fundamentais para evitar a proximidade pessoal e a consequente transmissão do COVID-19 no ambiente laboral.

Art. 3º Durante a vigência deste Ato, ficam suspensos os efeitos do Ato nº 32, de 14 de junho de 2018, o qual dispõe sobre horário diferenciado de expediente aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente de Portaria e Comunicação, Assistente Legislativo e Oficial Legislativo, em razão da participação na organização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 4º As medidas previstas neste Ato poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município de Urussanga.

Art. 5º Revoga-se o Ato nº 20, de 1º de abril de 2020.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de abril de 2020.

Vereador José Carlos José
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vereador Julio Cesar Bonetti
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 8 de abril de 2020.

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

ATO Nº 25, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2433266

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador José Carlos José, no uso de suas atribuições, em conformidade ao que determinam os arts. 24 e 25, da Lei Orgânica; c/c os arts. 49 a 58 e 65, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 25, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

OFICIALIZA A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, PARA A QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Art. 1º Torna oficial a composição das comissões permanentes da Câmara Municipal de Urussanga, para a Quarta Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, conforme indicação das lideranças dos partidos políticos com representação na Casa Legislativa:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões realizadas às segundas-feiras, às 17h

Presidente: Vereador Odivaldo Bonetti/PP

Vice-Presidente: Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/MDB

Secretário: Vereador Jair Nandi/PSD

Suplente: Vereador Julio Cesar Bonetti/PT

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Reuniões realizadas às segundas-feiras, às 16:30h

Presidente: Vereador Elson Roberto Ramos/MDB

Vice-Presidente: Vereador Vanderlei Marcílio/PSDB

Secretário: Vereador João Batista Bom/PDT

Suplente: Vereador Jair Nandi/PSD

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Reuniões realizadas às segundas-feiras, às 17:30h

Presidente: Vereador Gilson Casagrande/PP

Vice-Presidente: Vereador Julio Cesar Bonetti/PT

Secretário: Vereador Vanderlei Marcílio/PSDB

Suplente: Vereador Odivaldo Bonetti/PP

Art. 2º Revoga-se o Ato nº 10, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de abril de 2020.

Vereador José Carlos José
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente
Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

Vereador Julio Cesar Bonetti
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 8 de abril de 2020.

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

ERRATA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2020 E Nº 012/2020

Publicação Nº 2432492

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Referente ao extrato da Ata de Registro de Preços Nº 011/2020 da empresa BELLACATARINA VIAGENS, TURISMO EIRELI, queremos retificar que o número correto da Ata citada no título da publicação é Nº 011/2020.

Vargeão, SC, 07 de Abril de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Referente ao extrato da Ata de Registro de Preços Nº 012/2020 da empresa FABIANO FRANCHIN-ME, queremos retificar que o número correto da Ata citada no título da publicação é Nº 012/2020.

Vargeão, SC, 07 de Abril de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

Publicação Nº 2432419

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FABIO BONATTO 00875461913

CNPJ: 11.535.444/0001-48

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, para serviços de pintura e lavagem de paredes e pintura de canteiros e meio-fio para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão.

VALOR: R\$ 72.100,00 (setenta e dois mil e cem reais)

VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 07 de Abril de 2020 até 06 de Abril de 2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 07 de Abril de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N. 032/2020

Publicação Nº 2433290

DECRETO Nº 032/2020, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E A ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto nº 507, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19), nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 024, 025 e 026 de 2020, que dispõem sobre as ações preventivas e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19), nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO, que no dia 7 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 550, por meio do qual prorrogou as novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o afastamento de suas funções por tempo indeterminado, dos servidores públicos municipais pertencentes do grupo de risco do novo coronavírus, também chamado de Sars-Cov-2, tais como pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, cardiopatas, portadores de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, asma, doença renal crônica), imunodepressão (provocada pelo tratamento de condições autoimunes, como o lúpus ou câncer) e gestantes.

§1º O levantamento dos servidores a serem afastados será feito pelo Setor de Recursos Humanos com informações do cadastro dos servidores e também das chefias imediatas.

§2º Os servidores afastados, deverão cumprir as recomendações de saúde pública devendo permanecer em regime de quarentena/isolamento pelo período de vigência da situação de pandemia, sob pena de revogação do ato de concessão de afastamento.

§3º Os servidores afastados, não terão prejuízo de seus salários.

Art. 2º - Poderá ser realizado remanejamento de servidores de outros setores ou secretarias para suprir os servidores afastados, desde que obedecidos os requisitos para o exercício das funções conforme legislações específicas atinentes às profissões.

Art. 3º - Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas nos Decretos Municipais n. 025/2020, 026/2020 e 027/2020 ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas:

- a) Concessão de férias normais, aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.
- b) Concessão de férias antecipadas, aos servidores efetivos, comissionados e temporários com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), mencionados no art. 1º serão priorizados para o gozo de férias, nos termos do disposto nesse decreto.

§2º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§3º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§4º As férias normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 4º - Os servidores públicos municipais de que trata o art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, bem como, os servidores de atividades meio imprescindíveis ao funcionamento da estrutura, ficam submetidos ao teletrabalho (home office) ou trabalho remoto, em caráter excepcional e provisório como medida necessária à continuidade das atividades.

§1º Considera-se teletrabalho, a modalidade de trabalho realizada de forma remota e fora dos prédios públicos do Município, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§2º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou sobreaviso.

§3º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 5º - Não caberá o pagamento de adicional por prestação de serviço extraordinário ou adicional noturno aos servidores autorizados a realizar teletrabalho.

Art. 6º - A chefia, a qualquer tempo, poderá cancelar o regime de teletrabalho para os servidores, sempre motivando o ato.

Art. 7º - Caberá à chefia do servidor definir as metas e os métodos de controle.

Art. 8º - O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 19 de março de 2020 até a data de entrada em vigor desse Decreto é considerado ponto facultativo.

Art. 9º - Ficam prorrogadas as medidas de suspensão constantes no Decreto Municipal n. 030/2020, conforme o Decreto Estadual n. 550/2020.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor em 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Vargem Bonita, 07 de abril de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 08/04/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Videira

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 - VISAN

Publicação Nº 2432910

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 - Visan

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 - Visan

HOMOLOGAÇÃO:07/04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DE MATÉRIAS HIDRÁULICAS DA EMPRESA "VIA D'AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA" PARA USO DA VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC.

FORNECEDOR: VIA D'AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA

VALOR: R\$ 5.498,96 (cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 07 de abril de 2020.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 - VISAN

Publicação Nº 2433051

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 - Visan

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 - Visan

HOMOLOGAÇÃO:07/04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DE MATÉRIAS HIDRÁULICAS DA EMPRESA "HIDROLUNA MATERIS PARA SANEAMENTO LTDA" PARA USO DA VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC.

FORNECEDOR: HIDROLUNA MATERIS PARA SANEAMENTO LTDA

VALOR: R\$ 9.852,50 (nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 07 de abril de 2020.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020 - VISAN

Publicação Nº 2433172

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020 - Visan

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020 - Visan

HOMOLOGAÇÃO:07/04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DE MATÉRIAS HIDRÁULICAS DA EMPRESA "C.E MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI" PARA USO DA VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC.

FORNECEDOR: C.E MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

VALOR: R\$ 20.685,30 (VINTE MIL SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 07 de abril de 2020.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº 010/2020

Publicação Nº 2432620

PORTARIA Nº 010/2020

ACATA A RECOMENDAÇÃO EXARADA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002029-2, ENCAMINHADA PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Recomendação exarada no Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002029-2, encaminhada pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, referente aos programas e atividades da Secretaria de Assistência Social considerados essenciais, exceto as atividades coletivas;

RESOLVE:

Art. 1º Acatar Recomendação da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, referente ao Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002029-2, no que diz respeito ao cumprimento dos programas e atividades da Secretaria de Assistência Social considerados essenciais – exceto as atividades coletivas – inclusive toda forma de acolhimento, conforme dispõe o art. 9º, § 1º, inciso II, do Decreto Municipal nº 072/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e atos administrativos contrários.

Xanxerê/SC, 06 de abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0021/2020

Publicação Nº 2432418

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE XANXERE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Departamento de Apoio Administrativo CNPJ: 83.009.860/0001-13 Fone: 34418500 Fax: 34418506 RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455 C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2020 - PR Processo Nr.: 49/2020 Data do Processo: 27/02/2020 <div>Folha: 1/3</div>
--	--

ITENS VENCIDOS POR LICITAÇÃO

Objeto.....: Aquisição de Troféus e Medalhas para diversos campeonatos e eventos esportivos desenvolvidos pela Secretaria de Esportes do Município de Xanxere-SC (LOTE 01) e Aquisição de colchões de solteiro para utilização das equipes de diversas modalidades esportivas a serem utilizados pela Secretaria de Esportes do Município de Xanxere-SC (LOTE 02), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Condições de Pagamento: Conforme Decreto nº 022/2020

Prazo Máximo: Conforme Edital

Vigência: 12 meses

Despesa: 113

Elemento Despesa: [33903020000000]

Elemento Despesa: [33903014000000]

Fornecedor: 5295 JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA						
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	25,000	UN	Colchão de Solteiro confeccionado em espuma 100% poliuretano em bloco inteiro, sem emendas/ densidade 33/ antiácido/ antifungo/antialérgico/ revestido em um lado com capa em courvim na cor azul e outro lado em tecido 100% poliéster na cor azul. Costurado na sua totalidade de maneira a impedir a penetração de líquidos, sendo que na costura não poderá ter fitilho ou debrum, de maneira que fique com a costura diretamente no courvim pela parte interna, sendo a parte externa lisa, e ou soldado (prensado a quente). Medidas mínimas aproximadamente de 1,90m de comprimento x 0,78m de largura x 0,12m de espessura. Tratamento antiácido/ capacidade mínima de 100kg.	LIBERATTI	275,00	6.875,00
Total do Fornecedor:						6.875,00

Fornecedor: 996125 GREGO FABRICAÇÃO E COM. DE ARTIGOS E ACES. ESPORTI						
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	1500,000	UND	Medalhas fundidas em liga metálica de Zamac em formato redonda; gravada com os dizeres "honra ao mérito" em baixo relevo. Desenho de uma folha de louro alto relevo. Metalizada nas cores ouro, prata ou bronze. Tamanho de 40mm de diâmetro; Espessura de 3mm; Peso aproximado de 26 gramas. Fita de Cetim nas cores vermelha, verde ou branca com 1,5 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento e costurada nas duas extremidades para junção. Contendo adesivos em tamanhos, descrição para gravação e logotipos conforme solicitação repassada pela Secretaria.	VITORIA	1,72	2.580,00
3	1500,000	UND	Medalhas fundidas em liga metálica zamac em formato redonda; gravada com os dizeres "honra ao mérito" em baixo relevo. Desenho de uma folha de louro em alto relevo. Metalizada nas cores ouro, prata e bronze. Suporte para fita com 2,5cm de largura. Dimensões: Tamanho 65mm de diâmetro; Espessura 3mm; Peso aproximado 44 gramas. Fita de cetim nas cores vermelha, verde ou branca com 2,5cm de largura e 80cm de circunferência, costurada nas duas extremidades para junção. Contendo Adesivos em tamanhos, descrição para gravação e logotipos conforme solicitação repassada pela Secretaria.	VITORIA	3,10	4.650,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XANXERE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Apoio Administrativo

CNPJ: 83.009.860/0001-13 Fone: 34418500 Fax: 34418506
 RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455
 C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2020 - PR

Processo Nr.: 49/2020
 Data do Processo: 27/02/2020

Folha: 2/3

Fornecedor: 996125 GREGO FABRICAÇÃO E COM. DE ARTIGOS E ACES. ESPORTI

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	200,000	UND	Medalhas fundidas em liga metálica zamac em formato redonda; gravada com os dizeres "honra ao mérito" em baixo relevo. Desenho de uma folha de louro em alto relevo. Metalizada nas cores ouro, prata e bronze. Suporte para fita com 2,5cm de largura. Dimensões: Tamanho 80 mm de diâmetro; Espessura 3mm. Fita de cetim nas cores vermelha, verde ou branca com 2,5cm de largura e 80cm de circunferência, costurada nas duas extremidades para junção. Contendo Adesivos em tamanhos, descrição para gravação e logotipos conforme solicitação repassada pela Secretaria.	VITORIA	4,74	948,00
5	2,000	UND	Troféu taça com 79 cm de altura, base em polímero metalizada na cor dourada com 26,50 cm de largura/Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata/taça fechada em polímero na cor dourada com detalhe texturizado na cor prata e 46 cm de largura entre as alças/estatueta de acordo com a modalidade que a Secretaria solicitar no tamanho mínimo de 15 cm. Contendo adesivos no tamanho, descrição para gravação e logos conforme solicitação repassadas pela Secretaria.	VITORIA	192,97	385,94
6	2,000	UN	Troféu taça com 71 cm de altura, base em polímero metalizada na cor dourada com 26,50 cm de largura/Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata/taça fechada em polímero na cor dourada com detalhe texturizado na cor prata e 46 cm de largura entre as alças/estatueta de acordo com a modalidade que a Secretaria solicitar no tamanho mínimo de 15 cm. Contendo adesivos no tamanho, descrição para gravação e logos conforme solicitação repassadas pela Secretaria.	VITORIA	162,82	325,64
7	2,000	UN	Troféu taça com 67 cm de altura, base em polímero metalizada na cor dourada com 26,50 cm de largura/Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata/taça fechada em polímero na cor dourada com detalhe texturizado na cor prata e 46 cm de largura entre as alças/estatueta de acordo com a modalidade que a Secretaria solicitar no tamanho mínimo de 15 cm. Contendo adesivos no tamanho, descrição para gravação e logos conforme solicitação repassadas pela Secretaria.	VITORIA	150,76	301,52
8	2,000	UND	Troféu médio com 89 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta/suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada/taça em polímero metalizada na cor vermelha ou verde com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada/estatueta de acordo com a modalidade que a Secretaria solicitar no tamanho mínimo de 15 cm. Contendo adesivos em tamanhos, descrição para gravação e logos conforme solicitações repassadas pela Secretaria.	VITORIA	151,62	303,24
9	2,000	UN	Troféu médio com 82 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta/suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada/taça em polímero metalizada na cor vermelha ou verde com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada/estatueta de acordo com a modalidade que a Secretaria solicitar no tamanho mínimo de 15 cm. Contendo adesivos em tamanhos, descrição para gravação e logos conforme solicitações repassadas pela Secretaria.	VITORIA	129,22	258,44

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Apoio Administrativo

CNPJ: 83.009.860/0001-13

Fone: 34418500

Fax: 34418506

RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455

C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2020 - PR

Processo Nr.: 49/2020

Data do Processo: 27/02/2020

Folha: 3/3

Fornecedor: 996125 GREGO FABRICAÇÃO E COM. DE ARTIGOS E ACES. ESPORTI						
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	2,000	UND	Troféu médio com 72 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta/suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada/taça em polímero metalizada na cor vermelha ou verde com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada/estatueta de acordo com a modalidade que a Secretaria solicitar no tamanho mínimo de 15 cm. Contendo adesivos em tamanhos, descrição para gravação e logotipo conforme solicitações repassadas pela Secretaria. Segue modelo em anexo	VITORIA	120,61	241,22
Total do Fornecedor:						9.994,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:
	16.869,00

Xanxerê, 6 de Abril de 2020

Comissão:

- JUCIMAR BORTONCELLO - PREGOEIRO
- DANIEL STRADA - EQUIPE DE APOIO
- MUNIQUE FRIEDERICH - SECRETARIA
- ANADERGE MAIA DE FARIAS - EQUIPE DE APIO
- CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL - EQUIPE DE APIO
- LEONICE TIECHER RAMME - EQUIPE DE APIO

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO: _____

Xavantina

PREFEITURA

ATA 001/2020 ISMAEL RUBEN IANKE

Publicação Nº 2432483



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 FMSXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2020 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sr.^a **JÉSSICA PAULA PINSETTA**, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa **ISMAEL RUBEN IANKE**, inscrita no CNPJ nº 15.736.146/0001-77, nesta Ata representada pelo seu proprietário, Sr. **ISMAEL RUBEN IANKE**, portador do CPF nº 004.466.670-56, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2020 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto registro de preços para possível prestação de serviços para a confecção de Próteses Dentárias para atender as necessidades do Município de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Lote: 1			Preço Total do Lote:		113.999,00
Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	UN	Serviço de confecção de prótese dentaria parcial removível superior. Estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, acrilizada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta e abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificação ISSO. Inclui serviços clínicos: consulta para moldagem inicial de planejamento (se necessário), moldagem para confecção de modelo de trabalho, consulta para retirada da mordida em cera e escolha da cor, confecção do modelo de trabalho, consulta para prova da armação metálica e se necessário nova prova de mordida, consulta para prova dos dentes com os dentes em cera, consulta de entrega da prótese e ajustes, nova consulta para ajustes após a entrega, se necessário fazer mais consultas de ajustes até que se adapte bem a mucosa do paciente e a sua mordida. Com garantia de um ano.	295,82	29.582,00
2	100,00	UN	Serviço de confecção de prótese dentaria parcial removível Inferior. Estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, acrilizada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta e abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificação ISSO. Inclui serviços clínicos: consulta para moldagem inicial de planejamento (se necessário), moldagem para confecção de modelo de trabalho, consulta para retirada da mordida em cera e escolha da cor, confecção do modelo de trabalho, consulta para prova da armação metálica e se necessário nova prova de mordida, consulta para prova dos dentes com os dentes em cera, consulta de entrega da prótese e ajustes, nova consulta para ajustes após a entrega, se necessário fazer mais consultas de ajustes até que se adapte bem a mucosa do paciente e a sua mordida. Com garantia de um ano.	295,82	29.582,00
3	100,00	UN	Serviço de confecção de prótese dentária total superior acrílica. Confeccionada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta e abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificação ISSO. Inclui serviços clínicos: consulta para moldagem inicial, confecção de modelo em gesso para confecção de moldeira individualizada, consulta para moldagem de trabalho com vedamento periférico das moldeiras individualizadas utilizando matérias que tenham qualidade	234,49	23.449,00

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

			para este fim, consulta para tomada das medidas, ajuste de mordida e escolha da cor, consulta para prova com os dentes e ajustes de medidas de dimensão vertical e estética das arcadas e consulta de entrega da prótese e ajustes, se necessário fazer mais consultas de ajustes até que se adapte bem a mucosa do paciente e a sua mordida. Com garantia de um ano.		
4	100,00	UN	Serviço de confecção de prótese dentária total inferior acrílica. Confeccionada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta e abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificação ISSO. Inclui serviços clínicos: consulta para moldagem inicial, confecção de modelo em gesso para confecção de moldeira individualizada, consulta para moldagem de trabalho com vedamento periférico das moldeiras individualizadas utilizando matérias que tenham qualidade para este fim, consulta para tomada das medidas, ajuste de mordida e escolha da cor, consulta para prova com os dentes e ajustes de medidas de dimensão vertical e estética das arcadas e consulta de entrega da prótese e ajustes, se necessário fazer mais consultas de ajustes até que se adapte bem a mucosa do paciente e a sua mordida. Com garantia de um ano.	234,49	23.449,00
5	50,00	UN	Serviço de conserto de prótese dentária.	79,37	3.968,50
6	50,00	UN	Serviço de reembasamento.	79,37	3.968,50

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial SRP nº 001/2020 FMSXV** e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços a servidora JÉSSICA PAULA PINSETTA.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA - ISMAEL RUBEN IANKE
ISMAEL RUBEN IANKE - Representante

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

ATA 019/2020 GILBERTO LUIS RITTER EIRELI

Publicação Nº 2432539

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 007/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa GILBERTO LUIS RITTER EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 16.624.148/0001-37, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. GILBERTO LUIS RITTER, portador do CPF nº 918.948.320-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de Sementes de Pastagem para a distribuição aos Produtores Rurais do Município de Xavantina-SC, conforme Lei Municipal 1.680/2019, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total	
1	1.800,00	SC	Sementes de aveia preta (Avena Strigosa Schreb) certificada que apresente as seguintes características: germinação mínima de 80%, pureza mínima de 98%, condicionada em sacos de 40Kg com identificação do fabricante, que sejam postas no município, com possibilidade de retirada conforme a necessidade.	SEMENTES RITTER	51,20	92.160,00	
Total						92.160,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 007/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
GILBERTO LUIS RITTER EIRELI – ME
GILBERTO LUIS RITTER EIRELI - Representante

JAIME MASIERO
Fiscal da Ata

ATA 020/2020 ADEVAL BIKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA

Publicação Nº 2432780

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ADEVAL BYKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 00.266.051/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. DIEGO RIBEIRO, portador do CPF nº 008.651.019-30, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de materiais para premiações (Troféus e Medalhas), destinado para as competições promovidas pelo Departamento de Esportes do Município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
11	1,00	UN	Troféu com 128 cm de altura, com base octogonal com 26,50 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base uma pirâmide invertida metalizada na cor dourada com efeito texturizado. Sobre esta pirâmide uma estatueta intercambiável de deusa da vitória. Sobre esta base quadro colunas formadas por componentes em polímero metalizados na cor dourada lisos e com efeito texturizado. Acima destas colunas uma base em madeira na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este suporte um anel em polímero metalizado na cor dourada e uma taça fechada em polímero na cor dourada, com 43 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças da taça em polímero metalizado na cor dourada. Sobre a taça uma estatueta intercambiável.	IND VITORIA	329,69	329,69
12	1,00	UN	Troféu com 124 cm de altura, com base octogonal com 26,50 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base uma pirâmide invertida metalizada na cor dourada com efeito texturizado. Sobre esta pirâmide uma estatueta intercambiável de deusa da vitória. Sobre esta base quadro colunas formadas por componentes em polímero metalizados na cor dourada lisos e com efeito texturizado. Acima destas colunas uma base em madeira na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este suporte um anel em polímero metalizado na cor dourada e uma taça fechada em polímero na cor dourada, com 43 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças da taça em polímero metalizado na cor dourada. Sobre a taça uma estatueta intercambiável.	IND VITORIA	326,39	326,39
13	1,00	UN	Troféu com 121 cm de altura, com base octogonal com 26,50 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base uma pirâmide invertida metalizada na cor dourada com efeito texturizado. Sobre esta pirâmide uma estatueta intercambiável de deusa da vitória. Sobre esta base quadro colunas formadas por componentes em polímero metalizados na cor dourada lisos e com efeito texturizado. Acima destas colunas uma base em madeira na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este suporte um anel em polímero metalizado na cor dourada e uma taça fechada em polímero na cor dourada, com 43 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças da taça em polímero metalizado na cor dourada. Sobre a taça uma estatueta intercambiável.	IND VITORIA	323,20	323,20

14	1,00	UN	Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com as bolas com os gomos pintados na cor verde, vermelha e azul.	IND VITORIA	253,33	253,33
15	1,00	UN	Troféu com 110 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com as bolas com os gomos pintados na cor verde, vermelha e azul.	IND VITORIA	241,80	241,80
16	1,00	UN	Troféu com 103 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com as bolas com os gomos pintados na cor verde, vermelha e azul.	IND VITORIA	231,91	231,91
17	1,00	UN	Troféu com 96 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor azul acetinada. Três colunas em canos com suportes em polímero metalizados na cor dourada. Uma base de madeira com dois suportes e um anel em polímero metalizado na cor dourado. Taça em polímero metalizada na cor azul acetinada com tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, com 24,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com a base e com a taça nas cores dourada acetinado, vermelha acetinado e verde acetinado.	IND VITORIA	186,76	186,76
18	1,00	UN	Troféu com 86 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor azul acetinada. Três colunas em canos com suportes em polímero metalizados na cor dourada. Uma base de madeira com dois suportes e um anel em polímero metalizado na cor dourado. Taça em polímero metalizada na cor azul acetinada com tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, com 24,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com a base e com a taça nas cores dourada acetinado, vermelha acetinado e verde acetinado.	IND VITORIA	180,17	180,17

19	1,00	UN	Troféu com 76 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor azul acetinada. Três colunas em canos com suportes em polímero metalizados na cor dourada. Uma base de madeira com dois suportes e um anel em polímero metalizado na cor dourado. Taça em polímero metalizada na cor azul acetinada com tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, com 24,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com a base e com a taça nas cores dourada acetinado, vermelha acetinado e verde acetinado.	IND VITORIA	162,04	162,04
20	3,00	UN	Troféu com 26 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero na cor preta com largura de 10,1 cm, suporte em metal na cor dourada e uma estatueta em formato de chuteira de futebol society feita em acrílico fumê de 04 mm de espessura com apliques em acrílico de 02 mm de espessura metalizados na cor dourada com 18 cm de altura.	IND VITORIA	38,45	115,35
21	3,00	UN	Troféu com 26 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero na cor preta com largura de 10,1 cm, suporte em metal na cor dourada e uma estatueta em formato de luva de goleiro feita em acrílico fumê de 04 mm de espessura com apliques em acrílico de 02 mm de espessura metalizados na cor dourada com 18 cm de altura.	IND VITORIA	46,14	138,42
22	3,00	UN	Troféu com 35 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero metalizada na cor dourada com largura de 12,1 cm, placa em acrílico transparente com impressão em uv na cor azul, com 25 cm de altura fixada por suporte em polímero metalizada na cor dourada e estatueta de deusa da vitória com 13,2 cm de altura, em polímero metalizado na cor dourada.	IND VITORIA	70,31	210,93
TOTAL						2.699,99

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
ADEVAL BYKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP
DIEGO RIBEIRO - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

ATA 021/2020 GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI

Publicação Nº 2432783

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 23.414.326/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. SOSTENES WENCESLAU DOS SANTOS, portador do CPF nº 021.234.639-30, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de materiais para premiações (Troféus e Medalhas), destinado para as competições promovidas pelo Departamento de Esportes do Município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Troféu com altura de 170 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, dois estágios com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Duas estatuetas de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa no centro da base e no primeiro estágio em base de madeira contendo também quatro águias fixas nas laterais. Estatueta intercambiável. Este troféu também pode vir com as colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelha.	VITÓRIA	378,60	378,60
2	1,00	UN	Troféu com altura de 130 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa no centro da base e quatro águias fixas na base de madeira na lateral. Estatueta intercambiável. Este troféu também pode vir com as colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelha.	VITÓRIA	281,52	281,52
3	1,00	UN	Troféu com altura de 118 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, dois estágios com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa no centro da base e quatro águias fixas na base de madeira na lateral. Estatueta intercambiável. Este troféu também pode vir com as colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelha.	VITÓRIA	253,28	253,28
4	40,00	UN	Troféu com altura de 26 cm, base oitavada com 10,10 cm de largura em polímero na cor preta. Cone em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor prata, com 15,30 cm de largura a partir das alças. Este troféu pode ser feito com a taça e com o cone em polímero metalizados na cor dourada.	VITÓRIA	19,42	776,80

5	1,00	UN	Troféu com 117 cm de altura, com base redonda em polímero com 26,50 cm de largura metalizada na cor dourada. Sobre esta base estão quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados nas cores dourada, lisas e com acabamento texturizado. Sobre estas colunas uma base em madeira na cor preta e um suporte na cor dourada. Sobre este suporte uma taça fechada em metal na cor dourada, com detalhes em alto relevo, com 35 cm de largura entre as alças.	VITÓRIA	676,15	676,15
6	1,00	UN	Troféu com 108 cm de altura, com base redonda em polímero com 26,50 cm de largura metalizada na cor dourada. Sobre esta base estão quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados nas cores dourada, lisas e com acabamento texturizado. Sobre estas colunas uma base em madeira na cor preta e um suporte na cor dourada. Sobre este suporte uma taça fechada em metal na cor dourada, com detalhes em alto relevo, com 33,5 cm de largura entre as alças.	VITÓRIA	618,19	618,19
7	1,00	UN	Troféu com 103 cm de altura, com base redonda em polímero com 26,50 cm de largura metalizada na cor dourada. Sobre esta base estão quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados nas cores dourada, lisas e com acabamento texturizado. Sobre estas colunas uma base em madeira na cor preta e um suporte na cor dourada. Sobre este suporte uma taça fechada em metal na cor dourada, com detalhes em alto relevo, com 31 cm de largura entre as alças.	VITÓRIA	453,98	453,98
8	2,00	UN	Troféu com 26 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero na cor preta com largura de 10,1 cm, suporte em metal na cor dourada e uma estatueta em formato de chuteira de futebol de campo feita em acrílico fumê de 04 mm de espessura com apliques em acrílico de 02 mm de espessura metalizados na cor dourada com 18 cm de altura.	VITÓRIA	32,49	64,98
9	2,00	UN	Troféu com 26 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero na cor preta com largura de 10,1 cm, suporte em metal na cor dourada e uma estatueta em formato de luva de goleiro feita em acrílico fumê de 04 mm de espessura com apliques em acrílico de 02 mm de espessura metalizados na cor dourada com 18 cm de altura.	VITÓRIA	38,64	77,28
10	2,00	UN	Troféu com 35 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero metalizada na cor dourada com largura de 12,1 cm, placa em acrílico transparente com impressão em uv na cor azul, com 25 cm de altura fixada por suporte em polímero metalizada na cor dourada e estatueta de deusa da vitória com 13,2 cm de altura, em polímero metalizado na cor dourada.	VITÓRIA	59,71	119,42
23	1,00	UN	Troféu com altura de 129 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 46 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Quatro colunas composta por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira. Estatueta intercambiável.	VITÓRIA	291,34	291,34

24	1,00	UN	Troféu com altura de 121 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 39 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Quatro colunas composta por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira. Estatueta intercambiável.	VITÓRIA	267,20	267,20
25	1,00	UN	Troféu com altura de 121 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 39 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Quatro colunas composta por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira. Estatueta intercambiável.	VITÓRIA	262,89	262,89
26	1,00	UN	Troféu com altura de 124 cm com base octogonal de 21 cm de largura em polímero na cor preto. Sobre esta base quatro suportes com frisos em polímero e metalizados na cor dourado com quatro cones em polímero metalizados na cor dourado, com tampas em polímero metalizado na cor verde. Sobre estes cones, quatro coroas em polímero metalizado na cor dourado com doze pontas com uma copa interna em polímero metalizada na cor verde e tampa em polímero metalizado na cor dourado. Sobre estas coroas, quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com tampas em polímero metalizado na cor verde e quatro suportes com frisos em polímero metalizados na cor dourado. Sobre estes suportes uma base em madeira um cone em polímero metalizado na cor dourado. Sobre este suporte uma coroa em polímero metalizado na cor dourada com 12 pontas com 15,1 cm de largura e uma copa interna em polímero metalizada na cor verde com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Quatro estatuetas de águias fixas na lateral da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com as tampas que formam as colunas e a taça interna das coroas nas cores azul e vermelha.	VITÓRIA	272,37	272,37

27	1,00	UN	Troféu com altura de 113 cm com base octogonal de 21 cm de largura em polímero na cor preto. Sobre esta base quatro suportes com frisos em polímero e metalizados na cor dourado com quatro cones em polímero metalizados na cor dourado, com tampas em polímero metalizado na cor verde. Sobre estes cones, quatro coroas em polímero metalizado na cor dourada com doze pontas com uma copa interna em polímero metalizada na cor verde e tampa em polímero metalizado na cor dourado. Sobre estas coroas, quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com tampas em polímero metalizado na cor verde e quatro suportes com frisos em polímero metalizados na cor dourado. Sobre estes suportes uma base em madeira um cone em polímero metalizado na cor dourado. Sobre este suporte uma coroa em polímero metalizado na cor dourada com 12 pontas com 15,1 cm de largura e uma copa interna em polímero metalizada na cor verde com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Quatro estatuetas de águia fixas na lateral da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. este troféu pode vir com as tampas que formam as colunas e a taça interna das coroas nas cores azul e vermelha.	VITÓRIA	229,28	229,28
28	1,00	UN	Troféu com altura de 108 cm com base octogonal de 21 cm de largura em polímero na cor preto. Sobre esta base quatro suportes com frisos em polímero e metalizados na cor dourado com quatro cones em polímero metalizados na cor dourado, com tampas em polímero metalizado na cor verde. Sobre estes cones, quatro coroas em polímero metalizado na cor dourada com doze pontas com uma copa interna em polímero metalizada na cor verde e tampa em polímero metalizado na cor dourado. Sobre estas coroas, quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com tampas em polímero metalizado na cor verde e quatro suportes com frisos em polímero metalizados na cor dourado. Sobre estes suportes uma base em madeira um cone em polímero metalizado na cor dourado. Sobre este suporte uma coroa em polímero metalizado na cor dourada com 12 pontas com 15,1 cm de largura e uma copa interna em polímero metalizada na cor verde com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Quatro estatuetas de águia fixas na lateral da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Este troféu pode vir com as tampas que formam as colunas e a taça interna das coroas nas cores azul e vermelha.	VITÓRIA	215,49	215,49
29	1,00	UN	Troféu com 110 cm de altura, com base redonda com 26,50 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma estatueta com um ramo para personalização com 50 mm de área para adesivo. Ainda sobre esta base quadro colunas formadas por componentes em polímero metalizados na cor dourada e verde. Acima destas colunas uma base em madeira na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este suporte uma taça fechada em polímero metalizada na cor verde, com 36 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças da taça em polímero metalizado na cor dourada. Sobre a taça uma estatueta intercambiável. Este troféu pode vir com a taça e componentes nas cores prata, dourado, preta, vermelha e azul.	VITÓRIA	238,76	238,76

30	1,00	UN	Troféu com 105 cm de altura, com base redonda com 26,50 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma estatueta com um ramo para personalização com 50 mm de área para adesivo. Ainda sobre esta base quadro colunas formadas por componentes em polímero metalizados na cor dourada e verde. Acima destas colunas uma base em madeira na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este suporte uma taça fechada em polímero metalizada na cor verde, com 36 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças da taça em polímero metalizado na cor dourada. Sobre a taça uma estatueta intercambiável. Este troféu pode vir com a taça e componentes nas cores prata, dourado, preta, vermelha e azul.	VITÓRIA	231,86	231,86
31	1,00	UN	Troféu com 98 cm de altura, com base redonda com 26,50 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma estatueta com um ramo para personalização com 50 mm de área para adesivo. Ainda sobre esta base quadro colunas formadas por componentes em polímero metalizados na cor dourada e verde. Acima destas colunas uma base em madeira na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este suporte uma taça fechada em polímero metalizada na cor verde, com 36 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças da taça em polímero metalizado na cor dourada. Sobre a taça uma estatueta intercambiável. Este troféu pode vir com a taça e componentes nas cores prata, dourado, preta, vermelha e azul.	VITÓRIA	222,38	222,38
32	1,00	UN	Troféu com altura de 104 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 46 cm de largura a partir das alças. Alças em polímero metalizado na cor dourada. quatro colunas composta por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	VITÓRIA	262,89	262,89
33	1,00	UN	Troféu com altura de 99 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 39 cm de largura a partir das alças. Alças em polímero metalizado na cor dourada. Quatro colunas composta por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	VITÓRIA	243,93	243,93
34	1,00	UN	Troféu com altura de 92 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 39 cm de largura a partir das alças. Alças em polímero metalizado na cor dourada. Quatro colunas composta por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	VITÓRIA	234,45	234,45

35	4,00	UN	Troféu com 26 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero na cor preta com largura de 10,1 cm, suporte em metal na cor dourada e uma estatueta em formato de tênis de futsal feita em acrílico fumê de 04 mm de espessura com apliques em acrílico de 02 mm de espessura metalizados na cor dourada com 18 cm de altura.	VITÓRIA	32,75	131,00
36	4,00	UN	Troféu com 26 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero na cor preta com largura de 10,1 cm, suporte em metal na cor dourada e uma estatueta em formato de luva de goleiro feita em acrílico fumê de 04 mm de espessura com apliques em acrílico de 02 mm de espessura metalizados na cor dourada com 18 cm de altura.	VITÓRIA	37,93	151,72
37	4,00	UN	Troféu com 35 cm de altura, com base no formato oitavado em polímero metalizada na cor dourada com largura de 12,1 cm, placa em acrílico transparente com impressão em uv na cor azul, com 25 cm de altura fixada por suporte em polímero metalizada na cor dourada e estatueta de deusa da vitória com 13,2 cm de altura, em polímero metalizado na cor dourada.	VITÓRIA	58,61	234,44
38	40,00	UN	Troféu com altura de 74 cm com base redonda com 21 cm de largura fabricada em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte fabricado em polímero e metalizada a alto vácuo pintado na cor dourada e sobre este suporte cone cilíndrico adornado com frisos na parte inferior e figuras de ramos na parte superior, sendo fabricada em polímero e metalizado a alto vácuo pintado na cor dourada. Sobre este cone uma tampa fabricada em polímero e metalizado na cor dourada. Sobre esta tampa uma taça aberta fabricada em polímero metalizada a alto vácuo e pintada na cor dourada.	VITÓRIA	137,25	5.490,00
39	700,00	UN	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com um ramo de folhas de louro do lado esquerdo, metalizada na cor dourada, com o tamanho de 100mm de diâmetro e centro liso de 60mm de diâmetro, para colocação de adesivo. Possui espessura máxima de 3,2 mm. Peso aproximado de 97 gramas. Suporte para fita de até 27mm de largura. Fita de gorgurão, nas cores: (vermelho + branco + azul), (amarelo + branco + verde) e azul. Ambos modelos de fita com 2,5 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento.	VITÓRIA	6,83	4.781,00
40	700,00	UN	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com um ramo de folhas de louro do lado esquerdo, metalizada na cor dourada, com o tamanho de 100mm de diâmetro e centro liso de 60mm de diâmetro, para colocação de adesivo. Possui espessura máxima de 3,2 mm. Peso aproximado de 97 gramas. Suporte para fita de até 27mm de largura. Fita de gorgurão, nas cores: (vermelho + branco + azul), (amarelo + branco + verde) e azul. Ambos modelos de fita com 2,5 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento.	VITÓRIA	6,83	4.781,00
41	700,00	UN	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com um ramo de folhas de louro do lado esquerdo, metalizada na cor prata, com o tamanho de 100mm de diâmetro e centro liso de 60mm de diâmetro, para colocação de adesivo. Possui espessura máxima de 3,2 mm. Peso aproximado de 97 gramas. Suporte para fita de até 27mm de largura. Fita de gorgurão, nas cores: (vermelho + branco + azul), (amarelo + branco + verde) e azul. Ambos modelos de fita com 2,5 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento.	VITÓRIA	6,83	4.781,00

42	40,00	UN	Trofeu em mdf, com pintura em pu, caracterizando o rodeio crioulo, com adesivos do evento descidos pelo departamento de esporte, onde será aprovado. Trofeu com 30 cm de altura.	MARCA PROPRIA	46,79	1.871,60
43	36,00	UN	Trofeu em mdf, com pintura em pu, caracterizando o rodeio crioulo, com adesivos do evento descidos pelo departamento de esporte, onde será aprovado. Trofeu com 35 cm de altura.	MARCA PROPRIA	50,32	1.811,52
44	4,00	UN	Trofeu em mdf, com pintura em pu, caracterizando o rodeio crioulo, com adesivos do evento descidos pelo departamento de esporte, onde será aprovado. Trofeu com 40 cm de altura.	MARCA PROPRIA	52,97	211,88
45	8,00	UN	Trofeu em mdf, com pintura em pu, caracterizando o rodeio crioulo, com adesivos do evento descidos pelo departamento de esporte, onde será aprovado. Trofeu com 50 cm de altura.	MARCA PROPRIA	67,98	543,84
46	6,00	UN	Trofeu em mdf, com pintura em pu, caracterizando o rodeio crioulo, com adesivos do evento descidos pelo departamento de esporte, onde será aprovado. Trofeu com 70 cm de altura.	MARCA PROPRIA	91,82	550,92
TOTAL						33.012,96

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI
SOSTENES WENCESLAU DOS SANTOS - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

DECRETO 440/2020

Publicação Nº 2433067

DECRETO Nº 440, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no Art. 5º, "a", §1º, II da Lei Municipal n. 1.715 de 14 de Novembro de 2019;



DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.359,50(dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde
Projeto Atividade: 2.021 – Manter a Atenção Básica
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0600 – (CR 49) 2.104,50
Projeto Atividade: 2.022 – Manter as Atividades da Média e alta Complexidade - MAC
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0600 – (CR 47) 255,00

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0600 – MP Coronavírus.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 08 de Abril de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 441/2020

Publicação Nº 2433251

DECRETO Nº 441, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Prorroga o prazo de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 515 de 17/03/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto nº 525 de 23/03/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto nº 550 de 07/04/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que altera o Decreto 525/2020 para estabelecer novas medidas para enfrentamento da epidemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda a continuidade do emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Xavantina.

DECRETA:

Art. 1º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Xavantina, às medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de Março de 2020, ficam prorrogadas as medidas de suspensão previstas no Art. 2º, I e alíneas do Decreto Municipal nº 432 de 24/03/2020 pelo período de 05 (cinco) dias a contar de 08 de Abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 08 de Abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Xavantina/SC, 08 de Abril de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 042/2020 - DISPENSA Nº 017/2020

Publicação Nº 2432471

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 042/2020

Edital: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 017/2020

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93

Objeto: Contratação de consultoria e licença de uso de software de monitoramento de contribuintes, cruzamentos de dados, realização de consultas tributárias, elaboração de sugestões de atualização da legislação tributária municipal, incluindo implantação, treinamento, acompanhamento, vídeo aulas, materiais exclusivos e minutas tributárias, suporte via telefone, e-mail, whatsapp, entre outros, e com no mínimo uma visita presencial trimestral.

Fornecedor: CONTRIBUTO ESTUDOS TRIBUTÁRIOS LTDA

Valor: 5.220,00 (cinco mil, duzentos e vinte reais).

Dotações: 3.3.90.39.05.00.00.00 - 27/2020

Xaxim/SC, 06 de abril de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0025/2020

Publicação Nº 2432803

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0025/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: CONTRIBUTO ESTUDOS TRIBUTÁRIOS LTDA

Objeto: Contratação de consultoria e licença de uso de software de monitoramento de contribuintes, cruzamentos de dados, realização de consultas tributárias, elaboração de sugestões de atualização da legislação tributária municipal, incluindo implantação, treinamento, acompanhamento, vídeo aulas, materiais exclusivos e minutas tributárias, suporte via telefone, e-mail, whatsapp, entre outros, e com no mínimo uma visita presencial trimestral.

Valor do Contrato: R\$ 5.220,00 (cinco mil, duzentos e vinte reais)

Vigência: 06/04/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 33.90.39.05.00.00.00 (27/2020).

Licitação: Processo de Licitação nº 042/2020, Dispensa de Licitação Nº 017/2020

Xaxim-SC, 06 de abril de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Associações

AMFRI

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 07 DE ABRIL DE 2020 - COVID-19

Publicação Nº 2433184



Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - ITAJAÍ/SC

(47) 3404-8000

amfri@amfri.org.br

www.amfri.org.br



RESOLUÇÃO Nº 03 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Altera a Resolução nº 01, de 18 de março de 2020, para estabelecer novas regras sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) na Associação de Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.

Leonel José Martins, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras e Presidente da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Entidade,

CONSIDERANDO o Decreto nº 550, de 07 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que prorroga o prazo estabelecido no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que estabelece no art. 4º, inc. I, alínea "k" que "deverá ser priorizada a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos;

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias, o período estabelecido no art. 4º da Resolução nº 01, de 18 de março de 2020, alterado pela Resolução nº 02 de 31 de março de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O trabalho remoto fica estabelecido como o regime de desempenho das funções exercidas no âmbito da AMFRI, pelo período de 5 (cinco) dias, entre 08 de abril 2020 à 12 de abril de 2020, no horário compreendido de 08h às 12h e das 13h30 à 17h30." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

Itajaí/SC, 07 de abril de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal
Presidente da AMFRI



Consórcios

AGIR

NOTA TÉCNICA AGIR/DG Nº 001/2020

Publicação Nº 2432854

NOTA TÉCNICA AGIR/DG Nº 001/2020

ORIENTA E ESTIPULA AS CONDIÇÕES TÉCNICAS SOBRE OS PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO, PARCELAMENTOS E VENCIMENTOS DOS REAJUSTES, REVISÕES E OUTROS ATOS QUE VIEREM A SER ADOTADOS EM RAZÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE NACIONAL E EMERGENCIAL, A NÍVEL ESTADUAL E MUNICIPAL IMPOSTOS POR FORÇA DO COVID-19.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 067/2020, observadas as disposições do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, em especial o artigo 4º do Decreto nº 072/2020 da AGIR, e Considerando O Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, e nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, onde fica declarada Situação de Emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19; Considerando O Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, o qual dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional; Considerando que as determinações legais editadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, nem sempre observam as devidas competências constitucionais; Considerando que também é objetivo da AGIR prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência, nos termos do item II da Cláusula Sétima do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos entes consorciados; Considerando o Decreto nº 074/2020 da AGIR, que suspende por 60 (sessenta) dias os serviços de corte no fornecimento de água, nos Municípios Consorciados, e Considerando a Resolução nº 151/2020 da AGIR, que estabelece orientações gerais para ações e tomadas de gestão dos Municípios e prestadores de serviços regulados da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR para medidas temporárias à prevenção e enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) entende necessário editar a presente Nota Técnica.

1. OBJETIVO

A presente Nota Técnica vem trazer aos regulados sob a competência desta Agência, os pleitos encaminhados no sentido de atenuar os impactos econômicos financeiros que poderão se estender aos usuários, de modo geral, e assim, possibilitar medidas e ações mitigatórias, sem, contudo, causar desequilíbrios que pode, em futuro próximo, prejudicar em demasia toda a sociedade.

2. O PODER/DEVER LEGAL DA REGULAÇÃO NO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

Com a edição da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e suas alterações, que fixa de forma clara, as diretrizes para o Saneamento Básico Nacional, a qual restou regulamentada através do Decreto Federal nº 7.217 de 21 de junho de 2010, que em seu artigo 11, inciso III, estabelece as condições de validade dos contratos e demais institutos legais que cuidam do Saneamento Básico, e dentre estas diretrizes legais, as normas de regulação, determinado estas sejam executadas por uma entidade pública independente, se convencionou chamar de Agência Reguladora.

Estes entes públicos, dentro do espectro legal, poderão ter sua constituição e competência a nível federal, estadual, regional ou municipal, cuja criação deverá ocorrer em estrita observância às regras constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, e que já não comportam discussões em razão da consolidação dos conceitos, doutrinas e jurisprudência.

A legislação nacional, acima mencionada, mais precisamente em seu artigo 22, aponta quais os objetivos a serem perseguidos pela regulação, privativamente:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Por outro lado, todas essas ações regulatórias, devem obrigatoriamente prever as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro desta prestação de serviços e dos contratos firmados, tudo em observância aos princípios da eficácia e eficiência que regem os atos administrativos, razão pela qual deve ser observado o seguinte:

- a) O sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;
- b) A sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
- c) A política de Subsídios.

Afora as razões supra, também é deveras importante frisar que os demais elementos legais da gestão pública não podem ser olvidados, como as limitações impostas pela LRF (Lei Complementar nº 101/2000) e outros normativos legais aplicáveis, que até poderão sofrer

modificações e mitigações para adequar-se ao momento atual.

Neste viés, a AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, foi regularmente constituída em forma de Consórcio Público, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, foi reconhecida por todos os seus atuais Municípios Consorciados, através de Lei Municipal própria, e que culminou com o reconhecimento do Novo do Protocolo de Intenções, que foi publicado no DOM/SC, na Edição nº 2256 de 18 de maio de 2017 (quinta-feira); páginas 1019/1069, e de acordo com o artigo 21 e seguinte da Lei nº 11.445/2007.

Por força deste documento denominado Novo Protocolo de Intenções, a AGIR tem por finalidade fiscalizar, orientar e regular os serviços de saneamento básico e de transporte coletivo municipal, sendo que no âmbito de suas competências compete-lhe editar normas técnicas, econômicas e sociais, daqueles serviços concedidos por cada ente municipal, per si.

Em razão deste arcabouço legal, a proporcionalidade regulatória deve ser medida e exercida com cuidados extremos, sob pena de trazer às partes, ou apenas uma delas, medidas que irão comprometer a existência do ente ou penalizar os usuários com o ônus que não foi por estes provocados, mesmo em se considerando o enfrentamento e combate da Pandemia neste momento.

3. PRERROGATIVA DO TITULAR

As competências originárias derivadas pela Constituição Brasileira determinam que os municípios sejam entes federativos autônomos, e que possuem capacidades (limitadas) legislativas de modo a se organizar e editar normas, estas de validade local, observadas aqui, em especial, os limites delimitados pela delegação às Agências Reguladoras. Sempre, na verdade, dentro dos limites constitucionais.

Por outro lado, diante de quadros de anormalidades e de imprevisibilidades, como ora se apresenta, cabe sim, ao poder originário (leia-se o executivo municipal) observado às regras constitucionais, inclusive de ordem legislativa, tomar medidas de efeito imediato e às vezes até impositivas, que venham a minimizar impactos de toda ordem.

Estas medidas, contudo, devem ser balizadas por limitações temporais e espaciais, com a coerência mínima necessária e factível, de modo que não se ponha em risco o próprio cidadão e o estado, que é, em última análise, para bem ou para o mal, o maior provedor e executor, no atual desenho institucional em vigor.

Para assim agir, há necessidade de ser demonstrado o impacto, de modo claro, para a sociedade, e este impacto não pode ser apenas de ordem pessoal, mas coletivos e relacionados com os recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais. O que no momento se vivencia é bem essa situação.

Alerta-se, contudo, que, diante de legislação vigente, para que o ente municipal ou seus órgãos diretos e ou indiretos assim procedam, existe a necessidade da declaração e validação do estado de emergência ou de calamidade pública, dentro das regras vigentes, que até a presente data no estado de Santa Catarina não restou alterada.

Por isso, conclui-se que, editados os decretos de emergência e/ou de calamidade pública, pode sim, o poder público ser utilizado como instrumento para uma reorganização temporária da prestação dos serviços e de outros comandos de gestão, respeitadas, evidentemente, os contratos naquilo que for aplicável.

Esta autonomia, conforme preleciona Hely Lopes Meirelles: ☐ É mais que delegação; é faculdade política, reconhecida na própria constituição da República ☐ Cf. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 6ª ed. at. São Paulo: Malheiros Editores, 1993. p. 81.

4. DOS PLEITOS EM ANÁLISE E AQUELES A SEREM APRECIADOS

Em sucinta apreciação, mas que abarca todos os pleitos, os prestadores dos serviços de água tratada para o uso do consumo humano, do esgotamento sanitário e de resíduos sólidos urbanos, de natureza doméstica, todos derivados do Saneamento Básico regulado, estão buscando, dentro do atual quadro da Pandemia do COVID-19, suavizar os impactos aos cidadãos.

Dentre as medidas solicitadas estão as prorrogações da aplicação dos reajustes já concedidos pela AGIR e, muito provavelmente, também aqueles que irão ocorrer nos próximos meses por força dos prazos contratuais e ou legais, dentre outros pedidos.

Em um primeiro momento, é possível verificar que algumas medidas necessitam de um estudo técnico mais detalhado, para evitar que a desproporcionalidade possa influenciar nas atividades fins precípuos, que são as do saneamento básico visando a sua universalização de acesso, disponibilidade, segurança quanto a qualidade e regularidade, eficiência e sustentabilidade econômica.

Desta feita, já restou definido através do Decreto nº 074/2020 da AGIR, publicado no DOM/SC, Edição nº 3092, de 26 de março de 2020, página 1050, que o corte de água ficará suspenso pelo prazo de 60 (sessenta) dias, em virtude da inadimplência, fato que por si só, em tese, já pode provocar um desequilíbrio na arrecadação, visto que é sabido que as empresas municipais têm pouco fôlego de caixa, cujas razões entende-se não ser possível tratar neste momento.

Essa situação, porém, não pode ser estendida como indefinidamente, e mais, deve sim haver um cuidado para que o não pagamento não se torne regra para beneficiar o mau pagador, cujo fato, após superada a transitoriedade desta pandemia, não venha a se tornar motivo de pedido de revisão, e com isso levar os reflexos aos usuários em geral.

Também é dever do regulador, evitar que ações tomadas em situações extremas venham a ser objeto de barganhas de qualquer tipo, por partes dos gestores públicos e, por isso, não basta que ocorra tão somente a postergação em si, tanto dos vencimentos das contas como também das postergações do início dos reajustes/revisões.

Não restam dúvidas que a situação é caracteriza como situação extraordinária (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe) e danos são, ou serão provocados, e nos casos de concessão e até de contratos de programas, não há como, s.m.j. dizer que tais riscos devem ser assumidos pelo concessionário ou contratado.

Por isso, juntados os textos leis, como o artigo 65, II, da Lei nº 8.666/1993, o artigo 9º da Lei nº 8.987/1995, mais o artigo 3º, § 1º, da Lei 13.979/2020, a atual interferência estatal, induz ao direito à recomposição dos contratos e ou concessões. Não há porque perquirir, na atual situação, se tais atos estatais são legítimos e ou desproporcionais, como mencionam Cesar Pereira e Rafael Wallbach Schwind: ☐ O direito ao reequilíbrio derivados de atos estatais, independe de sua ilegitimidade ou ilicitude... ☐

Diante deste quadro, a AGIR recomenda as seguintes medidas e ações:

- Que os serviços de leituras e faturamento sejam mantidos, ou em sua impossibilidade, a cobrança por média, nos termos da legislação própria;
- Que o serviço de corte, por inadimplemento, seja mantido pelos prazos ajustados em as partes ou em razão de legislação superveniente,

respeitadas as regras regulatórias;

- Faturas de serviços com vencimento poderão ser parcelados a critério do usuário conforme condições estipuladas por cada prestador, sem inclusão de multas, juros por atraso, salvo juros por parcelamento e correção monetária, devendo o usuário exercer o seu direito/interesse, em até 90 (noventa) dias, do ajuste entre as partes;
- Os prestadores poderão isentar as faturas dos clientes cadastrados na categoria Social;
- Poderão a seu critério, postergar os reajustes já concedidos, devidamente e previamente informando a esta Agência Reguladora do ato e em caso das concessões, após ajustes firmado em entre as partes;
- Nos municípios que a prestação dos serviços se dá por meio de concessão, deverá a postergação do reajuste, ter o aceite da concessionária por tratar-se de regra contratual, além de prever, dentro do possível, as condições e meios e modos de ajustes;
- Independentemente das ações tomadas, é necessário observar o artigo 11, inciso IV, alínea b, artigo 12, caput, § 2º, inciso V, artigo 23, inciso VI, artigo 37, artigo 39, parágrafo único, todos da lei nº 11.445/2007, mais o item I do artigo 1º c/c o parágrafo único do artigo 5º da Resolução Normativa nº 008, de 05 de junho de 2019, da AGIR.

Postas essas premissas, há de se ter em conta que postergação do pleito/aplicação de reajustes inflacionários dos preços dos serviços regulados pela AGIR, já previstos, pode-se considerar:

I - A postergação do pleito ou da aplicação dos reajustes não causará prejuízos no curto prazo que sejam irrecorríveis.

II - O reajuste inflacionário equivale a atualização do poder de compra dos prestadores de serviços em decorrência da deterioração causada pela inflação. Serve especificamente para atualizar a receita em relação aos aumentos das despesas.

III - Os reajustes postergados poderão ser concedidos com os percentuais já decididos ou atualizados.

IV - A postergação do pleito de reajuste poderá ser calculada para o período já estabelecido ou compreender mais alguns meses, ultrapassando 12 (doze) meses.

V - A Lei Federal nº 11.445/2007 e as resoluções da AGIR não autorizam reajustes tarifários em um intervalo menor que 12 (doze) meses. A postergação do reajuste poderá, em alguns casos, alterar a data base de aplicação dos mesmos.

VI - Caso ocorram desequilíbrios extraordinários os prestadores de serviços poderão recorrer à RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 009, de 15 de agosto de 2019 da AGIR e requerer revisão extraordinária, ou, dentro da melhor ótica regulatória, preferencialmente ajustada no momento do aceite das medidas apontadas pelo Concedente e ou contratante.

5. CONCLUSÃO

Diante dos apontamentos expostos por intermédio desta Nota Técnica, recomenda-se a aplicação da mesma para as providências, que forem adotadas, durante esse período de excecionalidade, emergencial e ou de calamidade pública atípicos para o enfrentamento da pandemia do COVID-19, objetivando orientar os prestadores, os titulares e os demais entes envolvidos, sobre as ações a serem tomadas durante o referido período.

A presente Nota Técnica restou elaborada pela equipe técnica, administrativa e jurídica da AGIR, cada uma no âmbito de suas competências. De acordo, encaminhe-se para as providências necessárias.

Blumenau, 6 de abril de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

CIGA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2019 - RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2432712

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 05/2019

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2019

RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Assunto: Da requisição de credenciamento de pessoas jurídicas habilitadas, interessadas em disponibilizar solução informatizada para realizar a captura de transações de pagamento de tributos municipais por meio de cartão de débito ou crédito, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos. Solicitante: CREDPAY SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA. CNPJ: 27.659.570/0001-44

1. DO REQUERIMENTO

Em linhas gerais, a empresa CREDPAY SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA. entregou envelope, com a documentação de habilitação, à Comissão de Licitação do CIGA.

2. DA ABERTURA DO ENVELOPE E PROCEDIMENTO

A abertura do envelope e procedimento de análise de documentação ocorreu de acordo com o item 8 do Edital de Credenciamento Nº 001/2019:

“8 ABERTURA DO ENVELOPE E PROCEDIMENTO

8.1 Recebido o envelope com a documentação de habilitação, a Comissão de Licitação do CIGA fará a apreciação no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, ocasião em que aporá rubrica nos documentos averiguados.

8.2 Estando a documentação de habilitação em conformidade e a proposta de acordo com os termos estabelecidos neste Edital, o proponente será credenciado.

8.3 Serão inabilitadas as participantes cuja documentação não satisfizer as exigências deste ato convocatório. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso.”

3. DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Após abertura do envelope de proposta apresentado, a Comissão de Licitação do CIGA constatou que a proposta da empresa CREDPAY SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA satisfaz as exigências mínimas estabelecidas no ato convocatório para o credenciamento do objeto constante do Edital de Credenciamento 001/2019, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I.

4. CONCLUSÃO

O Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio também designada, opina pela habilitação.

Assim amparado no item 8.5 do Edital de Credenciamento N° 001/2019:

“8.5 Deferido o pedido, a pessoa jurídica habilitada será convocada para assinar, com o CIGA, o termo de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de convocação.”

Considerando a regularidade da documentação apresentada, declara-se habilitada e consequentemente, credenciada a empresa CREDPAY SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA.

Assim, abre-se prazo para recursos administrativos de acordo com os itens 8 e 9 do Edital de Credenciamento N° 001/2019.

Florianópolis, 07 de abril de 2020.

Marcus Vinícius da Silveira

Pregoeiro

PORTARIA N.º 15, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação N° 2433161

PORTARIA N.º 15, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre progressão salarial por merecimento de empregado público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

Considerando que o Estatuto do CIGA prevê progressões salariais, por merecimento ou por antiguidade, consistentes na progressividade de níveis salariais, com o avanço de um ou mais níveis dentro de uma mesma classe de emprego para o qual o empregado público foi contratado, e em conformidade com as Tabelas de Referências Salariais estabelecidas por seu Anexo II (artigos 72, 73 e 74, todos do Estatuto do CIGA);

Considerando que a progressão por merecimento será concedida a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício do emprego, contados da data de admissão, e intercalada, anualmente, com a progressão por antiguidade, podendo alcançar as seguintes progressões: 02 (dois) níveis de referências salariais, imediatamente superiores ao anteriormente fixado, ao empregado que apresentar coeficiente de desempenho superior a 90% (noventa por cento) nas duas últimas avaliações anuais de desempenho; 01 (um) nível de referência salarial imediatamente superior ao anteriormente fixado ao empregado que apresentar coeficiente de desempenho superior a 80% (oitenta por cento) na última avaliação anual de desempenho; não sendo concedida progressão por merecimento ao empregado público que auferiu coeficiente de desempenho inferior a 80% (oitenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses (artigo 73 do Estatuto);

Considerando que as progressões salariais são concedidas por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados pelos Estatutos do CIGA para sua concessão, consoante dispõe os artigos 73, §5.º, e 74, §3.º, ambos de seu Estatuto.

Considerando que a Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA, a quem compete promover a execução das atividades e gestão do Consórcio, consoante disposto nos artigos 25 e 26 do Contrato de Consórcio Público do CIGA, bem como nos artigos 16 e 36 de seu Estatuto;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder progressão salarial por antiguidade, à razão de 01 (um) nível de referência salarial imediatamente superior ao anteriormente fixado, aos seguintes empregados públicos do CIGA, conforme tabela abaixo:

Empregado Público	Referência Salarial Atual	Nova Referência Salarial	Data de referência
Renato Furtado Goudel	Classe 2 – Pleno 4	Classe 2 – Pleno 5	17/04/2020
Willian Alberto Lauber	Classe 2 – Júnior 1	Classe 2 – Júnior 2	11/04/2020

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicada no órgão oficial como condição indispensável à sua eficácia, nos termos dos artigos 50 e 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 07 de abril de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 16, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2433162

PORTARIA N.º 16, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre medidas preventivas com vistas à redução do risco de disseminação e contágio com o coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n.º 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

Considerando as medidas previstas nas Resoluções CIGA n.º 174, de 16 de março de 2020, e n.º 175, de 18 de março de 2020, bem como nas Portarias CIGA n.º 12, de 24 de março de 2020, e n.º 13, de 31 de março de 2020, as quais dispõem sobre medidas preventivas com vistas à redução do risco de disseminação e contágio com o coronavírus – COVID-19;

Considerando que os atendimentos presenciais no âmbito do CIGA estão suspensos até o dia 07 de abril de 2020, consoante se depreende do caput do art. 1º da Portaria CIGA n.º 13, de 31 de março de 2020;

Considerando as orientações do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis, assim como o Ministério da Saúde, de adoção de trabalho remoto para as atividades possíveis de realização à distância;

Considerando que as atividades no âmbito do CIGA, consórcio público de tecnologia, estão sendo realizadas a contento na modalidade remota, com produtividade e qualidade técnica;

Considerando que compete ao Diretor Executivo do CIGA prorrogar a suspensão dos atendimentos presenciais, conforme orientações das autoridades, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução CIGA n.º 175, de 18 de março de 2020;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto, ambos do CIGA, e com base no § 3º do art. 1º da Resolução CIGA n.º 175, de 18 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar o prazo de suspensão dos atendimentos presenciais no CIGA até o dia 14 de abril de 2020.

Art. 2.º Para as atividades no âmbito do CIGA, realizadas pelos empregados do quadro de pessoal e estagiários, bem como por meio dos serviços-meio de secretariado executivo e office-girl, prestados por empresa terceirizada, permanece a possibilidade de execução de forma remota (home office).

Parágrafo único. No que toca aos serviços terceirizados de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, será reavaliada diariamente a necessidade neste novo período de quarentena, preservadas as obrigações contratuais, nos termos da Resolução CIGA 175/2020.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 37 do Estatuto do CIGA.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 07 de abril de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 06/04/2020**

Publicação Nº 2432566

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Guabiruba na data de 06 de Abril de 2020;

CONVOCA a empresa GEOMAPA ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 03.339.646/0001-96) para que diligencie até a sede do Município de Guabiruba, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito

à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 07 de Abril de 2020.

Fernando Tomaselli
Diretor Executivo do CIMVI

CINCATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3586/2020-E

Publicação Nº 2432484

Processo Administrativo Eletrônico:	3586/2020-e
Interessado:	PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 456
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA, que versa sobre o cancelamento do item 456, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 17/03/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e a informação por parte do laboratório fabricante que o item esta em suspensão temporária de fabricação e sem previsão de retorno, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório

ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 456;
2. Pela rescisão da AF 9567/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 456;
I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), relativo a 2,5% (dois e meio por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 5 (cinco) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 456, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 9567/2020, que é de R\$ 159,80 (cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).
II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), relativo a 2,5% (dois e meio por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
3. Pela rescisão da AF 7180/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 456;
- III. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 15,98 (quinze reais e noventa e oito centavos), relativo a 10% (dez por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 20 (vinte) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 456, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 7180/2020, que é de R\$ 159,80 (cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).
IV. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 15,98 (quinze reais e noventa e oito centavos), relativo a 10% (dez por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
4. Pela rescisão das AFs 10040, 13698 e 11512/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 456, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 18 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
Luís Felipe Braga Kronbauer
Diretor Jurídico do CINCATARINA
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	3586/2020-e
Interessado:	PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 456
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 456, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de Preços do item 456, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento dos Itens.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 456;

2. Pela rescisão da AF 9567/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 456;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), relativo a 2,5% (dois e meio por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 5 (cinco) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 456, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 9567/2020, que é de R\$ 159,80 (cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), relativo a 2,5% (dois e meio por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

3. Pela rescisão da AF 7180/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 456;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 15,98 (quinze reais e noventa e oito centavos), relativo a 10% (dez por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 20 (vinte) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 456, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 7180/2020, que é de R\$ 159,80 (cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 15,98 (quinze reais e noventa e oito centavos), relativo a 10% (dez por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

4. Pela rescisão das AFs 10040, 13698 e 11512/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 456, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000. O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio.

Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 20 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N° 3888/2020-E

Publicação N° 2432462

Processo Administrativo Eletrônico:	3888/2020-e
Interessado:	MEDILAR IMP. DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 379
Referência	PAL n° 0017/2019, PE n° 0013/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa MEDILAR IMP. DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, que versa sobre o cancelamento do item 379, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 19/03/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e a busca do mesmo no mercado sendo frustrada, diante da informação do laboratório fabricante que devido aos efeitos da COVID-19 está sem previsão de retorno, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido, para comprovar anexou carta PHARLAB.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução n° 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da MEDILAR IMP. DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 379;
 2. Pela rescisão da AF 4270/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 379;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 8,09 (oito reais e nove centavos), relativo a 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 30 (trinta) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 379, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 4270/2020, que é de R\$ 53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos).
 - II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 8,09 (oito reais e nove centavos), relativo a 15% (quinze por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
 3. Pela rescisão da AF 2394/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 379;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos), relativo a 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 30 (trinta) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 379, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 2394/2020, que é de R\$ 24,91 (vinte e quatro reais e noventa e um centavos).
 - II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos), relativo a 15% (quinze por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
 4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 23 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer
Diretor Jurídico do CINCATARINA
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	3888/2020-e
Interessado:	MEDILAR IMP. DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 379
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 379, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa MEDILAR IMP. DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de do item 379, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do Item.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da MEDILAR IMP. DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 379;
2. Pela rescisão da AF 4270/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 379;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 8,09 (oito reais e nove centavos), relativo a 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 30 (trinta) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 379, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 4270/2020, que é de R\$ 53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos).
 - II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 8,09 (oito

reais e nove centavos), relativo a 15% (quinze por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

3. Pela rescisão da AF 2394/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 379;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos), relativo a 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 30 (trinta) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 379, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 2394/2020, que é de R\$ 24,91 (vinte e quatro reais e noventa e um centavos).

II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos), relativo a 15% (quinze por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 23 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3896/2020-E

Publicação Nº 2432513

Processo Administrativo Eletrônico:	3896/2020-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 628
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o cancelamento do item 628, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 19/03/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque, diante da falta crônica no mercado e a informação da descontinuidade do mesmo, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. Em relação as autorizações de fornecimento, confirmado com Sr. Jordi pelo telefone (47) 3520-9000 em 19/03/2020 às 14:24hrs, a não capacidade de fornecimento.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias; (grifo nosso)
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 628;
2. Pela rescisão da AF 7510/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 628;
I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), relativo a 10% (dez por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 20 (vinte) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 628, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 7510/2020, que é de R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais).
3. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo eletrônico ao Município de Bom Jesus. Para a emissão do boleto referente a multa pecuniária descrita no inciso anterior.
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 20 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	2896/2020-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 628
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 628, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de do item 628, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento dos Itens.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 628;

2. Pela rescisão da AF 7510/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 628;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), relativo a 10% (dez por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 20 (vinte) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 628, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 7510/2020, que é de R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais).

3. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo eletrônico ao Município de Bom Jesus. Para a emissão do boleto referente a multa pecuniária descrita no inciso anterior.

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 23 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3969/2020-E

Publicação Nº 2432460

Processo Administrativo Eletrônico:	3969/2020-e
Interessado:	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 69
Referência	PAL nº 0021/2019, PE nº 0015/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME, que versa sobre o cancelamento do item 69, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 18/03/2020) arguiu que devido ao aumento no preço, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. Em relação as autorizações de fornecimento, confirmado com Sr. Luciano pelo telefone (49) 3522-8411 em 20/03/2020 às 14:12hrs, a capacidade de atendimento do item 69.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.
(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0021/2019, PE nº 0015/2019, Registro de Preço, referente ao item 69;

2. Pela execução do contrato AF nº 13606/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no que tange ao item 69.

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.
É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	3969/2020-e
Interessado:	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 69
Referência	PAL nº 0021/2019, PE nº 0015/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 69, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de Preços do item 69, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento dos Itens.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0021/2019, PE nº 0015/2019, Registro de Preço, referente ao item 69;
2. Pela execução do contrato AF nº 13606/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no que tange ao item 69.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3985/2020-E

Publicação Nº 2432543

Processo Administrativo Eletrônico:	3985/2020-e
Interessado:	SIMONE KACIANO DE ARAUJO - ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 159
Referência	PAL nº 0084/2019, PE nº 0069/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa SIMONE KACIANO DE ARAUJO - ME, que versa sobre o cancelamento do item 159, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 23/03/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e na busca do mesmo no mercado (frustrada), sendo um produto importado e o aumento do dólar, não conseguirá manter a proposta devido prejuízo, assim justifica seu pedido. Em relação ao atendimento das autorizações de fornecimento Sra. Simone informou, que com exceção da AF 13893/2020, terá capacidade de faturamento das demais.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da SIMONE KACIANO DE ARAUJO - ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0084/2019, PE nº 0069/2019, Registro de Preço, referente ao item 159;

2. Pela rescisão das AFs 13893/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 159, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.

3. Pela execução do contrato AF nº 13342, 14135, 12150, 12985, 12730, 12755, 13187, 12030, 14648, 14017, 13233, 12718, 13250/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no que tange ao item 69.

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.
É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	3985/2020-e
Interessado:	SIMONE KACIANO DE ARAUJO - ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 159
Referência	PAL nº 0084/2019, PE nº 0069/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 159, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa SIMONE KACIANO DE ARAUJO - ME .

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de do item 159, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do Item.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da SIMONE KACIANO DE ARAUJO - ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0084/2019, PE nº 0069/2019, Registro de Preço, referente ao item 159;
2. Pela rescisão das AFs 13893/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 159, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
3. Pela execução do contrato AF nº 13342, 14135, 12150, 12985, 12730, 12755, 13187, 12030, 14648, 14017, 13233, 12718, 13250/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no que tange ao item 69.
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3993/2020-E

Publicação Nº 2432556

Processo Administrativo Eletrônico:	3993/2020-e
Interessado:	GIGA1 COM EIRELI
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 3
Referência	PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa GIGA1 COM EIRELI, que versa sobre o cancelamento do item 3, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 20/03/2020) arguiu que devido o modelo saiu de linha, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da GIGA1 COM EIRELI, no Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço, referente ao item 3;
2. Pela execução do contrato AF nº 11400/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no que tange ao item 3.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.
É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
Luís Felipe Braga Kronbauer
Diretor Jurídico do CINCATARINA
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	3993/2020-e
Interessado:	GIGA1 COM EIRELI
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 3
Referência	PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 3, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa GIGA1 COM EIRELI.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de Preços do item 3, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento dos Itens.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da GIGA1 COM EIRELI, no Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço, referente ao item 3;
2. Pela execução do contrato AF nº 11400/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no que tange ao item 3.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

CIS/AMFRI**RESOLUÇÃO Nº 04 DE 07 DE ABRIL DE 2020 - COVID19**

Publicação Nº 2433181

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 07 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução nº 01, de 18 de março de 2020, para estabelecer novas regras sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Leonel José Martins, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Entidade,

CONSIDERANDO o Decreto nº 550 de 07 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que prorroga o prazo estabelecido no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020.

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que estabelece no art. 4º, inc. I, alínea "k" que "deverá ser priorizada a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos;

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias, o período estabelecido no art. 4º da Resolução nº 01, de 18 de março de 2020, alterado pela Resolução nº 02 de 31 de março de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O trabalho remoto fica estabelecido como o regime de desempenho das funções exercidas no âmbito do CIS-AMFRI, pelo período de 5 (cinco) dias, entre 08 de abril 2020 à 12 de abril de 2020, no horário compreendido de 08h às 12h e das 13h30 à 17h30." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

Itajaí/SC, 07 de abril de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal
Presidente do CIS-AMFRI

CIS/AMVI**401.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - POR ANULAÇÃO MEDICAMENTOS INSUMOS**

Publicação Nº 2433243

RESOLUÇÃO Nº 401, DE 07 DE ABRIL DE 2020

Suplementa por conta de anulação parcial dotação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público; e com base na Lei nº. 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 333/2019;
2. as alterações da operacionalização via sistema das compras compartilhadas de medicamentos e insumos no Consórcio CISAMVI;
3. as autorizações de fornecimento emitidas até 31/03/2020 no sistema Licitweb;
4. as dispensas de licitações oriundas a Pandemia COVID-19 emitidas até 31/03/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 5.418.037,52 (Cinco milhões e quatrocentos e dezoito mil e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002– Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.418.037,52

Vínculo: 0100641 – Apiúna - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 261.469,51
Vínculo: 0100642 – Ascurra - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 148.784,41
Vínculo: 0100643 – Benedito Novo - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 120.889,85
Vínculo: 0100644 – Blumenau - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 991.619,68
Vínculo: 0100645 – Botuverá - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 290.344,73
Vínculo: 0100646 – Brusque - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 903.728,77
Vínculo: 0100647 – Dr.Pedrinho - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 36.764,38
Vínculo: 0100648 – Gaspar - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 422.218,87
Vínculo: 0100649 – Guabiruba - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 263.995,86
Vínculo: 0100650 – Indaial - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 760.859,81
Vínculo: 0100651 – Luiz Alves - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 38.555,44
Vínculo: 0100652 – Pomerode - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 441.130,47
Vínculo: 0100653 – Rio dos Cedros - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 101.250,28
Vínculo: 0100654 – Rodeio - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 73.001,95
Vínculo: 0100655 – Timbó - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 563.423,51

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2020:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002– Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.418.037,52
Vínculo: 0100620 – Rec. Ord - Medicamentos	R\$ 5.418.037,52

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de abril de 2020.
Blumenau - SC, 07 de abril de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

CISNORDESTE

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

Publicação Nº 2432694

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020	
CONTRATANTE:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS-NORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
CONTRATADO:	Global Cirúrgica Comércio EIRELI
CNPJ:	29.183.138/0001-55
OBJETO:	Aquisição de 1000 caixas com 50 pares de Luvas tamanho P para distribuição entre os Municípios Consorciados.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com os artigos 4º e 4º-B da Lei Federal n.º 13.979/2020.
JUSTIFICATIVA:	Visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
VALOR:	R\$ 33.700,00 (trinta e três mil e setecentos reais).

Joinville/SC, 03 de abril de 2020.

Julio César Ronconi

Presidente do CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

Publicação Nº 2432696

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

CONTRATANTE:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS-NORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
CONTRATADO:	Greentex Química Ltda.
CNPJ:	04.973.218/0001-83
OBJETO:	Aquisição de 940 unidades de álcool 70% líquido em galões de 5 litros para distribuição entre os Municípios Consorciados.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com os artigos 4º e 4º-B da Lei Federal n.º 13.979/2020.
JUSTIFICATIVA:	Visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
VALOR:	R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

Joinville/SC, 03 de abril de 2020.

Julio César Ronconi

Presidente do CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

Publicação Nº 2432695

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

CONTRATANTE:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS-NORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
CONTRATADO:	Global Cirúrgica Comércio EIRELI
CNPJ:	29.183.138/0001-55
OBJETO:	Aquisição de 700 caixas com 50 pares de Luvas tamanho M para distribuição entre os Municípios Consorciados.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com os artigos 4º e 4º-B da Lei Federal n.º 13.979/2020.
JUSTIFICATIVA:	Visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
VALOR:	R\$ 34.496,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e noventa e seis reais).

Joinville/SC, 03 de abril de 2020.

Julio César Ronconi

Presidente do CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

Publicação Nº 2432693

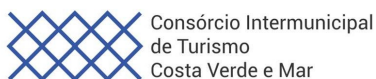
EXTRATO DE COMPRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2020

CONTRATANTE:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS-NORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
CONTRATADO:	Global Cirúrgica Comércio EIRELI
CNPJ:	29.183.138/0001-55

OBJETO:	Aquisição de 1445 caixas com 50 pares de Luvas tamanho G para distribuição entre os Municípios Consorciados.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com os artigos 4º e 4º-B da Lei Federal n.º 13.979/2020.
JUSTIFICATIVA:	Visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
VALOR:	R\$ 48.046,25 (quarenta e oito mil e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
Joinville/SC, 02 de abril de 2020. Julio César Ronconi Presidente do CISNORDESTE/SC	

CITMAR**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 07 DE ABRIL DE 2020 - COVID-19**

Publicação Nº 2433189

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 07 DE ABRIL DE 2020**

Altera a Resolução nº 01, de 18 de março de 2020, para estabelecer novas regras sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

Leonel José Martins, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Entidade,

CONSIDERANDO o Decreto nº 550, de 07 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que prorroga o prazo estabelecido no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020.

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que estabelece no art. 4º, inc. I, alínea “k” que “deverá ser priorizada a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos;

RESOLVE,

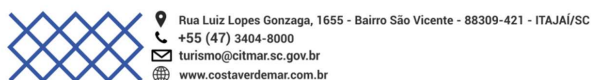
Art. 1º. Fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias, o período estabelecido no art. 4º da Resolução nº 01, de 18 de março de 2020, alterado pela Resolução nº 02 de 31 de março de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O trabalho remoto fica estabelecido como o regime de desempenho das funções exercidas no âmbito do CITMAR, pelo período de 5 (cinco) dias, entre 08 de abril 2020 à 12 de abril de 2020, no horário compreendido de 08h às 12h e das 13h30 à 17h30.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 08 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

Itajaí/SC, 07 de abril de 2020.


LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal
Presidente do CITMAR



CIM-AMFRI**CIM-AMFRI RESOLUÇÃO 09.2020 - APRECIÇÃO TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL DAS CONTAS PELA ASSEMBLEIA GERAL DO CIM-AMFRI**

Publicação Nº 2432632

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a apreciação temporária e excepcional das contas pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI.

O Presidente do CIM-AMFRI, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Cláusula 10 do Contrato de Consórcio Público.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 509 de 17 de março de 2020 e do Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020, que dispõem sobre medidas de prevenção e enfrentamento do Coronavírus;

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do Coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que prorroga o prazo estabelecido no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução nº 07, de 18 de março de 2020 e a Resolução nº 08, de 31 de março de 2020, ambas do CIM-AMFRI;

CONSIDERANDO que não houve a instalação do Conselho Fiscal antes da entrada em vigor das medidas temporárias de afastamento para combate ao COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido em caráter temporário e excepcional que, na ausência da instalação do Conselho Fiscal, as contas serão apreciadas pela Assembleia Geral, na primeira Assembleia realizada após o período de apuração.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Itajaí, 31 de março de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Presidente do CIM-AMFRI

CIM-AMFRI RESOLUÇÃO 10.2020 - MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Publicação Nº 2432989

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Altera a Resolução nº 07, de 18 de março de 2020, para estabelecer novas regras sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI

O Presidente do CIM-AMFRI, no uso das atribuições que lhe conferem o a Cláusula 10 do Contrato de Consórcio Público.

CONSIDERANDO o Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que prorroga o prazo estabelecido no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que estabelece no art. 4º, inc. I, alínea "k" que "deverá ser priorizada a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias o período estabelecido no art. 4º da Resolução nº 07, de 18 de março de 2020, alterado pela Resolução nº 08, de 31 de março de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. O trabalho remoto fica estabelecido como o regime de desempenho das funções exercidas no âmbito do CIM-AMFRI, pelo período de 5 (cinco) dias, entre 08 de abril 2020 à 12 de abril de 2020, no horário compreendido de 08h às 12h, nos dias em que houver expediente." (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor no dia 08 de abril de 2020 com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Itajaí/SC, 07 de abril de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Presidente do CIM-AMFRI

CIGAMERIOS**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 003-2018 TRATARSAN TRANSPORTES SERNI**

Publicação Nº 2432406

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018.

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, já qualificado no contrato original, neste ato representado por seu Presidente, Sr. DERLI FURTADO, e a empresa TRANSPORTES SERNI LTDA já qualificada no contrato original, representado neste ato pelo Sr. SÉRGIO OSVINO MALLMANN, resolvem em comum acordo aditar o Contrato Administrativo n. 003/2018, para alterar o Objeto – Cláusula terceira, especificamente, no prazo de execução (3.2.1), que passará a ser executado da seguinte forma, EXECETUANDO-SE OS MUNICÍPIOS DE FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, ROMELÂNDIA, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, TIGRINHOS, CAIBI, CUNHA PORÃ, MODELO, SAUDADES E SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO que já foram concluídos os serviços entregue aos Municípios em 10/05/2019 e 07/11/2019 E RIQUEZA E BOM JESUS DO OESTE concluídos, mas não entregues.

O aditamento faz-se necessário em razão da Pandemia de COVID 19 onde por determinação das autoridades sanitárias foram proibidas reuniões durante o período de combate a essa pandemia.

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	06/09/2019	16/09/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/09/2019	11/10/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.002	01/10/2019	02/12/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	02/12/2019	23/12/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	12/12/2019	27/12/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	12/12/2019	27/12/2019
3	Relatório Final	UN	1	27/12/2019	15/06/2020

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	06/09/2019	16/09/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/09/2019	08/11/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	2.614	01/10/2019	28/02/2020
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	28/02/2020	09/03/2020
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	09/03/2020	16/03/2020
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	28/02/2020	16/03/2020
3	Relatório Final	UN	1	08/11/2020	15/06/2020

E, por assim estarem acordados com relação a alteração, depois de lido e achado conforme pelas partes, segue assinado em três vias, na presença das testemunhas abaixo declaradas.

Maravilha/SC, em 16 de março de 2020.

DERLI FURTADO Presidente do CIGAMERIOS Órgão Gerenciador	SÉRGIO OSVINO MALLMANN Transportes Serni Ltda Contratado
--	--

Testemunhas: Francisco Valdeci de Almeida Mayane Haack

CONSAD**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07/2020**

Publicação Nº 2433031

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07/2020

Regulamenta as atividades do CONSAD com objetivo de prevenção da transmissão do Coronavírus.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, Prefeito do Município de Tunápolis - SC, torna público que aprovou a seguinte:

Considerando a orientação do Ministério da Saúde no sentido de que sejam evitadas reuniões e aglomeração de pessoas, em virtude da alta probabilidade de contágio com o vírus COVID-19;

Considerando a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020 que

dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que determina a suspensão, em todo território catarinense, pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público e privado;

Considerando a RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2020 que Regulamenta em caráter de urgência as atividades do CONSAD com objetivo de prevenção da transmissão do Coronavírus;

Considerando A PORTARIA SES Nº 223, de 5 de abril de 2020, emitida pelo Secretário de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º - Ficam autorizadas as atividades de prestação de serviço e atividades administrativas junto a sede do consórcio a partir da data de 06/04/2020;

Art. 2º - Continuam suspensas a prestação de serviços in loco nos municípios consorciados;

Art. 3º - Os funcionários que possuem filhos menores e que por ventura necessitem ausentar-se do trabalho poderão prestar os seus serviços na modalidade home office, tendo como carga horária diária o período de 08 (oito) horas, sendo que esta situação será regulamentada mediante emissão de portaria específica individual;

§ 1º Considerando o interesse público do consórcio, bem como a demanda dos municípios consorciados os funcionários que estiverem usufruindo do exposto no Art. 3º, poderão ser convocados a prestarem seus serviços de forma presencial a qualquer tempo mediante prévia solicitação.

Art. 4º - Em relação as atividades expostas no Art. 1º, acaso não seja possível o cumprimento mediante atendimento por telefone, e-mail, whatsapp, havendo necessidade imprescindível de atendimento presencial, deverá ser realizado individualmente, mediante prévio agendamento, levando em conta todas as questões de higiene e proteção para que assim seja possível prevenir a proliferação e transmissão do Coronavírus;

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, podendo ser revista a qualquer tempo conforme as necessidades do consórcio.

São Miguel do Oeste/SC, 06 de Abril de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registre-se e Publique-se,

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira

CIRSURES**EXTRATO DE CONTRATO 006/2020**

Publicação N° 2432630

CONTRATO N°: 006/2020

CONTRATADA: FIBRANDE SOLUÇÕES EM FIBRA DE VIDRO LTDA,ME.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição, pelo CONTRATANTE, do equipamento denominado "decantador", descrito no edital e termo de referência – e conforme proposta declarada vencedora na "Ata de Reunião e Julgamento das Propostas" – com o objetivo de melhoria do sistema de tratamento de chorume, de acordo com o edital e seus anexos.

Assinatura: 17/02/2020

Vigência: Início: 17/02/2020 – Fim: 30/06/2020

Valor Global: R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)